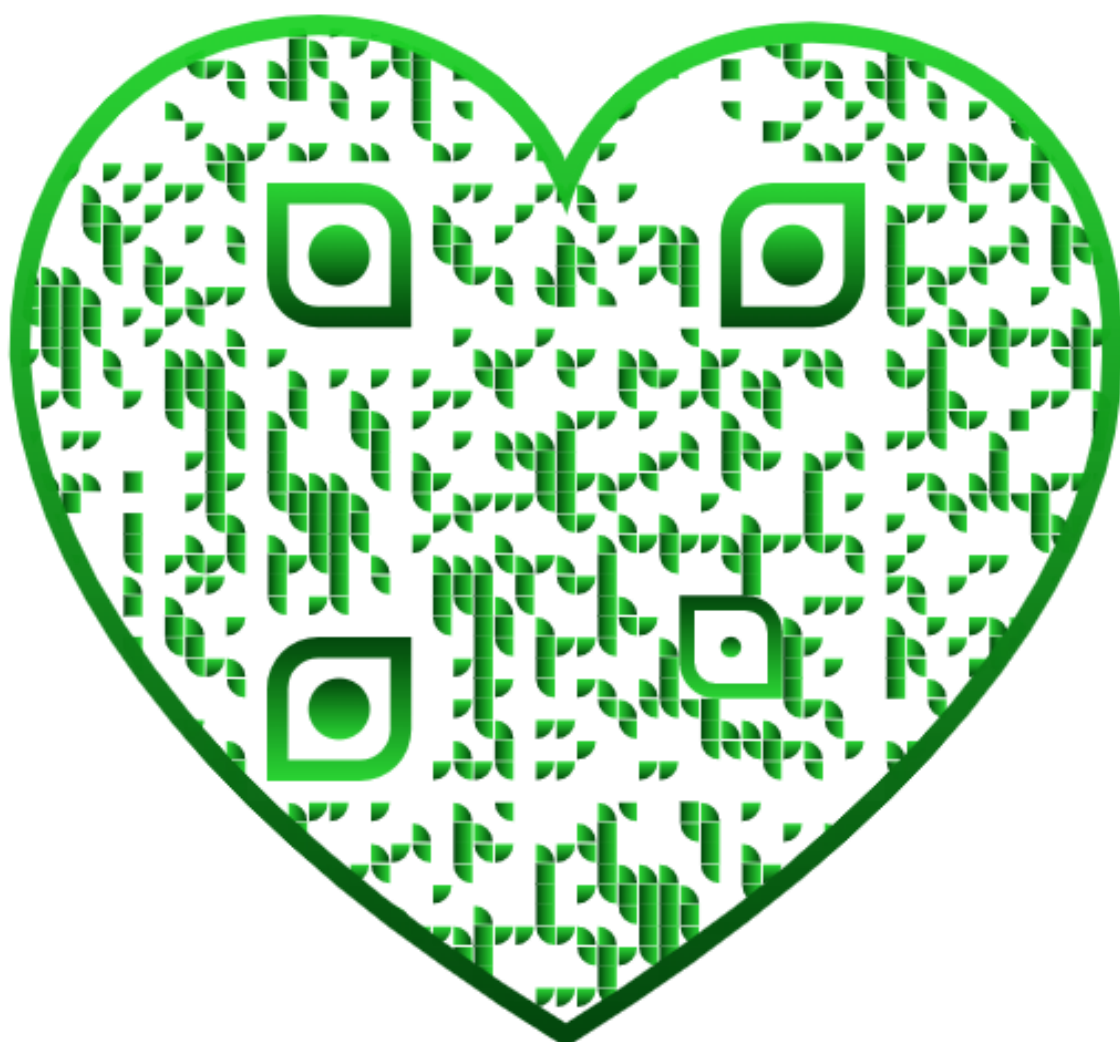


Henri Guillemin

ROBESPIERRE

político e místico





O Místico Revolucionário

Aulard chamava Robespierre de "místico assassino". Mathiez dizia que se poderia até perdoar o Terror, mas o "Ser Supremo", nunca.

Este livro de Henri Guillemin procura investigar o lado místico e religioso de Robespierre, num trabalho absolutamente inédito entre a enorme bibliografia dedicada ao grande chefe revolucionário. É um estudo minucioso onde paralelamente à biografia política de Robespierre, o autor vai investigando o seu pensamento religioso, algo que foi vivo e determinante em toda a sua atuação. Para isso Guillemin revela fatos e documentos até então desconhecidos.

"A mística republicana", dizia Péguy, "é quando alguém se faz matar pela República". A religiosidade de Robespierre e o seu devotamento quase "religioso" à causa da república se confundem na sua curta e atribulada trajetória. Homem de admiradores ardentes e furiosos opositores, levou com punho de ferro suas convicções não resistindo ao turbilhão político que culminou com o 9 Thermidor. Assediado pelos seus opositores, tomou o mesmo caminho da guilhotina para a qual eram enviados aqueles que julgava os inimigos da República. Segundo Guillemin, ao aceitar este destino Robespierre demonstrou "a extensão de sua ardente sinceridade".

Henri Guillemin nasceu em Mâcon, em 1903. Foi aluno da célebre "Escola Normal Superior". Titulou-se Doutor em 1936, indo morar no Cairo onde foi Diretor de Estudos Franceses da Universidade do Cairo de 1936 a 1938 e em seguida titular da cadeira de literatura francesa na Universidade de Bordeaux. Perseguido pelos nazistas durante a ocupação, refugiou-se em Genebra de 1942 a 1945 onde deu cursos na Universidade de

Genebra. Foi Adido e depois Conselheiro Cultural na Embaixada da França em Berna de 1945 a 1962 e Professor "extraordinário" na Universidade de Genebra de 1963 a 1973.

Com quase 50 livros publicados, Henri Guillemin escreveu sobre literatura francesa (notoriamente sobre Victor Hugo), história da literatura e história da França.

Biografias L&PM Editores

Amor e Exílio — Isaac Bashevis Singer
O Assassinato de García Lorca — Ian Gibson
Autobiografia de Alice B. Toklas — Gertrude Stein
Billy the Kid, História de um Bandido — Pat Garret
Borges por Borges — Elmir Rodrigues Monegal
Encontro Marcado com Mario Quintana — Araken Távora
Fellini por Fellini — Federico Fellini
Hemingway em Cuba — Norberto Fuentes
Um Livro Aberto — John Huston
Orson Welles — Barbara Leaming
Picasso Criador — Pierre Daix
Rimbaud na Abissínia — Alain Borer
Sartre — Annie Cohen-Solal
A Vida e a Morte de Mishima — Henri Scott-Stokes
A Vida de Rimbaud — Henri Matarasso e Pierre Petitfils
Van Gogh ou O Enterro no Campo de Trigo — Viviane Forrester

**Pedidos pelo Reembolso Postal à
L&PM Editores**

**Av. Nova Iorque, 306
90450 - Porto Alegre - RS**

ROBESPIERRE

Henri Guillemin

ROBESPIERRE

político e místico

Tradução: Eliane Tejera Lisboa

Título original: *Robespierre, politique et mystique*

~~ISBN 85-254-0227-3~~

(ISBN 2-02-009819-9)

tradução: Eliane Tejera Lisbôa

revisão: Jó Saldanha e Maria Clara Frantz

capa: Ivan G. Pinheiro Machado

R653g Guillemin, Henri

Robespierre, político e místico / Henri Guillemin; tradução
de Eliane Tejera Lisbôa. —

Porto Alegre: L&PM, 1989.

456 p.; 14 x 21 cm.

I. Robespierre, Maximilien François Isidore, 1758-1794.-
Biografia. I. Título.

CDD 923

CDU 92 (Robespierre)

Catálogo elaborado por Izabel A. Merlo, CRB 10/329.

© Éditions du Seuil, 1987

Todos os direitos desta edição reservados à L&PM Editores S/A.

Av. Nova Iorque, 306 — 90450 — Porto Alegre — RS

Praça Monteiro dos Santos, 65 — 04117 — São Paulo — SP

Impresso no Brasil

Inverno de 1989

SUMÁRIO

Prefácio.....	7
1. Maximilien.....	17
2. Robespierre nos Estados-Gerais e na Constituinte.....	43
3. Robespierre durante a Legislativa.....	77
4. Robespierre na Convenção.....	149
1. De 21 de setembro de 1792 a 2 de junho de 1793.....	151
2. De 3 de junho de 1793 a 5 de abril de 1794.....	218
3. De 6 de abril a 27 de julho de 1794.....	317
5. Robespierre e o “Ser Supremo”.....	367
6. Incoerência?.....	417
Posfácio.....	437
Referências.....	441

Prefácio

1

Em sua história da Revolução, Michelet tem um de seus piores acessos ao chegar à súbita intervenção de Robespierre, no dia 21 de novembro de 1793, contra a descristianização em plena expansão e prestes a atingir o seu auge: a interdição oficial, autoritária e absoluta, do culto católico. A questão religiosa era, para Michelet, “a questão principal” (II, 661). Conseguir fazer desaparecer, radicalmente, a fé cristã, era para ele o verdadeiro objetivo, melhor dizendo, a razão de ser do movimento libertador lançado por Voltaire e os Enciclopedistas. No outono de 1793 a operação se desenvolvia com uma intensidade embriagadora. E de repente, Robespierre diz *Não*, corta o ímpeto, quebra a máquina. “Gênio mau da Revolução”, “verdadeiro tartufo político”, ele procura, hipocritamente, trazer de volta o reino dos padres. Na indignação de seu arrebatamento, Michelet não recua diante da hipérbole. Ele nomeia, define o crime de Robespierre: ele “suprimia o século XVIII” (II, 1012); apenas isso. Com uma habilidade matreira Robespierre ironiza a Igreja e fala do “despotismo” clerical; mas ele se desmascara com o seu hino ao Ser Supremo! Os verdadeiros amigos da Razão não se deixaram enganar, e Michelet introduz a este propósito um termo inédito em nosso idioma: “Todos, diz ele designando os homens de progresso, todos (odoraram)* o catolicismo que existia por trás, o retorno ao Antigo Regime” (II, 811).

Em suma, contra a libertação dos espíritos, Robespierre recomençava a odiosa manobra de Jean-Jacques, seu mestre. Recorde-mo-nos do furor de Voltaire: “Que momento escolheu” Rousseau, este traidor, para desservir a filosofia? Aquele “em que ela triunfa-

* Verbo “criado” por Michelet, a partir do substantivo *odorat* (olfato), que em francês resultou em *odorèrent* (sentiram o odor). (N.T.)

ria". Vão fazê-lo pagar caro. Voltaire tentará mesmo condená-lo à morte, sob a responsabilidade do Pequeno Conselho de Genebra. Malogro. Os voltaireanos da Convenção não falharão com Robespierre. Neste caso, Michelet prefere um eufemismo em que põe a nação em causa; ao invés de escrever: o partido das Luzes, ele escreve: a França; eis sua frase digna de nota: "A França, desperta", desmascara Robespierre e "o deposita (*sic*) ao lado de Luís XVI" (I, 302).

É a aventura de Robespierre em sua dimensão religiosa que eu gostaria de estudar aqui. Abordagem nova, eu creio, mas que o instinto de Michelet já havia pressentido. Procederei da seguinte maneira. Num primeiro momento, reunirei todas as informações que tiver conseguido recolher sobre o indivíduo Robespierre, sua aparência, suas atitudes, seu caráter. Em seguida, com toda a minúcia de que for capaz, segui-lo-ei, passo a passo, em sua ação política, procurando não esquecer nada e sobretudo compreender bem. Finalmente examinaremos o essencial, de que todo o precedente será apenas um preâmbulo indispensável: a política de Robespierre como tradução concreta de uma mística. E qual?*

2

Ao abordar a história da Revolução Francesa, o primeiro dever de um pesquisador honesto é reconhecer a extensão do que ainda se ignora, a importância das zonas de sombra que subsistem, nos dias de hoje, nesta grande aventura. Muitos episódios, que em geral não têm nada de secundários, restam obscuros. Alguns exemplos: foram especialistas tão qualificados quanto Lefebvre, Soboul e Bouloiseau reunidos que não hesitaram, no início do tomo VIII das *Obras* de Robespierre (1954, XII), em formular esta asserção um tanto quanto desencorajadora: "A história objetiva do 10 de agosto está para ser feita", e desde então não se avançou muito sobre o assunto. Setembro de 1792; quem ousaria afirmar que tudo está claro nos contatos estabelecidos por Danton, em nome do Executivo, com o invasor, a fim de que seja poupado às forças francesas, pouco sólidas,

* Sobre o tema — a meu ver bastante importante em se tratando de Robespierre —, e que me parece jamais ter sido estudado seriamente, tive conhecimento unicamente das poucas páginas de Jean-Claude Frère, intituladas: "O Deus de Robespierre", publicadas no n.º 30 da revista *Nossa História*, em janeiro de 1987. De excelente inspiração mas sem passar de uma abordagem elementar.

um choque frontal, certamente desastroso, entre sua fraqueza e o irredutível poder da infantaria prussiana? De onde se origina o simulacro de Valmy, seguido da retirada pacífica até a fronteira de um exército inimigo o qual se tem o absoluto cuidado de não importunar.

Novembro de 1792. Descobre-se nas Tulherias (o rei e sua família estão cativos no Templo há quatro meses), na parede de um corredor, um esconderijo muito bem dissimulado, que Luís XVI mandara fazer; jamais se teria sabido de nada, se o operário encarregado de fazer este trabalhinho confidencial não tivesse percebido que poderia tirar vantagens próprias ao advertir as autoridades. Roland dirige o Interior. Que ele se encaminhe imediatamente ao local para inventariar o conteúdo deste esconderijo (chamado com grande inexatidão de o “armário de ferro”), é seu absoluto dever. Mas que ele se reserve a exclusividade da operação, que não associe ninguém à análise das peças secretas, é um procedimento alarmante. Como acreditar que Roland não tenha realizado, sem perda de tempo, no interesse de seu partido, uma triagem dos documentos, fazendo desaparecer os que julgava inconvenientes? Precisamos renunciar ao conhecimento do que Roland terá assim subtraído, para sempre, à História.

Opacos, os dias parisienses de março de 1793. Algum dia conseguiremos nos situar nas manobras de uns e de outros, de Danton e de Dumouriez, dos girondinos, do partido orleanista, dos agitadores estilo Varlet, estilo Fournier, e destes corruptos, Proly e Desfieux, que de repente surgem, inexplicáveis, a mando do próprio Ministro das Relações Exteriores, um Lebrun marionete cujas cordas são controladas por Danton, para a mais tenebrosa das missões junto a um Dumouriez por si só ultra-suspeito? E por que Danton faz-se invisível por alguns dias, entre 22 e 27 de março? Imbróglio. O confuso enredo ainda não foi solucionado.

Outra coisa: quantos eram, na verdade, os deputados contestadores que, aos 6 e 19 de junho de 1793, levantaram-se contra a expulsão dos girondinos imposta dia 2, por pressão popular? Segundo a tradição, 75. Hébert dirá várias vezes “os 73”. No dia 3 de outubro são 44 os deputados de tendência girondina, presos, que Amar, em nome do Comitê de Segurança Geral, pede sejam enviados ao Tribunal Revolucionário; e Robespierre salva-lhes a vida.* No dia 22 de

* No total 73 deputados foram “acusados”. A 31 de outubro 21 “girondinos” eram executados.

fevereiro de 1794 Hébert, nos Franciscanos, fala de “61” deputados contra-revolucionários que continuam, segundo ele, sem pagar seu crime, e a 4 de março o mesmo Hébert ataca Amar que “pretende livrar do gládio vingador os 75 culpados” de junho de 1793, os quais voltam a ser “62” na intervenção de Robespierre aos Jacobinos em 17 de março*.¹ Conclusão: emaranhado total.

E não acabou. Não vejo como precisar a data desta alteração excessivamente agitada, ocorrida no Comitê de Salvação Pública, entre Robespierre e Billaud-Varenne, e que levou o Comitê a transferir, a partir daquela data, a sua sala de reuniões do térreo para o primeiro andar. Será a mesma cena ou uma outra quando Carnot trata — ou teria tratado — Robespierre e Saint-Just de “ditadores ridículos”? Enigma, e que muito provavelmente ficará insolúvel. E Robespierre, segundo suas próprias palavras, completamente afastado do CSP durante várias semanas? Temos à nossa frente não apenas uma neblina e a noite, mas um verdadeiro quebra-cabeça. Confirmam. Maximilien dirige-se à Convenção no 8 thermidor e declara: “Há mais de seis semanas as circunstâncias forçaram-me a abandonar completamente minhas funções de membro do Comitê de Salvação Pública”.² Momentos depois: “Faz ao menos seis semanas que minha ditadura (pretensa; a palavra estando certamente acompanhada de uma mímica de escárnio) expirou e que eu não exerço nenhuma influência sobre o governo”.³ Nenhuma ambigüidade: “mais ou menos seis semanas”, “ao menos seis semanas”. E no mesmo dia 26 de julho de 1794, na mesma sessão da Convenção, Barrère confirma: “Se Robespierre não se tivesse afastado há quarenta dias do CSP (etc.)”.⁴

Robespierre e Barrère, portanto, nos fazem retroceder cerca de quarenta dias para fixar a data em que Maximilien teria deixado de tomar parte, completamente, nos trabalhos do CSP. A dedução é simples. Se tomamos ao pé da letra as seis semanas (e mesmo mais) de Robespierre e os quarenta dias de Barrère, o recuo nos conduz a uma data próxima a 17 de junho; de preferência mesmo um pouco mais cedo. Entretanto, no tomo III, de sua *História de Robespierre* (1867), Hamel, dizendo ter “sob os olhos” o registro do CSP em que o encarregado — algum funcionário ou escrivão — anotava, a cada sessão, os nomes dos participantes, afirmava claramente: “Durante seus últimos quarenta dias, Robespierre participou de modo ininter-

* O *Jornal da Montanha* diz 62 e o *Jornal do Sablier*, por seu lado, diz 61.

rupto do CSP⁵”, porque o registro o dá como presente a todas as sessões. Como certamente Robespierre não poderia pronunciar uma enorme mentira, em plena Assembléia, sem levantar protestos (e, muito pelo contrário, Barère reconhece que ele diz a verdade), as notas do registro não contam. O tal encarregado sabota seu trabalho e coloca em seu caderno — por uma razão ou outra — indicações fantasiosas. Não é assim tão simples, infelizmente; porque continuamos a leitura de Hamel, que assinala a existência, por ele verificada, “de uma profusão de atos, decretos e portarias, do CSP, ‘muni-dos da assinatura de Robespierre⁶’ ” durante as seis semanas em questão; efetivamente, basta reportarmo-nos à obra — imperfeita segundo Soboul, mas no entanto preciosa — de Aulard: *Atas do Comitê de Salvação Pública* (t. XIV e XV) para nela descobrirmos a assinatura de Robespierre numa portaria de 17 de junho, seis portarias de 18, doze portarias de 19, onze portarias de 20, três de 21, uma de 23, três de 24, dez de 25, duas de 26, uma de 28 e cinco de 29. Nenhuma assinatura de Robespierre nos dias 1º, 2, 3, 4 e 5 de julho, mas duas de 6 de julho, uma de 9, uma outra de 18, uma outra ainda na portaria nº 32, de 20 de julho, resultado de uma reunião dos dois Comitês, portando igualmente as assinaturas de Billaud-Varenne, Collot d’Herbois, Couthon, Amar, Voulland, etc.; uma portaria de grande peso; de um só golpe, mais de uma centena de inculcados entregues ao Tribunal Revolucionário. Então? Então, o quebra-cabeça. Que Robespierre tenha estado em geral ausente, quando o registro assinalava erroneamente sua presença, é infinitamente provável, e é possível também que ele tenha apostado sua assinatura em documentos entregues expressamente a seu domicílio*. Mas que ele se tenha vangloriado, em 26 de julho, de uma abstenção radical frente ao governo, esta é uma afirmação que a portaria de 20 de julho contradiz de maneira brutal. Em se tratando de participação, não se poderia imaginar nada de mais concreto. E se esta assinatura fosse uma falsificação, realizada sem o conhecimento de Maximilien, para burlar a História? Muito fácil, é verdade, imitar sua assinatura, nada complicada, linear. Mas mesmo assim, uma falsificação em escritura pública é demais...

* O tomo X das *Obras* de Robespierre assinala, em nota, p. 107, que, de 19 a 23 de setembro de 1793, e de 26 de setembro a 3 de outubro, Maximilien, sem dúvida doente, não figura entre os membros presentes às sessões do CSP; mas a nota acrescenta que as *Atas* publicadas por Aulard contêm diversas “portarias”, referentes a estes dias de ausência, “assinadas de seu punho”, que provavelmente foram-lhe entregues, portanto, por portadores, na casa dos Duplay.

Concluindo, um enorme problema, compacto, e para o qual ainda não vejo saída.*

Em compensação, e apesar de asserções peremptórias e decepçionantes vindas de pessoas de mérito, não resta a menor dúvida sobre a origem do ferimento de Robespierre na noite de 9 a 10 thermidor. Tentativa de suicídio! A tese é insustentável. Nós o mostraremos, no momento devido.

Em anexo, uma observação bastante necessária. Trata-se de Michelet e de sua *História da Revolução Francesa*. Quando se pensa que um bom profissional como Max Gallo, que em várias ocasiões já deu provas de ser um historiador lúcido, terminou a bibliografia de seu *Robespierre* (1963) com esta homenagem quase solene: “E, naturalmente, o monumento imperecível que deve orientar qualquer leitura: Michelet, *História da Revolução Francesa*”, acabamos confusos**.

Já faz muito tempo — foi em 1925, durante meu segundo ano normal — alguém de quem eu jamais poderei dizer suficientemente a admiração, o reconhecimento e a afeição que eu lhe dedicava (nós nos reencontramos, vinte anos mais tarde, em 1945, em Genebra, onde nossa amizade selou-se definitivamente), Paul Dupuy, que era então secretário-geral da Escola já há vários anos quando eu nela ingressava, e amigo íntimo do grande Lucien Herr, o bibliotecário inamovível (a morte o levou em 1926), Paul Dupuy tinha me aconselhado, recomendado com este brilho no olhar e este bater de pálpebras que eu lhe conhecia bem quando estava satisfeito, recomendado entusiasticamente (Você verá! A gente não se aborrece!) o estudo dirigido pelo arquicubo*** Rudler, recentemente publicado pela *Presses Universitaires: Michelet Historiador de Joana d’Arc*. Um desnudamento severo; sem a sombra de uma malevolência preconcebida de ordem política ou religiosa. Amigo e discípulo de Lanson (daí a raiva que lhe devotara Péguy), Gustave Rudler estava, sob todos os pontos de vista, mais perto, infinitamente mais perto de Michelet que de

* Sobre esta questão, cf. as notas de A. Soboul, na reedição, em 1972, da *História Socialista* de Jaurès, VI, pp. 505-507. Mais adiante (4ª parte, seção 3), eu proporei uma possível solução.

** Max Gallo (335) atribui a Michelet um “senso histórico maravilhosamente penetrante”. Nós o julgaremos, durante este estudo, frente a fatos da maior importância.

*** Na linguagem dos “normalistas”, todo ex-aluno da Escola que nela tenha feito os seus três anos é um “arquicubo”; os alunos do 3º ano são “cubos”.

Louis Veuillot. Sua *Joana d'Arc*, há quase um século, era então, como se diz, tomada como modelo. E tudo desabava de um só golpe, desmoronava sob a investigação de um pesquisador exercendo simplesmente sua profissão. Rudler vai perceber o comportamento singular de Michelet no que respeita à sua busca de informações sobre Joana. Nem um único recurso de sua parte aos manuscritos originais (que lhe são portanto facilmente acessíveis), concernente aos dois processos da Pucelle*, o de sua condenação e o de sua reabilitação. Do começo ao fim de seu texto, Michelet trabalha recopiando, reescrevendo, adaptando obras que, ao que tudo indica, estiveram constantemente abertas sobre sua mesa enquanto ele construía, às pressas por sinal, seu ditirambo onde o efeito emocional é a sua preocupação maior. As “fontes” de Michelet para sua *Joana d'Arc* chamam-se Lebrun, Berriat, Buchon e, sobretudo, L'Averdy. Ele acabou, aliás, sendo punido por estas vergonhosas pilhagens com uma gafe bastante prazerosa que já figurava na obra de L'Averdy (o qual, pelo menos, consultava os manuscritos) e que Michelet endossa e confiadamente repete. L'Averdy tinha lido mal a página latina onde se tratava do incidente, na prisão, do alfaiate, encarregado de tomar as medidas de Joana para confeccionar-lhe uma roupa nova, e a quem Joana teria esbofeteado devido a um gesto inconveniente. L'Averdy leu, por engano, “per manum” (na mão), e Michelet, que o segue, salta e se indigna, no seu afã de democrata: “Esta mão de alfaiate na mão que portara a bandeira francesa”, que horror! E que castigo, de imediato, merecido! Infelizmente, o manuscrito não dizia “per manum” mas “per mammam” (nos seios), o que muda tudo e explica melhor a bofetada.

Um ponto a menos, com antecedência, para a *História da Revolução Francesa*, do mesmo autor, o seu trabalho atamancado sobre Joana d'Arc. Ernest Hamel, no seu *Robespierre* (que não está isento de crítica, tanto é veemente a sua parcialidade em favor de Maximilien), tem razão ao estimar que Michelet é, com certeza, um grande *metteur en scène*, mas “com muita frequência, em detrimento da verdade histórica⁷”. Louis Blanc, na sua própria *História da Revolução Francesa*, assinalou cerca de trinta erros nas páginas de Michelet; e se Gérard Walter consagrou um enorme esforço à apresentação, na Plêiade, do “monumento” de Michelet, basta folhear suas

* Qualificativo geralmente usado para designar Joanna d'Arc, Joana, “la Pucelle”, que pode ser traduzido por a donzela, a virgem.

“Notas e Comentários” para nelas encontrar, afinal, a todo instante, inúmeras retificações. Michelet faz, de forma imponente, afirmações aberrantes. Ninguém ignora, hoje, que se não fosse a ameaça de bancarrota o ano de 1789 teria sido diferente (“A Revolução, dirá Rivarol, foi feita pelos financistas”) e que, por outro lado, uma nova força social, a burguesia comercial, estava determinada a tomar o lugar da aristocracia nas avenidas do Poder. Michelet descarta soberbamente estas mediocridades sórdidas e prefere o lirismo: é preciso saber, ensina ele, “a que pontos os interesses materiais (...) foram secundários” no movimento de 89; “Sim, a Revolução foi desinteressada. É o seu lado sublime⁸.” Sua tirada sobre a noite de 4 de agosto é uma página de antologia. A insurreição camponesa de julho, os castelos que ardem, as repressões terríveis mas insuficientes, tudo isto, que guiara o marquês de Ferrières na sua célebre carta de 11 de agosto: a situação tal qual “nos prescrevia” (a nós, os nobres) a conduta que devíamos adotar, e que adotamos com habilidade, na noite de 4, estas futilidades são desprezadas pelo nosso Michelet que sucumbe aos arrebatamentos. Para ele, enlouquecido, a noite de 4 de agosto é o desaparecimento, a evaporação, em poucos minutos, do “imenso e penoso sonho dos mil anos de Idade Média”; ele delira, ele saúda, ele abençoa, ele aclama: “Após esta maravilhosa noite, inexistem classes (*sic*), franceses! Inexistem regiões, uma França! Viva a França⁹!” E um pouco mais adiante, com respeito a este “primeiro milagre do novo Evangelho, divino milagre”, autêntico desta vez¹⁰! No seu prefácio de 1868, Michelet recorda-se com felicidade da febril e perturbadora beatitude em que o mergulhara, em 1847, a evocação destes instantes prodigiosos, e diz esta frase surpreendente, “meu papel parecia embriagado de minhas lágrimas¹¹”. (Haveria um curioso cálculo a se fazer das lágrimas na prosa deste ilustre Jules.) E sobre a entrada da França na guerra, por vontade dos girondinos, que têm no desejo deste conflito armado razões em que “a glória” não entra como objetivo primeiro, Michelet se entrega a declamações próximas da bufonaria. Ele afunda mesmo no mais perfeito contra-senso ao pretender nos fazer acreditar que “a corte tinha medo, um medo terrível” desta guerra, quando de fato Maria Antonieta ardia de impaciência e tremia de cólera diante da inércia de seu irmão, o imperador da Áustria, depois, de seu sobrinho, que insistiam em não se decidir pelo fácil esmagamento militar de uma França rebelde e insolente. E o que dizer dos propósitos de Michelet sobre Robespierre! Mas nós voltaremos a eles.

A principal fonte que consultei para minhas investigações foram, naturalmente, as *Obras* de Robespierre, publicadas lentamente, em dez volumes, pela Sociedade dos Estudos Robespierristas. Eu conheço as falhas da *História de Robespierre*, elaborada por Ernest Hamel, em 3 volumes, que apareceram de 1865 a 1867. Comprometido por sua aparência de ditirambo, este trabalho, hoje muito injustamente quase esquecido, continua a ser uma vasta mina de informações. Uma quantidade de obras consagradas ao Incorruptível surgiram nos últimos vinte anos (e vinte anos após o belo *Robespierre* de Jean Massin); em 1974, *O Homem Robespierre*, de Max Gallo; em 1978, *Robespierre ou o Profeta da Revolução*, de Lévis-Mirepoix; em 1981, a tradução francesa do *Robespierre* de Ralph Korngold e, em 1982, a do *Robespierre* de Norman Hampson; em 1983, *Robespierre, A Vitória ou A Morte*, de Jean-Claude Frère; em 1984, *Robespierre, Últimos Tempos*, de J.-P. Domecq; em 1985, a título de indicação, o panfleto ingênuo de Saint-Paulien, *Robespierre ou Os Perigos da Virtude*. A abundante produção “robespierrista” de Mathiez conserva um interesse capital, inclusive sua *História da Revolução*, utilmente reeditada, em 1985, por Denoël.

Sobre este assunto inesgotável, seria um erro ignorar a *História dos Girondinos*, de Lamartine, rica de observações surpreendentes, e o grande trabalho, sério, de Louis Blanc. E, é claro, é preciso ler a grandiosa *História Socialista* de Jaurès. Soboul, todos sabem, acrescentou muito aos nossos conhecimentos. Sem ignorar seu gosto bastante acentuado pela simplificação e o excesso, os trabalhos de Daniel Guérin não foram de todo inúteis. Em geral de acesso bastante difícil, a enorme “compilação” — como diz Michelet — de Buchez e Roux, *História Parlamentar da Revolução Francesa* é sempre uma preciosa consulta.

1

Maximilien

ABREVIações

- B.R. Buches e Roux, *História Parlamentar da Revolução Francesa*, 36 volumes.
- H. Ernest Hamel, *História de Robespierre*, 3 volumes.
- M. Michelet, *História da Revolução Francesa*, 2 volumes, na Biblioteca da Plêiade.
- R.O. Robespierre, *Obras*, publicadas pela Sociedade de Estudos Robespieristas, 10 volumes.

Para todas estas obras dadas como referência, o número romano indicará o tomo; o número árabe a página do tomo.

As vezes eu escreverei:

CSP por Comitê de Salvação Pública

CSG por Comitê de Segurança Geral

TR por Tribunal Revolucionário

Vocês sabiam que Robespierre criara um “curtume de pele humana” graças a seus assassinatos oficiais, a fim de “fornecer sapatos aos *sans-culottes*”? É isto que vai ensinar às pessoas honestas o abade Proyart em seu trabalho de 1795: *A Vida e os Crimes de Robespierre*, p. 275. E que ele organizou, durante sua passagem pelo poder, “orgias” com “prostitutas”? Informação fornecida ao público por Galard de Montjoye em sua *História da Conjuração de Maximilien Robespierre*, 1796, p. 230. Um “Monstro”, dirá Dubois-Crancé, em 3 de agosto de 1794, à Convenção, sete dias após o 9 Thermidor. Louis Madelin, como conclusão a seus propósitos extensos de vulgarizador da história e de boas intenções, considerava-o um “flagelo de Deus”. * Bastante curioso, em compensação, o itinerário de Lamartine: disposto, em 1843, a homenagear Vergniaud e seu grupo, a partir da idéia sumária que fazia deles, opondo estes inocentes a Robespierre o “terrorista”, ele vê, como resultado de investigações mais sérias do que se poderia imaginar, o seu próprio pensamento modificar-se enormemente, e termina, em 1847, sua *História dos Girondinos*, por uma ardente homenagem ao “Incorruptível”. Robespierre tornara-se, a seus olhos, “a alma da República¹”. **

* Na Revista *História*, em maio de 1958, por ocasião do segundo centenário do nascimento de Robespierre.

** E isto apesar de que ele tenha, sob as súplicas de sua esposa e a pressão de alguns amigos escandalizados, atenuado sensivelmente, no seu texto definitivo, os elogios que ele fazia a Robespierre; seu objetivo era “louvável”, dirá o texto impresso; “divino”, dizia o primeiro manuscrito.

Sobre os anos de sua infância e adolescência, nada que não se tenha tornado banal à força de repetição, de um livro a outro. Precisemos, entretanto, que seu nome, sobre sua certidão de nascimento, é Derobespierre, numa única palavra. Ainda hoje, no norte da França, são numerosos os sobrenomes plebeus começando por “De”. O avô e o pai de Maximilien são advogados. O pai* ao que parece teve uma existência um pouco caótica. Casa-se, aos vinte e seis anos, com Jacqueline Carrault grávida de cinco meses**. Ela vai lhe dar, em menos de sete anos, cinco filhos. O mais velho, Maximilien, veio ao mundo no dia 6 de maio de 1758. Ela morre a 16 de julho de 1764. Maximilien tem portanto seis anos quando sua mãe desaparece, e o pai, viúvo, abandona, em 1766, Arras, seu trabalho, seus filhos. Ele teria sido reencontrado, mas brevemente, em 1768, e, ainda, em 1772. Ao que parece ele vive de empréstimos feitos à mãe e às irmãs. Ele vai morrer, em 1777, em Munique, onde criara uma pequena escola de francês. Naquela data, Maximilien, dezenove anos, continua em Louis-le-Grand onde seus avós lhe conseguiram, quando tinha onze anos, uma bolsa da diocese; ele já tinha sido bolsista — e interno — no Colégio de Arras desde o seu sétimo ano. Tanto quanto se pode julgar, pouca ternura em volta desta criança. Max Gallo acredita identificar em Maximilien um “gosto pelo sacrifício expiatório”, nascido do remorso que ele teria de “faltas cometidas contra o pai na infância²”. Que “faltas”? Eu fico desconcertado por esta sugestão. Não seria mais fácil, ao invés disso, supor em Maximilien a preocupação de reparar, junto ao seu meio de origem, por sua conduta irrepreensível e pela demonstração de seus méritos, a imagem deplorável deixada por seu pai? Mas nós continuamos aí no campo das conjecturas.

Aos vinte e três anos, em 1781, Maximilien é, por sua vez, advogado no Conselho de Artois. Ganha notoriedade a partir de um pára-raios em torno do qual se desenvolveu um processo. Ele é acolhido na melhor sociedade burguesa e recebido como membro dos *Rosatis*, associação “cultural” que reúne os mais distintos espíritos da cidade. Jovem bem-educado, Maximilien Derobespierre canta e dança como se deve fazê-lo num certo nível social e maneja razoavel-

* No tomo II de seus *Homens da Liberdade*, Claude Manceron consagrou-lhe algumas páginas atenciosas (p. 556-562).

** O que quer dizer exatamente Michelet quando declara que Robespierre foi “concebido num mau dia” (M., I, 865)?

mente o madrigal*. Mas as coisas se complicam para ele com um processo onde estão implicados um monge e sua abadia, e Robespierre toma contato, então, com a malevolência vingadora e os ressentimentos clericais. Existe, de seu punho, um documento que pode ser julgado desagradável mas nem por isso vai-se ignorá-lo; é um texto impresso certamente às expensas do autor e que se intitula: Carta dirigida por um advogado do Conselho de Artois a seu amigo advogado no parlamento de Douai, a 14 de abril de 1788. Carta amarga: carta de reivindicação pessoal na qual é difícil perceber os benefícios que este amargurado espera dela. O ambicioso insatisfeito faz de seus compatriotas os responsáveis por seu desencanto. Ele se pergunta se não teve o infortúnio de nascer na pior cidade do mundo, “aquela em que menos se tolera a evolução dos jovens atletas que concorrem à penosa carreira da advocacia”. Estranha atitude, na verdade bastante ingênua, quase insensata e de uma perfeita inutilidade facilmente previsível. Retenhamos que a confissão é limpa: Robespierre está cansado de Arras e deseja ardentemente encontrar, para empregar os talentos de que se sente dotado, um melhor teatro, que virá oportunamente oferecer-lhe, no ano seguinte, a convocação dos Estados-Gerais.

Estarei errado por não gostar nem um pouco de fazer malabarismos com nomes próprios que não se façam acompanhar de uma representação física? Eu considero muito mais agradável descobrir as pessoas existentes por trás dos personagens. Sombras se encarnam; respirações, entonações mesmo chegam até nós. Se o focinho de Mirabeau está em plena luz, de Bourdon (de l'Oise) mal conseguimos perceber a barba ruiva, de Santerre as poderosas espáduas, de Lacroix sua pança. Vergniaud, visto pelo pintor Durameau, não passa de um bonitão; Pétion está mais definido: ele é gordo, rosa, louro. Manon Roland nos mostra Louvet “pequeno, delgado, os olhos baixos”. Buzot, de perfil, assemelha-se a uma anta. Os retratos de La Fayette abundam e muitos já falaram dele; um gordo, um glorioso, que os belos uniformes exaltam, que saboreia as aclamações; alguma coisa de um lebréu, sem dúvida a fronte inclinada para trás. Uma brochura de Brissot (alguém de quem falaremos com fre-

* Uma amostra de sua poesia foi reproduzida em 1910 por Fleischmann na sua edição crítica das *Memórias* de Charlotte Robespierre. Nenhuma surpresa: a nulidade previsível e decorosa. Estes versos são para uma Henriette, talvez imaginária.

qüência, mas que infelizmente, para mim, não tem nem rosto nem estatura) dizia de Robert Lindet que ele lembrava “uma hiena”³.

Marat, que se pode ver muito bem, amarelo, feio, às vezes pusulento, mas leal, mas desinteressado, lembra a Michelet “um sapo”⁴. Outra comparação animal: Dumouriez é tido como semelhante a uma fuinha; em razão de quem se trata, e da passagem deste general traidor ao inimigo, zorrilho seria a palavra mais indicada. Chateaubriand não nos informa nada sobre a fisionomia, ou ao menos a aparência, de Barère-o-terrorista, agachado, segundo ele, sob o cadafalso, na “tina de sangue”, o “balaio das cabeças” de onde se podia ouvi-lo sistematicamente “grasnar” contra alguém: “À morte⁵!”. Vislumbra-se Chaumette, estatura baixa, “olhos negros e vivos”⁶, e nós imaginamos a aparência elegante, na sua sobrecasaca cinturada, sorriso triste, deste Hébert, tão diferente, na verdade, do Père Duchesne lucrativo atrás do qual ele se esconde, figura artificial, figura debochada: um rústico tagarela, gênero bufão, multiplicando os “*foutre*”^{*}! para ornar sua vociferações. Saint-Just? “Inflamado de ideologia violenta e de retórica”, ele repugna tanto à Madame Yourcenar quanto a Vigny que o denomina um “beato cruel” (beato? estranha idéia) e a Sainte-Beuve: um jovem atroz e teatral^{**}. Estas imagens não confirmam a tradição que lhe atribui uma beleza trágica: uma tez rosada, face doce, espessas pálpebras coloridas. E Danton? David com seu célebre carvão do Carnavalet (Danton, de sobrancelhas franzidas, um nobre e belo rosto, quase majestoso, bastante terrível) é movido pela bajulação; esquecida, apagada, anulada a espessa cicatriz que possuía Danton, quase no canto, à esquerda, de seu lábio superior^{***}. Muito mais fiel, realmente, o outro “Danton”, do mesmo museu, desta vez obra de Charpentier; um rosto compacto, que não exprime nada; o olhar é ilegível; uma boca de consumidor. Ainda no Carnavalet, o lápis surpreendente de Wille: Danton na charrete que roda em direção ao cadafalso; estas narinas abertas observadas por Chateaubriand, e-las de fato aqui, sem dúvida porque Wille via Danton de baixo. (Em linguagem de cinema, uma tomada feita em *contre-plongée*.) Todos

* Palavrão que poderia ser traduzido por “foda-se”! (N.T.)

** Malraux supera-o na observação esdrúxula. Ele transforma Saint-Just em Maomé e atribui-lhe um sonho de cavalgada islâmica (cf. seu prefácio no *Saint-Just* de Albert Ollivier, 1954, p. 18).

*** Será a este detalhe que Chateaubriand alude ao dizer ver em Danton “superfícies marcadas de cicatrizes”?

os três documentos revelam uma boca particularmente larga. Ela deve constituir-se num alto-falante excepcional à disposição deste homem. Saborosa esta descrição que o próprio tribuno faz de si mesmo, no dia 20 de janeiro de 1792 (Danton acaba de ingressar na municipalidade como substituto do procurador): “A natureza me concedeu formas atléticas e a fisionomia rude da liberdade”. A continuação é tão bonita que seria pena não lembrá-la: Danton se define, antes de qualquer outra coisa, como um “homem puro” e que “age constantemente segundo as leis eternas da justiça”. Suas capacidades sexuais dão-lhe orgulho; ele se vangloria de ter relações com sua mulher todas as noites e deseja a Robespierre “colhões” iguais aos seus. A vulgaridade da linguagem faz parte, a seus olhos, do prestígio que irradia um homem de sua têmpera, e se Vadier anuncia que acabará esvaziando Danton, este “linguado recheado”, o interessado, em resposta, declara que fará primeiro a pele de Vadier e que ele se reserva o prazer especial de “cagar na sua cabeça”.

Para Chateaubriand, Robespierre teria dado a impressão de um “administrador de uma boa casa” ou de um “notário de aldeia preocupado com sua pessoa⁷”. É verdade que ele não era indiferente à boa aparência de seus cabelos. Todas as manhãs, conta sua irmã, “o cabeleireiro” vinha visitá-lo⁸, e para um trabalho metódico. Segundo a Madame de Staël, na Constituinte ele teria sido o “único a colocar pó nos cabelos”. Germaine Necker não gosta dele (é o mínimo que se pode dizer), mas ela consente em reconhecer que este criminoso a serviço da liga do povo “nunca adotou o modo de popularidade geralmente aceito” pelos malfeitores de sua espécie, a negligência com o vestuário, ou ainda esta “desordem selvagem” que Michelet atribui a David¹⁰. Por seus trajes e maneiras, escreverá Michelet, vocês o tomariam por um “*ci-devant*”*. O célebre croqui de Gérard (Robespierre na tribuna da Convenção) comporta, na sua base, indicações manuscritas complementares do desenhista: “Veste nanquin (ou seja, amarelo camurça) de listras verdes; colete branco de listras azuis; gravata branca de listras vermelhas”, o peitilho é deslumbrante; saem rendas de suas mangas. Um inegável cuidado na sua aparência. Talvez ele deseje desta forma fazer-se digno do povo que representa.

A Madame de Staël, que se felicita por só ter suportado uma

* Expressão utilizada durante a Revolução para designar as pessoas que compareciam frente a um tribunal. (N.T.)

única vez a sua presença — em recepção dada por seu pai, em 1789 — lembra deste encontro sempre com horror: “Seus traços eram ignóbeis, suas veias de uma cor verde”. A explicação não se faz esperar; ela vem imediatamente: “Sobre a desigualdade das fortunas tanto quanto sobre a das categorias sociais”, Robespierre “sustentava as mais absurdas teses”; tratava-se de “certas idéias que Robespierre adquirira nas suas leituras e às quais o seu caráter invejoso e mau incorporava com prazer^{12*}. O silêncio da Madame de Staël sobre um detalhe fisiológico concernente a Robespierre e amplamente atestado, faz pensar que em 1789 Maximilien ainda não tinha estes tiques que pouco a pouco tornaram-se-lhe incoercíveis. A folha parisiense intitulada *Le Babillard* (O tagarela) informa a seus leitores, em 25 de julho de 1791, que Robespierre “parece sofrer de contrações dolorosas”. Étienne Dumont atribui-lhe um “piscar” de olhos “contínuo e penoso”. Fréron fala de “caretas convulsivas” que lhe eram familiares, e Barère de “contrações da boca” freqüentes, involuntárias¹³. Dussaulx descreve-o sacudindo-se de tempos em tempos por um “movimento convulsivo dos ombros e do pescoço^{14**}”. Um folheto anônimo curiosamente intitulado *História Caráter* (sic) *de Maximilien Robespierre*, surgido em Hamburgo (sem data, mas que poderia ser de 1795) afirma que Robespierre “crispava constantemente as mãos por uma espécie de contração dos nervos; percebia-se este mesmo movimento nos ombros e no pescoço¹⁵”. O pequeno Nodier, de quatorze anos, observou-o intensamente por ocasião da festa do Ser Supremo e lembrava-se dos “tiques habituais que atormentavam os músculos de seu rosto¹⁶”. Pode-se portanto acreditar que Robespierre, na confusão em que se desenrolou a sua vida a partir do verão de 1791, não usufruía de um perfeito equilíbrio nervoso. Ele está sob uma tensão constante. Uma prova, num texto pouco conhecido, publicado em Lièges: *A Basse-Semois no Século XIX* (p.61), por um certo Albert Monin. O deputado de Bouillon, Pirson, veio entrevistar-se com Robespierre, em sua casa, nos Duplay, sem dúvida para falar-lhe das questões da Bél-

* Sobre os Necker, Michelet tem um excelente parágrafo no seu livro VI, cap. 5: “Os Necker eram alemães estabelecidos na Suíça; burgueses enriquecidos. Alemanha, Suíça e burguesia”. Germaine “tinha um fraco pelos grandes senhores” (M., I, 840).

** No seu *Nova Paris*, Sébastien Mercier, que foi colega de Robespierre na Convenção, confirma estes “movimentos convulsivos” (I, 313).

gica; Pirson, no seu relato, reconhece que se conduziu excessivamente à vontade, acompanhando seus propósitos de uma gesticulação supérflua, e conta que, “sem querer”, durante a conversa, “tocou no braço de Robespierre”, que “num pulo foi parar junto à janela”. Maximilien, envergonhado, apresentou-lhe imediatas desculpas, confessando acontecer-lhe, com freqüência, e sem razões “deixar-se impressionar ao ponto de parecer atingido por convulsões. A Madame Roland, nas suas *Memórias* (escritas na prisão, em 1793), pretende ter visto Robespierre na casa de Pétion, na noite de 21 de junho de 1791, “roer-se as unhas”. Tal detalhe, a meu conhecimento, não é corroborado em nenhum outro momento. Completando seu desenho do Incorruptível, Gérard observa embaixo da folha que Maximilien tem os olhos “verdes”, e Merlin de Thionville teria falado, na sua velhice (ele só morreu em 1833), do inesquecível olhar “verde” do tirano de quem o 9 Thermidor libertará a França¹⁷. Que lugar designar para Robespierre em nossa galeria zoológica? Sobre este ponto, acordo unânime. Buzot chama-o “este homem com cara de gato¹⁸” — um gato que “bebeu vinagre” corrigia Mirabeau¹⁹. Merlin de Thionville, na sua apologia (*Merlin de Thionville, representante do povo, a seus colegas*), estabelece uma progressão: Robespierre, de início, teria “o aspecto inquieto e doce do gato doméstico”; pouco a pouco ele toma “o ar arisco do gato selvagem”, para chegar à “ferocidade do gato-tigre*²⁰”. “Gato-tigre” reaparece sob a pena de Barère²⁰.

Agora, um certo número de observações recolhidas junto a pessoas que mantiveram contatos diretos com o deputado de Arras, depois de Paris. Dusaulx, que detestava Robespierre e cospe sobre o seu cadáver três dias após sua morte (nas *Notícias Políticas* do 13 thermidor), sustenta que “ele nunca olhou de frente um homem honesto²¹”; ele acrescenta que, se este demônio portava sempre “conserves” — ou seja, óculos escuros — era para esconder melhor seus sentimentos e intenções; mas Étienne Dumont, desprovido de animosidade, também exprime-se da mesma forma; Robespierre, diz ele, “absolutamente não olhava você de frente”. É provável que haja verdade nisso. Robespierre poderia bem ter sido por muito tempo um tímido; fraqueza que precisará vencer. Sébastien Mercier, descortês ao extremo, considera Robespierre, moralmente, como um “anão” com um “caráter pusilânime, mesmo sombrio e descon-

* Esta é também a opinião de Sébastien Mercier, no tomo V de seu *Nova Paris*.

fiado, com concepções bárbaras ²³". O alemão Oelsner, que foi membro dos Jacobinos, não é nada amável: "Eu não conheço ninguém mais insuportável, mais arrogante, mais taciturno e mais chato²⁴". Barras considerava que Robespierre era de uma "absoluta insensibilidade"²⁵. Literalmente antitéticas, as palavras de Charlotte, que, entretanto, teria razões para querer mal a seu irmão; durante mais de dois anos eles tinham morado juntos, no Marais; mas no verão de 1791, Robespierre vai se instalar na casa dos Duplay, cedendo às suas afetuosas solicitações, e Charlotte não o perdoará por ter rompido o acordo doméstico*. Entretanto, longe de injuriá-lo, em suas *Memórias*, ela fala de sua "benevolência²⁶". Este substantivo raro, que encontramos em Stendhal, não se poderia imaginar encontrá-lo aplicado a Robespierre. Em seu prefácio de 1868, Michelet declara que seu "crime", para Louis Blanc (severo a seu respeito), é, na realidade, o de ter "visto de perto" Robespierre — ele quer dizer: baseado em documentos — e o de "ter descrito em detalhes a veste, o porte, a voz, os óculos, os tiques deste novo Jesus²⁸"; ele o põe em cena piscando e "sofria-se ao vê-lo"; "o homem não era divertido; sua pessoa era seca e triste²⁹", e por duas vezes, com menos delicadeza ainda: "ele nunca foi tão cansativo**", "esta personalidade fatigante, este inesgotável eu encontrava-se em todas as suas palavras de chumbo³¹".

Lamartine, de modo algum um pertinaz inimigo de Robespierre como Michelet, acredita, entretanto, dever dotá-lo de uma "extrema frieza" que "afastava toda familiaridade e desconcertava o afeto³²". Será verdade? Há testemunhos que destróem esta lenda. E inicialmente tudo o que vem do meio dos Duplay, ou seja, do grupo com melhores condições para conhecer Maximilien. Quando ele não está na Assembléia (e durante os onze meses da Legislativa Robespierre não é mais deputado) nem nos Jacobinos, ele está junto aos Duplay, vive com eles, faz suas refeições com eles. Élisabeth Duplay, que vai casar-se com Lebas (e os pais pediram a opinião de Robespierre, para eles decisiva), Élisabeth, que verá seu marido ser guillotinado menos de um ano após o seu casamento (26 de agosto de

* Mais grave ainda: sob a pressão de Augustin, seu irmão mais novo, também convencional, Robespierre vai tratar de reconduzir Charlotte de Paris para Arras, em maio de 1794. Augustin acusava Charlotte de causar-lhes um grande mal. Qual? Mistério.

** Trata-se do discurso que Robespierre pronunciara no dia 13 de junho de 1792.

1793 — 28 de julho de 1794), queria bem a Robespierre: “Ele era tão bom! Nós o amávamos como a um irmão; ele era nosso defensor quando mamãe brigava conosco³³”. Ele não experimentava nenhuma afeição masculina? Lazowsky — um exaltado, é verdade, e ligado aos extremistas —, Robespierre gostava dele; quando de sua morte, Maximilien saúda sua memória a 24 de abril de 1793, nos Jacobinos, com emoção; ele dedica-lhe palavras pouco frequentes: “Eu era seu íntimo amigo, eu conheci inteiramente sua alma³⁴”. Não é de todo impossível que esta homenagem tenha levado, de imediato, Michelet a pintar, inicialmente, o dito Lazowsky como “elegante e pretensioso³⁵”, em seguida como um beerrão que “nunca está sóbrio³⁶”. Um certo Aigoin, de que sabemos pouca coisa, é outro ainda a quem Robespierre amava muito. Que razão teríamos para duvidar da sinceridade de Maximilien ao escrever-lhe, a 2 de maio de 1793: “Jamais duvide, meu amigo, de minha terna amizade”, e, para concluir: “Conte com a minha doce devoção³⁷”. Ele mentiria quando, a 29 de dezembro de 1793, ao dirigir-se a Saint-Just e Lebas, que ele enviou em missão junto ao exército, ele termina assim a carta que lhes escreve: “Eu vos abraço com toda a minha alma³⁸”? Ele mostrou-se, com relação a Camille Desmoulins, de uma paciência que rompia com seus métodos inflexíveis, e apesar de que Camille fosse realmente longe em sua oposição. Há um Robespierre raramente evocado, mas perfeitamente autêntico que, na casa dos Desmoulins, colocava “nos joelhos” o pequeno Horácio e o cobria de carícias — lembrar-lhe-á Lucile, prometida ao cadafalso — “seus cabelos e seu doce rosto”. E sua famosa carta de 19 de fevereiro de 1793 a Danton, que acabou de perder a esposa: “Eu o amo mais do que nunca e até a morte. Neste momento eu sou você mesmo”? Fim: “Abraçe seu amigo, Robespierre”. Já o “até a morte”, quando se sabe o que vai se seguir, faz mal. E esta admiração proclamada: “Uma alma como a sua”! e esta hipertrofia sentimental: “eu sou você mesmo”? Não há meios de não sentir incomôdo diante de tais linhas comparadas às notas homicidas que no ano seguinte Robespierre remeterá a Saint-Just para o requisitório que levará Danton à guilhotina. Certamente, em fevereiro de 1793, Robespierre necessita de Danton contra os brissotinos; mas, ao mesmo tempo, ele conhece a incontestável afeição de Danton por sua esposa e seus filhos, e seu luto o emociona. Quando Robespierre defenderá uma última vez Danton, em dezembro deste mesmo ano de 1793, sem esconder tudo o que os opõe politicamente e a distância que continua a separá-los

nos seus comportamentos, ele observará que, visto no seu lar, Danton só merece elogios. Não, finalmente, não; na carta a Danton, de fevereiro de 93, eu não vejo hipocrisia.

“Enfermiço”, diz Michelet descrevendo Robespierre³⁹. A História me parece não ter levado muito em conta, na trajetória de Robespierre, o seu estado de saúde, em geral ruim. Embaixo de seu croqui de Robespierre com os óculos na testa, Gérard observou: “tez pálida”. O autor anônimo do folheto que citamos (referente à “piscacção” de Robespierre e suas “contrações de nervos”) assinala sua “compleição fraca e raquítica”. Por mais que ele “coma pouco” e só beba “água com vinho⁴⁰”, sua saúde sofre golpes. Sem dúvida, num dia de depressão ele se viu tentado a abandonar a vida política, quando, em 20 de setembro de 1790 ele se informa, junto a um correspondente não-identificado, das chances que teria de ser nomeado presidente do tribunal de Béthune⁴¹*. Ele esteve doente, de 18 a 27 de maio de 1791; ele vai estar novamente, na segunda quinzena de novembro de 1792. A 2 de maio de 1793 ele confessa a Aigoín a sua “lassidão” e “abatimento”, e ele não é visto na Assembléia, nem nos Jacobinos, de 14 a 23 de maio. Em 29 do mesmo mês de maio de 1793, ele confia a seus amigos que ele se sente “consumido por uma febre lenta⁴²”, e, a 12 de junho, ele se diz “esgotado” e cogita de sua demissão. Ele está ausente do CSP de 19 a 23 de setembro, depois de 26 de setembro a 2 de outubro. Em meados de janeiro de 1794 está mais uma vez doente, mas a 25 os jacobinos são notificados de seu restabelecimento quase completo. Em fevereiro-março de 1794 as coisas se passam diferentemente: durante quase um mês, de 14 de fevereiro a 13 de março, Maximilien está seriamente doente.

Pode-se perguntar, sem perigo de exagero, se Robespierre não arrastava, há vários anos, uma tuberculose pulmonar, que se manifestava de modo intermitente. Ele se obrigava, com a maior frequência possível, a caminhadas feitas num passo rápido; o parque Monceau o atraía para este exercício. O impressor Nicholas, um rapagão musculoso, gostava de se dar ares de guarda-costas ao seu lado. Re-

* Deve-se estabelecer um elo entre este gesto inesperado de Robespierre e o desencorajamento que aflora na sua *Carta a Beaumetz*, impressa em 1790? Nela Robespierre constata a inutilidade de seus esforços contra a injustiça; ele só colheu “raiva, vingança, e calúnia”, diz ele. O suficiente, é certo, para incitar um homem de pouca saúde a mudar de vida.

naudin, um *luthier**, era também um companheiro assíduo nestas ocasiões. Na primavera de 1794, Payan e Coffinhal tinham adquirido o hábito de acompanhá-lo em suas deambulações salutares.

Seus maiores detratores sempre reconheceram o seu despreendimento. Deputado da Assembléia Nacional, ele percebe um subsídio de 18 libras por dia, que lhe asseguram uma vida sem parcimônia; mas ele não será membro da Legislativa, e Marat afirmará, a 3 de maio de 1792, que o Incorruptível tem “apenas 600 libras de renda” (deputado, ele recebia anualmente em torno de 6.500 libras). De onde ele tira estes poucos recursos? De suas economias de advogado? De duas pequenas propriedades que possui perto de Arras, em sociedade com seu irmão Augustin, e que serão avaliadas, após sua morte, em cerca de 10.000 libras? Mas, desde o verão de 1791, Maximilien é hóspede dos Duplay. Ele exigiu, de início, versar-lhes uma pensão para seu sustento; rapidamente ele compreendeu que os entristecia, feria, e deixou-se tratar como um filho**; Duplay, mestre-de-obra em marcenaria, é proprietário de alguns imóveis em locação em Paris. Vive-se bem neste lar. A casa comporta um salão, com piano. Mas o estilo de vida dos Duplay não tem nada de aristocrático. Barère e Fréron, todos os dois de bela aparência e mesmo bastante almofadinhas***, franziram um pouco as sobrancelhas quando em visita a Robespierre, na rua Saint-Honoré, encontraram, na entrada, a dona da casa em pessoa descascando legumes, uma “tina” a seu lado. Saint-Just não deixará de adquirir bens nacionais, por algumas 15.000 libras, e um notário recebia, em seu nome, umas certas rendas pequenas. Quanto a Robespierre, ele não adquiriu a menor parcela de antigos bens da Igreja ou de emigrados. O informante contratado Mallet du Pan não deixa de observar ao Conde de Elgin, em março de 1794, que Robespierre retira de suas despesas domésticas**** a manutenção de uma miserável carruagem que ele considerou necessária para sua segurança e que registrou como um fiacre para evitar até a aparência de luxo⁴⁴. Alguma ostentação no gesto

* Fabricante de instrumentos: violino, violão, etc. (N.T.)

** Nascido em 1738, Duplay tem vinte anos mais do que ele.

*** Durante a revolução a palavra original, “muscadins”, designa também os realistas, que se distinguiam por sua estudada elegância. (N.T.)

**** Para suas roupas, sempre bem-cuidadas, e seu cabeleireiro, cujos serviços utilizava todas as manhãs.

de Robespierre, nomeado, em junho de 1791, promotor de justiça no tribunal ordinário de Paris (ele demissionará antes de assumir sua função) e que solicita uma redução dos proventos previstos para este cargo⁴⁵? Danton se divertia muito com a distância que mantinha Robespierre das suntuosidades. “Parece que o dinheiro lhe dá medo”, comentava, jovial; não era uma mania que ele compartilhava com este tolo. Robespierre pode parecer excessivamente eloqüente ao exclamar, em 8 de maio de 1793, na tribuna dos jacobinos: “Para mim a opulência não é apenas o prêmio do crime mas também a sua punição. Eu desejo ser pobre para não ser realmente infeliz⁴⁶”. Mas nós veremos, finalmente, que para estas palavras talvez exista uma explicação que não tem nada a ver com as preocupações publicitárias.

Em seu *Robespierre* de 1985 que, por sua malevolência constante e desmesurada lembra o livro de Biré sobre Victor Hugo, em 1883, o senhor Saint-Paulien quer persuadir os leitores de que Robespierre foi comprado pela Corte para lançar, em 1792, o seu *Defensor da Constituição*. A invenção foi tirada das *Curiosidades* publicadas em 1814 pelo antigo convencional Harmand, integrado, no dia seguinte ao 9 Thermidor, ao Comitê de Segurança Geral, o que serve para classificá-lo; o imprudente memorialista (que pretende mesmo que a mediadora da operação foi a Madame de Lamballe; o que explicaria — percebe-se logo — o seu assassinato oportuno em setembro) aventura-se numa precisão fatal à sua credibilidade: “O fato, diz ele (a compra de Maximilien), acontece entre as duas famosas datas de 20 de junho e de 10 de agosto de 1792⁴⁷”; ora, o primeiro número do *Defensor* foi posto à venda em 17 ou 18 de maio, e o prospecto de lançamento havia sido distribuído um mês antes. Basta analisar, aliás, a coleção deste periódico para nele encontrar algo bem diferente de um apoio, mesmo velado, mesmo oblíquo e indireto, aos interesses da Corte. Variante: não, não foi a Luís XVI que Robespierre se vendeu em 1792: é o Duque de Orléans que financia *O Defensor*. Esta história é anterior a de Harmand, da qual Saint-Paulien tomou posse: ela tinha sido experimentada, em 1800, num panfleto retrospectivo: *A Escola das Facções*, assinado por uma “testemunha ocular”, que guardava sabiamente o anonimato e que parece ter sido um certo Richer-Sérizy cuja lembrança desapareceu.

As mulheres, agora. Quanto a este capítulo, Robespierre passava por austero. Danton, sempre gozador, como se sabe, só via duas

explicações para a reserva sexual de Maximilien: era virgem convicto ou um eunuco. Ele inclinava-se pela abstinência, em razão das idéias retrógradas que professava Robespierre em matéria de moral. Merlin de Thionville, no seu folheto de 1794 (aquele do “gato-tigre”), oferece-nos uma frase brilhante: “É um erro dizer que ele (Robespierre) tenha tido a honra de amar as mulheres: ao contrário, ele fazia-lhes o obséquio de odiá-las⁴⁸”. Ódio? Com certeza não. Abstenção, sim. A questão se coloca: por quê? Por que Maximilien não se casou, ele que faz um tal elogio aos “laços sagrados e doces aos quais se ligam, diz ele, a um só tempo a felicidade e as virtudes da vida humana⁴⁹”? Reconheço, é claro, que, neste dia, trata-se para Robespierre de argumentar em favor do casamento dos padres; mas ele aplaudiu os esponsais de Camille Desmoulins e foi uma das “testemunhas” do casamento, assim como aconselhou calorosamente os Duplay a conceder sua filha Élisabeth a Lebas. Para salvar Lucile, em abril de 1794, sua mãe, Madame Duplessis, implorava a Robespierre lembrando-lhe que por pouco ele não fora “seu genro*”. Ele teria então, no passado, imaginado casar-se com Adèle, a irmã de Lucile? Jamais obtivemos qualquer informação a este respeito**. Charlotte, que escreve como pode, nos diz, desajeitadamente: “A amabilidade de meu irmão para com as mulheres cativa sua afeição. Algumas delas, eu creio, experimentaram por ele mais do que um sentimento comum; uma, entre elas, a senhorita Deshorties, amou-o e foi por ele amada⁵⁰”. Aqui também, nada mais para esclarecer-nos, além desta única e curta asserção, cujo contexto nos leva aos anos vividos por Robespierre em Arras, antes de 1789, por conseguinte.

Que fazer do parágrafo, bastante conhecido, de Pierre Villiers, em suas *Recordações de um Deportado*, publicadas em 1802, sobre

* “Você se lembra que devia ser meu genro” (cf. J.-P. Bertaud, *Camille e Lucile Desmoulins*, p. 295).

** Um exemplo detestável do estilo galante de Maximilien nos foi fornecido por Buffenoir, que nos seus Retratos de Robespierre reproduz uma carta (cujo original está conservado no British Museum) escrita por Maximilien, ao que tudo indica, à Madame Guyard, a retratista, em 13 de fevereiro de 1791: “Disseram-me que as graças queriam fazer meu retrato. Eu seria profundamente indigno de um tal favor se não percebesse a importância do mesmo. Entretanto, como um acúmulo de obstáculos e dificuldades impediu-me de testemunhar-lhes todo o meu zelo, minhas desculpas precisam preceder as homenagens que lhes devo. Suplico-lhes de receber as primeiras e indicar-me o dia em que poderei apresentar-lhes as outras.” Um maneirismo que predispõe à exasperação.

a “continência” de Robespierre: “Eu só lhe conheci uma única mulher, de cerca de vinte e seis anos, que ele tratava bastante mal e que o idolatrava. Com freqüência ele recusava-se a recebê-la”? Villiers acrescenta que Robespierre dava a esta amante, tratada com tão pouco carinho, um quarto de seus vencimentos de deputado. Michelet adota, sem discussão, o que parece, hoje, no mínimo contestável. Villiers afirma ter “passado sete meses do ano de 1790” junto a Robespierre, na qualidade, ao que se depreende, de secretário benévolo. Mas a alocução feita por René Garmy no colóquio Robespierre, de Viena, em setembro de 1965, coloca seriamente em dúvida a própria presença de Villiers em Paris, em 1790. É absurdo descrever-nos, como ele o fez, um Robespierre “na maior penúria”, porque seus subsídios parlamentares garantem-lhe uma vida bastante confortável. E o que se passa com Charlotte nesta curta narrativa? Durante todo o ano de 1790 ela viveu, no Marais, no mesmo apartamento que Maximilien. Villiers, no entanto, para aumentar o valor mercante de seu trabalho, pode ter introduzido-lhe um detalhe parcialmente exato, que teria recolhido, sobre a vida privada de Robespierre. O que existe de verdadeiro com respeito a Maximilien e Eléonore Duplay, esta Eléonore que Charlotte (que a detestava) pretende que ela se “fazia chamar Cornélia⁵¹”, a mãe dos Gracos, o tipo ideal da mãe romana, o que se constituiria, por parte desta jovem, numa audaciosa previsão? Segundo Charlotte, a Madame Duplay teria ardentemente desejado o casamento de Robespierre e de Eléonore. Souberbielle, o cirurgião, inteiramente devotado a Robespierre, e membro do Tribunal Revolucionário, exprimiu-se formalmente diante de seu amigo, o Dr. Poumiès de La Siboutie⁵²: “Robespierre e Eléonore amavam-se muito, seu casamento estava confirmado”, o que nega Charlotte com fervor: “Meu irmão me disse vinte vezes que não sentia nada por Eléonore⁵³”. Charlotte imputa à Madame Duplay “carícias incessantes e em geral inoportunas⁵⁴” com respeito a Robespierre. Não há nenhuma dúvida que esta honesta mulher rende a Robespierre uma espécie de culto*; mas desconfiemos de Michelet, responsável por uma lenda ainda mal-dissipada; é ele que descreve o “quarto de Robespierre” tal como a Madame Duplay o havia “ornamentado”: “uma verda-

* De onde o “Cornélia Copeau”, de Danton, por uma vez muito engraçado.

** Não é de todo impossível que ela o tenha amado, com paixão mas em silêncio e sem reconhecê-lo para si própria.

deira capela que reproduzia, na paredes, sobre os móveis, a imagem de um só e único Deus, Robespierre, sempre Robespierre. Pintado à direita, na parede, à esquerda ele estava gravado (...), havia sobre as mesas, em gravuras, uma meia dúzia de pequenos Robespierre⁵⁵. Michelet, como costuma acontecer-lhe algumas vezes, transcreve aqui, omitindo as aspas, um texto de outrem; desta vez é Barbaroux que ele transcreve palavra por palavra. Mas, em Barbaroux, trata-se do “gracioso toucador” da própria Madame Duplay e de modo algum do quarto de Robespierre⁵⁶. Eléonore, que possuía um dote e não era nada feia, permaneceu obstinadamente celibatária.

“Sem afetação e sem pudicícia, Robespierre evitava, interrompia mesmo as conversações mais descontraídas”; Souberbielle falando a Poumiès⁵⁷. De acordo: ele é severo com os romances de Mirabeau e estigmatiza o “caráter imoral” destas obras atentatórias aos “bons costumes⁵⁸”. Mas Mirabeau tornara-se um inimigo político para ele, e Robespierre não parece guardar rancor a Saint-Just por seu *Organt* em que a decência é bastante abalada*; assim como não chegou até nós nenhum eco das reprimendas ou sermões que Maximilien teria dirigido a seu irmão por sua notória má conduta. A 14 de dezembro de 1793, os jacobinos escutarão Robespierre citar, de memória, antigos versos polêmicos de Camille Desmoulins, de uma crueza rude (e que não parece horrorizar o orador), sobre a “Messalina” de Versalhes, cuja “idade faz aumentar todos os dias o furor uterino⁵⁹”. Quando Cécile Renault — supostamente culpada de ter desejado assassinar Robespierre — receberá a pena capital, ele não parecerá de modo algum considerar absurdo (mas somente completamente inexato) que tenham suspeitado de uma “aventura”: correu o boato de que, por ciúme, ele fizera “guilhotinar o amante de Renault⁶⁰”. Certamente considera Robespierre um homem como os outros, e dotado de uma virilidade normal, a jovem viúva de vinte e dois anos que lhe escreve audaciosamente em 1º de junho de 1794: “Meu querido Robespierre (...) eu o amo (...) você é minha divindade (...) Vejo-o como meu anjo protetor”; ela é rica, ela dispõe de “40.000 libras de renda”; ela se oferece a ele por toda vida⁶¹. Robespierre não rasgara esta carta; ela consta da publicação complementar, em 1821, de seus papéis pessoais. Ao recebê-la, ele

* Michelet encontra nele “três ou quatro passagens de uma obscenidade brutal” (M., II, 76).

deve ter sorrido amargamente. Seu caminho não é o casamento, ele o sabe, quanto mais não seja, em razão da brevidade de sua vida, de que está convencido. Mas Maximilien, por outro lado, é alguém que teme o prazer como uma armadilha. Ele desejaria que no teatro “a voz da volúpia” não se fizesse escutar constantemente⁶²; gostaria que a juventude fosse menos complacente “com os cantos envenenados da volúpia⁶³”. Nos seus dois longos discursos ou manifestos, de 5 de fevereiro e 7 de maio de 1794, ele deseja que “o charme da felicidade” substitua, no homem, o que chama de “os tormentos da volúpia”, e incita o cidadão, de acordo com seu coração, ao “desprezo” destes abandonos⁶⁴.

É preciso nos convenceremos disso: a espécie não carece de exemplos destes seres excepcionais que colocam acima de tudo a paixão, que os absorve, de agir ao serviço de alguma causa, e que perdem o interesse até pelos prazeres da carne. Assim foram o Lamartine de após 1830 e Jaurès, e muitos outros que conheci e poderia citar. Robespierre era desta raça*.

Excessivamente imbuído de sua própria pessoa, Maximilien Robespierre? Michelet não é o único a denunciar, no Incorrúptível, um “inesgotável eu⁶⁵”. Um *Conselho Fraternal ao Senhor Robespierre, membro do Clube dos Jacobinos*, datado de 12 de maio de 1792 e assinado J.S. Loyseau, deplora a incoercível mania que teria tido Maximilien de “falar sempre, sempre de si próprio, de suas virtudes, de seus princípios, dos sacrifícios feitos pela liberdade, dos perigos de que está cercado⁶⁶”. Seria fácil observar que, se Robespierre apresenta com bastante frequência sua apologia, é que ele é o objeto constante de ataques pessoais contra os quais é justo que ele se defenda. Que ele o faça com exagero e se conceda uma forte estima, não se pode negar, assim como o prazer — legítimo — que ele experimenta em se ver popular. Mas por duas vezes (ao ser dissolvida a Constituinte e quando de sua chegada em Arras, alguns dias depois) ele se opôs, com a maior energia, a que entusiastas se dispusessem, desatrelando os cavalos, a puxar eles mesmos o carro que ocu-

* Robespierre invertido e amoroso de Desmoulins; é o recente achado (1986) de um “romancista” inimigo político do Incorrúptível. É fácil imaginar que, detestado, execrado como o foi em seu tempo, se Robespierre tivesse dado ensejos a esta suspeita, encontrar-se-iam traços da mesma nas diatribes de que foi objeto. Ela não aparece em lugar nenhum.

pava. Este orgulhoso tem a lealdade de afastar os elogios que não merece. Em 5 de novembro de 1792, ele reconhece publicamente que um “grande número de cidadãos serviram melhor” à liberdade, no 10 de agosto, do que ele mesmo o fez⁶⁷; ele não participou da ação do Comitê Insurrecional, e só foi nomeado membro da Comuna “no correr do dia” 10⁶⁸. A 30 de novembro, ele reconhece, por escrito, numa *Carta a seus Comitentes*⁶⁹, que se Pétion, que o vilipendia, nada fez de brilhante no 10 de agosto, eu mesmo, diz ele em toda simplicidade, estive “quase tão distante” quanto ele dos “gloriosos acontecimentos de nossa última revolução”. Sua assinatura é a menos pretensiosa possível, sempre numa letra miúda, aplicada, sem rabiscos* — enquanto que o “D” de “Danton”, por exemplo, inicia-se por uma grande bola que se termina embaixo por um outro arco, de modo que as letras maiúsculas deste nome próprio parecem querer alçar vôo entre duas bolas. E Maximilien orador? Ele abusa do epíteto “atroz”: em 20 de outubro de 1793, numa pastoral do bispo Tulle, ele identifica os traços de uma “conspiração das mais atroz⁷⁰”; a 27 de abril de 1792, são “atrozes calúnias” que Condorcet e Brissot dirigem contra ele⁷¹; a 31 de maio de 1792, intrigantes o difamam de maneira “atroz”⁷²; a 2 de abril de 1793 ele dota Carra de uma “alma atroz⁷³”, e quando de seu último discurso na Convenção, no 8 thermidor, pode-se escutá-lo condenar a “perseguição atroz⁷⁴” dirigida contra Catherine Théot. Se ele nos cansa com suas perpétuas referências aos acontecimentos da história greco-romana, é preciso que se saiba que, na linguagem política de então, esta é uma prática universal, uma espécie de rito no qual Desmoulins era campeão. Mas Robespierre tem menos desculpas para uma retórica às vezes empolada até os limites da caricatura: “Oh, Pátria! Que divindade tutelar pode arrancar-te do abismo imenso feito para te engolir”, quando “teus filhos ingratos mergulhavam em teu seio suas mãos parricidas⁷⁵?” Ou ainda: “Oh Pétion! (...) Vem sobre as tumbas de nossos irmãos espalhar nossas lágrimas e nossas armas; embriague-mo-nos dos prazeres celestes da virtude e morramos no dia seguinte, se for preciso, sob os golpes de nossos inimigos comuns⁷⁶”. Ou esta: “Que os sagrados nomes da igualdade e da pá-

* Nas portarias do CSP, as assinaturas são eloqüentes. Todos os membros do Comitê assinam em grandes letras, Hérault sobretudo que ornamenta seu nome com uma espécie de espiral de oito voltas. Carnot, Barère, Billaud assinam — se é possível dizê-lo — de maneira sonora. A mais fina e discreta é sempre a de Robespierre.

tria, saídos de todos os corações, lançados por todas as bocas, façam ressoar a ária dos mais deliciosos de todos os concertos⁷⁷!” Mas Danton o ultrapassa, e muito, nós teremos a ocasião de constatá-lo; quando por exemplo ele se desembaraça quixotescamente de uma situação delicada: “Eu me entrincheirei na cidadela da razão e dela sairei com o canhão da verdade⁷⁸”. Quando Maximilien se lança na ironia não se poderia afirmar que ele se saia bem. Pétion abandonou-o completamente. Ele juntou-se ao campo adversário. Robespierre tenta pilheriar. Na sua *Carta* de 21 de dezembro de 1792 ele garante a seus leitores que não consegue lembrar-se de Pétion “sem ser atingido por um sentimento de hilaridade”, diz ele, e como Pétion admite, com um ar de desprezo, que, se ele o tivesse desejado (mas longe dele tal desejo criminoso!), teria o poder supremo “ao alcance” de sua mão, Robespierre afeta o êxtase: “Bom Deus! Não teríamos tido então um rei nomeado Jerôme primeiro! Que felicidade!” E prossegue, multiplicando as fórmulas apropriadas; “Senhor”, “Vossa Majestade⁷⁹”... O efeito cômico não é garantido. Mas Maximilien, normalmente, se exprime com rigor e pertinência. Gensonné acredita-se espirituoso ao comparar os montanheses aos gansos do Capitólio. Ele parece esquecer que esta ave teve o mérito de assinalar “a aproximação dos malfeitores”. “Convenhamos, senhor Gensonné, os gansos do Capitólio valem tanto quanto os sapos dos Marais-Pontins⁸⁰”. Para Condorcet e Rabaut Saint-Étienne, na sua *Crônica de Paris*, tudo é bom para desacreditar Robespierre. Ele renunciou a seu posto de promotor público? Deserção! Seja, responde Robespierre, a 25 de abril de 1792, mas “tal como se deserta a fortaleza para entrar no combate⁸¹”. Entendido, o “sorriso mecânico” notado por Robespierre no rosto de La Fayette em público⁸². Nós estamos em guerra, e o chefe de regimento La Fayette parece mais ocupado com suas movimentações políticas do que com suas responsabilidades marciais, e Robespierre se espanta com o fato de que este general faça menos uso de “cavalos de batalha do que de cavalos do serviço postal⁸³”. E quando acompanharmos Robespierre, passo a passo, no seu trabalho de militante, teremos a possibilidade de tombar sobre afirmativas tão bem-pensadas quanto formuladas; basta esta como exemplo: “A obra-prima da política dos déspotas é a de tomar conta da razão do homem para torná-lo cúmplice de sua servidão⁸⁴”. Os traços de Pétion, “abertos num sorriso eterno”, convém maravilhosamente, diz ele, aos de todos os nossos cidadãos “cuja filosofia suporta com a maior

paciência a miséria de outrem⁸⁵”. Que Maximilien tenha conseguido dominar sua timidez inicial disso nós temos provas; quando a 5 de setembro de 1791, um tumulto organizado tenta fazê-lo deixar a tribuna, ele explode e não hesita mesmo em utilizar da agressão nominal: “Se, para ter o direito de se fazer ouvir nesta Assembléia, é preciso atacar os indivíduos, eu declaro então que acuso os Srs. Barnave e Lameth⁸⁶”. Narbonne é Ministro da guerra quando, a 10 de fevereiro de 1792, dedica-lhe esta insolência: “Se eu fosse presidente do Corpo Legislativo” no dia em que o senhor Narbonne permitiu-se adotar um certo “ar” de aristocrata incomodado para responder “às justas objeções do Sr. Albitte, eu teria tomado a liberdade de lembrar ao Ministro que ele estava em presença de seus superiores e de seus juizes⁸⁷”. E nós o veremos atacar, diretamente, em janeiro de 1794 a Fabre d’Églantine, em junho a Bourdon de l’Oise, em julho a Fouché. Mas ele é capaz de não guardar rancor pelo bem da República. Como quando, a 4 de setembro de 1793, nos Jacobinos, ele defende nestes termos Barère contra Royer: “Barère atacou-me pessoalmente num tempo em que todos os seus inimigos uniam seus esforços contra mim; mas eu não sei me lembrar das injustiças particulares, quando se trata da salvação pública⁸⁷”. Um efeito cênico? Sim, certamente; mas a seqüência dos fatos provará que, embora assegurando-se os benefícios de uma atitude magnânima, Robespierre não enganava absolutamente o seu auditório.

No conjunto de nossas observações liminares, é preciso inscrever uma tendência de Robespierre ao exagero numérico. No longo texto que ele redige, em março de 1791, em nome dos jacobinos e na intenção de todas as filiais da Sociedade, pode-se ler esta asserção extremamente exagerada: que o sistema eleitoral censitário afastava do direito de voto os “nove décimos da nação⁸⁹” — na verdade, um pouco mais de dois terços dos cidadãos. Infinitamente provável que Robespierre tenha aumentado até a inverossimilhança o número de soldados que foram expulsos das forças armadas por indisciplina: com certeza muitos oficiais realistas não toleravam em seu regimento a presença de “patriotas” cujo “civismo desconcertava os projetos dos conspiradores”, mas que estes excluídos “que agora vagam sem recursos através do país” sejam “mais de 50.000 talvez⁹⁰”, segundo Robespierre a 10 de junho de 1791, este número é certamente excessivo. Onze meses mais tarde, no primeiro número de seu *De-*

fensor da Constituição (maio de 1792), Robespierre abolirá o seu prudente “talvez” para elevar a “mais de 60.000” — “a elite do exército” em suma — o número destes banidos de quem “as luzes e a energia eram o terror do despotismo⁹¹”. Maximilien, nesse dia, batia um pouco em retirada porque, em 11 de janeiro, nos Jacobinos, ele havia contado “100.000⁹²”. E as vítimas do 17 de julho de 1791! Em 10 de maio de 1792 Robespierre mantém-se indefinido quanto à amplitude do crime, dando a entender que ele foi de porte; pensar, diz ele com indignação, que se desejava “fazer um herói daquele (La Fayette) a quem tantos cidadãos reclamam seu pai, sua mãe, seus filhos” massacrados no Campo-de-Marte⁹³! Em junho de 1792, pela primeira vez, sob a pena do Incorruptível, um número a este respeito; eis aqui La Fayette culpado por ter feito perecer, no ano precedente, diante do altar da Pátria, “1.500 cidadãos pacíficos⁹⁴”. Em 20 de outubro, retorno ao vago sinistro, com esta simples alusão à “multidão de patriotas” que “la Fayette e seus cúmplices abateram” em plena Paris, há quinze meses⁹⁵. Depois, a 13 de março de 1793, uma atenuação inexplicável: os 1.500 de junho de 1792 caem subitamente para “500⁹⁶”; mas Robespierre vai se recuperar e bater seu próprio recorde nas notas que envia, em fins de março de 1794, a Saint-Just; ele não pechinha mais: nesta horrível jornada, “2.000 patriotas desarmados foram assassinados pelos satélites de La Fayette^{97*}”.

Robespierre muda de opinião — é seu direito — segundo as circunstâncias. O regime republicano não lhe parece indispensável em 1791, mesmo após Varenne; mas vai ligar-se a ele, de modo definitivo e ardente, a partir de 10 de agosto. A liberdade de imprensa é para ele, sob a Constituinte, um dogma; ela “deve ser total e indefinida (ele quer dizer ilimitada) se não ela não existe⁹⁸”; uma liberdade le-

* Deve-se deixar por conta dos exageros de Robespierre os 35 ou 40 milhões de que o rei dispõe, segundo ele, anualmente? “Pelo menos 35 milhões”, diz inicialmente Robespierre no seu manifesto jacobino de março de 1791 (R.O., VII, 171); mais tarde, sem provocar protestos, ele falará na Assembléia, em 1º de setembro, dos “40 milhões” que custam à nação a “manutenção” do rei e de “seus prazeres”. Ele repetirá este número a 10 de fevereiro de 1792. Oficialmente, a “lista civil” do soberano era de 25 milhões, mas convém acrescentar-lhe mais 7 ou 8 milhões constituídos pelas “rendas dos parques, domínios, florestas e casas de descanso” cuja posse Luís XVI conservava. Somavam-se ainda, a este total, os 4 milhões do “dote” assegurado à rainha.

vada até suas últimas conseqüências, porque, a 9 de julho de 1791, Robespierre opõe-se (inutilmente aliás) a que seja interditada a venda de gravuras “licenciosas” porque este seria um meio indireto de atacar o princípio da liberdade de expressão. Mas Maximilien exprimir-se-á de modo completamente diferente, em 6 de março de 1793: “Qual é a arma mais temível da intriga? É a permissão de publicar os escritos mais virulentos⁹⁹”. No dia seguinte ao 31 de maio, desaparecem — suas impressoras foram saqueadas — as duas principais folhas girondinas, *O Patriota* e *A Crônica*, e, a 6 de junho, Robespierre pede à Convenção para “tomar as mais severas medidas a fim de deter os jornalistas infiéis que são os mais perigosos inimigos da liberdade¹⁰⁰”. Como a direita, através de Buzot, reclama, em dezembro de 1792, o banimento de “todos os Capetos”, Robespierre combate esta proposta (em particular na sua *Carta* de 28 de dezembro), e é ele mesmo que estimulará a Montanha a retomá-la, um mês mais tarde*. “A mais fatal de todas as medidas”, exclamava Maximilien a 1º de abril de 1793, “seria a violação da representação nacional¹⁰¹”, exatamente o que ele vai aplaudir, em 31 de maio e 2 de junho.

O próprio Maximilien nem sempre se ajusta às suas argumentações. Em janeiro de 1793, para recusar aos girondinos a consulta ao povo sobre a condenação à morte, ou não, de Luís XVI, ele sustenta que invocar, a este respeito, “a soberania do povo”, não passa de um “artifício de espertalhões”, que os partidários desta medida ultrapassam “os limites da mais exagerada demagogia”, que eles visam romper “a tranqüilidade” que o povo se obstina em provar que é de seu desejo e escolha, que é convidar este bom povo a “deserdar seu atelier, suas choupanas, seus campos, para freqüentar o fórum de cada circunscrição transformado em corte judiciária¹⁰²”. É a condenação mais rigorosa que se possa imaginar da democracia direta segundo J.-J. Rousseau, e a recusa de todo referendun, e isto depois que Robespierre em pessoa, a 13 de julho de 1791, desejara que fosse solicitada a opinião dos cidadãos sobre a sorte do rei após sua escandalosa tentativa de fuga. Igualmente inconciliáveis, antinômicos, dois posicionamentos adotados por Maximilien num prazo de três meses, em 1793. A 23 de novembro de 1793 ele confessa seu temor frente à idéia mesma das indiscrições que governantes poderiam cometer, colocando assim em perigo a salvação do Estado; quanto a

* A chave da questão concernia o destino de Philippe Égalité.

mim, diz ele, “que Deus não permita que algum dia eu deseje divulgar o que se passa no Comitê de Salvação Pública¹⁰³”. Ora, que outra coisa fizera ele quando, na noite de 11 de agosto, na tribuna dos jacobinos, ele revelara seu espanto ao constatar que, à frente do país, no seio mesmo do CSP, acontecem “coisas que ele jamais teria ousado suspeitar”; “traidores” (*sic*) nele estão trabalhando “contra os interesses da pátria¹⁰⁴”.

Uma outra inconseqüência de sua parte, e considerável. Um certo dia, Robespierre faz uma advertência que esquece completamente três meses mais tarde. Em 7 de fevereiro de 1794, nos Jacobinos, ele dá a um certo Brichet, que se lançou em denúncias imprecisas, uma lição elementar de sabedoria: “Quando alguém pede vingança contra representantes que ele não designa, toda a Convenção se considera ameaçada¹⁰⁵”. Uma extravagância que pode custar caro. Será preciso continuar? Qualquer leitor já terá se reportado, mentalmente, para a sessão do 8 thermidor, em que Robespierre, intimado a revelar, pelos nomes, os “intrigantes” que ele considera responsáveis pelos infortúnios da República, prefere esquivar-se*. Continuando o capítulo das ações ocasionais e lamentáveis do Incorrúptível: o excesso verbal é flagrante quando ele trata os “indulgentes” de “antropófagos¹⁰⁶”; o vocabulário neste caso atropela o pensamento. Mas ele se aventura também a afirmações sem base, seja ao acusar La Fayette de ter, em outubro de 1789 (mas ele só inventa esta inculpação três anos mais tarde), mandado assassinar o pai-deiro François¹⁰⁷, seja quando, após os problemas (sem gravidade) de 25 de fevereiro de 1793 e o saque de algumas mercearias, a fim de poder atribuir estas desordens aos contra-revolucionários, ele insiste em que as “lojas dos patriotas obtiveram a preferência” de parte dos saqueadores¹⁰⁸; mas as Revoluções de Paris, não exatamente direitistas, observam com precisão que “certas mercearias” bem conhecidas por serem “jacobinas” foram poupadas.

Robespierre mentiroso? É um palavrão. Mas que eu temo inevitável na questão do discurso pronunciado por Maximilien, a 2 de setembro de 1792, ou seja, no mesmo dia em que vão se iniciar os horríveis “massacres”. Nós veremos o incidente em detalhes quan-

* Já a 12 de junho, após um “nomeie-os”, ele se tinha esquivado, anunciando que designaria mais tarde e “quando necessário”, estes “malfeitores criminosos” (R.O., X, 494).

do a cronologia a ele nos conduzir. Outra escorregadela, mais venial do que esta última, de Robespierre, para além do estrito respeito à verdade. A 12 de junho de 1794, Maximilien faz, na Assembléia, uma declaração que as circunstâncias tornam particularmente importante. Trata-se dos representantes em missão, que foram convocados a Paris; Robespierre afirma, como um fato que não se pudesse negar, que estas convocações, das quais algumas de sua inteira responsabilidade, jamais tiveram “algo de injurioso” para qualquer dos interessados. Vamos devagar! E Carrier, que por duas vezes seguidas, Julien de Toulouse, agente secreto de Robespierre, designou-lhe como um administrador desastroso; e Javogues, cujo frenesi anti-religioso determinou sua substituição; e Fouché? Um outro detalhe de mesma ordem. A 26 de julho de 1794, a propósito do “Serviço de Polícia Geral”, cuja criação o CSG não lhe havia perdoado, Robespierre dirá com toda a calma: “Eu estive encarregado, momentaneamente, na ausência de um colega, do controle” deste Serviço; “minha curta gestão limitou-se a encaminhar uma trintena de portarias seja para pôr em liberdade patriotas perseguidos, seja para controlar alguns inimigos da liberdade”, o que levará Gérard Walter — tão pouco malevolente com respeito a Maximilien — a observar, ainda assim, que nesta ocasião Robespierre se expressou com “uma modéstia exagerada¹⁰⁹”. De um lado, ele consagrou muito tempo, muitas horas, muita dedicação a este trabalho de polícia que, na ausência de Saint-Just, ele praticamente dirigiu sozinho durante mais de sessenta dias; “por outro lado, no que concerne às portarias que ele encaminhou, a maneira pela qual ele apresenta as coisas, no 8 thermidor, é pouco verídica, porque o exame a que G. Walter procedeu minuciosamente não revela um só caso em que Robespierre tivesse decidido por uma libertação.

Um fato que conta muito — realmente muito — em favor deste Maximilien do qual tentamos esboçar uma primeira idéia sumária é: a afeição que lhe dedica um pequeno grupo de homens à la Couthon, à la Renaudin, à la Payan, à la Coffinhal, à frente dos quais se destacam dois convencionais, um dos quais, sobretudo, conhecia-o de perto; eu quero falar de Saint-Just e de Lebas.

Eu estou persuadido de que, a despeito de uma linda tenaz, e para a qual eu não vejo nenhum fundamento *, Saint-Just dedicou a

* Cf. a este respeito todo o primeiro capítulo do livro XIX de Michelet, e já no livro IX, cap. 5, o que segue: desde novembro de 1792 “podia-se compreender” que

Robespierre uma admiração profunda, uma fidelidade sem falha. Jamais, no meu entender, ele vai renegar o que lhe havia escrito num impulso apaixonado, já em 1790. Mas eu falo aqui, particularmente de Lebas. Lebas entrou na família Duplay, através de seu casamento, em agosto de 1793. Final de uma de suas cartas escritas a sua mulher, depois “das forças armadas”: “Abraços a toda a família, Robespierre incluído”. Sabe-se — mas os historiadores terão refletido sobre o que significava, o que se revelava neste gesto? — sabe-se que, no 9 Thermidor, quando a Assembléia, tomada por um turbilhão de ódios, de medos e de vinganças, votou a detenção de Robespierre, Lebas foi visto levantar-se e gritar: “Então eu também! Eu também!” Os colegas puxavam-no para que se sentasse e calasse. Ele se debatia. Uma manga de sua roupa foi arrancada. Ele desejava tanto assim a guilhotina? Seria bom, de acordo; um a menos para liquidar, no ato, do bando “robepierrista”. Lebas sacrificava assim, por Robespierre, sua jovem mulher e seu filhinho, nascido a 17 de junho de 1794 (há seis semanas) e acolhido no lar com enorme felicidade.

Que Robespierre tenha suscitado tamanha paixão, parece-me seja um sério detalhe a seu favor. Prova de que, conhecendo-o bem, não se poderia deixar de amá-lo. Ele jamais teria olhado um interlocutor nos olhos? Vocês o vêem realmente assim, diante de Lebas, diante dos Duplay?

Saint-Just, “um dia talvez” seria para Robespierre “um perigoso concorrente”. E isto se deu, sem a influência do Thermidor (M.I, 74). Eu não consigo perceber em que se apóia Michelet para se sentir autorizado a uma tal firmeza profética.

2

**Robespierre
nos Estados-Gerais e na
Constituinte**

Segundo P. Gaxotte, na sua *Revolução Francesa* (1929) — um texto sumário e principalmente polêmico, mas que nem por isso deixou de conhecer um durável sucesso comercial* —, a situação econômica da França, em 1789, não tinha nada de cruel; este escritor refinado oferecia a seus leitores uma imagem agradável dos súditos de Luís XVI; na verdade, dizia ele, “a maioria vivia na abundância¹”. Em compensação, um homem político que dificilmente poderia passar por subversivo, Edgar Faure, ao final de um sério estudo sobre a situação da França no momento em que Turgot se pôs em ação, acreditava poder concluir que se no século XVIII “a riqueza nacional” tinha aumentado, uma de suas conseqüências fora a de tornar “os pobres mais pobres²”. O preço dos gêneros alimentícios tinha aumentado em torno de 60% desde 1730, mas os salários tinham se elevado em 20% no máximo. As coisas são bastante claras hoje, pelo menos num ponto. Como o escrevia Barnave, um realista, um “cliente” dos Perrier, já então bastante ricos e que farão, na política, uma grande carreira: “Uma nova distribuição da propriedade prepara uma nova distribuição do poder”; a grande burguesia comercial, nova classe, pretende substituir a aristocracia na gestão do país. Por uma grande parte, o “movimento de 89” é uma luta de possuidores, uma rixa de abastados nas costas da imutável cariátide popular. Voltaire, no seu *Ensaio Sobre os Costumes*, codificou o sistema cuja estrutura deve permanecer a mesma, quaisquer que sejam a origem e a denominação dos senhores; o que ele admira na China, a seus olhos, é o próprio tipo de Estado racionalmente organizado,

* Em 1939, o trabalho estava na sua 115ª edição. É o mesmo Gaxotte que toma Robespierre por um pré-marxista e que intitulará seu capítulo XII: “O terror comunista”.

isto é, em que “o pequeno número faz trabalhar o grande número, é alimentado por ele e o governa³”.

Em completo desacordo com as sadias concepções sobre as quais, a despeito de suas desavenças, entendiam-se todos os que se auto-intitulavam “as pessoas honestas” — isto é, as “pessoas de bem”, os que possuem bens; ou seja, os possuidores — frente a elas, e numa oposição determinada, não os amigos da Enciclopédia (que em completo contra-senso Gaxotte via “igualitários”⁴) mas, com um grande número de padres rurais, um pequeno número de clarividentes, como este jovem Derobespierre, discípulo entusiasta do “cidadão de Genebra”. Numa *Dedicatória aos Manes de J.-J. Rousseau*, ele dirá do seu reconhecimento por aquele que lhe abriu os olhos sobre “os grandes princípios da ordem social⁵”. Maximilien tinha vinte anos quando ele encontrou, por um instante, Jean-Jacques à Ermenonville, pouco tempo antes de sua morte. Ele tem vinte e oito quando, ao se dirigir a uma mulher cujo nome nos escapa, ele fala do “sentimento profundo e doloroso” que experimenta diante da injustiça; “a causa dos infelizes” é muito importante para ele. Em eco, quatro anos mais tarde, na sua *Carta ao Senhor de Beaumetz*, a referência aos “direitos sagrados do infortúnio”. Uma chave para toda a ação política de Robespierre, o texto que, candidato aos Estados-Gerais, ele dirige aos eleitores de Artois; um texto que vai direto ao nó central do problema; é preciso, diz ele, que desapareçam estes “usurpadores” cujo triste papel, a medonha profissão, é “explorar o mais que puderem o estado de indignidade e degradação no qual vive um povo inteiramente absorvido pelos cuidados que exige a conservação de sua existência”, ou seja, ocupado unicamente em sobreviver, e que sua condição de escravo torna “incapaz de refletir sobre as causas de sua miséria e sobre os direitos que a natureza lhe deu”. O que deseja o Robespierre de 1789 é bater-se contra a opressão, fazer com que os submissos tomem consciência do sistema de que são vítimas, que cessem de estar cegos e encurvados, que eles levantem a cabeça, que eles saibam que sua miséria não é fruto da fatalidade, mas o efeito de uma desordem da qual os beneficiários são também os responsáveis. É com esta disposição que Robespierre pensa se colocar a serviço de um povo (dirá Lamartine) “eternamente traído, eternamente oprimido⁷”.

Eleito representante do Terceiro Estado nos Estados-Gerais, em 26 de abril de 1789, Robespierre certamente só pode participar com alegria do “juramento do Jeu de Paume”, em 20 de junho,

aplaudir o recuo do rei em 27, e a decisão tomada pela Assembléia a 9 de julho, de se proclamar Constituinte. Ele terá aplaudido a insurreição vitoriosa de 14 de julho, mas, ao que parece, não se misturara à multidão revoltada, tal como não o fará a 10 de agosto de 1792. Infelizmente não possuímos nenhum texto seu, nem mesmo uma única carta, em que se pudesse perceber um reflexo destes acontecimentos. Sabemos apenas que ele foi designado por seus colegas para fazer parte da delegação que acompanhará, de Versalhes a Paris, Luís XVI honrando com sua visita os novos homens do “Hôtel de Ville”*. Robespierre, que mais tarde será acusado de uma desconfiança quase mórbida com respeito aos aristocratas, vai, na verdade, levar muito tempo para deixar de se iludir com os conservadores sociais disfarçados de progressistas políticos. Numa carta de 23 de julho de 1789 a seu amigo Buissart, de Arras, ele se felicita desta “milícia” criada em 13 de julho, que vai se chamar “Guarda Nacional”, mas que ingenuamente ele ainda denomina “guarda burguesa” e à qual ele estima constituir-se no “verdadeiro caminho para garantir a paz pública”; estes batalhões substituirão vantajosamente “a presença das tropas”, tropas de linha indesejáveis em Paris desde a intervenção da “Real alemã”, a 12. Robespierre nos surpreende, nesta carta de 23 de julho, tanto ele visivelmente deixou-se atemorizar pela propaganda dos La Fayette e dos Bailly em que o ardor pelas reformas da linguagem cobre o temor que inspiram os necessitados. Maximilien constata sem inquietação que esta milícia oportuna “compõe-se em grande parte de notáveis”, e que ela “envia destacamentos aos locais onde se teme que haja tumultos⁸”. Entretanto, as *Notícias de Versalhes*, no seu número de 24 de julho, contêm uma indicação que a carta a Buissart não faz prever: o Marquês de Lally-Tollendal tendo insistido, mais uma vez, a 20 de julho, para que o acesso às “guardas burguesas” seja reservado estritamente aos “incapazes de perturbar” a ordem estabelecida, “o senhor de Robespierre” tomou a palavra contra esta moção da qual as *Notícias* observam que ele era “o eterno antagonista⁹”.

Muito rapidamente, ao que parece, Maximilien, na Assembléia Nacional, criou a imagem de insolente. De modo que, a 27 de julho, levantam-se “clamores” contra ele. O Duque de Liancourt preside; Robespierre está na tribuna, falando em favor do segredo da correspondência. Liancourt o interrompe. Ao que Maximilien responde,

* Prefeitura da cidade. (N.T.)

sarcástico, que a nobreza “parece não estar acostumada a ver um advogado repreender um duque¹⁰” e que vai ser preciso que ele se habitue a isso. Quanto à admissão dos pobres na Guarda Nacional, Robespierre se obstina e esta questão precisamente é uma das que o levarão a romper com Mirabeau. Não temos nenhum comentário seu sobre a noite de 4 de agosto. Ele deve ter-se regozijado ao ver desaparecer o dízimo e as corvéias, e é provável que não tenha percebido de imediato o ardil dissimulado no “resgate” dos direitos feudais. A enorme trapaça só se revelará claramente no dia 3 de maio de 1790, quando a Constituinte decretará que para ser definitivamente dispensado dos “encargos feudais”, o interessado deverá pagar uma soma equivalente a “vinte vezes o valor anual” destes “direitos”; nenhum resgate coletivo era autorizado. Somente após a queda dos girondinos, em 1793, será suprimida esta disposição legal criadora de fato da impossibilidade.

Outra gritaria contra Robespierre, em 28 de agosto. E tratava-se apenas da questão da “disciplina das sessões”, mas Robespierre foi “violentamente interrompido¹¹”. A questão do veto real ocupa a Assembléia dias 7 e 11 de setembro (“grande tumulto”, diz a imprensa, no 7¹²). O veto “suspensivo” — um mal menor — é adotado dia 11, por 673 votos contra 325. Robespierre não se limita a protestar oralmente; ele manda imprimir, em meados de setembro, um texto intitulado: “Pronunciamento do Sr. de Robespierre à Assembléia Nacional contra o veto real, quer absoluto, quer suspensivo”; nele pode-se ler esta frase: quem pretende “que um homem tem direito de opor-se à lei”, sustenta assim “que a vontade de um só está acima da vontade de todos”, e que “o homem indicado pela nação para pôr em execução as suas vontades tem o direito de contrariar e subjugar” estas vontades. Robespierre considera o veto, como tal, “um monstro inconcebível¹³”. E é neste mesmo folheto que Maximilien posiciona-se sobre o direito de voto que, no seu entender, nenhuma consideração financeira poderia limitar. “Componham o seu corpo legislativo”, diz ele expressamente, “de acordo com as eternas regras da justiça e da humanidade; chamem a ele todos os cidadãos, sem outra distinção que a das virtudes e dos talentos¹⁴”. A aristocracia, que nestes últimos tempos representou a comédia de uma extinção voluntária, devemos nos dar conta de que ela “ainda vive em nosso meio”; imbuída então de uma nova confiança, ela reergue cem mil cabeças ameaçadoras¹⁵.

Decididamente, desagrada muito aos homens razoáveis da As-

sembléia, este advogadozinho de Arras, sempre à espreita, revolucionário desmedido. Já a 12 de setembro ele propôs que a Assembléia Legislativa prevista na Constituição tenha sua existência limitada a um só ano e que nenhum de seus membros possa ser reeleito de imediato. Por ocasião das duas sombrias jornadas de outubro em que a família real, arrancada de Versalhes, torna-se a presa de Paris, Robespierre pronunciou-se com vigor — e ninguém ousou opor-lhe resistência — pela acolhida na barra da Assembléia de um certo Maillart, atemorizante, e de quem a maioria dos deputados tem horror. Exerceu-se, dois dias mais tarde, uma vingança contra Robespierre, cúmplice da população. O pretexto é uma fórmula, por ele proposta, para o ato de promulgação real das leis; para fazê-lo calar, faz-se uso da derrisão e da gargalhada ofensiva. *O Jornal de Versalhes* nota com satisfação que o orador abatido por esta hilaridade raivosa “não continuou seu discurso”. Brissot, que nessa data já lançou seu *Patriota Francês*, observa com um certo prazer, ao que parece, que Robespierre teria desejado “desenvolver suas argumentações, mas foi dispensado de fazê-lo¹⁶”. A 21 de outubro, deliberação de primeira importância. Um padeiro foi enforcado, na véspera, por famintos vindos do subúrbio que o acusavam de mentir ao pretender não ter mais nada para vender, tendo reservas escondidas, destinadas aos clientes ricos. A questão se revela tão perigosa para a Propriedade que La Fayette e Bailly reivindicam, e obtêm da Assembléia, que ela vote pelo recurso, em caso de urgência, à “lei marcial”, o que implica em requisição da “tropa”, autorizada a abrir fogo sobre a multidão se suas injunções não fizerem efeito. Mirabeau e Barnave aprovam. *O Patriota Francês* também. Robespierre manteve uma oposição resoluta, mas vã, ao projeto. Ele exclamou: vamos resumir vosso pensamento: “Se o povo se amotina, porque morre de fome, é preciso assassiná-lo¹⁷”. A lei marcial será aplicada apenas dois anos mais tarde, a 17 de julho de 1791, mas em grande estilo e negligenciada qualquer injunção.

A declaração solene dos “Direitos Humanos”, votada a 26 de agosto, abria-se com este artigo: “Todos os homens nascem e permanecem livres e com os mesmos direitos”. Ora, por instigação de Sieyès, está em estudos uma lei que, reconhecendo a todos os franceses a qualidade de “cidadãos” — não mais “súditos; cidadãos, homens, livres —, criará uma categoria de “cidadãos não-cidadãos*”;

* A tirada é de Michelet (M., I, 485).

porque, para 7 milhões de franceses em idade de votar, somente 4 milhões serão nomeados “ativos”, isto é, admitidos ao escrutínio. Aos outros, reputados iguais por brincadeira, na ordem da liberdade caberá apenas obedecer às decisões tomadas pelos “ativos”. Baseada em que, a discriminação? A resposta é evidente: fortuna ou pobreza. A fortuna assegura o direito de voto, a pobreza o interdita. Não tem direito de voto qualquer pessoa que não esteja sujeita a uma “imposição fiscal” representando o preço de três jornadas de trabalho. O golpe da exclusão, da proscrição dos pobres, Sieyès o justifica por uma linguagem do bom senso: participam na elaboração das leis “somente os que contribuem para o organismo público” e que, explica ele, “são como os verdadeiros acionistas da grande empresa nacional”. Esta linguagem de bolsista agrada aos amigos da ordem mas não atrai Robespierre. A sessão de 22 de outubro, na Constituinte, foi marcada por um vivo protesto do padre Grégoire (que inaugura então uma carreira, aos olhos de muitos, deplorável, escandalosa) e por um incidente relatado pelo *Jornal de Paris* de um modo tão candidamente cínico que seria pena passar em silêncio um detalhe a tal ponto eloquente. Robespierre, que desejava apoiar Grégoire, iniciava sua intervenção a partir de uma constatação retirada diretamente da Declaração dos Direitos do Homem: “Todos os cidadãos, dizia ele, quem quer que sejam, têm o direito de pretender a qualquer nível de representação”. O *Correio Nacional* lembra que imediatamente levantaram-se “gritos de uma parte da Assembléia”, tão numerosos, tão estrondosos, que “forçaram o Sr. Robespierre a calar-se”; mas o *Jornal de Paris* é de uma clareza exemplar: “Percebeu-se imediatamente que ele ia falar pelos pobres, que nada tendo, nada podem”; em consequência, “cortaram-lhe a palavra¹⁸”. A 29 de outubro a Constituinte vai ampliar as precauções que a sua maioria preza em extremo, estabelecendo como condição para a elegibilidade o pagamento de uma contribuição no mínimo igual a “*un marc d'argent*” — ou seja, 54 libras — e, ao mesmo tempo, a posse de uma “propriedade fundiária”. Assim, como o observava muito bem Michelet¹⁹, a ordem é imposta aos eleitores (eles próprios já tirados segundo seus recursos): para membros da futura Assembléia Legislativa, “somente os ricos poderão ser escolhidos”.

Entre a primavera e o outono de 1789, Robespierre progrediu no seu discernimento. Ele compreende claramente o que se realiza nesta Revolução, que ele não via ontem tal como ela se apresenta ho-

je, de forma cada vez mais distinta, e no início de novembro* ele confia a Buissart: o objetivo e o resultado não poderiam ser o de “construir a aristocracia dos ricos sobre as ruínas da aristocracia feudal**”.

Na história corrente da Revolução, e pelas imagens de Épinal, o ano de 1790 é aquele — feliz, emocionante — da Federação (14 de julho de 1790); para um olhar mais atento, o ano, também, do 31 de agosto em Nancy, abominável episódio cujas repercussões serão longínquas.

Como Paris está tranqüila, o historiador apressado esquece as agitações rurais, de que foram palco diversas localidades em Quercy, Rouergue, Perigord e na Baixa Bretanha. Entretanto, fala-se delas na Assembléia, a 9 de fevereiro de 1790, e o abade Maury, que não brincava com a questão da proteção à propriedade, sugere um recurso urgente à lei marcial; ele aconselhava mesmo uma antecipação: por que esperar que as câmaras municipais se reunissem, deliberassem e terminassem por solicitar uma entrada da “linha” em ação? Que a lei autorize, de imediato, os regimentos aquartelados nas proximidades dos pontos de conflito a “marchar”, antes mesmo do menor delito, sobre os “saqueadores amotinados”; basta que a ralé se amontoe para que seja oportuno dispersá-la a tiros de fuzil. Robespierre, que se especializa numa parcialidade sistemática em favor da gentinha, fala em sentido contrário; ele conjura a Assembléia a abandonar o projeto Maury e preconiza uma política totalmente diferente. Quem são, na verdade, estes homens que Maury precipitadamente qualifica de “saqueadores” porque eles se reúnem? Vocês estão certos de que as razões de sua atitude não merecem ser consideradas? Existe coisa melhor a se fazer com os trabalhadores do campo encolerizados (porque são eles que se agitam) que outorgar-lhes salvas de artilharia. Para que o povo permaneça tranqüilo, diz Robespierre, “o melhor meio é o de lhe fazer justiça²⁰”. Nas suas *Revoluções da França e de Bravante* (n.º 35, 22 de fevereiro de 1790), Camille Desmoulins dirige-se publicamente a

* Robespierre não datou sua carta, mas o destinatário observou: “Recebida a 9 de novembro de 1789”; cf. Robespierre, *Correspondência*, I, 57.

** As palavras tinham sido tomadas de Grégoire, que as havia empregado na sua intervenção de 22 de outubro à tribuna.

seu amigo: Maximilien* (“oh meu caro Robespierre”), e a notoriedade de Camille dá a esta apóstrofe o caráter de uma primeira consagração do deputado de Arras; Desmoulins honra em sua pessoa “um dos mais firmes bastiões da liberdade nascente”. A 23 de fevereiro Robespierre se opõe com energia à idéia que se propaga de utilizar a lei marcial para obrigar os recalcitrantes a pagarem seus impostos.

A 4 de março ele observa que, em muitos casos, aproveitando-se de um funesto mandado de 1669, os castelões adjudicaram-se o terço dos bens das comunas. “O direito do mais forte” jamais poderia “legitimar um título de propriedade”. A Assembléia concorda em interditar qualquer nova usurpação desta natureza; mas o que está feito está feito; não vai se voltar ao passado. A 26 de março, evocando a “contribuição patriótica” votada a 6 de outubro de 1789 (ela devia corresponder, para cada um, a um quarto de suas rendas, e o resultado, pode-se imaginar, tinha sido derrisório), Robespierre pede à Assembléia que ela se decida “a lançar um olhar severo sobre as prodigalidades ruinosas que se perpetuam” com “os tratamentos escandalosos que continuam a ser feitos a estes homens chamados de ‘grandes senhores’”. Três dias mais tarde, são os ministros que ele denuncia, personagens escolhidos pelo rei, que não deveriam passar de comissários ao serviço da nação, todos, aliás, de alta linhagem, e que não têm outra preocupação que obstaculizar as medidas de bem-estar para a coletividade; “eles não o conseguiram através de ataques abertos; eles mudam de conduta e procuram minar de maneira velada o nosso trabalho²¹”; Robespierre está a ponto de formar, na Assembléia e junto à opinião, um sólido e crescente capital de ódios. O *Mercure de France* de 6 de março não dispensa um certo humor ao informar seus leitores dos métodos que emprega a maioria bem-pensante da Constituinte para pôr termo às falações de um homem que se torna cansativo: em apoio a sua tese, Robespierre “prometia as mais terríveis verdades; elas estavam em sua boca, mas a Assembléia deixou-as lá recusando-se a ouvi-lo mais”. Os *Anais Patrióticos* de 1º de abril indicam que na antevéspera, 30 de março, com relação à execução dos julgamentos prebostais, Robespierre teve dificuldades para se fazer escutar em meio aos gritos²². Da mesma folha, 8 de abril: “O Sr. Robespierre apareceu na tribuna e antes que

* Tempos atrás eles estiveram juntos, em Louis-le-Grand, mas, devido a sua diferença de idade, em classes diferentes.

ele pudesse apresentar sua posição, vozes tumultuosas pediram que a discussão fosse encerrada²³". O *Jornal dos Debates* relata a sessão de 13 de abril, sobre as questões religiosas: "O Senhor Robespierre estava pronto para falar quando pediu-se para ser iniciada a votação²⁴". Compensação inesperada, que Maximilien, com um certo orgulho, deu a conhecer, em 1º de abril, a seu amigo Buissart; a "Sociedade dos Amigos da Constituição" — Leia-se: os jacobinos — acabou de elegê-lo à presidência; uma "santa liga", diz Robespierre, que se fortalece dia a dia pela salvaguarda "da liberdade e da pátria". Presidência efêmera (é o regulamento) e que muito rapidamente alguns vão lamentar. Com respeito ao direito de caça e daqueles que a lei batiza "vagabundos" para excluí-los, Maximilien teme (22 de abril) que esta denominação não sirva com excessiva facilidade para desqualificar "pessoas pobres e desprotegidas²⁵". A 28, tratando-se dos conselhos de guerra, ele reivindica — imagina-se os "Fora!", "Fora!" — o direito, para os soldados, de também serem responsáveis por estes organismos disciplinares²⁶. De 18 a 22 de maio, a Assembléia estuda o engajamento eventual do país numa guerra. A quem deve pertencer uma decisão tão grave? Nenhum problema, segundo Robespierre: "O poder executivo só poderá declarar guerra (...) com o consentimento do Corpo Legislativo"; o rei, segundo Maximilien, "terá sempre a tentação de declarar a guerra para aumentar suas prerrogativas"; este "arbítrio" não está mais em moda. A maioria, por uma vez, dá razão a Robespierre.

Por ocasião de um debate concernente à remuneração dos bispos, Robespierre lança-se em propósitos, com respeito à realidade social, que restarão inscritos, não se duvida, na memória de muitos, e não é de espantar a disjunção operada, já no meio do ano seguinte, entre jacobinos "pessoas de bem" e um indivíduo desta espécie. Robespierre ousou dizer: "Uma classe numerosa, morrendo de fome ou subsistindo apenas pela piedade de particulares opulentos (em princípio os bispos), tal é o escândalo e o crime das sociedades corrompidas^{27*}". A festa da Federação faz Michelet gaguejar de

* Uma curiosa carta de Lameth (Charles) datada de 3 de julho de 1790 — carta confidencial — revela que o "presidente" eleito a 31 de março certamente desagradou muito desde então. Charles de Lameth fala dele com irritação e desprezo e o toma por um imbecil, apenas capaz de "seguir as instruções que lhe são dadas" mas que "quer sempre acrescentar-lhes algo de seu". Lameth deplora o destino cruel que nos força, diz ele (mas por quê?), "a empregar tais pessoas" (cf. R.O., VI, 441).

enlevo. Que imensa “comunhão” fraterna de todos os cidadãos, ricos e pobres, trabalhando com suas próprias mãos no Campo-de-Marte para preparar a solenidade²⁸! Não se viu mesmo, contará Sébastien Mercier, autênticas damas da sociedade “transportadas em cadeirinhas” e o Sr. Sieyès com o Sr. de Beauharnais conduzidos juntos numa mesma charrete? Adorável jornada, em torno deste altar da Pátria, hexagonal, trinta metros de altura, escadas gigantes e cerca de 200 padres de cintos tricolores concelebrando a missa, tendo a sua frente o mais distinto de todos os prelados, este anjo de piedade, nomeado Talleyrand. O tempo estava execrável; foi motivo de riso. Os corações batiam de tal modo em uníssono que se dançava sob a chuva. Não sei exatamente o que Robespierre pensou de tudo isto. Não se tem registrado nenhum comentário seu sobre o 14 de julho de 1790; é possível que ele tenha partilhado o sentimento do qual Loustalot não fez mistério, nas *Revoluções de Paris* (nº 53) sobre a pungente simplicidade de um “povo de idólatras” que só tem olhos “nesta festa, para o Sr. de La Fayette” e — mas após aquele — “para o rei”. Não consigo ver Robespierre ofuscado pelo general-em-chefe da Guarda Nacional desfilando, todo em azul celeste e dourado, sobre seu cavalo branco. Gérard Walter, apresentador e comentarista da *História* de Michelet, observa que este último “se obstina em ignorar que o povo foi convidado neste dia para uma festa que não era sua”³⁰. Os guardas nacionais, por toda a França, revestem pouco a pouco, num processo natural de depuração, o aspecto que corresponde a sua razão de ser: a milícia dos que estão resolvidos a defender, de armas na mão, seus bens, que poderiam provocar inveja à cobiça dos miseráveis. Marat rapidamente toma consciência do fato, e o seu *Amigo do Povo*, de 18 de julho, disse a evidente verdade: Unidade nacional? Mas não, “dividiu-se a nação”.

Os jornais continuam a esclarecer-nos sobre a impaciência com que a parte sã da Assembléia — ou seja, mais ou menos sua totalidade — tolera cada vez menos as intervenções de Robespierre. Sobre uma questão franco-suíça* (prelúdio, o que ninguém duvida, da tra-

* Tradicionalmente as autoridades de Genebra e Friburgo confiam à França os criminosos condenados às galeras. Dois friburguenses acabam de ser agraciados e liberados; eles desejam agradecer à Constituinte; Robespierre apoiava seu voto, o que lhe valeu ser chamado pelo *Amigo do Rei* de “O advogado dos galerianos” (R.O., VI, 452).

gédia nanciense do mês de agosto), Robespierre, diz o *Mercure de France* de 10 de julho de 1790, “lutou inutilmente contra a ovação universal³¹”. A propósito da admissão de uma delegação americana no tribunal, segundo o mesmo *Mercure* de 17 de julho, protestos “imoderados” explodiram contra Maximilien; o presidente da Constituinte precisou “pedir ao orador para pôr fim a sua arenga que não interessava a ninguém”, e o *Amigo do Rei* constata com alegria que, “pela primeira vez, os dois lados (da Assembléia) puseram-se de acordo para vaiar” o insuportável personagem³². A 1º de abril, com respeito a uma missa para o repouso da alma dos mortos gloriosos do 14 de julho de 1789, o *Jornal dos Estados-Gerais* contém esta indicação que não espantará mais ninguém: “O Sr. de Robespierre apresentou-se à tribuna, mas a Assembléia decretou que ele não seria ouvido e que ela seguiria a ordem do dia³³”. Maximilien pretende, a 19 de agosto, dar sua opinião sobre o Código Penal da Marinha; ele tem a audácia de reivindicar para os oficiais, se for o caso, os mesmo castigos corporais que para os simples marinheiros. A *Gazeta de Paris* relata, em duas palavras, que a emenda proposta por este “deputado populômano” foi descartada sem discussão, “pela questão prévia”³⁴.

No último dia de agosto de 1790, Nancy é horivelmente ensanguentada. Falava-se muito, desde o verão de 89, de casos de indisciplina nas forças armadas e de soldados expulsos por falta de obediência: os culpados deveriam levar consigo, constantemente, uma “cártula amarela”, peça infamante atestando de sua indignidade. Sébastien Mercier, que não tem nada de um energúmeno, escreverá com toda a franqueza na sua *Nova Paris*: “Os inimigos da Revolução só lamentavam a indisciplina das tropas de linha porque eles não tinham conseguido atingir o seu objetivo de empregá-las em sua intenção e de fazer explodir a guerra civil de um canto a outro do reino³⁵”. Havia também estes procedimentos militares usuais, onde quer que se fosse, e dos quais o jovem oficial Tolstoi será testemunha direta no exército russo durante a guerra da Criméia: os oficiais gerenciavam eles próprios as somas fornecidas pelo Estado à intendência regimental e tratavam de arredondar o seu soldo em detrimento da tropa. Estas práticas, facilmente perceptíveis para suas vítimas, já não aconteciam sem dificuldades em 1790, e a multiplicação das “cártulas amarelas” não bastava para estabelecer o indispensável e

primordial silêncio nas fileiras. Foi precisamente isto que se passou no regimento suíço dito “de Châteaueux” aquartelado em Nancy. Por complacência, La Fayette faz decretar, a 6 de agosto, que serão designados “inspetores” para verificar as contas, mas ficando bem claro que tais encarregados do controle serão escolhidos “entre os oficiais”. A violência então desponta; trata-se de um motim, de que resultam algumas mortes*. La Fayette escreve então a Bouillé: “Parece-me, meu caro primo, que devemos atacar de forma imponente”. Bouillé não quer nada mais do que agir como verdadeiro caudilho. Ele não hesitará quanto às dimensões do instrumento de coerção; é uma ação de peso que ele prepara; ele vai marchar sobre Nancy com 3.000 homens de infantaria e 1.400 cavaleiros, alemães na sua maioria. Ele obtém ainda, em completo, a colaboração de 700 guardas nacionais, todos animados do melhor espírito. A “lição” acontece em 31 de agosto. O número de mortos não será revelado. As represálias serão vigorosas: nada menos do que 33 condenações à morte e 41 condenações a trinta anos de galés.

No mesmo 31 de agosto a Assembléia tinha escutado a leitura de uma correspondência trocada entre Bouillé e o Ministro da Guerra, Sr. de la Tour du Pin, e Robespierre tinha-se permitido aconselhar seus colegas a, antes de tomar qualquer decisão, informar-se muito seriamente, e, se houvesse realmente uma “insurreição” em Nancy, buscar com cuidado “as causas”. Intervenção considerada praticamente anulada; e a Assembléia declara “aprovar tudo o que fez e fará” o Sr. de Bouillé “em conformidade com as ordens do rei.”** A sessão acontece quando Bouillé procede a sua hecatombe. Robespierre retomou a palavra; ele não nega absolutamente que os soldados de “Châteaueux” tenham cometido uma “falta”; mas, diz

* A indisciplina dos mercenários suíços de Nancy scandaliza, horroriza as autoridades helvéticas. Era um golpe terrível contra o nome da Confederação na qual o “serviço estrangeiro” constituía-se numa exportação ancestral. A questão de Nancy, dirá Jaurès com exatidão (op.cit., IV, 243), tomava ares de um “desastre nacional” e os magistrados de Berna dirigiram-se a todos os cantões aconselhando-os a fazer uso “da maior severidade” com respeito aos vergonhosos amotinados de “Châteaueux”.

** A 16 de agosto La Fayette tomara a decisão de pôr em votação um decreto que declarava “culpado de crime de lesa-pátria” todo soldado que tomasse parte num motim.

ele, “é contra soldados cujo patriotismo está equivocado* que se deseja enviar outros soldados” e “pode ser que se termine vendo, de um lado, todos os soldados patriotas, e, no exército de Bouillé, todos aqueles que o despotismo e a aristocracia terão estipendiado³⁶”. Os jogos estão feitos. A questão está resolvida. Os deputados nem sequer escutam este profissional da insignificância. Dos acontecimentos de Nancy, qual foi a conclusão, no Executivo como no Legislativo? O rei transmitiu a Bouillé sua “extrema satisfação”; quanto a isto, nada de espantoso para Robespierre; mas é com assombro que ele vê, a 3 de setembro, o próprio Mirabeau juntar-se a Barnave para fazer decretar pela Assembléia que “as municipalidades de Nancy e Lunéville receberão agradecimentos por seu zelo”, que os guardas nacionais destas cidades serão felicitados pela “bravura cívica” de que deram provas no “restabelecimento da ordem em Nancy” e que o “General Bouillé e as tropas de linha serão louvados por terem gloriosamente cumprido com seu dever³⁷”.** Maximilien tentou realmente protestar, mas foi arrancado da tribuna³⁸. Robespierre agora sabe com quem está lidando, não somente frente aos “triúnviros” (Dupont, Barnave e Lameth, esta “trindade jacobina”, dirá Michelet, “reconhecida como o guia da Revolução³⁹”), mas também frente a La Fayette, que, ele não esqueceu, é o responsável pelo voto da “lei marcial”.

Rabaut Saint-Étienne quer purgar definitivamente a Guarda Nacional dos elementos plebeus que nela estariam deslocados. A astúcia foi a exigência do porte do uniforme completo, um belo uniforme desenhado por La Fayette: costume azul-rei, forro branco, paramentos e avesso escarlata; ele custa 80 libras, e nenhum operário, com seu salário de 40 soldos, no máximo, por dia (e somente nos dias de trabalho), pode se oferecer um tal luxo. Robespierre opõe-se a Rabaut, sem sucesso, como o testemunha o *Jornal dos Debates*: “O Senhor Robespierre não pode continuar (seu discurso) em meio aos murmúrios que o interromperam⁴⁰”. Marat designa Maximilien

* “O patriotismo” dos mercenários suíços de Nancy poderia parecer duvidoso; em troca, não era duvidosa a sua cólera contra as malversações dos oficiais.

** Talvez não seja inútil lembrar aqui, para apreciar o devotamento de Bouillé a sua pátria, que após a fuga (frustrada) de Luís XVI, organizada sob seus cuidados, ele vai para Coblenz e une-se ao corpo expedicionário francês colaborador dos austro-prussianos; ele se engajou, logo após, nas forças do Duque de York.

como “talvez o único patriota com assento na Assembléia⁴¹”, enquanto que em face a *Gazeta de Paris* lança contra ele uma insinuação, logo definida, que vai se desenvolver: Robespierre é “um homem em cujas veias corre o sangue de Jacques Clément e de Damiens⁴²”. A 5 de dezembro de 1790, é sobre a questão mesma do acesso à Guarda Nacional que Robespierre afronta Mirabeau, partidário — natural, porque a Corte o sustenta financeiramente — da admissão exclusiva dos “ativos” numa milícia essencialmente feita para a salvaguarda das “pessoas de bem”. No dia seguinte, 6, passa-se um fato estranho nos Jacobinos: Mirabeau quer interditar a palavra a Robespierre sob pretexto de que se trata de “decretos estabelecidos”; o regulamento do Clube não autoriza ninguém a abrir um debate nestas condições. Em vez de se cobrir (ele presidia) para com este gesto pôr fim à sessão, Mirabeau sobe em pé na sua poltrona e grita: “A mim! Que todos os meus companheiros me cerquem!” 30 de seus colegas — 30 somente, atrás de Charles de Lameth — agrupam-se a seus pés; eles são minoritários ao ponto do ridículo. Mirabeau conhece ali uma destas humilhações imperdoáveis. Antes de ser reduzido ao silêncio pelo tumulto dos amigos da ordem, Maximilien pode apresentar à Assembléia esta perfeita observação: “Todo cidadão armado é mestre de quem não o é” e, em meados de dezembro, ele publicará, por sua conta, um folheto sobre a organização das Guardas Nacionais onde se poderá ler esta afirmação cuja verdade lúcida não se reconhecerá como devido: “Pretende-se dividir a sociedade em duas classes, uma das quais parecerá estar armada unicamente para controlar a outra⁴⁴”.

Ano de 1791. A Assembléia, que a 9 de julho de 1789 autodeclarou-se “Constituinte”, dezoito meses mais tarde ainda não pariu esta Constituição cujo nascimento é sua razão de ser. Aos 5, 19 e 20 de janeiro de 1791, é a organização da justiça que está em estudo; rapidamente torna-se claro que a Assembléia tende a escolher os jurados somente entre os cidadãos de confiança, leia-se, os bem de vida. E Robespierre retoma sem cessar sua cantilena sobre a “aristocracia dos ricos” que ele não pode admitir. Depois abre-se, a 9 de março, a questão dos “administradores do tesouro real”, cujo papel deve ser, em princípio, o de garantir uma “fiel aplicação do tesouro público”, alimentado principalmente pelos impostos. A grande maioria dos contribuintes considera que deve-se deixar ao rei o encargo destas

designações. É de se imaginar que Robespierre — e é bem o que ele vai fazer — opte em sentido inverso e se esforce por reservar ao “corpo legislativo” o direito de escolher estes altos funcionários. O *Amigo do Rei* comenta com antecedência a intervenção de Maximilien: “O simples nome de Robespierre prenuncia invectivas, injúrias e todos os lugares-comuns de uma democracia desenfreada⁴⁵”.

Vai reaparecer, para uma decisão final, o problema do censo, em particular quanto ao “marco de prata” exigível dos candidatos à deputação. Robespierre redige e publica, em fins de março de 1791, um manifesto do qual será enviado um exemplar a cada uma das filiais jacobinas. Ele se insurge contra as disposições “anticonstitucionais” e “anti-sociais” que separaram os “ativos” e aqueles a quem não se ousa nomear os “passivos”, o que eles entretanto são sem contestação. E ele continua: “A aristocracia é o estado em que uma parte dos cidadãos é soberana e o resto submissa”; ora, ela subsiste, esta aristocracia, mas sob a forma “mais insuportável de todas, a dos ricos”. E que tristeza ver “a facilidade com que se governa os homens com palavras”! Os manobristas “tentaram nos enganar” ao conservar, com uma insigne hipocrisia, o nome de “cidadãos” aos franceses que, excluídos do direito de voto, são reduzidos à domesticação. Sejam os francos, escreve Robespierre; consideremos as coisas como elas são: os ricos “apossaram-se de todo o poder social”; e ele não teme perguntar-se qual é a origem de uma situação “que reúne todas as riquezas num pequeno número de mãos”; a causa se encontra nas “leis ruins”, nos “maus governos”, em “todos os vícios das sociedades corrompidas”. E por que seria preciso “que as vítimas destes abusos sejam (além disso) punidas por sua infelicidade com a perda da dignidade de cidadãos?” É aos responsáveis por esta usurpação que ele se dirige diretamente: os pobres são então, por sua própria desgraça, incapazes de virtudes cívicas? “Os senhores acreditam, de boa-fé, que uma vida dura e laboriosa gera mais vícios que a comodidade e o luxo? Os senhores têm menos confiança na probidade de nossos artesãos e de nosso lavradores que na dos cobradores de impostos, dos cortesãos, daqueles a quem se chama grandes senhores”? Ao que parece estabeleceu-se o uso de um vocabulário em que as pessoas simples tornam-se “a canalha”, “a população”; “os senhores revelaram ao mundo que existiriam” pessoas sem origem, “como se todo mundo não tivesse uma”, “pessoas sem valor” porque efetivamente elas não possuem nada, reservando o título de “pessoas de bem” e de “pessoas como se deve ser”

àqueles que, com freqüência, são apenas os mais vis e os mais corruptos. Os senhores já pensaram nisto: J.-J. Rousseau, a quem os senhores pretenderam erguer uma estátua*, na Constituição que se prepara, “terá seu nome apagado da lista dos cidadãos”, porque ele era pobre? Na verdade, esse sistema dá aos homens deste tempo “esta espantosa lição: seja rico, a qualquer preço, ou você não será nada no Estado⁴⁶”. Robespierre não poderia fazer melhor para concentrar sobre si os cuidados proprietários, e chega ao cúmulo de suas insanidades ao articular, na tribuna, em 5 de abril de 1791, esta advertência: “Legisladores, vocês não estão fazendo nada pela liberdade se suas leis não tendem a diminuir a extrema desigualdade das fortunas⁴⁷”, e é com este objetivo que ele propõe, para as heranças, a sua “divisão igualitária entre os herdeiros⁴⁸”; inútil acrescentar que sua idéia não será nem mesmo discutida.

Sempre inacabada — porque toca a uma questão capital: a proteção dos possuidores — a organização da Guarda Nacional. Uma vez mais, a 27 de abril, Robespierre toma a palavra a este respeito e teima em lembrar uma evidência inconveniente: “O homem armado é mestre daquele que não o está”. Para ele, as Guardas Nacionais são o “contrapeso” das forças militares constituídas pelas tropas de linha. Em consequência, “nem o príncipe, nem ninguém sobre quem o príncipe tenha uma influência especial deve nomear os chefes das Guardas Nacionais”. E Maximilien retoma sua doutrina lógica: “O princípio fundamental da organização das Guardas Nacionais” é que “todos os cidadãos domiciliados têm o direito de ser nelas admitidos”. O *Amigo do Rei* começa então, digamos, a revelar-se: nada mais perigoso, segundo ele, que “confiar o encargo da guarda pública àqueles que não têm nada a perder”: “é horrível (*sic*) confiar as posses dos ricos” a pessoas cuja “extrema miséria pode excitar à cobiça”, a “uma multidão sem moral, sem educação” (...) “vítima de todos os vícios da indigência, de todos os tormentos da inveja”, a indivíduos que “são os perturbadores naturais da tranquilidade pública”. Escutar as “extravagâncias” de Robespierre seria “obrigar a abandonar seus postos, cidadãos que enrubesce-riam por vestir um uniforme que seus novos comandados não deixariam desonrar⁴⁹”. Mas já está decidido. A 28 de abril, Robespierre vê a Comissão *ad hoc* propor a interdição oficial “a todo cidadão

* Decreto de 21 de dezembro de 1790, do qual não se falará mais, enquanto que a Constituinte levará às nuvens a memória de Voltaire.

não-ativo” de acesso às Guardas Nacionais. Assim, diz ele, será constituído “um grande corpo armado” cuja função será a de “sujeitar e oprimir o resto da nação⁵⁰”.

Na sessão de 9 de maio, Le Chapelier insiste para que o “direito de petição” seja reservado exclusivamente aos “ativos”; o que Robespierre contesta de imediato; segundo ele, tal direito “deveria (precisamente) ser assegurado de um modo particular aos cidadãos não-ativos”, porque “mais um homem é fraco e miserável, mais as súplicas lhe são necessárias”; seriam as petições dos pobres outra coisa que súplicas endereçadas aos ricos? O *Amigo do Rei* saúda, irônico, esta nova loucura do “Dom Quixote da população⁵¹”. Sobre as questões coloniais, Robespierre faz algumas observações cujo valor profético a História atestará. Sob a pressão de personagens consideráveis, que têm grandes interesses nas Antilhas (entre eles Barnave, os Lameth, Narbonne, o próprio La Fayette), os dos “homens de cor”, entretanto reputados “livres” são mantidos sob vigilância. Maximilien discerne na região a existência de um verdadeiro “partido faccioso” cujo apego à pátria parece-lhe completamente suspeito e estritamente condicional. Este partido, diz Robespierre, está pronto a “dissociar os laços que o unem à metrópole se não forem confirmadas as suas pretensões⁵²” (12 de maio de 1791). Não compreendo bem como Robespierre manteve-se calado com respeito à incrível decisão da Assembléia autorizando, em 17 de maio, a agiotagem sobre a moeda; com efeito, ele parece não ter previsto que catástrofe traria para as finanças da nação a faculdade, oferecida aos especuladores, de colocar em concorrência *assignats** e numerário. Marat será o único a combater a lei Le Chapelier, votada em 14 de junho e que faz uma oposição absoluta a toda “coalizão” de operários e artesãos sobre “seus pretensos interesses comuns”; é provável que Robespierre não tenha visto na questão nada mais do que uma precaução, justificada, com respeito aos particularismos corporativos suscetíveis de afetar a unidade nacional, perigo que parecia temer o autor do *Contrato Social*. A 16 de maio de 1791, pela primeira vez sem

* Os *assignats* tinham sido, de início, uma espécie de “bônus do tesouro”, todos de 1.000 libras e produzindo juros de 5%; mas o decreto de 17 de abril de 1790 os havia praticamente transformado em simples cédula bancária. Não se pode ler, sem uma certa ternura, a página extraordinária de Michelet sobre a grandeza moral do sistema: “Quem quer que recebesse um *assignat*, escreve ele, fazia um auto-de-fé (...). A fé revolucionária, o *assignat* era a hóstia” (M.I., 1252 e 1253).

dúvida, Robespierre se fez aplaudir “de todas as partes da sala⁵³”, ao pedir aos constituintes para se autodeclararem inelegíveis ao Corpo Legislativo que previa a Constituição. Todos vivem (contraditoriamente) na esperança de ver sua tendência triunfar na nova Assembléia.

Breve intermédio, este voto quase unânime a uma idéia de Robespierre. Quando, a 30 de maio, o deputado de Arras se pronuncia pela abdição da pena de morte (“quando a sociedade pune um culpado, ele está fora de condições de prejudicá-la”; matá-lo, então, é uma espécie de “assassinato solene⁵⁴”) ele tem contra si o tonitrante abade Maury que o aconselha a ir “divulgar sua opinião na floresta de Bondy” — a qual era vista, então, como um antro de bandidos. No dia seguinte, 31, Robespierre condena severamente uma carta do bastante velho e célebre abade Raynal (ele nasceu em 1713) que cobre de sarcasmos os revolucionários e, com isto, provoca (nota o *Correio dos 83 Departamentos*) “sapateados” de felicidade “no lado direito” da Assembléia⁵⁵. Depois Maximilien provoca furores ao desejar o licenciamento da maioria dos oficiais: “Os senhores destruíram a nobreza* e a nobreza reina sobre o exército”. Excluindo-se, talvez, os oficiais nomeados em 1790, todos os outros, segundo o costume monárquico, deviam possuir antigos “quartos de nobreza”** e Robespierre não admite que se possa “deixar o exército nas mãos de inimigos declarados” da Revolução. Será verdade, como ele afirma, que vários destes oficiais foram vistos “dissolvendo corpos inteiros cujo civismo desconcertava seus projetos de conspiradores⁵⁶”? Corre o boato de que seria exigido dos oficiais um juramento de lealdade e os que a ele se recusassem e preferissem deixar o exército conservariam “um terço” de seu soldo; Robespierre sobressalta-se e exclama: “Admirável munificência da nação garantindo pensões aos que não querem nem mesmo se comprometer a não conspirar contra ela⁵⁷”! O *Amigo do Rei* acusa então Robespierre “de imaginação delirante”; a tal ponto que ele poderia utilmente servir de “termômetro” no qual se inscreveria “o mais alto grau de demência” tanto este insensato toma automaticamente o partido dos “bandidos, sediciosos, assassinos⁵⁸”. Quanto ao *Mercure de France* que estigmatiza, em Robespierre, o “fugoso apologista de todos os tipos de insurreição”, ele não esconde a re-

* Decreto de 19 de junho de 1789, teórico, puramente fictício.

** Ter ascendentes nobres. (N.T.)

pugnância que lhe inspira um homem para quem a palavra “honra” é desprovida de sentido e seria não se sabe que “princípio feudal”; “alguém gritou para que se calasse sobre o que ele não conhecia”; ele responde “ser para ele uma glória” ignorar este “tipo de honra”. A Constituinte, onde, graças a Deus, ainda domina a honestidade e o amor do bem, reagiu dignamente descartando qualquer deliberação concernente aos oficiais.

O corpo eleitoral do Departamento de Paris, apesar de composto unicamente de “ativos”, e, portanto, de cidadãos ricos e honrados, teve a singular idéia de nomear Robespierre (foi na primavera de 1791 que seu título de “Incorruptível” tornou-se de uso corrente) “promotor público junto ao tribunal criminal”. Adrien Duport, ainda ontem liberal, mas que sabe quem é este Maximilien irrecuperável para a boa causa, energicamente apoiado por Bailly e por La Fayette, Duport, que presidia este tribunal, apresenta sensacionalmente sua demissão. Lembremo-nos de que há oito meses atrás, a *Gazeta de Paris* tinha associado moralmente Robespierre ao assassinato de Henri III assim como ao agressor de Luís XV. Agora, o *Jornal da Corte e da Cidade*⁶⁰ concede a Robespierre uma promoção; ele não é unicamente da horrível espécie dos Jacques Clement e dos Damiens; ele é, positivamente, é preciso sabê-lo, o “sobrinho”, o próprio sobrinho, de Robert-François Damiens que, em 1757, um ano antes do nascimento do futuro deputado de Arras, mereceu o esquartejamento por ter tentado um regicídio.

Aproxima-se o momento em que vão se produzir dois acontecimentos consideráveis: 20 de junho e 17 de julho de 1791.

No dia 20 de junho, à noite, Luís XVI, sob um disfarce, foge das Tulherias com os seus. A ação foi organizada pelo herói de Nancy, o Marquês de Bouillé. O plano consiste, para o rei, em ganhar Montmédy onde Bouillé reuniu regimentos seguros, compostos de soldados estrangeiros, robôs mercenários, imunizados assim contra o abominável “civismo” caro a Robespierre, e prontos a cumprir, sem problemas, a operação à qual se destinam: avançar sobre Paris e nela restaurar à força a autoridade real tal como ela era, intacta e absoluta, antes de 1789*. Durante a sessão de 21 de junho

* É interessante saber que Mirabeau, desde que o rei abandonou Versalhes à força, não tinha cessado de aconselhar-lhe uma saída clandestina e uma volta à Paris unicamente com os meios (militares) de se fazer obedecer.

em que o presidente anuncia, à Assembléia, que o rei abandonou Paris, é feita a leitura de um documento redigido pelo próprio soberano à intenção do país para explicar e justificar sua partida; ele não aceitava mais as condições de existência que lhe tinham sido impostas desde o triste dia de outubro de 1789 em que o “povo” tinha posto fim a sua residência normal de Versalhes para encarcerá-lo, de fato, nas Tulherias*. Só se pode admirar cada vez mais a determinação, tomada imediatamente pelos principais representantes da Constituinte — o grupo Barnave-Duport-Lameth-La Fayette (Mirabeau, infelizmente, morto a 2 de abril, já não está lá para o crédito grandioso que ele lhes teria dado, com certeza): o rei pode contar o que ele quiser; ele pode insistir em dizer que ele fugiu; a Assembléia, pela voz de seus guias iluminados, sustenta que ele foi “raptado⁶¹”. O fugitivo será detido a tempo em Varennes e trazido de volta para as Tulherias. A Assembléia extingue, apaga, anula. Ela quer “por um milagre impossível ao próprio Deus, que o que aconteceu não tenha acontecido⁶²”. A Assembléia, numa mensagem à nação, informa-lhe que “o rei e a família real foram raptados na noite de 20 a 21”.

Robespierre denuncia a enorme, insustentável “mentira” do rapto, textualmente, no dia 21 à noite, diante dos jacobinos: uma “mentira desprezível e grosseira⁶³”. Ele chega à conclusão que lhe parece se impõe: está “provado”, diz ele, “que a Assembléia trai os interesses da nação”. Mas ao mesmo tempo, o que desenvolvem às claras os dirigentes, permite compreender com facilidade o que eles pretendem: “Estão entre nós as bases com que conta o rei para a sua volta triunfal”, e Robespierre revela, inopinadamente, tudo o que pensa: “Nossos colegas membros da Assembléia, na quase unanimidade, são contra-revolucionários”. Eles não foram vistos “agradecendo a Bouillé pela Saint-Barthélemy dos patriotas de Nancy”? Seus “chefes” — ou seja, os triúmviros e La Fayette — não terão nenhuma dificuldade em convencer um “povo cansado”, de uma “manobra”. Amarga constatação, pela primeira vez, de uma queda na energia revolucionária do povo. Estamos em junho de 1791. Dois

* O infeliz Luís XVI, que carece um pouco de senso de proporção, e que não vê a gafe, a indecência que comete ao misturar as pequenas coisas com as grandes, indica grosseiramente em sua carta que a residência das Tulherias lhe é extremamente penosa porque “longe de nela encontrar as comodidades a que está habituado, ele sequer encontrou os prazeres que se oferecem as pessoas afortunadas”.

anos já do juramento do Jeu de Paume, a alegria no coração, o fogo nas veias. Dois anos. E quanta decepção! O azul do céu desapareceu. O sol já não está presente. Nuvens espessas e neblina. Todo o otimismo parece extinto em Robespierre e ele evoca, com sofrimento, “males que eu vejo”, diz ele, “como inevitáveis”, prontos a abater-se sobre a pátria. Teria havido, segundo Desmoulins, naquela noite, nos Jacobinos, um reavivar de chamas em torno de Robespierre, em sua honra, a seu favor, para derrubar seu abatimento e restituir-lhe a esperança. Camille contará que eles foram “mais de 800” a se levantar para prometer a Maximilien seu devotamento indefectível⁶⁵, e Danton teria rugido — falando já de guilhotina* — que ele assumia “o compromisso formal de entregar sua cabeça ao cadafalso ou de provar que a dos traidores deve cair⁶⁶”.

A Assembléia, neste 21, tinha decidido (sinal bastante claro de suas disposições) que ela não via a necessidade de modificar o Executivo; está certo, o rei está ausente, mas não há nenhuma razão para não se manter em seus postos os ministros que ele aí colocou. Em 21, Robespierre dizia rudemente: “Não é a mim que a fuga do primeiro funcionário público (porque é assim, sem mais, que ele considera o rei) deve parecer um acontecimento desastroso”. Quando mais não seja, em razão da oportuna economia que esta partida proporcionaria ao Estado: um “ganho” substancial; o dos “40 milhões de manutenção que custa (à França) o indivíduo real⁶⁷”. Ele está, na verdade, mais inquieto do que admite e se felicitará, no dia seguinte, ao conhecer a interrupção que foi feita, em Varennes, à escapada, tão perigosa para a liberdade, que havia tentado Luís XVI. Ele solicita de imediato uma “coroa cívica” para os autores deste feliz incidente retificativo e, a 23, ele precisa que, em lugar de se limitar, como parece ser a orientação seguida, a “punir os pérfidos conselheiros do rei”, poupando muito respeitosamente Sua Majestade (punição da qual nem uma sombra vai se desenhar), a “estrita justiça” exigiria “uma medida mais vasta⁶⁸”. Robespierre não dá maiores explicações, mas a folha de Brissot, o *Patriota Francês*, assinala que a alusão velada a uma “medida” que, ao que tudo indica, concerne à pessoa do rei e sua manutenção no trono, provocou na Assembléia “um movimento de surpresa e uma espécie de terror⁶⁹”. Bouillé, numa declaração sonora, esforça-se por inocentar Luís XVI tomando so-

* Foi em março de 1791 que a Constituinte instituiu a guilhotina no lugar da forca para os condenados à morte.

bre si toda a responsabilidade do caso: o rei só fez ceder às suas abjurações ao deixar as Tulherias para escapar à situação, de todos os pontos de vista inaceitável e incompatível com sua dignidade, a qual ele vem sendo reduzido com aplicação. Barnave abençoa o gesto de Bouillé que se adapta tão bem aos seus pontos de vista. Barnave e seu grupo desejam absolutamente que a monarquia subsista. Uma preocupação que compartilha La Fayette, ele também fervorosamente atento ao perigo supremo que poderiam correr as “pessoas de bem” se viesse a lhes faltar o palácio real. E se eles são favoráveis a uma modificação do regime e a uma atenuação, ao menos simbólica, do despotismo, é em favor da liberdade das “elites”, as quais se confundem (e será exatamente este o pensamento de Benjamin Constant, o futuro “liberal”) com os grandes detentores de numerário. Barnave não acredita de modo algum precisar encobrir de retórica sua convicção para dissimular seu objetivo: se algum dia a realeza for aniquilada, dirá ele, claramente, a 13 de julho, sabem os senhores o que se seguirá, infalivelmente? O atentado à propriedade. “Que noite de 4 de agosto resta a fazer?” A da lei agrária e da intervenção dos pobres nos bens dos ricos*.

Robespierre não deu continuidade à sua sugestão, voluntariamente imprecisa, dia 23 de julho. Ele não se manifestou mais, nem na Assembléia, nem nos Jacobinos. Porque ele próprio hesita. Três semanas se passam e Maximilien guarda o silêncio, salvo por algumas palavras, a 7 de julho, sobre a liberdade de imprensa. A 19, diante dos jacobinos, ele permanece enigmático; “Acusaram-me de ser republicano; fizeram-me muita honra. Eu não o sou. Se me tivessem acusado de ser monarquista teriam me desonrado. Eu também não o sou”. Seria preciso ao menos que ele escolhesse. Em todo caso, “a inviolabilidade” real tem nele um adversário decidido, e, a 14 de julho, dia do aniversário desta Federação na qual Luís XVI tinha sido tão aclamado (no 14 de julho de 1791, ensolarado durante o dia, iluminado à noite, não houve nenhum incidente), Robespierre compromete a calma — o belo sucesso obtido, após o choque de 21 de junho, pelos dirigentes do jogo político — ao exprimir uma idéia sim-

* Eis, segundo J.-J. Chevalier no seu *Barnave* de 1975 (183), as palavras exatas pronunciadas por este homem lúcido a 13 de julho de 1791: “Se a Revolução dá mais um passo, ela não pode fazê-lo sem perigo: na linha da liberdade, o primeiro ato que se seguiria seria o da eliminação da realeza; na linha da legalidade, o primeiro ato que se seguiria seria o da aniquilação da propriedade”.

ples, dificilmente contestável, mas absolutamente fora de lugar: “O rei é inviolável, os senhores afirmam”; o que significa que “ele não pode ser punido”; “tal é a lei”. Ora, vamos! “Esta é uma calúnia que os senhores se fazem. Não, os senhores nunca decretaram que existisse um homem acima das leis⁷⁰.” O *Amigo do Rei* reconhece, sim, que o “Senhor Robespierre”, é verdade, “não é absolutamente um hipócrita, mas somente um fanático”. E a *Gazeta de Paris* vai retomar por sua própria conta o interessante detalhe biográfico revelado, no mês precedente, pelo *Jornal da Corte e da Cidade*: este Robespierre, tão subversivo, não é outro que o “sobrinho-neto de Damiens⁷¹”. Não existe, entretanto, nada de fatal na idéia que ele propôs dia 13 aos jacobinos: que se consultasse a nação antes de estatuir sobre a sorte do rei; Robespierre desejaria saber o que se pensa, no país, de sua tentativa de 20 de junho, e do papel que ele deve, ou não, conservar.

É justamente a este propósito que vai se produzir a tragédia sangrenta de 17 de julho, precedida, na véspera mesmo, por um acontecimento político sem ligação direta com o drama do dia seguinte. A 16 de julho, um duro golpe para os jacobinos. Tramada em segredo, uma cisão explode. Os triúmviros, seguidos de um bom número de deputados, anunciam que eles se retiram da Sociedade para constituir um clube rival, no antigo convento dos feuillants. Feuillants contra jacobinos. No espírito dos estrategistas que conduziram tudo, foi a um sábio e rigoroso desfalque que se procedeu, prelevando sobre a Sociedade fundada em 1789 sua melhor substância. Não se difundiu aos quatro ventos, mas trata-se, então, a um só tempo, de uma ruptura com Robespierre que, por suas intransigências, tornou-se intolerável para as pessoas razoáveis, e de um reagrupamento efetivo e denso, em forma de intransponível baluarte contra os inimigos, conscientes ou cegos, do único dogma comum a todas as pessoas de bem: a propriedade é “sagrada”. Foi a palavra exata, aliás, que se escolheu para o artigo XVII e último (o artigo culminante) da *Declaração dos Direitos do Homem*. Nele está dito, com todas as letras, que o “direito de propriedade é inviolável e sagrado”. A maioria, a imensa maioria dos constituintes, compõe-se de voltaireanos. Não é por acaso que a Assembléia acabou de organizar, a 11 de julho, uma cerimônia suntuosa em honra do filósofo-em-chefe, o grande libertador das inteligências. Como Voltaire, estes senhores sabem distinguir, sem erro, o que conta do que não conta, o que é concreto do que não é, o real das ficções. O dinheiro é

concreto ao grau máximo. Assim, tomou-se o cuidado de transferir, na Declaração solene de 1789, o termo “sagrado”, até então reservado à coisas religiosas, a algo que tem um outro peso, uma outra autenticidade: as possessões terrestres. Os jacobinos, a 16 de julho, vêem-se, subitamente, correndo o risco de submergir, de desaparecer, por desagregação, por deserção maciça. Mas não se esperava, de nenhum lado, o que vai se passar dia 17, e, em vinte e quatro horas, os dados políticos terão tomado um novo aspecto.

A Assembléia não tinha podido se dispensar após o acontecido em 20 de junho, de votar a “suspensão” do poder real (neutralizada pela “inviolabilidade” confirmada da pessoa do rei). A 16 de julho, a Constituinte decreta que a dita “suspensão” terminará desde que Luís XVI tenha acordado sua sanção ao “ato constitucional”. A municipalidade de Paris decide que, já no dia seguinte, domingo, 17 de julho, o decreto da Assembléia será não somente fixado em todos os cruzamentos mas, a partir das oito horas da manhã, lido e proclamado nas ruas, ao som de trombetas, cada delegado do poder municipal sendo escoltado por homens armados. O Duque de Orléans inscreveu-se nos Jacobinos, a 23 de junho. Ele se agita muito, neste momento, nos bastidores, e pergunta-se se não é chegado o momento de fazer-se levar ao trono em lugar de seu primo. Dia 15, Laclos, que é seu agente, propõe à sociedade uma petição reclamando, preto no branco, a deposição de Luís XVI. Danton, também profundamente “orleanista” dá seu apoio a Laclos. Robespierre une-se à petição, mas sem, no entanto, dar a menor garantia ao pretendente. Brissot aceita redigir o texto, que submeterá no dia seguinte, 16, aos membros do clube. Quando Robespierre comparece, neste dia, aos Jacobinos, é para tomar conhecimento da grande secessão dos Feuillants; e ele tem sob os olhos o efeito devastador. Ele está determinado a fazer frente, a responder aos dissidentes sem fraquejar, a conservar aos jacobinos sua identidade. Ele não deixa por isso de aconselhar prudência à minoria fiel, e Brissot diz-se pronto a retirar seu apelo; mas uma delegação dos cordeliers chega, com um texto sem nuances, recusando de forma ríspida e direta Luís XVI. Seja. A petição é aprovada. Ela será levada no dia seguinte para o altar da Pátria, no Campo-de-Marte, e proposta à assinatura de quem o queira, “ativo” ou não. Sobrevém a decisão da municipalidade comportando a participação de grupos armados. Imediatamente — dia 17 pela manhã — Robespierre corre aos Jacobinos para que se suspenda tudo, e que emissários sejam enviados imediatamente ao

Campo-de-Marte a fim de fazer desaparecer o manifesto ofensivo. Tarde demais. O texto já está exposto, sob a guarda de cordeliers tenazes; pilhas de folhas brancas estão prontas, com tinteiros e penas, à disposição dos assinantes, que afluem. Fora de questão qualquer recuo, desdita*.

Mathiez descobrirá e publicará⁷² um curioso documento redigido no mês de outubro de 1793, por um certo Durand (por ordem de quem? com que intenção?) que se vangloria de ter passado o seu dia de sábado, 16 de julho de 1791, a “instruir os mais fervorosos patriotas dos perigos que eles corriam”. Este Durand (que ao que parece teria sido um empregado municipal) teria sabido que no Hôtel de Ville estava-se disposto a usar, no domingo, de todos os meios, inclusive os mais rudes, para pôr fim a inquietantes sinais de desrespeito, de insolência e de rebelião que se multiplicavam nas classes baixas. E Durand afirma que advertiu pessoalmente Danton e Santerre, e que eles o escutaram. Santerre fica em casa dia 17 e abstém-se de aparecer no Campo-de-Marte. Danton, ainda mais prudente, já no sábado à noite vai para Sèvres, na casa do seu sogro. Pode-se tomar como certo que, do lado do prefeito como do comandante-em-chefe da Guarda Nacional, a moral não está para complacências. Bailly percebe 110.000 libras de ordenado e La Fayette, pessoalmente já bastante rico, esposou uma Noailles cuja fortuna é imensa. O que significa que as próprias bases, as bases “sagradas” da propriedade, não poderiam ter melhores defensores do que estes dois responsáveis pela ordem na capital e pela tranqüilidade pública. Eles têm a sua disposição, desde o dia 21 de outubro de 1789, a *lei marcial*, com a autorização que ela implica de abrir fogo, caso necessário, sobre os agitadores. Na sexta-feira completaram-se exatamente três meses desde que, a 16 de abril, quando a ralé enfurecida impediu o rei de ir a Saint-Cloud fazer sua Páscoa, La Fayette quase obteve de Bailly que fosse proclamada a lei de urgência e hasteada na Prefeitura a significativa bandeira vermelha. Entre o incidente dito “de Saint-Cloud” e a hora atual de 17 de julho interveio um grave episódio: o rei tentou fugir para ir procurar tropas e desfazer tudo o que se fez, politicamente, desde 1789. Os amigos da ordem repuseram-no em sela. Ele vai afirmar, prometer, com juramentos solenes, que ele será

* Apesar disso, aí pelo meio-dia, alguns membros do Clube distribuirão no Campo-de-Marte uma nota convidando os cidadãos a se retirarem, a voltarem para suas casas.

o que se deseja dele, um soberano “constitucional”, o contrário de um déspota, em quem se pode confiar. Precisamente, não. Muita gente já não acredita mais. A petição vai cobrir-se — cobre-se — de milhares de assinaturas* e o próprio ato de assiná-la é um gesto intolerável quando realizado por pessoas que não têm nenhum direito de fazê-lo, os “cidadãos não-cidadãos”; e não há nenhuma dúvida de que é este tipo de gente que predomina na enorme multidão que se aglomera, num crescendo (é domingo, um belo dia), aos pés e nos degraus do monumento. O que se produz lá equivale a uma sublevação dos interditos-de-voto. Um tal escândalo deve cessar. Acabaram-se as tergiversações, os escrúpulos. A bandeira vermelha é desfraldada numa das janelas centrais da Prefeitura: a lei marcial é posta em vigor. Ou seja, aviso aos “passivos” que se metem no que não lhes diz respeito. Aviso sem ambigüidade: mata-se, se for preciso, para dispersar os revoltosos.

Não estão completamente claras, e certamente não o ficarão nunca, as circunstâncias do massacre. Parece certo que nem Bailly, nem La Fayette deram a ordem de abrir fogo; que um tiro de revólver, saído da multidão, feriu um oficial e provocou o tiroteio**. Desejava-se de tal modo, nas altas camadas, dar uma “lição” (do tipo da de Nancy) às pessoas indignas, depreciadoras da monarquia, inimigas da paz social, que não se pode deixar de imaginar um forte, um muito forte alívio de parte dos partidários do *status quo*. Segunda-feira, dia 18, na Assembléia, Charles de Lameth, que a preside, felicita Bailly por sua bela ação e Barnave celebra a vitória das idéias puras. Quantos mortos houve no total? Nenhum, nem mesmo um só, de parte das “forças da ordem”; um dragão ferido somente. O relatório de Bailly, que não se pode levar a sério, dará conta de “12 mortos” e de uma dezena de feridos entre os civis. Admiremos a tranqüila capacidade dos Srs. Furet e Richet, na sua grande obra sobre a *Revolução*, publicada em 1965 por Réalité-Hachette (p. 198): “Houve uma quinzena de vítimas”. Cadáveres flutuando no Sena serão re-

* Nela afirma-se que o povo não quer mais Luís XVI “e nenhum outro rei”; os cordeliers, portanto, não agem em favor da intriga orleanista.

** Segundo Michelet, teria-se observado (I, 780) que, rivalizando em ardor com a “guarda assalariada” (composta de antigos soldados das “guardas francesas” cujo espírito militar é perfeito), o batalhão da Guarda Nacional que dirigiu sobre a multidão o maior tiroteio foi o das *Filles Saint-Thomas*, do *quartier de la Banque*.

colhidos dia 18; nós devemos nos resignar a ignorar o número verdadeiro de homens e mulheres caídos sob as balas, no Campo-de-Marte, em 17 de julho de 1791. Robespierre fabulará, nós já o vimos, a este respeito. Muito aproximativamente, pode-se, eu penso, falar de uma centena de mortos*. Uma mostra do terror branco esboçou-se durante vários dias. Aconteceram algumas detenções. Na noite de 17, Robespierre confiou aos jacobinos que o acesso à Assembléia estava-lhe proibido no momento: "Há poucos instantes mesmo, diz ele, nos Campos Elíseos, publicava-se sob meu nome um discurso sedicioso do qual nem uma só palavra saiu de minha boca⁷³". Finalmente, ele não será incomodado.

Os jacobinos estão numa situação difícil, depreciados pelos *feuillants* como suspeitos de tendências extremistas, e odiados por elementos da "guarda assalarida" a tal ponto que, voltando do Campo-de-Marte, no domingo, e excitados por sua proeza fulminante, estes valorosos tipos falavam em demolir a canhonaços a sala destes clubistas nefastos. Robespierre vai lembrar a Pétion, na sua *Carta* n.º 7, de 30 de novembro de 1792, esta lúgubre jornada do 18 de julho em que eles não eram mais do que trinta presentes na rua Saint-Honoré, e "cercados pelos seguidores de La Fayette⁷⁴". Se os jacobinos sobreviveram e se recuperaram, foi muito graças a Robespierre, mas também à fidelidade das filiais. Os *feuillants* encontraram pouca acolhida no interior, e novas células jacobinas vão se formar. Havia em torno de 400 no início de julho de 1791, em toda a França; em setembro, elas serão 1.000. Preciosa armadura que, dois anos mais tarde vai se assemelhar, muito, aliás, com uma golilha de funcionários. Para salvar os móveis, em Paris, Robespierre fingirá humildade, expondo-se ao desprezo de Michelet que o acusa de "rastejar⁷⁵". É preciso admitir que a "mensagem" à Assembléia que ele próprio redige em nome da Sociedade, no dia imediato ao 17 de julho, é a tal ponto bajuladora que chega a causar mal-estar. Após as mentiras grosseiras que La Fayette e os triúmviros fizeram admitir à Constituinte sobre o "rapto" do rei, e as felicitações votadas a Bailly pelo massacre do Campo-de-Marte (semelhante às que em setembro de 1790 foram concedidas a Bouillé pela carnificina de Nancy), é doloroso ver Robespierre cobrir de flores a Assembléia

* Para nos descontrairmos um instante, citemos Louis Madelin, na *História* de maio de 1958; a 17 de julho de 1791, no Campo-de-Marte, "manifestantes foram dispersados pelas forças armadas"; sem mais.

por “sua sensatez, sua firmeza, sua vigilância, sua justiça imparcial”. Ele acredita prudente e necessário “terminar esta mensagem por uma profissão de fé cuja verdade, escreve ele, nos dá o direito de contar com sua estima, sua confiança, seu apoio⁷⁶”. Talvez não fossem realmente necessárias estas afirmativas de inocuidade quase servis para evitar o pior e desarmar os destruidores. Maximilien sente tão pouco orgulho de seu recurso à humilhação que não fará inserir seu texto no *Jornal da Sociedade*. Mas Brissot, a 24 de julho, não deixará de torná-lo público no seu *Patriota Francês*. A decisão que tomou de prosternar os jacobinos diante do poder não vai impedir à maioria dos constituintes de interditar-lhe a palavra, dia 23, com um concerto de vociferações, a uma sua tentativa de exprimir-se sobre o relatório Salles, que propõe a criação de um tribunal especial diante do qual deverão comparecer “os autores da rebelião do Campo-de-Marte⁷⁷”. Outra bóia de salvação para os jacobinos, este *Apelo aos Franceses* que lança e assina Robespierre e que testemunha de sua moderação. Nele fica especificado que ele não compartilha de modo algum, no que lhe concerne, “com o terror que o título de rei inspira a quase todos os povos livres”; reconheçamos, diz ele, que pode existir um regime monárquico em que a liberdade dos cidadãos seja mais real que sob uma oligarquia de opulentos.

Coloca-se, uma vez mais, em discussão, a lei eleitoral. Intocável, está entendido, o regime do censo. Nada a fazer para que um cidadão cujo nome não figure na folha de impostos tenha direito a votar. O debate se restringe exclusivamente às condições de elegibilidade. Os partidários do marco de prata mudaram de tática. Eles concordam em renunciar à sua primeira fórmula, mas substituindo-a por uma exigência pior: para ser elegível no Corpo Legislativo, será preciso justificar uma imposição pelo menos igual “a quarenta dias de trabalho”, ou seja, mais de 80 libras, enquanto que o “marco” valia 54. Robespierre, a 11 de agosto, protesta com todas as forças: “Que me importa que não existam mais nobres se é preciso que eu veja suceder a estes privilegiados uma outra classe à qual eu serei obrigado a dar meu sufrágio?” Eu digo que não é verdade que seja preciso ser rico para ter afeição por sua pátria”. Estas eternas bobagens, incansavelmente repetidas, obrigam o *Amigo do Rei* a se repetir também: em suma, o que quer este demagogo, insensato, é “introduzir no Corpo Legislativo todos os pés-descalços do reino⁷⁹”. Sobre a lancinante questão do restabelecimento da disciplina no exército”, Robespierre retoma, em vão, a 23 de agosto, sua reclama-

ção bastante lógica: “É sobre os oficiais que deve se assentar a vigilância dos legisladores”; em todo incidente em que esteja em causa a indisciplina do soldado, a primeira coisa a fazer “sempre” é informar-se sobre as razões e circunstâncias da “desordem”. Exatamente o que não querem os oito ou nove décimos dos deputados que consideram da maior importância o fato de que o Estado possa dispor, em permanência, para a paz social, de regimentos habituados à obediência passiva.

Somente após mais de um século⁸⁰ vai-se conhecer a correspondência secreta que se estabeleceu entre Barnave e a rainha; mas Robespierre adivinha alguma coisa deste mistério, e basta-lhe estar atento para constatar que um punhado de grandes notáveis exercem sobre a nação uma onipotência prática. Em 1º de setembro ele renuncia a toda timidez: por que estamos aqui?, pergunta ele; fomos designados pelo povo “para defender seus direitos e não para aumentar a fortuna de alguns indivíduos”, não para “favorecer a coalizão dos intrigantes com a Corte⁸¹”, e ele provoca um escândalo ao chegar a declarar que, se a atmosfera política persiste em pesar em benefício de uma marcha-a-ré, os homens de progresso só terão uma alternativa: “retomarmos nossos grilhões ou nossas armas⁸²”. Traduzindo: ou baixar a cabeça, dobrar-se, tornar-se outra vez escravos, ou então descer à rua e recomeçar, como em julho de 89, a luta armada. E ele não foi detido, nem sequer expulso (provisoriamente) da Assembléia e ameaçado de processo por este apelo, quase explícito, à guerra civil! Que metamorfose ele vive, desde julho, e sua fingida docilidade, devido ao seu medo. Não o puniram. Resultado: o personagem é mais odioso do que nunca, e incendiário. O *lobby* colonial lançou-se ao ataque do decreto votado por surpresa, a 15 de maio, e que, com muita imprudência, outorga alguns direitos cívicos aos “homens de cor” reputados “livres”. Levado por toda uma onda de gemidos e advertências vindos de importantes “câmaras de comércio”, Alexandre de Lameth, que tem, ele próprio, sérios interesses em São Domingo, adjura a Assembléia, em 5 de setembro, a anular o decreto de 15 de maio do qual depende, segundo ele, a vida econômica de todos os nossos grandes portos do Atlântico. Robespierre tentou intervir; uma rajada de protestos cobriu sua voz. Gritam-lhe: “Para a abadia⁸³!”, o que significa: “Para a prisão!” E já! À saída da sessão, Maximilien foi insultado, empurrado. “Patriotas”, vindos das tribunas, precipitaram-se para defendê-lo. “Nunca”, observará a *Gazeta de Paris*, de 8 de setem-

bro, comentando a passagem do dia 5, “nunca houve (na Assembléia) tumulto mais violento”. E Robespierre terá a audácia de reincidir dia 24. Barnave acaba de demonstrar que o decreto de 15 de maio é “impraticável”, e Robespierre observa, sarcástico: “Inexecutável”, a lei? Fácil demais de afirmar quando sua execução foi interdita “exatamente por quem estava encarregado de aplicá-la⁸⁴”.

A 13 de setembro, o rei aceitou solenemente a Constituição, e na sua alegria, ele oferece aos parisienses, por conta dos fundos que lhe são generosamente outorgados, um fogo de artifício, dia 25. A 28 de setembro, Maria Antonieta endereça, confidencialmente, a Mercy-Argenteau, que foi embaixador da Áustria em Paris, de 1766 a 1790, e que se estabeleceu em Bruxelas, ficando assim ao alcance (e à disposição) da austríaca que é rainha da França, estas palavras que dão a medida da sinceridade real: “Aparentar (como fazemos, o rei e eu) adotar as novas idéias, é o meio mais seguro de desfazê-las em breve⁸⁵”. A Constituinte vai se dissolver em 30 de setembro. Ela se censuraria de fazê-lo sem ter antes resolvido de uma vez por todas a questão delicada e de primeira importância, na verdade, da Guarda Nacional e de sua composição. Graças à astúcia do uniforme exigido, os indesejáveis, isto é, os cidadãos “não-ativos”, isto é, os pobres, desapareceram das fileiras da ex-“milícia burguesa”, o que ela deve rigorosamente tornar-se. Robespierre terá se desgastado em vão, durante meses e meses, para que seja retirada da lei eleitoral, assim como do recrutamento da Guarda Nacional, a exclusão dos desfavorecidos. Ele foi completamente derrotado quanto ao direito de voto. Antes de se separar, a Assembléia anseia fazê-lo compreender que ele o será também quanto ao outro ponto. A 29 de setembro a Assembléia expirante decreta — enfim! — que só poderá ser admitido nas fileiras da guarda cívica quem for “cidadão ativo”. Que os sem-posses, já reduzidos ao silêncio no que respeita à condução das questões públicas, saibam claramente que eles devem do mesmo modo ficar desarmados; quem não tem dinheiro não tem direito ao fuzil. Neste mesmo 29 de setembro, Le Chapelier, que desde a primavera revelou-se como um dos mais decididos, dos mais obstinados amigos da ordem, apresentou um relatório concernente às sociedades e clubes políticos (com toda evidência é os jacobinos que ele visa). Ele estima — eu cito — que “não temos necessidade destes tipos

de sociedades, porque a Revolução acabou”. Uma vez mais, e demais, porque a Assembléia já está cansada dele, Robespierre intervém e para uma reflexão particularmente desagradável. Ele retoma os termos do preopinante: “A Revolução acabou”, para acrescentar-lhes uma observação da qual prefeririam que ele se tivesse dispensado: ele admite “não compreender muito bem o sentido” que seu honrado colega “dá a esta proposição⁸⁶”.

Último dia da Constituinte, 30 de setembro de 1791. Os representantes deixam a sala. Do lado de fora uma ovação espera Robespierre. É o seu público habitual das tribunas, cujo número e calor não pararam de crescer, numa resposta à hostilidade cada vez mais veemente que a Assembléia, no seu conjunto, manifesta a seu respeito. Foi em vão que a Constituinte manteve-o, diligentemente, obstinadamente, afastado de toda comissão “parlamentar”, seu renome cresceu na opinião — e ele não descansou, é preciso reconhecer — para impor a sua atenção. Em 1790, ele interveio mais de cem vezes na Assembléia, e mais de trezentas vezes em 1791. Neste 30 de setembro, Pétion e ele, de braços dados, são aclamados pela população, e o *Père Duchesne*, no seu número 81, fazendo seus adeuses aos “bravos tipos que sempre defenderam o povo”, diz de “sua grande dor por ver partir Pétion e Robespierre”. Este último é particularmente temido pela maioria das “pessoas de bem”. Germaine Necker, baronesa de Staël, revelará nas suas *Considerações* a idéia que a atormentava. Para ela, a partir de 1789, o drama secreto, e verdadeiro drama, latente e terrível, da Revolução, é que “as pessoas da classe operária” imaginaram loucamente “que o jugo da disparidade das fortunas fosse cessar de pesar sobre elas⁸⁷”. A Madame de Staël escreveu exatamente: “classe operária”. É bom destacar o que contém de revelador o emprego de um tal vocabulário. Vai ser preciso ainda muito tempo para nascer neste “grande número”, como diz Voltaire, que “alimenta” o pequeno número dos possuidores que “governam” e “para quem eles trabalham”, o sentimento de seus interesses comuns, desta “classe” que eles formam de submissos e explorados. Este sentimento, instrumento primeiro de sua libertação, Robespierre preocupa-se em lhes dar. Os espíritos penetrantes, como é o de Voltaire, precederam, de longa data, a classe baixa nesta tomada de consciência da estrutura social. Uma mulher como a filha e a herdeira do banqueiro Necker e um homem lúcido como Barnave

sabem o que se passa e do que se trata na Revolução*, sem que a multidão mesma o saiba. A 21 de junho, dia da fuga do rei, para convencer os seus colegas de que as circunstâncias são muito graves, infinitamente graves, que o incidente que acaba de se produzir pode abrir um abismo no qual, para as pessoas de bem, tudo estará em jogo, Barnave pronunciou algumas palavras que é preciso guardar; é um resumo, em três linhas, da aventura revolucionária no que ela tem de essencial: não esqueçamos, declara ele, com força, e sem dúvida martelando suas sílabas, que “o primeiro movimento foi feito por uma classe (*sic*) que reflete pouco, facilmente manobrável, o que resultou em algumas desordens (por exemplo, em Paris, a tomada da Bastilha, e no interior as insurreições camponesas contra os senhores feudais). No dia seguinte, os homens de idéias, os proprietários, os cidadãos verdadeiramente ligados à pátria se armaram (...) e a França foi salva.”

Novos tempos se inauguram, com esta Assembléia Legislativa prevista pela Constituição, e que vai, a 1º de outubro, começar sua carreira. O futuro é sombrio para quem tem os olhos abertos. Por sorte, os possuidores estão armados, somente eles. É conveniente que a multidão se sinta constantemente vigiada e obrigada a respeitar os fuzis e canhões do “pequeno número” proprietário.

Intencionalmente, eu nada falei neste capítulo no que concerne às questões religiosas sob a Constituinte. Eu farei o mesmo para a Legislativa e para a Convenção até o outono de 1793, reservando tudo isto para o capítulo consagrado ao pensamento “filosófico” de Robespierre, razão de ser desta obra.

* O jovem Chateaubriand, se se pode acreditar em suas *Memórias do Além-Túmulo*, teria compreendido de imediato as coisas, a fundo: “Já então, dirá ele, a propósito de 1789, os tamancos vinham bater nas portas das pessoas de sapato” (*Mémoires d'outre-tombe*, livro 5, cap. 14).

3

**Robespierre
durante a Legislativa**

A primeira sessão do Corpo Legislativo acontece em 1º de outubro de 1791. Robespierre não faz parte dela. Ele mesmo propôs a votação, lembremo-nos, do decreto tornando inelegíveis os membros da primeira representação nacional. E ele decide rever seus compatriotas do Norte, bastante orgulhoso, eu creio, de poder fazê-los sentir o quanto aumentou sua audiência, o quanto sua personalidade ganhou em amplitude e peso, desde que ele os deixou para a reunião dos Estados-Gerais, na primavera de 1789. Ele parte de Paris em 14 de outubro. Dia 16, de Arras, ele escreve uma longa carta a Duplay. Ele retornará a Paris somente em 28 de novembro, e a 30, ele conta a seu amigo Buissart, de Arras, que, recém-chegado a Paris, ele “ceou na casa de Pétion”¹, atual prefeito da capital. Os jacobinos oferecem-lhe a mais calorosa acolhida. Quando ele reaparece, na noite de 28, na sede do Clube, Collot d’Herbois, vice-presidente, que neste dia substituíra Couthon, presidente em exercício, Collot imediatamente cedeu-lhe sua poltrona; a tribuna está aberta para ele, rival à da Assembléia.

De onde sai este Corpo Legislativo? Os deputados foram escolhidos, obrigatoriamente, na classe rica e por eleitores de confiança, já que nenhum vive na miséria. O Corpo Legislativo não passa de uma emanção da França possuidora, preocupada em garantir a obediência dos mais humildes. Além disso, e para reduzir ainda mais o valor representativo da nova Assembléia, a abstenção eleitoral foi considerável. No total, votaram 50 por cento dos eleitores inscritos; nada mais; e muito menos (chegando a 25 ou 20 por cento) em certas circunscrições rurais.

Vimos rapidamente como se dividiam estes eleitos: 136 deputados são membros dos Jacobinos; eles formarão o “lado esquerdo”. Menos de 200 pertencem aos Feuillants e representam, abertamente, o

“lado direito”. Entre os dois, uma maioria (eles são cerca de 350) de tendências imprecisas, mas, em todo caso, prudentes; pessoas, antes de mais nada, apegadas às vantagens que lhes possibilitou a Revolução, em particular os “bens nacionais”, antigos bens da Igreja — e os quais eles souberam adquirir a bom preço*; e todos desejam ardentemente que nada venha comprometer a estabilidade social. Os jacobinos são quase todos desta espécie que se pode dizer “conservadora”, com exceção de um pequeno grupo de revolucionários insatisfeitos, alguns em torno de Couthon, de uma honestidade a toda prova, e outros muito diferentes, e mais ou menos vorazes, como o “trio cordelier”: Chabot, Bazire e Merlin de Thionville. Vencido pelos *feuillants*, nas eleições, em Paris, Danton, eliminado, experimenta amargura; ele volta para Arcis, onde dá continuidade a suas aquisições de terras e de construções. Ele vai se tornar um grande notável na região.

O episódio histórico mais importante, sob a Legislativa, será a constituição de um grupo e de um movimento ditos inicialmente brissotinos (Brissot e Condorcet foram eleitos em Paris), em seguida, do mesmo modo, “girondinos”, porque os mais brilhantes líderes deste movimento são três representantes de Bordeaux**: Vergniaud, Guadet e Gensonné. Pouco a pouco suas disposições fundamentais tornar-se-ão claras. Sem afirmá-lo, nos primeiros tempos, eles já possuem o mérito que lhes reconhecerá Gaxotte: um “profundo horror da ralé²”, e, a seu respeito, apresentarei, de imediato, três pontos de vista expressos por pesquisadores mais sérios do que Michelet. O que os unia, dirá Mathiez com moderação, era — no que a Madame de Staël lhes será agradecida — um “senso profundo das hierarquias sociais” que eles esperavam “manter e fortificar³”. Jaurès, mais rude, vê-los-á como “uma oligarquia de bem falantes e de burgueses

* O pagamento anual é autorizado. Versam-se *assignats* cuja desvalorização é crescente, de modo que o comprador vê sua dívida reduzir-se por si só, o Estado sendo obrigado a aceitar, em troca, *assignats* que em espécie representam muito menos do que o seu valor nominal. “Grupos clandestinos” rapidamente se organizaram; procedendo por intimidação, eles arrebanham, aqui e lá, todos os “bens nacionais” postos à venda e só os cedem aos compradores, que eles afastaram à força, em troca de numerário. Existem também alguns arranjos, nos quais o Estado cai, que permitem a uns certos amigos ou parentes de administradores de se garantirem, a um bom preço, interessantes aquisições. O uso das gratificações aos ditos administradores também não é raro.

** Situada na região da Gironda francesa. (N.T.)

arrogantes⁴”. Quanto a Lamartine, sabemos que ele evoluiu muito a seu respeito entre 1843 e 1847, ou seja, entre o início e o fim de sua *História dos Girondinos*. Se eles se ligam, após o 10 de Agosto, e sem alegria, à República, será, escreverá Lamartine, “à condição de governarem sozinhos, segundo as idéias e interesses da classe a que pertencem”; eles concebiam a República à imagem destas Repúblicas da Antiguidade grega e latina “em que a liberdade dos cidadãos supunha a escravidão das massas”; representantes “da aristocracia proprietária e comercial”, eles estavam completamente decididos a “deixar que nela subsistissem todas as desigualdades e todas as injustiças”, enquanto que um Robespierre não desejava uma República “em que o domínio da Igreja e do trono, e em que o povo tivesse assim alguns milhares de tiranos ao invés de um só⁵”. Para Michelet, ao contrário, os girondinos são adoráveis. “Em Vergniaud, Guadet, Gensonné, Ducos, Fonfrède (porque ele ignora Isnard de quem — e em diversas ocasiões — nós apreciaremos a eloquência estrondosa?) personifica-se o gênio da nova Assembléia⁶”; com eles, o “surgimento da juventude” que vai “destronar a tradição”⁷. Quanto a Robespierre, Michelet nos afirma que ele vai se pôr de imediato a detestar, execrar, estes esplêndidos e puros jovens** e a votarlhes uma inveja enraivecida. Ele não suporta estes recém-chegados esplendorosos. Ele não descansará enquanto não os tiver abatido, acabando por assassiná-los. Quanto de verdade neste negro cenário?

Alguns dias antes da dispersão da Constituinte, Robespierre havia recebido uma carta lisonjeadora da Madame Roland, datada de 21 de setembro. A esposa do “virtuoso” Lyonnais procurava fazer dele um aliado, louvava a “energia” com a qual ele “incessantemente opusera a maior resistência às pretensões, às manobras do despotismo e da intriga”; ela não hesitava, tentadora, em predizer-lhe uma grande carreira. Ele não respondeu. Esta pessoa envolvente não lhe agradava nada, e ele pretendia manter uma absoluta inde-

* Aos girondinos pode-se aplicar exatamente uma nota de Victor Hugo sobre os governantes de 1830: “burgueses novos-ricos que tiram a escada atrás de si e não querem deixar o povo subir” (cf. *Choses vues*, coll. “Folio”, II, 184).

** Vergniaud é dois anos mais velho do que ele; Guadet e Gensonné têm sua mesma idade.

pendência. Se existe alguém de quem ele não goste e de quem ele desconfie por antecedência, é La Fayette, depois da tragédia de Nancy, em fins de agosto de 1790, e sobretudo após o massacre de 17 de julho de 1791. Um ambicioso irreduzível, mas que, felizmente, perdeu muito de seu prestígio. Ele não é mais, desde 9 de outubro, o comandante-em-chefe da Guarda Nacional; o posto foi suprimido, e o comando geral passará, por rodízio, aos diversos chefes do corpo; ele foi arrasado por Pétion na eleição para a Prefeitura; nem mesmo, sob seu nome, a metade dos votos que reuniu Pétion; uma bela queda. A Corte está contra ele (apelidaram-no de “Lourinho”) e Maria Antonieta tem por ele uma inimizade resoluta. Ele tomou ares, excessivos, de protetor dos soberanos, e imagina-se, com toda legitimidade, que ele tenha altas pretensões: a manutenção do regime monárquico, mas com o senhor de La Fayette na função de algo assim como um Primeiro Ministro vitalício, uma espécie de condestável. No momento ele está bastante desprestigiado e inquieta pouco Maximilien. Recém-chegado, e com uma candura de causar espanto, Robespierre confiou a seu amigo Buissart que ele discerne “grandes recursos na atual Assembléia, que eu vejo, escreve ele, como muito superior a que a precedeu⁸”. Entretanto, sobre a situação política real, no outono de 1791, algumas testemunhas-agentes fazem observações que é importante levar-se em conta. Proudhomme, em 1º de outubro, depois a 15, nas suas *Revoluções de Paris*, constata que a “nação está cansada”, que o “pão aumenta de preço”, que o “numerário desapareceu”, que os parisienses parecem não saber o que preferem: “este regime ou um outro”. Perigosa indiferença. Desmoulins, a 21 de outubro, fala nos Jacobinos de uma “montanha de gelo” que, como que “paralisou e estupefez a Revolução”. Os “patriotas”? “Seu primeiro ardor esfria e seu partido enfraquece dia a dia”. E o que significa esta floresta de baionetas que a Guarda Nacional mantém constantemente erguida? Contra quem? A multidão está entretanto bastante apática; os lojistas lamentam que a emigração tenha reduzido sua clientela; os arrendatários não gostam dos *assignats* e temem a bancarrota; ouve-se muita gente murmurar que “estavam menos cansados do Antigo Regime do que já o estão do atual”. Quanto a Marat, ele foi, como de ordinário, de uma franqueza rude; em 21 de setembro, evocando 1789, ele observou que se apareceram por todo lado, após o 14 de julho, milícias armadas, estas eram, com exatidão, uma “precaução dos cidadãos que tinham alguma coisa a perder com respeito aos eventuais ataques dos indi-

gentes”; a burguesia serviu-se deste levantar de armas para atemorizar a Corte e criar seu próprio poder; a partir de então “aproveitaram-se do Estado” os “negociantes” para quem a “liberdade” não passa de uma ocasião para enriquecer. A 15 de outubro, Marat, pessimista, sustenta que “os patriotas não ousam mais se mostrar” e que na Assembléia as tribunas, outrora repletas de suburbanos, enchem-se hoje de contra-revolucionários.

Quando Robespierre volta a Paris, em fins de novembro de 1791, é para retomar o combate. Seu objetivo não mudou: abolir o desmentido dado à *Declaração dos Direitos do Homem* pela inaceitável distinção entre cidadãos ativos e passivos, proteger a liberdade contra o despotismo real que subsiste no veto, encontrar os meios de remediar uma desigualdade das fortunas, inscrita, é verdade, na natureza das coisas — ele o admite, sem rodeios, em 1791 —, mas cujo excesso pode e deve ser corrigido o mais rápido possível. Escandaliza-o, igualmente, a enormidade da “lista civil”, estas três ou quatro dezenas de milhões de que o soberano dispõe a seu gosto e que, sem dúvida, permitem-lhe comprar, secretamente, algumas consciências venais. Robespierre, a este respeito, suspeitou de Mirabeau? É provável, e ele não foi o único a fazê-lo, tanto o personagem tinha mudado de papel. Ele continua a ignorar que, em 8 de março de 1791, Danton recebera, da Corte, a forte soma de 30.000 libras.

A 13 de outubro de 1791, com o novo “Senado”, como dizia Marat, estando reunido há cerca de três semanas, a rainha confiava, em segredo, a Fersen que no momento tudo estava “tranquilo”; mas, acrescentava ela (e o historiador estaria bem errado em negligenciar uma tal confissão), “eu sei o preço que isto custa; a maior parte do tempo isto é pago”. As finanças voltam a causar problemas. A Constituinte tinha substituído o sistema fiscal do Antigo Regime pelo imposto fundiário e uma contribuição mobiliária, a qual (como era fácil de prever) provoca todo tipo de dificuldades e contestações. Quando o corpo legislativo assume suas funções, há um rombo de 700 milhões referente aos ingressos esperados; quanto aos *assignats*, Cambon, que se afirmou — a que título?* — com uma au-

* Citaremos aqui a preciosa nota de Gérard Walter, na sua reedição, pela Plêiade, da *História* segundo Michelet (II, 127): “O pai de Cambon era um importante personagem no Languedoc (comércio de tecidos). Desde a colocação à venda dos bens nacionais, ele e seus dois filhos mais velhos adquiriram-nos em enormes quantidades”.

toridade de especialista na ordem financeira — já colocou mais de um bilhão em circulação. Em 1º de novembro, depois em 15 de dezembro, ele aumentará ainda em 100 milhões, depois em 200, este estoque de papel-moeda; em dezembro de 1791, o total será de um bilhão e 600 milhões. Os bens da Igreja confiscados pelo Estado tinham sido avaliados, a grosso modo, em 3 bilhões, ou seja, mais da metade da garantia já fora consumida. Se as emissões continuam neste ritmo, e elas vão fazê-lo, é bem o espectro da bancarrota que vai reaparecer para o Estado. A questão da guerra, que vai surgir, não é isenta de uma relação — uma relação estreita — com esta ameaça financeira a conjurar; e a Corte, por outro lado, espera os meios de recuperar, sob uma forma inédita, suas esperanças de restabelecimento, digamos de restauração. Fracassou, em junho, a operação de reparação completa com a ajuda de regimentos franceses desabando do Montmédy sobre Paris: conta-se agora com a guerra, e com a vitória das forças militares da Áustria (e da Prússia), para realizar a salvação da monarquia e o retorno ao paraíso de 1788.

E é, exatamente, sobre o problema da guerra que a ruptura vai se produzir entre Robespierre e os novos políticos da primeira linha. Desde 20 de outubro considera-se a possibilidade de um conflito armado caso os emigrantes, que se organizam militarmente às margens do Reno, recebam um apoio do imperador. Leopoldo e o rei da Prússia entraram em acordo para prometer sua ajuda a estes revoltosos, mas condicionalmente e somente no caso em que outras potências, a Rússia e a Inglaterra, se associassem à sua ofensiva. Em Viena como em Potsdam, a prudência aconselha a manutenção da paz. Entretanto deplora-se o que se passa na França contra a autoridade monárquica, e Brissot estima oportuno adotar um tom ameaçador: que o Executivo, que o Ministro das Relações Exteriores (é Montmorin) advirtam o imperador nesses termos: “Se vocês preferirem, à amizade de uma grande nação, as suas relações com uns quantos bandidos (ou seja, os emigrantes), preparem-se para vinganças. A vingança de um povo livre é lenta, mas seu ataque é fulminante”. Vergniaud, a 25 de outubro, une-se a Brissot. Para a austríaca, esposa do rei, tanto como para o próprio Luís XVI, a melhor atitude, no momento, parece ser o jogo duplo. Maria Antonieta escreve a Fersen, em 31, que o bom “caminho a seguir”, para o casal real, é o de “ganhar a confiança do povo”. Vai se favorizar mesmo o acesso de Pétion, o demagogo, à Prefeitura, porque, diz a rainha (25

de novembro) é “pelo excesso do mal que nós poderemos tirar partido, mais cedo do que se pensa, de tudo isto”. Os emigrantes recebem da Corte um conselho de paciência. O rei o fez saber a Breteuil, o todo devotado Breteuil que Luís XVI tinha, tão desastrosamente, tentado, em julho de 1789, colocar no poder no lugar de Necker e que está agora em Bruxelas, como Mercy-Argenteau, como em geral também Fersen. Deve-se “persuadir” os amigos da Coroa reunidos em Coblenz a não se mexerem “daqui até a primavera”. Por quê? Porque está mais do que evidente que o imperador não deseja absolutamente a intervenção armada que se espera dele. Fersen informou seu senhor, o rei Gustavo da Suécia, e este último, em sua resposta (11 de novembro), está perfeitamente de acordo; ele chega mesmo a se afligir; para ele, Leopoldo procura apenas “impedir os outros de agir”; é preciso reconhecer, nota Gustavo (que não percebe de modo algum a dificuldade da situação)*, que “a conduta vergonhosa do rei da França” que tolerou e mesmo sancionou uma Constituição insensata, “favorece maravilhosamente” a inércia na qual Leopoldo se fecha. A questão é simplesmente de “ganhar tempo”; e Luís XVI recomenda a Breteuil (25 de novembro) conduzir “todas as potências” a pôr em pé de guerra “um formidável exército”. Em Paris mesmo, existem indícios promissores: a “guarda a soldo”, por exemplo, que já se conduziu tão bem a 17 de julho, “arde de vontade de fazer um massacre dos jacobinos” (da rainha a Fersen em 7 de dezembro). Os ditos jacobinos, por felicidade, estão cada vez mais belicistas. Excelente! comenta Maria Antonieta, a 9 de dezembro para Mercy-Argenteau: “Os imbecis! Eles não vêem que assim nos servem”.

Na mesma noite de sua volta a Paris, Robespierre, acolhido nos Jacobinos com a mais calorosa amizade, não pode se dispensar de tomar a palavra, ao menos para uma alocução. Ele ainda não conhece nada das circunstâncias reais e responde aos pedidos de seu auditório adotando um tom marcial. “É preciso dizer a Leopoldo, afirma ele um tanto apressadamente: Você viola o direito das pessoas ao permitir o agrupamento de rebeldes que absolutamente não teme-

* Maria Antonieta deixou escorregar, dia 19 de outubro, a Fersen: “Os franceses são atrozés”. Ela precisa dissimular o tempo todo. “Que felicidade, escreverá ela ao mesmo fidelíssimo, em 7 de dezembro, se eu puder um dia tornar-me bastante forte para provar a todos estes miseráveis que eles não me enganam nem um pouco.”

mos, mas que são insultantes para a nação. Nós o intimamos a dispersá-los imediatamente, ou lhe declaramos guerra⁹". Mas logo Maximilien, que sabe escutar e observar, percebe ou adivinha o que cobre — e são esperanças antagônicas — a opção pela guerra, que torna-se quase geral na classe política; e impõem-se a ele fortes razões de resistência a este comprometimento. Ele, aliás, não é o único a manter a cabeça fria e é com interesse que ele ouvirá Billaud-Varenne, em 5 de dezembro, transmitir aos jacobinos as suas inquietações; esta guerra que alguns desejam, estaremos certos de ganhá-la? Com a emigração de um grande número de oficiais, em que estado se encontram nossas forças militares? Algumas derrotas, de que é preciso considerar a eventualidade, permitiriam ao rei assumir o papel de pai de família, reunindo atrás de si todos os franceses para protegê-los. Bela vantagem para a Revolução! Billaud-Varenne não chega a conceber, na sua simplicidade, porque lhe pareceria monstruoso, o verdadeiro plano cuja aplicação se elabora nas Tulherias: chamar à razão "os patriotas" (eu quero dizer "os miseráveis"), reduzi-los à obediência devido a uma "formidável" invasão estrangeira. Mais perspicaz que Billaud, Proudhomme não esconde sua desconfiança (*Revoluções de Paris*, 26 de novembro) e Marat se pergunta, a 1º de dezembro, se não se prepara uma armadilha para a Revolução. Mas o partido da guerra tem a seu favor um poderoso boato quotidianamente sustentado. Ele tem origem no salão mais prestigiado de Paris, o da baronesa de Staël, nascida Necker. Lá se reúnem, e segundo as regras da melhor etiqueta mundana, pessoas de diferentes opiniões, mas todas reformistas, de Brissot, Clavière e Isnard, passando pelo ilustre Condorcet cuja fronte ornamenta-se do brilho enciclopedista, até Talleyrand, dito "o bispo", e o conde de Narbonne, atual amante da anfitriã. Germaine é louca por este que passa por ser o filho (incestuoso, para aumentar sua atração) do próprio Luís XV (o rei e uma de suas filhas). Ela é malvista na corte; ela incomoda muito a rainha, mas ela conduz tão bem seu Narbonne — ele tem trinta e seis anos, ela vinte e cinco — que, afinal das contas, na Corte julga-se que este grande senhor pode se tornar passageiramente útil. Porque ele é partidário da guerra, persuadido de que ela será gloriosa e que ele aproveitará da euforia da vitória para aliar a França a seu projeto de uma monarquia a duas câmaras, copiada sobre o modelo inglês; e Narbonne já se vê restaurador da autoridade real e moderador da liberdade.

Luís XVI, que se acredita sutil nos seus cálculos, e em acordo com sua mulher que faz pilhéria*, nomeia o Sr. Narbonne Ministro da Guerra. E este assume a pasta a 7 de dezembro. Quanto a Leopoldo, ele se mostra bastante decepcionante, irritante mesmo por sua apatia. Sua irmã, Maria Antonieta, não compreende um comportamento a tal ponto egoísta de sua parte. Entretanto, ele sabe — e ela vai dizer-lhe claramente por Mercy-Argenteau (carta de 9 de dezembro) — que a maior prova de afeição (e de solidariedade monárquica) que ele poderia dar a ela mesma, a seu marido e à França seria de “lançar-se sobre nós” com suas melhores tropas. Ele resiste? Ele dorme? Pois bem, ele será forçado a sair de sua letargia. É para isso que Narbonne foi nomeado.

Narbonne é um *feuillant*; mas os jacobinos não o maltratarão, porque ele quer o que eles querem em política externa; mesmo se os seus projetos em política interna são divergentes, eles reservam sua oposição para mais tarde; primeiro a guerra, depois se verá. Sem fazer alarde — eles são precavidos — os girondinos-brissotinos pensam como Narbonne sobre uma questão grave: as finanças vão mal, nós o vimos; tão mal, na verdade, que Narbonne conta com a guerra e os saques das terras inimigas para conjurar a bancarrota. E Narbonne tem o cinismo de não esconder nada. Oficialmente, exprimindo-se na tribuna, no exercício de sua função, ele anuncia, a 14 de dezembro, que uma das fortes razões que o decidiram a escolher a guerra é, muito simplesmente, o fato de que “dela depende a sorte dos credores do Estado”. Não se pode acusá-lo de hipocrisia, de vias indiretas. Uma perfeita serenidade na confissão. E Brissot, a 29 de dezembro, um pouco mais discreto, mas facilmente inteligível (se não para as massas, ao menos para os deputados), confirmará: “A guerra é necessária sob todos os pontos de vista”. Financeiramente, portanto, está implícito; mas eis aqui algo novo e de grande interesse: esta guerra “é necessária (também) para garantir a tranquilidade interna”. Habilmente, fraudulentamente, Brissot explica que ele deseja falar dos aristocratas, de todos estes “descontentes” que se peritem a insolência “porque Coblenz existe”; eles serão obrigados a calar-se, a não incomodar mais ninguém, quando Coblenz não existir mais e os emigrantes tiverem sido aniquilados. Brissot faz-se

* “Que alegria para a Madame de Staël”, escreve Maria Antonieta a Fersen, em 7 de dezembro: “e que prazer de ter o exército inteiro... para si”. As reticências são da própria rainha, o que faz supor uma brincadeirinha lasciva.

de generoso, de amigo dos pobres. Ele jura que os patriotas de sua espécie não são como os “burgueses batavos que queriam conquistar a liberdade ao governo” mas “sem dividi-la com os indigentes”. Seus amigos e ele pensavam sem cessar e antes de mais nada nos cidadãos desafortunados. É por eles que trabalham. Na verdade, os brisotinos-girondinos, com a preocupação que têm pela paz social, vêem na guerra uma incomparável proteção contra a avidez desses indigentes, desses “passivos”. Mobilizados e sob o uniforme, eles não constituirão mais este perigo, infinitamente atemorizante, que é a obsessão secreta e torturante das pessoas de bem, e nós veremos Danton, nas grandes horas de setembro, salvar a situação com o recurso, patético, à urgência dos recrutamentos.

Danton conseguiu finalmente obter um posto que faz dele uma personalidade — de segunda, mas uma personalidade — na vida política parisiense. Em 6 de dezembro, ele foi nomeado segundo substituto do procurador, na Comuna (uma sinecura, com 6.000 libras de vencimentos). Não se sabe muito bem o que ele pensa da questão guerra ou paz, mas Legendre, o açougueiro, que é seu amigo (e que três anos mais tarde, em abril de 1795, saberá metralhar os famintos), é admitido na tribuna da Assembléia, a 11 de dezembro, para um apelo inflamado, em nome da seção do Teatro Francês (a de Danton): “Representantes do povo! A águia da vitória plana sobre nossas cabeças” (etc.) Esta não é, de modo algum, a opinião de Robespierre: ele se encontra mesmo muito longe deste estado de espírito. Ele aconselha, é verdade, “manter-se na ofensiva”, mas ele acredita que “as potências estrangeiras têm muito mais intenção de nos atemorizar do que de nos atacar” (9 de dezembro)¹⁰; ele lamenta ver a maioria “lançar-se com uma certa impetuosidade” em direção a “uma posição que lhe parece perigosa”, e sustenta que declarar a guerra seria uma grande imprudência (11 de dezembro)¹¹. A 12, Maximilien vai mais longe e denuncia na fermentação guerreira uma “intriga ministerial”, com vistas, na sua opinião, a uma “guerra simulada” conduzindo a uma “capitulação”. E a quem, pergunta ele, será confiada a condução desta guerra? Aos agentes do poder executivo? Ou seja, àqueles que desejam a nossa perdição”. Sua conclusão, em 12 de dezembro, era sem equívocos: “O que nós mais devemos temer é a guerra¹²”. O dia 14 de dezembro de 1791 é uma data importante na história da Revolução. O Corpo Legislativo recebe a visita do soberano para uma declaração que podia conduzir à guerra. O pronunciamento de Luís XVI deve ser analisado palavra

por palavra, porque seu texto foi cuidadosamente concebido, e, ao que tudo indica, redigido de uma ponta a outra, por Lameth (Charles) que já não tem mais, longe disso, a importância que tinha quando da Constituinte; ele agora só pode trabalhar na sombra, e, além disso, o “triunvirato” que, desde a questão de Varenne, dirigira de fato quase tudo, quebrou-se. Barnave é contra a guerra, que ele pressente mortal, no final, para a monarquia. Luís XVI, recitando Lameth, declara aos representantes do povo: “Os senhores me fizeram compreender (ele faz questão de sublinhar que ele lhes é submisso, que ele se dobra à vontade da nação) que um movimento geral” inclina “todos os franceses”, ou seja: “mais vale a guerra que uma resignação arruinadora e degradante”; os encontros hostis à nossa Constituição, que o Eleitor de Trêves admite em seu território, não podem mais ser tolerados. Se o príncipe não “cessa, em seus Estados” esta provocação a nosso respeito, “eu não verei nele mais do que um inimigo da França, e não me restará outra coisa do que propor a guerra”. (“Propor”, não é? Somente “propor”. O rei é a própria honestidade. Sua vontade desaparece frente à da nação.) Trata-se de um *ultimatum*, porque uma data foi fixada. O Eleitor deverá atender ao pedido do governo francês “até 15 de janeiro”. Resta-lhe, portanto, em 14 de dezembro um mês de prazo, nada mais. Luís XVI acrescenta uma palavra — ele sabe que o assunto interessa aos deputados bem-informados — sobre os problemas orçamentários: “Prestem atenção, senhores, ao estado das finanças, solidifiquem o crédito nacional, cuidem do tesouro público”. Para terminar, uma estrofe na qual, sob os protestos de devotamento à nova ordem, vislumbra-se uma tal má-fé que é possível perguntar-se: Luís XVI imagina que alguém se deixará enganar por ele? Mas o que a maioria da Assembléia espera dele é que ele caminhe em direção à guerra, e ele não quer mais do que se deixar guiar até ela. Ele presta homenagem a si mesmo. “Eu jamais me afasto da linha constitucional”, e sua peroração assemelha-se à de um convertido iluminado: “Eu sinto profundamente o quanto é belo ser o rei de um povo livre”.

Em seguida, Narbonne tomou a palavra. Quem visa ele ao começar — seria Robespierre? — ridicularizando, altivo, certos viracacas. Esta preocupação que tenho, diz ele, com a dignidade nacional e com a guerra, se for preciso, “entre os homens que a tinham ardentemente reivindicado, existem alguns que se preparam para combatê-la, desde o momento em que o governo pareceu adotá-la”. Não passa de uma exortação fugaz, uma breve concessão à ironia,

antes de tratar das coisas sérias. Ei-las, de imediato, na relação dos nomes dos comandantes de guerra que ele escolheu para chefiar as três grandes forças francesas: Rochambeau, Luckner, La Fayette, um La Fayette arrancado, por este fato, a uma semidesgraça e todo redourado. Por duas vezes — o que é significativo quanto à preocupação fundamental da classe dirigente (não se insistirá jamais o suficiente, jamais em excesso, se se pretende acompanhar com exatidão o desenvolvimento da aventura inaugurada na primavera de 1789) — por duas vezes, na boca de Narbonne, os termos mais tranqüilizadores, as garantias mais explícitas dirigidas aos proprietários*. Nossa primeira “preocupação”, declara Narbonne, será a de “provar à Europa” — e, não é preciso dizer, aos nossos compatriotas antes de tudo — que as “propriedades estarão em total segurança no interior do reino”; repetido, um pouco mais adiante, atestando a importância da afirmativa: “A confiança concedida ao governo dar-lhe-á os meios de garantir a fortuna pública e as propriedades particulares”. Narbonne promete à França que, se houver guerra, ela será o “sinal” de uma política de “ordem” (desnecessário precisar) e de justiça (qual?). Ele não comete a falta de omitir a “proteção das colônias” que famílias importantes consideram fundamental. Em resumo, tudo o que visa Narbonne é-lhe “imperiosamente comandado pela honra da nação e a causa de liberdade”.

Para completar o retrato deste dia 14 de dezembro tão interessante, é preciso saber que, aplicando o jogo duplo que é o seu método, Luís XVI, neste mesmo dia, escreve a Breteuil uma carta ultra-confidencial bastante esclarecedora. Breteuil recebe missão de fazer pressão tanto quanto puder sobre o Eleitor de Trêves a fim de que ele não ceda à chantagem que o governo francês tenta exercer sobre ele. Se ele tiver a fraqueza de dobrar-se, “o partido da Revolução” vai mostrar uma “arrogância terrível”. Sua recusa é a guerra? Mas sim. Mas claro, uma guerra impraticável para o agressor. O rei sabe exatamente qual é a situação do “estado físico e moral” da França e de seu exército, que é incapaz de “sustentar sequer uma semicampanha”. A guerra se impõe, portanto. Mas não agora. Não se combate no inverno, mas na primavera será perfeito. As pessoas indignas

* Narbonne não poderia ignorar que, para os Necker, como para a filha destes, esta questão é primordial.

serão rechaçadas, varridas, e as potências, finalmente convencidas*, restabelecerão em Paris a autoridade real tal como ela jamais deveria ter cessado de ser.

A 15 de dezembro, no seu *Patriota*, e a 16, na *Tribuna*, Brissot é incandescente: “À guerra! À guerra! (...) Tal é o voto de todos os amigos da liberdade espalhados sobre a superfície da Europa.” Primeiras notas, aqui, do hino que vão entoar os girondinos sobre o tema da cruzada. E já Brissot refere-se a Cloots, que fala tão bem, tão nobremente da “guerra santa”, da “guerra expiatória que vai renovar a face do mundo”. Qualquer que seja o caso, a Corte deve ser vigiada de perto; mas se ela tentar agir mal, “o povo está aí” para controlá-la. Dia 18, nos Jacobinos, desenrola-se uma cena teatral pela qual Michelet deixa-se envolver ao relatá-la. Isnard, o rico “perfumista” de Grasse, presidia; um certo Neuchâtelense nomeado Virchaux envia à Sociedade uma magnífica espada de Damasco que ele oferece ao primeiro general francês que conquistar uma vitória contra os satélites do despotismo. “Tomado de um arrebatamento extraordinário”, Isnard leva aos lábios esta espada-símbolo, brande-a acima de sua cabeça, e vaticina, profético (“Ele fala melhor do que Ezequiel”, dirá Michelet¹³, exaltado): “Ei-la! (...) ela será vitoriosa (...) A França lançará um grande grito. Todos os povos responderão. A terra cobrir-se-á de combatentes, e os inimigos da liberdade serão apagados do rol dos homens!” O Marquês de Sillery** faz coro. A 16 de dezembro, calmo, mas já então revelando claramente seu pensamento, Robespierre pede que se adie o envio aos impressores, com vistas a uma difusão nacional, do discurso de Brissot; e a 18, após as pantomimas e clamores de Isnard, ele se decide a intervir, não sem coragem, contra a corrente. Ele começa por pedir mais sensatez e ponderação, e utiliza-se de uma linguagem em que reina o eufemismo. Na gesticulação de Isnard, ele vê um desses “movimentos de eloquência material” com os quais ele “suplica” à assembléia jacobina para renunciar daí para a frente, porque eles podem “arrastar

* A 3 de dezembro, Luís XVI escreveu diretamente ao rei da Prússia; ele gostaria de contar com ele para uma intervenção armada das Potências a fim de deter, na França, os progressos das “facções” e de impedir assim que “o mal possa ganhar os outros Estados”.

** Conde de Genlis, esposo de uma ex-amante de Philippe d’Orléans, Sillery, na verdade, chama-se Brulart, como o Marquês de La Fayette é um Motier e o Marquês de Condorcet um Caritat.

uma opinião pública que necessita, neste momento, ser dirigida pelo exemplo de uma discussão tranqüila”.

Saibamos ver, diz ele, de onde vem o mais autêntico perigo para a causa revolucionária: “Os mais numerosos, os mais perigosos” de nossos inimigos, estão, como não cessam de nos repetir, “em Coblenz?” “Não, eles estão em nosso meio.” E todo mundo compreendeu. Robespierre designa a Corte e seus auxiliares, visíveis ou ocultos. O rei parece unir-se aos belicistas. “Os senhores podem conceber, pergunta Maximilien com bom senso, que a Corte possa adotar uma medida tão decisiva quanto a guerra sem daí tirar proveito para o seu sistema?” Estejamos certos de que ela tira daí uma vantagem, vantagem que salta aos olhos: durante a guerra, o poder executivo “beneficia-se de uma espécie de ditadura”; se acontecem algumas vitórias, “o entusiasmo natural pelos bem-aventurados chefes transforma os soldados da pátria nos soldados do monarca e de seus generais”. Robespierre (assim como Billaud-Varenne) não ousa chegar a suspeitar da verdade concernente às esperanças da Corte, límpidas hoje, mas que pareceriam, então, tão prodigiosamente anti-francesas que não se poderia, nem mesmo um instante, acolher a vergonhosa idéia. Robespierre acredita que a Corte pensa em termos de vitória para tirar partido; quando na verdade o rei e a rainha pensam em termos de fracassos, de derrotas, de desastres militares que permitam aos austro-prussianos cair sobre Paris. Mas Robespierre fala também — como Marat — da guerra como de uma “armadilha”. O próprio Brissot parece não perceber a infâmia dos intentos reais ao lançar, em 30 de dezembro, esta pilhéria espetacular. “Eu só tenho um temor, o de que não sejamos traídos. Necessitamos de grandes traições. A nossa salvação está nelas porque ainda existem fortes doses de veneno no seio da França e são necessárias fortes explosões para expulsá-lo”; novo modo de dizer, como a 16 de dezembro: faça o que fizer, a Corte é importante porque “o povo está aí”. Ah, diz Robespierre, o povo “estava aí”, bem aí, “quando num dia de julho último seu sangue correu impunemente no próprio seio desta capital; e por ordem de quem?” Eis portanto La Fayette, um dos três comandantes-em-chefe de nosso exército, abertamente declarado inaceitável por Robespierre. E quem é o Ministro da Guerra? “Um novo cortesão, sucedendo a um outro cortesão” e “destinado a dar seqüência à execução do mesmo plano”, por meio de um “jargão constitucional”. “Antes de correr a Coblenz, pelo menos coloquem-se em condições de fazer a guerra”: “uma parte de nossas

fronteiras continua sem defesas”, e a emigração comprometeu seriamente a organização das tropas*. Maximilien convida seus amigos jacobinos a não “alimentarem a opinião que as intrigas dos governantes provocam”. “Apenas” uma agressão, “o ataque a nosso território”, deve suscitar no povo um instinto marcial e “salutar”. Nada disso se produziu, e o que se prepara é uma guerra ofensiva — sem dúvida para reanimar as “profundas” e sinistras lembranças que deixaram no Palatinado “as crueldades exercidas” pelas tropas de Luís XVI... Outra coisa, que Robespierre discerne facilmente, e para a qual ele gostaria de chamar a atenção pública: a guerra que deseja a Corte vai servir para “desviar o povo dos problemas internos”; porque, durante um conflito armado, “o povo esquece as deliberações que dizem respeito essencialmente a seus direitos civis e políticos”, direitos no momento constantemente vilipendiados — como o direito de voto por exemplo — por “todos os egoístas favorecidos pela sorte, amando em excesso, na Constituição, o que os iguala aos que estavam acima deles, mas recusando-se a reconhecer como iguais os que eles vêem como inferiores ¹⁴”. Para terminar, Robespierre observa que, “se a guerra já estivesse decidida (...), seria preciso começar por levar a julgamento o último Ministro da Guerra”, Duportail, predecessor de Narbonne, que não substituiu em nossos regimentos, como teria sido seu primeiro dever, nenhum dos oficiais que emigraram.

Inteligência, penetração, bom senso lúcido, todos estes méritos são inegáveis no homem que acabamos de ouvir, exprimindo-se ainda por cima numa linguagem simples, inteiramente isenta das em-polações a que se comprazem os Brissot e outros Isnard. Os girondinos têm várias razões para desejar esta guerra na qual a Corte se felicita por vê-los precipitar-se: salvar as finanças, graças aos lucros das conquistas, orientar as paixões populares para longe dos abastados, oferecer ao rei tentações que permitirão, se ele cede às mesmas, tê-lo praticamente a sua mercê; e seríamos muito ingênuos se negligenciássemos contar entre os belicosos mais ardentes estes negociantes à la Beaumarchais (e anteriormente à la Voltaire) que conhecem as maravilhosas possibilidades de enriquecimento que oferece, invaria-

* Robespierre ainda não sabe de tudo a este respeito (longe disso). Moleville, Ministro da Marinha, ousou afirmar, a 14 de novembro, que nenhum oficial da Frota tinha deixado o reino; quando de fato eles saíram aos montes, em deserções facilitadas e aconselhadas pelo próprio Ministro.

velmente, em caso de guerra, o abastecimento do exército. Os provocadores estão ao trabalho. A 23 de dezembro, a Assembléia decreta que serão formados batalhões de voluntários; a 29, Isnard inventa “a pátria em perigo”, com sua seqüência normal, diz ele, e imperiosa: unidade, unanimidade nacional. A loquacidade é seu reino. “Dez milhões de franceses, incendiados pelo fogo da liberdade, armados com o gládio da razão, da eloqüência, poderiam, se irritados, mudar a face do mundo.” No mesmo dia 29, novo discurso de Brissot, e, sempre em 29, Condorcet, a honra do partido, o verdadeiro “filósofo”, preocupado talvez em destruir a má ação cometida por Robespierre com sua detestável evocação dos anos de 1667 e 1668 no Palatinado, Condorcet, sem fazer graça, descreve o espetáculo que darão ao universo os soldados franceses em país conquistado: eles “se conduzirão em terra estranha como eles se conduziriam na sua”. A França não tem inimigos. Ela jamais deixará de ver “um povo amigo nos habitantes dos países” onde ela entrará em nome da liberdade. A Assembléia não se limita aos aplausos. Ela vai aos fatos e passa ao concreto: 20 milhões são imediatamente votados para “despesas de guerra”, como se faltasse apenas fixar uma data para o início das operações.

A situação toma um tal aspecto que Robespierre acredita dever fazer tudo o que esteja ao seu alcance para poupar à Revolução o terrível perigo em que se constitui para ela, neste momento, uma guerra a este ponto imprudente. Aos 2 e 11 de janeiro de 1792, ele destrinchou suas apreensões excessivamente judiciosas diante dos jacobinos. Deixando de lado seus dois apelos de 5 de fevereiro e de 7 de maio de 1794, em que ele vai investir todo o seu ser para dizer aos homens a verdade sobre sua situação e o caminho, a seus olhos, da salvação para o Estado, nada de mais magistral, em toda a carreira de Maximilien, que este discurso em dois tempos, onde, por uma cúmulo de argumentos irrefutáveis, Robespierre jamais demonstrará de melhor maneira a clarividência e a sagacidade de seu espírito. Nós examinaremos este texto como se ele fosse um todo.

Desde sua exortação, rasgando o véu das aparências (e levantando — azar! — a cólera desta esquerda progressista à qual ele pertence mas que se deixa cegar), ele declara que “a proposta de guerra é o resultado de um projeto formado de longa data pelos inimigos internos de nossa liberdade”. Um plano da Corte, o voto dos “aristocratas de todas as nuances”, desde os contra-revolucionários mais flagrantes até aqueles (e aquelas) que representam o liberalismo es-

clarecido: o Conde de Narbonne, a Baronesa de Staël, o Marquês de La Fayette, mesmo se existe contra este último, em seu próprio meio, invejas e desconfianças. Robespierre acolhe com a triste derrição que convém o idílio propagado por Condorcet: as forças francesas procedendo a uma invasão jamais vista, em meio aos gritos de alegria, às flores e aos beijos. “Vocês fazem desfilar nossas forças triunfantes frente a todos os povos vizinhos” e nossos generais “não passam de missionários da Constituição”. Um pouco de realismo, por favor. “A idéia mais extravagante que pode nascer na cabeça de um homem político é a de acreditar que basta a um povo entrar à mão armada num país estrangeiro para fazer seu povo adorar suas leis (...) Ninguém ama os missionários armados e o primeiro conselho que a natureza e a prudência dão aos invadidos é o de repelir o invasor.” Uma rápida olhadela agora na verdadeira história do movimento revolucionário em nosso país desde 1789. Tenhamos a honestidade e a coragem de olhar as coisas de frente: “Foram os parlamentos, os nobres, o clero, os ricos, que deram impulso à Revolução”; “o povo” só apareceu “depois”, e, de imediato, as pessoas da alta classe se “arrependeram”; “elas quiseram parar a Revolução assim que viram que o povo podia recuperar* sua soberania”. Maximilien recusa, na passagem, “o senhor Anacharsis Cloots”, que discursa sobre o tema de um incêndio geral da Europa; este “orador do gênero humano” como ele próprio se intitula, tem uma maneira curiosa de empregar seu “fervor filantrópico”. Mas voltemos ao positivo; visível demais, diz Robespierre, que a guerra oferece à Corte, assim como a todos os beneficiários da injustiça e da desigualdade, uma maneira de “fazer uma troca com o povo”, de “distrá-lo” de suas “inquietações”; “os acontecimentos militares” são insubstituíveis para “afastar” a nação do que se “refere às bases essenciais de sua liberdade”. A questão capital dos cidadãos “não-ativos” continua sem solução; a *Declaração dos Direitos do Homem* permanece “ignorada e desprezada”. A guerra, se os aristocratas e seus cúmplices — conscientes ou inconscientes — chegam a obtê-la, atrasará ainda mais a solução deste problema interno do qual todo o resto depende. E Robespierre se define com mais firmeza do que nunca, com arrebatamento, com ostentação se preferirem, mas eu o creio radicalmente sincero: não se enganem a meu respeito, diz ele: “Eu não sou, de modo algum, o defensor do povo. Eu sou o povo. Eu nunca fui

* “Recuperar”, um toque de Rousseau.

nada além disso e quero continuar sendo apenas isso”, e é porque sou desta raça que percebo instintivamente as manobras do adversário. O “despotismo” (quaisquer que sejam seus disfarces), “quando o povo se acorda”, aproxima-se com “um ar afável” e recorre à “astúcia”. E a astúcia da Corte, neste momento, é fácil de descrever: ela quer “obter da Assembléia uma mensagem que lhe suplique para fazer, o mais cedo possível, esta guerra que ela deseja, de modo que ao declará-la, ela não pareça mais do que ceder aos votos dos representantes da nação”. O caso de La Fayette, Robespierre aborda-o sem rodeios: assim nós temos à frente de nossas forças, alguém a quem as honras prodigadas são, “na mesma intensidade, insultos às almas dos patriotas imolados no Campo da Federação e às dos soldados assassinados em Nancy”. Como querem os senhores que a nação deposite confiança, para a guerra, naqueles oficiais que ainda não emigraram? Todos eles pertencem à velha nobreza e só se mantêm em seus postos para servirem melhor aos interesses da Corte. E em que estado lastimável está o exército, com estas inumeráveis exclusões de soldados patriotas! Nestas condições, como compreender que um amigo sincero da liberdade como Brissot admita que “o senhor Conde de Narbonne conduza toda esta questão e que ele corra o risco de marchar sob as ordens do senhor Marquês de La Fayette¹⁵”? Foi precisamente a 11 de janeiro (data destes últimos pronunciamentos) que Narbonne, de volta de uma inspeção das fronteiras, apresentou à Assembléia um relatório onde ultrapassava-se, de forma inacreditável, todos os limites da mentira quanto ao estado das tropas, seu armamento, seu abastecimento e a perfeição de nosso sistema defensivo.

Vai-se, afinal, à guerra; impossível ter dúvidas daí para a frente, os constituintes anglófilos (estilo Germaine Necker) e a (pseudo) esquerda brissotina tendo sobre este ponto a mesma determinação. Somente uma parte dos *feuillants* resmunga e se atemoriza. Eles dão a conhecer à rainha que na sua opinião a guerra será, em termos de política interna, uma catástrofe: “Os incendiários levarão a melhor”. Mas estes medrosos desagradam Maria Antonieta, e Brissot acredita poder assegurar, muito contente, no seu *Patriota*, a 16 de janeiro, que “o reinado dos Barnave e dos Lameth na Corte já passou: ele caíram em desgraça”. A conselho de seu suserano, o Eleitor de Trêves cedeu às exigências francesas; mas o imperador acreditou ser de seu dever notificar Luís XVI de que ele envia reforços a Trêves, não numa atitude agressiva com respeito à França, é

claro, mas para proteger o Eleitor se por acaso ele for vítima de um ataque imprevisto. Brissot ladrou de alegria e exclamou: “Nosso verdadeiro inimigo é o imperador!” Em sua grande *História Socialista da Revolução Francesa*, Jaurès escreve: em torno de Brissot e de Cloots, “é a defesa quase cínica da guerra, a guerra a qualquer preço¹⁶”. Enquanto, a 31 de janeiro, em uma longa carta apaziguadora à sua irmã, Leopoldo procurava dissuadi-la de uma guerra que, por sua parte, ele absolutamente não desejava, mas que considerava realmente perigosa para a Coroa na França, Vergniaud soa a trombeta a seu turno: “Às armas! Às armas! É a salvação da pátria e a honra que o exigem!”

A despeito de suas opiniões divergentes, as relações entre Robespierre e Brissot permanecem amigáveis. A pedido do velho Dusaulex, eles trocam, de bom coração, dia 30, um abraço fraterno, o que não impede Maximilien de retomar a palavra, a 25, para observações e prognósticos complementares*. As grandes traições que prevê e identifica o amigo Brissot, não as esperem, diz ele, sob uma forma “grosseira”; “à Corte e seus servidores vão traí-los com arte, com moderação, com patriotismo, lentamente, constitucionalmente”. E, como se Maximilien fosse dotado de uma segunda visão, ele anuncia, com toda exatidão, ao que se vai assistir, efetivamente, em setembro: os senhores verão o exército enxotar inimigos aos quais não se quer nenhum mal sem ter reduzido seu poderio”. Vocês falam de “traição”? Mas a nomeação de um La Fayette não é “nada mais do que isto”; Robespierre renova sua advertência: muito mais do que no estrangeiro, o perigo está aqui mesmo, em volta de nós, entre nós: “Paris contém uma força” contra-revolucionária, um exército “imenso e que cresce a cada dia”. É mais importante tomar cuidado com ela do que nos deixarmos levar numa aventura a que nossos piores inimigos esmeram-se em nos lançar.¹⁷ Maximilien fala no deserto. A coalizão heterogênea que deseja a guerra com paixão faz todo o possível para provocá-la. A Assembléia, em sua impaciência, terminou por colocar Leopoldo contra a parede, tornando-lhe insuportável sua posição conciliadora. Ela exige que antes de 1º de março ele tenha anulado as decisões, no entanto tão razoáveis, e

* Michelet é digno de pena pela interpretação vil que apresenta da oposição feita por Robespierre ao plano de guerra. Ligando-se a ele, diz Michelet, ele se colocaria “atrás” dos girondinos (M., I, 837), o que lhe proibiam seu orgulho e suas ambições.

condicionais, tomadas por ele em Pilnitz: “Toda resposta evasiva e dilatória será vista como uma declaração de guerra”.

Fins de janeiro de 1792, pequenas desordens explodem na capital. Nada de grave. Os acontecimentos coloniais permitiram uma frutuosa especulação sobre o açúcar, cuja produção encontra-se reduzida, permitindo uma alta do preço de venda, que dobrou, passando de 30 soldos a 3 libras. Constituem-se também, paralelamente, grandes estoques destinados a simular a escassez, para aumentar ainda mais os lucros. Discretos entrepostos foram instalados no Havre, em Rouen e em outros locais, entre os quais Paris, é claro (principalmente nas igrejas abandonadas), e, em 23 de janeiro, a sessão dos Gobelins enviou uma deputação à Assembléia para protestar contra estas manobras. O incidente pode parecer mínimo. Ele não o é. A petição refere-se ao artigo IV da *Declaração dos Direitos do Homem* sobre a liberdade que “consiste em poder fazer o que não prejudica a outrem”. É pura e simplesmente o problema do liberalismo econômico que se coloca. Donas de casa, indignadas com o novo preço do açúcar, causaram problemas nos subúrbios. O deputado Boscary, que acumula seu trabalho de agente de câmbio com suas atividades quotidianas de negociante, subiu à tribuna num estado de agitação próximo da loucura: “Tentaram entrar à força na minha casa! Quebraram todos os vidros do primeiro andar!” Boscary vai de imediato diretamente ao fundo das coisas: “Minha fortuna e a de meus amigos está em perigo; eu invoco a salvaguarda da propriedade, não somente para mim, mas para todos os negociantes de Paris”. Este homem honesto está ainda mais transtornado pelo fato de ter sempre dado mostras do melhor “patriotismo”: “Ninguém mais do que eu, grita ele, entregou-se à Revolução”. Ele não foi visto — é a pura verdade — distribuindo pessoalmente armas, dia 13 de julho, ao povinho que vai ser lançado contra a Bastilha para trazer Necker de volta às finanças? Pétion-o-prefeito irá aos locais, os pontos quentes, faubourg Saint-Antoine, faubourg Saint-Marceau, em Gravilliers. Os “problemas do açúcar” muito rapidamente terão fim. Vai se espalhar o boato de que tudo não passa de uma manobra dos aristocratas. Os girondinos ficam particularmente irritados com este tipo de questão; eles são ainda mais estimulados a preparar esta guerra, que o inverno interdita, por ora, mas que deve — precisa — explodir na primavera.

Robespierre não interveio nos incidentes alimentares que, entretanto, devem ter retido sua atenção. Não sei como interpretar seu

silêncio, a não ser por sua indecisão, que será permanente quanto às medidas a tomar na ordem econômica. A 10 de fevereiro, num texto que publica “Sobre os meios de salvar o Estado e a liberdade”, ele insiste sobre os perigos que correm os amigos do povo, “cercados”, como o estão, de “armadilhas e conspirações”. Ele se inquieta com nossa fraqueza militar e desejaria “legiões” formadas inteiramente de vítimas dos “cartuchos amarelos”; estes regimentos de soldados-cidadãos seriam “o mais firme baluarte da liberdade”, e ele pede a liberação dos suíços de “Châteauvieux”, nas galeras há dezoito meses após um julgamento escandaloso. Ele lamenta que a Assembléia reste confinada nesta “incômoda e reduzida sala do Manège”, onde o espaço reservado aos tribunos é exíguo; ele lembra Versalhes, cujas vastas tribunas e suas centenas de ocupantes “contribuíram, e não foi pouco, para inspirar-nos coragem e energia”; ele desejava, no espaço da Bastilha, para a representação nacional, uma sala que pudesse conter “pelo menos 10.000 espectadores” (perspectiva detestável, execrável, para a imensa maioria dos deputados). Robespierre pede ainda que não seja mais tolerada nenhuma exportação de armas ou de ouro (e a liberdade de comércio, o que fez dela este demagogo?); e que a administração das finanças decida-se “a pagar as pensões módicas com pelo menos tanta justeza quanto as pensões” de maior amplitude (Cambon recebe mal esta intrusão em seu domínio exclusivo). Finalmente, ele estima injustificável, inadmissível que o gigantesco montante da “lista civil” do rei seja-lhe versado pela metade em numerário; é ao rei em primeiro lugar — não? — que convém honrar com sua confiança o papel-moeda do Estado¹⁸.

Atrás do problema da guerra, está escondido o da propriedade. Guardemos uma estreita atenção sobre este aspecto, capital, das coisas: uma obsessão secreta não abandona as pessoas de bem, desde 1789. Prova ainda desta obsessão, a carta de Pétion a Buzot, de 6 de fevereiro de 1792. Pétion (que dentro em breve mudará de campo) fala desta burguesia que, a partir de então, “acreditava-se ao nível da aristocracia” e para quem “o povo” tornou-se um perpétuo “objeto de desconfiança”. Que pretende ele (os documentos certamente existem, mas nos faltam) ao afirmar: “repetiu-se tanto” para a classe burguesa, que a Revolução, em sua essência, “era a guerra” dos que têm contra os que não têm, “que esta idéia segue-a por todo lado”. O que resulta em violentas críticas a Pétion; e Barruel-Beau-

vert* faz imprimir, em resposta, um *Grito da Honra e da Verdade*; o sentido fulgura desde as primeiras palavras: “Despertai, homens de posses!” Vergonha aos jacobinos, esta “seita perniciosa”, como diz tão bem o imperador Leopoldo; foram eles que “levaram o fogo e a chama a todas as nossas colônias”, eis que agora eles “enchem de discórdia os subúrbios de Paris”. Não se pode reclamar a este hoplita de recorrer aos circunlóquios; que se julgue: “As pessoas que não têm nada a perder estão dispostas a todos os crimes; os verdadeiros cidadãos são os que têm posses; os outros não passam de proletários, ou fazedores de crianças”. Proprietários, defendam-se, protejam-se, sejam intratáveis! Os miseráveis “só querem assemelhar-se aos senhores (pelo direito do voto) para devorar sua substância”. O pesquisador deve manter os olhos atentamente abertos quanto aos verdadeiros móveis de uns e de outros com respeito à guerra. Se os conservadores estão aterrorizados pelo número imenso de excluídos por quem trabalha um Robespierre, a “esquerda” girondina não está menos alerta quanto aos direitos “sagrados” dos proprietários; e esta guerra, tão “necessária às nossas finanças”, como o admitiram, em dezembro, a uma só voz, Narbonne e Brissot, torna-se cada vez mais urgente, porque na data de 1º de fevereiro a tesouraria nacional não tem mais do que 60 milhões e 418 mil libras em caixa.

Em 15 de fevereiro, Robespierre, que não se esquivou de seu papel de promotor público que lhe confiaram os eleitores (trata-se de um tribunal ordinário; nenhuma implicação política), diz a seus amigos jacobinos que ele se propõe consagrar-lhe “seus dias inteiros”, reservando “uma parte da noite” a seu trabalho cívico; mas ele sabe, por antecipação que, se a necessidade o obrigar, serão as funções jurídicas que ele abandonará. Os galerianos “de Châteaueux” foram liberados a 12 de fevereiro: uma coleta é organizada para ajudá-los. O rei versa 100 libras na subscrição. Danton quer que se lance ao rosto do soberano esta esmola hipócrita. Robespierre desaconselha o gesto: ninguém se ilude e são sempre 100 libras a mais para os infelizes. A questão das subsistências, esquecida desde 1789 graças às boas colheitas, coloca-se de novo e com uma acuidade que faz parecer derrisório, muito rapidamente, o pequeno caso do açúcar. Couthon — que é deputado — vai lembrar a seus colegas, em 29

* O Conde de Barruel-Beauvert tinha exercido um comando na Guarda Nacional em 1790.

de fevereiro, que, quanto aos “direitos feudais”, o Antigo Regime se perpetua. Ninguém tendo podido readquirir os “direitos” ao preço gigantesco fixado pela lei, o “dito senhor” (ou se ele emigrou, seu mandatário) continua a receber do camponês o “quarto” de sua colheita. E Couthon solicita do Corpo Legislativo um ato eficaz: “Ocupem-se do povo”. Os senhores querem “esclarecê-lo”, segundo dizem, para que ele aplauda a guerra; quanto a mim, eu gostaria de “tranqüilizá-lo”; e Robespierre, que imediatamente o apóia, pede que se faça, sem demora, “leis justas e benéficas”, “leis populares”, sobre as quais, infelizmente, ele não dá nenhuma precisão. Em Montlhéry, a 13 de fevereiro, as lojas dos vendedores de cereais são assaltadas e pilhadas. Em 14, violência em Dunkerque; lei marcial; atira-se, 13 vítimas. É preciso a intervenção da tropa em Beauvais para obrigar a multidão a deixar partir os carregamentos de trigo para Paris. A 3 de março, em Étampes, os diaristas, cujo salário absolutamente não acompanha o aumento dos gêneros alimentícios, protestam e exigem do prefeito, Simonneau, uma taxa imperativa. Ele recusa-se a fazê-lo. Briga; dois tiros de fuzil — fuzis de caça — o abatem. Apresentação das coisas por Michelet: Simonneau é morto “ao opor-se com bravura à sublevação” (M., I., 893). Ainda em março, incidentes sangrentos em Poitiers, Clamecy; no Eure, na Marne, no Loiret, aglomerações estrondosas. Por outro lado exige-se as taxas, às quais não se poderia conceder em lugar algum, pois isto significaria um duplo atentado, a um só tempo, ao dogma do liberalismo econômico e ao direito de propriedade sobre o qual nenhuma limitação é concebível. O medo ganha terreno; “dia a dia o mal se agrava”, escreve a rainha, em 2 de março, a Mercy-Argenteau: “a bancarrota” ameaça, e mesmo “a perda de todas as fortunas particulares”. Séguier (que será um dos advogados de Luís XVI) publica uma espécie de manifesto angustiado. Título: *A Constituição Derubada*; evocando “as colônias incendiadas”, as “emissões incalculáveis de *assignats*”, ele anuncia a “violação” geral dos bens. Mallet du Pan, fiel amigo da ordem, exprime, no *Mercure*, seu espanto: para ele, por todo lado, “indigentes atrevidos preparam-se a um saque universal”; “é chegado o dia, escreve ele, em que os proprietários de todas as classes devem sentir enfim que eles vão cair a seu turno sob a foice da anarquia”.

“De todas as classes...” Três palavras dirigidas a estes burgueses inconseqüentes o bastante, loucos o bastante, para favorecer o jacobinismo, sem perceber que eles estão se autocondenando à espo-

liação, à ruína. Já faz muito tempo, entre os girondinos, que se medita sobre as precauções sociais. A guerra — esta “salvação”, como disse literalmente Brissot — deve explodir o mais cedo possível, e se preciso for, por nossa própria iniciativa. Para a precipitação que se impõe, a brusca morte de Leopoldo é inoportuna; salvo para sua irmã, a rainha da França, que não lhe perdoava absolutamente sua passividade. Mas este luto resulta numa certa paralisia diplomática, provisória, é verdade, mas que não agrada aos impacientes. Luís XVI deve demitir Delessart, o Ministro das Relações Exteriores, que a Assembléia enviou à Alta Corte sob a acusação de ter silenciado à representação nacional o que ele sabia dos preparativos militares da Áustria. Narbonne também perde seu posto; ele foi aliás o primeiro a perdê-lo; Delessart e ele se desentendiam profundamente, e a rainha detestava os dois (“O melhor dos dois não vale nada”, dizia ela a Mercy-Argenteau). Luís XVI tinha precisado se separar de Narbonne que se tornara impossível, suscitando cartas de Luckner, de Rochambeau e de La Fayette que demonstravam ao rei seu dever de guardar uma confiança absoluta num ministro de tal valor. O rei põe a pasta da Guerra entre as mãos de um feillant incolor, de Grave; mas ele escolhe para as Relações Exteriores um personagem escorregadio e perturbante, este Dumouriez que, outrora, sob Luís XV, efetuou diversas missões secretas para a Corte e que, casado, vive abertamente, entretanto, com a irmã de Rivarol, o brilhante polemista da “ala direita”; mas, ao mesmo tempo, ele passa por ser bastante jacobino. A súbita elevação de Dumouriez parece ser devida à rainha, que conta com ele para acelerar o curso da guerra. No dia em que Brissot derrubou Delessart, Vergniaud, o elegante Vergniaud, o delicado Vergniaud, pronunciou palavras terríveis. Ele não se contentou em dizer que da tribuna de onde ele falava, ele percebia “as janelas do Palácio onde se trama a contra-revolução” (são os apartamentos reais que ele designa), ele proferiu contra a Austríaca, o mais claramente que se possa fazê-lo, uma ameaça de morte: “Que todos os habitantes das Tulherias saibam que nossa Constituição só concede inviolabilidade ao rei”, unicamente ao rei. “A lei atingirá, sem distinção, todos os culpados, e não haverá uma só cabeça, comprovadamente criminosa, que possa escapar ao seu gládio.”

No pensamento do rei, ao que tudo indica, Dumouriez tem como função obter dos brissotinos-jacobinos que eles tomem a responsabilidade da guerra. Nomeado a 15 de março, instalado a 16, Dumouriez, a 19, faz uma visita ao Clube na grande sala da rua

Saint-Honoré. O costume, desde alguns dias, é que na tribuna os oradores coloquem o gorro vermelho, símbolo da liberdade reconquistada. Dócil, e mesmo complacente, Dumouriez, com toda a sua ministerialidade, não vê nenhum inconveniente em se cobrir com este emblema; um gesto que, por seu lado, Robespierre dispensa. Chegou-se a afirmar que subindo à tribuna, e recebendo de algum funcionário o gorro de praxe, ele teria lançado violentamente à terra este trapo. Lenda. Robespierre não se permitiu um tal erro. Ele somente guardou na mão, sem colocar na cabeça, o gorro vermelho que lhe haviam entregue. Dumouriez tinha se feito aplaudir ao anunciar que em caso de guerra ele “tomaria seu lugar no exército”. Robespierre foi polido; ele levou mesmo a amabilidade até o prejulgamento favorável, mas sem ir além. Ele sorriu: “Eu não sou de modo algum, disse ele, daqueles que acreditam que é absolutamente impossível que um ministro seja patriota”; ele “aceita com prazer os presságios venturosos*” dos quais se acompanha a nomeação de Dumouriez; quando o novo ministro “tiver atendido a estes presságios (...) então eu estarei disposto a conferir-lhe todos os elogios” que ele merecerá. Com estas palavras prudentes, Robespierre adota a posição de um observador sem malevolência, mas que espera o que vai se seguir. Dumouriez dá mostras de se sentir maravilhado; ele se precipita sobre Robespierre e abraça-o.

Em 23 de março, Luís XVI chama Roland ao poder, para o Interior. Clavière, para as Finanças. Dois jacobinos de boa marca e que não têm nada de povinho. Roland de La Platière tem uma residência particular onde sua mulher mantém um salão que concorre com o da Madame de Staël; e Clavière, filho de um importante comerciante de Genebra, antigo administrador geral da Companhia de Seguros de Vida, possui em Surenes uma vasta propriedade. Todos os dois foram escolhidos com discernimento por Brissot que sugeriu seus nomes ao rei (este deseja junto a si — e todo mundo sabe por que — ministros jacobinos). Os doutrinários da subversão social não tem nada a esperar de Roland nem de Clavière, todos os dois grandes burgueses, mas “esclarecidos”. Numa alocução de 10 de fevereiro, Robespierre tinha franzido as sobrancelhas. “Eu escutei manifestações de desejo de que o rei recrutasse o ministério (...) no Clube dos Jacobinos. Que o céu nos preserve! (...) Se isto acontecesse, eu não teria muita confiança no patriotismo da Corte, mas eu teria bem me-

* Quais, de fato? Gostaríamos que ele os indicasse.

nos no valor dos que ela tivesse acolhido²⁰.” Ei-lo, portanto, em fins de março de 1792 em presença de uma situação que ele esperava publicamente, seis semanas antes, não ter que tolerar. E Michelet, em conseqüência, nos descreve um Robespierre “cruelmente ferido” por terem chegado ao poder indivíduos que ele inveja, despreza e suspeita. A partir de então ele será visto, diz Michelet, “revolvendo-se em seu fel, derramando-se em vagas e tenebrosas denúncias”. O ministério é, na verdade, a Gironda na cabeça da França — a Gironda é a flor desta “legião de homens ardentes e enérgicos”, “cheia de novas impressões, inteiramente apaixonada”, que representa a esperança, enquanto que Robespierre, quando a Constituinte se dispersa, “acreditava ter atingido o auge” da popularidade. E, não! “Um novo pico, por assim dizer, erguia-se frente a ele.” Daí, em seu coração, “abismos de ódio”^{21*}.

Deste ódio abissal, insondável, não tive o sentimento ao consultar o texto das afirmações feitas por Robespierre diante dos jacobinos em 26 de março. Ele felicitou-se pelo falecimento de Leopoldo cujo desaparecimento “pareceu desconcertar durante algum tempo os projetos de nossos inimigos”: ele agradece à Providência por esta chance dada à paz; mas “tomemos cuidado, acrescenta ele, para não cansar a bondade celeste”. Após ter assim confirmado sua posição, sempre a mesma, de oposição à guerra, Robespierre não dá maiores explicações, deixando entender, no entanto, por seu “tomemos cuidado”, que ele teme imprudências de nossa parte; o que Michelet traduz nestes termos: “Robespierre ia para um lado e toda a França para outro²²”. Maximilien não é entusiasta, nem feroz, com respeito à nova equipe governamental. Ele mostra-se menos severo do que poderiam fazer provar suas palavras de 10 de fevereiro; ele leva sua indulgência até a dizer que “o ministério se anuncia em circunstâncias felizes²³”. Dois dias mais tarde, ele vai desagradar em muito a uma parte — a uma grande parte — de seu auditório jacobino onde se apreciava muito pouco os atentados à paz social. Foi feita a proposta de honrar com uma “coroa cívica” a memória de Simonneau, o

* Na obra tão pertinente, e com aspectos comoventes, que o senhor Guy Chaussinand-Nogaret consagrou, em 1985, à Madame Roland, Robespierre é dotado de uma alma “fingida”; um homem que detestava e “caluniava” qualquer um que “o ofuscassem por seu talento”. Reflexo de Michelet. E que contraste, diz o autor, entre Robespierre e Danton, este bravo homem de maneiras “ingênuas e desajeitadas” que lhe inspira “a simplicidade de sua alma alegre”.

prefeito de Étampes, assassinado pela população. Robespierre não nega que o defunto tenha de certo modo “direito à estima de todos os cidadãos”; mas — o que significa esta resistência? Que aliados procura Robespierre junto a pessoas impossíveis? — ele pede ao Clube para adiar sua decisão a este respeito, até que ele esteja inteiramente informado, e em detalhes, sobre o que se passou em Étampes²⁴.

Em 6 de abril, Robespierre lança-se a um ataque em regra contra La Fayette. Parece-lhe realmente inconcebível que o governo jacobino deixe à frente de um exército um homem cuja conduta, tanto em agosto de 1790, como em julho de 1791, revela, com toda evidência, um inimigo do povo. De todos os nossos adversários, declara Robespierre, “La Fayette é o mais perigoso, porque ainda conserva uma máscara de patriotismo”. É prevista uma festa para acolher em Paris os “châteauvieux” liberados das galés, mas com uma palavra de ordem estabelecida: “Bouillé era o único culpado”, numa intenção manifesta de inocentar La Fayette. Robespierre contrapõe-se. “Bouillé não passava de um instrumento; ele era o agente da Corte, era sobretudo o agente de La Fayette”. Maximilien é tomado de indignação. Ele pronuncia uma série de frases, todas terminadas pelo nome do general. Como esta, por exemplo, lembrando um fato inegável: “Quem pediu uma coroa para os assassinos dos soldados de Châteauvieux? La Fayette²⁵”. A 11 de abril, ainda a respeito da festa que se prepara, Robespierre chama os patriotas autênticos para se afastarem deste La Fayette “tão perigoso²⁶”. Dia 13, insistindo na pesada falta, no crime da Constituinte: a exclusão cívica dos pobres, ele amaldiçoa os que, esquecendo que “o povo tinha se armado pela liberdade, quiseram, ao deixar somente uma parcela armada, mergulhar outra vez na escravidão” o resto da nação; ele nomeia estes malfeitores, e por ordem crescente de culpabilidade: “de André, Barnave, Lameth, La Fayette²⁷”. E ainda no dia 14 ele celebra antecipadamente a cerimônia do dia seguinte como “o opróbrio de La Fayette²⁸”. Maníaca esta raiva obsessiva de Robespierre contra La Fayette? Os fatos se encarregarão de justificá-la.

Sobre a guerra, Robespierre não diz nada nestes dias de abril em que tudo vai se decidir. Porque ele sabe muito bem que todo esforço é inútil para salvar a paz, que os jogos estão feitos, que a Corte e os dirigentes girondinos da Assembléia querem e vão obter este conflito mortal para o qual, dirá ele em 20 de abril — o dia da explo-

são — só se esperava, há muito tempo, pela hora propícia²⁹. François II, filho e sucessor de Leopoldo*, tinha enfim facilitado as coisas para sua tia, respondendo de maneira mais ou menos seca às notas atormentadoras que ele recebia de Paris. Seu velho conselheiro, Kaunitz, recomendava-lhe deixar à França o gesto ofensivo; sempre é mais hábil, numa guerra, conduzir o outro a declará-la (o que sabem fazer, em 1870, Bismarck, em 1914, Poincaré). Em 20 de abril, Dumouriez explica à Assembléia as razões imperiosas determinantes, irresistíveis — a honra nacional está em causa — que obrigam a França a “se considerar em estado de guerra” com a Áustria. O rei está de acordo e, fiel como sempre ao que lhe prescreve a Constituição, ele “propõe” à Assembléia declarar guerra “ao rei da Boêmia e da Hungria”. Ninguém ignora que a Prússia esteja em acordo com a Áustria; mas simula-se não levá-lo em conta, do mesmo modo que à inevitável reação da Inglaterra se as tropas francesas, entrando na Bélgica (onde reina o imperador) conquistam Anvers. O Corpo Legislativo foi todo ganho. Somente um certo Becquey, delegado dos Lameth, que preferem ficar nos bastidores, apresenta sérias objeções. Ele observa, em particular, que o estado de nossas finanças, já cruel, vai se tornar infalivelmente trágico com a guerra. Cambon corta-lhe a palavra: “Dinheiro? Nós temos mais do que precisamos!” Michelet, que adora Cambon**, não se espanta com esta fanfarronada e reconhece que com uma declaração de tão perfeito otimismo (e que subentendia: o papel-moeda não poderia nos faltar; nós imprimiremos o quanto quisermos), “ninguém contribuiu mais do que ele, Cambon, para decidir a guerra³⁰”. É a unanimidade, ou como se o fosse, na Assembléia. Contra a guerra, apenas uma dezena de vozes.

“Bravo!” grita Michelet, arrebatado. “Guerra sublime, guerra pacífica para fundar a paz eterna! Guerra cheia de fé e amor (...) Oh! o grande coração da França em 1792 (...)! Que ternura pelo mundo! (...) Que ardor de sacrifício! E como todos os bens da terra contavam pouco neste momento³¹!” Seria bem isto, na verdade, o que

* Em 24 de março, Luís XVI fez escrever por Breteuil ao novo imperador que ele se sentia “certo” de encontrar “na alma de Vossa Majestade toda a ação de socorro” necessário para protegê-lo, a ele, o rei da França, assim como à rainha, filha de Maria Teresa, e pelo “restabelecimento da monarquia”.

** Se ele tivesse sido Convencional teria escolhido, escreverá ele, sentar-se entre Cambon e Carnot.

pensava o sólido Cambon que pendia pouco, pessoalmente, para o lirismo? Voltemos, com ele, a ser concretos; e tratemos de compreender melhor as intenções de uns e de outros. Os girondinos crêem numa guerra fácil e em significativos sucessos que os colocarão em posição de força frente ao soberano : ele poderiam assim obrigá-lo à obediência. Jaurès viu muito bem a maleabilidade evolutiva de seus cálculos: eles “giravam, diz ele, em torno da realeza com um coração hesitante e pérfido, sonhando algumas vezes em derrubá-la (...), mas também imaginando instalar-se nela como vencedores numa antiga casa e cobrir sua potência ministerial com o prestígio da velha monarquia”. Dumouriez também quer vitórias; La Fayette igualmente, um La Fayette que os ministros jacobinos deixam onde está apesar das objurgações, bastante legítimas, bastante razoáveis, de Robespierre*. Sua missão é entrar na Bélgica tomando Maubege como ponto de partida, e Robespierre imagina-o, com temor, penetrando em Bruxelas coberto de glória e de lá ditando suas vontades. A Corte o odeia, mas ela deverá certamente ceder; o que ela quer é “o reino conjugado da aristocracia fundiária e da burguesia de negócios**”. Dumouriez se fortalece ao tê-lo sob seu comando, ao utilizá-lo para seus próprios fins; ele se assegurou uma proteção que falta a La Fayette (o qual, aliás, não a desejaria), o apoio secreto de Philippe de Orléans. Dumouriez tem grandes projetos. Roland não é “orleanista”; ele também não é “lafayettista”; mas a maioria do “Senado” (estilo Marat) continua aferrada ao Marquês — disposição que o Executivo é obrigado a levar em conta. Quanto à Corte, nós conhecemos, desde sempre, suas opiniões: ela só deseja um rápido e completo esmagamento das forças francesas cuja extrema fraqueza ela conhece, para ver a Revolução ser definitivamente afogada. No total, e nenhum historiador pode duvidá-lo, esta guerra de 1792 responde, de toda parte, a interesses de política interna. Ela está longe, muito longe, de ser a este respeito a única de sua espécie no cortejo dos grandes conflitos europeus. Outra banalidade: o massacre que se inaugura modestamente, de início, em 1792, sob os cuidados do governo francês, vai durar, com algumas pausas, por mais de vinte e dois anos e só se acabará em junho de 1815, com o desastre de Waterloo.

* No dia mesmo da declaração de guerra, Robespierre disse ao jacobinos: “La Fayette deve ser destituído” (R.O., VIII, 293).

** É a opinião, que eu considero justa, de Soboul, no seu *Compêndio de História da Revolução Francesa*.

Já que a despeito de todas as suas advertências, de todas as suas objurgações, a guerra, infelizmente, foi declarada, Robespierre não perde um segundo em vãs recriminações. A nação vai se bater? Viva a nação! E ele que, ainda em 14 de abril, tinha aplaudido a repetição de uma declaração solene, já votada no ano anterior*: “A nação francesa renuncia a fazer qualquer guerra objetivando realizar conquistas”, ei-lo que pede pela anexação “do Brabante, dos Países Baixos de Liège, de Flandres***”. Mas ao mesmo tempo, atenção, diz ele, com “os inimigos de dentro”; “é agora sobretudo que se precisa vigiar o poder executivo³²”. A 23, uma vez mais, ele volta aos perigos que fazem incorrer à liberdade, La Fayette e os “intrigantes³³”. De quem se trata? A Madame Roland, em 25, vai acusá-lo, por escrito, de levantar a opinião contra seus “amigos”. Terá ele já, em conversa, emitido críticas contra os governantes? Preludiado, em 26 de março, pelas observações severas de Guadet sobre a complacência que teria Robespierre pela “superstição”, é em 25 de abril, melhor dizendo, cinco dias após a declaração de guerra, que se inicia o ataque, destinado a todos os furores, dos brissotinos-girondinos contra o Incorruptível. Desmesuradamente, intoleravelmente popular, este Maximilien que nem sequer é deputado e por quem a baixa plebe está apaixonada. Brissot e Guadet, que lançam o ataque, um após o outro, em 25 de abril, inquietam-se pela paixão que testemunha à Robespierre uma classe perigosa. A desconfiança, a antipatia, a aversão de que Robespierre torna-se objeto junto às pessoas de bem, por mais “patriotas” que elas sejam, e que tomará todo o aspecto de um frenesi no dia seguinte ao 10 de Agosto, alia-se aos temores que nós vimos nascer junto aos possuidores. Lembremo-nos do artigo de 16 de março, no *Mercure*, em que o apocalipse era predito como muito próximo. A 7 de abril, o mesmo *Mercure* dá como a mais patente das realidades esta visão de horror: “Do castelo de Versalhes e da antecâmara dos cortesãos, a autoridade passa (...) às mãos dos proletários e de seus bajuladores***”. Guadet declarou sem rodeios, em 25 de abril, referente a Robespierre: “Eu denuncio um homem que, seja por ambição, seja por infelicidade, tornou-se o ídolo do povo³⁴”. O *Pa-*

* Pelos constituintes, em 5 de abril de 1791.

** Robespierre diz bem “a conquista” (R.O., VIII, 291).

*** André Chénier, que já dirigiu contra os “châteauvieux” versos insultuosos e biliosos, convida, a 2 de abril, no *Jornal de Paris*, as pessoas de bem a se revoltarem contra “este punhado de turbulentos que parecem numerosos porque estão unidos e gritam (...) e que o levam a fazer a vontade deles, dizendo-lhes que é a sua”.

triotas de Brissot não hesita em outorgar responsabilidades: “O senhor Robespierre é evidentemente o autor da divisão que estraçalha o Clube (o Clube dos Jacobinos).” Porque ele renunciou, em 10 de abril, às suas funções de promotor público — ele havia anunciado de viva voz que o faria se sua disponibilidade para a ação política fosse prejudicada — a *Crônica de Paris* censura-lhe esta “deserção*”; lá onde Robespierre poderia prestar serviços à coletividade, ele se esquivava e prefere, insinuará Condorcet, a 28, fazer-se o cúmplice, involuntário, sem dúvida, mas cúmplice de todo modo (ah? como?) da Áustria.

Em resposta a Brissot e a Guadet, Maximilien, em 27, observa que ele não vê de que o acusam. “Eu ainda não disse uma palavra contra os novos ministros**”; existem mesmo alguns (...) que eu poderia defender se fosse o caso; eu quero somente que eles sejam vigiados.” Assim, em lugar de fazer bloco com o governo nas grandes horas guerreiras que começam, Robespierre, com insolência, faz papel de fiscal. Sabendo o que fala sobre o que acontece de verdade por trás dos atos e palavras da encenação oficial, e muito mais informado do que nós o estamos sobre a complexidade do cotidiano, Robespierre, em 27 de abril, evoca “este labirinto de intrigas, de perfídias e de conspirações” que é a vida política parisiense, no momento em que a França acaba de ser precipitada numa enorme aventura. Ele conjura Brissot a insistir junto ao poder para que seja retirado o grande comando a este La Fayette do qual tudo pode se esperar. Maximilien lamenta ver seus agressores retomarem contra ele o sistema que adotavam em outro tempo Barnave e Dupont: eles “nos chamavam de facciosos” e “a única vantagem que os senhores têm sobre eles é a de ter inventado”, contra meus amigos e eu, o termo de “agitadores, aparentemente porque o outro está gasto^{35*}”. A *Crônica*

* Em seu *Correio dos 83 Departamentos* o girondino Gorsas escrevia amavelmente: “Corre o boato de que o senhor Danton vai seguir o exemplo de Robespierre e abandonar seu posto de substituto do procurador da Comuna. É sem dúvida uma calúnia. Nós não suspeitamos Danton desta criminoso infâmia” (R.O., VIII, 312, em nota). Mede-se, por este exemplo, a violência que reveste a raiva contra Robespierre, junto a estes “puros” que Michelet elevou às nuvens.

** Publicamente, e do alto da tribuna dos jacobinos, é verdade; mas em privado e discretamente, eu estou menos certo. Se ele já não tivesse manifestado sua opinião, a carta da Madame Roland (25 de abril) não teria nenhum sentido, assim como a crítica de Brissot, no mesmo dia.

*** O agitador típico sendo Marat, Guadet, a 25 de abril, dá como certo o fato de que Robespierre “dispõe” como quer do *Amigo do Povo*.

de Condorcet cospe seu desgosto por estas afirmações: Robespierre “queimou durante uma hora um insípido incenso sobre seu próprio altar”; ele é “ao mesmo tempo o padre e o Deus” de uma doutrina ininteligível. Por três vezes, dia 28, Maximilien quer tomar a palavra; e três vezes a maioria dos jacobinos (como, ontem, a da Constituinte) recusa-se a ouvi-lo. Em sua autodefesa, ele chega a esta afirmação que transgride em muito a verdade: “Eu jamais me opus à guerra^{36*}”.

E as operações militares? E a triunfal investida das tropas da nação pulverizando os mercenários dos déspotas? Dumouriez realmente deu a ordem de uma grande ação ofensiva, com os cerca de 150.000 homens — em princípio — que compõem as forças francesas. Mas, de uma parte estes números são falsos, mentirosamente exagerados pelos estados-maiores para receberem mais dinheiro; e, por outro lado, os oficiais continuam ainda a obter, à seu bel-prazer, licenças para assuntos pessoais**; os “quadros” franceses desapareceram em mais de metade. Para termos uma idéia justa do que foram as verdadeiras condições nas quais, no mês de abril de 1792, a França entrou em guerra, não poderíamos esquecer o ninho de espiões e de traidores instalado em plena Paris e do qual a rainha era a maior glória. Assim que Maria Antonieta tomou conhecimento, junto ao rei, das grandes linhas (pelo menos teóricas) do plano de campanha decidido no Conselho dos Ministros, ele tratou de comunicá-las, em 26 de março, a Mercy-Argenteau a fim de que ele o transmitisse à Corte de Viena e de que fossem tomadas, em consequência, “todas as precauções” cabíveis. Na concepção de Dumouriez, as forças do Norte deviam invadir a Bélgica pelo oeste e as do Centro, sob La Fayette, lançar-se-iam ao mesmo tempo de Givet sobre Namure, depois Bruxelas. Mas surgem de imediato uma série de inconvenientes e de desastres que nem sequer vêm de respostas e ataques austríacos; todas as suas causas encontram-se no comporta-

* Robespierre pretende que ele sempre limitou-se a dizer que, sim, esta guerra, “era preciso fazê-la”, mas somente “após nos termos garantido de nossos inimigos internos”, o que é, no mínimo, um audacioso artifício de advogado.

** Um dos mais notáveis exemplos destas facilidades, não somente surpreendentes mas inauditas, concedidas pelos departamentos de Guerra (nos quais se perpetuam os adeptos do Antigo Regime), é a nova licença concedida em setembro de 1792 (ou seja, no pior momento do avanço prussiano), a seu pedido, ao jovem capitão Bonaparte que solicita, uma vez mais, uma licença de seis meses para suas intrigas de aventureiro na Córsega.

mento lamentável do atacante. Uma coluna parte de Dunkerque e chega diante de Furnes que não se encontra defendida por nenhuma guarnição; nem por isso a coluna deixa de recuar. Os batalhões saídos de Lille, precedidos por dois regimentos de cavalaria, retrocedem sob a debandada destes dragões tomados de pânico por responsabilidade de seus oficiais. O General Dillon é morto, em Lille, por seus próprios soldados. A terceira coluna, a mais forte, conduzida por Biron (Biron-Lauzun) conquistou realmente, e sem dificuldades, Quiévrain, em 28 de abril; mas ela se retira, já no dia seguinte, com toda a pressa e num clima de salve-se quem puder. Um belo começo para uma cruzada girondina! Informado destas notícias desoladoras, La Fayette envia, em 6 de maio, ao Ministro da Guerra (ainda é de Grave, o semifeuillant; ele será substituído dia 8, por Servan, terceiro jacobino, a partir de então, no Executivo), uma carta que, de sua parte, é um prodígio de “inconsciência³⁷”. Este campeão do belicismo, e há cerca de cinco meses à frente do exército (ele foi nomeado para o posto em 14 de dezembro, por Narbonne), somente então descobre o estado real de suas tropas e leva o descaramento (e a desonestidade) até a escrever: “Eu não posso compreender como se declarou a guerra sem se estar de modo algum pronto para ela”.

A 1º de maio, as peripécias iniciais do conflito incitam Robespierre a retomar uma proposta que ele considera dramaticamente oportuna; por que não constituir “uma legião de soldados patriotas” com as vítimas dos oficiais contra-revolucionários? Ele vê neles a possibilidade de uma força jovem e cheia de entusiasmo. Acolhida da *Folha do Dia*, onde se tem os pés no chão: um “tratamento com sangrias e banhos frios” parece indicado como terapia ao indivíduo que profere tais “aberrações” e que “deveria ser internado com a mais doce piedade³⁸”. A 2 de maio, Maximilien, ao que parece sofrendo de derrotismo, declara que todos os nossos generais, ou quase, são suspeitos; à parte “algumas honrosas exceções” (gostaríamos que ele as desse a conhecer), ele os tem “quase todos” por pessoas que “têm saudades do Antigo Regime” e com as quais não se poderia contar para fornecer vitórias ao partido da liberdade. Marat compromete ainda mais, se isto é possível, Robespierre, tomando seu partido, a 3 de maio, contra as perfídias de Guadet e Brissot; estes “falsos patriotas”, cúmplices do “seu Mottié” (é La Fayette que ele quer dizer). Que chance para a Gironda, este apoio prestado à Robespierre por uma espécie de monstro freqüentando a

ralé, capaz do pior*; o conluio se estabelece entre o “sapo” (estilo Michelet) Marat e o “gato-tigre” Robespierre (estilo *Folha do Dia*, 6 de maio de 1792) que, dia 10, recomeça e recomeça — não importa se ele é fatigante! É preciso que o escutem!** — a denunciar La Fayette. Finalmente o que se passa? A lembrança do 17 de julho de 1791 desapareceu? A demonstração não foi feita, neste dia, do campo a que pertence o Marquês e dos interesses a que ele serve? Não é aberrante, insensato, confiar-lhe um comando importante? E Robespierre não abandona também, ao mesmo tempo, sua reivindicação, invariável e tenaz, de igualdade cívica para os que são “aviltados” porque não têm dinheiro³⁹. As tribunas, sempre transbordando, segundo seus inimigos, de mulheres que lhe são devotas, fazem um sucesso de cada uma de suas intervenções. Em fins de abril, o *Patriota* de Brissot já tinha mencionado estas equipes femininas seguidoras dos passos de Robespierre e tão bem “formadas na arte de injuriar os que não o idolatram de modo algum⁴⁰”. A *Folha do Dia* de 11 de maio desenha a imagem de Maximilien, no momento em que ele vai tomar a palavra, passando “amorosamente um olhar hipócrita sobre as tribunas que (antecipadamente) desmaiam de emoção⁴¹”, e o *Jornal da Corte e do Estado*, cujo título indica suficientemente a tendência, zomba do “eterno monólogo do senhor Robespierre” que “fala, fala e depois se lambe os lábios⁴²”. A *Crônica de Paris*, onde reinam conjuntamente Condorcet e Rabaut, diverte seus leitores com um documento atribuído por derrisão a Robespierre; uma carta do vilão senhor a um jornalista que ele ameaça, se este não prestar contas como deve de suas arengas, do “mais terrível castigo: eu o entregarei às horribéis megeras de que componho as tribunas” cada vez que vou discursar⁴³.

Um certo Loyseau faz imprimir um *Conselho Fraternal ao Senhor Robespierre, membro do Clube dos Jacobinos*, folheto irônico e venenoso, cujo único interesse é o de confirmar, ainda mais, o que já nos havia ensinado a agressão de Guadet contra Robespierre em 25 de abril: o lugar que ele ocupa, cada vez mais significativo, nos grandes debates sobre as questões nacionais. Tinham-no imaginado à margem e falando em vão a este corpo dos representantes do qual

* Neste 3 de maio de 1792, Marat é objeto de uma acusação. Ele só escapa a ela mergulhando, por três meses, na clandestinidade.

** Foi-lhe necessário “lutar por três quartos de hora para obter a palavra” (cf. R.O., VIII, 346).

ele não fazia mais parte. Mas sua ação nos Jacobinos pesa tanto sobre os espíritos como se ele fosse membro da Assembléia. Este J.-S. Loyseau revela muito da importância política de Robespierre e da inegável extensão de sua audiência. A conclusão da apóstrofe toma o valor de um “aviso” dado não mais a Maximilien, mas a todas as pessoas de bem preocupadas em pôr fim a um perigo que lhes concerne diretamente, a elas e a sua condição social, a elas e a seus bens. Leiamos (é Robespierre que o autor interpela): ““Você chegou ao ponto de dizer tudo, fazer tudo, ousar tudo sem temer nada, porque tem a multidão a seu favor*”. De onde ele conclui que este orador tem “influência demais” para que um tal estado de coisas não demande a necessidade de “colocar-lhe limites⁴⁴”. O folheto tem data de 12 de maio de 1792. Precisamente neste 12 de maio, a Assembléia, onde são poderosamente majoritários os amigos da ordem, decreta que uma manifestação solene acontecerá a 1º de junho, em memória de Simonneau, o ex-prefeito de Étampes, assassinado pela população, em 3 de março, e promovido desde então ao nível de mártir, o mártir da Propriedade. No Interior, usando dos amplos créditos que lhe são locados, Roland envia aos departamentos “textos patrióticos” bem orientados, e sobretudo o grande discurso que Brissot tinha pronunciado em 25 de abril e que comportava úteis observações sobre Robespierre.

O próprio destino, a razão da Revolução estão em jogo, com as novas circunstâncias criadas pelo estado de guerra. Robespierre constata — gritam-lhe o suficiente, diretamente, com fúria e terror — que ele é escutado, seguido, por uma significativa parte da opinião plebéia; mas somente em Paris. E ele deseja ser entendido, na medida do possível, para lá dos limites da capital, na França inteira. Por isto ele lançou, nos últimos dias de abril**, o prospecto de um periódico aparecendo “todas as quintas-feiras” e que se intitulará: *O Defensor da Constituição*. Que ninguém se iluda. Robespierre julga-a imperfeita, bastante imperfeita esta Constituição do reino tal como ela foi definitivamente adotada em setembro de 1791. Ela apresenta dois defeitos, um capital e que deve absolutamente desa-

* Como não pensar nesta “cidade multidão” que atemorizava tanto o senhor Thiers que ele fez suprimir, de uma só vez, em maio de 1850, o direito de voto a cerca de três milhões de eleitores.

** Loyseau faz alusão a ele em seu folheto de 12 de maio.

parecer: a existência destes proscritos do voto que são os pobres; o outro, a faculdade garantida ao rei de suspender, durante quatro anos, a aplicação de um decreto votado pela representação nacional; questão a resolver igualmente. Quando, três meses mais tarde, *O Defensor* tiver desaparecido, na importante mudança de agosto, Robespierre vai explicar-nos sobre o título que havia adotado, na primavera, para o seu hebdomadário: a Constituição? “Nosso objetivo jamais foi o de defendê-la contra a opinião do povo que podia e devia aperfeiçoá-la, mas contra a corte e todos os inimigos da liberdade que desejavam destruí-la ou danificá-la⁴⁵”, no que tinha de favorável ao bem público. Não se sabe onde Maximilien encontrou o dinheiro necessário para as despesas de impressão deste *Defensor*, espesso folheto de 48 páginas*; ao que parece, Duplay forneceu a maior parte, e as subscrições terminaram por reembolsá-lo**.

E o que diz o prospecto de lançamento? Que o movimento revolucionário atravessa um momento “doloroso de perturbação e de crise” e que *O Defensor* se propõe “dar esclarecimentos ao zelo dos bons cidadãos” trazendo à luz “as verdadeiras causas de nossos males”. Eis uma delas, e não a menor: “Os nossos mais perigosos inimigos não são os que se declararam abertamente⁴⁶” como tais; ao lado da Corte, há adversários mascarados cujas verdadeiras intenções convém penetrar. E eis o primeiro número do libelo. No tomo IV das *Obras de Robespierre* publicadas pela Sociedade dos Estudos Robespieristas em 1939, Gustave Laurent pôde estabelecer, de modo bem aproximado, a data de aparição dos 12 fascículos. O primeiro número foi posto a venda em 17 ou 18 de maio de 1792. Nele Robespierre chama a atenção sobre “essa seita política dita moderada”, a qual invoca da Constituição unicamente o “texto e os vícios, para matar-lhe os princípios e o espírito⁴⁷”. Maximilien pensa aí, com toda evidência, nesta “coalizão da qual La Fayette era o chefe” e que, após a tentativa do rei, na noite de 20 a 21 de junho de 1791, de aniquilar a Revolução, consegue fazer restituir “ao monarca, uma imensa autoridade”. Este bando tinha conivências insuspeitadas; as ligações secretas de Brissot e Condorcet com Narbonne “hoje não são mais um mistério”. A guerra começou por um “de-

* O número 3 terá 64; e 50 o número 7.

** A assinatura custa 12 libras por três meses; caro demais para os “passivos”, mas Robespierre conta com a generosidade de amigos “ativos” para difundir às suas custas *O Defensor* junto aos desprovidos.

sastre” e viu-se reaparecer a “eterna acusação de indisciplina” dirigida “contra o civismo dos soldados-cidadãos” por “oficiais da casta privilegiada”. República? Monarquia? Robespierre não pretende se contentar com palavras; a realidade das realidades é “a solução do grande problema social”; é exatamente nisto que consiste a Revolução⁴⁸. E, na semana seguinte, 24 ou 25 de maio, Robespierre lança o segundo fascículo de seu *Defensor. O Patriota* de Brissot publicou uma série de artigos intitulados “*Por quê?*”, e cujo tema resume-se nesta simples citação: “Por que a conduta de Robespierre é sempre tal que não poderia ser de outro modo se fosse traçada pelo comitê austríaco” das Tulherias? “Se não passa de um acaso, é um acaso bem estranho⁴⁹”. A idéia desta calúnia (monstruosamente absurda pois Robespierre não tinha deixado de combater o projeto de guerra sustentado pela Corte com ávida paixão) vinha de Condorcet, sob a forma mais sutil de um acordo, é verdade, chocante, mas “involuntário”, que o acadêmico via-se, dizia ele, obrigado a registrar entre Robespierre e a Corte. Brissot ia mais além e enfiava mais fundo o punhal. Em 31 de maio, no terceiro número do seu *Defensor*, Robespierre declara que, apesar de que se tenha, no início, proclamado o contrário, existe realmente, na Legislativa como na Constituinte, um “lado direito” e um “lado esquerdo”, e que o “lado direito” beneficia-se das manobras de um grupo cujos chefes Maximilien designa por seus nomes: “Senhores Brissot e Condorcet”, seguidos de “Guadet, Vergniaud e Gensonné⁵⁰”.

Faz agora mais de um mês que a guerra explodiu — se se pode dizê-lo —, e as forças antagonistas estão imóveis. Uma estranha guerra; com pequenos incidentes, entretanto, dos quais se fala o menos possível, mas que não deixam de ser interessantes. É assim que, a 6 e 12 de maio, três de nossos regimentos de cavalaria (entre eles o “Real-Alemão” que, em julho de 1789, tinha-se tornado célebre em Paris da noite para o dia), eu digo exatamente três regimentos completos, comandados por oficiais “gente de bem”, deserdam e entregam-se ao inimigo. Rochambeau demissiona. Mas La Fayette faz melhor; ele envia um emissário a Bruxelas junto de Mercy-Argenteau; ele não ignora o contato permanente que mantém a rainha com este ex-embaixador da Áustria em Paris, e La Fayette informa-lhe de seu desejo de uma suspensão dos combates que ele tem a intenção de utilizar para resolver militarmente, em Paris, diversas questões de política interna, e sobretudo colocar os jacobinos sob controle. Mercy-Argenteau, que conhece o profundo distanciamento da rainha

frente a “Lourinho”, recusa-se a servir-lhe de intermediário e envia La Fayette diretamente à Corte de Viena. Ao final de uma reunião acontecida, dia 18, em Valenciennes, La Fayette e seu estado-maior decidem comunicar ao Executivo que, dada a “covardia das tropas”, eles se acham na obrigação de renunciar às hostilidades. Eles não se revoltam; eles simplesmente constataam que não podem fazer nada mais do que deixar os soldados abandonarem as armas. Nem Servan nem Roland ousam agir contra La Fayette; mas a ruptura está feita entre “Mottié” e os brissotinos. E os ministros jacobinos vão tomar uma iniciativa contra a Corte de que eles não podem se dispensar. A Constituição garantia ao rei uma “guarda” pessoal de 1.600 homens. A amplitude da “lista civil” permitiu ao soberano um recrutamento maciço. Na superfície vasta e complicada das Tulherias mais de 5.000, talvez 6.000 homens estão reunidos; oficiais “de licença”, na sua maioria, vindos reforçar os mercenários suíços divididos entre o “castelo” e duas guarnições suburbanas. O perigo é tão evidente que os três ministros jacobinos decretam, em 29 de maio, o licenciamento da guarda do rei.

Mas o estrangeiro? Mas François II, o tão decepcionante sobrinho, provocado, atacado (teoricamente) pela França? Com seu aliado o rei da Prússia, ele não deveria, se tivesse coração, atravessar as fronteiras, ao Norte e a Leste, arrasar as miseráveis tropas francesas a serviço da Revolução, avançar sobre Paris onde sua simples aproximação faria desaparecer sob a terra os tão famosos “patriotas”? A própria Maria Antonieta não está informada sobre os poucos meios de que dispõem os generais austríacos; eles têm apenas 35.000 homens na Bélgica e 6.000 no Brisgau; ela também não sabe que a Prússia está apenas iniciando, e lentamente, seus preparativos de combate. Lentamente porque, em Potsdam tanto quanto em Viena, não se tira o olho desta Catarina da Rússia cobiçando, com excessiva gula, a Polônia; além disto, nesta guerra contra a França, tão ardentemente reclamada por Maria Antonieta, a Corte da Áustria não vê tantas vantagens. Sim, sem dúvida, é bom para todas as coroas que os agitados da França reaprendam a obedecer, mas o custo da empresa — porque a operação exigirá grandes despesas — não será compensado por nada; nenhuma anexação é concebível; não se depena um camarada após ter-lhe oferecido socorro. Significa que os austro-prussianos são praticamente indiferentes a esta guerra que a Corte da França acabou por impor-lhes de modo bastante desagradável. A imobilidade do agressor convém-lhes perfeitamente, sobre-

tudo quando ela se faz acompanhar de diligências tão esperançosas como as de La Fayette. E eis porque, obstinadamente, ela estagna, ela é quase como se não fosse*, esta guerra-cruzada fulminante, semelhante a uma erupção vulcânica, pela qual Brissot, Isnard, Cloots, fizeram uma tal algazarra verbal. Que lástima, o estado real das coisas! Como ele é derrisório, ao último grau, humilhante. Mas o que fazer? Estes mata-mouros são bem forçados a renunciar a sua razia. As forças francesas são radicalmente incapazes de conduzir uma ofensiva. É mesmo uma sorte que o inimigo movimente-se tão pouco.

Esta guerra que não acontece favoriza o desenvolvimento da política interna, que comanda tudo. A majestosa festa de 1º de junho, muito digna, numa ostentação magnífica da Guarda Nacional, baluarte armado das pessoas de bem (nenhuma relação com as desordens, festas, bebedeiras, farândolas populares de 15 de abril em honra dos “châteauvieux” liberados), a festa Simonneau, dita oficialmente “festa das Leis”, tinha como único objetivo mostrar concretamente, e de modo persuasivo, a eventuais perturbadores “anarquistas” que eles teriam a quem falar se ousassem tentar uma ação armada. Robespierre não se pronuncia, nos Jacobinos, sobre esta manifestação peremptória, mas ele faz, por escrito, no seu *Defensor* de 7 de junho, um comentário audacioso até a insolência e próprio a confirmar os sentimentos dos que o temem e odeiam. Maximilien tratou de dar a maior repercussão possível a uma petição rural que a Assembléia tivera o cuidado de não levar em conta; é a petição de um padre, o abade Dolivier, cura de Mauchamp, perto de Étampes, e o texto constituía um documento revelador sobre as origens da tragédia de 3 de março. Simonneau, observava Dolivier, era “geralmente visto como um ávido especulador sobre as subsistências”; ele organizava “rápidas coletas de trigo, cuja necessidade e destino não se conhecia e que faziam aumentar o preço a cada comercialização”. “Nós abominamos”, é necessário dizê-lo?, prosseguia Dolivier, “o crime resultante das ações de Simonneau, o qual foi “culpado antes de ser vítima”. A principal causa do drama? “A violenta inflexibilidade” do prefeito, indiferente e surdo aos protestos dos “operários” e dos “diaristas” que solicitavam que se “encontrasse

* Um único e pequeno incidente para os lados de Belfort: Custine apossou-se de Porrentruy; detalhe sem importância e do qual nos ocuparemos mais tarde.

um meio de manter o trigo a um preço que estivesse de acordo com seus recursos". As circunstâncias? Simonneau só foi morto após ter por "duas vezes", mas "sem ser obedecido", "dado a ordem" aos gendarmes de atirar sobre a multidão. As represálias foram rudes. Delas foi encarregada "a tropa". Dois camponeses foram mortos. Como viverão suas famílias? Para a senhora Simonneau a questão não se coloca; ela dispõe de 20.000 libras de renda⁵¹.

Um belo trabalho, esta publicidade assegurada por Robespierre a um texto lamentável e nocivo, precedido, em primeiro lugar, no *Defensor*, por duas observações de Maximilien, uma tão desagradável quanto a outra. Robespierre denunciava o grosseiro artifício dos conservadores que, para "atemorizar os ricos" pretendem que em certos lugares planeja-se a aplicação da "lei agrária" (a repartição das terras confiscadas aos possuidores), "espantalho, dizia ele, apresentado a homens estúpidos por homens perversos". E ele trazia à lembrança, igualmente, o que se passara de tão grave e tão cheio de conseqüências, sem que inicialmente se tivesse compreendido, há três anos, no mês de julho de 1789, quando um "Marquês veio instalar um estado-maior e uma corporação de dragões no lugar da inumerável Guarda dos cidadãos armados⁵²". Servan, Ministro da Guerra, propôs, em 4 de junho, e obteve, a 8, um decreto prescrevendo a concentração de 20.000 "federados", vindos de todas as províncias, que se deteriam sob os muros da capital. Defesa nacional? Heróica e intransponível barreira, recurso supremo da Pátria contra uma penetração do invasor? De modo algum. Ninguém parece estar muito preocupado com a guerra. Esta força militar é expressamente "destinada às funções de polícia em Paris e no campo, assim como à guarda da Assembléia e do rei". Diante de um tal projeto, concebido pelos organizadores da festa das Leis, a primeira reação de Robespierre é de enorme desconfiança*. Ele disse, dia 7 na tribuna dos jacobinos, que esta "concentração" parecia-lhe "inútil e perigosa"; sim, o "lado direito" dá a impressão de estar contra, mas Maximilien inclina-se a ver aí "uma tática que funcionou com freqüência na Assembléia Constituinte" e ele se preocupa; que intenções escondem-se por trás da iniciativa Servan? Mais soldados,

* Michelet penetrou imediatamente no segredo da atitude desfavorável de Robespierre: "A grande e confiante iniciativa que a Gironda tomava de chamar sem temor esta elite ardente da França armada atravessa-lhe o coração; seu temor, seu fel e sua inveja transbordavam (etc.)" (M., I, 895).

mais chefes militares, nas cercanias mesmo de Paris? Não será esta, para “os Vergniaud, os Guadet”, uma “maneira de atingir o seu objetivo”? Um objetivo que não tem nada em comum com as primeiras exigências do espírito revolucionário⁵³. É no fascículo seguinte de seu *Defensor* (o número cinco) que Robespierre lançará esta fórmula que em geral costuma-se esquecer que é sua: “O pior dos despotismos é o governo militar^{54*}”. Robespierre engana-se sobre o que acontecerá com estes federados, mas Servan e os jacobino-girondinos enganam-se também; eles não imaginam de modo algum a ação à que estes jovens os levarão, quase que apesar deles, contra a monarquia.

Os girondinos, eu penso, desejavam a presença destes 20.000 homens de uma só vez, para garantir a ordem (Servan disse claramente: “polícia”) na capital e para intimidar a Corte; sabia-se muito bem que apenas obtido o licenciamento da guarda real, estes homens armados, ao número de vários milhares, se não se encontravam mais nas Tulherias, reuniam-se noutro local “às portas de Paris”, num domínio pertencente à Coroa e “transformado em arsenal”. É o que afirmará Robespierre no sétimo fascículo de seu *Defensor* (publicado em fins de junho) onde ele considera que a Guarda Nacional é perfeitamente suficiente para a tranqüilidade de Paris. Esta é a opinião de numerosos notáveis entre os quadros desta milícia burguesa e que vão, em poucos dias, obter 8.000 assinaturas para um protesto contra o decreto. Eis, portanto, paradoxalmente, Maximilien de acordo, em aparência, com a Corte para criticar a medida de 8 de junho. Brissot pula de alegria e seu *Patriota* de 10 de junho esbofeteia e estraçalha este Robespierre “digno concorrente dos dirigentes austríacos do lado direito”; este “energúmeno⁵⁵” não poderá mais enganar nenhum amigo sincero da liberdade. Mas Robespierre não vai obstinar-se em sua oposição aos “20.000”. O rei reagiu secamente, recusou sua sanção ao decreto** e despediu, em 13 de junho, seus três

* E dizer que Proudhon, tipo bastante confuso, escreverá a Michelet, orgulhoso, que se Robespierre “tivesse vencido no Thermidor” ele não se sentiria “de modo algum embaraçado” de efetuar uma “transação” no gênero do “18 Brumário” (cf. M., II, 1003).

** Roland tinha ficado consternado e havia considerado seu dever advertir “Sua Majestade” dos perigos que Ela fazia correr à segurança das fortunas provocando assim muitas cóleras: “Na atual efervescência dos espíritos, o descontentamento pode levar a tudo”.

ministros jacobinos. Ele não necessita mais, no Executivo, do trio que lhe forneceu Brissot e a Gironda. Eles fizeram, no poder, aquilo para o que haviam sido colocados: eles levaram a Assembléia a votar pela guerra, e acredita-se, na Corte, que o desenlace — catastrófico para os maus, salvador para os bons — não tardará muito. O Duque de Brunswick, com efeito, chegará a Coblenz em 5 de julho (Fersen adverte a rainha a 2 de junho) e de lá ele caminhará “direto sobre Paris” com “36.000 homens de elite”. Fersen teme uma tentativa de acordo de François II com os “constituintes”. Que Maria Antonieta tome cuidado! É importante “dar prosseguimento à guerra”, único caminho para chegar ao porto. Outro conselho bastante firme de Fersen: sobretudo “não saiam de Paris”, se acaso o governo, frente à invasão, considerar prudente estabelecer-se no interior, no sul da Loire por exemplo. De Fersen, em 11 de junho: é em Paris que se “virá socorrê-los”. A rainha está cheia de esperança: “As tropas (francesas) carecem de tudo e estão na maior desordem”. Após a dispensa dos três ministros jacobinos, Dumouriez foi mantido em seu posto. Sobressalto de Brissot. O que dizer? No *Patriota*, o “senhor Dumouriez” é acusado claramente de “perfídia”; foi ele que “desfez junto ao rei a imagem” de Roland e seus dois companheiros; sem dúvida porque eles conheciam e censuravam sua “imoralidade e a proteção que ele concedia a alguns corruptos*”. Robespierre se diverte francamente, na noite de 13, junto aos jacobinos: “Faz três dias, mal se poderia falar sem fazer elogios do Ministro Dumouriez!” Como se passa rápido do cume ao fosso na linguagem dos brissotinos! Estes ministros demissionados, Robespierre, aliás, não derrama nenhuma lágrima por sua partida. Ele lembra, no seu *Defensor* (15 ou 17 de junho), que tempos atrás eles louvaram Narbonne, e publicamente ele lamentou, a 27 de maio, a distribuição sistemática, por Roland, para aumentar seus adeptos, de postos lucrativos; “o patriotismo pago me parece sempre suspeito⁵⁶”.

Enquanto Robespierre, segundo Michelet, espalha assim sobre os jacobinos sua “torrente de água morna⁵⁷” e que Dumouriez resigna-se a demissionar (a 17 de junho) — o que acalma, de imediato, as cóleras jacobinas contra ele —, bruscamente La Fayette, cujas manobras às escondidas, do lado do inimigo, não encontraram a acolhida esperada, muda de estratégia e redige, à intenção da Assembléia, uma carta imperiosa. Sua leitura acontecerá dia 18. Consideremos bem

* Já então a questão de Espagnac?

o sentido, o alcance do gesto. Trata-se de um general, encarregado de um importante comando, mas que, dois meses após a declaração de guerra, não desenvolveu nenhuma ação (na impossibilidade de material, é verdade, de toda ofensiva, tanto o exército carece de meios), um general, de imprevisto, usurpando um direito que não possui, e intervindo, autoritário, no campo, interdito em princípio aos militares, da política interna. É contra os jacobinos que ele fala, contra esta “facção jacobina”, como ele diz, que “causou todas as desordens”. La Fayette ataca Dumouriez pessoalmente, “o menos desculpável” destes ministros finalmente afastados. Ele considera Dumouriez responsável por ter deixado as forças das Ardenas (que o próprio La Fayette comandava) “sem provisão e sem armas”. Pelo menos, declara um La Fayette curvado e cheio de promessas, “minhas bravas tropas” estão incólumes das contaminações que em outros lugares fazem tantos danos: comigo as “leis são respeitadas, a propriedade é sagrada”. Eis a grande palavra lançada. La Fayette sabe que corda é preciso tocar para se fazer ouvir por todas as pessoas de bem e saltar ao primeiro plano da atualidade. Seu desejo? Suas exigências? Que a soberania real reste intacta, com o livre emprego do veto, a prisão de Dumouriez, a dissolução das associações. Esta carta é o manifesto contra-revolucionário do moderantismo agressivo e burguês.

A que ponto Robespierre tivera então razão de alertar, sem cessar, os patriotas a respeito de La Fayette! Mas em vão. Em lugar de puni-lo e de imediato, pelo menos, retirar a La Fayette seu encargo militar, a Assembléia, ridiculamente, e sob a pressão dos *feuillants* (o novo ministério compõe-se unicamente de *feuillants*: Chambon nas Relações Exteriores, Lajard na Guerra, Terrier no Interior), limita-se a enviar a carta de La Fayette a uma “comissão” criada na véspera, para um “relatório geral” sobre a situação. Maximilien exprimiu-se — rude, claro, preciso — dia 18, à noite, diante dos jacobinos, exigindo uma ordem de acusação imediata contra este general indigno ao qual ele consagra, de uma ponta a outra, seu sexto número do *Defensor* (22 ou 23 de junho de 1792). Ele enumera, cronologicamente, todas as ocasiões em que La Fayette revelou, sem equívoco, que ele é um adversário ferrenho dos direitos do povo; exatamente por isto ele concentra sobre sua pessoa e seus projetos a esperança principal dos “monopolistas”, dos especuladores”, de uma burguesia “orgulhosa e egoísta”. E Robespierre conclui: ou bem a Assembléia empregará a energia que se impõe contra La Fayette, ou bem ela descerá “ao último grau de covardia e de degradação”.

Quando estas linhas apareceram, um importante acontecimento parisiense produziu-se, resultado de uma intriga da qual visivelmente seriam beneficiários os três ministros jacobinos se tivessem recuperado suas pastas, mas que parece ter se forjado, em surdina, a partir de outros cálculos. A 20 de junho, os apartamentos do rei foram invadidos por uma multidão, vinda quase que exclusivamente dos faubourgs Saint-Marceau e Saint-Antoine. Não se poderia afirmar que os homens da Gironda foram os organizadores do movimento. Nele distingue-se um homem, o cervejeiro Santerre que — não resta dúvidas — é manipulado pelo Duque de Orléans. Robespierre não aprovou, sem fazer escândalo*. Ele somente declarou que as “insurreições parciais” parecem-lhe malvindas, e compreende-se sem dificuldades que ele careça de entusiasmo por uma operação destinada a levar ao poder pessoas que se acomodam com um escrutínio censitário. Desagrada-lhe que os políticos, a quem o destino dos “passivos” deixa indiferentes, instiguem estes últimos com o objetivo de servir-se deles.

Luís XVI foi empurrado, insultado, prensado contra o vão de uma janela. Este adiposo tem mais nervos do que se lhe imagina. Este mentiroso tem coragem. Ele deixou colocarem em sua cabeça o boné vermelho, que ele não retirou; ele bebeu um copo de vinho à saúde da nação. Condescendências sorridentes que custam à sua dignidade mas às quais ele se abaixa sem entregar nada do que vieram arrancar-lhe (eu não tenho certeza de que todos os manifestantes saibam com exatidão o que os dirigentes esperam deles): a sanção aos decretos sobre os “20.000” e contra os padres não-juramentados, e a volta ao Executivo dos Roland-Clavière-Servan. Por mais que Luís XVI tenha sofrido, fisicamente, odiosas humilhações, moralmente ele não recuou de uma polegada. Os invasores das Tulherias não ganharam nada em sua proeza, a não ser o prazer de ter hu-

* No seu número 8 do *Defensor* (cerca de 25 de julho), Robespierre irá um pouco além da realidade tal qual ela se apresentou, ao se atribuir uma extrema veemência contra a manifestação de 20 de junho: “Eu mostrei suficientemente, escreverá ele (IV, 240), minha oposição a esta iniciativa por fatos tão públicos quanto repetidos”. Que “fatos”? E tão patentes, tão flagrantes? Nossas informações estarão falhas neste ponto? Eu vejo unicamente, quando do processo dos girondinos, Chabot afirmar que, a pedido de Robespierre, ele tentou, em 20 de junho, deter em suas casas os moradores do faubourg Saint-Antoine. Os girondinos não parecem guardar rancor a Robespierre por sua atitude, dia 20, pois a 28 eles formam um bloco com ele contra La Fayette.

milhado o rei. O rei, por sua parte, com isto ganhou tempo: tempo para outros invasores, um pouco mais sérios e melhor intencionados, entrarem em ação. Maria Antonieta volta a sentir medo. Em 23 de junho ela adverte Fersen para que ele repercuta de imediato, onde devido, esta indicação substancial: “Dumouriez parte amanhã para o exército (...) ele se vangloria de que vai sublevar o Bravante”; e, dia 26, este grito: “O tempo urge”. A 20, Fersen acalma-se como pode, repetindo que ela absolutamente não deve “deixar Paris: este é o ponto principal”. Brunswick “virá a vós”, assim que ele puder, e ele “fará preceder sua entrada (na França) de um importante manifesto”.

Nova intervenção de La Fayette, a 28 de junho, e pior do que a primeira. Dessa vez, ele comparece em pessoa à tribuna da Assembléia e para nela se enfurecer contra a “facção” que ela “mantém em seu seio”. La Fayette conhece o vocabulário útil e a palavra que acerta na mosca, as quatro sílabas mágicas: estes “jacobitas” que ele estigmatiza com uma profunda aversão, para eles, para estes celerosos, “a propriedade absolutamente não é sagrada”. Seu pretexto: a vergonhosa desordem de 20 de junho. Cerca de 20.000 assinaturas já foram recolhidas entre as “pessoas de bem” da capital para condenar, com força e repugnância intensas, o insulto feito ao rei, em sua casa, no coração de seu lar, em 20 de junho. Robespierre felicitará sem reservas Brissot e Guadet pelos protestos que levantaram contra a intrusão de La Fayette no recinto do Corpo Legislativo. Guadet chegou a interrogar-se sobre a autorização que o general deveria ter solicitado ao Ministro da Guerra para deixar, mesmo que provisoriamente, seu posto de combate — ou de vigilância. Foi ou não solicitada esta autorização de afastamento? Por 339 votos contra 234, a Assembléia rejeitou esta questão desprovida de interesse, ou melhor dizendo, inconveniente. No sétimo número de seu *Defensor*, Robespierre insiste sobre o que há de inaceitável nos atos de La Fayette; “as forças armadas são essencialmente obedientes” e eis que um general pretende “dar lições aos representantes da nação”, e um general que “abandona suas tropas, deserda seu posto sem licença”. Robespierre espera que a Assembléia (ou finge esperar, porque ele conhece a força dos feuillants) tome “uma atitude tão imediata quanto irreduzível; a simples demora é por si só um escândalo⁵⁸”. Na verdade, após ter concluído sua diatribe, La Fayette fora saudado por numerosos e vibrantes aplausos, num misto de admiração, agradecimento e esperança.

Quatro dias mais tarde, a 2 de julho, a Assembléia recebe notícias da guerra, a falsa guerra, a guerra “simulada” que Robespierre previra. O que se passa não durou mais do que quarenta e oito horas e toma, como há dois meses (fins de abril), um aspecto digno de pena. Em abril, desordem, traição, pânico, debandada; desta vez, conquistou-se Tournai facilmente, mas a resistência austríaca acentuando-se com a chegada de reforços, a coluna francesa faz meia-volta, Luckner reconduzindo suas tropas até Valenciennes. Para proteger esta retirada, e por ordem do marechal-de-campo Jarry, pôs-se fogo no subúrbio sul de Tournai. Método amável, não? para suscitar a aclamação das multidões e garantir a nossos “missionários” na Bélgica a mais fraternal acolhida popular*. Robespierre tem por isso algumas boas razões para intitular o oitavo número do *Defensor* (lançado em torno de 5 de julho): “Reflexões sobre o modo como se faz a guerra”. A 30 de junho, Gensonné imputou ao “Comitê austríaco” (“o infernal Comitê austríaco”, disse ele) o “espetáculo risível — termos dificilmente contestáveis — desta guerra que só tem (e olhe lá) uma aparência de guerra”. Robespierre está de pleno acordo. Ele observa que a “nação que parece atacar”, pois foi ela que declarou a guerra, “não ataca”; e ele volta a seu tema obstinado: como querem vocês que a Revolução alcance vitórias militares se “nós confiamos a nobres o cuidado de defender a causa da igualdade^{59**}”? Em seguida, ele retoma — como é preciso — suas advertências bastante necessárias concernendo este La Fayette a quem se deixa, de modo inacreditável, servir abertamente aos interesses contra-revolucionários: “É Paris que se quer destruir; trata-se não de dominar os facciosos de Coblenz, mas de castigar os facciosos da Assembléia Nacional e da capital^{60***}”.

* Na carta de justificativa que Luckner dirige ao Executivo, ele destaca que, se prescreveu a retirada, foi porque suas forças eram insuficientes diante das do inimigo, reforçadas, e também porque ele não constatava “nenhum movimento de apoio” por parte da “população belga”.

** A. Chuquet, na sua *Primeira Invasão Prussiana*, constata que nas forças do Reino os oficiais que ainda não tinham emigrado mas já estavam inscritos nos registros de Coblenz só permaneciam em seus postos para manter o inimigo informado do número e do estado real das tropas francesas, assim como dos projetos atribuídos ao alto-comando.

*** Levando ao extremo suas suspeitas, bem-fundamentadas, sobre as intenções reacionárias de La Fayette, Robespierre imagina que o general se teria dedicado a “criar” a jornada de 20 de junho, a fim de poder em seguida denunciá-la como um atentado à segurança do rei (IV, 240). Nós já sabemos que Maximilien acusa La

Agora existe solidariedade, unidade de ação, entre Robespierre e os brissotinos-girondinos. Seus pontos de vista sobre o futuro não são os mesmos. Por ora, eles se encontram: obrigar o rei a buscar os meios de recuperar uma autoridade que jamais lhe será devolvida. A 3 de julho, na tribuna da Assembléia, Vergniaud interpela violentamente o rei: “O senhor fingiu-se de acordo com a Constituição unicamente para que ela não o precipitasse do trono onde necessita ficar para destruí-la”. Um patriota sólido e insuspeito este eloqüente Vergniaud. Mas basta escutá-lo com um pouco mais de atenção para identificar, sob seu palavreado desafiador, o temor que ele compartilha com Roland; ele aconselha o rei, ele lhe sugere com firmeza de se “apressar” para — leiamos bem — “prevenir uma fermentação cujos efeitos estão além do que se pode prever humanamente”. O acordo provisório, mas real, do “lado esquerdo” da Assembléia contra o “lado direito” se confirma, a 7 de julho, pela cena dita do “beijo Lamourette”, no mesmo instante comprometida pelo azar de um nome próprio*, o de seu iniciador, a um só tempo deputado e bispo constitucional de Lyon. Uma prova mais consistente da coesão revolucionária é o apoio de Robespierre ao projeto dos 20.000 federados que ele de início combatera, temendo ver neles os eventuais guardiães de uma política conservadora. Neste mês de julho de 1792 em que a Corte, com toda certeza, não perde seu tempo para engrossar suas forças, às escondidas, em que La Fayette representa um perigo evidente, em que, um dia ou outro, mas em breve, a guerra fictícia vai dar lugar à guerra concreta, ou seja, a uma invasão, pois agora parece estabelecido que o exército francês — Narbonne e seus pares mentiram-nos o suficiente! — é incapaz de uma ofensiva**, benditos sejam estes voluntários que chegam de todas as províncias e que nada têm de valetes realistas. O 14 de julho se apro-

Fayette de ter, em outubro de 1789, “sacrificado” o padeiro François a fim de encontrar assim um pretexto para propor a lei marcial (IV, 186); ele renova esta acusação (que nada justifica), dia 13 de junho nos Jacobinos (VIII, 398); ele voltará a ela no décimo número do *Defensor*: La Fayette teria feito “enforcar o padeiro para obter a lei do sangue” (IV, 300).

* “Beijo Lamourette” em francês significando uma reconciliação pouco duradoura. (N.T.)

** Montesquieu, que comandou as tropas do Midi, vai informar, neste dia mesmo, que as forças de que dispõe são completamente insuficientes para barrar o caminho ao rei da Sardenha se ele impulsiona seus regimentos em direção a Lyon ou a Ardèche.

xima; terceira Federação; o ambiente de 1792 não tem mais nada a ver com aquele de 1790. Dia 3, na Assembléia, Vergniaud propôs declarar “a pátria em perigo”, e a Assembléia seguiu-o*. Dia 11 Robespierre concorda: “A pátria está em perigo porque existe uma Corte celerada e irrecuperável⁶¹”, e ele dá leitura, nos Jacobinos, a um projeto dirigido aos federados que ele espera não venham a Paris “para uma vã cerimônia”. Ele não pode compreender a impunidade de La Fayette: “A Assembléia Nacional ainda existe?”; ela tolerou sem reagir ser “ultrajada, aviltada”, por “um traidor” que “ameaça a tranqüilidade interna” do país. As seções parisienses reúnem-se de modo permanente, várias dentre elas acolhem os “passivos”, distribuem-lhes piques. Cloots, que não é delegado por ninguém, declara, dia 14, que o “povo dispensaria um rei do mesmo modo que uma missa**”. Cloots agrada muito a Condorcet, Robespierre escuta e registra. O Barão alemão e o Marquês francês não lhe parecem movidos pelas mesmas preocupações sociais que ele: e se Maximilien está resolvido, neste mês de julho de 1792, a agir contra o rei de modo muito mais sério do que no dia 20 de junho, ele toma cuidado com as prevenções e os cálculos daqueles mesmos que fazem neste momento o maior alarde “patriótico”.

A 16 de julho, Robespierre pede que, assim que os 20.000 federados tiverem chegado, eles lá permaneçam, ao invés de serem enviados às fronteiras, o tempo que for preciso para que seja definitivamente rompida a contra-revolução em Paris. No mesmo dia, ele lança um apelo a todos os bons cidadãos para que eles hospedem em suas casas a estes delegados do interior que ele nomeia nossos “libertadores”. Dia 17, foi ele que redigiu a petição que um grupo de recém-chegados apresenta à tribuna do Corpo Legislativo e que pede abertamente a suspensão do rei. Robespierre engaja-se desde então com tanto maior vigor, por acreditar perceber uma indecisão entre os girondinos. Eles assinaram, a três, Guadet, Vergniaud e Gensonné, uma “consulta” na qual se precisou que “um dos melhores meios que o rei pode empregar para recuperar a confiança” — sua confiança — é o de chamar a seu lado “um ministério bem patriota”. O quê? Os brissotinos-girondinos ficariam satisfeitos se o

* No seu projeto de decreto, a Assembléia teve a candura (suspeita) de empregar estas palavras tiradas do arsenal oratório dos girondinos: “Esta guerra é a última das guerras” (Já então).

** Alusão à tradicional missa sobre o altar do Campo-de-Marte.

trio Roland-Clavière-Servan retomasse suas atribuições? A opinião formal de Robespierre é de que já não estamos mais aí. Dia 20 ele continua sua campanha contra La Fayette: “Se La Fayette continua impune, é como se nós não tivéssemos Constituição” (e Maximilien tinha inserido esta frase na petição dos federados entregue à Assembléia dia 17: La Fayette é o “mais desprezível assim como o mais criminoso dos inimigos da Pátria⁶²”). O segundo número do *Defensor*, lançado em torno de 25 de julho, evoca a primeira Federação, de 1790, pura “parada de militares (. . .) estranha ao povo que procurava se diferenciar da Guarda Nacional”. Ele recomenda aos federados a “circunspecção”: desconfiem das armadilhas que não deixarão de lhes ser preparadas; nada de ações “parciais”. Robespierre não recua diante de uma resposta direta à “consulta” girondina: não vamos apoiar “os que vêm a salvação dos Estado numa troca de ministros”. E, uma vez mais, Robespierre aventura-se em regiões proibidas: não é verdade, diz ele, que a “sociedade humana deva ser composta unicamente de proprietários⁶³”. A 27, nos Jacobinos, o grande perigo atual reside neste fato: “que uma parte do povo esteja armada” — os que têm dinheiro suficiente para serem eleitores e fazerem parte da Guarda Nacional —, “enquanto que uma outra (os pobres) não o esteja”.

Dar a um ataque o caráter de uma resposta preventiva a uma agressão iminente é um estratagema velho como o mundo. E é a isto que assistimos no jogo de Robespierre. Contando fazer-se ouvir por todos os federados cuja massa cresce em Paris a cada dia, ele diz-lhes, grita-lhes que eles chegam a tempo, no momento em que está prestes a explodir em Paris a mais horrível das conspirações contra a Pátria⁶⁴. Sim, há uma efervescência na Corte, em torno de múltiplos projetos para recuperar a situação. Lally-Tollendal expôs ao rei, a 9 de julho, um plano que teria sido combinado entre Luckner e La Fayette: Luís XVI e sua família partiriam para Compiègne numa carruagem escoltada por 100 cavaleiros: La Fayette garante retirar do *front* para acompanhá-los a Compiègne 15 esquadrões e 8 peças de canhão; se a população, que foi vista em ação a 20 de junho, reaparece para tentar opor-se à partida do rei, “os dois marechais (Luckner e La Fayette) avançariam sobre a capital com um exército”. Fersen desaprova inteiramente. Luckner? Sim, talvez; mas, “jamais contar com La Fayette”; é o que ele escreve, dia 10, a Maria Antonieta, que não deseja mais do que escutá-lo, tanto “Lourinho” a incomoda com sua atitude intoleravelmente proteto-

ra. Luckner está em Paris na noite de 13 a 14; mas La Fayette, que era esperado, não vem (ele teme não ser obedecido por suas tropas se ele pretender lançá-las contra Paris), e Luckner, finalmente, se esquivava.

Bem mais do que a preparação metódica de uma partida audaciosa e sob uma escolta de espadachins — na verdade, ninguém pensa realmente nisso — no castelo é a febre, a correria, a organização de uma poderosa defesa com os oficiais legalistas (como os federados, eles chegam do interior, todos os dias) decididos a arriscar sua vida pelo rei*, e os batalhões, inteiros, da guarda suíça, retirados de seus bairros e concentrados nas Tulherias, admiravelmente preparados para a obediência passiva, cada homem munido de 40 cartuchos.

A França jacobina tomou a palavra. Das inúmeras filiais que o Clube possui através do país saem “mensagens” que chovem sobre a Assembléia e que pedem, abertamente, não mais a suspensão do rei mas sua queda. Assim, a 23 de julho, cai em mãos da diretoria uma petição vinda de Angers acompanhada de dez páginas de assinaturas. “Legisladores! Luís XVI traiu a nação, a lei e seus juramentos (etc.).” Os girondinos, entretanto, agarram-se a seu objetivo de superar esta fase perigosa, esta crise na qual o próprio regime é atacado, pelo único meio — derrisório — de um ministério que lhes seja conveniente. Dia 25, na tribuna, Guadet mostra-se, com respeito ao rei, menos ameaçador que suplicante: “A nação vos pede, senhor, uma última vez, para unir-vos a ela a fim de salvar a Constituição e o trono”. Após Guadet, Brissot tenta pesar sensivelmente sobre a vontade do rei para que ele restabeleça o Executivo tal como ele o era, de 23 de março a 13 de junho; de acordo com Vergniaud, Brissot dá um passo atrás, sustentando então que não há nada a modificar na Constituição (ou seja, silêncio, daí para a frente, sobre o veto) enquanto a guerra durar, e ele clama mesmo: “Não haverá sucesso na guerra se nós não o fizermos sob as bandeiras da Constituição!” Que resipiscência, de repente! E como tornaram-se monarquistas estes revolucionários de anteontem! Ao contrário disto, eis Robespierre ao ataque. Sem a menor preocupação retórica, ele declara, dia 29, aos jacobinos, que “a destituição de Luís VI é claramente insuficiente”, que a questão agora é de “optar entre a legislatura atual e a liberdade”, que há “necessidade” de eleger-se uma nova assembléia,

* Como este senhor de Lamartine, pai do pequeno Alphonse de dois anos.

uma “convenção nacional” na qual se encontrará finalmente representada a “classe trabalhadora”, verdadeiro pilar da liberdade”, que continua “privada do direito de voto”. Medida a tomar, e de imediato: “apagar esta distinção injuriosa” que mede os direitos cívicos “de acordo com a quantidade de impostos”. E Robespierre pede o que outrora ele pediu e obteve dos constituintes: que os deputados atuais sejam inelegíveis para a Convenção⁶⁵. Indignação, fúria, entre os bastante numerosos jacobinos conservadores que se resignariam a ver desaparecer o corpo legislativo, mas à condição de que seu lugar lhes seja assegurado no novo “senado” e de tal modo que eles aí possam tornar-se praticamente os senhores. Em resultado desta sugestão inconcebível, odiosa mesmo de Robespierre, no dia seguinte, 30 de julho, Isnard e Brissot, fora de si, falam em denunciar Robespierre à alta corte de Orléans.

Ao mesmo tempo vai surgir “o manifesto” de Brunswick, que leva a data de 25 de julho*. Recordemos o essencial: “Os habitantes das cidades, burgos e aldeias que ousarem se defender das tropas de Suas Majestades Imperial e Real (o imperador da Áustria e o rei da Prússia, chefes dos invasores) serão punidos de imediato, conforme o rigor do direito de guerra, e suas casas demolidas ou queimadas”; “Diante do menor ultraje a Suas Majestades o Rei e a Rainha (da França) e à família real”, as tropas austro-prussianas “executarão uma vingança exemplar e para sempre inesquecível submetendo a cidade de Paris a uma execução militar e a uma subversão total”. Saibamos, para lá das lendas, que Luís XVI dera a Mallet du Pan, para este manifesto, instruções escritas indo no sentido mesmo do que será o texto final. Ele não imagina a enormidade do risco que ele assume ao prescrever a observação firme, da declaração de Coblenz, de que o objetivo mesmo da invasão é “o restabelecimento da autoridade real”; foi ele, levado talvez por sua mulher, que exigiu que o “manifesto”** contivesse esta advertência dirigida “firmemente à Assembléia Nacional, aos corpos administrativos, às municipalidades”; que essa gente saiba que eles serão considerados “responsá-

* “Entregue ao quartel-general de Coblenz, em 25 de julho de 1792.”

** E dizer que Carra, o jornalista dos *Anais Patrióticos*, que é da esfera Brissot-Guadet, tinha encontrado meios de afirmar, a 21 de julho, que Brunswick, “o maior político da Europa”, se tivesse vontade — o que seria muito natural de sua parte — de vir a Paris, “sua primeira ação seria ir aos Jacobinos e lá colocar o boné vermelho”.

veis, em seus corpos e bens, por todo atentado”, qualquer que ele seja, às pessoas reais e a sua dignidade.

Outra lenda: que o manifesto de Brunswick desencadeou a revolução de 10 de agosto. Pretendia-se — na Corte — com tais ameaças espantar, aterrorizar, petrificar os parisienses, e, na verdade, eles teriam sido açoitados, com uma tal chibatada em pleno rosto, que rugiram de indignação e se lançaram sobre as Tulherias, varrendo o rei e a realeza. Mas não, uma simples olhadela nas datas anula esta fábula. Mais de dez dias se passaram, pelo menos doze, talvez treze, entre a divulgação do manifesto e o furacão do povo. Não foi, como se acreditou durante muito tempo, a 9 de agosto, mas sim a 20 de julho, que Robespierre escreveu o que se segue a Couthon: “A efervescência está no seu auge. Nós nos aproximamos de importantes acontecimentos. Tudo parece pressagiar para esta noite mesmo a maior agitação. Nós chegamos ao desenlace do drama constitucional⁶⁶”. A 1º de agosto Maria Antonieta adverte Fersen: “Espera-se uma catástrofe*”. A 30 de julho, nos Jacobinos, é feita a leitura do documento “imperial e real”, ao que parece, desde a antevéspera já conhecido grosso modo e comentado no Palais-Royal e nos cafés. E se a sessão é interrompida, dia 30, na rua Saint-Honoré, pelos tambores da Guarda Nacional convocando ao reagrupamento, foi somente em razão da rixa que explodiu nos Campos Elíseos entre os federados de Marselha, chegados a Paris naquela mesma manhã, e os granadeiros ditos “das Filhas de São Tomás” que se tinham distinguido tão bem no dia 17 de julho de 1791 por devolver a seus nichos, a tiros de fuzil, a canalha indisciplinada. Os jovens marselheses que cantam — que vociferam — um hino inédito onde jorra o “sankimpur”**, não são de modo algum partidários do moderantismo. De fato, os cerca de 5.000 federados que já se encontram reunidos em Paris inspiram fortes temores às “pessoas de bem”, e o girondino Lasource, fazendo marcha a ré opinou, desde o dia 25, na tribuna da Assem-

* Ela instigava Fersen em 26: “É preciso enviar o manifesto imediatamente. Espera-se (se; ela própria e o rei) por ele com uma extrema impaciência.”

** Sankimpur — “que o sangue impuro...”, etc; (Marselha). (N.T.)

É *le chant de guerre pour l'armée du Rhin* (O canto de guerra pelas forças do Reno), composto em Estrasburgo por... um certo Rouget de Lisle, amigo e hóspede habitual do prefeito da cidade, Dietrich, um mestre de forjas riquíssimo e amigo da ordem. Não se sabe muito bem como os Meridionais conheceram este cântico marcial que, por causa mesmo do destino que eles lhe deram, vai chamar-se *A Marselhesa*.

bléia, que estes atrevidos, inconsideradamente convidados a Paris, deviam ser enviados o mais cedo possível, e mesmo a toda pressa, para qualquer lugar; a Coblentz seria o ideal; em todo caso, para o diabo, e o mais longe possível da capital.

As bases da ordem social estão abaladas. Robespierre, a 29, pediu, num tom de exigência, que, não em breve mas de imediato, os batalhões da Guarda Nacional sejam abertos aos “passivos” — ou seja, como havia tão bem previsto a imprensa realista, aos “pés nus”, àqueles precisamente contra quem a “milícia burguesa” tinha sido criada para a segurança dos proprietários. A 30, a seção do Teatro Francês, onde Danton se agita; tomou esta decisão ilegal e subversiva; os cidadãos dignos de sê-lo deverão, a partir do dia seguinte, 31 de julho, suportar o convívio dos cidadãos indignos, não somente nas fileiras da Guarda, mas nas próprias assembleias e deliberações da seção. Tudo se desmorona em pedaços, ou por peças inteiras. A Assembleia, tomada pelo susto, autorizou, dia 25, a permanência das seções, em outros termos, a abertura das comportas. Dois novos organismos surgem, nocivos ao extremo: o “Comitê Central” dos federados, que se reúne no *Soleil d’Or*, rua Saint-Antoine, perto da Bastilha, onde se organiza sem mistérios a estrutura de uma insurreição, e um “Diretório Central” das 48 seções, instituído pela Comuna, a 27 de julho. Uma comuna espontânea está em vias de tomar o lugar, irregularmente, da municipalidade legal; entre estes recém-chegados escandalosos e o diretório de Paris, repleto de feuillants e que se encontra instalado sob os bustos do rei, de Bailly e de La Fayette, é o antagonismo brutal. Pétion não sabe o que fazer. Ele lamenta, mas não ousa resistir. Ele acabará por pedir aos insurgentes que se ocupem de sua pessoa, que ele seja como que mantido sob observação no Hôtel de Ville, a fim de que não o obriguem a tomar posição frente a um golpe do qual ele não quer ser nem cúmplice nem inimigo. Do lado de Brissot-Guadet-Vergniaud os temores não estão longe de se transformarem em pânico. Brissot está num tal estado de angústia que ele próprio denuncia, na tribuna da Assembleia, as diligências de uma irreduzível facção regicida, conspirando por um governo republicano para o qual a nação não está preparada. Ele vai fundo: “sobre estes homens”, diz ele, “que visam estabelecer neste momento a República sobre os destroços da Constituição, o gládio da lei deve cair, como sobre os amigos ativos das duas Câmaras e sobre os contra-revolucionários de Coblentz”. Como era de se esperar, ele não deixou de abordar, num átimo (mas a alusão basta), a

questão social, a do fundamento da ordem social. Brissot sublinhou que numerosos, bastante numerosos (e é preciso levá-los em conta) são os cidadãos “que dão à palavra *Rei* uma virtude mágica que preserva suas propriedades”. As sílabas sagradas foram pronunciadas: apaziguamento, consolação, promessa. Os girondinos separam distintamente sua causa da dos “bandidos”.

Robespierre não descansa. Em 1º de agosto, ele informa aos jacobinos que, no seu entender, a nova Assembléia — ele fala dela já como de uma realidade próxima —, que dará à França uma Constituição enfim imparcial, não deverá prolongar sua sessão para lá de um ano. Os representantes (Maximilien já o declarou a 29) podem tornar-se perigosos: “temerosa”, disse ele claramente, a idéia do “poder ilimitado” de que dispõem certos mandatários que estão “acima das leis”, pois são eles mesmos que as fazem; daí a necessidade de sua rápida renovação. E no décimo-primeiro número de seu *Defensor* (lançado cerca de 5 de agosto), Maximilien descreve — eis aqui palavras suas cuja citação o embaraçaria se lhe fossem lembradas no ano seguinte — “que o despotismo tenha uma única cabeça ou que ele tenha setecentas, será sempre o despotismo^{67*}”. Por isto ele preconiza que a conduta dos deputados que serão eleitos para a Convenção seja “examinada” pelas assembleias primárias “em épocas bastante aproximadas⁶⁸”. Robespierre considera espantoso — e ele tem razão — que La Fayette ainda não tenha sido destituído. Por mais temerosa que seja a Gironda ao lado do povinho, ela se levanta ainda assim contra o Marquês; e Brissot, em 8 de agosto, decide por sua inculpação. A resposta do Corpo Legislativo não deixa de ser instrutiva. Quando Guadet, a 28 de junho, tinha convidado a Assembléia a se inquirir das condições — uma licença assinada pelo Ministro ou não — em que La Fayette tinha deixado suas tropas para vir proferir imprecações no seio da representação nacional, 339 votos tinham rejeitado esta investigação inconveniente. A 8 de agosto, se os deputados se recusam a importunar La Fayette, é com toda certeza porque eles o identificam como o general das “pessoas de bem” contra a população; os 339 votos de 28 de junho tornaram-se 406. O

* Robespierre considerou longa demais a vida da Constituinte que se prolongou por pouco mais de dois anos. Ele próprio vai fazer a Convenção — uma Convenção feita, sob seus cuidados, ditatorial — durar vinte e um meses; ela se perpetuará, no total, mais de três anos.

próprio “lado esquerdo” aliás reduziu-se; 234 votos em 28 de junho, 224 somente em 8 de agosto.

Robespierre será talvez sincero (mas ele se engana realmente) ao falar, no décimo-segundo e último número do *Defensor* (final de agosto de 1792), dos “preparativos formidáveis de uma nova Saint-Barthélemy⁶⁹” que se perpetrava nas Tulherias e da qual a insurreição do 10 preservou os “patriotas”. Luís XVI não projetava, é certo, nenhuma “partida” fulminante, nem de seus súditos nem do pequeno exército de voluntários — nobremente corajosos — vindos em seu socorro. Quanto à Guarda Nacional, impossível contar com ela. Maria Antonieta especificou-o, num bilhete de 1º de agosto a Fersen: a Guarda Nacional está cheia de más-intenções em muitos de seus batalhões: os outros não são “mais do que fraqueza e covardia”. Maximilien vai se felicitar com a vitória popular, mas ele não desencadeou a sublevação. Não o ouviram lançar um “Em frente!”. Ao que me parece, ele, ao contrário, aconselhou até o final a prudência. Foi o que ele fez, preto no branco, em seu *Defensor*, cerca de 25 de julho; e, na sua alocução de 5 de agosto, ele deu somente esta dupla instrução: “Impedir que o rei parta, e velar para que não lhe seja feito nenhum mal”. Ele não será visto, dia 10, diante do Castelo, assim como a 14 de julho de 1789 ele não se encontrava diante da Bastilha, nem aos 5 e 6 de outubro, entre os intrusos de Versalhes. Vergniaud afirmará, em abril de 1793, que Robespierre, a 10 de agosto, durante a batalha, ficou escondido “num porão*”. A 9, Pétion tinha insistido junto a ele, firmemente, quase em lágrimas, para que ajudasse a acalmar a situação, a impedir todo recurso à violência. Ele se abstera. Na tarde da decisiva sexta-feira, 10 de agosto de 1792, Robespierre foi naturalmente acolhido na Comuna; a seção dos “piques” a que ele pertencia designou-o para fazer parte do novo Conselho Geral; e a Comuna vai outorgar-lhe a medalha que ela criou para os “combatentes” do 10 de agosto...

Ele não está inteiramente satisfeito, Robespierre — compreende-se —, com as consequências e resultados da grande jornada revolucionária. Sem dúvida, ele poderá, neste *Defensor* que ele suprimirá (ele não precisa mais defender uma Constituição caduca), agradecer à Assembléia por ter — quanto tempo foi preciso para consegui-

* Pode-se supor que Vergniaud usasse este termo de aspecto depreciativo para designar a taverna da Madame Gille, situada num subsolo da rua Saint-Honoré, ponto permanente de políticos e de jornalistas.

lo! E várias centenas de mortos — “apagado esta criminosa e não política distinção (...) entre os cidadãos ativos e os não-ativos”. Mas por que o Corpo Legislativo somente “suspendeu a quem ele deveria declarar destituído”? E Robespierre não se embaraça com atenuações cortesias: “Foi revoltante, escreve ele, ver a Assembléia escolher este momento para dar um preceptor ao infante real⁷⁰”. As reverências de Vergniaud pareceram lamentáveis a Maximilien; a Gironda tinha decidido — sozinha — que o palácio de Luxemburgo serviria de residência ao ex-soberano e que lhe seriam concedidas 500.000 libras de pensão anual. A Comuna pôs em boa ordem estas delicadezas. Nesta declaração de seu próprio punho, a primeira após o 10 de agosto (ignora-se a data exata em que foi posto a venda o último número do *Defensor*), nota-se que Robespierre se cala sobre dois pontos pelos quais ele está bastante decepcionado. Ele tinha solicitado que nenhum membro da Legislativa fosse elegível. Os membros da Assembléia tiveram todo o cuidado em considerar letra morta esta proposição absurda à qual os girondinos são particularmente hostis, na esperança que alimentam de serem os dirigentes da Convenção. Segundo ponto: o Executivo, tal como foi constituído, sem se perder um instante, apenas o rei afastado. A História, eu penso, jamais esclareceu completamente o golpe — porque foi um — que deram em Robespierre, na nação, na Revolução, nos mortos de 10 de agosto, os brissotinos-girondinos que, mais ou menos sorratamente, tinham feito tudo para salvar a monarquia*. Eles tinham organizado a jornada de 20 de junho para recuperar o poder que eles tinham perdido a 13. Neste dia eles fracassaram. A 10 de agosto eles vencem. A enorme mudança com a qual sonhou Robespierre: a Revolução que dá o salto, que cessa de balbuciar, que avança com determinação no caminho da igualdade e da justiça, que coloca as verdadeiras questões sobre a intolerável coexistência da extrema riqueza e da extrema miséria, esta metamorfose esperada, esta transfiguração necessária, o que é dela, na noite de 10 de agosto? Aproveitando do sangue vertido como de uma maré montante que os leva ao poder, muito simplesmente reaparecem à frente do Estado os três compadres Roland, Clavière e Servan que esperavam impaciente-

* Não existem dúvidas, escreveu Mathiez, com uma perfeita exatidão, que os girondinos “opuseram-se com todas as suas forças à insurreição” do 10 de Agosto e que “eles só se aliaram a ela (...) sob o canhão da sedição e a fim de conservar sua parte no governo” (cf. A. Mathiez, *Autour de Danton*, 116).

mente sua revanche, e ei-los de volta, radiosos. Ainda não se falava nada da Montanha; mas podia-se falar de sorrisos no parto, sangrento como se deve, da plebe parturiente. Aborto seria mais apropriado. Perdão! Os três ministros ressuscitados têm um novo colega, que lhes serve de garantia para a esperança — um pouco desbotada — que eles representam: nada menos do que o militante “de formas atléticas”, de rosto trazendo o “ másculo sinal da liberdade” (ele o disse pessoalmente, a 20 de janeiro último, quando assumiu suas modestas funções na Comuna), o cidadão Georges Danton. É a Comuna, mas sim, a Comuna insurrecional, que, por assim dizer, ratifica a volta aos privilégios dos três antigos ministros a eles associando Danton.

Como não há mais rei para nomear os ministros, é a Assembléia que procede a estas designações. Danton, o homem da Comuna, terá sido nomeado ministro — Ministro da Justiça* — a 11 de agosto, cerca de três horas da manhã, por uma Assembléia morta de cansaço e consideravelmente despovoada. Não havia, na sessão, mais do que 284 deputados. Danton recolheu 227 votos. Ao que tudo indica, foi o “lado esquerdo”, que permaneceu na sala, que elevou Danton de seu posto municipal, bastante subalterno, às honras ministeriais, ou seja, a proventos que passavam, de um golpe, de 6.000 a 100.000 libras. Interessante, não? A Comuna não tem necessidade de adivinhar, ou de faro excepcional, para sentir de imediato que suas relações com a Assembléia vão ser muito delicadas. Ela forçou a mão a uma importante maioria da Legislativa jogando abaixo, como o fez, o trono. Em suma, o golpe de Estado que ela fingia temer, da parte do rei, foi ela que o realizou; ela e uma pequena parte de Paris, ela e alguns milhões de suburbanos, que, por si só, representam o Povo francês. E na manhã mesmo do dia 10, durante o assalto às Tulherias, a Comuna novo modelo considerou bom enviar uma delegação ao Corpo Legislativo para tranquilizá-lo: não temam nada, dignos representantes do povo; no Hôtel de Ville, nós não somos anarquistas; longe disso. “Pétion, Manuel, Danton continuam nossos colegas.” Pétion que via aproximar-se a insurreição tremendo de medo; Manuel que demissionará quando o rei tiver sido guilhotinado; e Danton cuja personalidade algumas frases de Condor-

* Danton “coloca”, de imediato, amavelmente, dois amigos, e com remunerações copiosas: Fabre D’Églantine torna-se “secretário-geral” do Ministro e Camille Desmoulins “chanceler” (ou seja, um parasita).

cet esclarecem utilmente. Alguns condenam a Assembléia por ter dado seu voto a Danton para fazer dele um ministro, e Condorcet respondeu que as circunstâncias pedem a presença no poder de “um homem que, por sua ascendência, possa conter os instrumentos desprezíveis (*sic*)” de uma Revolução que foi “necessária” mas que se trata de controlar⁷¹. Umas poucas palavras, bastante significativas, e muito esclarecedoras. Por elas, vê-se, por um lado, o que o Marquês de Condorcet pensa da turba plebéia, e, por outro lado, a confiança que ele deposita em Danton e na sua habilidade para as coisas capitais. Danton saberá efetivamente dar aos Conselheiros os apaziguamentos que um Condorcet lhes promete. Ainda outra vantagem, e não desprezível: Danton, o tribuno, Danton o “demagogo”, fornece ao trio governamental ressurgido — mas gasto e mediocrementemente afável — uma espécie de virgindade refeita, uma preciosa coloração republicana. Ele joga, desde os primeiros dias, um papel de primeiro plano; as reuniões do Executivo acontecem em seu escritório da praça Vendôme onde está situado o Ministério da Justiça e ele preside as sessões. Roland, rapidamente, colocará ordem na situação, obtendo que não haja mais presidente permanente, e que cada ministro presida, por rodízio.

A 12 de agosto, Robespierre representa a Comuna junto à Assembléia, para levantar um protesto contra o Diretório do Departamento, que pretende manter-se, persistir, tal qual quando nele domina (reina, na verdade) a contra-revolução. Robespierre adverte severamente os legisladores: se vocês deixam estabelecer-se um “outro poder” que pretenda contestar “a autoridade dos delegados diretos do povo” — é assim que ele define os membros da Comuna revigorada — cuidado! Então “vai ser preciso que o povo, para livrar-se desta potência destruidora de sua soberania, arme-se uma vez mais com sua vingança⁷²”. Diabos! Era então uma “vingança” o que acontecera na antevéspera? Interpretação inédita do 10 de Agosto; mas pela qual Robespierre dá a entender aos deputados majoritários ultra-suspeitos (eles se curvaram diante de La Fayette quatro dias antes) que “o povo” está completamente pronto para uma nova intervenção armada. A Assembléia tem receio mas quer salvar as aparências. Ela transigirá. Ela recusa-se a afastar o diretório, mas ela limita as atribuições dos administradores: eles terão como única competência a repartição do imposto. Eles se acomodam de bom grado; o que não tem nada de surpreendente; tais funções são de grande interesse, dado que elas concernem os bens, o dinheiro.

Neste meados de agosto de 1792, Robespierre está na primeira linha da atualidade. Pétion, que em outros tempos compartilhava os cumes da popularidade, Pétion declina. Queda vertical. Ele continua, em princípio, a ser o prefeito de Paris, mas um prefeito que se faz invisível. Ele não aparece no Conselho da Comuna e Robespierre é levado pelas ondas a jogar, ao menos parcialmente, o papel que Pétion parece não mais querer. Maximilien é destes tipos enérgicos, audaciosos, que tomaram, no Hôtel de Ville, decisões e ordenaram medidas das quais a Assembléia poderia reclamar a exclusividade: que o rei e sua família vão para o Templo, uma residência arruinada, bastante diferente do agradável Luxemburgo previsto pelo grupo Vergniaud, e que será, para os hóspedes, uma verdadeira prisão; que a partir de então serão proibidos, suprimidos, todos os jornais de oposição e que seu material será confiscado em proveito das folhas “patrióticas”; que as portas da capital serão fechadas: ninguém deve mais deixar Paris sem a permissão da Comuna e prescrevem-se algumas detenções. Provavelmente a conselho de Danton, a Comuna anuncia, a 12, sua intenção de substituir a justiça oficial, às espontaneidades temerosas, no castigo aos inimigos do povo. Os termos escolhidos requerem nossa atenção: “Todos os culpados vão perecer no cadafalso”. A guilhotina cuja silhueta os girondinos tinham satisfação em evocar, alguns ardem a presente, para que ela funcione; e Danton, para limitar o mais possível a inevitável efusão de sangue, cria um tribunal especial que pronunciará as sentenças punitivas. A Assembléia, que compreende muito bem a manobra tranqüilizadora de Danton, dá imediatamente seu acordo, e a 14, um Tribunal Revolucionário é instituído.

Robespierre não está tranqüilo com o jogo de Danton, tão conciliador frente a uma Assembléia cujos verdadeiros sentimentos conhece-se bem demais: e, a 15, Maximilien, em nome da Comuna, volta à tribuna do Corpo Legislativo. Ele considera “insuficiente” o decreto votado na véspera, porque nele trata-se apenas, diz ele, “dos crimes cometidos na jornada de 10 de agosto”, e “os principais conspiradores” continuam dissimulados. Maximilien sugere que cada seção de Paris nomeie “comissários” que procurarão os grandes criminosos. Eu o suspeito de ter forçado, de propósito, o tom, para advertir que se mantenha sob vigilância, na Comuna, os “rolandinos” que aproveitaram do grande choque parisiense para enfiar-se pela brecha e recuperar o Poder. Ele os vê — estaria enganado? — preocupados principalmente em amenizar, o quanto puderem, o impulso

popular que deveria ser, desta vez, decisivo. É sua ação oculta, seu trabalho de contenção que Robespierre provavelmente visa quando ele deseja que não se tema, no que concerne aos “ricos egoístas”, “ir até as fontes” de sua opulência. Estes ricos poderosos, quando o povo entra em cena, “eles se escondem; mal ele se retira, eles conspiram”. O Incorruptível pede que os patriotas tenham “o olho” constantemente aberto sobre todos os “traidores”. Virulência extrema; mas este tempestuoso não deixará de recusar a presidência que Danton lhe oferece do Tribunal Revolucionário, dia 18 pela manhã. Neste dia, Danton pronuncia um discurso, uma “mensagem admirável” diz Michelet, destinada, a um só tempo, à Assembléia, à Comuna, a toda a França. Seu “grande coração” (diz Michelet, claro) nela transborda⁷⁴. O novo ministro, de quem as “pessoas honestas” não teriam razão nenhuma para ter medo, dá-se a missão, precisamente, de tranquilizar os proprietários, e Michelet o felicita pelo admirável espírito de previdência” que é o seu; percebendo “de longe o mal social (...) que a ação revolucionária encobria”; “este penetrante gênio adivinhava, assinalava o vulcão”. Neste “discurso profético, Danton ocupa-se (antecipadamente) de Babeuf, vê-o em espírito⁷⁵”. Que os possuidores respirem. Com ele, a anarquia será freada. E ele insiste sobre o caráter infinitamente útil e oportuno de um Tribunal que cortará algumas cabeças, mas para proteger cem outras. Danton é explícito: “Que a justiça dos tribunais comece; a justiça do povo cessará⁷⁶”. Que se sacie com discernimento este “povo” que é o constante temor dos cidadãos civilizados, e que, sua sede de sangue aplacada aos menores custos, ele se deixe, pela virtude da eloquência, reconduzir às suas tocas — Deus o queira! — para não mais sair. Uma primeira cabeça tombará, a 21 de agosto, seguida de outras, uma a uma, quase que cotidianamente*.

Quase marginal, frente à gravidade da hora, a solução, enfim encontrada, do problema La Fayette. Ele mesmo vai resolver a questão. Dia 14, ele fez deter pela municipalidade da Sedan três delegados que a Assembléia lhe enviava para informar-se — e nada mais — de seus projetos. O Corpo Legislativo, nestas condições, deve resig-

* “Nada menos do que uma cabeça por dia”, segundo Michelet (I, 1013). Muito rapidamente será guilhotinado este Laporte, especialmente designado pela Corte para compra das consciências, “principal agente dos corruptores” (id., 1012). Ele sabia coisas demais para que não se tenha imposto a urgência de fazê-lo desaparecer.

nar-se — simplesmente —, dia 18, a “convocá-lo”, ou seja, a retirar-lhe (enfim!) seu comando, no qual será substituído por Dumouriez. Na noite de 19 a 20 de agosto de 1792, após ter tentado em vão investir seu exército contra Paris*, La Fayette passa para o inimigo, com seu estado-maior. Os austríacos — escreve excelentemente Michelet — “renderam-lhe o serviço essencial de prendê-lo^{77**}”. Ele permanecerá seu prisioneiro até que Bonaparte, que sabe viver, restitua-lhe a liberdade. Em Paris, apesar dos esforços intensos de Danton, a calma, tanto desejada, restabelece-se com dificuldade. A febre popular continua. Quando se tem notícia de que as terríveis legiões anunciadas por Brunswick puseram-se realmente em marcha e que uma primeira cidade francesa, Longwy, caiu em suas mãos — Longwy não se defendeu: o prefeito a traiu, apoiado por todos os grandes notáveis do lugar que calorosamente acolheram estas tropas estrangeiras vindas ao socorro da ordem e do Bem — a classe baixa retoma sua movimentação. De novo, e de todo seu “grande coração”, Danton se entrega. A 28, ele convida a multidão a uma verdadeira “convulsão nacional”, mas — atenção! — exclusivamente voltada contra o invasor. Os girondinos viram com alívio cerca de 15.000 “voluntários” engajarem-se no exército após a proclamação solene, através das ruas, da “Pátria em perigo” (um trabalho bem-feito: rufar de tambores, soar de trombetas, tiros de canhão), no domingo 23 de julho. Uma punção do mesmo tipo parece perfeitamente indicada a Danton, e mais do que nunca. Ele faz — facilmente, sem dúvida — votar pela Assembléia um recrutamento imediato de 30.000 homens em Paris e na região parisiense, e grita com sua voz mais marcial (usando de um “é tempo” de duplo sentido): “É tempo de dizer ao povo que ele deve se precipitar em massa sobre seus inimigos”. Assim o perigo externo, que demorou tanto a tomar corpo, vem trazer socorro — uma sorte! e que não podia cair melhor — a todos os obcecados pelo terrível perigo interno. O “recrutamento” dos voluntários, ao menos em Paris, destes perigosos jovens que, de militantes incômodos, transformam-se em soldados obedientes. Danton fia-se em seu realismo, cínico se for preciso, e ao mesmo tempo em suas profundas capacidades ardilosas para salvar

* Prefiguração do papel de Bazaine em outubro de 1870. O comandante-em-chefe de uma força de defesa nacional procura transformá-la em força de guerra civil a serviço de uma certa política interna.

** Quando na verdade ele contava com sua gratidão para permitir-lhe alcançar a América.

a situação, tanto do lado do invasor quanto na complicada questão da manutenção da ordem.

O antagonismo entre o Executivo (que tem a seu favor, agora, numa crise a tal ponto aguda, a unanimidade quase total da Assembléia) e a Comuna, atinge seu grande extremo nos três últimos dias do mês. Um cartaz, sem assinatura, mas muito provavelmente inspirado por Roland, foi afixado uma noite, em várias centenas de exemplares, expondo Robespierre em pessoa ao desprezo público: este feroz “invejoso” procura afastar o honesto Pétion; ele só quer “ruínas” e cobiça o “tribunat” (alusão à História romana: termo equivalente, em suma, “à ditadura”), “objeto contínuo de seus votos insensatos”. Brissot, no seu *Patriota* de 29 e de 30, fulmina contra uma Comuna facciosa, que quer tudo para si, que se apropria de um papel mais importante como se Paris fosse a França, quando, no dia mesmo da tragédia de 10 de agosto, Vergniaud teve a coragem de lembrar esta verdade fundamental: “Paris não passa de uma seção do império” e não tem o direito de impor ao país seus desejos escandalosos, subversivos*. A 30, na Assembléia, Cambon o financista traz a Brissot o reforço de seu prestígio; depois Guadet apresenta um relatório cuja conclusão é votada de imediato: a Comuna é dissolvida; em vinte e quatro horas, uma outra municipalidade tomará o seu lugar, cada seção designando dois delegados para representá-la no Hôtel de Ville. Surpresa, Robespierre obtém da Comuna que ela se dobre, sorrindo, à injunção governamental; mas sim, mas está entendido: renovação do Conselho, porque, diz ele a seus colegas, concretamente nada se modificará, estejam seguros, e os delegados das seções, todos, com certeza, serão dos nossos. E afinal, por que se bater com uma Assembléia que conhece seus últimos dias e mal sobrevive? Ela não assinou antecipadamente seu ato de morte ao decidir a convocação de todo um outro “Senado” cujas eleições — ao sufrágio universal — são tão iminentes que seu primeiro ato já começou?

E, com efeito, a Assembléia recua, com algumas devidas contorsões. A Comuna é mantida tal qual e vai velar, a seu modo, pelo

* E Brissot, que compreendeu de imediato a inteligente manobra de Danton para desobstruir Paris, denuncia furiosamente o antipatriotismo de “Robespierre e de Marat”, que ele acusa de “amortecer o zelo guerreiro dos cidadãos” impedindo-os de “voar em socorro de seus irmãos de armas”. Mas Paris, diz ele, “não se desonrará” e não cederá absolutamente a um “covarde egoísmo”.

desenrolar dos escrutínios, ou seja, sob os conselhos, bastante escutados, de Robespierre, vai se permitir modificar um pouco este sufrágio universal que tanto se pediu. Sua aplicação rigorosa, e **inconsiderada**, apresentaria inconvenientes. Este direito de voto ainda ontem recusado — Que vergonha! Que desmentido à Declaração dos Direitos do Homem! — aos cidadãos “não-ativos”, vai ser recusado (tanto pior para a ilegalidade; os interesses do “povo” primeiro) a todos os contra-revolucionários declarados, aos signatários (eles foram 8.000) do protesto escrito contra o 20 de junho, e aos que protestaram (eles foram 20.000) por escrito contra o apelo aos federados. Robespierre tomará mesmo a precaução suplementar de fazer **excluir do escrutínio** os antigos membros do “**clube monárquico**”, dissolvido em 1791, e todos os *feuillants*; amputações sem timidez, como se vê, e bem concebidas em vista dos resultados favoráveis que se está inteiramente determinado a obter. A 27 de agosto, Robespierre tomou, na sua seção, uma iniciativa que fará lei em toda parte: nada de voto secreto; os eleitores deverão “votar em voz alta e na presença do público”. Como as seções mais seguras serão mobilizadas em permanência para controlar as operações, é difícil que sejam eleitos outros candidatos que aqueles cujo sucesso a Comuna deseja. Louvet falará, em outubro, dos procedimentos “despóticos” aos quais teria recorrido Robespierre para que a deputação da capital fosse, na medida do possível, composta exclusivamente de extremistas de seu gênero. Incriminação que não poderia passar por caluniosa. Maximilien será o primeiro eleito de Paris, o que será, para Pétion, uma decepção bastante amarga e que ele não esconderá; seria a ele, o prefeito, que devia, naturalmente, caber esta honra, canalizada por Robespierre a seu proveito. Conhecer os dados é importante: eles seriam quase incríveis se não soubéssemos da manutenção, pela Convenção, dos dois turnos previstos para a designação dos deputados. Uma primeira coletividade, dita “**assembléia primária**”, tem por missão “eleger os eleitores” que, eles, procederão à escolha final dos representantes do povo. Estes eleitores são pouco numerosos, mas serão sobretudo em Paris, após as severas e imperiosas discriminações de que foram vítimas as “**assembléias primárias**”. O “representante do povo” Robespierre será eleito, por 333 eleitores — do segundo turno — sobre os 525 que eles serão, ao todo, neste dia.

Durante este tempo, os austro-prussianos, que são em torno de 100.000, continuam sua progressão. Após sua fácil conquista de

Longwy, eles investem sobre Verdum, em 1º de setembro, e têm a mesma acolhida que em Longwy — com a diferença, entretanto, de que o comandante da guarnição, Beaurepaire, disposto a resistir contra o inimigo, desaparecerá num assassinato disfarçado de suicídio. A burguesia, ao invés de segui-lo, tinha enviado ao encontro dos prussianos todo um gracioso bando de moças de branco, supostamente virgens, os braços carregados de flores; apenas concluída a ocupação, um grande baile acontecerá, no qual os oficiais prussianos dançarão com as mais honradas senhoras da cidade. Estas notícias sinistras chegarão rápido a Paris, provocando explosões de alegria nas prisões repletas de aristocratas, que celebravam, com ostentação, sua libertação iminente graças ao triunfo garantido dos invasores. Socorro, amanhã, frente à canalha revolucionária! Os terríveis massacres que vão ter estas prisões como palco se desenrolarão, segundo Michelet, numa atmosfera de “vertigem e de terror”⁷⁸: Danton, sentindo aumentar demais o desvario, pronunciou, algumas horas antes das primeiras carnificinas, um discurso grandioso e tão celebrado que ainda hoje, para muita gente, suas palavras de 2 de setembro, sua arenga fosforescente, permanecem seu principal título de glória: “Audácia! Mais audácia! Sempre mais audácia, e a França está salva!” E também: “Este alarme que vai soar é o final do ataque” (etc.). Daí o avanço francês, daí Valmy; daí o recuo espantado dos prussianos que serão empurrados até os limites do território. Nós veremos em breve o que existe, na verdade, sob este cenário tradicional. Pétion ajuda Danton a aumentar de 30.000 a 60.000 o número dos novos soldados de que a Pátria necessita; e Danton propôs um recenseamento dos parisienses necessitados capazes de usar uma arma; se eles aceitassem juntar-se ao exército, eles se beneficiariam de um soldo especial. O próprio Michelet, que vai nos fazer assistir a um de seus acessos de delírio, concorda que “havia uma vantagem, sem dúvida (...), em dar quadros militares a estas massas confusas, das quais uma parte, escoando-se para o exército, aliviaria (sic) Paris”⁷⁹.

Sim, é exatamente a principal idéia de Danton — e de Roland, e de Pétion, e dos girondinos — “aliviar” a capital, evacuar, por um meio “patriótico”, o quanto se puder de jovens “anarquistas” em potencial e de sectários da Comuna. Cambon vai se deixar arrebatado, dia 4, na tribuna da Assembléia: ele conjura a representação nacional de não “ceder a soberania” a esta Comuna onde grassam “homens mais bárbaros, mais criminosos e sobretudo mais covardes”

que as tropas estrangeiras que (o vocabulário de Cambon é curioso) “infestam nossos campos fronteiriços”; ou seja, eles estão longe; há mais urgência em proteger a ordem social. “Agitadores perversos” estão em ação, “intrigantes”, “rebeldes”, “pagos talvez (quem sabe?) pela Prússia”. Se não se prestar atenção, esta gente “saqueará nossas propriedades” (sempre a palavra-chave). E já Cambon antecipa os gritos que lançarão, na primavera seguinte, Vergniaud e Isnard em direção às províncias; se acaso os malfeitores vencessem as pessoas de bem em Paris, Cambon prediz arrogantemente que “os generais cidadãos do Midi (...) viriam em socorro da capital oprimida”. À voz potente e tão nobre de Danton, Michelet nos assegura que um milagre se produziu: a França invadida “sentiu sobre si a mão da morte”, e, “numa violenta e terrível contração”, “fez brotar de si uma chama que o mundo jamais vira”; ela “fez-se um vulcão de vida; toda a terra da França tornou-se luminosa”; “espetáculo verdadeiramente prodigioso, cuja diversidade desafia toda descrição⁸⁰”.

Esta epopéia abre-se sobre três dias de horror ditos os “massacres de setembro”. Michelet vai se aplicar em colocar toda a culpa sobre “trezentos ou quatrocentos bêbados⁸¹” tomados de uma selvageria alcoólica, uma histeria sanguinária, indo de prisão em prisão para nelas perpetrar suas carnificinas. A luz está feita hoje sobre um aspecto, pelo menos, deste lúgubre episódio, graças à obra de P. Caron, publicada em 1935* e a certas notas de informantes trabalhando para de Antraigues. Como esta, de 5 de setembro: tudo se efetuou “em silêncio e numa espécie de calma”, e esta ainda do dia 7: “três dias de uma execução pacífica e ordenada”. Em sua reedição da *História* de Michelet, Gérard Walter alfinetou esta útil nota: “Foi durante a jornada de 31 de agosto que amadureceu e se fixou no espírito de alguns membros do Conselho Geral da Comuna a idéia de se conquistar as simpatias da massa popular oferecendo-lhe a satisfação de ver castigar por uma justiça imediata e expeditiva os conspiradores do 10 de Agosto cujos dossiês mofavam” junto a um Tribunal acusado de fraqueza⁸². As coisas se fizeram, nas prisões, com uma aparência de regularidade oficial; cada vez se instituía uma espécie de comissão que consultava os registros de presos e pronunciava, em alguns minutos, as decisões de morte ou liberação. Muitos “presos comuns”

* A obra honesta, mas supérflua, publicada em 1986 por F. Bluche sobre os massacres de setembro não acrescentou nada aos nossos conhecimentos.

pereceram com os “políticos”. A cena hedionda (estripação, esquartejamento) de que foi vítima a Madame de Lamballe foi um caso único. As autoridades estabelecidas não intervieram em nenhum lugar. Pétion, por mais revoltado, por mais enojado que esteja, não ousa mexer-se. Danton, Ministro da Justiça, a quem diziam respeito, e no mais alto grau, os acontecimentos que se prolongavam, teria dito — mas toda certeza é falha: “Eu estou pouco ligando para os prisioneiros*”. Mergulhado em seus problemas eleitorais, Robespierre guarda silêncio. Preocupação de não comprometer sua popularidade? Certeza de sua impotência? Não se terá nenhum prazer, na Convenção, sobre os bancos da Montanha, em evocar estas jornadas sinistras de setembro. Quando é inevitável fazê-lo, sai-se com algumas alusões breves e “dolorosas**”. Cloots, entretanto, não hesitará em apresentar a carnificina como um “escrutínio depurador” efetuado nas “prisões e durante o qual o povo “mostrou-se grande e generoso⁸³”.

Enquanto as eleições se desenrolam, com lentidão, uma corja aproveita-se do tumulto de que se cercam as inscrições e os trabalhos de defesa, para o que Michelet chama, um pouco apressadamente, de “uma pilhagem universal⁸⁴”. Mas o Guarda-Móveis nacional foi objeto de um roubo no qual desapareceram os diamantes da Coroa. Pétion vive num medo contínuo: e se os massacres recomeçassem? E ainda por cima, talvez, passando das prisões às residências particulares? “Quem de vocês, grita ele, não ouviu designar-se o dia 20 deste mês como um dia de vingança e de sangue***?” Quanto a Brissot,

* Danton teria podido, se tivesse desejado, proteger do assassinato os prisioneiros de Orléans que deviam comparecer diante da alta corte. Ele tinha ordenado que eles fossem deixados em Orléans. A Comuna exige que eles sejam trazidos a Paris, e eles são enforcados no caminho, dia 9 de setembro, em Versalhes. Danton fica calado.

** É o adjetivo que escolherá Marat, aos 11 e 14 de outubro de 1792, se bem que ele traga na consciência uma certa circular, munida de sua assinatura, lançada pelo “Comitê de Segurança” da Comuna e que convidava a todos os comunos da França a imitar a depuração parisiense.

*** Pétion? “Um bom homem, um homem íntegro”, escreverá Marat no seu *Amigo do Povo*, em 21 de setembro, “e que se adaptaria maravilhosamente a um lugar de juiz de paz, de tesoureiro municipal, de receptor de distrito”. Numa carta a Breteuil, datada de 6 de setembro, Fersen assinala, com grande interesse, a oposição que cresce entre Pétion e Robespierre. Este último, entretanto, em 1º de setembro, no Conselho Geral da Comuna, recusava-se a acreditar que Pétion pudesse alguma vez conduzir-se, a seu respeito, como inimigo, e lamentava somente seu “civismo incompleto”.

após o arrombamento do Guarda-Móveis, ele considerava fácil “prever-se que do massacre se passaria à pilhagem”, e seu *Patriota* de 17 de setembro anunciava que não se escaparia à “lei agrária”. Contra a Comuna e seus “robepierristas”, não se ousa muito dizer qualquer coisa publicamente, tanto este bando é temível, com toda a “canalha” de Paris atrás dele. Eles manobram as eleições a seu gosto, impondo seus protegidos — o que não é falso — de tal modo que os amigos da ordem preferiram apresentar-se na província (as candidaturas múltiplas são autorizadas) onde eles tiveram muito sucesso: Condorcet foi eleito de uma só vez no Aisne e na Gironda; Brissot ao mesmo tempo na Eure, no Loiret e no Eure-et-Loir; Carra, o campeão, foi designado não em dois, nem em três, mas em seis departamentos. Marat, mais do que desagradável, como de hábito (é claro, ele foi eleito em Paris; mas somente em Paris; Robespierre acumulou Paris e seu departamento de origem, o Pas-de-Calais), Marat, a 15 de setembro, acusa diretamente Roland — “o autômato ministerial”, como diz este grosseirão — de ter “prodigalizado o ouro (...) para fazer nomear todos os escrevinhadores brissotinos”; trata-se, neste caso, aliás, apenas de um leve exagero de polemista, porque não há dúvidas de que Roland, para apoiar os bons candidatos, não dispensou as vastas possibilidades financeiras de que ele se faz dotar por uma representação nacional assolada de angústia; e Marat enumera alguns destes vencedores que vão desfilar em breve na Assembléia: Condorcet, Vergniaud, Guadet, Lacroix, Roland, Brissot; seguia-se um comentário em que Marat recomendava aos patriotas “cercar” sempre estes senhores “de um numeroso auditório”; ou seja, que a cada sessão as tribunas sejam abundantemente preenchidas, exercendo assim algo como uma pressão preventiva, e certamente eficaz, sobre as bastante previsíveis declamações desta fina equipe.

Mas afinal a guerra, a guerra, a invasão, a irrupção do inimigo-amigo esperado no Templo com uma ansiedade crescente e que, para os “patriotas” deve ser detido definitivamente pela vibrante e furiosa barreira dos voluntários, reforçando o velho exército com seus milhares de peitos, seu espírito de cruzada, seu apetite de heroísmo? Danton é um realista, nós já o constatamos, e, face à formidável infantaria prussiana — cuja lenda reina através de toda a Europa desde que Frederico II, o grande Frederico, fez dela uma de suas melho-

res tropas —, o Ministro da Justiça que se ocupa de tudo, e particularmente da Guerra (por cima da cabeça do titular Servan) e da diplomacia (por cima da cabeça do titular Lebrun), não tem nenhuma ilusão sobre o resultado, certo e catastrófico, de um verdadeiro encontro, em campo, entre nossas forças, nossas tristes forças militares, e os batalhões do rei Guillaume. Tristes forças? Infelizmente sim, em razão ao mesmo tempo de uma “intendência”, quase ilusória, da vasta deserção de oficiais passados à emigração, e do desentendimento declarado, próximo da hostilidade invejosa, entre os “veste branca” e os “cianos” ou seja, entre os da infantaria de linha e os voluntários, vestidos de um uniforme azul escuro, percebendo uma paga de 15 soldos por dia e designando eles próprios os seus oficiais. A “audácia” em Danton não passa de um aparato verbal, uma falsa aparência. Dumouriez teria gostado muito de cobrir-se de glória, mas Danton lembra-se demais do que resultou dos ensaios de ofensiva tentados em fins de abril, primeiramente, depois em fins de junho. Que Dumouriez não vá, com o instrumento débil de que dispõe, lançar-se numa aventura infalivelmente desastrosa. Danton persuade-se — e ele não está errado — que deve ser possível, sem alarde, clandestinamente, fazer um acordo com Brunswick, mesmo após o “manifesto” estrondoso que fizeram-no assinar. Brunswick, obstinadamente, passa por um amigo das “Luzes” e, quatro dias antes do dito “manifesto”, Carra lhe havia dedicado esta homenagem: “Talvez só lhe falte uma coroa” para tornar-se o “verdadeiro restaurador da liberdade na Europa”. Exatamente no dia seguinte ao 2 de setembro em que Danton executou, rugindo, com seu sabre (de madeira) seus terríveis moinhos, Lebrun envia instruções secretas ao jovem Félix Desportes, um agente de Danton, colocado por ele em Deux-Ponts. O ministro confia ao negociador, cuja obscuridade é preciosa, o cuidado de encetar discussões o mais rápido possível com a Prússia; deve ser possível separá-la da Áustria, sobretudo graças a este Brunswick, este “herói” diz Lebrun, que “só nos faz a guerra a contragosto”. Que contatos se estabelecerão entre Danton-Lebrun e o enigmático Brunswick? A que argumentos vai se recorrer para convencer o “herói” a mostrar-se condescendente? Brunswick será o objeto de maldições por parte dos emigrados. Vai murmurar-se contra ele imputando-lhe baixezas. O fato é que Danton atingirá seu objetivo, que é o de oferecer às forças francesas a economia de uma série batalha.

Dumouriez não está informado dos cálculos e das tenebrosas

manobras de Danton. Emissários reais foram enviados para sondá-lo; não se perde a esperança, nas paragens onde se conhece seu passado, sua natureza, sua ligação com a irmã de Rivarol, de arrastá-lo para a boa causa. Esperança legítima, mas prematura. O general respondeu altivamente a estas tentativas; ele está indignado, intratável; a estes sorrisos que são um insulto a sua honra, ele responderá, diz ele, “a tiros de canhão”. A 12 de setembro, Breteuil relata o incidente a Fersen, acrescentando que o desencorajamento seria um erro. Rivarol em pessoa foi encarregado por Breteuil de transmitir à sua irmã interessantes “propostas tanto para ela quanto para Dumouriez”; ver-se-á. Pelo momento, Brunswick, que tinha a intenção de instalar-se — já! — em seus quartéis de inverno ao longo da fronteira, viu seus planos alterados pelas exigências de seu rei que o empurra para a frente. Ele conduz suas tropas a Croix-aux-bois, de onde ele controla os desfiladeiros da Argonne. Entretanto, sua decisão está tomada: a decisão de não se bater. Sem dúvida ele o prometeu, bastante discretamente, a Danton. E ele vai manter sua palavra.

Dumouriez pode efetuar sua junção com os regimentos de Kellermann vindos de Metz. Existem agora 50.000 franceses contra 34.000 prussianos. Em 20 de setembro, Brunswick dispõe seus homens diante da colina de Valmy. Kellermann, que lhe faz frente, evita atacar; mas ele coloca seu chapéu de plumas na ponta da espada que agita gritando: “Viva a nação!” Seus batalhões, um após o outro, o imitam. Sem dúvida a infantaria prussiana, por mais reputada que seja — é verdade que a disenteria a devora —, fica congelada de espanto por um tal clamor, pois ela não se altera. Quem toma a ofensiva sempre está em posição mais perigosa que o adversário. Assim, cada um espera a iniciativa do outro; mas, além disso, Brunswick deve ter suas razões para considerar como altamente improvável um ataque dos franceses. Estes dois exércitos não poderiam ficar, indefinidamente, num face à face imóvel, sem cair no ridículo. Por isso faz-se, de um lado e de outro, atacar a artilharia. Um belo duelo, num troar ensurdecedor. Mas isto será tudo. Não haverá corpo a corpo. Uma forte chuva — trombas d’água — se abate cerca de seis horas da tarde sobre os soldados antagonistas que tomam o aspecto de figurantes para uma batalha que não acontece. As balas terão de todo modo morto ou ferido, no total, cerca de 500 destes simuladores.

A 21, Dumouriez faz seu relatório a Servan: “após um ataque de oito horas”, diz ele, com um incrível descaramento, o inimigo

cessou o fogo. Foi exatamente neste dia que se reuniu pela primeira vez a Convenção. A República será proclamada no dia seguinte. Na mitologia francesa, e apesar de sua bastante modesta realidade sobre a qual o poder evitará de dar detalhes, Valmy não deixará de se inscrever como resplandecente símbolo e a triunfal inauguração militar de nossa primeira República.

4

Robespierre na Convenção

1. De 21 de setembro de 1792 a 2 de junho de 1793

Assim, o corpo legislativo tinha finalmente se resignado ao que a Constituinte sempre se recusara a admitir; os pobres também terão o direito de votar. Ainda assim os deputados só o consentiram sob o efeito do medo e porque as “pessoas sem valor” tinham saído violentamente à rua. De todo modo, e por mais discretamente enraivecida e tomada de temor que esteja a maior parte desta assembleia que vai ceder lugar a uma outra, dita à americana, “Convenção”, está feito: o sufrágio universal está estabelecido. A Comuna decidiu, em 13 de agosto, datar a partir de então suas atas do “ano I da igualdade”, e na primeira *Carta* pública que Robespierre endereçará “a seus comitentes” (para substituir o *Defensor*, suspenso no final de agosto), em 9 de outubro*, ele escreverá, ele proclamará: “O reino da igualdade começa”. Robespierre procura se convencer mais do que registrar uma coisa realmente conquistada. Se ele realmente acreditou que, de fato, a Revolução fosse se cumprir, que tudo o que a precedeu, com uma tão pesada lentidão, não passou de uma introdução e que no momento, todavia, aí estamos, caminhamos para uma transformação fundamental do Estado, as certezas já foram abaladas em presença da acolhida feita por seus compatriotas ao primeiro escrutínio democrático. Como o admitiria Mathiez, “a pressa para se chegar às urnas foi muito pouca¹”. O número total dos eleitores parisienses, em que “os não-ativos” de ontem não se distinguiram mais dos “ativos”, atingia os 100.000 mais ou menos. Sei muito bem que houve as exclusões arbitrárias que assinalamos; mas

* Assim como o *Defensor*, os números das *Cartas* não são datados. Por sorte, a coleção das *Cartas* de Robespierre conservada na Biblioteca Nacional comporta, sobre cada número (mas somente para a primeira “série”), uma indicação manuscrita onde está anotada a data precisa em que o fascículo foi posto à venda.

afinal, que quantidade de abstencionistas! O maior número de votantes que jamais foram reunidos — para a eleição do prefeito — mal ultrapassou os 15.000. E, por outro lado, se Robespierre tivesse ingenuamente imaginado que a representação nacional seria transformada de ponta a ponta, ele deverá constatar a volta às atividades de quase 200 (194) membros da Legislativa e mesmo de 89 antigos constituintes. Ei-los mesmo outra vez, no primeiro plano da atualidade, dominadores na Convenção como o eram na Assembléia precedente, plenos de segurança e de arrogância, os brissotinos-girondinos. A deputação de Paris — 20 representantes — está inteiramente do lado esquerdo; mas eles são bem os únicos, ou quase, nesta corte de 750 membros, a pensar como pensam. Se se deseja hoje lembrar do que se passou nas eleições gerais de fevereiro de 1871, as de setembro de 1792 são sua exata prefiguração quanto ao isolamento da deputação parisiense, e à hostilidade, à raiva de que ela será imediatamente cercada na Assembléia de Bordeaux, depois na de Versalhes. Semelhança suplementar entre 1792 e 1871 (e mesmo abril de 1848): em 1871, a Madame Sand, a castelã, horrorizada com os parisienses, nota com alegria que o seu departamento, o Indre, “é um dos mais negros” no mapa do analfabetismo: nestas zonas preservadas, felizes, os labregos, os grosseirões, os desfavorecidos votam como um único homem, os imbecis, e automaticamente, para os candidatos competentes, os cultivados, a elite ora, ou seja, os ricos. Foi exatamente isto o que aconteceu em setembro de 1792 através de toda a França. Por todos os lados, os eleitos são os possuidores. Dir-se-ia que o sistema censitário persiste, porque os resultados são os mesmos. O “grande número” de que falava o lúcido Voltaire encarrega (comicamente) de representá-lo no Parlamento delegados do “pequeno número” que o “fazem trabalhar” e que ele “alimenta”. Registremos esta maravilha: sobre 27 milhões de habitantes dos quais somente 500.000 vivem folgadoamente, quantos proletários foram designados pelos seus para a Convenção? Dois, eu digo bem dois: Noël Pointe, operário metalúrgico em Saint-Étienne, e J.-B. Armonville, cardador de lã em Reims.

Brissot vai se vangloriar publicamente, em outubro, da forte autoridade que conserva seu grupo. Nós detemos, afirma ele, saboreando sua importância, os dois terços das cadeiras. Não esqueçamos nunca, no desenrolar da Revolução, a primeira, a obsessiva preocupação, há quatro anos já, de todas as pessoas de bem: a segurança das fortunas, o culto e a defesa encarniçada da propriedade.

Thomas Lindet, bispo constitucional do Eure, e que vai tornar-se deputado, escrevia, a 20 de agosto, a seu irmão Robert — que se fará, na alta sociedade, o protetor do grande comércio: “A Revolução nos leva longe. Cuidado com a lei agrária!” A 10 de setembro, é Brissot que analisa os massacres como o primeiro tempo de um complot, de uma “maquinação” tendo por fim (mas sim, sempre; um fantasma) a “lei agrária”, a grande divisão apocalíptica. O *Patriota Francês* de 17 de setembro confirma esta revelação, repercutida, em 19, pelos *Anais Patrióticos* de Carra; e a *Crônica de Paris* (sob Condorcet e Rabaut) denuncia o infame Momoro e seus concorrentes “que querem degradar os homens abaixando-se ao estado de brutos, e tornar a terra comum entre eles”. Este texto é do dia mesmo em que a Convenção declarou para sempre abolida a realeza. Danton, “real figura do gênio da República” (reconhece-se o estilo de Michelet²), pronuncia, em 21, para os adeuses do corpo legislativo, as palavras mais apropriadas às circunstâncias e que irão ao coração das pessoas de bem”. Ele é ambivalente, o ministro, solidário de Roland no Executivo e solidário também da Comuna. Que ele se comprometa como o fez com a questão essencial, a questão sagrada, que bálsamo para os angustiados, que apaziguamento para as santas cóleras! “Até aqui, diz ele, excitou-se o povo, porque era preciso despertá-lo contra os tiranos”; e foi muito justo. Mas o que a França precisa, agora, é de calma interna, de união e de estabilidades sociais. Malevolentes, ou desvairados, ameaçaram o país de um “triunvirato” inventado; Danton, Robespierre, Marat; “fantasmas absurdos”, “idéias extravagantes”. O que se segue, sobre seus lábios, não se teria ousado esperá-lo sob uma forma assim tão brilhante: “Renunciemos a todo exagero”, exclamou o tribuno, bem afastado das sombrias intenções que lhe atribuíam espíritos estúpidos e perversos; “declaremos que todas as propriedades (“todas”, nenhuma precisão é demais) territoriais, individuais, industriais serão eternamente (*sic*) mantidas”. Como é maldosa, da parte de Condorcet, a suspeita de 22 de setembro: o Marquês põe em dúvida a “boa-fé” de Danton. A convenção, preocupada em garantir às leis o frio aspecto que convém às coisas graves, renunciará — com um sorriso reconhecido — a pôr em causa a eternidade e escolherá uma fórmula mais clássica, mas de um igual vigor: “As pessoas e as propriedades estão sob a salvaguarda da nação”.

Incansavelmente atento a tudo o que concerne à evolução econômica, Robespierre pôde ver a Legislativa, em 25 de agosto, prote-

ger, na medida exata dos meios que ainda tinha em mãos, o que restava dos direitos feudais, vinculados em seu pensamento às prerrogativas proprietárias. Ao invés de mantê-los “readquiríveis” — a um preço exorbitante — como o havia feito a Constituinte, o corpo legislativo tinha decidido anular aqueles cujos beneficiários não estavam em condições de apresentar os documentos ancestrais que fundavam os ditos “direitos”. Muitos dentre eles, ai, tinham sido queimados ao mesmo tempo que os castelos, naqueles dias terríveis do verão de 1789 de onde tinham saído, num reflexo de salvação, as concessões (mais ou menos autênticas) da noite de 4 de agosto. Em troca — com respeito às propriedades incontestáveis! — a obrigação anual dos impostos era mantida em favor de todo castelão detentor dos “títulos primitivos”. Outro inadmissível comportamento dos legisladores de que Robespierre tinha lembrança: o desprezo, a surdez completa opostas pela Assembléia, em 11 de agosto, a uma reclamação indecente da Comuna, a respeito da lei, a incrível lei votada pela Constituinte autorizando “a agiotagem”, ou seja, a concorrência feita à Bolsa, entre numerários e *assignats*. A Comuna quer que o jogo da agiotagem, succulento para os banqueiros e os agentes de câmbio, seja absolutamente proibido. A Legislativa nem sequer levou em consideração esta sugestão tão fora de propósito quanto irrealista (“irresponsável” dir-se-ia numa linguagem atual). Resultado: em setembro de 1792, o *assignat* perde, em média, 30 por cento de seu valor nominal, e as dificuldades vão se multiplicar com os camponeses que pretendem entregar sua colheita somente em troca de numerário. A Convenção ainda não tem vinte e quatro horas de existência e já pronunciou um ato de autoridade bastante significativo: a convocação, de um só golpe, e sem tardar, de todos os comissários (um grande número deles saíram das filas do Conselho Geral da Comuna) enviados em província, no começo de setembro, para controlar o recrutamento dos “voluntários” (em quase toda parte estes heróis reclamam uma gratificação) e — o que era bem mais delicado — a aplicação das leis de 9 e de 16 de setembro, arrancadas a Roland pela urgência do aprovisionamento militar: recenseamento dos cereais e sua requisição, se fosse preciso. Estas asperezas tinham estado mais de uma vez em uso sob a monarquia; mas o Executivo nascido do 10 de agosto lamenta que o estado de guerra o tenha obrigado a recorrer a eles. Que pelo menos desapareçam estes controladores cuja fraqueza às vezes cedeu às exigências da taxaço, escandalosamente atentatórias aos direitos absolutos dos proprietários e dos ne-

gociantes. De onde, a 22 de setembro, sem um dia de atraso, o arrebanhamento, na rede, destes delegados infiéis. O dia seguinte, 23 de setembro, verá uma ordem de detenção lançada contra um destes padres como foram vistos muitos nos campos em 1789, e do tipo deste cura Dolivier que se permitiu — recordemo-nos — vergonhosos comentários sobre Simonneau — o mártir de Étampes. Hoje, é com respeito ao abade Petitjean, cura de Épineuil, no Cher, que se deve agir sem tergiversar: o indivíduo fala a seus paroquianos do comunismo ensinado, praticado — segundo o que ele conta — pelos primeiros cristãos. Um homem a se varrer.

Os girondinos decidiram invadir tudo, nesta Convenção que eles pretendem conduzir à sua guisa. Eles levaram Pétion à presidência da Assembléia* e o “Diretório” é composto de Condorcet, Brissot, Vergniaud, Rabaut Saint-Étienne e Camus. Quem é Camus? Ele tinha assinado o protesto dos 20.000 contra a convocação dos federados; a escolha deste conservador, a que os brissotinos-girondinos se associam, atesta que, se eles precisassem escolher, seria para este lado que eles se inclinariam; jamais será excessivo o número de aliados contra estes “anarquistas”, estes celerados que se esmagará, se preciso, no sangue. É o que anuncia Kersaint, a 24 de setembro, e nos termos os menos equivocados: “É tempo de erguer os cadafalsos” para quem provoca o crime. Mesma voracidade, mesma monopolização para o “Comitê da Constituição”, formado a 11 de outubro: de 9 membros, 6 são do bom partido: Brissot, Pétion, Vergniaud, Gensonné, Barère e Thomas Paine; dois dos três outros sendo Sieyès, um dos constituintes reaparecidos, e Danton, para manifestar um espírito de abertura com respeito a um homem que acabou de dar, a 21, uma prova brilhante de lealdade na questão — capital — da propriedade**. Compreenda-se bem que, entre a Gironda e

* Pétion, que ainda se vinga por ter sido suplantado por Robespierre junto aos eleitores parisienses.

** Os girondinos levam vantagem sobre Danton com o problema, bastante desagradável para ele, das contas que deve ao Estado sobre o uso que fez dos créditos de que dispunha, no Ministério da Justiça, de 12 de agosto a 9 de outubro. Caso se deseje, pode-se criar-lhe, quanto a isto, os mais pesados problemas. Lembremos de que ele tinha então tomado como secretário-geral Fabre d'Églantine, cujas falcatriuas todo mundo conhece. Quando de seu processo em abril de 1794, Danton terá sobre Fabre uma frase que chega ao sublime: “Eu deixei a Fabre d'Églantine a disposição de todas as somas de que um secretário pode precisar para entregar sua alma” (*sic*).

Robespierre, trata-se de uma divergência profunda. Jaurès viu claro: “burgueses revolucionários da Convenção” e “burgueses censitários de Luís-Philippe” têm muitas “idéias comuns, interesses comuns”; uns e outros são, com a mesma intransigência, a mesma raiva, opostos a “toda reforma social da propriedade³”. Robespierre pertence de fato à burguesia, é certo, mas não “em espírito e verdade”. Quando ele diz: “Eu sou do povo⁴”, ele não brinca; e ele não usa de nenhuma afetação também, quando, com uma febre na voz e no coração, e uma violência mal-contida, a 28 de outubro, em plena Convenção, ele lançará aos girondinos esta definição que eles seriam bem incapazes de recusar, pois Robespierre não faz mais do que tomar emprestado seu vocabulário: “Eles são as pessoas de bem, as pessoas como se deve da Revolução”, e nós, “nós somos os *sans-culottes* e a canalha⁵”. Saibamos, de antemão, que a própria Montanha será constituída, majoritariamente, de burgueses capazes de tudo para proteger o que possuem. Robespierre está à parte. Entre os girondinos e ele, existe bem um conflito de classe. Eu não vejo muitos outros colegas seus que façam as mesmas reflexões, com exceção de Saint-Just, Couthon, Lebas e Jean Bon Saint-André, até certo ponto. Este pastor fez-se odiar pelos notáveis de Montauban, ao ousar afirmar que “um pisoeiro vale bem um fabricante*”. Billaud-Varenne e Collot d’Herbois, que os thermidorianos deportarão para a Guiana, serão igualmente, em julho de 1794, inimigos mortais de Robespierre; eu os vejo, entretanto, sobre a questão social, muito mais próximos dele que um Condorcet, um Cambon sobretudo. Resta o caso de Marat, a um só tempo cheio de incógnitas e atrativos. Mas nada de desvios, nem parênteses, nem investigações laterais; minha atenção deve se concentrar sobre Robespierre unicamente. A história que eu conto é a de um homem que vai numa certa direção. E todo seu drama, ao qual vamos assistir, é feito de barreiras sucessivas que vai-lhe ser preciso transpor; e finalmente, no último obstáculo, o mais terrível — desta vez ele vai conseguir criar a unanimidade contra si —, ele encontrará a morte, como ele não cessara de prevê-lo, desde o início.

* Os “temores proprietários” são fortes em Montauban; testemunha-o este manifesto da Assembléia Eleitoral, contendo a seguinte frase: “os inimigos externos” não são os únicos que nos ameaçam; existem os “inimigos internos que, cobrindo-se com uma máscara de patriotismo, abalam os direitos sagrados da propriedade” (cf. Jaurès, *op. cit.*, III, 308).

A Convenção abriu seus trabalhos a 22 de setembro. Em 23, inauguram-se as operações de defesa nacional em que Brissot dirige o jogo com seu *Patriota Francês* zombando do “partido desorganizador” que ele percebe no seio da representação nacional. Lasource excede-se, na mesma noite, nos Jacobinos, e, paralelamente, Roland apresenta à Assembléia um relatório onde ele denuncia os “anarquistas” batizados por ele de agentes da Prússia. A 25, Lasource reincide, e encontra uma brilhante fórmula sobre esta Paris que deve ser “reduzida a seus 1/83 avos de influência”, e que, infelizmente, está hoje representada na Convenção por “intrigantes”, “homens que querem instaurar a anarquia”; e “através desta anarquia chegar ao domínio”. Lasource não citou ninguém; mas Rebecqui negligencia esta precaução e designa o alvo a atingir: “É o partido de Robespierre”. Robespierre, “eis o homem que denuncio⁶”. “Foi para combater este partido nocivo, declara insolentemente Rebecqui, que Barbaroux e eu “fomos enviados de Marselha”. Buzot reclamou, a 26, uma guarda para a Assembléia, o baluarte, solidamente armado, de uma poderosa legião de homens seguros, vindos de todos os departamentos para zelar, nesta Paris tão perigosa, pela segurança dos representantes eleitos pela província; e Barbaroux faz-se o mais possível explícito: “800 marselheses estão a caminho de Paris”. Não se perdeu tempo, entre as pessoas de bem foceianas*. Ainda no tempo da Legislativa, em 17 de setembro, Roland já tinha pedido uma proteção militar. Barbaroux, a 25, é a própria franqueza; ele não esconde que se trata perfeitamente de uma guerra civil, ricos contra pobres. Escutem-no; sua limpidez é perfeita: “Este corpo (vindo de Marselha) é composto de homens inteiramente independentes** com respeito à fortuna”, perifrasede bem conveniente para dizer: os ricos; “cada homem recebeu do pai e da mãe duas pistolas, um sabre, um fuzil e um *assignat* de 1.000 libras”. Entrem para baixo da terra, miseráveis! E trema, Robespierre***!

Já que concederam-lhe a honra de atribuir-lhe o papel principal

* Marselhesas. A cidade de Marselha foi fundada por uma colônia originária da Fócida, região da Grécia. (N.T.)

** Tal como, a 26 de novembro, Cloots dirá que sua fortuna faz dele “o mais independente dos bípedes” (cf. as “Notas e comentários” de Gérard Walter em M., II, 1320).

*** Na sua primeira *Carta a Seus Comitentes*, Robespierre assinalará que o discurso de Barbaroux foi várias vezes “interrompido por extraordinários aplausos” (R.O., V, 30).

no trabalho de subversão em que Paris se especializou, Robespierre toma a palavra, em 25 de setembro. Ele evoca um passado político do qual ele não tem a se envergonhar; ele defende “o povo de Paris” contra as “calúnias” de que o sobrecarregam, “o erro e a impostura” sem cessar vertidos, “nos 83 departamentos”, pelos “papéis periódicos” da “coalizão” rolandista e girondina. Não se tentou propagar, a seu respeito, esta lenda louca de que ele teria tido, na véspera do 10 de agosto, encontros secretos com a rainha e a princesa de Lamballe? É falso que a Comuna jamais tenha sonhado com uma “lei agrária”. Absoluta verdade, no entanto, que alguns chegaram a acreditar na possibilidade “de fazer da República um apanhado de repúblicas federativas”. E Robespierre adere, para terminar, à moção que propôs um Danton conciliador (após ter reprovado profundamente toda suspeita de conivência moral entre ele próprio e Marat): pena de morte para todo aquele que buscar a ditadura ou o “triunvirato”; pena de morte também contra todo aquele que procurar dividir a França. Robespierre fez recuar Rebecqui e Lasource. Cambon tenta de imediato uma digressão contra esta Comuna que, renovada, continua, de todo modo, tão pouco tranquilizadora que ele a trata de “incendiária*”. Couthon vai fazer adotar o texto prometido à dignidade histórica; “A República francesa é una e indivisível”. Os girondinos, afinal, “perderam sua chance**”. Eles tentaram eliminar Robespierre sob o opróbrio. A refazer, simplesmente. Vai se conseguir, de uma maneira ou de outra, e muito em breve, vencer sua resistência.

E durante este tempo, em que pé se encontra a cruzada pela liberdade do mundo — conforme Brissot, Vergniaud, Isnard e o Barão de Cloots? Nós chegamos ao final de setembro de 1792, e o arrebatamento dos povos, diz-se, começou em 20 de abril. Não se percebe coisa alguma. Se não houve, em nenhum momento, contra os déspotas da Áustria e da Prússia, um ataque francês irresistível, e glorioso, pelo menos escapou-se ao ataque inverso, a esta invasão torrencial em direção a Paris que os hóspedes do Templo suplicavam aos céus para conceder-lhes e que tinha parecido esboçar-se no início de setembro. E se não tivessem havido as manobras secretas de Dan-

* Sem dúvida, Nicolas Chambon, o novo prefeito, é inteiramente conveniente; mas Chaumette é procurador, com Hébert por substituto; personagens muito perigosos.

** É o parecer de Mathiez na sua *Revolução*, II, 119.

ton atrás de sua gesticulação de mata-mouro, se Brunswick não tivesse, deliberadamente, renunciado à ofensiva, a infelicidade suprema se teria abatido sobre a República desde o seu nascimento. Ao face a face imóvel de Valmy sucedeu-se, durante dez dias, uma situação idêntica. Forças prussianas e forças francesas acampam, separadas por um quarto de légua; nem mesmo tiros trocam-se mais. Dois exércitos de boa companhia, que se arrependeriam de bater-se. O ar de uma farsa. Mas, sob esta inércia de fachada, desenrolam-se coisas secretas. Danton enviou ao inimigo um homem de confiança, Westermann, que foi acolhido para conversações significativas. É possível que Danton (em acordo com a totalidade do Executivo) tenha feito valer junto ao rei da Prússia um argumento de grande peso para convencê-lo a renunciar ao combate: supondo-se que as tropas prussianas tomem vantagem e se aproximem de Paris, Danton não saberia mais, nestas condições, responder pela segurança do rei e dos seus. O que se passou — horrivelmente, mas ninguém podia evitá-lo — nas prisões de Paris, de 2 a 4 de setembro, passar-se-ia infalivelmente no Templo se os parisienses ouvissem dizer que o invasor está à vista. Apesar das precauções de Dumouriez (em 27 de setembro ele enviou a Frédéric-Guillaume açúcar e café, sabendo que eles faltam em sua mesa), as conversações foram rompidas; é inconcebível qualquer acordo com um governo republicano. Bom! Seja! O importante é que a guerra continue a não acontecer. A 1º de outubro, Dumouriez envia ao Ministro da Guerra (ainda é Servan, mas somente por mais alguns dias) uma mensagem tão hipócrita quanto a de 21 de setembro (“após um ataque de oito horas, (etc.)”): “O que eu calculei, preparei, e predisse aconteceu (...); os prussianos estão em plena retirada (...). Nós continuamos a fazer prisioneiros. Beurnonville, que tem mais de 20.000 homens, não os largará antes de ter acabado de exterminá-los.” Pura estória. Está combinado, ao contrário, entre os estados-maiores adversos, que tudo acontecerá pacificamente; e Dumouriez deixará as tropas prussianas atravessarem sem dificuldades os desfiladeiros da Argonne de onde ele podia impedir-lhes a passagem, ou melhor, aniquilá-los. Dumouriez leva sua amabilidade (que a partir de então assemelha-se a uma colaboração) até a dar a seus lugares-tenentes instruções que os afastem do inimigo e protejam seus movimentos. Acompanha-se à distância, e sem importuná-lo, um inimigo que dá a impressão de não ter sabido o que queria; ele entrou na França; duas cidades renderam-se; depois ele recusa a batalha e volta agora tranquilamente para casa. Este desen-

lace frouxo e risível oferece aos novos chefes da França — “novo” é um modo de falar, porque, com exceção de Danton, eles governaram desde 23 de março, com uma interrupção de quatro meses, que o 10 de Agosto consertou — a vantagem de arrumar as coisas a seu gosto, de pretender que os prussianos foram derrotados e postos em fuga, enquanto que no norte os austríacos vão cessar espontaneamente de sitiar Lille, que no nordeste Custine entrou, como a passeio, em Spire e vai se apossar sem dificuldades de Worms, da Mogúncia, de Frankfurt, e que ao sudeste a República cobre-se de glória ao ocupar, após combates simulados, Nice e a Savóia.

Uma lei, votada pela Constituinte, não foi revogada: ninguém pode ser, ao mesmo tempo, ministro e representante. Roland e Danton, que estão nesta situação já há semanas, devem portanto, obrigatoriamente, escolher. Danton opta por retirar-se do Executivo: ele não vê, aliás, a necessidade de pressa excessiva a este respeito e vai permanecer, na Praça Vendôme, até 9 de outubro; mas Roland suscita, junto aos “patriotas” de seu gênero, uma espécie de agitação fraternal: sua demissão do Executivo seria literalmente uma “calamidade pública”. Ele cede a estes protestos suplicantes. Roland conserva portanto o Interior, com seus 27 milhões de fundos secretos. A Guerra, entretanto, passa de Servan a Pache, para grande desgosto de Dumouriez que, questão abastecimento, entendia-se admiravelmente com Servan. Pache, que é um austero e que pretende cuidar de perto dos interesses do Estado, não tardará a exasperá-lo*; o general julga oportuno ter com o Executivo, assim como com Danton, conversações em que se conjugarão seus objetivos. Ele chega a 10 de outubro em Paris; a 12 ele é aclamado, e a 14, nos Jacobinos, Robespierre é todo amizade e calor para com Dumouriez, o qual, aliás, desde que percebera Robespierre, tinha se precipitado em direção a ele para abraçá-lo. Danton prodiga os louros a este general de seu coração, e com uma notável má-fé, evoca a tristeza que deve ter experimentado Dumouriez por não ter podido prender o rei da Prússia e trazê-lo, cativo, a Paris. “Console-se”, diz ele, deste inconveniente. Em frente, agora, contra os austríacos, na Bélgica, “e que os tronos desapareçam diante do boné vermelho com que esta Sociedade o honrou”!

* Michelet não gosta de Pache; ele considera que Pache “desorganizou os serviços” do Ministério da Guerra “mudando todos os empregados”. (M., I, 1276), is-

Os jacobinos mudaram de nome. Eles não são mais — forçosamente — os “Amigos da Constituição”, mas os “Amigos da Liberdade e da Igualdade”. Os girondinos tomaram o partido de provocar praticamente uma secessão; eles boicotam as reuniões da rua Saint-Honoré onde se reúne um número excessivo de opositores, e onde pronunciou-se, a 10 de outubro, a exclusão de Brissot, que, convidado a vir se explicar sobre a incessante campanha de seu *Patriota* contra os pretensos “anarquistas” e outros “bandidos” parisienses, tinha considerado nulo o convite da Sociedade. A 15 de outubro, Robespierre protestou contra as “denúncias diárias do Ministro do Interior”, e ele não admite o apelo lançado por Roland e Buzot aos “protetores armados” que planejam concentrar em torno do Poder; eles chegarão “cheios destas prevenções sinistras” que não cessam de inspirar-lhes “tantos libelos e intrigas” cuja fábrica e quartel-general se conhece. Robespierre não esconde que ele examina, arrepiado, o comportamento da Assembléia, onde parece ter perfeito prosseguimento a empresa dos políticos de primeira linha que, na Legislativa como já na Constituinte, “abandonaram vergonhosamente a causa pública”. Tal é para ele o verdadeiro sentido da incriminação “ordinária”, retomada a cada dia pelos brissotinos-girondinos, de que existe “tirania do povo de Paris sobre a França*.”

É em 19 de outubro que Robespierre põe em circulação a primeira *Carta* aberta que ele endereça a “seus comitentes”. Ele não teme ser firmemente, brutalmente, verídico. Para ele, no seio da Revolução, existem grupos, dois partidos que se enfrentam: os que “desejavam constituir a República para si próprios” e os que a queriam “para o povo”, em benefício do povo⁷. A Convenção está reunida, em princípio, para dar à França uma nova Constituição, livre do rei, republicana, sem tapeação; nada de Constituição à americana, precisa Robespierre, “fundada sobre a aristocracia da riqueza⁸”. Robespierre deseja e reclama o desaparecimento de um certo espírito muito evidente: muitos “burgueses” manifestam ho-

to é, que os serviços da guerra, cheios de realistas, instalados lá, há muito tempo, e mantidos tais quais por Servan, foram varridos, Pache decidido a cercar-se de republicanos leais.

* A este propósito eu não posso me impedir de recordar o que se passou, com absoluta semelhança, em 1870: esta República proclamada pelos parisienses — alguns parisienses excitados — em 4 de setembro, com que direito pretendia-se impô-la à França?

je, com respeito aos “artesãos”, alguma coisa deste desprezo de que eles próprios eram objeto, antigamente, por parte dos nobres. Deplorável permuta que a República deverá proscrever. A eliminação prática de Robespierre sob o desprezo das pessoas de bem é o objetivo prioritário dos girondinos. Eles demoram tanto para consegui-lo que um de seus cúmplices, Couthon, este semi-homem, permitiu-se, dia 12, nos Jacobinos, uma alínea destestável. Ele falou destas “pessoas finas, sutis, extremamente ambiciosas que desejam a República já que não há outro jeito, mas que, ao mesmo tempo, estão resolvidas, passando da Legislativa à Convenção, “a perpetuarem sua influência para terem a sua disposição os empregos e sobretudo os tesouros da República”; autêntica “facção”, disse Couthon, e que “só quer a liberdade para si”. A 20 de outubro, Robespierre observa que “o Tesouro Público” tornou-se, poder-se-ia dizer, “a lista civil” de Roland, o instrumento mais eficaz de um grupo que “domina” a Convenção; e ele conclui por esta lúgubre constatação: “Retire-se a palavra *República*, eu não vejo qualquer modificação” em nossa vida social.

Do lado dos conselheiros, defensores da ordem estabelecida, um novo cenário se elabora. Tinha-se, de início, lançado Lasource, Rebecqui, Barbaroux (ajudados por Cambon) ao ataque; a tarefa seria dividida, desta vez, entre Brissot e Louvet. A 24 de outubro, Brissot publica um panfleto dedicado “a todos os republicanos da França” e que maldiz “os homens de sangue e de rapinas”; aqueles que “querem nivelar tudo, as propriedades, a abastança, o preço dos gêneros”. Brissot deseja que tudo fique bem claro: “Vocês conhecem estes desorganizadores?” Nada de mais fácil: “Leiam Marat. Escutem Robespierre”; este infames, a “Convenção os julga, a França inteira os abomina”, porque eles “profanam a mais santa das Revoluções”. Eles falam de “facção”? Por felicidade, ela existe, “a facção de Brissot”, a “facção da Gironda, a facção nacional dos que desejam a ordem e a segurança das pessoas”. Louvet vai entrar em cena. Louvet que, em março, tinha criado um jornal (*A Sentinela*), patrocinado ao mesmo tempo pela Madame Roland e por Dumouriez, então nas Relações Exteriores, Louvet que em setembro tornou-se deputado do Loiret, onde ele substituiu seu amigo Condorcet, optando este pelo Aisne. A 29 de outubro, na tribuna da Assembléia, Louvet pronuncia uma diatribe cujos parágrafos foram medidos, pesados, delineados pelo partido. Os grandes culpados, diz ele, os verdadeiros criminosos não são, na própria Convenção,

mais do que um punhado, “sete ou oito” indivíduos, não mais, mas sustentados, é verdade, por “esta Comuna desorganizadora que continua a usufruir de uma autoridade usurpada”. E eis-nos, muito rapidamente, no coração da arenga, construída antes de mais nada para estraçalhar, retalhar o homem que, “em janeiro último” (tudo começou, portanto, pela oposição de Maximilien ao projeto de guerra), deu início a seu empreendimento, o homem que “queria sempre falar, falar sem cessar, exclusivamente falar”, em obséquio, sobretudo, aliás, destas tribunas de quem ele colhia “os aplausos a todo custo”, “prodigando as mais vis bajulações a algumas centenas de cidadãos fanatizados que ele chamava” o povo — o que foi sempre “a tática dos usurpadores, de César a Cromwell”. E o grande pedaço de bravura preparado por Louvet explode numa quintupla apóstrofe: “Robespierre, eu te acuso”, que culmina no ponto esperado: “Eu te acuso de ter, de modo evidente, aspirado ao poder supremo”. O golpe final que Louvet acredita poder assentar em Robespierre é a acusação de, exatamente nos dias em que começaram os massacres de setembro, ter dirigido contra os girondinos uma calúnia capaz de condená-los ao assassinato; ele teria, na Comuna, denunciado as manobras de “um poderoso partido” que planeja levar Brunswick ao trono da França. Vergniaud, em 25 de setembro, já tinha se balançado nesta direção; mas diante da resposta de Robespierre, ele não tinha insistido. Desta vez, Louvet considera que ele pode tirar vantagem da estória, apoiado, estimulado por Cambon — ainda ele! que furor o anima afinal contra Maximilien; guiado por que motivo oculto*? —, Cambon, que de repente, entre as aclamações que saudavam as palavras do orador sobre os massacres de setembro, levantou-se de seu banco, de punho fechado, mostrando seu braço aos conspiradores subversivos e gritando: “Miserável! Eis aqui a sentença de morte do ditador!”, enquanto jorram proposições inflamadas: “Robespierre ao tribunal! Robespierre sob acusação!” Teria se podido acreditar, neste 29 de outubro, que a Assem-

* Michelet inverte a relação. Não é Cambon que detesta Robespierre, é Robespierre que não suporta Cambon. Robespierre “odiava Cambon como tudo o que representava autoridade na Convenção”. Robespierre “invejava, detestava (em Cambon) o grande homem de negócios” (cf. M., I, 1257). Não se vê, entretanto, nenhum traço de animosidade com respeito a Cambon em Robespierre antes de sua afronta pública do 8 thermidor, enquanto que Cambon se atira contra Robespierre, de improviso, em 29 de outubro de 1792.

bléia iria constituir-se numa frente comum arrebatadora contra Robespierre e Marat. Michelet não esconde a “admiração” que nele suscita o que ele denomina a “unidade perfeitamente real” que ele distingue “nesta nobre assembléia”, confiança que Gérard Walter comenta com uma perfeita exatidão: certamente, a Convenção foi sempre unida “quando se tratava de defender os interesses da classe possuidora⁹”. A peroração de Louvet é seguida de um “tumulto”. O *Correio* de Gorsas conta que Robespierre, que deseja responder, “cem vezes interrompido, retoma cem vezes a palavra¹⁰”. Transige-se sobre um prazo. A Assembléia consente em escutá-lo, calmamente, um pouco mais tarde, a 5 de novembro.

Faço questão de inserir aqui um documento que Lamartine nos ofereceu e que, com muita injustiça, nenhum historiador, a meu conhecimento, levou em consideração. Para sua *História dos Girondinos*, Lamartine documentou-se muito mais seriamente do que se imagina. Trata-se de uma conversa — bastante interessante — que ele teve então com um sobrevivente dos anos, em 1845 já distantes, da Convenção. Sem nos dizer seu nome*, Lamartine apresenta assim a velha senhora que amavelmente aceitou recebê-lo e confiar-lhe suas lembranças: “Uma mulher notável por seu espírito (...), a quem os deputados da Gironda tinham sido recomendados por seu banqueiro de Bordeaux. Casada com um homem poderoso, ela habitava o bairro da Chaussée d’Antin.” Concorcet era, como Vergniaud, um de seus hóspedes assíduos, mas Sieyès usufruía na casa de um grande prestígio e a Madame X confessará a Lamartine o fascínio intelectual que Sieyès exercia sobre ela. Ora, o dito Sieyès “aconselhava as mais viris ações”; ele desejava “expulsar os demagogos, arrasar Robespierre, reduzir ou abater Danton, reprimir a Comuna, concentrar 20.000 homens escolhidos nos departamentos para cercar a Convenção e fulminar o povo¹¹” (sic). Os girondinos teriam, com certeza, gostado muito de seguir estes pareceres nada tímidos: mas, para “arrasar” Robespierre, é preciso igualmente arrasar os subúrbios, e ninguém em volta de Brissot e de Condorcet, por mais tentado que esteja pela idéia de um golpe de força, tem o sentimento de que “fulminar o povo” apresente tanta facilidade e ofereça tantas chances seguras de sucesso como parece pensá-lo Sieyès. Estuda-se este projeto sem cessar, mas sua realização será sem cessar adiada. Na Conven-

* Segundo Antoine Court, cujo admirável estudo sobre *Lamartine Historiador* continua inédito, tratar-se-ia de uma certa Madame “Rousseau”.

ção é bastante significativo o peso de um centro (ou de uma “Plaine” ou de um “Marais” ou de um “Ventre”) composto de oportunistas — onde os realistas disfarçados não estão ausentes — que não se decidirão a afrontar Robespierre enquanto ele tiver consigo o apoio da plebe.

Robespierre apresenta, portanto, em 5 de novembro, sua resposta a Louvet. Ele demonstra que faltar-lhe-ia tudo para chegar à ditadura e que esta incriminação é risível. Ele não deixa de lembrar que os que o denunciam hoje estavam ontem ao lado de La Fayette; ele nota que eles retomam contra os jacobinos os mesmos discursos de que faziam uso, conjuntamente, La Fayette e o imperador da Áustria: ele absolutamente não contesta que tudo era ilegal na ação desenvolvida em Paris, em fins de julho e início de agosto, “ilegal como a tomada da Bastilha, ilegal como a liberdade¹²”. Sejam sérios, diz ele: “Os senhores querem uma Revolução sem revolução?” A penosa questão do 2 de setembro e dos projetos sinistros que lhe são imputados, ele tenta contornar com um artifício: como ele teria declarado o que quer que seja neste dia, na Comuna, visto que, absorvido como ele o estava pelas eleições, “tinha deixado de ir” ao Hôtel de Ville “antes dos acontecimentos” de 2 de setembro? Para contradizê-lo e confundi-lo basta abrir o registro do Conselho Geral da Comuna onde figura um breve resumo das palavras que Robespierre efetivamente pronunciou naquele dia. Calúnia, o que pretendia Louvet, de um Robespierre tratando Brissot de “liberticida”, dando a Gironda como “vendida” para o inimigo, e tendo “recebido a recompensa por sua traição”. Referindo-se, sem dúvida, ao recente artigo — e que caía bastante mal — de Carra em honra de Brunswick, este incomparável amigo das “Luzes” (aliás sem que Carra precisasse com que coroa desejaria ver ornada a frente deste herói), Robespierre falou entretanto de “um complô em favor do Duque de Brunswick que um poderoso partido deseja conduzir ao trono da França”. Palavras que não são isentas de veneno, e Robespierre, em seu arrazoado, comete a imprudência de acrescentar uma observação a um só tempo inconveniente, contestável e que equivale, em suma, após suas negações, a uma confissão: “Que abominável idéia esta de que denunciar um homem e matá-lo é a mesma coisa¹³?”. Ele termina num tom apaziguador; ele renuncia a toda “vingança” contra seus “caluniadores” e só visa à paz interna e à grandeza da República.

Sua presa escapa aos conjurados. Robespierre fez-se escutar,

parcialmente aplaudir, e a Assembléia não recusa a impressão de seu discurso e sua difusão no país. Os jacobinos vão fazer-lhe, à noite, uma ovação. Barère e Brissot procurarão tranquilizar-se com ironias. Robespierre, Marat, prediz Barère, pigmeus, “homens de um dia, pequenos empreendedores de revolução que jamais entrarão no domínio da história”; e Brissot, no seu *Patriota*: Louvet deu-se a tanto trabalho por pouca coisa; seu discurso sobre Robespierre era “levantar a massa de Hércules para esmagar uma pulga que desaparecerá no inverno”. Deus queira!

Em sua *Carta* de 26 de outubro (a segunda de uma primeira série), Robespierre tinha assinalado, sem jamais associar-se a ela (o tom era amigável, mas o agravo, entretanto, sensível), a crítica de Collot d’Herbois a Dumouriez em 14 de outubro, dia da brilhante visita do general aos Jacobinos: Dumouriez não fez uso de “um excesso de delicadeza ao rei da Prússia” para reconduzi-lo à fronteira*? A terceira *Carta* de Maximilien lamentava claramente que não tivesse acontecido a “destruição do exército prussiano cuja sorte estava entre nossas mãos¹⁴”, e, a 26 de outubro, Robespierre tinha considerado importante renovar uma advertência que ele já tinha formulado: “A primeira regra de um representante do povo” é a de “não perder de vista que o poder militar foi sempre o mais irreduzível escudo da liberdade¹⁵”. Após suas parlamentações com Danton, Dumouriez tinha se lançado sobre a Bélgica para uma conquista com que ele sonhava há muito tempo e que o ataque dos prussianos o tinha obrigado a adiar. Ele começou seu movimento em 27 de outubro, partindo de Valenciennes, e preferiu munir-se de velhos regimentos “de linha”, melhor formados na obediência que os voluntários que, se sabiam gritar em coro “viva a nação!”, conheciam bem menos o manejo das armas. As forças francesas são numericamente bastante superiores às forças austríacas (mais do dobro), mas a vitória será conseguida a grande custo. Na noite de 6 de novembro, os austríacos, que perderam mais de 4.000 homens, retiram-se em desordem para Jemmapes. Trata-se bem, desta vez — nenhuma semelhança com Valmy — de uma custosa e inegável vitória da República, e Dumouriez vai poder entrar em Bruxelas a 14, em Liège a 23, em Anvers a 30. Anvers? Os ingleses vão tolerar que os franceses sejam os senhores de uma posição marítima que poderia lhes ser amea-

* As mentiras de Dumouriez em suas cartas oficiais não tinham enganado por muito tempo a classe política.

çadora? Danton, quando era ministro, tinha realmente enviado a Londres, para convencer os ingleses a permanecerem neutros, um Talleyrand bastante feliz de afastar-se, e às custas do Estado, de uma capital onde a aristocracia tinha fortes razões para não sentir-se à vontade. Mas naquela data não se pensava em conquistar Anvers. Ver-se-á bem. Dumouriez tem seus planos, não somente sobre a Bélgica mas sobre a política geral. É em vão que o Conselho Executivo ordena-lhe de entrar na Alemanha para lá ajudar Custine. Dumouriez trata de suas questões como bem entende, profundamente irritado por ter acima de si, no Ministério da Guerra, em lugar de Servan, que compreendia as coisas, este Pache que lhe cria problemas porque não tolera esta nuvem de agiotas e de concussionários da qual Dumouriez adora se cercar para seus aprovisionamentos. O Conselho Executivo mandou mesmo deter o abade de Espagnac, grande mestre nestas operações lucrativas*. Dumouriez se revoltou. Ele é o vencedor de Jemmapes, o conquistador de toda a Bélgica. O que significam estas impertinências? O próprio Danton, acompanhado de Lacroix (J.-François Delacroix, dito Lacroix) e de três outros “comissários”, fez-se enviar, em 30 de novembro, junto a Dumouriez seu amigo. Quanto à Gironda, ela fecha os olhos; brissotinos e girondinos fazem questão de que Dumouriez, força ascendente, não lhes seja de modo algum desfavorável. O tema da cruzada volta a estar em voga, e dia 19 de novembro a Assembléia votou um decreto prometendo “fraternidade e socorro” a todos os povos que se levantassem contra seus tiranos; mas convém, ao mesmo tempo, ao Estado, cobrir pelo menos suas despesas. Biron-Lauzun, de quem Custine não é mais do que um excelente auxiliar, impõe aos habitantes de Worms, desde a ocupação de sua cidade, uma contribuição de um milhão e 200.000 libras — em espécie — e de Frankfurt ele exigirá 2 milhões. Condorcet, a 20 de novembro, vai se fazer gentilmente cínico: estes povos que nossos exércitos terão libertado é justo que eles nos “indenizem”; o método será simples: os bens de seus “opressores”, estes bens “de que os povos teriam eles próprios disposto se tivessem feito a revolução por seu próprio risco”, estes vastos bens, nós devemos exigir que eles nos sejam remetidos. E Cambon, a 15 de dezembro, fará votar um decreto especificando que, nos países con-

* De Espagnac, defendido por Julien de la Drôme, recobrou prontamente sua liberdade. A 2 de setembro, nos Jacobinos, ele faz um ataque em regra contra este Pache incompetente, invejoso e mau “patriota”.

quistados, “os bens pertencentes ao fisco, aos príncipes, às comunidades laicas e eclesiásticas, a todos os partidários da tirania serão seqüestrados (eufemismo) para dar lastro ao *assignat*, de circulação obrigatória*”.

Robespierre, por enquanto, observa em silêncio, e nada o surpreenderia menos, se deles tomasse conhecimento, do que os propósitos confidenciais de Clavière numa carta endereçada a Custine, em 5 de dezembro: sobretudo, nada de armistício com a Prússia, não é? As hostilidades a todo preço: “Devemos nos manter em estado de guerra. A volta de nossos soldados traria por toda parte a perturbação e nos perderia ¹⁶”. Michelet, discreto e preocupado em não comprometer Danton nem os admiráveis girondinos, teve o cuidado de aflorar somente, e rapidamente, a questão, quando ele tinha reconhecido que o alarido patriótico para o recrutamento em massa dos voluntários tinha igualmente a vantagem de “aliviar” um pouco Paris. Menos preocupado com cortesias e mais honesto, Lamartine tinha usado de franqueza: “Os recrutamentos, escrevia ele, purgarão (*sic*) a capital de cerca de 10.000 proletários licenciados da sedição¹⁷.” Que estes vagabundos não reapareçam! Roland, a seu respeito, não mede palavras: “Os milhares de homens que nós temos sob as armas, é preciso fazê-los avançar tão longe quanto os levarem suas pernas, ou bem eles voltarão para nos cortar a garganta^{18**}”. A situação financeira é preocupante. Os problemas econômicos o são — ou deveriam ser — ainda mais. Mas Cambon, o grande financista, conserva uma calma olímpica. Ele assinala a 13 de novembro que, para este mês, 138 milhões de despesas são previstas (por causa, antes de mais nada, da guerra) e que, para os ingressos, pode-se esperar de justeza 28 milhões; mas ele guarda seu bom humor sugerindo mesmo reduzir de 40 milhões o imposto fundiário e suprimir simplesmente o imposto mobiliário (Cambon se propõe, em compensa-

* Para Michelet, o decreto que tinha “desfraldado ao vento a verdadeira bandeira da França” era o “novo manifesto da cruzada pela libertação do globo” (M., II, 51, 52). Michelet não fazia mais do que seguir Condorcet o qual, em sua *Crônica* de 16 de dezembro, tinha saudado o discurso de Cambon “todo esplendoroso de grandes verdades”. Entretanto, Gérard Walter, comentador de Michelet, reconhece tristemente que o decreto de 15 de dezembro “provocará junto aos belgas o primeiro movimento francamente hostil à França revolucionária” (cf. M., II, 1037).

** Uma das grandes e permanentes idéias de Napoleão exprime-se aí. O que explica o reconhecimento que lhe devotarão as pessoas de bem.

ção, a anular o orçamento do culto). Nada o espanta, porque ele dispõe da panacéia: a placa dos *assignats* que lhe fornece tanto papel-moeda quanto ele quiser. A 17 de outubro, Cambon prescreveu mais uma emissão, o que eleva a 2 bilhões e 400 milhões o total dos *assignats* em circulação. O drama, nós já o sabemos, é que os camponeses repugnam cada vez mais trocar seu trigo contra outra coisa que numérico, que o preço dos gêneros sobe enquanto os salários não o acompanham — ou desaparecem completamente, como em Lyon, por exemplo, onde os sericicultores, não tendo mais extração, fecharam quase todas as suas usinas —, que “taxadores”, como já na primavera, surgem em muitos lugares, e são seguidos; de onde o recurso necessário à força armada contra os bandidos. Porque o Ministro do Interior, Roland, é um rígido adepto do liberalismo econômico sob a forma mais absoluta. Em 16 de novembro, para responder a uma petição vinda de Seine-et-Oise, Roland pronunciou na tribuna da Convenção uma frase que toma valor de documento histórico: “A única coisa, disse Roland, que a Assembléia pode se permitir com respeito aos gêneros de subsistência, é declarar que não pode fazer nada”, a não ser “suprimir toda barreira” à liberdade das negociações. Muito bem. Mas não se deixa de ter grandes preocupações, entre os girondinos. É verdade; Buzot, a 6 de novembro, dissera com brio aos jacobinos o que pensava “da população¹⁹”, e a *Crônica de Paris*, de 9 de novembro, tinha publicado um retrato de Robespierre realmente típico*: “Ele recusa os postos em que poderia servir ao povo”; “ele desaparece durante o perigo e só é visto depois que aquele passou”. Ignorando “as necessidades físicas”, ele ganhou “uma reputação de austeridade que visa à santidade”; graças à qual ele tem seus “devotos”, etc. Tinha-se, de início, ficado muito satisfeito com as disposições generosas, e militantes no melhor sentido do termo, dos neo-federados, todos, em princípio, filhos de família, bem providos em armas tanto quanto em dinheiro, e dos quais, um grupo, a 3 de novembro, tinha desfilado em cadência, nos bairros chiques, reclamando, maravilhosamente, “a cabeça de Marat, Robespierre e Danton”. Tais coisas eram reconfortantes. Mas porque tinha sido preciso que, dia 15, os girondinos, desde já atemorizados, em 18 de outubro, quando a presidência da Assembléia quase lhes escapara, fossem derrotados neste cargo mesmo para o qual Grégoire é eleito contra seu candidato?

* Não se sabe se ele era de Condorcet ou de Rabaut, que compartilham a direção desta folha.

Pelo menos, neste 15 de novembro, Buzot reclamou, em seu nome, a supressão do Tribunal criado a 17 de agosto: “É um instrumento revolucionário; é preciso que ele seja destruído após a Revolução”. Sempre a idéia, entre eles, de que a Revolução é coisa feita, terminada, resolvida, fechada. Nada de suplementos, nem anexos; particularmente em matéria econômica. A guerra está declarada, a presente, apesar de sua fortuna, entre Cloots e os razoáveis, os quais responderam bastante amargamente* ao libelo do Barão: *Nem Marat, nem Roland*, que protestava contra a difamação permanente de Paris mantida pelo Interior. Daí, a 26 de novembro, um novo folheto de Cloots contra a “facção rolando-brissotina”. Um sucesso para o grupo quando, no final do mês, em 29, sob sua pressão, a Assembléia abole este “tribunal de sangue” que eles não suportam mais. Um recém-chegado os inquieta, este Saint-Just, benjamin da representação nacional, que de imediato ligou-se a Robespierre e que começou pronunciando-se, em 22 de outubro, contra o projeto de uma guarda departamental protegendo a Assembléia. A 29 de novembro ele tomou a palavra, desta vez na Convenção, sobre os gêneros. Os girondinos não estão descontentes de ouvir Saint-Just reconhecer que as “leis violentas” sobre o comércio não têm sua aprovação**; mas ele condena o que nomeia “a emissão desregrada do *assignat*”, que é exatamente o método de Cambon, cômodo de imediato, perigoso a meio termo e que, a longo termo, desembocará infalivelmente numa catástrofe. (A confirmação estará lá, terrível, para os pobres, em 1795.) Saint-Just constata a “agitação presente”, que lhe inspira esta sentença: “Um povo que não é feliz não tem pátria”. E onde está, pergunta ele, este “sólido amor ao bem”, único capaz de assegurar a construção de uma cidade justa? Quantos “abusos”, quantas “imoralidades” na política e na administração! Sem falar nas relações exteriores, nesta “glória idiota”, objeto de cobiças militares. Este tom é do pior mau gosto. E Saint-Just lembra a seus colegas, para terminar, que a Convenção é uma Constituinte; eles parecem não se preocupar nem um pouco e o orador carece de otimismo:

* Para intitular esta resposta, Roland nos dá prazer, tanto lhe vêm espontaneamente os termos que lançam uma luz crua sobre a questão de classe que envolve tudo nas discussões políticas anteriores e posteriores a 1792: “Uma palavra sobre Cloots às pessoas de bem”.

** *E o Patriota* de 30 de novembro felicita este jovem deputado que “honra seu talento defendendo a liberdade do comércio”.

“Se as bases da República não são incessantemente colocadas, em seis meses não haverá mais liberdade²⁰.”

Robespierre não se faz esquecer; ele publicou mais três *Cartas*, aos 16, 23 e 30 de novembro. A 16, ele se ocupou principalmente do rei; mas em 23, ele mais uma vez chamou a atenção sobre o escândalo, cada vez mais insolente, da responsabilidade do Ministério do Interior. “A sorte do povo é digna de pena quando ele é doutrinado precisamente por aqueles que têm interesse em enganá-lo” e que aqueles que “na verdade” são “seus senhores” “constituem-se (além disso) em seus preceptores”; é, escreve num belo estilo Maximilien, “como se um homem de negócios fosse encarregado de ensinar aritmética aos que devem verificar suas contas”. Pelos cuidados combinados de Roland e de Clavière, “a mentira viaja às custas do governo”, e o Interior já “gastou em cartazes caluniosos tesouros que teriam bastado para alimentar cem famílias indigentes²¹”. Pétion uniu-se agora aos adversários do Incorruptível e ele fez reproduzir, no *Correio* de 8 de novembro e na *Crônica de Paris* de 10 e 11 de novembro, um “discurso” e uma “carta” publicados primeiro em fascículos, graças à gentileza de Roland. Há neles uma acusação contra Robespierre e uma mensagem “Ao Clube dos Jacobinos”. A sétima *Carta* de Robespierre (30 de novembro) intitula-se “Resposta de Maximilien Robespierre a Jérôme Pétion” e nela vê-se Maximilien resistir à tentação de imitar Pétion em suas unhadas. A tristeza domina, em seu texto. Como se explica Pétion que você, “antigamente meu irmão de armas e ao mesmo tempo o mais tranqüilo dos homens, tenha se declarado subitamente o mais ardoroso de meus acusadores?” Robespierre é a própria clarividência quando observa que os novos amigos de Pétion — o clã dos brissotinos-girondinos — só se consolam com a revolução de 10 de Agosto porque ela ofereceu os meios de trazer de volta (ao poder) Clavière e Roland²². Ele tomou duas vezes a palavra na Assembléia, aos 13 e 30 de novembro (sobre a inviolabilidade do rei), e, em 2 de dezembro, ele intervêm na Convenção sobre o mesmo tema que Saint-Just, três dias antes: a grave questão das subsistências. Robespierre jamais se persuadirá que o melhor caminho, neste domínio, é a coação; ele aliás não sabe o que propor de eficaz. Se ele condena o recurso às “baionetas”, mal-indicado para “aplar a fome”, ele ao mesmo tempo toma como inaceitável “considerar-se os gêneros mais necessários à vida como uma mercadoria ordinária” e lamenta que “não se faça nenhuma diferença entre o comércio do trigo e o do índigo”; “toda especulação

mercantil” à custa de vidas humanas não é mais “um comércio, mas um banditismo e um fratricídio”; e ele continua com uma série de afirmações rudes que só podem alarmar profundamente um partido cujo programa, não-escrito mas conhecido, tem como principal artigo a paz dos ricos e a docilidade muda dos pobres. Não se necessita no clã Condorcet-Gensonné, de axiomas fastidiosos do gênero destes: “O primeiro dos direitos do homem é o de existir”. “A primeira lei é assim a que garante a todos os membros da sociedade os meios de existir. Todas as outras leis são subordinadas a esta.” Sim, “a liberdade de comércio é necessária”; mas “até o ponto (somente) em que a cupidez homicida começa a abusar dela”. Pretende-se, diz Robespierre, que “toda norma sobre a venda do trigo seja um atentado à propriedade”; mas mede ele exatamente o alcance das palavras que pronuncia? O fato é que ele as pronuncia, literalmente, no próprio seio da representação nacional, a 2 de setembro de 1792: “Os alimentos necessários à vida sendo tão sagrados quanto a vida ela mesma, tudo o que for indispensável para conservá-la é uma propriedade comum a toda a sociedade; somente o excedente é uma propriedade individual”, e “ninguém tem o direito de acumular montes de trigo ao lado de seu semelhante que morre de fome”. Robespierre pede expressamente leis que “detenham a mão do monopolista como a do assassino”. Inadmissível “o segredo” das colheitas; inadmissível “a liberdade sem freios” em matéria de negócios; inadmissível “a certeza da impunidade” para os monopolistas e os especuladores. Como Robespierre infelizmente mantém-se nas considerações e nos anelos e não apresenta nenhuma proposta de lei, não pede nenhuma medida para a qual ele tivesse preparado um texto com vistas a uma aplicação imediata, Barbaroux saúda com um jovial sarcasmo a peroração de Maximilien: “Quando o povo pedir pão, nós lhe daremos o discurso de Robespierre²³”. Mas o importuno se obstina. Ele sabe muito bem que em razão da enorme maioria de opositores, a Gironda e a Plaine encontram-se perfeitamente unidas, sendo-lhe proibida toda esperança de introduzir na legislação algo de semelhante ao que ele desejaria; mas, pelo menos, em sua oitava *Carta* (7 de dezembro de 1792), ele grita a verdade sobre a “agiotagem”, ou seja, “o comércio escandaloso de dinheiro que se exerce sob seus olhos com uma impudência odiosa”; e ele lamenta duramente o tempo perdido incessantemente pela Assembléia com as “declarações virulentas” de Buzot, Barbaroux, Kersaint, Rouyer, Lasource “contra o povo parisiense”, quando se tem tanta ur-

gência de “colocar as bases da nova Constituição” e de “aliviar a miséria²⁴”.

Roland e os outros não abandonam por um instante a obstinação que dedicam a fazer o possível para denegrir, aviltar, arruinar politicamente o mais que podem este Robespierre que representa tudo o que alimenta seu temor, este Robespierre de quem “cada suspiro”, segundo Vergniaud, “é uma impostura”, este Robespierre que Marat, em janeiro de 1793*, vai saudar como “mais firme do que nunca”, afrontando “todas as tempestades”. A Gironda cometeu uma leviandade ao deixar aceder à pasta da Guerra este Pache que, em nome da defesa nacional, permitiu-se aconselhar a rápida utilização nas tropas destes federados da nova onda o que seria retirar às “pessoas de bem” o baluarte com o qual elas contam para protegê-las dos malfeitores da Comuna, estes “rebotelhos da espécie humana”, como diz Vergniaud com um reconfortante vigor. Em presença desta manobra “hipócrita” e abominável, Cambon explodiu, em 10 de novembro, com a paixão, escreverá Michelet, de um homem “que não quer morrer²⁵”; ele exclamou que afastar os federados é “desarmar a Convenção” e “preparar um 10 de Agosto” de que ela própria seria a vítima. E eis que ele fala de “Cromwell” e que evoca a ameaça que poderia fazer incorrer à República, a República tal como ele a concebe, um general “ambicioso” que “terá feito vitórias” (acabou-se de saber do sucesso de Jemmapes) e desejaria dar-se ares “de protetor”. “Morram os reis e os ditadores!” Já ouvimos Cambon, em 29 de outubro, num número explosivo contra Robespierre. Atualmente, é Dumouriez que ele denuncia. E no entanto, Dumouriez e ele confraternizam-se em sua aversão a Pache. Retenhamos que os girondinos desconfiam, a partir de então, de um personagem cujas segundas intenções talvez não sejam as suas.

Uma palavra a respeito da guerra. A 7 de dezembro, Robespierre teve algumas frases impróprias sobre as “economias” que deveria poder realizar o Estado para outras despesas, estas sociais, sobre os gastos militares, este “abismo devorador”. Ele chega até a sugerir que seria conveniente “fixar-se limites razoáveis a nossos empreendimentos” conquistadores²⁶. Afirmativa que só pode desagradar enormemente aos fanáticos do incêndio europeu, como aos anseios, plenos de uma secreta angústia, de Clavière e Roland, para que se-

* No número 208 de seu *Amigo do Povo*.

jam mantidas sob as bandeiras, e o mais longe possível de Paris, estas multidões de agitados e de indesejáveis, de que a feliz e retumbante intervenção de Danton, em 2 de setembro, tinha aliviado profundamente a capital. Os prussianos, em 2 de setembro, retomaram Frankfurt. A 12 de dezembro, Robespierre, que se sabe, entretanto, jamais está completamente tranqüilo quanto às pretensões políticas dos generais, não vê nada a criticar (até aqui) à conduta política de Custine, e Dumouriez recebe mesmo um cumprimento: Maximilien vê nele discernimento e declara que este chefe de guerra “sabe apreciar os brissotinos”, ou seja, que ele “os despreza²⁷”. Não é impossível que Robespierre tenha, no dia seguinte, 13, experimentado algum espanto perturbador ao ser dada a leitura, na Assembléia, de uma estranha carta de Dumouriez “relativa ao aprovisionamento do exército²⁸”; o general pede autorização para voltar a Paris o mais rápido possível, para defender em pessoa, na barra da Convenção, os comissários Malus e de Espagnac de quem ele declara ter necessidade para seus abastecimentos. De Espagnac! Com o que já se sabe e o que adivinha de suas malversações... Robespierre está certamente do lado de Pache, que recusa aos generais em campanha o direito de se ocuparem diretamente das mercadorias e ele vai impor a Dumouriez a presença de um “comissário geral”. Pache, a 10 de dezembro, tinha atacado Buzot na tribuna. A 1º de janeiro, nos Jacobinos, Robespierre dirá que Pache, a seus olhos, é o “único ministro” digno de estima, com um “caráter de firmeza e de civismo que o honra infinitamente²⁹”.

Fiquemos atentos ao fato, importante, invariável — nós estamos nos últimos dias de 1792, e as coisas permanecerão assim até 22 de janeiro de 1793 —, de que o Executivo continua a ser, no essencial, o que ele tinha sido sob a monarquia, de março a junho de 1792; de tal modo que o acontecimento de 10 de agosto, rico em promessas, tinha somente posto fim, no que concerne ao Executivo e à dominação de Roland, ao injusto parêntese que, durante cerca de dois meses, a partir de 12 de junho de 1792, tinha afastado do governo os “rolandinos” para seu grande desprazer, eu quero dizer, para sua profunda cólera, inteiramente voltada na direção de uma revanche. A barreira continuava portanto sempre lá, intransponível (com o apoio da Plaine), para reduzir Robespierre à impotência e manter a Revolução no imobilismo, a despeito de um sufrágio universal do qual se tinha, felizmente, constatado a perfeita inocuidade. Roland, no início de dezembro, deu um quadro oficial ao brilhante esforço

que ele emprega para esclarecer a opinião fazendo difundir, dia a dia, através da província, jornais, libelos e cartazes próprios a combater “a anarquia” e as tendências perniciosas desta espécie. Existe agora, no Interior, um “serviço de formação do espírito público” cuja atividade é exemplar. Na Convenção, os amigos da ordem, onde os girondinos se distinguem por sua energia, não dão descanso a Maximilien. O *Correio* de Gorsas conta que a intervenção de Robespierre, em 3 de dezembro, sobre a sorte do rei, valeu-lhe clamores fiéis ao sistema estabelecido, de longa data, a seu respeito: ele visa ao “tribunat”, à ditadura, ao “poder supremo”; gritaram-lhe dia 3: “Que ele mate o rei, vá lá! Mas que ele não se erija ele próprio em rei³⁰!” Robespierre tem coisas a dizer, no dia seguinte, mas o *Monitor* nos informa sobre os reflexos imediatos que ele suscita: “Robespierre aparece na tribuna, uma parte da Assembléia se levanta e reclama o encerramento”. Robespierre teima em querer falar: “O tumulto duplica; gritos se elevam: ‘Fora da Tribuna! Para a Abadia’ ³¹”. A 12, nos Jacobinos, Robespierre se aflige da inverossímil submissão a que a Convenção se dobra diante da autoridade que Roland se atribui; tudo se passa, diz Maximilien, como se “uma palavra de sua boca (a de Roland) fosse uma lei para a Convenção³²”, e ele desenvolve um ataque frontal contra a “facção dos Brissot, Guadet, Vergniaud, Gensonné”. Suas palavras são rudes mas refletem com precisão o que é a evidência política: “Enquanto existir este ministério”, nós estaremos “sob o despotismo de um só” (Roland), “governado” ele próprio, acrescenta Robespierre, “por uma trintena de velhacos³³”. Ele deseja que a cada sessão dos jacobinos, o Clube tome conhecimento dos artigos publicados pelo *Patriota Francês* e *A Crônica de Paris* e particularmente dos textos, clinicamente lípidos, de Condorcet. A 13, Barère, que preside a Assembléia, dirige-se às pessoas da Tribuna (que garantiram um sucesso, dia 3, a Robespierre) para lembrar-lhes, em termos vivos, que o silêncio é para eles obrigatório, enquanto que eles se permitem apreciações “indecentes”. Acontece, que, exatamente no dia seguinte, 14 de dezembro, aparece a nona *Carta* de Robespierre que protesta contra a exigüidade das tribunas onde os oradores da Assembléia “só podem ser vistos ou escutados por trezentos ou quatrocentos homens empoleirados”, e ele espéra sempre, para a Convenção, um local mais amplo do que este triste Manège onde ela está como que enjaulada. Não é a atitude das tribunas que scandaliza Robespierre; é o comportamento de muitos deputados: “Eu não posso

me acostumar, escreve ele, a ver o santuário da legislatura” com frequência “transformado num espaço de mercadores”; quando um representante que critica a facção dirigente “abre a boca”, “a cabala grita como louca³⁴”.

A 16 de dezembro, Buzot propõe de repente uma moção que conduziria ao banimento para fora do território de “todos os Capetos”. A manobra é dirigida contra Philippe d’Orléans, desde setembro chamado, a seu pedido, “Philippe Égalité”. A intenção tática é dupla: Égalité faz parte da deputação parisiense, mortalmente odiada pelos Roland e Brissot; mas se os deputados de Paris (eu cito aqui Robespierre) “tomam a decisão de combater” esta moção para guardar entre eles, na Convenção, Égalité, que os apóia, então torna-se lícito aos girondinos denunciá-los à nação como “realistas³⁵”. Há outra coisa também: do lado de Brissot desconfia-se cada vez mais de Dumouriez que, de início, tinha-se imaginado um aliado, e de quem se suspeita (não sem razão) sonhar com um grande papel para si numa monarquia restabelecida sob uma forma orleanista de aparência ultraliberal. Robespierre luta habilmente para fazer fracassar a manobra de Buzot (combatida igualmente por Marat); ele se espanta de ver, no número dos “mais fervorosos partidários” do decreto, os mesmos representantes que “se mostram os mais zelosos” em favor, dissimuladamente, de “Luís Capeto”; ele nota mesmo que Barère “é o tutor da jovem Pamela”, filha da Madame de Genlis e de Philippe d’Orléans, e que ele “freqüenta assiduamente” Sillery, Sillery-Genlis. Os deputados, sentindo medo por si próprios, após terem votado muito rapidamente um decreto que põe em perigo as prerrogativas de invulnerabilidade ligadas a suas funções, se reconsideram e anulam, a 19 de dezembro, sua decisão do 16. Furor de Louvet, que, neste 19, na Convenção, exuma sua acusação de 29 de outubro, tornada caduca a 5 de novembro, mas da qual ele desejava fazer um golpe de sabre, ou de punhal, ou de revólver — paciência! — que desembaraçaria as “pessoas honestas” de Robespierre. E volta a dizer que este criminoso tentou, em setembro, a partir de “denúncias vagas”, “fazer enforcar os melhores patriotas^{36*}”. Envelheci-

* Louvet recua. A 29 de outubro, as “denúncias” que ele imputava a Robespierre não têm nada de “vago”; eis que ainda por cima, neste 19 de dezembro, Louvet se engana de data e fala de “1º de dezembro”, o que não tem de modo algum o mesmo impacto que uma acusação referindo-se ao 2 de setembro, ou seja, o dia dos primeiros massacres.

da, vazada, a acusação é um desastre total. Pécion, sempre desconsolado por não ter sido o principal eleito de Paris* e que se dedica a conservar na atualidade um posto eminente, faz imprimir as *Observações de Jérôme Pétion à Carta de Maximilien Robespierre*, o qual comete o erro de retardar uma nova resposta, menos feliz que a primeira, e de uma ironia um pouco pesada. Nós reteremos apenas este traço bastante justo: “Você pretende que eu bajulo a canalha mas há muito mais vantagem em bajular os ricos³⁷”.

As últimas semanas do ano de 1792 e os dois terços do mês de janeiro de 1793 foram politicamente dominados pela questão real. O prisioneiro do Templo, que fazer dele? Ele tem faltas a espiar; com toda evidência, ele cometeu perjúrio, tendo feito o juramento de aceitar a Constituição, enquanto mentia, indo até a desejar que tropas inimigas, num furacão de ferro, de fogo e de morte, invadissem o território nacional e se lançassem sobre Paris para aí restaurar seu trono. Então, a este culpado, matá-lo ou não?

Robespierre fez saber muito cedo que ele optava pelo castigo supremo. Desde 2 de novembro, na terceira de suas *Cartas*, ele lamentou que ainda não se tivesse procedido ao justo “castigo de Luís XVI”, que “espantaria profundamente a todos os déspotas³⁸”. Em 16 de novembro, sua quinta *Carta*, intitulada “Sobre a decisão a tomar com respeito a Luís XVI”, acabava-se assim: “Eu concluo que a Convenção Nacional deve declarar Luís XVI traidor da pátria, criminoso com relação à humanidade e puni-lo como tal³⁹”. Era o que tinha declarado, três dias mais cedo, seu jovem amigo Saint-Just. Sobrevém, a 20 de novembro, a descoberta do que se chamou (muito inexatamente) “o armário de ferro”. É possível, digamos provável, digamos mesmo quase certo, que Roland tenha feito desaparecer algumas peças que pudessem comprometer pessoas de seu partido. Pelo menos tinha-se daí para a frente todas as provas da baixeza de Mirabeau e de sua venalidade. Mas Mirabeau já morreu há dois anos ou quase, e a discreção a seu respeito não tem mais nada de indispensável. As revelações do “esconderijo” agravam ainda mais o caso de Luís XVI na sua hipocrisia defensiva, agitada, desvairada. É a 3 de dezembro que Robespierre expõe, na tribuna da Convenção, todo o seu pensamento sobre “o castigo” do rei. A pena de morte,

* Ele reconheceu-o publicamente em seu primeiro libelo: “Eu penso sinceramente que, se me nomeassem em Paris, eu deveria ser o primeiro”.

ele próprio pediu sua extinção, em 30 de maio de 1791, e ele ainda a detesta: ela permanece, a seus olhos, “um crime” legal. É a contragosto que, concernendo Luís XVI, ele acredita dever “pronunciar a fatal sentença”. E por que ele votará a pena de morte? Porque não se trata, para os representantes da nação, de se transformarem em juizes: “Os senhores são, só podem ser, homens de Estado”. Luís XVI “pactuava com o inimigo”; portanto “já foi julgado, já foi condenado, por “medida de segurança pública”. Saint-Just tinha feito alusão a certos propósitos, fáceis demais de adivinhar, e declarado explicitamente que Luís XVI é “uma espécie de refém que conservam os velhacos⁴⁰”. Robespierre também considera que um “rei destronado na República só serve para perturbar a tranquilidade do Estado e abalar a liberdade”. Decidir pela morte, é “cimentar a República nascente” e “gravar profundamente nos corações o desprezo pela realeza”. Maximilien não esconderá que ele ficou tocado, em 11 de dezembro, quando viu Luís XVI comparecer à barra da Convenção; espetáculo comovente e que aperta o coração*. Mas Maximilien seria obrigado a abafar este enternecimento bastante humano; ele se recorda de suas palavras de 3 de dezembro: “ser terno para com os opressores” é “não ter entranhas para os oprimidos⁴¹”. (Ele verá ainda uma segunda e última vez, a 26 de dezembro, este condenado por antecipação, que, diante da Assembléia, ainda tenta mentir, como se ele estivesse no trono, e se desconsidera por este absurdo sistema de desmentidos.)

Os brissotinos-girondinos entregam-se a uma série de estratégias, contorsões e embrulhadas para fazer, pelo menos, com que as coisas se prolonguem por mais tempo. Compaixão de sua parte, humanitarismo, recusa de um assassinato? Pouparamos esta ingenuidade, porque já constatamos que “o cadafalso” pertence a seu vocabulário e que eles erguem a voluntários, em proveito de sua causa, o espectro vermelho da guilhotina, suplício reservado por eles aos niveladores, aos desorganizadores, aos anarquistas. Mas guilhotinar o rei parece-lhes um atentado cheio de significado e de ameaças. Vai-se saber, a 3 de janeiro, pela boca de Gasparin, que os girondinos tinham feito tudo para impedir a insurreição de 10 de agosto. Eles temem, se Luís XVI for executado, que com ele desapareça, de modo

* Sem dúvida exatamente por prever, e com clareza, o que um tal momento teria de emocionante, é que Robespierre teria desejado que o rei não precisasse compa-recer.

irremediável, o símbolo moral da Ordem, a garantia da propriedade. Enquanto ele for vivo, sua simples existência, apesar de inteiramente paramentada de um prestígio antigo e tutelar, assegura à sociedade o respeito de suas bases. Eles jamais ousam dizê-lo. Para preservar as pessoas de bem de um imenso perigo, eles tomam vias oblíquas, avançam argumentos mal-pesados; por exemplo, quando Brissot adverte à Assembléia: “Em nossos debates, não vemos a Europa o suficiente”; ou seja, atenção! atenção! Uma coalizão vai se formar de todos os soberanos solidários a um rei que eles desejam vingar; nós vamos ter a Europa inteira nas costas! Ora, era o mesmo Brissot que, na primavera de 1792, para fazer explodir o conflito, apresentava-o como a guerra universal aos déspotas. Em 2 de dezembro, as 48 seções de Paris enviaram seus delegados à Convenção para protestar, na questão do rei, contra procedimentos ardilosos. Claro, dizem os girondinos, a turba parisiense é pela solução sangrenta e disparatada. Mas o país? Mas a província? Que pensa a nação sobre a morte eventual do rei? Eles propõem oficialmente esta inquirição, a 27 de dezembro. Robespierre intervém a 28 para opor-se a ela e publica uma “Carta do Senhor Robespierre aos Senhores Vergniaud, Gensonné, Brissot e Guadet, Sobre a Soberania do Povo e o Sistema de Convocação ao Julgamento de Luís Capeto*”. Os girondinos, habilmente, colocaram-no numa posição difícil, em razão da qual, Michelet, que o compreendeu bem, se felicita: “Os papéis”, diz ele, foram invertidos: “A Gironda, taxada de aristocrata, fiava-se no próprio povo. A Montanha, o partido essencialmente popular, parecia desconfiar do povo”; para Robespierre e seus amigos, por consequência, “uma situação falsa⁴²”. Ele consegue sair-se da situação com veemências e argumentos extremamente vulneráveis**. Ele trata os responsáveis pelo projeto de “répteis da trapaça”⁴³; afirma que o projeto “tende a destruir a própria Convenção”, pois nele se pretende agir como se ela não fosse a representação nacional; lembra uma vez mais a ação ininterrupta e venenosa do Interior; “A opinião pública é trabalhado pelos libelos com que uma facção todo-poderosa inunda a França”; relaciona o momento presente com o que se conheceu em julho de 1791: “Os jacobinos

* Texto reproduzido por Robespierre no último número da segunda série de suas *Cartas*, aparecido na primeira semana de janeiro de 1793.

** Cf., em minha primeira parte (“Maximilien”), o parágrafo que consagrei a suas mudanças de opinião.

não eram mais caluniados naquela época, na Assembléia, do que o são hoje por vocês⁴⁴". Afirma que Salle (que, dia 27, apresentou o projeto da Gironda) pediu, a 19 de julho de 1791, "uma ação judicial contra os patriotas que escaparam à espada dos assassinos", na antevéspera, no Campo-de-Marte. E, em sua *Carta* a Vergniaud e consortes, ele exclama: vocês invocam a "soberania do povo? Ah! Velhacos!"; o que eles propõem consiste em "parodiar esta soberania levando-a ao último grau da democracia absoluta", e, tal como se passarão forçosamente as coisas, "o tirano" não será de modo algum julgado pelo povo mas "pelos ricos e os aristocratas". No fundo, o projeto girondino "é uma espécie de veto disfarçado sob o nome de apelo ao povo". Robespierre deixa um pouco evidente demais que ele pressente e teme um movimento da nação em favor da vida de Luís XVI. Mas que nação? Que simulacro de nação? Ela encontrou uma boa frase, como segue: "Que diriam vocês de um servo que se recusasse a apagar o fogo que ataca a casa de seu senhor por medo de atentar ao direito que pertence àquele de dispor de sua propriedade? Ora, senhores, a República está ameaçada de um grande incêndio⁴⁵."

A 1º de janeiro, nos Jacobinos, Robespierre se inflama; "velhacos" parece-lhe agora um termo muito fraco para designar os manobristas de defronte; ele os trata de "canalhas". É preciso dizer que, neste campo, todos os golpes são permitidos. Brissot, no *Patriota*, imitou Louvet ao fazer de Robespierre um homem "profundamente perverso" e que, dia 2 de setembro, "entregou seus adversários à disposição de seus servidores⁴⁶". Em 30 de dezembro, Rabaut Saint-Étienne, ofegante, correrá à Assembléia para anunciar que a Comuna acabava de "fechar as portas de Paris" a fim de manter "as pessoas de bem cercadas em seus muros" para "matá-las" assim como a "todo o lado direito" da Assembléia⁴⁷. A cabala girondina recomeça a falar de uma "lei agrária" em preparação. Quanto a Vergniaud, ele trabalha para criar um clima de guerra civil "indicando o que farão os departamentos se chegarem a acontecer em Paris" os tumultos que a Gironda "parece esperar". O brilhante deputado de Bordeaux substitui Brissot e Louvert na incansável acusação dirigida contra Robespierre de ter tentado condenar à carnificina, em 2 de setembro, "todo o partido da Gironda", e agora decide fazê-lo carregar a responsabilidade da petição de 17 de julho de 1791, origem de todo o mal. Maximilien assinala que "os principais campeões" da atual empresa girondina "estão entre aqueles que",

após Varennes, “votaram covardemente pela impunidade do rei perjuro e pelo aumento de seu poder⁴⁸”. E ele toca no âmago do problema ao declarar que sua posição é sistematicamente em favor desta “parte laboriosa e sofredora da humanidade” que os senhores, os abastados, “absolutamente não levam em consideração⁴⁹”.

Dir-se-á, repetir-se-á, a propósito da execução do rei, que Robespierre quis, antes de mais nada, abolir para sempre a vaga crença ancestral que, ao relacionar o poder real com o divino, estabelecia entre eles uma convivência; o rei sobre seu trono “pela graça de Deus” é como que uma testemunha do Céu. Verdade; mas nada de contra-senso! Não é o poder nem a própria existência de Deus que Robespierre quer atingir e destruir através do rei. Pelo contrário, ele deseja que a realidade divina — objeto, nele, de uma fé ardente da qual nós apresentaremos as provas — deixe de ter implicações com as monarquias. É para preservar Deus de toda desfiguração funesta que Robespierre vota a morte do rei. A auréola divina, ele a restitui ao povo*. O primeiro número da “segunda série” das *Cartas de Maximilien Robespierre* a seus comitentes (4 de janeiro de 1793) contém uma nota de Robespierre cujo interesse histórico vai se avaliar. Ele acabou de empregar, em seu texto, a palavra “Montanha” e fez a seguinte observação: “Chama-se assim, desde os primeiros tempos da Revolução (*sic*), uma parte da sala na qual se colocava, na Assembleia Constituinte, o pequeno número de representantes que defenderam a causa do povo até o final”. Mas acrescenta esta correção: “Existe na Plaine e no país aquático** pessoas muito valorosas e montanheses (*sic*), e, na Montanha, ouve-se às vezes o zunido de insetos ‘feuillantinos’ e de pequenas moscas girondinas escapadas do Marais”. É importante jamais esquecer estas precisões de um conhecedor. Um “montanhês”, para Robespierre, em definitivo, é um homem sinceramente voltado para “a causa do povo”. A Montanha contará certamente, e mesmo em número crescente, eu penso,

* Afastada qualquer consideração de ordem religiosa, Jaurès fará um belo e triste comentário do dia 21 de janeiro de 1793. A partir de então, escreve ele (*op. cit.*, IV, 370), o povo ganha uma espécie de “familiaridade terrível” com a monarquia. Com seu gosto profundamente anglo-saxão pelo esporte, Norman Hampson, em seu *Robespierre* de 1974 (traduzido em 1982), vai-se permitir esta imagem pitoresca: “Não se pode evitar a idéia de que ele (o partido montanhês) via a cabeça do rei como uma bola de futebol para marcar um tento contra os girondinos” (*op. cit.*, 152).

** Referência ao “Marais”, que significa pântano. (N.T.).

com pessoas completamente hostis, no fundo de si mesmas, a uma mudança social que pudesse prejudicar seus privilégios.

Não desviemos os olhos. Foi com firmeza que Robespierre quis a morte do rei, aceitando conscientemente, afirmando, reclamando sua parte de responsabilidade nesta decisão coletiva de homicídio. Talvez não seja inútil reter a opinião de Prudhomme (em seu semanário *As Revoluções de Paris*); segundo ele, a resolução final tomada pelos deputados acontece, felizmente, mas no último minuto: "Era tempo de prevenir um suplemento do 2 de setembro". E o embaixador americano, Gouverneur Morris, escrevia a Washington, em 10 de janeiro, que o rei tinha certeza de ser assassinado pela população se algum dia a Assembléia aceitasse interrogar a província sobre sua sorte. Pode-se dizer, sem erro nem exagero, que Robespierre, verdadeiramente, e quase de maneira física, empurrou Luís XVI pelos ombros até abaixo da lâmina da guilhotina. Ele se opôs à consulta nacional, opôs-se a que os defensores do rei fossem ouvidos antes do escrutínio, opôs-se ao *sursis*. Robespierre resigna-se às violências que ele considera inevitáveis numa revolução. Em outubro de 1789, ninguém o escutou denunciar o horror destas cabeças cortadas, balançadas na ponta de lanças, troféus que "o povo" trazia de Versalhes com o rei. Ele, como seus camaradas, certamente considerou lastimáveis os massacres de setembro, mas afirmou em voz alta, a 5 de novembro: "A sensibilidade que geme quase que exclusivamente pelos inimigos da liberdade me é suspeita"⁵⁰. O relato que fará, no final de janeiro, na quarta *Carta* de sua nova série, dos debates de que resultou a condenação à morte de Luís XVI, carece de complacência para com seus adversários: "Brissot, Pétion, Gensonné, Guadet e Vergniaud" tinham "todos votado o apelo" ao parecer das províncias, depois, "quando a morte prevaleceu, eles se esforçaram para provar que uma sã política não permitiria que um decreto tão bárbaro fosse aplicado"; e Robespierre lembra "a roupa extraordinária" que Brissot teve o cuidado de vestir, "ostentando pobreza, citando na tribuna sua pretensa miséria como garantia de sua virtude", ao vir se lamentar "sobre os males que a morte de Luís XVI deveria atrair para a França"; quanto ao "neófito Pétion", ele dá seu apoio "ao orador de Pitt". Assim, Brissot, sob a pena de Robespierre, transforma-se, num instante, em algo assim como um agente inglês⁵¹.

Um detalhe nos esclarece sobre a atmosfera febril e enraivecida em meio a qual Robespierre desenvolve então sua ação. Em 6 de ja-

neiro, por sua menção ao “ministro faccioso”, tinha-se levantado contra ele, na Convenção, “um tumulto” de que o *Monitor* prestava contas; ele fora acolhido por um furacão de clamores: “À ordem! À censura! Para a Abadia”, “vários membros apostrofando-o” com fúria⁵². No final do ano apreciou-se muito, nas altas rodas, um *Natal Patriótico* composto por Girey-Dupré, primeiro colaborador de Brissot no *Patriota*, onde era ridicularizado e difamado Maximilien, “o orador pálido” e “deus dos *sans-culottes*”. Em sua *História de Robespierre*, infelizmente sem indicação de data nem referência, mas para que fiquemos ao corrente do gênero de propósitos divulgados sobre Maximilien pelos cuidados do “Diretório” Roland, Hamel⁵³ reproduz este breve retrato desenhado pelo bispo Fauchet, um brissotino militante: “A víbora de Arras, o rebento de Damiens, este homem que seca por sua malignidade, cuja língua é um punhal e cujo sopro é um veneno”. Dia 21, ou seja, somente algumas horas após a execução do rei, Robespierre pede à Assembléia que suprima a oficina de propaganda criada por Roland, o qual, aliás, apresenta sua demissão e se retirará, efetivamente, a 23. Tanto melhor! Mas Robespierre exigirá também que o ministro forneça à Convenção “o valor exato” das somas que dispensou para seu famoso Diretório. Em fevereiro, Robespierre terá sobre Roland (em sua *Carta* n.º 6) esta conclusão lacônica: “Vai se passar com ele o mesmo que com Necker, Narbonne e todos os ministros que, sucessivamente, enganaram e arruinaram a França⁵⁴”. Roland não está mais lá, mas permanecem em seus postos Clavière, para as Finanças, e Lebrun para as Relações Exteriores; no Interior vai se instalar Garat, um homem afável e maleável, que sabe tão bem acompanhar o vento que sobreviverá, e por muito tempo, como Barère, à passagem perigosa da Revolução. Os girondinos, a 24 de janeiro, abocanharam, novamente, a presidência da Convenção, e Rabaut, que é um dos seus, sucede a Vergniaud. Já se passaram dois meses desde que o jovem convencional Lebas descrevia assim a seu pai o comportamento da Gironda: estes senhores “lembram muito (...) os feuillants de quem eles praticamente adotaram o estilo e as máximas”. E Michelet, que se emociona, reconhece que a infiltração realista se operava com amplitude em suas fileiras; “não se pedia aos girondinos que se tornassem realistas; aderiam-se à Gironda, e o partido tornava-se, pouco a pouco, o asilo do realismo⁵⁵”.

O que vem, e muito oportunamente, em socorro de uma República menos fictícia que a dos girondinos, é a curiosa e gradual meia-

volta dos novos federados. Sua convocação jamais foi votada pela Assembléia, mas eles vieram assim mesmo para Paris, bastante numerosos, de Marselha e de outros lugares. Barbaroux, particularmente, tinha depositado neles grandes esperanças; em linguagem atual, digamos que eles eram vistos claramente como “braços fortes” provinciais, prontos a “quebrar” energicamente os “*sans-culottes*”. E eis que o ambiente das seções na capital não lhes valeu de nada. Contava-se com eles, entre as “pessoas de bem”, para uma reação ao atentado sem nome cometido em 21 de janeiro, às dez horas da manhã, praça da Revolução: Luís XVI é morto, e com ele tudo o que representava e significava a realeza no fundo dos corações simples, instintivamente respeitadores dos principais valores sobre os quais repousam as estruturas da sociedade. Não aconteceu nada disso. Uma Paris inerte e morna*. Mas, de imediato, os federados demonstram que não respondem absolutamente às esperanças que os girondinos depositaram neles, porque, em 20 de janeiro, nos jacobinos, Robespierre arrisca-se a esta confissão: “Nós devemos a salvação da coisa pública unicamente à reunião fraterna dos federados que se tentou levantar contra nós⁵⁶”. Ainda em 6 de janeiro, tinha-se visto e escutado, na tribuna da Convenção, federados do Ministério proferirem ameaças contra “a parcela mais pura dos representantes do povo⁵⁷”. Mas logo tudo mudou, e em 17 de janeiro, ao meio-dia, uma “festa cívica” aconteceu no Carrossel, reunindo federados, delegados das seções e “oficiais municipais”; “esta reunião, escreverá Robespierre, cerca de 25 de janeiro, foi um golpe mortal para a facção que terá adversários e vigias nos próprios cidadãos dos quais ela tinha desejado fazer seus soldados e seus seguidores⁵⁸”. Tudo vai portanto bem, melhor pelo menos, porque, enquanto os girondinos permanecerem poderosos, eles formarão um obstáculo intransponível à construção de um estado justo.

O problema das subsistências reaparece desde o final de janeiro de 1793, como à mesma época no ano anterior. Em 3 de fevereiro, apresenta-se diante da Assembléia uma deputação das 48 seções, falando em nome de um grupo até então ignorado e que se nomeia: “os defensores reunidos dos 83 departamentos”, insígnia que parece indicar que o movimento nasceu junto aos federados convertidos.

* Lucile Desmoulins, em 21 de janeiro, simplesmente anotou, em seu diário íntimo: “Hoje Capeto foi levado à morte. Tudo se passou com uma tranquilidade perfeita...” (cf. J.-P. Bertaud, *Camille e Lucile Desmoulins*, 137).

É do preço dos gêneros que se trata e da miséria “iníqua” com seu cortejo de doenças e de mortes, que estariam assolando Paris. Estes delegados exprimem sua indignação contra o ato “anticívico”, “imoral”, desastroso, cumprido pela Constituinte ao autorizar a agiotagem e permitir assim que o dinheiro se transforme numa mercadoria. Os contestadores de 3 de fevereiro pedem que sejam atacados sem piedade e “punidos de morte” os que “trocam seu dinheiro contra *assignats* dando-lhes um valor inferior” ao que está inscrito no papel moeda. Uma carta de Dumouriez, lida na Assembléia a 26 de janeiro, assinalava “a queda espantosa do câmbio” na Bélgica⁵⁹, o que não impedirá Cambon de fazer imprimir, seis dias mais tarde, cerca de 800 milhões de *assignats* suplementares, o que eleva a 2 bilhões e 800 milhões o valor (fictício) do papel em circulação*. A 12 de fevereiro, nova diligência de seccionários envolvendo os “defensores”, e Pontécoulant, antigo “moderado” que se tornara um ardente aliado da Gironda, trata como é preciso estes “homens desconhecidos” que pretendem, diz ele, constituir uma espécie de “Convenção rival”. A questão, desta vez, é a do “máximo”, ou seja, da tabelação dos gêneros alimentícios de primeira necessidade. Eles proferem aforismos que são verdadeiras incitações à revolta: “Onde não há mais pão, não há mais lei, mais liberdade, mais República”, e eles exigem que seja proibido a todo administrador civil ser ao mesmo tempo um negociante: o que equivaleria à proscrição política da burguesia de negócios. Insanidades! Mas a situação é preocupante. Como resolver-se pelas taxações sem correr o risco de esfaimar Paris? No que diz respeito ao pão, seu preço será mantido a 3 soldos a libra e os padeiros serão indenizados pelo Estado por meio de um imposto sobre todos os cidadãos cuja renda anual ultrapasse 900 libras. 24 de fevereiro é um dia agitado, e a 25, em algumas mercearias, donas de casa apossam-se de pedaços de sabão e de pãos-doces pagando-os ao preço de antes do aumento; ao que parece aconteceram também alguns roubos pura e simplesmente. Um fato a notar: tudo isto se passou num perímetro bastante restrito, e sobretudo na rua dos Lombards. Robespierre tomou a palavra frente aos Jacobinos dia 23 à noite; ele repetiu o que se tinha acabado de ler, na sua *Carta* número seis, sobre a triste condição daqueles a quem falta o dinheiro, acrescentando que “o povo ainda não reco-

* Em outubro, a cifra total era de 2 bilhões e 400 milhões de libras; depois Cambon tinha feito queimar (simbolicamente) cerca de 400 milhões.

lheu os frutos de seu trabalho” e acusando “os ricos” que, diz ele, “ainda são o que sempre foram, duros e implacáveis⁶⁰”. Mas é em vão que nós esperaremos de Maximilien sugestões práticas, propostas precisas quanto a estas “leis sábias e humanas” que ele preconiza sem defini-las (*Carta 4*) e que deverão garantir a “subsistência dos pobres⁶¹”. Ele anuncia (*Carta 7*) que a Convenção “saberá prover às necessidades do povo por meios tão razoáveis quanto eficazes⁶²”. Quais? O vago, o impreciso, sempre, infelizmente! Robespierre, cerca de 30 de janeiro (*Carta 4*), declarava que o povo deve ser “arrancado das bárbaras especulações de uma administração devoradora” (são portanto as estruturas mesmo do Estado que ele questiona) assim como da “cupidez homicida dos monopólios⁶³”. Em sua sexta *Carta*, que apareceu entre 15 e 20 de fevereiro de 1793, ele constata que “o povo suporta sua miséria com (uma) moderação” meritória, enquanto a “agitagem triunfa” assim como o “monopolismo⁶⁴”. A 6 de abril (*Carta 9*), ele vai exclamar: “Extirpemos a agiotagem! Esgotemos as fontes da monopolização”!, tudo isto sem indicações sobre os meios de consegui-lo, e nós veremos, no ano seguinte, Robespierre colocar sua esperança unicamente numa transformação geral dos espíritos e dos corações.

Diante das agitações (limitadas) de 24 e 25 de fevereiro de 1793, sem procurar negar que “a abundância absolutamente não reina em nossos muros⁶⁵”, o Incorruptível queria envergonhar, em suma, os agitadores, por seus objetivos: mercadorias, “mediócras mercadorias”. “Quando o povo se levanta, não deve ter um objetivo digno dele?” “O povo deve se levantar não para recolher (*sic*) sabão, mas para abater os bandidos*”. Robespierre está persuadido de que há perigo para o povo, perigo e logro, nestes movimentos sob os quais ele acredita ver pressões ocultas. Admitindo, em sua sexta *Carta*, que o “povo sofre”, ele diz “desconfiar dos conspiradores, que esperam conduzir a ações imprudentes este povo que eles sempre tentaram acalmar e subjugar⁶⁶”. Ele teme também aqueles que em breve passarão a ser chamados os “raivosos” do tipo Varlet e Jacques Roux. Uma mensagem assinada por toda a deputação parisiense e da qual Maximilien foi, ao que tudo indica, o redator — ele inseriu-a

* Discurso de 25 de fevereiro nos Jacobinos (cf. R.O., IX, 275); nobres exortações, certamente, mas um pouco fáceis, pensarão sem dúvida as donas de casa, da parte de um representante do povo a quem uma indenização diária de 18 libras permite pagar estes gêneros desprezíveis por seja qual for o seu preço...

em sua *Carta* 6 — lamenta as “expressões exageradas de que os virulentos afetam se servir⁶⁷”. Mas são os contra-revolucionários dissimulados que mais o inquietam, e neste ponto ele pensa como Chaumette*. Ele cita expressamente afirmações “entendidas” em meio às agitações: “Prometiam-nos a abundância após a morte do rei e estamos mais infelizes desde que este pobre rei não existe mais⁶⁸”. Hébert afirma em seu *Père Duchesne*⁶⁹ que foram vistos, na rua dos Lombards, “antigos marqueses vestidos como carvoeiros, condesas trajadas como peixeiras”. E o *Père Duchesne* antecipa um argumento que, um ano após, em fevereiro-março de 1794, ele contradirá palavra por palavra: infelizes que “declaram a guerra aos monopolistas, é sobre os retalhistas que vocês se vingaram” quando “eles sofrem mais do que vocês dos monopolistas”. E Hébert conclui: “Os que lhes fazem mais mal do que os monopolistas são os brissotinos e os rolandistas. Que eles sejam postos na prisão, e eu digo que as coisas funcionarão, por fim.” Robespierre, no começo de maio (*Carta* 8) felicitará o prefeito — é Pache, desde 14 de fevereiro —, Pache e seu “patriotismo ardente”, por ter, com a ajuda de sua “municipalidade vigilante”, trazido a calma em algumas horas a Paris**. Mas está fora de dúvida que a aristocracia “levanta a cabeça” e que os emigrados voltam para a França com uma escandalosa “facilidade”; eles voltam sem alarde, mas já preencheram bom número de “municipalidades” na província e de “diretórios” departamentais, com seus “parentes, amigos, antigos cortesãos e arrendatários”, e para muitos de espírito simples, os emigrados permaneciam “as pessoas que se deve ser⁷⁰”.

Estas *Cartas* excessivamente lúcidas incitam mais do que nunca os girondinos na sua obstinação contra Robespierre. Em sua sexta *Carta*, ainda por cima, ele não se pronunciou a favor do “imposto progressivo^{71***}”? Medida demagógica, injustificável, inaceitável.

* Em seu discurso de 27 de fevereiro, diante do Conselho Geral da Comuna.

** Chaumette tinha acompanhado Pache, na rua dos Lombards, em 25 de fevereiro; mas ele reconhecerá publicamente, a 27, que “não existe mais uma justa proporção entre o salário das diárias da mão-de-obra e o preço dos gêneros”.

*** Em 25 de fevereiro, nos Jacobinos, Robespierre condenou a manobra dos brissotinos que se dedicam a levantar, através do terror, contra ele e seus amigos, “todo aquele que tem alguma propriedade”; porque nós somos, parece, usurpadores, doutrinadores do roubo e da “lei agrária” (o que em 1848 chamar-se-á de “partilhadores”). Sem nomear ninguém, Cambon, a 28 de fevereiro, destacou os sinais de alerta, bastante compreensíveis, que se difundem no que concerne “à propriedade”.

De 1º a 26 de janeiro de 1793, Dumouriez, deixando seu palácio de Liège, deteve-se em Paris. Ele não veio somente para se mostrar e se fazer aplaudir, mas pode-se ter como certo que ele falou muito de política*. Ele encontrou mesmo, sem dúvida, a Madame de Staël que, tendo abandonado a França, a 3 de setembro, ao se dirigir da Suíça à Inglaterra (para lá encontrar Narbonne), fez uma breve e discreta escala em Passy. Dumouriez tinha recebido, do antigo Ministro da Guerra, uma carta que lhe implorava para salvar Luís XVI pela força das armas; diligência que prova, por si só, que, junto aos “constitucionais” dos quais Narbonne fazia parte, não se contava mais Dumouriez no grupo das pessoas intratáveis. Suas *Memórias* deveriam ser examinadas com uma prudência constante, mas eu não acredito que Dumouriez nos engane ao se vangloriar de ter “feito sentir” a Gensonné, em janeiro de 1793, que a morte do rei seria para os jacobinos “um terrível triunfo” que “terminaria de arrasar o partido das pessoas de bem”. Não é que ele sinta tamanha tristeza por ver Luís XVI ir ao cadafalso, mas são as chances da monarquia que ele deseja preservar, e ele cerca de cuidados o pequeno Chartres, filho de Égalité (e futuro Luís-Felipe), que não lhe desagradaria, como a Danton, ver um dia elevado ao trono — sob seu comando, bem entendido.

Ele reina na Bélgica e visa agora os Países Baixos. Amsterdam é uma praça bancária opulenta, mas é desnecessário dizer que não é sobre este aspecto da conquista que vai se procurar chamar a atenção. A cruzada girondina tende a se apagar em proveito de um tema novo, o das “fronteiras naturais”, subitamente caro a Danton**; e Carnot confirmará, quase solenemente, a 14 de fevereiro: “Os limites naturais da França são o Reno, os Alpes, e os Pirineus”. O Reno? Nem todos os cidadãos têm inscrito na mente o mapa da Europa Ocidental; eles não se dão conta da imensidão dos territórios que seria preciso conquistar para que a pátria se estenda, no norte, até o

* Dumouriez tinha se desentendido com Pache, nós o vimos, sobre a questão dos abastecimentos militares. Ele obterá, a 4 de fevereiro, que o desembarquem de um Ministro da Guerra tão estorvante. Para suas diversas manobras Dumouriez conta com a influência de Danton (que, em 30 de novembro, fez-se encarregar oficialmente de missão na Bélgica); em 20 de janeiro, ele lhe endereça, num tom amável, uma espécie de intimação: “Você vem da Bélgica, meu caro Danton”. Você será assim, a meu favor, “uma testemunha irrecusável” (cf. A. Mathiez, *Autour de Danton*, 177).

** Cf. seu grande discurso de 31 de janeiro.

delta do grande rio. Mas por que não? Danton reclama da Assembléia a anexação da Bélgica. Ele o fez a 22 de janeiro e a 1º de fevereiro. Já Condorcet, num artigo de 1º de dezembro, convidou os batavos à insurreição. Desaparecidos os temores expressos outrora por Brissot, em matéria de política externa, sobre as perigosas consequências que teria infalivelmente a execução do rei. A 1º de fevereiro, a França declara guerra à Inglaterra (e, a 7 de março, ao rei da Espanha). Vai se ouvir, a 11 de março, um Danton mais marcial do que nunca: “Tomemos a Holanda e Cartago está destruída (“Delenda est Carthago”); todo homem culto traduziu: “Cartago” é Londres). A Bélgica é absorvida aos poucos: Bruxelas primeiro, depois o Hainaut, depois a região de Liège, depois Gand, depois Tournai, depois Louvain; e a 14 de março, 32 comunas das margens do Reno são declaradas francesas. Em 20 de fevereiro, a Convenção decretou um recrutamento de 300.000 homens; e Dumouriez, deixando poucas forças, dispersas aliás, a seus generais Valence e Miranda, frente às forças de Cobourg do lado de Maestricht e de Aix-La-Chapelle, entrou, em 16 de fevereiro, nos Países Baixos. Recorremos ainda, com circunspeção, a suas *Memórias*; ao que tudo indica ele fala a verdade ao contar calmamente que seu plano era o de se constituir algo assim como um domínio pessoal com a Bélgica e os Países Baixos reunidos sob seu controle; depois ele se propunha convencer suas melhores tropas, com argumentos apropriados, a lançar-se sobre Paris, liquidar os jacobinos e dissolver a Convenção. Mas os acontecimentos militares vão obrigá-lo a modificar seu planos. As forças francesas que ocupam a Bélgica passam um rude inverno. Os soldados tremem debaixo dos uniformes semi-esfarrapados. Eles vivem principalmente de requisições e de pilhagens e nem sempre comem o suficiente. Daí, e em vastas proporções, a deserção, legal, dos voluntários. Eles têm o direito de se retirar, seu engajamento sendo apenas temporário. Entre 1º de dezembro de 1792 e 1º de fevereiro de 1793, partiram em torno de 200.000. Clavière e Roland tinham se enganado ao viverem aterrorizados com a idéia de ver reaparecer esta gentilha em Paris; eles voltam aos montes e não causam problemas. Mede-se o quanto Robespierre tinha razões para louvar, com um certo alívio, a “moderação” com a qual o povo da capital suportava suas difíceis condições de vida. Mas é preciso absolutamente novos soldados. Razão pela qual decretou-se o recrutamento em 20 de fevereiro. A 25, a Convenção decide que o exército deverá, no mais breve prazo, contar com mais de 500.000 homens. Todos esses jovens sob

as armas e, em razão disto, ao abrigo das propagandas funestas, indisponíveis para as manifestações subversivas.

Como era muito fácil de se prever, “os missionários armados” que impõem sua lei às populações da Bélgica e da Renânia tornam-se completamente malditos. Em 26 de janeiro, uma delegação de notáveis belgas, imprudentemente admitida na tribuna da Convenção, apresenta amargas queixas. A resistência à opressão toma às vezes um aspecto muito mais complicado e, em Frankfurt, os franceses conhecem suas “vésperas sicilianas*”; Robespierre calou-se diante das excessivas promessas dos girondinos que precipitam a França numa guerra cada vez mais ampla. Se ele não toma a palavra na Assembleia nem nos Jacobinos, ele não deixou de endereçar, pela primeira vez, em fins de janeiro, na sua quarta *Carta*, uma crítica a Dumouriez sobre sua estranha atitude, inerte e complacente, após Valmy, frente às falanges prussianas, a tal ponto que “o déspota de Berlim” foi poupado e “ainda nos ameaça⁷²”. O entusiasmo bélico não é seu forte, e ele faz afirmativas que os girondinos julgam blasfematórias, não hesitando em dizer que “a guerra é necessariamente um desvio funesto” do que é o mais importante: “o fortalecimento da liberdade”. Expressando, nós vimos, sua preocupação em “limitar nossos empreendimentos militares”, ele tem pouco entusiasmo pela conquista da Holanda e não cessa de se atormentar com respeito a este grande número de “oficiais suspeitos” que ainda estão na ativa⁷³; em 8 de março, na Convenção, ele insiste sobre a urgência de “purgar nosso exército de um espírito aristocrático que se refugiou nos estados-maiores⁷⁴”.

Enquanto Dumouriez, na segunda quinzena de fevereiro, avança na Holanda e conquista, sem dificuldades, Breda e Gertruydenberg, que só simularam uma combatividade, Cobourg, diante de Aix-la-Chapelle, prepara, com meios poderosos, uma ofensiva que se inicia a 1º de março. A vitória é sua, e o fracasso francês transforma-se rapidamente em derrota, depois em derrocada. A 3 de março, Merlin de Douai e Lacroix — estes protegidos de Danton são “comissários” em Liège — enviam a Paris uma carta aflita: “Posição terrível. Forças quase inteiramente dispersas. O inimigo estará em Liège amanhã, talvez esta noite.” “É ao Comitê de Defesa, criado em 1º de janeiro, que chega, dia 6 de março, a má notícia. Está

* Massacre dos franceses na Sicília, dia de Páscoa, em 1282, ao primeiro toque de vésperas. (N.T.)

claro que os girondinos tomaram conta deste organismo. Kersaint foi o primeiro presidente; Pétion o substituiu a 4 de março; Brissot é vice-presidente. Dumouriez, a despeito das suspeitas que se tem sobre suas dissimuladas intenções “orleanistas” é apoiado pela imprensa girondina⁷⁵, pois sabe-se que, seja qual for a situação, ele é profundamente hostil à “anarquia”; e a paz civil é frágil, em Paris, nestes últimos tempos. Pode-se julgar pela mensagem que os federados “defensores” remeteram aos jacobinos em 4 de março, condenando o projeto Condorcet para a Constituição (um projeto, dizem eles, “inteiramente a favor dos ricos e contra os pobres”). O documento é de um tom vivo; nele se especifica que é preciso tomar cuidado com os “deputados infiéis”, que “não somente devem ser chamados” e destituídos de seus mandatos, mas cujas “cabeças”, se for provado que eles “traíram os interesses da nação”, devem “cair sob o gládio da lei”. Sanguinários, os “patriotas”? Mas nós já notamos que a evocação do cadafalso faz parte do idioma ordinário de Isnard e Brissot. Robespierre continua a ser para Condorcet o objeto de uma raiva privilegiada, e o “filósofo” lança-lhe ao rosto seu desprezo em sua *Crônica* de 7 de março: que triste indivíduo, um tal cidadão! “Jamais um sentimento no coração nem uma idéia na cabeça”, “nenhum espírito”, ainda menos qualquer escrúpulo; ele “busca merecer a proteção dos malfeitores”. Para Condorcet, os ditos malfeitores são particularmente representados pelo grupo nomeado “o Episcopado” e que aparece como um braseiro potencial; nele se encontram Fournier, o americano, Varlet, e um certo Lazowsky de quem Robespierre é amigo; mas também estes outros suspeitos, Desfieux e Proly, que vão, misteriosamente, ser utilizados em breve pelo Ministro Lebrun (um instrumento de Danton) no caso Dumouriez. O “Episcopado” considera Robespierre tímido, porque ele se esforça para conter estes impacientes — dos quais vários parecem-lhe de uma honestidade duvidosa — e ele preserva o mais que pode os jacobinos de sua influência. A Comuna — ou seja Pache, Chaumette, Hébert — é francamente hostil a eles: uns loucos, uns doidos.

A obscuridade ainda é grande em torno das jornadas parisienses de 8 a 10 de março de 1793*. A nona (e penúltima) *Carta de Ro-*

* O estudo de A.-M. Bourrier, na *Revista Histórica da Revolução Francesa*, 1912, 206-230, não as esclareceu em nada.

Robespierre e seus Comitentes, segunda série, publicada em 6 de abril, trará de fato este título: "Sobre as agitações de Paris"; nós esperávamos encontrar nela um relato dos acontecimentos, acompanhado de comentários. Desapontamento. Robespierre limita-se a considerações gerais sobre os infortúnios da liberdade, sem uma palavra sobre os dramas de um mês atrás. Visivelmente, ele não deseja se exprimir a este respeito. Talvez ele próprio estivesse incerto sobre o que seria conveniente pensar. Entretanto, em 10 de abril, ou seja, um mês mais tarde, não se pode dizer que ele hesita. Neste dia, Robespierre tomará partido, e com que vigor!

Michelet acredita em um ímpeto nacional sob o efeito das sinistras notícias trazidas da Bélgica, dia 8, por Danton e Lacroix. Mas antes de suas revelações, desde 6 de março, Desfieux, na seção do Louvre, tinha pedido o restabelecimento do tribunal de exceção, criado em 17 de agosto, abolido em 29 de novembro. A imprensa girondina, um pouco mais calma estes últimos tempos na sua campanha contra Robespierre, acaba de retomar suas agressões. Dia 6, nos Jacobinos, Robespierre, após ter reconhecido que houve, a seu respeito, de parte dos brissotinos, "alguns momentos de folga", descreve o mal que fazem à República os "mercenários" da pena "vendidos aos ministros". O Executivo, com Clavière, Lebrun e Beurnonville (na Guerra, substituindo Pache), está todo ganho pela Gironda, e Robespierre designa um certo "jornalista infame" (Gorsas) que, graças aos obséquios governamentais, teria um total de "2.000 assinantes⁷⁶". O tom que retomam os bons jornais já conhecemos pelo retrato de Robespierre publicado no dia seguinte, 7 de março, na *Crônica de Paris*, e, melhor ainda, pela pequena folha girondina; "A Revolução de 1792", onde volta a aparecer o "neto de Damiens⁷⁷".

Dia 8, a seção Poissonnière alerta os *sans-culottes* contra "os facciosos que participam da Convenção", todos "capitalistas mal-intencionados" (*sic*). Só descerão à rua, dia 9 à tarde, "quinhentos a seiscentos João-ninguém" dirá Hébert⁷⁸, membros de 4 seções; somente isto, mas entre elas a do Teatro Francês, a qual pertence Danton. Hébert fingirá ver nesta tentativa de insurreição imediatamente abortada uma manobra de aristocratas e mesmo, escreve ele, de "carolas", este plural amplificado visando, na verdade, Jacques Roux*, "o raivoso", mas que é padre e vigário em Saint-Nico-

* O que é injusto, porque dia 9 Jacques Roux dissuadiu sua seção, nos Gravilliers, de seguir Varlet que viera incitá-la à revolta.

las-des-Champs. Quanto à manobra de Danton, para nós é a opacidade total. Robespierre vai se bater a seu lado, em abril de 1793, quando os girondinos acusarão Danton de ter planejado um golpe de força em Paris com Dumouriez; mas no ano seguinte, fins de março de 1794, Robespierre vai se aliar à tese que ele combateu onze meses antes. No que acreditar? Danton é uma personagem escorregadia, capaz de evoluções relâmpago e de mudanças instantâneas. Barère vai reconhecer-lhe, em suas *Memórias*, um verdadeiro “talento de embrulhão”, e é o mesmo Barère, velho, estimado, protegido, opulento, e não tendo mais nenhuma razão para mentir, que confirmará a opinião dos girondinos inicialmente, de Robespierre em seguida: “O projeto de Danton, escreverá ele, era provocar um tumulto em Paris” facilitando assim a tarefa de Dumouriez que “dirigia suas forças sobre a capital precedendo-as de uma proclamação aos departamentos sobre a necessidade de reparar” o mal causado pelos anarquistas. Se Danton acariciou este plano — conjectura bastante admissível —, só foi com muita brevidade, porque rapidamente ele constatará que o fogo não se alastra, que o “Episcopado” e outros “Defensores” não estão absolutamente em condições de tomar de assalto a Convenção, ou de violar, por pouco que seja, a representação nacional. Dia 9, na Assembléia, ele tranqüiliza Fonfrède, o girondino, que se inquieta: mas não, mas não, “não é nada”; a respeito de alguns seccionários que dão prova de nervosismo, ele concede, jovial, que “seria preciso somente deixar-lhes quebrar algumas impressoras⁷⁹”; de fato, Gorsas e Fiévée, que imprimem a *Crônica* de Condorcet, terão seu material danificado na noite do 9 ao 10; mas o *Patriota* de Brissot, onde se barricaram solidamente bons cidadãos munidos de armas, não sofrerá nenhuma ofensa. A 9 de março, curiosamente, Danton se ocupa dos prisioneiros por dívida e obtém da Assembléia um decreto de liberação, associado à anulação da lei autorizando a coerção através de prisão. Mas notar-se-á o cuidado de Danton — se ele emprega uma linguagem agradável aos desfavorecidos: “vamos abolir a tirania da riqueza sobre a miséria” — em pronunciar certas frases de grande importância: “Que os proprietários absolutamente não se alarmem”. Danton terá sempre o cuidado (como o vimos, desde 21 de setembro), de dar as garantias mais sólidas quanto ao respeito que ele professa pelo dogma, fundamental, da santa propriedade.

Ao revelar, à Assembléia, dia 8, as dificuldades militares que encontrava Dumouriez — o Ministro Beurnonville tinha considera-

do melhor não dizer nada —, Danton tinha declarado que a situação não era desesperadora e que Dumouriez não era responsável, pessoalmente, por este revés cuja culpa ele atribuirá inteiramente a Miranda. Robespierre não se atirou contra Dumouriez, afirmando não ter informações suficientes para pronunciar-se a seu respeito: “Eu não o louvo nem censuro⁸⁰”. A 10 de março, grande demonstração oratória de Danton. Sabendo que “o lado direito” ser-lhe-á reconhecido, ele retoma sua tirada guerreira de setembro: Às armas! “Combatamos!” “Bebamos o sangue do inimigo!” Que 90 representantes, designados comissários, dotados de grandes poderes e de amplos créditos, se espalhem (“Esta noite! Esta madrugada!”) através da França para controlar o imediato recrutamento dos 300.000 homens. Ele é de um civismo excepcional, Danton; ele diz que toda paixão política lhe é estranha, “exceto a do bem público”. Ele não conhece mais partidos. “Vocês me cansam com suas contestações particulares.” Unidade nacional. Todos, mão na mão, contra Pitt e Cobourg. E, renovando sua operação de setembro (o patriotismo ígneo ao serviço da paz interna), Danton insiste para que outros colegas se compartilhem as seções com vistas a acelerar os recrutamentos que afastarão da capital uma perigosa juventude plebéia; a lei, aliás, admite a prática da “substituição” militar: todo jovem requisitado, mas abastado, pode comprar um pobre que irá se bater em seu lugar. Danton pensa também neste tribunal criminal extraordinário do qual Desfieux foi o primeiro a falar; a idéia foi retomada por Carrier, e mesmo pelo “moderado” Cambacérès. Desde que a alta corte de Orléans foi suprimida (25 de setembro) e que desapareceu o tribunal de exceção (29 de novembro), os processos políticos são confiados aos tribunais ordinários que pronunciaram insolentes absolvições: aquela, por exemplo, do antigo prefeito de Estrasburgo, Dietrich, o fundidor, que fez abertamente o jogo de La Fayette contra a representação nacional. Inspirado talvez por Cambacérès, Danton encontrou seu bom argumento: existem, no povo, cóleras prontas a explodir contra os aristocratas; mortes são planejadas; “arranquem vocês mesmos os culpados à vingança popular; o humanismo lhes ordena!” (*sic*). O Tribunal Revolucionário que é preciso criar, de imediato, “suplantará o tribunal supremo (mas, desordenado, excessivo talvez) da vingança do povo”. E Danton continua: “nós não teríamos conhecido, diz ele, o trágico espetáculo destas jornadas (de setembro) que todo bom cidadão lamentou” (seu próprio lamento não deixou eco), “se tivesse (então) existido um tribunal”, como o

que ele preconiza. Audaciosa e flagrante mentira. Como não há protestos na Assembléia? O primeiro Tribunal Revolucionário existia, em 2 de setembro, desde uns quinze dias, e provia a guilhotina. Mas Danton conta, e tem razão, com um buraco na memória das pessoas de bem que ele finge proteger de eventuais e ameaçadores frenesim da população. Apoiando a moção de Levasseur, ele persuade a maioria e contribui mais do que ninguém para instituir esta corte de justiça sumária que, menos de treze meses mais tarde, vai enviá-lo ao cadafalso*.

A Comuna se distingue por sua admirável ponderação. Pache recusa-se, dia 10, a receber uma delegação de cordeliers, excessivamente nervosos, no seu entender; e o Conselho Geral dirigiu-se, no mesmo 10 de março, a cada uma das seções colocando-as de sobreaviso contra revoltosos que falam em fazer soar o alarme e exigir o fechamento das portas de Paris. Entretanto, segundo o relatório que apresentará Garat, a 13, houve, dia 10, entre as vinte e vinte e três horas, uma concentração bastante significativa que uma chuva benfazeja dispersou. De uma fidelidade a toda prova, Pache tinha ordenado a Santerre que concentrasse na Praça de Grève cerca de 10.000 guardas nacionais disciplinados**. Robespierre, por seu lado, voltou à “vigilância ativa”, e tão necessária, a seus olhos, dos quadros do exército; como também, acrescenta ele, dos “agentes do poder executivo⁸¹”, porque, observa ele, “se Danton e Lacroix não tivessem vindo até aqui revelar segredos importantes, nós ainda estaríamos na ignorância do que se passava na Bélgica”, o que prova “que existe uma barreira entre o Executivo e a Convenção⁸²”. Danton aproveita-se desta boa observação e ele que, dia 10, rejeitava todas as “contestações” internas e preferências partidárias, em 11 de março suplanta, numa grande passada, a sugestão de Robespierre, e reclama a formação de um Executivo inteiramente novo. Brissot faz troça e, em seu *Patriota* de 13, dá a lista dos ministros desejados por Danton: no Interior, Fabre d'Églantine, Bon Saint-André na Mari-

* A primeira sessão do novo Tribunal Revolucionário acontecerá somente em 6 de abril e seu trabalho se inaugurará com a condenação à morte de um emigrado ingresso clandestinamente.

** Vergniaud, a 13, denunciará na Convenção Desfieux, Lazowsky e Fournier como os principais responsáveis pela agitação, rapidamente extinta. Garat acrescentará, a 15, o nome de Proly. Segundo o *Patriota*, do dia 10, o excelente Pétion teria sido “perseguido por cerca de duzentos celerados” e ameaçado de morte sobre o terraço dos feuillants, o que seria preciso provar (sem esperanças de consegui-lo).

nha, Dubois-Crancé na Guerra e, nas Relações Exteriores, quem? Danton, o próprio, é claro.

A 12, Dumouriez escreve uma carta ao Comitê de Defesa. O Executivo deu-lhe ordem, dia 8 (ele recebeu a 10 esta injunção), de cessar todas as operações na Holanda e de reencontrar na Bélgica, para reconstituí-las, as forças do Leste desbaratadas. Ele recusa-se a obedecer quanto aos Países Baixos, neles deixando seus regimentos mais sólidos, e contenta-se em se deslocar pessoalmente. Sua carta será datada de Louvain. Dumouriez nela assume uma postura insolente, rebelde mesmo; ele condena violentamente a política prescrita pelo decreto de 15 de dezembro, declara que o obrigaram a se conduzir, na Bélgica, de maneira odiosa, a golpes de sabre e como um outro Duque de Alba. Desde a véspera, aliás, 11 de março, ele lançou proclamações que alteravam, de ponta a ponta, seu comportamento oficial: fim do anticlericalismo, a prataria requisitada devolvida às igrejas, cessação do apoio prestado até aqui aos amigos e aos seguidores belgas dos jacobinos, os clubes fechados, etc. Quanto aos reveses do leste, ele considera como sua principal responsável — cantilena obstinada — “a indisciplina dos soldados*”. Esta carta só chegará ao Comitê de Defesa dia 14, à noite. Dia 13, Robespierre, que ainda não sabe nada desta meia-volta do general, tomou a palavra nos Jacobinos. Ele está persuadido de que “traidores se introduzem nas sociedades populares” e que as recentes agitações parisienses são obra deles; e lembra que “pregou a calma quando das revoltas provocadas pelo aumento do açúcar⁸³”, mas ele acusa Brissot de ter sido “pago por La Fayette” para redigir a petição de 17 de julho de 1791, que “serviu de pretexto” ao terrível massacre do Campo-de-Marte. Sim, romper o jugo! Sim, a ocasião virá. Não agora. “Eu detesto as medidas parciais⁸⁴”, e ele se separa dos “conspiradores”, mais ou menos suspeitos, que nos gratificaram com uma “farsa”. O que, em troca, não têm nada de inocente, são os propósitos que Vergniaud, “pérfido”, acaba de ter sobre “um assassinato (geral) do lado direito”, projetado e preparado, ao que se sabe, por homens cuja prisão e envio ao Tribunal Revolucionário ele pede: Desfieux e Lazowsky⁸⁵. Os comissários expedidos à província para o recruta-

* Dumouriez se imiscui audaciosamente na política interna, e, fazendo alusão às desordens de 24 e 25 de fevereiro, ele sugere que Pache foi o instigador e sustenta que ele teria sido visto “a matar e saquear, na rua dos Lombards” (cf. B.R. XXX, 25).

mento de novos soldados são quase todos “montanhese” e, a 14, o *Patriota* de Brissot assinala que esta “ausência”, como ele diz, “das cabeças mais efervescentes” vai permitir “deliberar com mais tranquilidade”. Mas notícias sombrias chegam de Lyon, onde, diz Robespierre, a “aristocracia” se faz “brilhante”; e já circulam boatos sobre coisas horríveis acontecidas na Vendéia. Foi de fato, dia 11, que uma carnificina de republicanos aconteceu em Machecoul, e do 11 ao 15, toda a região se incendia, de Tiffauges e Mortagne e de Clisson a La Roche-Bernard.

O Comitê de Defesa convocou Danton e Lacroix a 15 para submeter-lhes a carta de Dumouriez e solicitar seus conselhos sobre a conduta a seguir. Estes dois espertalhões, depois dos felizes resultados de Jemmapes, multiplicaram suas viagens oficiais à Bélgica; eles reinam com mais frequência em Liège, onde Danton “foi recebido como um Deus⁸⁶” e onde eles “se dão ares de vizir”, dirão certas línguas locais⁸⁷. O Comitê pensava em chamar Dumouriez, que revelasse um La Fayette, e Barère propõe mesmo decretá-lo sob inculpação. Mas Danton fala por ele e pede, uma vez mais, um mandato de comissário para ir, com seu inseparável Lacroix, encontrar o general e ver as coisas de perto. Ele fanfarrona como de hábito, e garante ser capaz de resolver a questão. Dumouriez? “Ou nós o curamos, ou nós o arrochamos.” Danton vai partir a 16 de março, pela manhã; ele só reaparecerá em Paris dez dias mais tarde, no 25 à noite. Assim, durante mais de uma semana, as trevas o dissimulam para nós. A 18, o próprio dia de sua chegada na Bélgica, nossas tropas são repelidas em Neerwinden; uma derrota, não uma derrocada; mas os austríacos afirmam sua superioridade. É em Louvain que Danton e Lacroix encontram-se com Dumouriez. Nós jamais conheceremos a essência deste encontro, mas no mínimo é possível que tenham sido estudados ou esboçados projetos inconfessados. Um mistério a mais: como compreender (e como acreditar que Danton não tenha nada com isto?) que três personagens tão escabrosos como Dubuisson, Péreira e Proly tenham sido escolhidos por Lebrun para uma missão de Estado junto a Dumouriez, a quem eles verão dia 26*? Desde 22, o general entrou em contato com o inimigo para uma suspensão de armas. Danton não “curou” nem “arrochou” Dumouriez; ele traz de

* Dumouriez dirá, em suas *Memórias*, que o trio propôs-lhe um ataque sobre Paris. Eles mesmos afirmaram a sua volta que este atentado criminoso foi justamente o que Dumouriez pediu-lhes — que horror! — para fazerem-se cúmplices.

sua parte ao Comitê Executivo somente um bilhete evasivo pedindo que esperem suas explicações em breve, para só então fazerem qualquer julgamento sobre sua pessoa. Os girondinos continuam a ter-lhe confiança. Sua carta de 12 de março não lhes desagradou. Dumouriez, na Bélgica, quer acertar o passo dos integrantes dos clubes? Muito bem, e Brissot exclama em seu *Patriota*: “O herói de 20 de setembro (porque Valmy é sua obra-prima) não tem nada em comum com os de 2 de setembro (os carniceiros, todos de espírito “montanhês”). Dumouriez salvará a pátria com os republicanos (do estilo de Pétion). Ele não desejará entregá-la aos anarquistas (do estilo de Robespierre)*. A 27, na Convenção, Danton mascara com grande dificuldade seu embaraço; ele tem ótimas razões para supor que perigosos boatos correm a seu respeito. De onde esta alusão arrogante, despreziva, de homem honesto ao abrigo de sua integridade, que menospreza as besteiras, as invenções fantasmagóricas de seus adversários: “Que me importa todas as quimeras que querem inventar sobre mim!” Grande amante do estilo rutilante, ele recorre a uma metáfora cujo brilho encobre a inconsistência: “Uma nação em revolução é como o bronze que se concentra e se regenera no crisol. A Estátua da Liberdade ainda não se fundiu; o metal ferve. Se os senhores não cuidarem da fornalha, serão todos queimados!” Advertência às pessoas de bem; cuidado com os extremistas! Uma arranhada em Brissot, a respeito de Dumouriez: “fizeram” este chefe de guerra “a quem tanto se louvou, perder sua popularidade, incitando-o contra o próprio povo”. É o reconhecimento de que as disposições atuais de Dumouriez não são em favor do “lado esquerdo”. E Danton, subitamente, torna-se brutal, sem deixar de afetar um perdão generoso: “Vou citar-lhes apenas um fato, e peço-lhes para depois esquecê-lo: Roland escrevia a Dumouriez, que mostrou a carta a Lacroix e a mim: você precisa unir-se a nós, arrasar o povo de Paris e sobretudo Danton”. Quanto de verdade nesta asserção? Maledicência ou calúnia? Depois Danton põe em valor seu papel de 8 a 10 de março; ele apresenta os fatos como visando a “uma nova revolução” e se glorifica de na ocasião “ter feito seu dever” chegando ao ponto de expor, “sacrificar” quase, sua “reputação”; sem dúvida ele quer dizer que provocou a ira dos extremistas opondo-se à sua empreitada. Um magma, uma ebulição esta alocução de Dan-

* Brissot fez mesmo este achado: que a revolta da Vendéia foi provocada pelos “montanhês” que lá atuam como agentes da Inglaterra.

ton, a 27 de março. Ele convida — é o cúmulo — os outros oradores a imitarem sua coragem: “Preparem-se para ser tão francos quanto eu!” Alguns ao que parece, e mesmo certos “corpos administrativos”, pedem sua cabeça? Ele se apresenta, impávido: “Minha cabeça? Ela ainda está aqui! E aqui ficará!”

Uma trégua tinha sido concluída, a 26, entre girondinos e montanheses; os primeiros tinham deixado de monopolizar o Comitê de Defesa e nele tinham acolhido alguns membros da esquerda. Transformada em “de Salvação Pública”, esta comissão ampliada e que contará a partir de então com 25 membros reunia Vergniaud e Danton, Fabre e Isnard, e Robespierre fora nela admitido. Ele tivera, a 22, nos Jacobinos, uma intervenção lenificante, afastando severamente um pedido da filial de Marselha que desejava a expulsão de todos os deputados culpados de terem procurado salvar Luís XVI por um apelo ao povo. A 23, na Assembléia, ele foi rude; ele pediu, e obteve, que fosse enviado ao Tribunal Revolucionário o general Conde de Marcé que foi derrotado pelos revoltosos vendeianos em condições julgadas desonrosas. A 27, no mesmo dia que Danton, Maximilien também tomou a palavra, na Convenção e nos Jacobinos. Ele injuriou Beurnonville, o qual só decidiu em 25 de março — é, com efeito, bastante estranho — revelar a queda de Liège. Robespierre considera indispensável ter, na Guerra, “um ministro que não seja contra-revolucionário”. Ele não tem mais ilusões sobre Dumouriez, retomando sua crítica, bastante fundamentada, de não ter aproveitado suas “vantagens”, no final de setembro, para acabar com o exército prussiano e nos poupar o ter de “sustentar (agora) uma guerra longa e cruel”*. E Dumouriez posa de ditador na Bélgica! Robespierre na véspera já reclamou sua destituição do Comitê. À noite, nos Jacobinos, Maximilien fala de “deputados corruptos” e, sem que se “cometa um atentado à sua inviolabilidade”, que ao menos sejam “desmascarados” e neutralizados. Ele declara à Assembléia que “traidores ousam levar à frente idéias de negociações com os tiranos”. Que sabe ele de concreto sobre este ponto? Será Lebrun que está em causa? E se ele pede, a 27 de março, que Maria Antonieta seja de imediato levada a julgamento, não será porque é em torno de sua pessoa que acontecem tratativas secretas?

* Nossos soldados, escreverá Robespierre na sua *Carta 9*, de 6 de abril (V, 347), “mordiam seus sabres tremendo por ver escapar o exército prussiano que eles podiam e queriam exterminar”.

(A ex-rainha objeto de barganha como o foi, um tempo, e em vão, o ex-rei.) De outra parte, ele que, a 16 de dezembro, tinha combatido a moção Buzot, dirigida de fato contra Égalité, informado que está, atualmente, das estreitas ligações entre Dumouriez e a família Orléans (Chartres, Valence, Sillery, etc.), pronuncia-se pelo “banimento dos Capetos, e nos próximos oito dias⁸⁸”.

Por mais graves que sejam os problemas militares, complicados pelas tragédias de Lyon e da Vendéia, Robespierre sempre traz em si o tormento pelo infortúnio que grassa nos bairros pobres da capital, onde se suporta a miséria com uma resignação digna de pena. Ele se obstina em vão a denunciar “a agiotagem” cujos “furores”, diz ele, gostaria de ver “reprimidos”: existe, a seus olhos, uma facilidade legal insensata e na qual ele vê “a causa principal de nossos males”; mas os girondinos aceitarão um “olhar sobre as finanças⁸⁹”, onde Cambon (é de não se acreditar) tem seu domínio reservado? Dumouriez mergulhou na ignomínia. Não é “La Fayette dois”, como o dizia, insuficientemente, Robespierre. Após uma nova carta — verdadeira “declaração de guerra à Revolução”, dirá Maximilien em 1º de abril⁹⁰ —, Dumouriez aprisiona os novos comissários que foram-lhe enviados (e mesmo o Ministro Beurnonville o qual se imaginou que, frente a frente, devolveria a Dumouriez o sentido da honra) e passa para o inimigo, não simplesmente desertor, como La Fayette, mas mudando de campo e colocando sua espada ao serviço da Áustria^{***}. Assim desaparecem, uma por uma, da cena revolucionária, personagens de primeira linha; Mirabeau morreu em abril de 1791. La Fayette não está mais lá, na prisão com o inimigo; e de Dumouriez não se falará mais. Luís XVI foi guilhotinado; sua mulher o será por sua vez. Desaparecidos, fora de jogo, os “triúmviros” de 1791. Com a Assembléia Legislativa surgiu uma nova equipe de dirigentes

* Michelet tem um excelente parágrafo sobre Égalité e a Montanha: “O busto morto de um Bourbon que ela via sobre os bancos, a muda efígie que só tinha des-cerrado os dentes para a morte de Luís XVI (numa atitude que tinha enojado Robespierre), era-lhe odiosa, inoportuna” (M., II, 283-284).

** Jean Bon Saint-André é um dos — bastante raros — membros da Montanha que se preocupam seriamente com os desfavorecidos. Ele escreve em 26 de março a Barère (que não se importa nem um pouco): “É preciso imperiosamente dar condições de vida aos pobres, se quisermos que eles nos ajudem a concluir a Revolução”.

*** Os austríacos não aceitaram empregá-lo; mas os ingleses o acolherão, mais tarde, e ele se tornará um dos conselheiros técnicos de Wellington.

que permanecem na Convenção mas vão cair, também, na armadilha, no mesmo ano que Luís XVI e Marat. Restarão, eminentes, dois “antigos”, quero dizer, cujo renome começou sob a Constituinte: Robespierre e Danton. Em torno deles, todo um fervilhar de segundos papéis, com Sieyès reaparecido, e os permanentes, os insubmersíveis, Cambon e Barère (todos os três, Sieyès, Cambon e Barère sobreviverão, longamente, ao turbilhão revolucionário), e os seguidores de Danton, todos pescadores em águas turvas, Fabre d’Églantine, Lacroix, Chabot, Bazire, etc. Na hora em que estamos, é à eliminação dos girondinos que vamos assistir.

Durante mais de quinze dias, uma dura batalha vai acontecer entre os girondinos e um Danton pisando em falso, comprometido e muito vulnerável, mas que Robespierre vai apoiar, porque os brissotinos são, para ele — e é realmente verdade — o principal obstáculo que se opõe ao desenvolvimento profundo da Revolução. Em resposta ao ataque mantido dia 27 por Danton, Roland a 28, depois a Gironda inteira a 30, exigem-lhe uma prestação de contas imediata, e com todas as peças comprobatórias, do uso que ele e Lacroix fizeram das 100.000 libras que tomaram adiantado para sua última missão na Bélgica, cujos brilhantes resultados pôde-se medir; algumas questões também lhe são colocadas sobre a estranha duração de sua última ida e volta de Paris a Louvain. Danton responde, a 31, apresentando, peremptório, datas inexatas, omitindo, como negligenciável, o vil assunto de suas despesas, e mobilizando seus trovões sem determinar sobre quem vai cair o raio. Ele mostra a Convenção “infestada de ex-constituíntes e aristocratas”; não, ele não deseja sua “dissolução”, mas ele espera que as sociedades populares declarem por toda parte através da França, que “só se pode representar a nação quando se tem a coragem de dizer: é preciso matar o rei”. Em primeiro de abril entram na arena dois girondinos semi-tenores, Périeres e Lasource, encarregados de acalmar e proclamar o que se murmurava já há algum tempo: que Danton estava de acordo com Dumouriez, que um plano, um autêntico “complô”, era tramado entre eles contra a República, em proveito dos Orléans. “Infâmia!” ruge Danton, patético em sua eloquência metafórica. Ele traça um histórico de seu comportamento: “Qualquer que seja a impetuosidade de meu caráter, eu acreditei muito tempo que (pelo bem da República) eu devesse moderar os meios de que a natureza me dotou”; mas ei-lo obrigado a transpor “os limites da paciência”; “nada mais

de trégua”, acabou-se, entre a Montanha, da qual ele se institui o porta-voz, e os que no dia seguinte ao 10 de Agosto “quiseram punir Paris por seu civismo e armar contra ela os departamentos”, entre os verdadeiros “patriotas”, e os “covardes” que, “para salvar o tirano, nos caluniaram diante da França”. Minhas pretensas ligações com Dumouriez? Saibam então que “sempre estivemos em contradição com ele” (*sic*). Se este criminoso procura me mascarar como cúmplice de suas abominações, “que apresente uma só linha minha que possa dar lugar à sombra de uma inculpação*”. A tática — elementar — de Danton, é a de apropriar-se da acusação dirigida contra ele para voltá-la, tal qual, contra seus acusadores. Querem que eu seja visto como cúmplice de Dumouriez? Mas eram os senhores, exatamente os senhores, que preparavam com ele o assassinato da República. É então que ele aponta contra seus adversários “o canhão da verdade”, e lança-se ao estilo épico: minha cabeça, que querem abater, “longe de cair, será a cabeça da Medusa” (visão de espanto) para “todos os aristocratas” abrigados pelos girondinos.

Neste mesmo primeiro dia de abril de 1793, Robespierre se exprime diante dos jacobinos, aprovando Danton sem reticências: os cúmplices de Dumouriez “imputam a Danton os atentados que eles planejavam”. Mas quaisquer que sejam os erros, os crimes dos brissotinos-girondinos, Maximilien considera da maior importância que seja respeitada a representação nacional: “a violência” seria, a seus olhos, “a mais fatal das medidas⁹¹”. Uma excessão, entretanto — temível precedente — será feita. A Convenção decretou culpados, teoricamente e por contumácia, os dois filhos de Philippe Égalité, de Sillery, e da Madame de Genlis, sua esposa. Mas sobretudo o fato de que o próprio Égalité, mesmo sendo deputado, será detido a 3 de abril e, neste dia, revisando sua posição da antevéspera, Robespierre solicita o decreto de inculpação de Brissot. Beurnonville será substituído dia 4, na Guerra, por Bouchotte que os girondinos, intimidados pela evidente determinação do “lado esquerdo”, não ousam recusar, embora ele não seja de modo algum um de seus seguidores. Robespierre anuncia além disso que ele se retira do Comitê de Defesa recentemente modificado onde se instalam detestáveis conspiradores. Danton é muito mais maleável e conciliador que ele; nós o sabemos capaz das mais súbitas variações e, com efeito, apenas aca-

* Mathiez observou que, neste caso, Danton está em terreno firme: ele jamais escreve algo que possa ser-lhe politicamente comprometedor.

bou ele de lançar, e com que violência, o opróbrio sobre os girondinos, eis que os tranqüiliza e afirma que, em razão dos terríveis perigos que corre o Estado, ele só deseja, na Assembléia, união e fraternidade.

Durante este tempo, os austríacos não tiraram partido de sua vitória de Neerwinden, a 18 de março, para utilizá-la como poderiam e invadir o solo francês. Quanto ao rei da Prússia, após ter feito Custine recuar, ele guarda a mesma reserva que a Áustria e limita-se a investir sobre a Mogúncia; e aos ingleses somente Dunkerke interessa; eles parecem também carentes de efetivos e mesmo de ímpeto. A história é geralmente muito pouco loquaz a respeito desta sorte — considerável, enorme — de que se beneficiaram, em 1793, as forças da República; esta é portanto uma realidade que deveria ser esclarecida, tanto ela teve importância no destino da Revolução. Mas se as potências estrangeiras carecem de fôlego e de vontade ofensiva, não acontece o mesmo com o inimigo interno, na Vendéia particularmente. Sobre uma proposta de Barère, a Convenção decide, em 6 de abril, substituir a Comissão de 25 membros por um organismo mais concentrado que levará o nome de “Comitê de Salvação Pública*”, e, sob o controle da Assembléia (ele será, mensalmente, reeleito ou revisado), disporá de um real poder. Como se esperava, de certo modo, após as imprecações e fulminações de Danton, os girondinos consentem em deixá-lo desempenhar o papel principal; “não vamos nos fazer a guerra!”, declarará, a 8 de abril, um Danton gentil e todo sorrisos. Nele se encontram pessoas tranqüilas, que não são excessivamente marcadas nem de um lado nem de outro; nenhum girondino de elite, nenhum “anarquista” também. Que Robespierre de modo algum não faça parte do grupo; ele aliás apagou-se por si próprio, dia 3, o que facilita enormemente as coisas. Mas existe lá Cambon, homem da ordem, e financista emérito. Como observará Levasseur em suas *Memórias*, Danton, que dava ares de sentar-se no “alto da Montanha”, tornava-se de repente, “de certo modo”, “o chefe do Marais⁹²”; e ele conseguiu fazer admitir a seu lado, neste instrumento dirigente, o nomeado Lacroix (ou Delacroix) tão duramente vilipendiado, não faz seis dias, pelos brissotinos em fúria**.

* O nome de Comitê de Salvação Pública foi adotado a 26 de março de 1793; em 6 de abril o Comitê reduz-se a 9 membros no lugar de 25.

** A 4 de abril, houve no posto fronteiro de Béthune um incidente em torno de duas charretes vindas da Bélgica e cheias de prataria, de rendas preciosas, de *lingerie* fina. A duana imobilizou os carros, apesar dos papéis, sem caráter oficial, que

A situação das pessoas pobres em Paris continua miserável. A seção do Bom-Conselho, depois a do Mercado de Trigo, encaminham petições à Assembléia para que os poderes públicos intervenham em favor das famílias sem recursos. Robespierre tem gravadas na mente as palavras pronunciadas por Chaumette, em 27 de fevereiro: "Tudo está mudado, dizia ele, em volta do pobre; somente ele ficou na mesma situação". E se ele tomasse conhecimento do que Saint-André, em missão no Sudoeste, escreveu em 26 de março a Barrère (e do que já citamos algumas palavras), ele teria ficado espantado: "Os ricos detestam" a Revolução, e "os pobres carecem de pão". Que pode bem pensar Robespierre desta metamorfose, imprevisível e desconcertante, em que pessoas, que na véspera trocavam acusações infamantes e os piores ultrajes, comportam-se como se todas as suas altercações não passassem de um jogo de cena, uma comédia, uma bufonaria? Na última semana, Danton parecia a ponto de perder a cara, de afundar com Dumouriez. E ei-lo de volta, mais pimpão do que nunca, membro principal do Comitê de Salvação Pública que terá, de fato, o Executivo sob suas ordens. Após tudo, pode ser que Maximilien considere que Danton, superiormente dotado, venceu os girondinos, rechaçou-os, pelo menos por enquanto: e que em todo o caso o arranjo atual vale mais do que o domínio triunfante de Brissot, Pétion, Guadet, e Gensonné, quando Roland se expandia com seu "Diretório" tentacular. Resta que os senhores da Gironda continuem a dar-se ares gloriosos na Convenção e não deixam de ocupar a sua presidência: Lasource, depois Fonfrède, depois Isnard se sucedem em abril e maio.

Se Danton se acomoda, Robespierre continua a considerar esta "facção" como o mal da República. Em 10 de abril, ele escreve a seu velho amigo Buissart, de Arras: Dumouriez o traidor estava "intimamente ligado" com o partido que "perdeu a coisa pública sob a Legislativa^{93*}". É por esta razão, que não tendo de modo algum, de

indicavam Danton e Lacroix como destinatários do conteúdo. Danton explicará que trata-se de "bens nacionais" que devem ser vendidos em proveito do Estado. Os girondinos não insistirão.

* Este documento não figura na obra de Alan Forrest, *A Revolução Francesa e os Pobres* (texto inglês de 1981; tradução francesa de 1986). Trabalho útil mas entretanto decepcionante. Nele não se encontra sequer uma alusão aos "decretos de ventôse". Seu mérito é o de ter sublinhado a nova idéia apresentada, desde 1789, por la Rochefoucauld-Liancourt. Este último, em janeiro de 1790, com seu "plano de trabalho" pelo *Comitê de Mendicidade* (cuja criação e presidência são suas),

sua parte, deposto as armas, dia 6 de abril, na Convenção, ele atira em rajadas contra a Gironda; ele volta ao 10 de agosto; ele sublinha que a intriga brissotina, desde que o rei foi derrubado, não perdeu um segundo para “trazer ao ministério” seus protegidos que o 20 de junho não tinha conseguido repor em sela; eles conseguiram “adiar durante quatro meses” o processo do rei e foram vistos “protegendo de todos os modos a volta dos emigrados”. Robespierre acusa a “facção” de procurar “fazer o povo enojar-se da Revolução agravando sua miséria” e “afastando todas as medidas” próprias a combater a agiotagem. Ele pede que sejam levados ao Tribunal Revolucionário “todos os cúmplices de Dumouriez*” e, simulando temer diante de sua própria audácia, finge “não ousar absolutamente” nomear os que visa; e ele os nomeia assim mesmo, envergonhado, diz ele, de acusar “patriotas tais como Brissot, Vergniaud, Gensonné e Guadet⁹⁴”. Daí o salto que fez Guadet até a tribuna para uma prodigiosa revelação que dissipará todos os mistérios: a “conspiração de 10 de março, sabem os senhores quem a planejou? Cidadãos, eu terei a coragem de dizer toda a verdade, foi Robespierre!” Esta invenção delirante, Brissot ainda não tinha planejado.

A 20 de abril de 1793, calmamente, sem sarcasmo mas sem piedade, Robespierre pede que Maria Antonieta compareça ao Tribunal Revolucionário — ou seja, que a condenem à morte. Se punir de morte o rei mentiroso era justiça, não é menos equitável aplicar o mesmo castigo àquela que, desesperadamente ligada aos interesses da coroa, tinha chamado em seu socorro e secretamente auxiliado, o mais que pôde, o invasor. Robespierre de todo modo está longe de saber a que grau Maria Antonieta tinha levado esta colaboração, normal a seus olhos, criminosa para a França.

As Cartas de Maximilien Robespierre a Seus Comitentes vão desaparecer com o décimo número da segunda série, lançado em

esforça-se, durante dezoito meses, em aplicar este princípio: que a “sociedade deve prover à subsistência de todos os seus membros”; esta é, dizia ele, “uma dívida inviolável e sagrada”, um “dever que não pode ser aviltado pelo nome nem pelo caráter de uma esmola”. Os jacobinos parecerão, com mais ou menos sinceridade, agir neste sentido. As despesas militares enormes e sem cessar crescentes contrariam suas fracas tentativas, que, aliás, se chocaram à oposição vigilante das empresas privadas. Thermidor pôs fim a todo programa de assistência.

* Os girondinos talvez tivessem desejado uma ditadura que eles compartilhassem com Dumouriez, mas eles jamais foram “orleanistas”; e Robespierre tinha podido ver, em dezembro, a tentativa dirigida por Buzot contra Philippe Égalité.

fins de abril*. A Assembléia simulou dar um desmentido a Robespierre que a acusa de jamais lutar contra a agiotagem. No dia seguinte mesmo, 11 de abril, do grande discurso de Maximilien, ela proíbe a venda do numerário. Ficção, e todo mundo o sabe: o mercado legal torna-se mercado negro. É tão verdade e tão visível que, a 17, nos Jacobinos, Robespierre pedirá, sem esperança, que seja expulso das Finanças o inamovível Clavière, o “protetor da agiotagem”, diz ele⁹⁵. Assinalemos um detalhe, que tem seu interesse, sobre a transfiguração de Pétion, outrora sempre agradável e quase folgazão, atualmente irreconhecível, a baba nos lábios, e os olhos fora da órbita. A 12 de abril ele grita à morte contra Robespierre e vocifera: “Já é tempo dos caluniadores colocarem suas cabeças sob o cadafalso⁹⁶”.

Os girondinos vão obter da Convenção que Marat seja entregue ao Tribunal Revolucionário, e Robespierre teme que haja de parte daqueles intenções secretas: suscitar em Paris, exatamente por este meio, um “movimento” que, “renovando as desordens” de março, forneceria o “pretexto para aniquilar a liberdade⁹⁷”. Por isto ele aconselha firmemente aos subúrbios de não cair na “armadilha” e de guardar sua calma. A 15 de abril, um incidente premonitório: a ação surpresa, feita, na tribuna da Assembléia, pelos delegados de 35 (sobre 48) das seções parisienses. Trata-se de um voto — ímpio — contra a integridade dos legisladores; os seccionários superexcitados querem a destituição (com que direito?) de um certo número de deputados; eles articulam uma cifra; são exatamente 22 deputados, 22 girondinos, cuja expulsão eles pretendem exigir. Um golpe, esta petição, do grupo extremista do “Episcopado”; e o orador, aquele que faz a leitura, na tribuna da Convenção, desta grosseira “mensagem” é o pequeno Rousselin, Rousselin de Allier, que Danton tinha tomado a seu serviço, no verão de 1792, Praça Vendôme, quando ele dirigia a Justiça. Danton não tem nada a ver com esta manifestação, Robespierre também não. Afasta-se, passa-se adiante, não se ouviu nada. Outro gesto, dia 18, inesperado, e muito mais embaraçante do que a afronta de Rousselin**. Um gesto do diretório departamental. Esta instância administrativa, outrora composta exclusivamente de “moderados”, mais próxima agora do “lado esquerdo”, mas cujas

* A convenção tendo decretado que um representante do povo não podia ser ao mesmo tempo jornalista, Robespierre obedece; mas Marat contenta-se em mudar o nome de seu *Amigo do Povo*, que torna-se *O Publicista da República Francesa*.

** Michelet se desinteressa por ela e não diz uma palavra a respeito.

relações com a Comuna são distantes e frias, não esconde que ela se revolta quanto às subsistências. A 17, acontecem distúrbios nos bairros pobres, diante das padarias; espalhava-se o boato de que o pão ia faltar. (Que agentes estavam lá ao trabalho? Escuro total sobre este ponto.) O Departamento de Paris reclama da Assembléia que ela fixe um máximo para o preço dos grãos em toda a extensão da República, que ela decrete o recenseamento obrigatório das colheitas, a supressão dos intermediários outros que os próprios padeiros entre produtores e consumidores. Vergniaud e Buzot, discípulos de Roland e de seu dogma intangível excluindo toda intervenção do Estado no campo do comércio, não querem que seja levada em consideração a solicitação inconveniente e lamentável de administradores repentinamente bem mal-inspirados. Robespierre interrompe estes imobilistas, mas sem avançar propostas explícitas, porque ele está, como Saint-Just, incerto sobre o caminho a seguir. Mas será preciso, de todo modo, tomar uma posição...

Existe, felizmente, um derivativo irresistível nestas histórias frumentícias que, na verdade, não interessam a muita gente nesta Convenção onde se está entre burgueses bem-alimentados. O derivativo é a razão mesma, em princípio, por que os deputados estão lá. Sete meses, o mesmo que dizer mais da metade de um ano, se passaram desde que eles começaram a se reunir sem que tenham julgado bom pôr-se ao trabalho para a nova Constituição que eles têm o dever de elaborar. A Assembléia decidiu consagrar “três dias por semana” à sua tarefa fundamental. Danton é a própria boa vontade; transbordante de sociabilidade cívica, foi a Vergniaud que ele dedicou este transporte exemplar: “Assim que nos ocupamos da felicidade dos homens, estamos todos de acordo”. Quem diz melhor? Robespierre fez saber que ele deseja uma “Declaração dos Direitos do Homem” revista e melhorada, e houve de imediato conflito com Vergniaud sobre a fórmula inicial. Maximilien deseja particularmente que a Constituição, a partir de então republicana, não se esquive à questão da propriedade, que, para ele, é um problema. A 24 de abril, ele declara, na Convenção, que proporá “alguns artigos” que lhe parecem “necessários para completar” o que ele nomeia “sua teoria da propriedade”; “que esta palavra”, acrescenta ele, “não assuste ninguém”; usando de uma linguagem sem amenidades, Robespierre tranquiliza “as almas de barro” que têm o ouro como deus: ele não tem a intenção de “tocar em seu tesouro, por mais impura que seja sua fonte” e já que se obstinam, sob certas penas, a imputar-lhe

um projeto de “lei agrária”, ele considera bom reafirmar que se trata de “um fantasma criado por espertalhões para assustar os imbecis⁹⁸”. Em troca, existem observações a fazer sobre o caráter limitado e não-absoluto do que deve ser numa organização social razoável o direito de propriedade. E ele se arrisca a evocar o traficante de escravos, pois que esta profissão permanece legal: “Perguntem a este mercador de carne humana, diz ele, o que é a propriedade. Ele vai dizer-lhes, mostrando este comprido féretro que ele chama de navio e onde ele empilhou e agrilhoou homens que parecem vivos: eis minha propriedade, eu os comprei a tanto por cabeça.” Admissível? Não, inadmissível. Existe pois a necessidade, uma incontestável necessidade de determinar os limites da propriedade; ela não poderia comportar uma extensão tal que homens tornem-se a propriedade, isto é a presa, o bem, de outros homens a quem sua riqueza lhes permitiria transformar seres humanos em mercadorias, a seu proveito. Os senhores vêem, assim, dizia Robespierre, que nossa Constituição deve proibir os abusos que podem existir — que existem — de um direito, é verdade, natural, mas que clama por restrições razoáveis. *Uti, sed non abuti*. Velho adágio de que a Gironda não quer ouvir falar. O *Patriota* de Brissot levanta-se fervendo contra a agressão meditada por Robespierre: “Pôr entraves” ao direito de propriedade “é arruinar os proprietários e os não-proprietários (*sic*)⁹⁹”. Brissot condena com o mesmo vigor o “imposto progressivo” do qual Robespierre fez-se o doutrinário, “imposto absurdo, destrutivo da igualdade” e que seria a perda da “indústria¹⁰⁰”. A Assembléia rejeitará os dois textos de que Robespierre queria fazer os artigos VII e VIII de seu projeto; artigo VII: “O direito de propriedade é limitado, como todos os outros, pela obrigação de respeitar os direitos de outrem”; artigo VIII: “Ele não pode prejudicar a segurança, nem a liberdade, nem a existência, nem a propriedade de nossos semelhantes¹⁰¹”. Provocação ou ingenuidade? Como Robespierre podia ceder à ilusão de que a Gironda e o Marais deixariam passar sugestões tão contrárias ao bom senso e à ordem, agora que, a 10 de abril, Vergniaud tinha proferido esta advertência solene: que toda tentativa de “revolução das propriedades” encontraria nele um adversário irreduzível; e que Cambon, a 27 de fevereiro, e Barère a 18 de março, tinham pedido a pena de morte para todo aquele que visasse medida atentatória às “propriedades territoriais, comerciais ou industriais”? Os girondinos conseguiram que prevalecesse esta

fórmula amplamente aplaudida: “O direito de propriedade é o de usufruir e de dispor à vontade de seu bem”.

Desagradável, quase uma bofetada, a conduta do Tribunal Revolucionário que, em 24 de abril, liberou Marat: uma onda de *sans-culottes* e de mulheres esfarrapadas conduz “o Amigo do povo” à Convenção*. O suficiente para lançar Pétion, o antigo demagogo arrependido, numa cólera sustentada pelo terror. Ele faz um fervoroso apelo aos “bravos habitantes” da capital: “Vocês não têm um instante a perder para deter os avanços dos agitadores”; e vai direto ao objetivo: “suas propriedades estão ameaçadas”. De pé, gente de bem! Coragem! Ação! “Parisienses, saiam de sua letargia e façam os insetos venenosos (*sic*) voltarem às suas tocas.” A imprensa girondina está perfeitamente de acordo sobre a deplorável inércia daqueles que têm algo a defender contra a cobiça desta gentinha a quem a sabedoria dos constituintes tinha interditado toda participação nas questões públicas, e que surge, depois do 10 de Agosto, semelhante a feras cujas jaulas foram abertas loucamente. Uma defensiva inteligente e imbatível é inscrever-se, em quantidade, nas assembléias seccionárias, onde logo Hébert¹⁰² vai denunciar uma invasão destas “pessoas de bem” ao estilo de La Fayette, que “aproveitando-se dos bons conselhos de Jérôme Pétion”, povoam estas reuniões de “vadios de calças justas” e de “janotas frisados”. Presenças profundamente solicitadas pelo perigo social, se se pode dar crédito a Prudhomme que, em suas *Revoluções de Paris*, de 4 de maio¹⁰³, garante que celerados andam apregoando que “a liberdade tem necessidade de uma terceira revolução”; após os nobres e os padres, “é a vez dos ricos”; não tenha medo *sans-culotte!* vá e “saqueie”! *O Patriota* de 5 de maio reproduz os termos de um libelo anônimo prometendo aos ricos “a amável guilhotina”. Brissot não tem nada de um medroso; “um novo movimento” se prepara, escreve ele, e para “um combate à morte. Pois bem, aceitemo-lo; nós venceremos!”

* Michelet apura seu estilo ao descrever Marat “encarapitado numa poltrona” que uma “multidão esfarrapada” transporta; “sua crosta reluzia sob as flores”. O historiador nos propõe então uma idéia astuciosa; prevendo a chegada triunfal de Marat, Robespierre, “que amarelava” de inveja, “desde a manhã, na abertura mesmo da Convenção, tinha lançado rapidamente” uma “teoria da propriedade que fazia subir sua popularidade pelo menos ao nível da de Marat” (M., II, 318-319).

O problema das subsistências obriga a Assembléia a uma decisão que está longe de conquistar a unanimidade; mas já se viu a pressão que exercia o próprio Departamento, ultrapassando, por uma vez, a Comuna, em favor de uma tabelação imperativa do trigo. Em vão Barbaroux, a 27 de abril, e Ducos, a 30, combateram, como inoperante ou funesta, toda disposição legal desta natureza. A Convenção resignou-se, em 4 de maio, a um "máximo" no preço dos grãos, e, se necessário, com recurso a requisições pela força. Vergniaud protesta, a 6, discursando contra o "despotismo popular". Robespierre intervém de imediato para chamar a atenção dos representantes sobre as "concentrações sediciosas" que aconteceram "nesta manhã mesmo" e lhe parecem incontestavelmente contra-revolucionárias.

Paris está agitada nestas primeiras semanas da primavera, com as notícias que se acumulam, sinistras, concernentes à rebelião da Vendéia: ela ganha terreno e se apossa, de 3 a 25 de maio, de Bressuire, de Thouars e de Fontenay. *As Revoluções de Paris* observam que o recrutamento dos voluntários para defender a República na Vendéia "efetua-se com certa lentidão", o que significa que os engajamentos não abundam, mesmo "bem pagos". De onde o sistema um pouco sórdido, sobre o qual se instala Santerre; a gratificação aos voluntários será de 500 libras; uma bela soma, e malevolências circularão rapidamente sobre "os heróis a 500 libras", muitos dos quais, ao que parece, viam na aventura uma ocasião, remunerada, de pilhagens e violações. Pouco surpreendentes, nestas condições, as derrotas em série deste exército sem a alma. Certos chefes, ainda por cima, promovidos pelos serviços de Bouchotte em razão de afirmações brilhantemente extremistas, careceram de competência e mesmo de consciência profissional. Entretanto, para que o corpo de repressão possa dispor de meios suficientes, a Convenção decretará, a 20 de maio, um empréstimo forçado de um bilhão, e Cambon procede a uma nova e reforçada emissão de *assignats*: cerca de um bilhão e 200 milhões de uma só vez*. Quando de sua resposta a Vergniaud, em 6 de maio, Robespierre estava trêmulo. O perigo aumentava, é certo, para a República. Profundas agitações sociais são perceptíveis, das quais os girondinos se preparam para tirar partido. A 8 de

* Em 24 de abril, nos Jacobinos, Robespierre pronunciou a oração fúnebre de Lazowsky, que acabava de morrer, aos quarenta e um anos. Gorsas o designará, em sua folha, como "um dos setembrizadores" (cf. R.O., IX, 475).

maio, Robespierre põe os jacobinos em alerta; que ninguém se engane diz ele; “se existe uma força contra-revolucionária na Vendéia, existe uma outra em Paris”. Ele renuncia às etiquetas e surge descortês, ele o bem-educado, com seus ares empoados do gênero: “Aquele que não é pelo povo, é contra o povo. Aquele que tem ‘*coluttés*’ douradas é o inimigo de todos os *sans-culottes*¹⁰⁴”. A 10 de maio, a respeito da Constituição em preparo, Maximilien tem esta admirável fórmula, que faz dele, politicamente, o anti-Voltaire absoluto: “Até aqui a arte de governar só foi a arte de despojar e de subjugar o grande número em proveito do pequeno número, e a legislação o meio de transformar estes atentados em sistema¹⁰⁵”. Ele conhece a penúria em que se debatem, nos subúrbios, milhares de pessoas e louva a “coragem” de que elas necessitam para não desesperar completamente; sua “paciência” é qualificada por ele de “magnânima¹⁰⁶”. Ele pediu, dia 8, que não se hesite em “deter todos os cidadãos suspeitos¹⁰⁷”; e ele reclama, mais e mais, a 10, que sejam constantemente vigiados, no exército, o enorme número de oficiais “seguidores de La Fayette e de Dumouriez¹⁰⁸”. Mas ele se opõe sempre à depuração da representação nacional cuja idéia está no ar e que um membro dos Jacobinos acaba de preconizar, dizendo que o contingente parisiense enfim reunido para marchar contra os vendeianos não deveria deixar a cidade antes de ter purgado a Convenção dos “inimigos do povo” que ali se encontram. Neste 13 de maio de 1793, Robespierre é firmemente hostil a toda violação das Tulherias*. Em menos de três semanas ele não verá mais inconveniente nisto.

A 18, Barère, o escorregadio, o inatingível Barère, faz votar a criação de uma Comissão dos Doze cujo papel é o de “examinar a situação política e de investigar os complôs que ameaçariam a liberdade ou a lei” — ou seja, complôs de esquerda ou de direita. A Gironda assegura-se de imediato a maioria. Eles são 7 “brissotinos”, Roland a frente; nem um só “montanhês”. Lamartine vê aí os “componentes de um golpe de Estado¹⁰⁹”. O que farão eles? No dia seguinte, à noite, Robespierre é injuriado nos Jacobinos e quase vaiado pelas tribunas que criticam sua fraqueza, enquanto a sala é invadida por uma onda de cordeliers que querem que os membros jacobinos da Convenção se comprometam a obter decretos contra os agiotas, os monopolistas, assim como uma reforma do Executivo de

* É nas Tulherias, desde 10 de agosto, que está instalada a Assembléia.

onde é preciso excluir Garat (Interior), Gohier (Justiça) e Lebrun (Relações Exteriores). Santerre, comandante-em-chefe da Guarda Nacional desde 10 de agosto, apresenta sua demissão. Alguém, no mesmo momento, surge como vedete; é Desmoulins, que sem, eu penso, consultar Danton, ou passando por cima dos conselhos de moderação que dele pode ter recebido, publica, sucessivamente, dois panfletos de uma rara violência: “J.P. Brissot Desmascarado” e “História dos Brissotinos”, textos indefensáveis, rábicos, onde a verdade parece ser a preocupação menor de Camille; carradas de calúnias, e, como conclusão, que os “traidores”, os brissotinos-girondinos, sejam lançados “fora da Convenção*”. A 19 de maio os jacobinos concedem-lhe consternadores elogios. Robespierre guardou o silêncio. Os Doze não estão lá, imagina-se, para permanecer inativos. Eles decretam a prisão de Hébert, Varlet e Dobsen, ex-membro do primeiro Tribunal de Exceção (o de 17 de agosto) e, atualmente, presidente de seção, indócil, da Cité**. Hébert tinha se arriscado. O número 239 de seu *Père Duchesne* não passava de “uma grande denúncia aos *sans-culottes*”, de um complô formado pelos brissotinos, girondinos, buzotinos, pétionistas e todo o fodido bando dos cúmplices de Capeto e de Dumouriez para fazer massacrar os bravos montanhese, os jacobinos, a Comuna de Paris”. Recordam-se de Cambon que, a 4 de setembro de 1792, tinha chamado em socorro dos proprietários parisienses as “generosas populações do Midi”? E nós acabamos de ouvir Pétion pedir a ajuda dos “bravos habitantes de Paris” contra os monstros que se preparam para despojar os possuidores. Em maio de 1793, é uma festa de anátemas contra esta massa repugnante de candidatos a ladrões saqueadores, bandidos, que seria a “*sans-culotteria*” parisiense. Vergniaud participa, na região de Bordeaux, e quase nos mesmos termos, da convocação precipitada das pessoas de bem para a proteção de seus irmãos, em Paris: “Homens da Gironda, levantem-se! Não há um minuto a perder***, sob pena de ver-se dissolver todo o corpo social.” Louvet, por sua vez, num folheto, prega “o santo ódio” contra “os

* Quando do processo dos girondinos, em outubro, a lenda presta a Desmoulins terríveis remorsos (cf. M., II, 617). Ele não estava absolutamente assim durante o verão, porque escrevendo a seu pai em julho ele se vangloriava de ter sido “um agente decisivo na queda dos girondinos” (cf. J.-P. Bertaud, *op. cit.*, 205).

** E por que não Desmoulins? Estranho esquecimento, no qual pode-se supor o efeito de uma ação, discreta e amigável, de Danton.

*** Vergniaud aqui repete literalmente Pétion.

bandidos” e Guadet, a 14 de maio, promete o “cadafalso” ao “punhado de assassinos” que, saído do baixo mundo, ocupa — paradoxo imundo — a principal posição na capital; e se os parisienses não procedem por eles mesmos à limpeza que se impõe, “os Departamentos vão se precipitar sobre Paris” para executar a tarefa. O industrial de Grasse, Isnard — que se tornará ilustre, em 1815, no Terror branco — debita, a 25, um discurso onde ressoa, espantosamente identificável, um eco do manifesto de Brunswick anunciando a Paris uma “subversão total”: se qualquer atentado fosse feito “à representação nacional”, a província, a “França inteira”, se precipitaria sobre Paris que “seria aniquilada, a tal ponto que “se procuraria em vão sobre as margens do Sena” os vestígios de uma grande cidade que ali tinha “existido”*.

Como se você, os girondinos optam pela guerra civil. Robespierre chegou ao ponto de não poder mais suportar positivamente, como ele o faz há tantos meses, desde o início mesmo da Legislativa, a obstrução girondina barrando o caminho ao que deveria ser, para ele, a Revolução: uma modificação essencial das relações sociais. Ele declara, a 26, que quando o despotismo está no seu auge (...) o povo deve se insurgir. O momento é chegado¹¹⁰. Mas no espírito de Maximilien não se trata de um avanço popular contra a Convenção. Ele tem o cuidado de explicar imediatamente o sentido que dá às palavras que acaba de pronunciar. É no próprio seio da Assembléia que ele “convida” os patriotas a “se insurgirem contra os deputados corruptos”. De fato, que sugere ele? Se eu bem o compreendo, é a uma amputação praticada pela própria Convenção, e em si própria, que Robespierre incita o grupo “montanhês”. Ele tinha admitido que se recorresse a este extremo no caso somente em que o povo chamasse de volta seus mandatários “afastados do posto onde ele os colocou**”. No dia seguinte, 27, Maximilien vê proibido seu acesso

* A 25 de maio Isnard afirma que, “desde 10 de março”, um estado insurrecional “não cessou” em Paris. Entretanto, nos Jacobinos, um membro falará das procissões de *Corpus-Christi* que aconteceram na véspera, como de costume e pacificamente; o que não é absolutamente compatível com a descrição de Isnard. (Este jacobino protesta, aliás, porque, em diversos pontos da capital, destacamentos da Guarda Nacional tomaram parte a estas manifestações retrógradas.)

** Cf. sua décima-primeira *Carta* da primeira série (28 de dezembro de 1792). Robespierre tinha então escrito: “O corpo representativo não tem o direito de automitigar-se”, exceto no caso em que (etc.) (cf. R.O., V, 169-170).

à tribuna por um concerto de vociferações. Perto da meia-noite, a sala das sessões é invadida por agitadores, num momento em que a maioria dos deputados já se retirou. Hérault de Séchelles, que presidia, obedece aos intrusos e faz votar a supressão dos Doze pelos poucos montanhesees ainda presentes. A Comissão, naturalmente, restabelece-se a 28, mas a Assembléia, tomada de pânico, decreta a liberação dos três homens que ela tinha feito encarcerar alguns dias antes. Robespierre, a 28, fustiga esta Comissão Inquisitorial, e Danton rivaliza nas palinódias com Barère. Ele foi visto, a 29, de pé sobre o banco, clamando contra os que amordaçam Robespierre com seus gritos, e, a 29, no relatório que apresenta Barère ao Comitê de Salvação Pública, um parágrafo, devido a “este Danton tão caluniado” (é o que revela, a 30, *O Republicano*, pequena folha girondina), insiste sobre a “necessidade” de uma “volta à ordem” e de um “fortalecimento das propriedades” (Danton não esquece jamais esta questão primordial).

O “Comitê do Episcopado”, do qual sem dúvida jamais se saberá muito bem de onde ele sai, nem quem o dirige, parece decidido ao uso da força. Em 29, Robespierre usa nos Jacobinos uma linguagem em que se misturam emoção e escrúpulos. Ele exclama: “Se o povo inteiro não se levanta, a liberdade está perdida”. Desta vez é claramente o apelo à revolta popular e a uma pressão ameaçadora das massas sobre a Convenção. Mas como se ele se arrependesse e quase retirasse suas próprias palavras, Robespierre, imediatamente após, se refugiava atrás de um esgotamento físico para uma escapada: “Eu sou incapaz de prescrever ao povo os meios de se salvar”; ele está profundamente mal de saúde, e, ainda por cima, tão “arruinado” pelo espetáculo do “que existe de mais vil e de mais corrupto” na vida política que ele tenta desesperadamente sanear¹¹¹! A 31, alguns peticionários representando, dizem eles, as 48 seções parisienses, transpõem a barra da Assembléia e vem se sentar, com insolência, no círculo oficial. Eles escolheram para se instalar o lado esquerdo, no alto, onde os montanhesees se apertam para dar-lhes lugar. Nestas condições irregulares, chocantes, escandalosas, na qual a sessão deveria ter sido suspensa, Barère, criador dos Doze a 18 de maio, reclama, a 31, sua dispersão. Robespierre apóia Barère, e, indo mais longe do que ele, pede, sem precisar claramente seu pensamento, “medidas vigorosas” contra os membros que compunham esta máquina de guerra. Ele quer enviá-los ao Tribunal Revolucionário? Ele parece inclinar-se mais por sua eliminação, por sua derrubada: que

elès sejam expulsos da Assembléia, que eles deixem de fazer parte dela. Vergniaud corta a palavra a Robespierre para substituir sua vergonhosa proposta pela condenação urgente “dos autores da insurreição” em curso cujos emissários estão aqui presente. Pressionado por Vergniaud para concluir, Robespierre retoma: “Sim, eu vou concluir, e contra você; contra você que, após a revolução de 10 de Agosto, quis condenar ao cadafalso aqueles que a fizeram; contra você que não cessou de provocar a destruição de Paris*, contra você que quis salvar o tirano; contra você que conspirou com Dumouriez¹¹²”. E Robespierre anuncia que ele se associa ao voto dos peticionários: prisão dos Doze, mas também a de Brissot, Guadet, Vergniaud, Gensonné, Buzot, Barbaroux, assim como a do ex-ministro Roland e de dois membros atuais do Executivo: Clavière e Lebrun. A Convenção não vai tão longe e se limita, sob um parecer de Danton, a fazer desaparecer a Comissão dos Doze. Mas a Comuna — e o Departamento está de acordo — dá, a 31, um sucessor a Santerre para a Guarda Nacional cujo comando passa a um antigo encarregado de imposto, Hanriot, chefe de batalhão na seção dos “*sans-culottes*” (a do Jardim das Plantas), personagem tradicionalmente desacreditado e que entretanto, graças a seu prestígio e a sua boa vontade, renderá os maiores serviços à paz pública no cruel inverno de 1793-1794.

Uma jornada vazia, a do sábado 1º de junho. Chaumette recusou-se a qualquer detenção de representantes do povo. Billaud-Varenne, nos Jacobinos, lamentou, dia 31 à noite, que nada de decisivo tivesse acontecido: “É hoje que deveria ter sido dado o último golpe na facção”. Robespierre — por que? — não veio esta noite ao local da rua Saint-Honoré. Na Convenção, a 1º de junho, uma sessão morna à tarde, e à noite, apesar de Chaumette, uma delegação do Conselho Geral da Comuna veio reclamar a prisão de 27 deputados girondinos. O Comitê de Salvação Pública, para ganhar tempo, informa que apresentará, nos próximos três dias, um relatório sobre a questão. Na noite de sábado a domingo, o alarme vai soar. Segundo o relatório que fará Pétion destes terríveis momentos, Louvet, tomado de pânico, aconselha todos os seus colegas sensatos a deixarem Paris, esta noite mesmo, para se reagruparem seja em Bordeaux, seja no Calvados; “só resta a insurreição departamental”, dirá ele, “para salvar a França”. Na manhã de 2 de junho chega a Paris a no-

* Hipérbole. Somente Isnard permitiu-se este exagero literário.

tícia do que se passou em Lyon, dia 29: uma municipalidade de insurgentes defensores da ordem, e que prenderam o prefeito, Chaliier, levanta-se contra “os opressores (parisienses) da Convenção”. Saint-André anuncia na tribuna que “200 patriotas foram mortos” nesta cidade em revolta. No domingo, 2 de junho, desde o amanhecer, Hanriot manda batalhões e mais batalhões da Guarda Nacional — batalhões de confiança, formados quase que inteiramente por antigos cidadãos “não-ativos” — tomarem posição diante da porta das Tulherias onde se instalam os deputados. Levasseur contará em suas *Memórias*: “Ninguém pedia a palavra (...) Hérault presidia, silencioso, uma assembléia emudecida”. Danton, que mais do que nunca faz jogo duplo, e encorajará discretamente Hanriot na sua encenação de pressão (canhões estão agora apontados, sob seus cuidados, para as Tulherias), exclama, legalista acima de tudo, e dirigindo-se a seus colegas: “Vocês podem contar com o zelo do Comitê de Salvação Pública (do qual ele próprio, como se sabe, é o elemento principal) para vingar vigorosamente a soberania nacional ultrajada”. Segue-se o incidente célebre da tentativa (mais ou menos simulada) da Convenção mostrando-se disposta a suspender a sessão e avançar, compacta, sobre a esplanada para romper as fileiras do povo que a mantém cativa. Quantos são eles, ao certo, a provocar assim a milícia urbana para intimidá-la, e fazê-la abrir-se a sua frente? Um significativo grupo de deputados, certamente, vacila dois passos à frente da porta; mas somente alguns poucos esboçam o gesto de avançar. Hanriot lança sua ordem a plena voz: “Canhoneiros, às armas!” Mas um boato alegre percorrerá Paris, nos dias que se seguirão; se os canhões estavam realmente lá, os cartuchos, voluntariamente, neles não se encontravam. Os representantes não insistem mais, e, empurrando-se, retomam precipitadamente seu abrigo. Barère sugeriu sacrifícios individuais: que os mais generosos dos girondinos tenham a coragem, a abnegação, para tudo resolver amigavelmente, de renunciar — provisoriamente — a seu mandato. Dussault, Fauchet e Isnard oferecem sua imolação; mas eles são os únicos, e a Convenção, humilhada, controlada, despoticamente reduzida à obediência pela escória da capital, encarregar-se-á ela própria da ablação-ressecção; 10 dos 12 membros da infeliz Comissão, 2 ministros, 20 deputados são destituídos. As aparências são salvas: foi a Assembléia que se autodepurou. Mas o ultraje é de uma evidência gritante. Vergniaud, que tanto quanto Danton adora os efeitos teatrais, lançou uma frase destinada à História: “Dêem pois de beber a

Couthon um copo de sangue; ele tem sede”. Ele atirava mal; Couthon, ainda menos Robespierre, não desejavam, não queriam absolutamente a vida de nenhum daqueles dos quais as seções de Paris os tinham finalmente desembaraçado. Nenhuma idéia de enviá-los ao cadafalso. Jamais, nas afirmativas de Robespierre concernendo os girondinos, jamais, nem mesmo uma só vez, a alusão ao cadafalso. Em face, ao contrário, e mesmo sob a pena de Pétion — de doce transformado, espantosamente, em feroz —, facilmente a evocação de um guilhotina vingadora.

Está entendido que os deputados demitidos serão simplesmente condenados à prisão domiciliar, se eles jurarem não deixar Paris. Michelet exprime sua dor. Ele vê o 2 de junho de 1793 como um dia terrível para a República: “primeiro golpe lançado à religião (sic) nacional; a Convenção dizimada” (na verdade, menos de 30 membros sobre 750*); “foi assassinada a lei¹¹³”. Lamartine não fizera o mesmo julgamento. Lê-se na sua *História dos Girondinos* as linhas que seguem, às quais me parece difícil não aprovar: “Mais alguns meses de um tal governo” (sob a égide dos girondinos e com a colaboração de Danton) e a França “teria deixado de existir, como República e como nação¹¹⁴”.

2. De 3 de junho de 1793 a 5 de abril de 1794

Um primeiro tempo, que se estendeu por meses — dez meses, em suma, de 10 de agosto de 1792 a 2 de junho de 1793 —, para a Revolução enfim desentrevada e capaz de empreender sua realização. O entrave era o sufrágio censitário, o direito de voto e a participação nas questões nacionais reservadas aos possuidores. A liberação política só tinha sido obtida ao final de quase três anos. A liberação social restava a conquistar, e o mal da Convenção tinha sido o de suportar, tanto quanto a Legislativa, a autoridade, a influência, o império de um poderoso grupo, os girondinos, expressão e instrumento de uma classe, a classe vencedora de 1789, a burguesia proprietária. E tinham sido de tal modo as eleições de onde saíram a nova Assembleia, a segunda Constituinte, a Constituinte Republicana, as eleições marcadas por um abstencionismo arrasador, que a representação nacional continuava, na sua imensa maioria, partidária destes girondinos cujo desmoronamento tardio nós acabamos de ver, em 2 de junho de 1793. Não esqueçamos este detalhe lastimável: numa França em que o proletariado rural e urbano constituía a massa mesmo da nação, o sufrágio universal só conseguira delegar à Convenção dois proletários no total, não mais. E a dominação burguesa, trinta anos após, será ainda exatamente a mesma. Não é um cabeça-quente, um anarquista, um infrequente que se exprime, a 25 de julho de 1822, em plena Restauração, e na Câmara dos Deputados. O orador, um aristocrata, senhor de Beauséjour, um homem de bem — mas, ao mesmo tempo, um destes originais que se concedem, irrefletidamente, as iniciativas mais desagradáveis; um destes intempestivos que se põem (sabe lá Deus por que) a dizer o que não deve ser dito —, descreve como se segue a realidade francesa: “500.000 comedores e 30 milhões de comidos”. (Em 1792, teria sido preciso dizer 26 milhões.) Nós outros, da posteridade, sabemos que

não durante trinta anos, mas mais de um século após o 10 de Agosto de 1792, as coisas socialmente permanecerão tal qual, apesar da tentativa lamartiniana, muito rapidamente estancada, de fevereiro de 1848. Nós o sabemos; mas Robespierre não o sabia e acreditava ainda que agindo corretamente — mas como fazer? — poder-se-ia mudar alguma coisa à ordem, à desordem estabelecida.

Nada de mais precioso para o historiador que estas notas de seu próprio punho*, que ficaram por muito tempo ignoradas e que não seria supérfluo citar: “É preciso uma só vontade (. . .) É preciso ministros republicanos, papéis (ou seja, jornais) republicanos, deputados republicanos, um governo republicano. Quem são nossos inimigos? Os homens corruptos e os ricos (. . .) Os perigos internos vêm dos burgueses. Para vencer os burgueses é preciso reunir o povo. Tudo estava preparado para colocar o povo sob o jugo dos burgueses e fazer perecer os defensores da Revolução no cadafalso. Eles triunfaram em Marselha, em Bordeaux, em Lyon. Eles teriam triunfado em Paris sem a insurreição atual. É preciso que a insurreição atual continue (. . .) que ela se estenda passo a passo da mesma forma, que os *sans-culottes* sejam pagos** e permaneçam nas cidades***. É preciso fornecer-lhes armas, incitá-los, esclarecê-los. É preciso exaltar o entusiasmo republicano por todos os meios possíveis.” E ainda mais: “O obstáculo à instrução do povo: a miséria”; e estas palavras acrescentadas: “Colocar os generais republicanos à frente das nossas forças armadas e punir os que nos traíram (. . .) Subsistência e leis populares”. Já a 12 de maio, nos Jacobinos, Robespierre se pronunciou pela criação de um “exército revolucionário¹” composto exclusivamente de *sans-culottes*, com um soldo excepcional, e que teria a missão de zelar pela política interna, pela estrita aplicação das “leis populares” que é necessário editar. Mas jamais, infelizmente, nenhuma precisão fornecida por ele mesmo sobre o conteúdo das ditas “leis”. Nós podemos acreditar — sem ter as provas formais —

* Os historiadores divergem sobre a data deste texto. Entretanto, as alusões precisas, e conjugadas, à “insurreição atual” e às vitórias contra-revolucionárias de Bordeaux, de Marselha e de Lyon, revelam indubitavelmente, me parece, que Robespierre redige estas notas imediatamente após o abalo de 2 de junho, talvez mesmo entre 31 de maio e 2 de junho.

** No pensamento de Robespierre, para assistir às assembleias seccionárias (tomando assim horas sobre seu trabalho, seu ganha-pão).

*** Deve-se compreender que Robespierre se levanta aqui contra o recrutamento de *sans-culottes* para o exército?

que ele não está alheio à decisão tomada em 3 de junho (mas que ficará sem efeito) quanto à venda, por pequenos lotes, dos novos “bens nacionais” (os bens dos emigrados), nem ao decreto de 10 de junho sobre a justa partilha entre os camponeses dos “bens comunaes” retomados aos castelões que se tinham apropriado indevidamente de grandes extensões.

Fazem-se esforços, nos altos setores (Executivo, Comitê de Salvação Pública; o Comitê Danton-Barère), para limitar os estragos de 2 de junho e devolver às “pessoas honestas” algumas consoladoras seguranças. É assim que se vê desaparecer, com uma docilidade inesperada, o Comitê Insurrecional — quase que inteiramente dirigido por militantes do “Episcopado” —, que se deixa absorver pela Comuna onde se tolerou (com impaciência, com inquietação) mais do que se organizou o movimento popular. Barère, num relatório apresentado em 6 de junho à Convenção sobre os últimos acontecimentos, falou de um “limo impuro” acumulado pela Revolução, e o relator faz questão de que a requisição da força armada seja reservada explicitamente à Convenção, em nenhum caso à Comuna (por mais razoável e flexível que ela seja). Gendarmes foram designados para vigiar — um para cada homem — os deputados excluídos. Regime indulgente. Permitia-se mesmo que as infelizes vítimas da tirania plebéia não fossem obrigadas a permanecer eternamente em seus domicílios. Os proscritos podem livremente jantar na cidade. O que mostra os confortos que lhes são prodigados. Fácil de prever que eles aproveitarão, quase todos, para romper sua promessa e fugir. Desde 4 de junho, 12 dentre eles já desapareceram; outros 8 seguirão rapidamente este bom exemplo. E eles não partem para se proteger melhor, mas para agir; é o que se vai perceber muito rapidamente. Toma-se o cuidado — Danton antes de qualquer outro — de não complicar as coisas a respeito dos dois ministros demitidos, Clavière e Lebrun. Eles foram, em princípio, expulsos de seus postos, mas o Comitê de Salvação Pública mantém Clavière em suas funções até 13 de junho, e o outro, Lebrun, até 21. Assim, mais de três semanas suplementares de presença são concedidas a Lebrun no seu palácio onde reina um clima muito a Regime Antigo, que Deforgues, seu sucessor, encorajará, ajudado principalmente, neste ponto, por seu secretário-geral, Miot de Melito. É a Danton pessoalmente que Lebrun deve estas amabilidades. Quantos empreendimentos secretos eles conduziram juntos! Estes gestos não esgotam a preocupação de apaziguamento que testemunha o Comitê em direção dos sensatos,

dos amigos da estabilidade social, profundamente entristecidos com as expulsões de 2 de junho; mais de 70 entre eles, membros da Assembléia, vão assinar um protesto contra este escândalo, e é numa intenção conciliadora que vai se “agradecer” a Bouchotte para substituí-lo, na Guerra, por um Beauharnais que, prudentemente, se esquivava a esta honra. Apoiado por Robespierre, Bouchotte conserva, portanto, seu posto. A 6 de junho, Barère e Danton queriam ao mesmo tempo retirar o comando da Guarda Nacional de Hanriot e oferecer aos departamentos, dos quais certos representantes foram destituídos, alguns reféns voluntários, tomados nas fileiras dos montanheses. Robespierre mais uma vez opõe-se, em favor de Hanriot e contra o projeto dos reféns. A 10, ele chama a atenção de seus colegas sobre os fugitivos que, espalhados” pela província, “sacodem os tições da guerra civil²”. A 12, ele assinala que se vê desenhar a silhueta de um “novo Dumouriez”. Este general, de quem ele desconfia há semanas, procura “amotinar” seus soldados “contra a Convenção³”: é Custine, que o Comitê de Salvação Pública, contra o parecer desfavorável e bastante claro de Bouchotte, colocou à frente das forças do Norte, e a quem os lyoneses revoltados, porque têm boas informações sobre ele, vão propor uma aliança.

Um sombrio discurso, o que pronuncia Robespierre, a 12 de junho, na tribuna dos Jacobinos. Um excesso de fatos de uma triste eloquência se acumulam sob seus olhos. Trombas de água fria caíram sobre o fogo que ardia nas notas que nós reproduzimos e que são de ontem. E há também este esgotamento de que ele já havia falado a 29 de maio, consequência, dizia ele, dos trabalhos cujo peso ele tinha acreditado dever assumir depois de quatro anos. Ele os evoca de novo, a 12 de junho, mas com um cruel qualificativo: tantos esforços de sua parte foram “infrutuosos”. Faltam-lhe os meios, positivamente, para continuar, nestas condições, uma tarefa na qual ele vê bem que fracassou. Ele afirma mesmo que vai “apresentar sua demissão” de representante⁴. A exoneração dos girondinos não serviu para nada. Robespierre tem disto a lúgubre impressão. Mas, enfim, quaisquer que sejam sua fadiga e seu desencorajamento, ele não declarou que apresentava sua demissão; somente que ele se propunha a fazê-lo. Confissão de um desejo, ou um tipo de teste? Algo do gênero: se nada mudar, eu partirei. E os gritos que fuzilam: “Não! Não!” são sem dúvida o que ele esperava. Ninguém vai embora quando a situação chegou a um tal nível de gravidade. Não tanto — felizmente, e sempre — do lado dos anglo-austro-prussianos. A

26 de maio os ingleses cercaram Valenciennes e logo vão afirmar que bloquearam todos os portos franceses do Atlântico, o que ainda não foi feito. Sobre o Reno, Mogúncia, cercada, ainda resiste, e o inimigo parece mal-decidido a um ataque. Mas são os perigos internos que aumentam. De um lado, os vendeianos vão de vitória em vitória; eles se apossaram de Saumur, a 9 de junho; eles vão tomar Angers, a 18. De outro lado, há a revolta de Marselha, que se reforça, e em Lyon resultou numa verdadeira fúria burguesa a decisão tomada pela municipalidade montanhesa de um empréstimo forçado de 6 milhões, em parte destinado a aliviar a miséria operária: não há mais trabalho para os sericicultores. O presidente do "Departamento", o aristocrata Fréminville, rejeitou, anulou, "as infames portarias" que, disse ele claramente, "aspiram a nossas fortunas". Lamartine, que conhece bem Lyon, apresentará em sua *História dos Girondinos* as coisas como elas foram. "No dia em que a Revolução atingiu os banqueiros", esta "cidade, de comércio rico e farto, não reconheceu mais a Revolução". Lyon vai desafiar Paris durante quatro meses. E os girondinos que escaparam, Robespierre fala a verdade a seu respeito, impulsionam a revolta, onde quer que estejam. Buzot, deputado (destituído) de Eure, faz lançar em Evreux, a 7 de junho, uma portaria departamental que cria uma legião de 4.000 homens, 4.000 bons cidadãos, cujo objetivo é Paris e sua canalha. A 9, em Bordeaux, uma força similar, departamental também, se organiza; 1.200 homens somente (os bordeleses seriam mais sensíveis às veemências oratórias que à ação armada?). Planeja-se a convocação, em Bordeaux, a 13 de julho, de uma Assembléia de Oposição; mas a idéia se arrasta, enquanto em Caen Pétion, ajudado por Barbaroux e apoiado pelos deputados bretões, instala, no Hotel da Intendência, uma espécie de antiConvenção. Vêm se colocar a sua disposição, graças ao Barão de Wimpfen (que comandava, em Cherburgo, as defesas costeiras), dois regimentos de cavalaria e três batalhões recrutados na Bretanha e compostos de "jovens das melhores famílias de Rennes, Lorient e Brest⁶". Em meados de junho de 1793, 60 departamentos franceses estão em dissidência.

É a 13 de junho que se sabe em Paris o que se passa na Normandia, e Danton, que se comportou estes últimos tempos de modo estranho e oblíquo, endossa bruscamente seu antigo hábito de tribuno e cobre de maldições e de ameaças os traidores que estraçalham a França. O Comitê de Salvação Pública decreta a prisão dos girondinos culpados de atentados à união nacional, quebra as administra-

ções separatistas, cria duas circunscrições em Vaucluse para separar Marselha em revolta da fiel Avignon, e inventa um departamento da Loire, para contra-atacar Lyon por Saint-Étienne. Robespierre se refaz. A 14, ele não nega que atravessou horas difíceis em que “julgou severamente” o Comitê; mas não; ele se enganou; “eu estou convencido de que o Comitê desejava sinceramente a salvação da República”. E nós vamos ouvi-lo, pela primeira vez, neste 14 de junho de 1793, emitir um parecer que vai apresentar os dados exatos, segundo ele, do problema a resolver: “Nós temos dois obstáculos a enfrentar, o desencorajamento e a presunção, a extrema desconfiança e o moderantismo, mais perigosos ainda⁷”. As coisas vão mal e são complicadas; as dificuldades abundam e mesmo superabundam? Ao trabalho! Ao trabalho! Como se puder, do melhor jeito que se puder. Primeiro, antes de mais nada, para que subsistam a França e a República, depois para que se concretize esta revolução dos espíritos que é seu grande pensamento, seu principal objetivo e que, certamente mais do que todo o resto, determinará sua queda.

E a Constituição? Seria tempo, finalmente, de ocupar-se definitivamente dela; e não se pode dizer que a Convenção tenha se lançado com diligência a este trabalho para o qual ela foi eleita. Cerca de nove meses se passaram e a hora seria indicada para o parto, não? Pretender-se-á que é culpa dos girondinos, que não cessaram de criar desordem e de impedir a Assembléia de se consagrar ao objeto primeiro de sua missão. Desculpa oficial. É simplesmente evidente que, girondinos ou não, o acordo está longe de existir entre os representantes sobre o que deve ser, de fato, a organização da República. Há um vasto consentimento tácito sobre o caráter abstrato, simbólico, ideal, que revestirá a Constituição. Vai-se começar a agir, e dar ao público, atamancando o trabalho, a prova de um nobre fervor, mas na intenção inconfessada de deixar para mais tarde a aplicação destes artigos votados com a maior seriedade. É perfeitamente verdade que o estado das coisas, nas fronteiras como no interior, não permite absolutamente que se faça realmente a tentativa de um regime extremamente democrático. Não é o momento de proceder-se às repetidas eleições que implicariam em pôr-se em vigor disposições legais. Após a execução do rei, agravada pelas violências parisienses de 2 de junho, os deputados não estão, é verdade, impacientes para submeter a renovação de seu mandato a uma França em ebulição. Por mais divididos que estejam, os representantes, na sua maioria, desejam apenas perpetuar-se no poder. O 2 de junho inaugurou um

regime onde a autoridade governamental se encontrará confiada à delegação — eleita, e até então reeleita sem modificações todos os meses — de uma Assembléia reduzida em número, uma primeira vez, a 2 de junho, depois, no correr do mês, pela encarceração dos deputados contestadores. “Os tempos da ditadura estão próximos”, escreve Mathiez com honestidade⁸. Do regime austero uma advertência significativa aparece sob a forma de um controle reforçado da imprensa. O 10 de Agosto já tinha sido seguido, neste ponto, por sérias restrições; continuavam a se agitar à vontade os jovens girondinos. Desde 19 de abril, na Convenção, Robespierre tinha afirmado que “o interesse da República (podia) exigir certas medidas que reprimem uma conspiração baseada na liberdade de imprensa⁹” e, a 16 de junho, ele já não considera mais necessário recorrer a termos aveludados para reclamar do Comitê de Salvação Pública “as mais severas medidas a fim de deter os jornalistas infiéis que são os piores inimigos da liberdade¹⁰”.

Como está tacitamente entendido que a Constituição permanecerá letra morta, na Assembléia há uma satisfação em fazer desta ficção um modelo insuperável de liberdade cívica. É a soberania popular constantemente atuante. O corpo legislativo, de breve duração, somente *propõe* as leis; elas só são promulgadas se não há uma recusa formal, dentro dos próximos quarenta dias, de um número definido de assembleias primárias. Mesmo com a ausência dos girondinos, a representação nacional não está disposta a seguir Robespierre em suas fantasias limitadoras do direito da propriedade. Mas Maximilien não trata de modo superficial uma formulação que, sem dúvida, não será imediatamente traduzida em fatos, e pelo menos fixa-se uma data para o que será, estabelecida a paz, uma ordem social retificada e em vias de permanente aperfeiçoamento. Maximilien obteve a inclusão deste compromisso no texto estrutural da República: “A assistência pública é uma dívida sagrada. A sociedade deve garantir a subsistência dos cidadãos miseráveis, seja fornecendo-lhes trabalho, seja assegurando os meios de existir aos que estão sem condições de trabalhar.” E, numa inovação que não será jamais imitada em todo o mundo, o documento especificava o direito do povo de se revoltar — é um dever seu — se a autoridade traísse sua missão constitucional. O drama social, a tragédia da miséria*, como

* Sobre a miséria em Paris, a obra de Furet-Richet, publicada em 1965, tem o mérito de nos apresentar ilustrações comoventes (p. 280-281 e 320-321).

poderia alguém desinteressar-se por ela, não levá-la em conta, quando a realidade está aí, gritante? E ela grita, com efeito. Um padre — um “juramentado”, desprezado e odiado pelos realistas, um irregular, vigário em Paris mas que vive com uma viúva, e recolheu um órfão — ocupa-se, incansavelmente, de levar socorro a tantos necessitados que povoam seu bairro de Gravilliers, o abade Jacques Roux. Ele tem quarenta e um anos, em 1793; seu passado não é claro; mas tudo deixa crer que ele se resgatou; inscrito nos cordeliers, ele pertence ao Conselho Geral da Comuna, e quando a Assembléia concluiu os artigos da Constituição, Jacques Roux, em 20, 21 e 22 de junho, tinha insistido para que se acrescentasse e votasse um artigo complementar assim redigido: “A nação protege a liberdade de comércio, mas ela pune de morte a agiotagem e a usura”. Jacques Roux toca no intocável, nos meios de enriquecimento que absolutamente não se pretende interditar. Tudo se opera às escondidas e de comum acordo. A mais considerável das forças policiais permanecia, neste aspecto, totalmente ineficaz. Robespierre sabe disso e se exaspera, devorado como o é pela piedade, a cólera e a impotência. A 23, Jacques Roux se apresenta na tribuna da Assembléia para uma petição cuja violência e inutilidade é prevista por todos. Robespierre intervém para impedi-lo de falar. Ele diz: “mais tarde”; ele diz, “um outro dia¹¹”. É no dia seguinte, 24 de junho, que os representantes devem se pronunciar sobre o conjunto da Constituição enfim elaborada. Os organizadores se esmeram em fazer com que o 24 de junho tome o aspecto de uma festa, atmosfera de que Robespierre pretende tirar partido para um certo projeto que tem em mente; às vésperas mesmo do voto, em 23, a propósito do empréstimo forçado, “parece, disse ele, que se quer poupar a opulência às custas dos pequenos possuidores”; ele quer obter que escapem ao imposto as famílias cuja renda seja inferior a 10.000 libras e os solteiros cujos recursos não atinjam 6.000 libras, mas que em troca seja aumentada a participação obrigatória das classes ricas. Não se pode sempre impor o silêncio a Jacques Roux; de modo que, a 25, o abade toma a palavra, diante dos deputados, para o que a retórica denomina “interrogações oratórias”, isto é, fictícias, e cuja resposta já é conhecida por aquele que finge questionar, dando ele próprio a resposta: Os senhores determinaram em que consiste a liberdade de comércio? Não. Os senhores proibiram a venda do dinheiro? Sim, para se divertirem e (os senhores o sabem) inutilmente. Segue-se uma lista de sentenças, tão brutais quanto incontestáveis: “A liberdade não passa de um

fantasma quando uma classe pode esfaimar outra impunemente”; “foram os ricos que, nestes quatro anos, usufruíram dos benefícios da Revolução”; “a aristocracia mercantil, mais terrível do que a aristocracia nobiliária, nos oprime”; “a propriedade dos espertalhões é mais sagrada que a vida do homem?”; “o legislador tem o direito de fazer massacrar seres humanos (na guerra); como não teria ele o direito de impedir que os deixem passar fome?” . . . E Jacques Roux pergunta aos defensores profissionais do povo se eles sabem realmente do que falam com respeito aos miseráveis e se alguma vez “eles subiram até os prédios onde, em águas furtadas, sobrevivem — se é possível dizê-lo — seres “sem pão e sem roupas¹²”.

Billaud-Varenne tentou cortar a palavra a Jacques Roux que se agarrou à tribuna. Robespierre, que não está longe de compartilhar estas reflexões (afinal, que faz Jacques Roux senão “incitar” o povo, como Robespierre queria que se fizesse, em suas notas íntimas), só toma posição contra ele com um certo mal-estar, eu suponho, e de má consciência; mas, nesta hora em que a Montanha não é apoiada — e é uma litotes — pelo poder estabelecido, Jacques Roux, sem imaginá-lo, faz o jogo dos realistas (e de seus novos aliados “objetivos”, os girondinos que acendem o fogo por todo lado na província) ao acusar os convencionais de “tolerar coisas de que o despotismo teria se envergonhado”. Para Maximilien — ele vai, deliberadamente, além do que pensa? Mas o risco é grande — Jacques Roux trabalha numa “intenção pérfida”; “ele quer lançar sobre os patriotas uma tinta de moderantismo que lhes faça perder a confiança do povo¹³”. É verdade. Não há pior eventualidade, para os montanheses, no clima de guerra civil em que está o país, que a de perder o apoio dos subúrbios, dos guardas nacionais plebeus, dos soldados de Hanriot. É nisto que Jacques Roux é mais do que desagradável, mal-intencionado, temível. A Montanha, unânime, a 25 de junho levanta-se para cobri-lo de vaias, o que está longe de desagradar a uma Assembléia em que “a classe rica”, como o lembra muito bem Mathiez¹⁴, é majoritária. Acrescentemos que nos cordeliers a 22, um certo Duret faz de tudo para que a Convenção se atemorize e acredite ver, sob as declarações de Jacques Roux, o prenúncio de uma segunda “jornada” da qual ele fala de um modo apavorante: “nós fizemos o 31 de maio somente de água límpida”; é preciso agora um movimento que fique consignado “na história em caracteres de sangue¹⁵”. E eis que renascem agitações em Paris, a 26; nada de

muito grave; ainda uma vez — é a terceira desde fevereiro de 1792 —, uma agitação feminina; as lavadeiras (elas constituem em Paris toda uma população), ajudadas por donas de casa enfurecidas, lançam-se sobre barcos de sabão, no cais São Nicolau, em Grenouillère, pagando como entendem o que levam, ou mesmo negligenciando o pagamento. A 28, brigas e desordens na porta do Saint-Lazare. Pache mais uma vez interpôs-se corajosamente e trouxe de volta a calma. Hébert consagra-se subitamente à paz pública e clama com ardor pelo respeito aos bens. “Se acontecem pilhagens, nós todos faremos um baluarte de nossos corpos para impedir a violação das propriedades¹⁶”. Dia 28, à noite, Robespierre denuncia Jacques Roux e maldiz “as vociferações deste padre louco,” deste “provocador” que, “em conluio com os austríacos” (a incriminação é usual na política da época; todo opositor é, *ipso facto*, um agente do exterior), injúria os “melhores patriotas” e que, “sob pretexto de que a Constituição não contém leis contra os monopolizadores, insulta a grandeza da representação nacional”. O importante, para Robespierre, é impedir uma ruptura, prejudicial ao extremo nas circunstâncias atuais, entre jacobinos e cordeliers. Em 30 de junho, Collot d’Herbois e Robespierre se dirigem pessoalmente ao local onde, outrora, se tinham ilustrado Danton e Desmoulins; segundo o *Mercur Universal*, tendo, na ocasião, “fulminado o abade Roux”, eles tiveram então ganho de causa, apesar de Momoro que resiste, e persuadem os cordeliers a excluir “este mau elemento”*.

O Tribunal Revolucionário arde. A 18 de junho ele pronunciou, de uma só vez, 12 condenações à morte contra os principais “conjurados da Bretanha” reunidos por La Rouërie. A Convenção decidiu, a 24 de junho, aprisionar os girondinos que permanecem lealmente em Paris mas que não renegam absolutamente seus colegas articuladores de rebeliões. Em 26, a própria Madame Roland, a

* Em 4 de julho, Marat consagra mais da metade de seu *Publiciste* a denegrir furiosamente Jacques Roux. Cinco páginas penosas e desconcertantes. Será possível que Roux lhe tenha declarado: “Não imagine que eu creio em religião. Eu sei que é um conjunto de imposturas. Eu faço dela meu ganha-pão, e ninguém mais do que eu sabe jogar a santa comédia.” A continuação é pior: “No mesmo dia ele me confessou que era patriota de circunstância, que ele não sossegaria antes de fazer muita agitação, e que ele esperava sinceramente que isto lhe valesse o episcopado”. Mathiez não ignorava certamente este texto e entretanto sua conclusão sobre Jacques Roux é em favor de sua profunda sinceridade: um “verdadeiro cristão”, dirá ele, “cristão do fundo da alma” (cf. *A Vida Cara Sob o Terror*, 129).

respeitável mas excessivamente brilhante Madame Roland, cujo marido soube escapar, é detida em sua casa e levada à prisão.

Nada ainda, neste início do verão de 1793, de muito ameaçador por parte das forças estrangeiras*, felizmente para a República, quando se pensa nas devastações internas pelas quais os girondinos “federalistas” são responsáveis, e ainda mais, na guerra da Vendéia. Châtillon foi reconquistada em fins de junho pelas tropas da Convenção, mas a cidade é perdida outra vez, a 2 de julho, e a 5 as forças de Westermann conhecem um desastre próximo do aniquilamento. O CSP instalado desde 6 de abril jamais agiu com energia no plano militar, e nem por um segundo tentou colocar um pouco de ordem nas exações e malversações permanentes dos “abastecedores**”, o que não poderia nos surpreender da parte de Danton que, em acordo com Dumouriez, cobria outrora as concussões de Espagnac. Em troca, conspira-se sem cessar contra Bouchotte. Na preciosa “tabela analítica” com que Gérard Walter fez acompanhar, em 1962, sua edição de Michelet, há um parágrafo sobre Bouchotte, um parágrafo que eu faço questão de reproduzir aqui: “Ele era a ovelha negra dos dantonistas (...) Modesto e trabalhador (...) ele faz o melhor que pode para satisfazer às necessidades de um exército disparatado (...) minado pela propaganda contra-revolucionária, confrontando-se constantemente com atos de sabotagem da parte dos oficiais do Antigo Regime que tinham conseguido se manter (...) e com roubos e saques desenfreados dos favoritos do novo regime¹⁷.” Marat tinha os membros do CSP como poltrões e covardes e sustentava que o verdadeiro nome do Comitê não era de “Salvação Pública”, mas de “Perda Pública”. E eis que Danton se apaga, por uns tempos. Ficando viúvo, em fevereiro, ele voltou a casar-se em 17 de junho, desposando uma menina de 16 anos, lindíssima por sinal; suas alusões sexuais, banais, ele as multiplica então, afetando estar deliciosamente absorvido por tudo o que ele necessita ensinar à sua nova companheira. Sob esta ausência que ele proclama, dissimula-se uma tática, que Lamartine soube perceber: “Cercado de uma pequena

* Deve-se ver aí o efeito de manobras clandestinas conduzidas por Danton para deixar aos austríacos a esperança de um acordo que salvaria a cabeça de Maria Antonieta? Estamos em plenas trevas quanto a isto.

** É a palavra (“fournituriers”, no original — N.T.) de que se servirá Sébastien Mercier para intitular o capítulo CCVII de seu *Nova Paris*.

corte de homens suspeitos” e voluntariamente isento de toda responsabilidade governamental (na renovação do CSP, em 10 de julho, ele informa que não deseja ser reeleito), Danton vai “observar”. Ele se dá ares de um técnico cansado, requisitado por poderosos e encantadores interesses domésticos; mas se ele se cala, não deixa de estar, com o canto do olho, atento ao que se passa e, se ele “deixa seguir” o CSP “sem sua pessoa”, é “somente” para dar-lhe tempo de demonstrar sua “insuficiência”¹⁸.

Robespierre, solicitado por Couthon, Saint-Just e Bon Saint-André a entrar no CSP, a 10 de julho, informa que ele recusaria uma nomeação que se pretendia amigavelmente impor-lhe. Suas razões? Sua saúde, talvez, que ele sabe melhor do que ninguém em que pé está; mas há outra coisa (pode ser que eu me engane); duas vezes — na véspera do 10 de Agosto e na véspera de 31 de maio — Robespierre deu provas de temer, de evitar as responsabilidades diretas nos atos revolucionários em que a violência entra em jogo, ou corra o risco de entrar. Membro do CSP, ele deveria se engajar a fundo e não há dúvidas de que será necessário tomar decisões brutais. Ele preferiria dar seu parecer, mas não estar de modo algum entre os que ordenam. Além disso, ele conhece a intensidade dos ódios que se concentram sobre sua pessoa e sente escrúpulos de levar para o CSP este embaraço suplementar. Pode ser ainda, enfim, que acusado sem cessar, há meses, por seus inimigos, de cobiçar o poder supremo, ele queria estabelecer, por sua abstenção, a inanidade desta afronta tenaz. Há algumas semanas, e para marcar o golpe contra os girondinos e seus cúmplices, três deputados da Montanha foram agregados ao CSP como voz consultativa, exatamente os que fariam questão de ter Robespierre com eles: Couthon, Saint-Just e Saint-André. Dia 8, nos Jacobinos, o Incorruptível opôs-se a Chabot, que desejava uma renovação completa do CSP. A 10, ele toma a palavra em favor de Danton. Ele ficou descontente com ele, muito descontente, suspeito mesmo, no caso Dumouriez e ele lhe dirá, de frente, a 3 de dezembro. Atualmente ele não tem nada — que ele saiba — a reprovar-lhe. Dia 10, à noite, é com calor que Maximilien, nos Jacobinos, defende Danton sobre a proteção que ele teria concedido a um aristocrata. Robespierre presta-lhe uma homenagem quase solene: é então “em vão”, exclama ele, “que alguém sacrifica a vida (*sic*) pela liberdade, pois um mal-intencionado pode, em 15 minutos, arruinar a confiança que você tem tantos motivos para merecer!”¹⁹.

Com estes agregados, o CSP passa a contar com 14 membros.

A Assembléia, a 10 de julho, faz voltar a 9 o seu número, tal como era quando de sua criação, em abril; são eliminados 5 membros acusados de girondinismo. Mas Barère, o ultramaleável, o réptil, consegue se manter e fazer reeleger com ele dois centristas dóceis a seus conselhos, Robert Lindet* e Gasparin. Dois dantonistas vão aí representar seu chefe que se mantém afastado, Thuriot e Hérault de Séchelles. Mas com a mudança de estatuto dos três robespierristas que tornam-se membros de fato, o Comitê toma um ar mais militante. Duas cartas de Augustin, o irmão caçula de Maximilien e deputado como ele (cartas dirigidas a Buissart, de Arras, a 5 e 14 de julho de 1793), chocam por sua dessemelhança. Dia 5, segundo Augustin, “a alegria é universal”; o texto da Constituição foi submetido aos parisienses, que “aceitaram-no por unanimidade**”; “os cidadãos e as cidadãs”, diz Augustin, “desfilam há dois dias na sala da Convenção” aos gritos de “Viva a República!²⁰”. Dia 14, ao contrário, Augustin perdeu sua alegria: as subsistências, uma vez mais, causam dificuldades: “esta grande cidade parece carecer de tudo”; “as portas das padarias são diariamente assediadas”; ele desejaria acreditar — é sem dúvida o tema oficial — que as desordens são provocadas por “uma centena de agitadores” pagos pela “aristocracia que retoma sua audácia” (fórmula que está virando refrão); e ele acrescenta este detalhe: “Custine é, ao que tudo indica, um novo Dumouriez²¹”. Na véspera deste 14 de julho em que, ao que parece, nada foi previsto para comemorar a tomada da Bastilha, dois acontecimentos sangrentos produzem-se em Paris. Dia 12, tinha havido no TR 9 condenações à morte: 13 pessoas tinham recebido inculpação por terem agredido, em Orléans, um representante do povo, Léonard Bourdon; camelô no bairro pobre dos Gravilliers, tinha sido enviado em missão a Orléans; ali vivia à larga e, à saída de um banquete, tinha sido envolvido numa briga e apanhado um pouco. Ele tinha feito do caso uma questão de Estado, na qual, em sua pessoa, a honra e a segurança da Convenção tinham sofrido um intolerável atentado; 9 dos pretensos agressores de Léonard Bourdon são conduzidos à guilhotina, dia 13 à noite, vestidos da “camisa vermelha” dos parricidas — cada representante do povo sendo considerado pela nação como um pai. Na manhã de 13, duas irmãs de Léonard Bourdon pe-

* Sobre Robert Lindet, estas poucas palavras, a lembrar, de Michelet: Lindet e “sua boca amargamente sarcástica e voltaireana” (M., II, 481).

** Gostaríamos de conhecer o número de inscritos e o de votantes.

dem para serem admitidas na tribuna da Convenção; suspeita-se de que elas venham solicitar a graça dos condenados. Robespierre intervém para que estas pessoas aborrecidas não sejam ouvidas.

Este incidente acontece algumas horas antes do ato que faz do 13 de julho de 1793 uma data histórica: o assassinato de Marat por Charlotte Corday, de quem Michelet exalta a “natureza sublime”. Não se pode contestar que ao executar este assassinato ela sabia muito bem que ela própria perderia sua vida. Mas a forma que ela escolhera para ser recebida por Marat — doente e tratando suas ulcerações epidérmicas num longo banho de água morna —, esta forma é uma vilania. Charlotte Corday sabe que Marat é um homem generoso, que jamais é chamado por socorro em vão. Então, ela se rebaixa remetendo-lhe, pela jovem mulher com quem ele vive, um papel no qual Marat poderia ler: “Basta que eu seja bem infeliz para ter o direito a sua benevolência”. Ele escrevia sobre uma tábua colocada atravessada em sua banheira. Ele lê o bilhete, poussa sua pena, e diz a Simone Évrard, sua companheira, para deixar entrar esta desafortunada que vem pedir-lhe ajuda. Assim que fica só com ele, Charlotte Corday o apunhala. Ela será publicamente celebrada em versos por André Chénier, como uma espécie de santa, e saudada em prosa, apenas com algumas reservas, em sua *Crônica de Paris*, de 19 de julho, por Condorcet, que não suportava Marat; este personagem, de todos os pontos de vista revoltante para o Marquês enciclopedista, não tinha ousado protestar contra a “panteonização” de Voltaire? O novo CSP tem uma outra energia que o precedente. Com menos de dez dias de existência ele soluciona — enfim! enfim! —, de uma vez por todas, a questão dos direitos feudais, mantidos pela Constituição sob a grande manobra gesticuladora de 4 de agosto que falava em “reaquisição” lá onde os interessados acreditavam entender supressão. A Legislativa — e mesmo após o 10 de Agosto; seu decreto era de 25 de agosto de 1792 — tinha consentido na cobrança destes adiantamentos em todos os casos em que os castelões continuassem de posse dos antigos originais em pergaminho atestando estes direitos, e tornando, em consequência, inviolável uma propriedade confirmada. O CSP semi-robepierrista de 10 de julho de 1793, em data de 17, abole pura e simplesmente estes “direitos” iníquos e prescreve mesmo a destruição dos famosos e irresistíveis documentos justificativos. Questão resolvida. Foram necessários quatro anos, e a queda dos girondinos, para que à grande abertura cênica de 4 de agosto de 1789 seja substituído o gesto esperado. Uma chance também para o

Comitê renovado: a pequena força de “federalistas girondinos” — plena de realistas — que o traidor Wimpfen tinha lançado a caminho de Paris, será a 13 de julho (o dia mesmo da morte de Marat), batida, dispersada, pulverizada em Vernon. Na verdade alguns tiros de canhão foram, por si só, decisivos; e os corajosos batalhões formados de “filhos de família” se volatilizaram. Mas nem tudo é tão reconfortante. Os burgueses viris de Lyon cortam a cabeça, a 16 de julho, ao odioso Chaliier que, como sabemos, “aspirava” a suas fortunas. Toulouse, Marselha e Toulon estão em dissidência.

Custine, que recua constantemente, na Renânia, e cujas afirmativas, contatos, são mais do que inquietantes, é condenado à prisão, em 22. Mogúncia, cercada há semanas, rende-se a 23, mas a guarnição, sob Kléber, obtém “as honras da guerra”; ela sai, em boa ordem e guardando suas armas, com a promessa de que elas não servirão mais contra a Áustria. Promessa mantida. Kléber será enviado a Vendéia com seus soldados que diferem notavelmente dos “voluntários a 500 libras” recrutados por Westermann. O CSP regenerado recebe, a 20 de julho, um relatório — o relatório Dornier — sobre as inacreditáveis “negociações” de Espagnac, um prodígio na máfia dos fornecedores militares (caro a Dumouriez e coberto por Danton). Eis então os dados reais de que dispõe o Comitê: para seus últimos contratos, Espagnac encaixou — e unicamente para sua empresa de transportes — 5.443.500 libras em numerário, ele próprio tendo desembolsado somente 1.502.050 libras em *assignats*.

Os austríacos tomaram Condé a 12; em 22 cai Valenciennes onde penetra, em 29, um Duque de York aclamado como libertador pelos notáveis. Pensando bem, se Danton tomou suas distâncias, dia 10, com respeito ao governo, é bem possível, levando-se em conta suas diversas razões táticas, que tenha contado nisto o desejo de não compartilhar em nada o peso e os perigos de uma situação militar que corre o risco de acabar mal. A morte de Marat incita ainda mais Danton à prudência. É exatamente a atitude inversa que adota Robespierre. Uma agitação, me parece, talvez uma certa vergonha, o habitava desde que ele tinha recusado a seus amigos de integrar o CSP. Dia 14, na Convenção, Maximilien diz algumas palavras que nós erraríamos em considerá-las como um efeito de retórica: “Eu não teria sequer pedido a palavra, diz ele a 14 de julho, se não prevesse que as honras do punhal me são também reservadas (...) e que minha queda avança a grandes passos²²”. Ele até então jamais fora tão longe nesta alusão a sua morte que lhe é familiar. É uma premo-

nição que profere: que seu desaparecimento não deverá tardar. O assassinato de Marat serve à República pelo ardor que provoca num impulso revolucionário amortecido. Morrer assim vale cem vezes mais do que cair servilmente, numa cama, sendo levado por um mal incurável. Robespierre inveja Marat e decide segui-lo. Penetrar no Comitê de Salvação Pública com o que ele tem a intenção de realizar, é constituir-se em alvo. A 26 de julho, Gasparin demissiona para protestar contra a prisão de Custine. Então Saint-Just e Couthon convidam publicamente Robespierre a tomar lugar no Comitê, onde se “necessita de ti, Robespierre”. Ele diz sim. A 27 de julho de 1793, ele adere ao CSP. Ele vai cair exatamente um ano depois, a 27 de julho de 1794, e será morto a 28.

Cabe a nós estudar, o mais de perto possível, os últimos trezentos e sessenta e cinco dias de Robespierre, desde então participando do Poder. Duas etapas, neste percurso final. Como Robespierre acreditou — bem apressadamente — que, os girondinos afastados de seu caminho, ele poderia guiar a Revolução em direção ao fim que ele não tinha cessado de designar-lhe, do mesmo modo ele imaginará que, tendo reduzido à impotência os extremistas e os retrógrados, ser-lhe-á fácil conduzir o povo a compreender — como dizia Rousseau — seu “destino”.

Está aí a guerra, que complica tudo, a guerra externa, porque a outra, civil, vendeiana, não resta dúvida de que se sai dela, em alguns meses, se nela são aplicadas a vontade e o preço necessários. Em fins de janeiro de 1793, na quarta *Carta* de sua segunda série, Maximilien lamentou este conflito com as potências, conflito criado pela Assembleia e o rei juntos, e que “necessariamente torna-se uma digressão funesta; ele nos força a exaurir o Estado em homens e em dinheiro”; ele lamentava abertamente que não se tivesse começado, em 1792, por “domar os inimigos internos” e destruir uma Corte que se aplicava em “suscitar” a agressão francesa. Nós poderíamos, segundo ele, ter-nos poupado esta aventura. Com um pouco mais de lucidez e de coragem cívica, a guerra, dizia ele arrogantemente, “não teria absolutamente acontecido²⁴”. Lembremo-nos de seu vão combate, todo o inverno de 1791-1792, contra os projetos belicosos de Brissot, Gensonné, Condorcet. O que escrevia em janeiro de 1793, ele tinha mais do que qualquer outro o direito de escrevê-lo e, também isto, no início de junho, em suas notas secretas, há menos de dois meses: “A guerra externa é uma doença mortal enquanto o

corpo político” sofrer da “divisão das vontades”. Sem estar perfeitamente ao corrente, Robespierre sem dúvida não ignorou completamente os contatos que Lebrun, aconselhado por Danton, multiplicou secretamente com a Áustria para um acordo pacífico; mas que garantias foram oferecidas ao inimigo? Desejável, é certo, infinitamente desejável o fim da guerra. Mas pela própria salvação da República, não de qualquer jeito, numa atmosfera de abjuração. E é por isso que Robespierre fez pessoalmente questão, a 18 de junho, de que fosse votado, entre os artigos constitucionais, um texto sem escapatória e assim concebido: “A República francesa não faz acordo nenhum com um inimigo que ocupe seu território”. O que deixa aberta a possibilidade de renunciar a suas conquistas do Norte e Nordeste, tão ardentemente reclamadas pelos girondinos e por Danton — e às quais, por um momento, ele tinha dado seu acordo, numa febre de união nacional, no próprio dia 20 de abril de 1792, em que a guerra tinha sido declarada²⁵. Em Robespierre, membro (eminente) do CSP, nenhum entusiasmo marcial, mas uma determinação absoluta de conservar à Pátria cada polegada de seu território.

Apenas Maximilien tomou posse no Comitê e Danton, em 1º de agosto, lança uma proposta tendendo a erigir este organismo em governo provisório. Danton sublinha, ao mesmo tempo, sua decisão rigorosa de não entrar, no que lhe concerne, “em nenhum comitê responsável”; ele se designa um papel de “instigador”; ele só pensa em “estimular os que governam*”. A que segundas intenções obedece ele? Lamartine inclinava-se a acreditar que Danton procurava isolar os membros deste Comitê que ele não integra mais, a levantá-los numa espécie de pedestal prestigioso a fim de que eles ali sejam arrasados por obrigações insuperáveis. Robespierre intervém imediatamente, no mesmo dia, para combater o projeto de Danton. Ele parece não ver nele nem um mau desígnio, e interpretá-lo como um excesso de estima; ele se limita a uma observação de bom senso: não basta, diz ele sorrindo, querer licenciar a equipe ministerial; é preciso também “organizar”, de modo preciso e positivo, o funcio-

* Danton, que não ignora os rumores concernendo suas negociações clandestinas, tem o cuidado, neste 1º de agosto, de representar o belicista fulminante: “Sejamos terríveis! Façamos a guerra como leões!” Terá sido a partir de um conselho seu — e para demonstrar a calúnia dos que o acusavam de ter tentado trocar Maria Antonieta contra a assinatura de uma paz capenga — que em 2 de agosto a viúva de Luís XVI foi conduzida à *Conciergerie* (prisão anexa ao Palácio da Justiça, em Paris -N.T.), antecâmara segura do cadafalso?

namento da máquina governamental, e, “como não nos foram mostrados os meios, eu peço o adiamento da proposta²⁶”. Ele teme também que Bouchotte não seja particularmente visado na desintegração dos ministérios em que implicaria a dita proposta. Bouchotte, nós já o indicamos, é objeto de um ódio sem limites em razão de seus assessores e sobretudo de seu secretário-geral, Vincent, que Michelet julgará um “pequeno tigre²⁷”. Ora, Robespierre não quer que se toque em Bouchotte; ele o disse, em termos cortantes, na véspera mesmo, 26 de julho, de sua entrada no CSP; para ele, o coronel Bouchotte, Ministro da Guerra, é “um homem cuja probidade austera constitui o maior obstáculo às manobras criminosas desenvolvidas pelos novos Dumouriez”. Porque Custine não é o único general que a República precisa afastar.

A eterna questão das subsistências — ou seja, o bastante simples e brutal problema, para os pobres, de se alimentar (os ricos sempre sabem sair de qualquer situação; para eles, nenhuma dificuldade real; o dinheiro garante tudo, mesmo em caso de penúria) — é o pano de fundo permanente e dramático da Revolução, em Paris ao menos, sobretudo desde o inverno de 1791-1792. Robespierre jamais cessará de se debater neste labirinto “econômico” das coisas a fazer ou a não fazer, das urgências e das impossibilidades. A 26 de julho, os robespierristas, sob as objurgações de Billaud-Varenne, conseguiram fazer votar um decreto há muito tempo reclamado pelos cordeliers: controle e repressão dos monopolismos; “São declarados culpados de monopolização os que retiram de circulação (...) os gêneros de primeira necessidade”. Quem quer que viole a lei neste ponto corre o risco de ter confiscados os estoques que imobiliza; a reincidência será punida de morte. Mas este decreto de bela aparência contra os maus cidadãos e em favor do povinho não é de uma aplicação fácil. Um grossista é um monopolizador? Os preços submetidos ao tabelamento desde 4 de maio são respeitados pelos varejistas? E o próprio Robespierre, atualmente membro do CSP, reconhecia, em 31 de julho, que “os inconvenientes (desta lei de 4 de maio) fazem-se sentir em muitos lugares”. Ele compreende muito bem que um bom número de deputados deseje ver anulada esta lei de 4 de maio; mas não decidamos tão rápido a este respeito; se nós renunciarmos a esta medida, é preciso “substituí-la por disposições mais razoáveis”, e Robespierre sublinha que ele não vê ninguém a propô-las²⁹. A 3 de agosto, Fabre d'Églantine, o antigo “braço direito” de Danton, na Justiça, apresenta um relatório sobre a agiotagem, relatório que se

limita a constatações: que em junho 20 soldos em moeda eram equivalentes a 50 *assignats*, e que esta diferença, dia a dia acentuada, ampliou-se, a 1º de agosto, até valer 6 libras em *assignats* para os 20 soldos em numerário; um Luís vale 140 libras em *assignats**. Cambon, o incomparável especialista, imitou Danton ao recusar, em 10 de julho, ser reeleito no Comitê; a fim, dizia ele, de consagrar-se exclusivamente a bem gerir as finanças da República. No que diz respeito aos remédios para o malefício devastador da agiotagem e da queda do *assignat*, ele não proporá mais do que uma gratificação de 13 por cento a todo adquirente de bens nacionais que pague antecipadamente o preço total de sua compra. Seu orgulho, sua glória, sua vida, é o Grande Livro da Dívida, cuja criação ele anunciará em 24 de agosto, prova evidente de sabedoria e de lealdade ao regime. Surgirão, entretanto, quanto ao pagamento das rendas, estranhas discriminações que deixarão Robespierre estupefato.

O nervosismo, a angústia, são endêmicos nos bairros pobres; drama, o preço da manteiga, dos ovos, da carne (o preço do pão é artificialmente e custosamente mantido pela Comuna a 3 soldos a libra); drama, os aluguéis, mínimos, mas dos quais muitos ficam “suspensos”; drama, o vestuário, os sapatos que é preciso trocar, e a falta de condições para fazê-lo. Robespierre declara na Convenção, a 7 de julho, que, em sua miséria suportada com tanta coragem, o povo não é somente admirável, ele é “sublime³⁰”. Grandioso elogio, mas que não muda nada uma situação sinistra face a qual Robespierre se sente desguarnecido. Hébert, que para a difusão de seu *Père Duchesne* aproveita amplamente do desaparecimento de Marat, apóia Vincent, o cordelier que — com que objetivo? — retomou a idéia expressa por Danton, em 1º de agosto, sobre o CSP, que deveria se erigir em governo. Tocar em Hébert, que tem por trás de si a Comuna, é coisa delicada; do mesmo modo, agir contra Vincent, é desservir Bouchotte; resta Jacques Roux, que arvorou-se em sucessor de Marat com um novo *Amigo do Povo* a sua maneira, Jacques Roux que, por isto, é malvisto por Hébert, o padre Jacques Roux cujas declarações e protestos, em junho, embaraçaram, perturbaram, incomodaram o Poder e o próprio Robespierre. É contra ele que se pode agir mais facilmente. Quanto a Danton, Robespierre tem o cuidado de tê-lo consigo para impor respeito a Hébert. A 5 de agosto, Robespierre cobre de flores este Danton “sobre o qual ninguém tem

* Em numerário uma libra equivale a 20 soldos e um Luís a 24 libras. (N.T.)

o direito de levantar a mais leve crítica (*sic*) e a quem só desacreditará aquele que tiver provado ter mais energia, mais talento e mais amor à pátria³¹”, e, neste mesmo 5 de agosto, Robespierre insulta o infeliz Jacques Roux e qualifica de “horríveis (o que é, ao menos num aspecto, um exagero exorbitante) duas “ações” cometidas por este raivoso: “A primeira, a de ter desejado fazer massacrar* os negociantes, os lojistas, porque, dizia ele, eles vendiam caro demais; a outra, a de ter desejado fazer o povo rejeitar a Constituição porque ela era defeituosa³²”. Por duas vezes ainda, a 7 e 8 de agosto, Robespierre volta à carga contra o abade Roux com uma violência e uma amargura incômodas por seus excessos e que tomam um ar de calúnia. Ele o acusa, dia 7, de procurar reunir, para “saquear as lojas”, “celerados disfarçados sob o hábito respeitável da pobreza³³”; e, dia 8, ele faz comparecer à tribuna da Assembléia Simone Évrard, dita “a viúva de Marat”, que denuncia Jacques Roux e Varlet como “dois escritores mercenários” que têm a terrível audácia de se proteger sob a sombra e o próprio nome de um grande homem para divulgar seus escritos perniciosos.

O Conselho Executivo e os dois Comitês (de Salvação Pública e de Segurança Geral) esforçam-se em fazer esquecer aos parisienses dos subúrbios a dureza de sua existência através de uma festa cívica, “muito bela”, segundo Jaurès, desprezível segundo Michelet, que diz: “nada de alegria”, “em nenhuma parte a espontaneidade do povo³⁴”. Três estátuas gigantes — em gesso endurecido sobre uma armação de ferro — foram levantadas por David, uma simbolizando a Natureza, na Praça da Bastilha (esta, a mais gigantesca, tinha cem seios de onde partiam, em arco, jatos de água caindo a seus pés num grande lago); a outra, na Praça da Revolução, representava a Liberdade; a terceira, na Praça dos Inválidos, representava o Povo: Hércules arrasando seus inimigos. Um ar do triunfo (madeira e papelão) decorava a entrada do Bulevar dos Italianos. Para marcar profundamente a solicitude da Assembléia e da Comuna com respeito aos humildes, no desfile que acontece da Praça da Bastilha até o Campo-de-Marte, o presidente do Executivo dava os braços a um ferreiro e o prefeito a um lenhador. Quadros vivos explícitos. A festa tinha custado ao Estado um milhão e 200 mil libras. As tristes estátuas se decompuseram lugubrememente sob as chuvas de outono.

* O “fazer massacrar” é um exagero de Robespierre.

Aprovada por 1.801.918 votos contra 17.610 — o quanto este sufrágio universal é portanto ainda tímido, incompreendido, inutilizado! A França deveria contar com mais de 6 milhões de eleitores —, a Constituição foi de imediato, tal a Tora hebraica, encerrada num cofre em madeira de cedro e colocada diante da mesa do presidente da Assembléia. É a Santa Arca, a lei do futuro. Pelo momento, a veneração que deve cercá-la interdita, precisamente, de perturbá-la em seu sono. Ela é a promessa — longínqua — da paz reencontrada. Por enquanto, há a guerra e Robespierre não pretende que a França, unicamente preocupada em vencer os inimigos externos e internos que desejam sua ruína, ocupe-se de outra coisa que do combate. E eis que de repente, em 11 de agosto, no dia seguinte à festa unificadora do dia 10, Delacroix (dito Lacroix), trata de declarar, diante da representação nacional, que seria conveniente prever, o mais cedo possível, eleições com a convocação imediata das assembleias primárias, a fim de que um novo corpo legislativo constitucional venha substituir a Convenção cuja tarefa está terminada. Robespierre se sobressalta. O que é que isto significa? Em que armadilha querem empurrar o governo tal qual ele é? Lacroix não pertence ao CSP; mas Robespierre tem certeza de que ele aí dispõe de cúmplices preparando com ele uma desagregação do poder; ele pronuncia, naquela noite mesmo (11 de agosto), nos Jacobinos, palavras de uma incorreção inaudita própria a espantar seus auditores: “Chamado contra minha vontade ao Comitê de Salvação Pública”, diz ele com uma espécie de fúria (o que não é exato; se ele tivesse persistido em sua recusa de 10 de julho, ele não teria sido eleito a 27; ele não entrou portanto no poder “contra sua vontade”, ele o fez deliberadamente), “nele eu vi coisas de que jamais teria ousado suspeitar. Nele eu vi, de um lado, membros patriotas que buscavam em vão o bem de seu país e de outro traidores (*sic*) que tramavam, no próprio seio do Comitê, contra os interesses do povo³⁵”. Assim, colegas, representantes membros, como ele, do CSP, são publicamente denunciados por ele como “traidores”. A palavra foi bem articulada. O suficiente para provocar uma crise imediata, uma crise de regime: o Poder cortado em dois, se devorando mutuamente. Maximilien confia aos Jacobinos que ele “ainda não voltou a si” do estupor no qual o mergulhou a proposta de Lacroix, e ele anuncia sua decisão, se acaso prevalecer este projeto abominável e fatal para a República, de se “separar imediatamente do Comitê”. Segundo o *Jornal da Montanha*, durante

seu escândalo, Robespierre pede que se apreenda e se “encarcere” estas pessoas, este “monte” de gente que há alguns dias “percorre as ruas oferecendo a imagem da indigência e da fome”, e que estão na realidade a soldo da “aristocracia”, “pagos para seduzir o povo e enganá-lo com sua credulidade e sua compaixão³⁶”. Texto-documento que prova — mesmo se recorre, como Robespierre, a uma interpretação tranqüilizadora (tudo encenação, manobras reacionárias) bastante discutível — que a agitação reina em Paris, que cortejos circulam, gementes ou ameaçadores, que põem em perigo, com a paz social, a autoridade do Estado, sua vida, sua sobrevivência, se prefere, a qual se constitui, sendo as coisas o que elas são, num milagre cotidiano.

É preciso acreditar que não se tomou totalmente a sério, nem nos Jacobinos nem fora deles, as exclamações, imprecações e revelações espantosas de Robespierre, a 11 de agosto, à noite, sobre o CSP, porque elas não tiveram nenhuma consequência. Ninguém se considerou ultrajado, indignado. É verdade que Robespierre — este é um método seu, que ele não perderá — acusa com palavras terríveis mas sem designar o nome daqueles cujos crimes o revoltam. É provável que ele mesmo tenha admitido, após a sessão, ter-se deixado levar longe demais, verbalmente, pela emoção que tinha suscitado, em sua consciência de homem de Estado, a detestável proposição Lacroix. O incidente é encerrado ali mesmo. Dia 12, tudo se passa, na Convenção, como se na véspera, à noite, jamais tivesse acontecido a inacreditável explosão de Robespierre, que toma a palavra por uma política de severidade. Não somente ele “pede a cabeça” de Custine e seu julgamento “em vinte e quatro horas” (vai ser preciso, no entanto, que ele espere até 28 para que Custine seja executado), mas é o Tribunal Revolucionário que ele acusa, considerando tímido demais seu zelo que tem muita necessidade de ser “estimulado”. Os suspeitos, diz ele, pululam: “Nós estamos infestados de agentes da Inglaterra³⁷”. A 13, Robespierre volta à tribuna para defender o projeto de instrução pública legado por Lepelletier de Saint-Fargeau, o convencional assassinado em 20 de janeiro por um antigo oficial da guarda do rei. Quando da confirmação mensal, pela Assembléia, dos poderes delegados ao CSP, Danton, solicitado, esquivou-se mais uma vez; mas o Comitê amplia-se, a 14 de agosto, com Lazere Carnot, oficial de engenharia, a quem serão confiadas as grandes operações militares, assim como com um amigo seu, um acólito, um comparsa, Prieur de la Côte-d’Or, de quem Michelet

nos diz, com sua divertida facilidade natural para adotar as lendas, que ele tinha a “alma generosa do país dos bons vinhos e dos corações calorosos³⁸”. É uma vitória de Barère, esta dupla adjunção; um precioso contrapeso à bastante perigosa presença, no Comitê deste Robespierre que confessa, sobre a propriedade, estranhas doutrinas às quais não corre nenhum risco de se associar Carnot, filho de um notário, “gente de bem”; ele encontrará em Prieur — bem diferente de seu homônimo “de la Marne”, que sentava na Constituinte “do lado esquerdo” — um fiel e eficaz auxiliar na luta dissimulada, e profundamente rancorosa, que eles levarão até seu triunfo, no 9 Thermidor, contra um Robespierre que detestam.

O CSP mudou completamente de aspecto, desde 27 de julho. Não existe mais nada da vaga letargia que se tinha observado em sua primeira formação. Robespierre agita a sua volta. Não existe mais imprensa de oposição, mas surgem libelos e panfletos, anônimos (não precisa dizer), uns ferozmente contra-revolucionários, outros, mais numerosos, denunciando uma Revolução que deixa abertas, no país, muitas chagas. E Robespierre exige uma repressão sem piedade. Que se encontre, que se persiga, e que sejam enviados sem mais tardar ao TR aqueles que “envenenam o espírito público” e cujas “ações criminosas” é preciso, a todo preço e de imediato, “deter”. Ele calcula seu número em “mais de 60³⁹”. E há também estes perigosos agentes que Maximilien acreditou ver em ação a 11 de agosto, na intervenção de Lacroix. Ele batizará de brissotinos nostálgicos, a 23, os intrigantes que desejariam “uma nova legislatura⁴⁰”. Está certo, não é absolutamente o momento de organizar eleições, quando o federalismo exerce tantos danos através da província; e Maximilien está bem resolvido a manter em seu lugar uma Convenção mutilada e domesticada*. Mas a situação política não deixa de ser desconfortável, em Paris, neste verão de 1793, em razão das condições de vida, asfixiantes, em que mal podem respirar inúmeras famílias operárias. Uma clientela, esta, pronta para os “anarquistas” que horrorizavam os girondinos e que inquietam sem cessar a maioria dos representantes; e se Jacques Roux, Varlet e Leclerc são muito malvistos pela Comuna, Hébert, embora guardando

* Será necessário lembrar que são os eleitos de setembro de 1792, ainda em seus postos em outubro de 1795, que pretenderão obrigar os eleitores a manter na nova Assembléia os dois terços da Convenção? Daí a jornada do 13 vendômiário, concluída a tiros de canhão por Barras e Bonaparte.

a prudência que comporta seu título oficial, dispõe de uma audiência popular capaz de virar, sob sua mão, num meio de pressão contra o Poder. A pasta do Interior tendo ficado livre pela demissão de Garat, Hébert quer assumi-la. A Assembléia dá atenção a Danton que empurra um homem seu, Paré. Não se sabe bem que posição tomou Maximilien na ocasião; provavelmente, e de maneira discreta, apoiou o mesmo Paré. Hébert, inicialmente enraivecido contra Danton, julgou oportuno acalmar-se muito rapidamente; e Danton se permite, a 17, uma sentença em forma de truísmo mas que soa como uma advertência: "Todo governo que não garante a subsistência do povo corre o risco de se quebrar". Certo, mas que medidas tomar? Onde está a solução do grande problema? Danton consentirá, em 26 de agosto, a entrar numa Comissão das subsistências, cujo trabalho efetivo será dificilmente perceptível, e para a qual ele leva consigo o ex-capuchinho Chabot, trapaceiro cobiçoso e capaz de tudo.

Leclerc exigiu, anunciou, uma "jornada" para o 25 de agosto, ou seja, um movimento dos subúrbios; mas nada de semelhante aconteceu, e neste 25, nos Jacobinos, Robespierre planeja uma reorganização do CSP reduzindo-o a 10 membros. Eles são 11 desde o dia 14. Quem ele quer então excluir? Ele não se explica. Em 28, apesar de Maximilien, que vê na ação uma manobra hostil de Billaud-Varenne, os cordeliers falam em se dirigir em massa à Convenção para obrigá-la a uma depuração radical do exército, com a destituição de todos os oficiais nobres. Maximilien desaconselha esta desajeitada grosseiria; mas ao mesmo tempo, dando uma de equilibrista na corda bamba, ele sorri aos cordeliers ao facilitar Rossignol ("conhece-se tua coragem⁴¹"), que é reintegrado em seu comando na Vendéia após ter sido suspenso por um tempo, e a quem todos os moderados abominam. A guerra externa continua quase estagnada. A Áustria e a Prússia estão muito mais preocupadas com as ambições russas sobre a Polônia que com as hostilidades a oeste, e Pitt não pensa trabalhar, em solo francês, em proveito de Cobourg. A 18 de agosto, ele precisou ao Duque de York que seu objetivo é Dunkerque (no momento o investimento ainda é suficiente) e que ele não deve, de modo algum, dar ajuda aos austríacos. Sempre, do lado do inimigo externo, esta sorte única que constitui para a Revolução Francesa a passividade ou pelo menos uma espécie de indolência de uma coalizão sem ardor; assim a Convenção vai poder resolver, de uma vez por todas, suas terríveis questões internas. O cerco de Lyon

começou a 8 de abril; os vendeianos sofreram, dia 13, em Luçon, uma séria derrota; o exército vai restabelecer, em 25, a ordem republicana em Marselha. Danton decide concentrar em sua pessoa os olhares, e por meio de um exercício no qual, por duas vezes já, a 2 de setembro de 1792 e 9 de março de 1793, ele demonstrou suas habilidades: o grande número marcial, o patético apelo às armas. Em 23 de agosto, ele descobre, com uma emoção que ele espera seja universalmente compartilhada, que é chegada a hora, para toda a juventude francesa, de se bater. Todos soldados, os filhos (adultos) da pátria! Que se transforme em furacão a chama revolucionária ressuscitada, exaltante — sem falar do benefício que traria, para a paz social, uma mobilização gigantesca. E terminada, anulada, a autorização da substituição militar: Terminaram-se os privilégios dos ricos. Os ricos, como os pobres, sob a farda! Danton voltou a ser o intratável cordelier de outrora. E a 23 de agosto, levado pelo fervor de uma tal eloquência, a Convenção decreta o “recrutamento em massa” sem se preocupar muito, ao que parece, com os meios concretos, imperiosamente necessários, para vestir, armar e manter esta multidão guerreira. Financeiramente, nenhum problema: Cambon fará jorrar de suas impressoras novas toneladas de *assignats*; em setembro, ele emitirá de uma só vez 2 novos bilhões.

Em 27 de agosto, graças à traição — literalmente perfeita, acabada, exemplar* — dos dois almirantes franceses, Chaussegros e Trogoff, que comandavam a frota do Mediterrâneo, Toulon e seu arsenal caem nas mãos dos ingleses. Ainda se desconhece completamente esta catástrofe em Paris, mas as agitações dos deserdados agravam-se na capital quando Danton “mata-mouro e espertalhão” — como escreverá Mathiez⁴² — propõe, de improviso, a idéia de uma “terceira revolução”, sem que se perceba claramente o que ele entende por isso, senão que ele parece desejar um movimento de massas. Contra quem? Contra o quê? Com que intento? Na verdade, não, Danton não quer uma insurreição; ele pede somente à Convenção — mas com força e num tom de urgência — que ela se una ao povo para “concluir finalmente esta regeneração (?) da qual ele (o povo) espera sua felicidade, adiada até o momento pelos monstros que o traíram”. Simples condenação retrospectiva

* Apreciemos a amenidade complacente com a qual Gaxotte, o distinto historiador, apresenta este pequeno episódio: “Os almirantes Trogoff e Chaussegros pedem ajuda aos ingleses” (*op. cit.*, 293).

de Luís XVI, de Dumouriez, do girondinos. Nenhum sinal de ofensiva. Mas no mesmo 30 de agosto, o abade Royer, cura patriota de Chalon-sur-Saône, exprime o voto de que “o terror seja colocado na ordem do dia”; e um certo Gaston, deputado do Ariège, opina com vigor no mesmo sentido: “É preciso sangue, diz ele, para consolidar a Revolução”.

Após uma enérgica intervenção de Danton, dia 12, referente aos “suspeitos” (“o homem justo, afirmou ele, não perdoa os maus”), as prisões de Paris contam agora com mais de 1.500 presos. E uma revolta popular acontece a 4 de setembro. Em março, as sinistras notícias da Bélgica não tinham estado alheias ao motim; desta vez, são as notícias de Toulon que se somam à efervescência. Se os almirantes agora imitam Dumouriez e Custine, é o fim de tudo! Concentrações tumultuosas, a revolução na rua, os fenômenos desta espécie têm sempre seus iniciadores, que forçosamente não obedecem a baixos motivos pessoais. Robespierre certamente considerou o 10 de Agosto como uma explosão necessária. Mas estes infelizes, que em 4 de setembro despencam dos bairros da miséria e se amontoam na Praça de Grève, aos gritos de: “Pão!”, de que máquinas ocultas eles são, sem sabê-lo, os instrumentos? Os “raivosos” contribuíram para sua efervescência; mas os militantes republicanos não são loucos furiosos; eles não pretendem governar; eles são apenas as testemunhas permanentes, dilaceradas, revoltadas, de um oceano de infortúnios que é o seu próprio meio e sua obsessão. A Comuna? Pache, o prefeito, é um bravo homem, consciente de seus limites, e que não tem nada de um arrivista. Seus dois adjuntos chamam-se Chaumette e Hébert. O primeiro, que cultiva sua popularidade, não é, por esta razão, um inimigo do CSP que ele se esforça, ao contrário, em servir utilmente. Não se passa o mesmo com Hébert, um ambicioso, que foi visto, há pouco, cobiçar, em vão, o Interior e que, orgulhoso das paixões que suscita com seu *Père Duchesne*, julga-se uma potência. Dois homens, igualmente à esquerda, têm prestígio e força: Billaud-Varenne e Collot d’Herbois; uns ambiciosos, certamente, mas leais, corajosos, fiéis a um mesmo pensamento político, ao mesmo tempo bastante anti-religiosos e socialmente muito progressistas. E Danton, na conjuntura? Ele olha, escuta, observa, espreita, nem a favor nem contra Robespierre, cauteloso e, no momento, após seu grito do dia 30, sem intenção de colocar o CSP em perigo.

Não é, eu repito, a uma “história da Revolução” — mais uma, já há tantas! — que eu me proponho aqui. Não tenho nem a pretensão nem a competência para fazê-lo. Tento somente nunca perder de vista Robespierre na grande aventura de 1789-1794 e de interpretar sem equívocos seu comportamento. Neste início de setembro de 1793, com toda evidência, a questão prende Robespierre pela garganta, a terrível questão da vida, simplesmente, a vida cotidiana, as lamentáveis condições de vida que suportam, em Paris, milhares, dezenas de milhares de miseráveis. A questão jamais deixou de estar presente e lancinante para ele; agora que a interminável resignação dos indigentes dá lugar a uma bastante compreensível cólera reivindicativa, Maximilien não sabe hoje mais do que ontem o que fazer para dar-lhes remédio. A seca tinha parado os moinhos, quase todos movidos pelos cursos d’água na região parisiense, e as padarias sofrem, na entrega das farinhas, interrupções que provocam o pânico. Por acaso é Robespierre que preside a Convenção nesta quinzena*. Chaumette, sem saber o que fazer diante dos manifestantes que cercam a Comuna dia 4, precipita-se à Convenção para receber como resposta, de um Robespierre que afeta o maior sangue-frio: “A Assembléia ocupa-se das subsistências⁴³”. Papo-furado! E se Chaumette, angustiado, contenta-se como pode com esta asserção sem conteúdo e transmite-a à multidão dando-lhe um melhor aspecto, Hébert, quanto a ele, pretende tirar bom-proveito das circunstâncias. Dia 4, à noite, Robespierre tenta persuadir os jacobinos (e talvez persuadir a si próprio) de que o movimento popular que tinha “injurado e ameaçado” Pache — era um exagero — não passava da ação de “alguns perturbadores”. Ele denuncia “um complô para esfaimar a capital”, argumento cômodo demais, já utilizado em março contra os girondinos. A jornada do 5 de setembro corre o risco de acabar mal, Hébert tendo convidado, na véspera, todos os operários e artesãos parisienses a deixarem seu trabalho para “cercar” a Assembléia, como o povo, disse ele, já deu o exemplo “em 10 de agosto, em 2 de setembro (?) e em 31 de maio” a fim de obrigar a representação nacional a adotar “meios indicados para nos salvar”. Entre estes meios figura a criação, de que o próprio Chaumette falou

* Onde diabos Michelet foi pegar esta idéia (M., II, 571) do desaparecimento de Robespierre durante o dia 5: “O que é certo, escreve Michelet com uma calma autoridade, é que Robespierre não foi visto dia 5”. Falso.

dia 4 (retomando uma sugestão apresentada por Robespierre desde 14 de maio), de um “exército revolucionário”. Mas o destino que a Comuna quer dar a esta legião especial não é o que objetivava Robespierre, o qual via nela apenas batalhões de *sans-culottes* capazes de fornecer à Guarda Nacional, em caso de perigo para a República, um indispensável reforço. Chaumette reclama incursões armadas em todos os grandes domínios rurais das cercanias de Paris para arrebanhar os sacos de farinha que nelas fossem encontrados. Hébert completa a proposta exigindo que “cada coluna deste exército” tenha sua guilhotina pronta para uso. Em sua alocução aos Jacobinos, Robespierre não deixou de levantar o tom, a fim de absolutamente não oferecer a Hébert o pretexto de apresentar o Comitê como um obstáculo ao alívio das misérias urbanas: ele adotou mesmo um acento rude para brandir uma ameaça: “Se os fazendeiros opulentos só querem ser os inimigos do povo, nós os entregaremos ao próprio povo⁴⁴”.

Não haverá neste 5 o movimento de massas com que contava Hébert. Pache e Chaumette tinham o controle da situação, e é um cortejo amplo mas pacífico, conduzido por eles mesmos, que se dirige do Hôtel de Ville à Convenção. Para conjurar o perigo, bastante real, com que ameaçavam o Estado as manobras de Hébert e do clã Vincent-Ronsin (Bouchotte, pessoalmente, não tendo nada a ver com todas estas tramas aliás hesitantes, confusas, entrecruzadas), Robespierre vai soltar as rédeas aos extremistas quanto a esta política de tabelação que ele não aprova, que considera, como Saint-Just, inoperante — eles se enganam, aliás, um pouco, ambos, a este respeito —, e faz votar pela Convenção, na qual o medo paralisa toda resistência, medidas garantindo, na tempestade, a salvação do Comitê. Respondendo à delegação da Comuna que se coloca como porta-voz da multidão, calma mas numerosa, reunida diante das Tulherias, Maximilien, que ainda a preside (é seu último dia no cargo), pronuncia o aforismo majestoso que a gravidade da situação exige: “A solicitude da Convenção se estende sobre todos os males do povo⁴⁵”. Então, está entendido, “o exército revolucionário” vai se tornar, e de imediato, uma realidade. Billaud solicita um grande levantamento de “suspeitos”; e Robespierre, que cuida para não comprometer sua autoridade, não intervém para moderar esta veemência. O que faz com que, em 7 de setembro, aconteça uma primeira onda de prisões, limitada, no momento, aos banqueiros

estrangeiros*. Danton, sob pretexto de proteger as seções contra a influência dos ociosos (que podem comparecer quando querem às assembléias locais, invadi-las, desnaturá-las), propõe que estas reuniões só aconteçam, daí para a frente, duas vezes por semana e que os *sans-culottes* que desejarem delas participar recebam uma indenização de 40 soldos. É o fim desta permanência das seções votada em julho de 1792; e quanto à indenização dos artesões, é a legalização de uma prática evocada pelo próprio Robespierre como útil em suas notas íntimas de junho. (E no entanto ele desconfia do “patriotismo pago”). O projeto de Danton foi votado em 9 de setembro. Ele pretende assim fazer frente aos retrógrados, mas presta um eminente serviço ao Poder reduzindo as possibilidades de ação dos hebertistas e outros impacientes.

Marius (é o apelido que os Desmoulins, marido e mulher, davam a seu amigo Danton) une-se neste momento a Maximilien, não lhe passa nenhum rasteira, associa-se à sua política. No dia exato em que triunfou na sua operação de tranquilização das seções, ele esteve mais “patriota”, mais revolucionário do que nunca; e ele saudou “o ardor sublime”, em 4 e 5 de setembro, de um povo cujas aspirações são “ditadas pelo espírito nacional”. A 12, ele apoiará profundamente Robespierre que defende este Hanriot de quem a Plaine quer a destituição e que Maximilien tenciona manter à frente da Guarda Nacional, enunciando esta observação: “Quem não foi caluniado pelos inimigos do povo não é seu amigo zeloso⁴⁶”. Insiste-se de no-

* O banqueiro neuchatelense Perregaux (futuro criador, graças a Bonaparte, do pseudo-Banco da França) viu, em setembro, seus papéis fechados com selos; medida revogada desde dia 12, diante da descoberta de “provas evidentes de seu civismo”. Como mostra de reconhecimento, Perregaux versará, em outubro, 4.000 libras à seção dos Piques. Quando Danton for detido, em 31 de março de 1794, vai ser encontrada em sua casa uma carta, dirigida a Perregaux pelo Foreign Office, a respeito de pagamentos feitos por ele a três indivíduos (designados somente por suas iniciais) que tinham prestado admiráveis serviços a Pitt, preconizando uma política incendiária. Inútil dizer que Perregaux não foi incomodado. Por engano, em 14 de dezembro de 1793, o CSG tinha-lhe causado problemas. Perregaux encontrava-se então na Suíça, e seu adjunto Gumpelzheimer tinha sido encarcerado. Perregaux volta às pressas de Neuchâtel à Paris; Gumpelzheimer é liberado imediatamente e as “ações judiciosas cessarão como por encanto” (cf. J. Lhomer, *O Banqueiro Perregaux*, Paris, Cornuau, 1924, 34). Se Danton conservava, em segredo, a carta do Foreign Office que poderia ter levado Perregaux direto para a guilhotina, era sem dúvida para ter controle sobre ele — a chantagem não estando excluída.

vo, e de diversos lados, para que Danton retome seu lugar no CSP. Mas não, não. Ele jurou não ser mais nada além de um representante como os outros, e ele aprova sem reservas a entrada no Comitê, em 6 de setembro, de dois homens bastante marcados à esquerda, Billaud-Varenne e Collot d'Herbois. Sem barulho, esta dupla nomeação é uma resposta de Robespierre à precedente, de 14 de agosto. Carnot e seu Prieur tinham sido designados para contrabalançar os robespierristas, Billaud e Collot chegam para pesar em sentido inverso. 13 membros, portanto, no CSP, a partir de 6 de setembro de 1793; mas Thuriot vai demissionar dia 20, sem ser substituído, e o grande Comitê dos Doze permanecerá tal qual até a deflagração em que tudo explodirá, no 9 Thermidor. Os manifestantes de 4 e 5 tinham reclamado medidas imperativas para uma vida menos cara, e, a 11, a Convenção cede, por prudência, sobre um "máximo" que os preços dos cereais não poderia ultrapassar. Mas esta não era a disposição que já tinha sido oficialmente decretada em 4 de maio? Ai!, reconhecerá Robespierre, em 18 de setembro, "não são leis rigorosas que nos faltam, mas sua aplicação". Na véspera, 17 de setembro, são votados os decretos draconianos recomendados, dia 5, por Billaud-Varenne contra os suspeitos; e Collot d'Herbois, no dia seguinte, queria que fossem "compreendidos na categoria de suspeitos" todos os lojistas que vendem "a um preço exorbitante" os gêneros de primeira necessidade. Este máximo de amplo alcance é objeto, no mesmo 18 de setembro, de uma requisição apresentada pela seção dos Piques — a própria seção de Robespierre — e, em 22, é o conjunto das 48 seções que se une pela mesma exigência. A 29, um máximo geral é estabelecido, o "exército revolucionário" estando encarregado de assegurar o seu respeito. Robespierre, a 17, precisou justificar contra Varlet a decisão tomada de reduzir a duas por semana as assembléias seccionárias; puro "atentado", dizia Varlet, "aos direitos supremos". Maximilien não recuou, retomando o tema dos "ricos" e dos "realistas" a quem o sistema de permanência facilitava e muito as ações; quanto aos 40 soldos versados aos *sans-culottes* e que Varlet julga "aviltantes", Maximilien pergunta-lhe se ele faz o mesmo julgamento sobre a indenização que percebe cada representante do povo⁴⁵? A vantagem que Robespierre (e Danton) acreditam ter conquistado com este freio com o qual vai ser preciso que se acomodem os seccionários excessivamente inquietos, eles a verão desaparecer muito rapidamente pelos cuidados destes agitadores profissionais estilo Desfieux, estilo Dubuisson, que criam "sociedades po-

pulares” inéditas; mais armadilhas, e perigosas, em meio às quais o poder vai precisar se insinuar.

O “máximo” não tem, por si só, a virtude de oferecer aos parisienses os quintais de farinha indispensáveis a sua alimentação, e uma deputação dos faubourgs Saint-Antoine e Saint-Marceau veio assinalar aos convencionais o inconveniente que conhecem (por privilégio?) seus bairros; para estarem seguras de ter pão, as donas de casa, nestes bairros desfavorecidos, passam “uma grande parte de suas noites (realmente?) na porta das padarias”, e Robespierre só tinha podido fornecer a esta reclamação uma resposta tão vã que ela poderia passar, apesar dele, por uma derrisão insolente: ele fazia a seus interlocutores a promessa de que a “Convenção tomaria na mais séria consideração esta interessante petição⁴⁹”. Nesta briga mais ou menos aberta mas ininterrupta, que é a realidade revolucionária em setembro de 1793, Robespierre se prepara para obter da Assembléia que ela afaste — sem dizê-lo, é claro — toda referência à Constituição, a fim de que se possa organizar, o tempo que for preciso, um regime de exceção e, pronunciemos a palavra, ditatorial. Dia 14, ele deu um passo à frente no sentido de uma concentração reforçada do Poder. A partir de então, o Comitê de Segurança Geral está sujeito ao controle do Comitê de Salvação Pública, que preparará a lista, exaustiva, da qual a Assembléia deverá retirar os nomes que escolherá para a composição deste grupo subalterno. Ao mesmo tempo, Robespierre fez afastar Chabot, Bazire e Julien de Toulouse, três cidadãos cujo espírito cívico é visivelmente menos seguro que seu gosto pelo lucro. Acertam-se contas entre partidários de Danton e partidários de Hébert, com respeito às questões da Vendéia; furores antagonistas se manifestam. Desde 13 de setembro, Danton se cala; ele vai mesmo se retirar, durante várias semanas, em Arcis, aproveitando da licença de um mês que lhe foi concedida, a seu pedido, pela direção da Assembléia. Um plano? Ou muito simplesmente — por que não? — desejo de repouso, de uma mudança de ar, da paz dos campos, das alegrias conjugais, familiares. Robespierre jamais tira férias; e neste momento, o perigo está a sua direita. Thuriot ao demissionar, em 20, não escondeu que ele não tolerava mais a companhia dos dois recém-chegados do dia 6, “representantes da ralé”, sem dúvida, a seus olhos. Seus amigos “moderados” buscam introduzir no CSP, em seu lugar, um Briez ao qual Maximilien opõe-se violentamente; Briez estava em Valenciennes quando a cidade se rendeu, em fins de julho e nas condições infamantes que se conhece.

Na ocasião ele se “desonrou”, diz Robespierre; candidatura inadmissível. A 25, Thuriot lança um verdadeiro ataque ao Comitê, sobretudo por sua política de fraqueza e de concessões com respeito à extrema esquerda, e Robespierre, tenso, irritado, fala de “traidores” — uma palavra que lhe vem com muita facilidade aos lábios — e das “serpentes do Marais” que “absolutamente ainda não foram todas esmagadas”.

Neste sombrio outono de 1793, a prova de um “patriotismo” sem equívoco seria, poderia se dizer, a escolha, declarada, dos métodos implacáveis, a opção sanguinária. Barère, que julgou conveniente, em 5 de setembro, fazer de conta que o movimento popular era uma hipócrita manobra dos realistas, exclamou: os aristocratas querem sangue? Seja! Eles o terão, o sangue de “Brissot”, o sangue de “Antonietta”⁵¹. Mais fácil, com certeza, a ceifa das cabeças que a multiplicação dos pães. O Terror fazendo vez de subsistência. O espetáculo da guilhotina para acalmar os estômagos vazios. A demonstração pelo cadafalso que se pode ter confiança em “amigos do povo” tão terríveis para com seus inimigos. Robespierre esteve doente por alguns dias, de 19 a 23; mas não deixou de trabalhar; várias portarias foram-lhe submetidas, na casa dos Duplay, para que ele as examinasse e assinasse se estivesse de acordo. Ele assinou. Retomando seu posto no CSP, a 24, ele precisou se afastar ainda a 29, mas desde o dia 2 de outubro pôde reaparecer no Comitê. Sempre sua saúde miserável, seus ataques de febre, suas depressões controladas. Ele se irrita, em 28 de setembro, diante dos adiamentos sucessivos — questões pessoais, rivalidades — para constituir o estado-maior do “exército revolucionário”, quando ele desejava poder contar com ele para que “enfim as coisas sejam executadas”; deixar arrastarem-se as coisas a este respeito é “retardar o efeito salutar”⁵². Mas Robespierre não se limita a estas reclamações. Ele não esqueceu que, em 4 de setembro, a seção da “Unidade” criticou os governantes pela lentidão com que eles procedem ao julgamento dos girondinos, principais responsáveis pelo federalismo dissociador, e da “viúva Capeto”, tão culpada quanto seu marido. Nenhum representante do povo foi até então condenado à morte. E Robespierre hesita diante deste gesto, inicial e de duras consequências. Mas, em fins de setembro — talvez para não parecer menos “patriota” que Barère —, ele consente que sejam enviados à guilhotina os deputados girondinos; e chega a se impacientar. Nada de Terror fictício e puramente verbal. De Maximilien Robespierre, em 28 de setembro de

1793: “Os patriotas dormem; os *sans-culottes* estão entorpecidos; a lâmina nacional repousa”; o Tribunal Revolucionário “parece encorajar os culpados com sua inércia⁵³”. Mãos à obra, carrasco!

Pela primeira vez há meses — desde o começo de março, e estamos em setembro —, um sucesso, enfim, para nosso exército. Sob Dunkerque, o general Kilmaine, que não está completamente seguro do valor de seus regimentos, abandonou o terreno aos ingleses. O CSP nomeia em seu lugar Houchard, a quem uma ação ofensiva é prescrita. Ele de início beira o desastre, depois vence o inimigo em 8 de setembro. É a vitória de Hondschoote, e York é obrigado a um recuo que libera Dunkerque. Houchard não ousa aproveitar como poderia, segundo Carnot, da desordem próxima da debandada em que se embarça o inimigo, e traz suas tropas de volta para Arras, enquanto Cobourg se apossa de Quesnoy. Houchard é destituído. Ele será enviado, algumas semanas mais tarde, ao cadafalso. Trata-se de um fato novo, na ordem das questões militares, que não se verá mais sob o Diretório: generais pagando com sua vida uma certa falsa manobra cuja responsabilidade lhes cabe. Era — e permanecerá — um dogma no exército que todo desastre é imputável aos soldados, e a sua “indisciplina”; jamais à falta dos chefes. Lembro de minha surpresa ao estudar a guerra franco-alemã, de 1870-1871, diante da chuva — revelada pelo *Jornal Oficial* — de recompensas, promoções e condecorações que se abatia, como um verdadeiro dilúvio, sobre todos, graduados ou estrelados, que tivessem contribuído para a sabotagem (a palavra não tem nada de excessivo) da “defesa de Paris”. A História recorda pouco — no que ela faz mal — a rude e súbita intervenção do Marechal Pétain, em 26 de maio de 1940, junto ao presidente do Conselho, Paul Reynaud, em razão da audácia deste último — um escândalo! — de pensar em punições que atingissem os generais cuja incúria ou cegueira tivesse permitido às forças alemãs sua irreparável passagem através de Sedan. O Comitê de Salvação Pública, pelo contrário, fará guilhotinar, um após outro, toda uma série de generais: Lécuyer, Romé, Buisguyon, Biron, Rossi, d’Ortomont, Larocque, Chancel, Quétineau, Balleroy, e eu omito alguns. Paralelamente alguns jovens soldados saídos das fileiras têm acesso, queimando etapas, a grandes comandos; Jourdan, trinta e um anos, vai dirigir as forças do Norte; Pichegru, trinta e dois anos, as forças do Reno; Hoche, vinte e cinco anos, as forças da Mosela. Nos papéis de Saint-Just vai ser encontrada a seguinte nota: “Só

se fará elogio aos generais (vencedores) no fim da guerra”. Atitude que Barère, e sobretudo Carnot, toleram com muita dificuldade, mas à qual Robespierre dava sua plena aprovação, e nunca se poderia dizer o suficiente à consideração que merece a circular do CSP, com data de 3 de setembro de 1793, devida sobretudo a Robespierre e Saint-Just: “A insubordinação dos generais é o que mais males causa à coisa pública. Num Estado livre, o poder militar deve ser o mais submisso”.

A guerra civil também vai melhor. Charette foi batido na Vendéia, e a guarnição da Mogúncia, comandada por Kléber, chega em Nantes. Diante de Lyon, em troca, Kellermann malogra e Robespierre denunciou, de imediato e um pouco apressadamente, suas “traições”. A retomada de Toulon não é para amanhã. Dubois-Crancé comanda agora as forças republicanas diante da aglomeração lyonesa e ele vai invadi-la em 9 de outubro — infelizmente deixando escapar Précý, o chefe realista, que consegue levar consigo mais de mil homens. Robespierre, que absolutamente não faz uso de um estilo belicoso, permite-se, dia 11, nos Jacobinos, propósitos otimistas no plano militar: ele se diz convencido de que “o Ser Supremo (...) favorecerá as forças que ele colocou em nossas mãos⁵⁴”. E como se o Céu respondesse a seus votos, sucedem-se, no Norte, uma vitória ao menos semelhante a de Hondschoote; a 16 de outubro nossas tropas fazem Cobourg recuar para Wattignies, o que libera Maubeuge, como acontecera um mês antes com Dunkerque; e no mesmo 16 de outubro, os vendeianos são arrasados por Cholet; eles passarão a Loire, em desordem, por Saint-Florent, a 19, deixando seu território e perdendo, com isto, sua moral. Deste lado, sem dúvida, a situação melhora; mas ainda nada de decisivo: Wurmser continua a ameaçar a Alsácia, e La Rochejaquelein vai se apossar de Laval, em 22. O maior problema, do qual não se sai, para o qual Robespierre, amargamente e numa ansiedade cotidiana não vê saída, é a perpétua, a insolúvel questão da miséria em Paris. Sim, bem, respondeu-se às exigências da multidão com o voto, em 29 de setembro, de um máximo geral. Ainda se necessita precisar os valores, e é somente em 12 de outubro que as novas tarifas são anunciadas através de cartazes. Para os grãos, farinhas e forragens, como para o sal e o sabão, fixa-se um preço limitado, válido para toda a França. Os outros gêneros serão tabelados pelos distritos com base na majoração de um terço com relação ao preço médio de 1790. Ou seja, o que custava 3 libras em 1790 pode ser vendido a 4 libras, não mais. Uma sé-

ria vantagem é consentida aos salários. Eles deverão atingir o dobro do que eles eram há dois anos. De fato, a Autoridade limitava-se, então, a codificar um aumento já praticamente realizado, e mesmo ultrapassado para certos empregados de trabalhos mais duros: os ferreiros, os estivadores, os serradores de madeira de construção, etc. Como o tinham previsto perfeitamente Robespierre e Saint-Just, o primeiro resultado do "máximo" foi o fechamento (colérico e violento) de numerosas mercearias e açougues. Única solução, os lojistas sendo os mais fortes: *laissez faire*, ignorar a transgressão (moderada) das tarifas oficiais. Para o pão, como se sabe, a questão foi resolvida com a subvenção permanente do Estado aos padeiros a fim de que eles mantenham, fixo, o preço antigo de 3 soldos a libra. O Exército Revolucionário, finalmente constituído e seus quadros definidos (Robespierre teria preferido colocar Hanriot a sua frente; Collot d'Herbois impôs seu protegido Ronsin), assegura efetivamente a entrada regular em Paris dos sacos de farinha requisitados, a maior parte das vezes sem dificuldades, porque paga-se discretamente (são estas as ordens) às pessoas das fazendas e dos moinhos, desde que elas não exagerem, o preço que pedem. Consigna prioritária: trazer todos os dias para Paris a farinha de que se necessita; quanto ao preço, arranjem-se, sem excessos. Augustin Robespierre, enviado em missão junto às forças dos Alpes, e que não deseja esconder nada ao CSP, assinala, em 23 de outubro: "Nós fomos obrigados a autorizar os encarregados dos víveres a se abastecerem acima do preço máximo⁵⁵". Não faltam documentos que revelam a extrema dificuldade que se encontra, quase que por todo lado, para fazer respeitar as disposições legais, sobretudo quando elas atingem fortes interesses. O representante em missão, Roux-Fazillac, que faz o que pode, em Charente, para que não reste letra morta a lei de 26 de julho sobre o monopólio, acredita dever informar o CSP: "Quando todos os administradores municipais são proprietários, como podemos esperar que eles se prontifiquem a pôr em execução uma lei que diminui consideravelmente o lucro que contam fazer com a venda de suas colheitas?"

Hanriot, que Robespierre defende obstinadamente, declara, a 28 de outubro, em plena reunião dos jacobinos, o que Robespierre não quer ouvir, porque é verdade, uma profunda verdade, e que ele se rói de impotência: "A Revolução não foi feita. Somente os *sans-culotte* a apóiam e não se fez nada por eles". A Comuna tenta uma regulamentação da penúria criando cartões de racionamento para o

pão, a carne, o açúcar, o sabão, etc. Será que ainda existe lembrança da “Comissão das Subsistências” imaginada em 25 de agosto pela Assembléia (6 membros, em torno de Danton)? É preciso acreditar que ela demonstrara sua inexistência pois, em 22 de outubro, o CSP institui, sem nenhum problema, uma “Comissão de Subsistência”, desta vez com apenas 3 membros e cujas linhas de ação serão estabelecidas por Barère somente em 1º de novembro. Robert Lindet assumirá, a 2 de novembro, a presidência desta semi-seção. Lindet compra e compra constantemente, a preço de ouro, “subsistências” para o exército: na Suíça e mesmo na Áustria. O representante Ebert, enviado em missão junto às forças dos Pirineus-Orientais, informa o CSP de um incidente que se produziu, referente ao abastecimento militar, com um negociante de Béziers que pretendia realizar uma operação escandalosa. Ebert tinha pensado em prender o indivíduo; ele contentou-se em substituí-lo por um concorrente um pouco menos ávido, acrescentando: eu espero que, “quando a República não tiver mais necessidade destes sanguessugas, ela possa mandá-los matar”. Vã esperança. Estes “fornecedores” continuarão a auferir enormes lucros, até o dia em que, ameaçados, no outono de 1799, pela volta dos jacobinos, provisoriamente, ao poder, eles procurarão, e encontrarão, na pessoa de Bonaparte, um general que os desembaraçará, em Brumário, desta “cambada” de deputados, preocupados com o bem público. A Comissão Lindet passará semanas e meses em estudos prévios para estabelecer, na primavera de 1794, um máximo retificado. Robespierre não intervém nesta interminável questão porque ele não sabe como agir e conforma-se com o triste sistema do caso por caso, dos arranjos sem glória, dos acordos, dos recursos de última hora. Aqui e acolá surgem sonhos como este com o qual, a 16 de outubro, homenageia a Convenção o abade Dolivier, cura de Mauchamp, de quem Robespierre tinha publicado, em seu *Defensor* de 7 de junho de 1792, o depoimento — bastante malvisto — sobre Simonneau, o “mártir da propriedade”. Dolivier elaborou um curto “Ensaio Sobre a Justiça Primitiva” onde este inocente se aventurava a escrever que “a terra deve ser considerada como a Grande Comuna”, com estas reflexões que o abade Jacques Roux* poderia ter feito suas. “Onde pode estar a liberdade quando a necessidade a torna dependente de tudo?”; a igualdade é um prin-

* Que rezava “a missa todos os dias”, detalhe ridículo que não deixava de recordar um Hébert sarcástico.

cípio republicano, mas onde está a igualdade entre os cidadãos com possibilidades de garantir sua vida material e “aqueles que não têm nada”; (e “por que eles não têm nada?”). O pobre “é quem semeia e são os ricos que colhem”; os ricos passam por “serem necessários aos infelizes” no sentido em que “eles fazem viver (dizem eles) muita gente”; “deveriam dizer que é preciso muita gente para fazê-lo viver” como eles o desejam. Dolivier não é um entendido em economia; ele desaprova a tabelação que “traz consigo uma série de inconvenientes”, mas para fazer desaparecer a miséria ele não propõe nada mais que “a supressão da herança” — medida inaceitável quando se faz o culto à propriedade. O ensaio é cândido, a linguagem sem arte, mas dificilmente pode-se evitar uma certa emoção diante da sinceridade destas páginas nas quais se adivinha um resto de esperança misturada a um temor doloroso de uma decepção já meio-consumada. “Que o partido da justiça, que deve ser o das multidões, mostre-se enfim! (...) Ai, não é absolutamente para chegar ao reino da justiça que a França, há cinco anos, faz esforços incriveis!”

Chaumette, em 14 de outubro, tinha timidamente elaborado uma sugestão inteiramente estranha ao pensamento de Robespierre e que, estejam certos, não encontrava junto à maioria dos próprios “montanheses”, politicamente “avançados” mas de espírito essencialmente burguês, mais do que uma hostilidade absoluta. Chaumette arrisca-se a propor um confisco das “matérias-primas” e das “fábricas” abandonadas, subsistências e indústrias sendo colocadas à mercê da República; a qual “não carece de braços para colocar tudo em atividade”. Será que ele percebe que preconiza o coletivismo, com a ilusão de um bem-estar geral assim assegurado? De mesma natureza tinha sido o voto da “sociedade popular” de Montauban, por iniciativa de Jean Bon Saint-André, em 7 de agosto de 1793: “Se a nação pudesse sozinha dar ocupação a todas as mãos laboriosas, ela aniquilaria de uma só vez a aristocracia em todas as suas ramificações”. Do que faz sorrir — ou irritar profundamente — a nova classe de negociantes, nascidos durante o século, e a quem a Revolução, graças às especulações sobre os bens nacionais e ao vasto campo de rapinas aberto pelo abastecimento militar, oferecia uma prodigiosa facilidade de expansão.

O período sobre o qual nós tentamos ver um pouco mais claro, e que cobre os quatro últimos meses de 1793 assim como os três pri-

meiros meses de 1794, é o pior de todos os que Robespierre atravessou até aqui. Não que a pátria esteja particularmente em perigo. Ao contrário, o inimigo externo, após a capitulação da Mogúncia e dos sucessos, limitados, em Wissembourg, Lauterbourg e Haguenau, está sob controle e a rebelião vendeiana se esgota. Com exceção de Toulon, as grandes cidades da província que, por um momento, desafiaram a autoridade da Convenção foram todas trazidas de volta à obediência. Mas Paris fervilha de intrigas, de confrontos grupais, de complôs ou projetos de complôs. Não é absolutamente, pelo menos ainda não, da parte de Danton que vem o maior perigo para o CSP. *A Folha da Salvação Pública* de 4 de outubro declara que “Danton, como se sabe, está terrivelmente doente há três semanas” (o que nunca foi confirmado), mas seus amigos continuam discretamente uma ação crítica na qual sobrevivem as tendências girondinas. Jacques Roux não faz mais agitação. Seu *Publiciste* louva agora o “inocorrível” e sua inegável “virtude” (entenda-se sua nobreza moral, sua boa vontade, seu desinteresse), mas para lamentar que ela “se perde na multidão de traidores”. Estas poucas palavras de um autêntico republicano dizem muito sobre o sinistro fervilhar da vida política*. Varlet foi mesmo preso em 18 de outubro, e Proly com Desfieux já o tinham sido a 15; mas Collot d’Herbois os fez muito rapidamente liberar. Todos os dois pertencem ao “Comitê Central” que reúne os delegados das múltiplas “sociedades populares” nascidas, como uma erupção de furúnculos, em resultado da supressão (início de setembro) das permanências seccionárias; Proly e Desfieux cooperam nele com Dubuisson e Péreire, personagens envolvidos em um halo malsão. Na primeira linha dos vorazes, perpetuamente ocupados em difundir a febre e a perturbação, aparecem Hébert e seu bando, numeroso nos transbordantes serviços da Guerra preenchidos por Vincent com seus seguidores.

A única chance para a República sobreviver, o único caminho de salvação para o Estado, Robespierre só vê numa direção em que a democracia, que implicaria numa aplicação da constituição, seria atingida. A 26 de outubro, um decreto suprimirá a eleição das municipalidades. Saint-Just está inteiramente de acordo com Robespierre

* Uma observação de Jacques Roux que merece ser lembrada; ele designava — utilmente — Cambon como um dos “grandes mercadores” que, desde 1789, “adquiriram imensos domínios”. (Seu *Publiciste* não é mais datado do que o *Père Duchesne*: o n.º 26 deste periódico foi publicado entre 10 e 15 de setembro de 1793.)

a este respeito e sua eloquência é límpida: “Diz-se que um governo vigoroso é opressivo. Engano (...) Somente o mal é oprimido⁵⁶”. Em outubro, a Convenção perdeu, em nome da lei, 136 de seus membros na expulsão dos girondinos e na prisão de seus amigos contestadores*. Não avancemos até o emprego de um termo excessivo: a Convenção não é um Parlamento *croupion***; mas não deixa de ser uma representação nacional reduzida, amputada, que, instalada nas Tulherias, concentra em si todos os poderes; poderes que ela confia, para a ação imediata, e sob seu controle mensal, ao Comitê de Salvação Pública onde Robespierre exerce uma ascendência bastante real mas que não tem nada (as provas estarão sob nossos olhos) de uma onipotência. A concentração ditatorial e oficial da autoridade suprema entre as mãos dos convencionais, Robespierre a obterá em dois tempos. Num primeiro momento o decreto de 10 de outubro, votado após o relatório Saint-Just: “O governo provisório da França é revolucionário até a paz”. O segundo tempo virá em dezembro. Mas já a 10 de outubro, Saint-Just faz-se explícito dizendo que “é preciso governar com a força os que não podem sê-lo com a justiça”, que a Convenção “não tem mais nada a temporizar frente aos inimigos da nova ordem de coisas”, que “os traidores” não são os únicos que devem ser esmagados mas que “mesmo os indiferentes” são culpados. “Deve ser punido”, declarava Saint-Just, todo aquele que é passivo na República e “não faz nada por ela”. E ele não tem medo de enumerar as retificações indispensáveis referentes às concussões de funcionários, às operações escandalosas oriundas da venda dos bens nacionais, às odiosas vantagens que auferem a classe rica com a queda do *assignat*. E também já foram enviados à província representantes munidos de poderes arbitrários capazes de proceder a requisições, fixar os preços dos gêneros, exigir contribuições excepcionais. Por mais repugnante que tenha se tornado Fouché posteriormente, seria injusto não reconhecer que no Allier, para onde foi enviado em missão, ele prestou grandes serviços, tabelando ele próprio o pão como em Paris a 3 soldos a libra, quando ele era ali vendido a 10 (diferença será paga aos padeiros por meio de um imposto sobre a riqueza), expondo ao desprezo público, sobre a grande Praça de Moullins, de joelhos sob um cartaz denunciando-os como “esfomeadores do povo”, grossistas que mentiram

* Eo desaparecimento, por assassinato, de Saint-Fargeau e Marat.

** “Parlement croupion”: convocado por Charles 1º em 1640, dissolvido por Cromwell em 1653 e reconvocato por duas vezes. (N.T.)

sobre a amplitude de seus estoques, e impondo o câmbio paritário do numerário com os *assignats**.

Para fazer pesar ainda mais o clima parisiense, sobrevêm em torno de 12 de outubro “as revelações” de Fabre d’Églantine a respeito de uma conspiração que se trama entre membros do “Comitê Central” e vários banqueiros estrangeiros. Ainda não se conhece o suficiente, junto aos governantes, seu jogo sórdido com a Companhia das Índias cuja liquidação ele obteve, em 8 de outubro (por emenda), que fosse operada pelo Estado, não por ela mesma**; ele pratica agora uma chantagem sobre os administradores para vender-lhes a anulação de sua emenda; e denuncia ao CSP a infâmia de Chabot que teria recebido 500.000 libras da Companhia para que ela fosse autorizada a efetuar a liquidação sob seus próprios cuidados. Ninguém ignora, nos altos postos, que Fabre é um trapaceiro; mas o que ele revela neste momento retém a atenção de Robespierre que acabou de estigmatizar, em 10 de outubro, diante da Convenção, os auxiliares do estrangeiro, divididos, dizia ele, em “duas facções”: a “facção anglo-prussiana”, aquela em que, em torno de Carra e Brissot, pensava-se outrora em York ou Brunswick para ocupar o trono da França, e a República venceu; a outra facção, “austriaca”, resta a “abater”. Tudo o que pode lançar Fabre a respeito de Chabot confirma as prevenções de Robespierre contra este aventureiro, mas Fabre também falou muito de Hérault de Séchelles, que faz parte do CSP e que, a partir de então, será afastado o máximo possível. Depois Chabot sofre, dia 14, um longo interrogatório de onde sai mais venenoso do que nunca contra Robespierre. Entretanto, quando o *Boletim das Leis* de 29 de outubro contiver, sobre a liquidação da Companhia das Índias, um texto retocado pelo próprio Fabre e no qual a sua emenda desapareceu, parece — o que não deixa de ser curioso — que ninguém o percebeu no CSP. Ao se espalhar a notícia desta modificação (bem fácil de verificar), a sorte de Fabre estará selada. Pelo caminho da prisão, ele tomará o da guilhotina.

O bando de Hébert é sempre o mais temível, em razão da au-

* Digamos que ele tenta impô-lo, porque jamais será possível impedir, em lugar algum, um vasto “mercado negro” em que terão vantagens as espécies que sempre conseguirão escapar aos confiscos.

** Fabre falou como um bom cidadão, dia 8 de outubro, na Convenção. Permitir aos administradores da Companhia das Índias que eles mesmos efetuem a liquidação é, muito simplesmente, dizia ele, “fornecer-lhes novos meios de roubar a nação” (R.O., X, 141).

diência popular de que dispõe o *Père Duchesne* e da manutenção de um sistema perpétuo de incriminações; sistema dirigido, nos cordeliers, por pessoas que cobiçam, onde quer que seja, prebendas, postos lucrativos. Robespierre, que se exaspera por esta espécie de tutela exigente, não pode se impedir de lançar-lhes, a 9 de novembro, brutalmente: “Os senhores querem nossos lugares? Tomem-nos⁵⁷”! Estes furiosos desejam sangue. Jaurès deu destaque, em sua *História*, a uma nota do policial Dutard, após a execução do grupo La Rouërie; Dutard aprova e comenta: “Em política, estas execuções produzem o maior efeito”; elas “acalmam os ressentimentos do povo pelos males que ele experimenta”. Que tentação para o Poder este tipo de facilidade, quando subsiste, terrível, insolúvel, o problema da miséria. Nós já sabemos com o que estamos lidando a este respeito. Ora, a 1º de outubro as 48 seções de Paris, em unanimidade, exigem da Convenção o julgamento imediato dos 22 girondinos que se conseguiu deter entre os expulsos do 2 de junho, e de Maria Antonieta, há cerca de dois meses na *Conciergerie*, que deveria ter sido apenas uma passagem antes do cadafalso. Dia 3, a Assembléia decreta, finalmente, que a viúva Capeto será trazida, sem demora, ao Tribunal. O processo da rainha destituída abrir-se-á a 14 e permitirá algumas ignomínias. Ela será acusada, com uma cúmplice lésbica, de ter ensinado jogos eróticos a seu filho (de oito anos)*. Talvez não seja de todo inútil, a fim de que nos apareça claramente a fisionomia moral de Jacques Hébert, reproduzir as primeiras linhas de seu artigo intitulado: “A maior das alegrias do *Père Duchesne*, após ter visto, com seus próprios olhos, a cabeça do Veto** fêmea separado de seu fodido pescoço de grua. Grandes detalhes sobre o interrogatório e o julgamento da loba austríaca, e sua grande cólera contra os dois advogados do diabo que ousaram defender a causa desta macaca.” Pudemos observar que Robespierre quis, desejou esta condenação à morte de Maria Antonieta. Nenhum comentário de sua parte chegou até nós sobre o desenrolar do processo. Em troca, Maximilien intervirá, a 29, no processo dos gi-

* É a criança, escreve Nébert, no seu melhor estilo, que Maria Antonieta “afirma ser da fábrica de Luís-o-Guilhotinado”.

** Senhor e Senhora Veto eram os apelidos do rei e da rainha durante a Revolução. Certamente devido ao veto real, suspensivo previsto na Constituição de 1791. (N.T.)

rondinos que se abriu dia 24, e que se arrasta: “Eu proponho, diz Robespierre, decretar que após três dias de debates o presidente do Tribunal solicite aos jurados se suas consciências estão suficientemente esclarecidas; se eles responderem negativamente, a instrução terá continuidade até que eles declarem estar em condições de se pronunciar ⁵⁸”. Os debates estavam então no seu sexto dia. Para não comprometer de modo algum Maximilien, dando mostras de ter recebido uma ordem de sua parte, os jurados fingiram “responder negativamente”; mas na mesma noite mudaram de opinião e pronunciaram o veredito esperado. Em 30 de outubro, todos os acusados tiveram a cabeça cortada*. Amar, em nome do Comitê de Segurança Geral, tinha pedido, a 3 de outubro, o julgamento de 44 deputados entre os 73 que tinham assinado, a 9 de junho, o protesto contra a violência parisiense do dia 2 e que estão todos na prisão. Robespierre protegeu estes 44 e, literalmente, salvou-lhes a vida, dissociando-se então de Billaud, seu colega no CSP, que apoiava Amar. Corajosamente Maximilien defendeu que vários — “muitos” diz ele — destes deputados cativos aos quais se desejava levar ao cadafalso por intermédio do TR tinham sido “influenciados pela facção”; ele afirma mesmo conhecer mais de um “cuja assinatura foi tomada de improviso”. Ele insiste junto à Assembléia para “deixar as coisas como estão⁵⁹”, esperando que o CSG apresente sobre a questão um relatório mais completo; e ele agirá para que o relatório fique apenas em projeto.

Mas a guilhotina está bem acordada, como Robespierre o pediu pessoalmente, em 28 de setembro. 51 execuções em outubro; mais de uma por dia, quase duas; é a melhor cifra desde o mês de agosto, e a progressão vai continuar; útil terapia, como se sabe, para a paz social. A leva de suspeitos não conhece nenhum repouso, graças aos cuidados diligentes dos “comitês de controle” ou comitês revolucionários (que tinham sido instituídos pela lei de 21 de março de 1793). Os suspeitos encarcerados eram então cerca de 1.800; eles chegarão a cerca de 2.600 em fins de novembro**.

* Com exceção de Valazé que preferiu se suicidar.

** Existem também novas prisões e um pouco especiais, como a que idealizou a Sociedade Popular da seção Cruz-Vermelha e onde os presos, pagando uma pensão bastante elevada, podiam viver agradavelmente.

O Duque de Órleans, transformado inutilmente em Phillippe Égalité, sobe ao cadafalso a 7 de novembro. De nada lhe valeu cobrir-se de vergonha — e aos próprios olhos de Robespierre — votando a morte de seu primo. Após Manon Roland, Bailly é executado; castigo tardio por sua responsabilidade no massacre de 17 de julho no Campo-de-Marte. Muito menos explicável a execução de Manuel, presa medíocre para o TR, este antigo procurador da Comuna, eleito para a Convenção, mas que tinha demissionado após 21 de janeiro e vivia retirado e silencioso, em Montargis. Ignora-se que rancores o designaram para a imolação “patriótica”. A 21 de outubro é decapitado Girey-Dupré, durante muito tempo colaborador de Brissot no seu *Patriota Francês*; e, a 29, Barnave e Duport-Dutertre são guilhotinados. Bailly podia ter mortos na consciência; eles não; nenhum “crime” a imputar-lhes, senão o de ter acreditado lealmente — enquanto o rei os enganava — na possibilidade de uma monarquia constitucional. Sua condenação pelo TR à pena capital é menos uma vingança exercida sobre vencidos que uma prevenção suplementar com respeito aos mal-alimentados. O Poder multiplica as provas de sua paixão republicana, e nada lhe parece excessivo neste sentido. Nestes dias, cuja evocação não é nada alegre, as camadas de lama levantadas por Fabre, Chabot, Hébert e os outros fazem com que a vida política se desenvolva num tumulto de abjeções. Fabre, para encobrir suas próprias manobras, denunciou, nós o vimos, um pouco antes de meados de outubro, um grande “complô do exterior”; Chabot (o ex-capuchinho desposou, a 6 de outubro, uma irmã dos Schoenfeld, negociantes austríacos que representam o papel, em Paris, de refugiados políticos, e fazem-se chamar *Frey*, isto é, em alemão, livres; eles teriam dado a sua irmã, para seu casamento, um dote de 200.000 francos; mas não é impossível que este dinheiro, na realidade, provenha da Companhia das Índias, presente para Chabot pelos serviços prestados), Chabot, pois, bastante suspeito após as “revelações” de Fabre, tenta ultrapassá-lo no zelo purificador; ele busca o apoio de Bazire para difamar Fabre. Bazire que, em 5 de setembro, tinha apoiado Danton em sua manobra contra as agitações seccionárias, optava agora por acusar Danton que está de licença e que alguns pretendem tenha emigrado para a Suíça. O ato audacioso de Chabot funciona mal: Bazire e ele próprio recebem ordem de prisão ao mesmo tempo que Delaunay e Julien de Toulouse, os que acusavam de corrupção. Fabre continua intocável até o momento, talvez por causa de seus laços bem-conhecidos com Danton, certa-

mente também porque atacou abertamente Proly e seus três detestáveis cúmplices. O CSP vai exigir de Bazire que ele suprima o que se refere a Danton no texto definitivo de seu depoimento.

Paralelamente desenvolve-se uma aventura inesperada que, no pensamento de Robespierre, reveste-se de uma gravidade maior: a campanha de descristianização. Desde 1946, Daniel Guérin observava que há “algo de surpreendente e de insólito neste brusco arrebatamento⁶⁰” e, após ele, Soboul constatará: “Não se encontra nenhuma portaria, nenhuma deliberação (mesmo) nem de assembleia geral (de seção) nem de sociedade popular identificando a hostilidade dos *sans-culottes* com respeito ao exercício do culto católico durante os primeiros meses do ano II⁶¹”. Soboul confirmará em seguida: “O movimento foi lançado por homens estranhos à *sans-culotteria*⁶²”. Michelet aliás tinha registrado o fato de que em Paris, apesar de uma propaganda virulenta, “nenhum movimento sério se produziu”, no povo, “contra os padres⁶³”. Notar-se-á que, quando, a 2 de janeiro de 1793, Gensonné tinha atacado Robespierre como um inimigo das Luzes, ele o tinha acusado de “acariciar os preconceitos do povo”, o que significava que a classe miserável, pela qual os girondinos experimentavam um desprezo misturado com medo, ainda se apresentava, a Gensonné e a seu grupo, lamentavelmente imbuída de idiotices religiosas. Não são de modo algum cordeliers, e nada extremistas, Fabre d’Églantine e Thuriot que, a 27 de outubro, proclamam aos Jacobinos: é chegada a hora de fazer reinar “a verdade sobre toda espécie de religião”; e Léonard Bourdon, que não tem nada de um necessitado, faz saber claramente, a 6 de novembro, que ele considera os eclesiásticos como seres “inúteis e perigosos”. Seu cálculo é hábil. Ao se atacar com violência toda idéia religiosa, ao se fazer uma campanha em favor do racionalismo absoluto, forçar-se-á Robespierre, pelo que se sabe dele, a defender os crentes, a engajar-se contra o ateísmo, o que fornecerá os meios de denunciá-lo, junto aos “patriotas liberados das crenças ancestrais”, como um retrógrado, um suspeito, um auxiliar dissimulado da “superstição”. Têm-se grande paixão pelo “Grande Ser” e sua pretensa “Providência” na casa dos Duplay onde se entocou Maximilien; uma “jesuiteria”, esta família, dizia Danton, que se divertia.

Em 2 de outubro, após um fervoroso discurso de M.-J. Chénier, a Convenção decreta a transferência para o Pantheon das cinzas de Descartes; solene homenagem, dirá Michelet, ao “iniciador da grande dúvida”, e ele junta-se, no santuário nacional, a Voltaire,

“seu filho”, que lá o esperava desde julho de 1791. Estão a partir de então reunidos dois “benfeitores do gênero humano⁶⁴”. A 5 de outubro a Assembléia vota a criação de um novo calendário de autoria de Romme e Fabre, e que deve se constituir num acontecimento de primeira importância. O calendário em uso, sucessor do cálculo pagão que partia da fundação de Roma, fazia iniciar os séculos com Jesus Cristo; modificação fundamental: uma nova era abre-se com a proclamação da República, em 22 de setembro de 1792. A partir desta data, a França e o mundo estão, desde setembro de 1793, no ano II. Ou seja, apaga-se, anula-se o Cristo, para a origem dos tempos modernos. Foi Romme ou Fabre que deu esta resposta pertinente à questão do bispo Grégoire, bispo “juramentado”: de que servirá a troca do calendário? “Para suprimir o domingo⁶⁵”. Uma maneira segura, considera-se, de tirar às pessoas o hábito de ir à missa. Para suas encenações dominicais, os carolas se arranjarão entre eles; de mau jeito; porque os comerciantes e os operários terão obrigação, os primeiros de manter abertas suas lojas, os segundos de não suspender, absolutamente, seu trabalho, salvo no “décadi”. Azar dos trabalhadores, que só terão agora o direito de repousar a cada dez dias, em lugar de a cada “huitaine*”. A 18 de setembro, Cambon tinha feito reduzir a 6.000 libras o vencimento dos bispos e a 1.200 libras o dos vigários episcopais. Ele tinha mesmo obtido que não se trataria mais de “salário” mas de “pensão”. Em 28 de outubro a Convenção decidia que nenhum padre poderia ser nomeado professor. A 3 de novembro a Assembléia confiscava o ativo das “fábricas” e das “fundações”, o que obrigava os fiéis a assumirem eles próprios a manutenção das igrejas e as despesas do culto.

Em 6 de novembro — foi o dia em que M.-J. Chénier pediu, na tribuna, que fossem “varridos os restos da superstição” —, cumpre-se três atos significativos: o tão famoso Comitê Central **, instrumento manipulado pelo quarteto Proly, Desfieux, Péreire e Dubuisson, pede que desapareça da legislação o orçamento dos cultos; Barrère, comentando calorosamente uma decisão tomada pela comuna

* “Huitaine”: a cada oito dias, referência à passagem de uma semana. (N.T.)

** Instituição cuja legitimidade é incerta e que se vangloria, abusivamente, de ser uma emanção representativa das “sociedades populares”. A 9 de novembro, Robespierre estimará que “nunca é demais controlar” estes “clubes das seções” onde figuram patriotas recém-chegados, que só se declaram como tal após o 10 de Agosto, alguns mesmo somente após o 31 de maio (R.O., X, 166).

de Mennecy, em Seine-et-Oise, que fechou autoritariamente a igreja do burgo e proibiu o culto em seu território, obtém da Convenção que toda comuna que o deseje seja autorizada a seguir o exemplo dado por Mennecy; enfim, sempre neste mesmo 6 de novembro, três visitantes altivos dirigem-se, de noite, à casa de Gobel, o bispo de Paris; eles são Péreire, Léonard Bourdon e Anacharsis Cloots, o riquíssimo barão prussiano, a quem Michelet batizará: o “anjo branco dos cordeliers⁶⁶”. Eles persuadem Gobel de trazer à sua obra liberadora o concurso, apreciável, de sua adesão pública. Pode-se acreditar que Gobel já tinha manifestado felizes disposições referentes a sua atividade, ou que eles têm para conquistarem o que esperam dele, meios de pressão que desconhecemos, mas o fato é que Gobel se decide e, no dia seguinte, na Convenção, abdica de suas funções episcopais. Sem, aliás, pronunciar palavras de negação, precisando mesmo que ele não identifica “erros em sua religião, e que não tem nada a abjurar”; ele se seculariza de todo modo, anunciando que deixa de ser “ministro do culto católico”. É imitado, em seu gesto, por todos os vigários (exceto dois). Três outros bispos, membros da Convenção, seguem seu exemplo, entre eles Thomas Lindet, do Eure, irmão do encarregado das subsistências, e que acredita dever pronunciar uma declaração vigorosa: “Quando a Razão conquista uma vitória tão brilhante sobre a Superstição, o legislador não deve negligenciar nada para assegurar sua estabilidade”; e ele preconiza a criação de festas cívicas aniquilando para todo o sempre o obscurantismo. A 7 de novembro de 1793, a Assembléia tinha se beneficiado ainda de dois depoimentos; primeiramente, foi feita a leitura de uma carta do abade Parent, cura de Boissie, perto de Melun, que procura fazer sensação: “Cidadãos representantes, escreve ele, eu sou padre, eu sou cura, quer dizer, um charlatão”; e o ressurgido Sieyès, que até então teve sempre tanto cuidado em conservar a própria modestia e discrição, sobe de repente na tribuna e, “se bem que tendo renunciado, há muitos anos, a toda característica eclesiástica*”, ele faz questão de proclamar, e “cem vezes se for preciso”, que “hoje não conhece nenhum outro culto além do da Liberdade e da Igualdade⁶⁷”. Julien de Toulouse, bastante ligado a Chabot em suas negociações, lembra que é pastor, mas para anunciar que ele também repudia as asneiras cristãs. Única sombra nesta sessão banhada de Lu-

* Ele tinha feito na Igreja uma carreira fácil e tornara-se vigário do bispo de Chartres.

zes: a recusa de obediência pelo bispo de Blois. Grégoire, atacado por “gritos enlouquecidos⁶⁸” em que Thuriot se distingue por suas grosserias, permanece inflexível. “Atormentam-me para me forçar a uma abjuração que não me será arrancada (...) Eu permaneço bispo (...) Eu invoco a liberdade de culto” inscrita nos Direitos do Homem⁶⁹.

Na província, se Vovelle, como conclusão de sua minuciosa investigação sobre a descristianização no sudeste da França, reconhece que a influência de diversos representantes em missão foi “importante”, mesmo “arrasadora⁷⁰”, ele observa também que seu trabalho anti-religioso encontrava às vezes “a efervescência espontânea de um movimento popular⁷¹”. Na Somme ou na Nièvre, não se esperou Dumont ou Fouché para expulsar os padres e atacar a fé. Fouché ordenou, em 9 de outubro, que fossem destruídas de imediato “todas as insígnias (ele quer dizer as estátuas e as cruzes) que se encontram nas estradas” e, na entrada dos cemitérios, ele fará gravar esta sentença: “A morte é um sono eterno”. André Dumont, que percorre a Oise, a Somme e o Pas-de-Calais, envia ao CSP um comunicado triunfante; ele manda deter indistintamente todos os eclesiásticos que continuam “a celebrar o domingo”: “Eu faço desaparecer os crucifixos e as cruzes e muito em breve eu incluirei na proscrição estes bichos pretos chamados padres⁷³”. Em 1º de novembro, Chaumette comunica ao Conselho Geral da Comuna esta boa notícia que uma carta de Fouché acaba de transmitir-lhe: “Não existem mais padres no Departamento da Nièvre*”. Entretanto, a província não era por todo lado tão satisfatória. Dia 14 de novembro, o CSP recebe uma carta inquieta do representante em missão Godefroy assinalando — ele não sabe o que fazer — que em Coulommiers “os operários estão em plena insurreição”; ele pensa que será “difícil restabelecer a calma (*sic*) sem reabrir as igrejas que parecem ter sido fechadas precipitadamente e sem nenhum consentimento do povo**”. Em Paris, os ativistas continuam a avançar. A 8 de novembro, nos Jacobinos, Hébert protesta contra um artigo publicado na véspera no *Jornal da Montanha*, onde, segundo ele, tais propósitos não poderiam jamais ter sido admitidos: um certo Laveaux nele

* Breve comentário satisfeito de Michelet: “Fouché, atrevidamente, tinha ali abolido o catolicismo” (M., II, 637).

** Citado por Calvet em seu estudo sobre o *Vieux Cordelier* de C. Desmoulins, p. 148, em nota.

lamenta que o ateísmo militante queira se fazer passar por um elemento constitutivo do patriotismo. Hébert não se pronuncia sobre o tema, mas critica asperamente Laveaux por ter desejado suscitar “sobre Deus, este ser desconhecido, abstrato, discussões que só convêm a um capuchinho em teologia (*sic*)”. A pedido de Chaumette — que saudou com alegria as retumbantes secularizações de 7 de novembro, esta “cena memorável em que o fanatismo e os malabarismos dos padres deram o seu último suspiro” —, a Convenção vai se transportar, fisicamente, em 10 de novembro, para a igreja de Notre-Dame, declarada, de improviso, pela Comuna, “Templo da Razão”. No coro, um punhado de terra amontoado às pressas forma uma montanha simbólica no alto da qual uma charmosa atriz encarna a Razão. Nenhum documento assinala a ausência de Robespierre nesta manifestação coletiva que oficializa assim uma medida bem próxima da guerra aberta ao catolicismo. Dia 11, a Comuna ordena que sejam prontamente destruídas as incômodas imagens, ou seja, as estátuas, em seus nichos, que maculam o pórtico da basílica purificada.

Têm início, na Convenção, cortejos ridicularizando as crenças que é preciso enterrar definitivamente. *O Monitor* registra com fidelidade o ato aplaudido dia 12 de novembro pelo presidente da Assembléia, que se desdobra em felicitações, e pela maioria — ao que parece — dos deputados presentes: a seção dos Gravilliers, dirigida por Léonard Bourdon, honra a representação nacional oferecendo-lhe o espetáculo de “um grupo de homens vestidos de hábitos sacerdotais e pontificiais, enquanto a música toca o ar da Carmanhola e de Malbrough, vai para a guerra”. Dia 20, precedido de sapadores e de canhoneiros, a seção da Unidade, sob uma abundância de “dalmáticas, casulas e capas” oriundas da “Igreja de Sainte-Geneviève-des-Prés” organiza uma roda, na Assembléia diante do Diretório, “ao som das árias de “*Ça ira* e da *Carmanhola*”. Laloï, que preside, concede aos seccionários este elogio enfático: “Num instante vocês lançam ao nada dezoito séculos de erros⁷³”. Dia 18, a Convenção ouve a leitura de uma carta de Lyon, onde Fouché chegou em 29 de outubro, descrevendo uma festa cívica, na praça do Hôtel de Ville: “O mais belo personagem era um burro decorado com todos os paramentos pontificiais e levando uma mitra na cabeça⁷⁴”. À “Comuna liberada” (ontem, Lyon), Fouchet e Collot d’Herbois, que juntou-se a ele, declaram que “os padres são as únicas causas dos males da França; são eles que, há mil e trezentos anos têm elevado, por de-

graus, o edifício de nossa escravidão”; por esta razão é importante agir, com respeito a eles, sem fraquezas; “a Revolução, que é o triunfo das Luzes, só pode ver com indignação a excessivamente longa agonia deste punhado de mentirosos⁷⁵”. Entre duas demonstrações de júbilo popular, Cambon fez decretar, dia 16, que todas as igrejas de Paris sejam postas à disposição dos hospitais para que se constituam em anexos e que os presbitérios, de onde os padres serão expulsos, servirão como locais para o ensino primário. Ninguém duvida mais, segundo Michelet, que ao adotar a moção Cambon, a Assembléia “declarava (assim) implicitamente o catolicismo desacreditado do culto público⁷⁶”. O que significa, continua Michelet, que “o espanto não foi pequeno, em 21 de novembro”, ao se ouvir de repente Robespierre afirmar “que a Convenção não queria absolutamente tocar no culto católico⁷⁷”. Maximilien já tinha, dia 7 à noite, após a abdicação de Gobel, lamentado diante de seus colegas do Comitê que Cloots, que reclamava a invasão dos Países Baixos, tivesse a intenção de neles desenvolver perseguições semelhantes às realizadas na Bélgica, das quais já pudemos ver as tristes conseqüências. O incidente não tinha impedido os jacobinos de elevar Cloots, dia 9, à sua presidência. E é provável que o basta dado por Robespierre à descristianização, dia 21, tenha tido o efeito de um choque sobre mais de um convencional. Robespierre aparecia-lhes, de repente, como um adversário — temível em razão de seu prestígio — dos princípios mesmos da liberação humana.

Robespierre certamente obrigou-se, durante semanas, ao silêncio face ao ataque dirigido contra os crentes. Em 17 de novembro ele apresentou algumas observações sobre a política externa; ele tem convicção (e não se engana) de que a Inglaterra mantém em Paris agentes secretos bastante ativos. Numa audaciosa síntese oratória ele enumera, entre “os aliados de Pitt”, num mesmo bloco, “Nec-ker, d’Orléans, La Fayette, Lameth, Custine, Brissot e os pigmeus da Gironda⁷⁸”. Ele volta à questão da entrada do país na guerra, há dezoito meses, por iniciativa destes inconscientes que falavam em “ir plantar o estandarte tricolor até os limites do mundo” e que, ao mesmo tempo, “deixavam nossos guardas nacionais sem armas, nossas praças fortes sem munições, nossos exércitos entre as mãos dos traidores”. As acusações se acumulam confusamente em seu discurso; ele chega até a afirmar que a “facção” Brissot, que buscava “reduzir os pobres à condição de párias”, pretendia, contraditoriamente,

“liberar de uma só vez e armar todos os negros de São Domingos para (*sic*, ai!) destruir nossas colônias⁷⁹”. Que os neutros se tranquilizem: os suíços sobretudo; é um boato calunioso que divulgam os emigrados ao contar que “a invasão de Neuchâtel foi resolvida pelo Comitê”. Notar-se-á nos propósitos de Maximilien uma alusão desrespeitosa (inconveniente para a Filosofia) à Catarina II; É preciso desconfiar, diz Robespierre, do charlatanismo das reputações longínquas e imperiais”. Despotismo esclarecido? Nada mais, na verdade, do que um “clima de força” estabelecido e mantido pelos “dominadores da Rússia”. Reter-se-á desta intervenção que Robespierre, de novo, designa dois perigos entre os quais o governo deve levar sua ação: o que ele nomeia, de um lado, “o cruel moderantismo” (“cruel” porque, sob a aparência de humanitarismo, ele deixa agir os inimigos do povo) e, de outro, “o extremismo sistemático dos falsos patriotas⁸⁰”. O comentário desta sessão de 17 feito, a 23, pelas *Notícias Extraordinárias de Leyde*, folha realista, é instrutivo: o “poder” é exercido na França por “esta parte do povo” que se nomeia — que se auto-nomeia — “os *sans-culottes*”; “todos os títulos que Robespierre conquistou ao devotamento da população”, por suas “opiniões anárquicas” conferem-lhe uma autoridade excepcional. Eis portanto, agora, a emigração que retoma o velho tema brissotino de Robespierre “ditador”. “Tudo indica”, diz esta gazeta a serviço dos coalizados, que “nada de importante se decreta, nem se projeta” em Paris, “sem o acordo” deste primeiro dirigente, enquanto “Barère, Billaud-Varenne, Saint-Just e todos os jacobinos não passam de dirigentes subalternos”.

Em 17 de novembro, sobre a questão religiosa, Robespierre disse somente que os discursos de Brissot contra os padres tinham contribuído para a revolta vendeiana. Mas, a 21, Momoro tendo fustigado os eclesiásticos que “querem engajar o povo a financiar suas farsas”, e concluído que “enquanto restar um único padre sempre haverá razões para se tremer”, Maximilien, nos Jacobinos, sai de sua reserva. Ele o faz com prudência e não desejaria ver-se confundir com os obscurantistas. Se ele condena as “farsas” (empresta ele de propósito a palavra a Momoro?) eternas e ridículas” de que a Convenção foi, nestes últimos tempos, o palco, é para opor-lhe as “homenagens solenes rendidas à verdade por cidadãos animados de um zelo puro” que foram vistos “depositar sobre o altar da Pátria os monumentos inúteis e pomposos da superstição (...); a Pátria e a Razão sorriem a estas oferendas”. Ele se espanta, entretanto: “Vocês

têm medo dos padres?" Mas olhem-nos que "se apressam em abdicar de seus títulos!" Sem dúvida "o fanatismo é um animal feroz", mas ele "fugia diante da Razão" calmamente expressa; "persigam-no com altos gritos", ele se volta e outra vez faz-se perigoso; e isto por culpa de "homens até então ignorados no percurso da Revolução", e que visam "usurpar uma falsa popularidade" lançando "em nosso meio a perturbação e a desordem". E Robespierre recorre ao argumento mecânico e que deveria estar fora de uso por força de ter servido nas polêmicas anteriores: os furiosos descristianizadores estão "a soldo das cortes estrangeiras"; sua intolerância é abusiva e nociva; "padres foram denunciados por terem dito a missa; eles a dirão por muito mais tempo se forem impedidos de dizê-la"; na verdade, "aquele que quer impedi-los de fazê-lo é mais fanático" que os que ele persegue. Em seguida Robespierre chega ao motivo por que tomou a palavra, e que ele dá a conhecer claramente: "Supuseram (...) que a Convenção se propunha a proscrever o culto. Não, a Convenção absolutamente não projetou esta temeridade. Ela não o fará jamais⁸¹". Compreendido? Robespierre escolheu suas palavras. Ele não disse o Comitê. Ele disse: a Convenção; comprometendo assim, em sua declaração — o que não carece de audácia após os comportamentos de um Fouché, de um Collot e de um Laloï — a totalidade da representação nacional. Maximilien rejeita, condena, interdita toda perseguição filosófica. Em matéria de religião, diz ele, cada um "pode adotar a opinião que lhe agrada". Proibido incriminar "os pacíficos ministros do culto". É diante dos Jacobinos que Robespierre pronuncia estas palavras; e ele solicitará uma depuração da Sociedade. Por ora ele ataca diretamente alguém que, sem sequer ser dos nossos, "mantém em sua casa diretórios secretos", onde se "preparam moções", onde a "correspondência" jacobina é examinada. O "chefe desta corja" em ação ("corja*" é um termo que, a meu conhecimento, só apareceu nesta ocasião no vocabulário de Robespierre), ele o nomeia: é Proly, filho de um Primeiro-Ministro austríaco, o Príncipe de Kaunitz. O Incorrúptível designa igualmente por seus nomes Dubuisson, Desfieux, Péreira, que são do Clube e devem ser imediatamente excluídos⁸³.

Ele poupa a Comuna e sublinha a estima que tem por Pache, o prefeito. Mas sem atacar Hébert, sobre a descristianização, opõe-se

* "Clique" no original. (N.T.)

diretamente a ele com respeito a uma execução que este reclama: por que lançar ao cadafalso esta “gorda Babet”, como diz Hébert, Madame Elisabeth, cujo único crime é o de ser a irmã, inofensiva, de Luís XVI*? Na questão central — a liberdade de culto —, Chaumette, segundo Michelet, “agiu intrepidamente⁸⁴” ao prescrever, dia 23, o fechamento, em Paris, de todas as igrejas. Vendo as coisas mais de perto constata-se que Chaumette, em 23, limita-se a tornar pública uma portaria tirada pela Comuna a 17, e que diante de seus amigos ele não ousa desautorizar; a portaria chegava até a ordenar a prisão, como “suspeito”, de “qualquer um que pedisse a abertura seja de um templo, seja de uma igreja”, enquanto que todos os edifícios religiosos deviam ser “fechados de imediato”. Robespierre age como se não tivesse acontecido este gesto que poderia passar por um desafio — informado, Maximilien diz que não tem importância e que Chaumette está bem embaraçado — e retoma a palavra, nos jacobinos, a 28. Ainda mais categórico que dia 21, ele diz, no plural: “Nós não aceitaremos (este nós parecendo designar todos os membros do CSP) que se erga o estandarte da perseguição contra qualquer culto”. Ele não ignora os murmúrios surgidos de que ele deseja “apoiar os padres⁸⁵”. Ele balança os ombros e repete que as “extravagâncias” anti-religiosas são manobras “contra-revolucionárias inventadas por nossos inimigos” para complicar a tarefa da República. Ele assegura que foram “vistos” aristocratas disfarçados colocar-se à cabeça de “certas procissões” do tipo das que acintosamente desfilaram no recinto da Convenção, para correr em seguida “a outros locais, incitando o povo com o relato das cenas que eles mesmos tinham representado” diante dos deputados. Robespierre não aceita que “se procure substituir com querelas religiosas a grande causa da liberdade⁸⁶”. Sim, ele compartilha da “justa indignação” que a “perfídia” eclesiástica pôde “acender nos corações patriotas”, mas que não tem nada a ver com esta “espécie de mania filosófica” de que era vítima o pobre Manuel que, “durante todo o tempo de sua magistratura na Comuna (antes de 10 de Agosto) suava sangue e água para fazer epigramas contra os padres”. Suspenda-se “esta guerra estranha e súbita” que se declarou “ao culto em vigor e a todos os cultos”! “Por que razão estamos eternamente ocupados

* Esta desafortunada irá mesmo assim à guilhotina (com Hébert já ausente) a 14 de maio de 1794 — prova do poder bastante limitado do “ditador” Robespierre.

com padres e religiosas? Não temos mais inimigos a vencer, traidores a punir, conspirações a abafar, leis salutares a aplicar⁸⁷?”

E Danton, que se passa com ele? Ele está de licença, em Arcis, nas suas terras, enquanto é guilhotinada Maria Antonieta e se desencadeia a grande operação “filosófica” para acabar com a fé cristã. Nada indica que ele tenha algo a ver com isso, que ele tenha sugerido a idéia, se bem que sejam incontestáveis “dantonistas” — como Fabre e Thuriot — que lançaram o movimento. Danton reaparece na Assembléia por volta de 20 de novembro. Ele teria então feito confidências a Garat que as relata em sua *Memórias*; Danton se teria proposto a contar com as diferenças que separavam visivelmente, no CSP, Robespierre de Billaud-Varenne e de Collot d’Herbois para suscitar, com Barère, um tal desentendimento no Comitê que seria obrigatório proceder-se a seu completo remanejamento. Então ele próprio recuperaria uma autoridade conciliadora sob a qual os suspeitos seriam liberados, as “pessoas de bem” respirariam, e os “anarquistas” voltariam para baixo da terra. Em 22 de novembro ele finge apoiar os Comitês exigindo ao mesmo tempo um relatório cheio de provas e de documentos sobre “o que se chama, diz ele, uma conspiração do exterior”; e, se ele deseja que se dê continuidade ao “tempo da inflexibilidade”, se ele aprova o desejo do povo de que o Terror permaneça “na ordem do dia”, ele recomenda, entretanto, “que ele seja reconduzido a seu verdadeiro objetivo”. O que ele quer dizer? Que segundas intenções ele tem? Seria apenas uma resposta sua a um certo parágrafo (que nós sublinhamos) do discurso pronunciado em 10 de outubro por Saint-Just sobre os indiferentes, tratados por ele como culpados? A que aliados potenciais destina Danton este sinal de conivência? “O povo não quer que aquele que não recebeu da natureza uma grande energia mas que serve à pátria com todos os seus meios, por parques que sejam, não, o povo não quer que ele trema⁸⁸”. Mathiez não duvida que Danton procura reunir atrás de si “todos os deputados negociantes⁸⁹”, Courtois, Thuriot, Bantable e Rovère (sem falar de Barras e de Fréron). Mas ele está certo de que as palavras, em sua arenga de 22 de novembro, que causaram a mais forte impressão foram estas, ricas de sentido, com efeito: Danton pedia explicitamente “que se poupasse o sangue humano”. Ele tomava cuidado de condenar ao mesmo tempo, como Robespierre, o emprego da violência contra os católicos. O anticristianismo não é, para ele, um bom campo de ação e ele reclama abertamente que seja posto fim às exhibições anti-religiosas, às “mas-

caradas” — é o termo que ele emprega — infligidas à representação nacional. Eu tenho o sentimento de que desde sua reaparição em cena, Danton começa a preparar o sério empreendimento para o qual ele se abrigará atrás de Desmoulins e de seu *Vieux Cordelier*.

Michelet, que se pôs a odiar Robespierre após sua firme tomada de posição em favor da liberdade de culto, acusa-o de “conduta sinuosa”, de “sutilezas infinitas” que sua “hipocrisia” lhe aconselha⁹⁰. Um olhar sobre a realidade do momento basta para atestar que Maximilien se debate num lameiro. Quando se estuda com alguma atenção as manobras de Fabre e de Philippeaux, de Hébert e de Vincent-Ronsin, dos dois Bourdon, as de de l’Oise e de Léonard dos Gravilliers, de Cloots e de Momoro, do pequeno Camille Desmoulins, muito menos “criança” do que o imagina Robespierre (um fingido Camille, um espertalhão) e do gordo Danton sobretudo, tão perigoso, cheio de cálculos e de segredos, admira-se a coragem e a tenacidade que permitem a Robespierre, doente e constantemente febril, permanecer de pé, a serviço do que ele considera sua missão. Duas vezes já nós o ouvimos definir o duplo perigo que ele percebe com clareza e do qual a autoridade governamental deve escapar: a moleza e o excesso. Em fins de novembro, com sua “pequena frase” sobre o sangue humano, Danton captou com força o interesse desta vasta parte da Convenção que desde 2 de junho baixa a cabeça, se curva, obedece medrosamente aos robespierristas do CSP. O antigo tribuno com os ardores acalmados foi tão bem-compreendido pelos deputados da “Plaine” que sente a necessidade de se cobrir à esquerda, e, sem no entanto desencorajar as esperanças que faz nascer à direita, ele rejeita, afasta o mais longe de si, o termo que vai se tornar, durante algumas décadas, a palavra de união dos bem-comportados, dos razoáveis, ou seja daqueles que desejam apaixonadamente, sem jamais ousar dizê-lo, que seja terminada, fechada, a Revolução, que a ordem volte, que a Santa Propriedade reencontre suas bases inabaláveis: a “indulgência”. Danton compartilha tão pouco realmente desta opinião que ele desejaria “penas mais duras, castigos mais violentos contra os inimigos da liberdade”. Mas que se tome realmente muito cuidado; Danton se orienta por uma extrema preocupação de justiça. É verdade, bem verdade, que ele reclama uma atenuação do Terror e que as condenações à morte não sejam distribuídas sem precaução; que elas se abatam — e ele se felicita por isso — sobre os aristocratas, os realistas, os contra-revolucionários, mas “somente sobre eles⁹¹”. O que

significa que na sua opinião a ação do TR deve ser revista. Collot d'Herbois, que está em Lyon com Fouché mas que uma correspondência esclarecedora mantém ao corrente de tudo, envia, em 29 de novembro, à Comuna de Paris, um sinal de alarme: "Existe um complô para pedir a anistia⁹²".

Chaumette prontamente seguiu as ordens do poder sobre a questão religiosa. A 28 de novembro ele retirou sua portaria de 23, declarando: "Se eu desprezei a superstição (e ele se honra disso), isto não me dá o direito de perseguir aqueles que sofrem deste mal (uma afecção, em suma, e vergonhosa)". A continuação é exemplar quanto a seu espírito de disciplina, e o que ele anuncia, desde que o ponha em prática, é exatamente o que pede Robespierre: diante de qualquer cidadão, "não nos informemos se ele vai à missa, à sinagoga ou ao templo protestante; informemo-nos somente se ele é republicano". Muito bem, Hébert é ainda mais satisfatório; ele se insurge, nos Jacobinos, contra os impudentes que afirmam que os "parisienses não têm fé, não têm religião, que eles substituíram Jesus por Marat"; "destruamos estas calúnias", grita ele. E ele se excede, em 11 de dezembro. "Acusam-me de ateísmo? Eu nego formalmente a acusação. Eu declaro que em meu jornal eu prego aos habitantes do campo (Vejam só! Aos rurais somente?) que leiam o Evangelho", um livro "excelente" e do qual "é preciso seguir todas as máximas para ser um perfeito jacobino. O Cristo me parece o fundador das sociedades populares⁹³". O *Père Duchesne* tem pouca, muito pouca penetração na zona rural. Em troca, ele faz parte do alimento espiritual dos soldados, e Bouchotte (ou seus serviços) favorecem amplamente sua leitura no exército. O tom de Hébert na tribuna dos Jacobinos e o que ele adota em seu panfleto casam-se mal, e é ao *Père Duchesne* que Hébert reserva seus sarcasmos de homem liberado — mas tolerante — sobre os imbecis que "adoram santinhos e santinhas". Bah! "Que eles comam, também, o tempo que quiserem seu bom deus de farinha!": "contenta-te", amigo *sans-culotte*, "em rir de suas besteiras, mas não os persigas". Em Paris, graças a Robespierre, numerosas igrejas permanecem abertas, mas na província, e devido a representantes em missão particularmente sectários, a descristianização continua, aqui e acolá, com afinco*.

* Augustin Robespierre, que apóia o mais que pode a política de seu irmão, assina num relatório de 24 de fevereiro que em certas regiões, "quando não se derruba dois pedaços de madeira cruzados, se está desonrado como revolucionário"; e

Nove dias após sua intervenção cortante de 21 de novembro, Robespierre, em 28, deve suportar, nos Jacobinos, a leitura — amplamente aplaudida — de um certo Cavaignac, seu colega, que secundou, em Auch, o montanhês Dartigoyte, relatando com alegria como eles, juntos, organizaram um auto-de-fé de ídolos e que “dançou-se toda a noite a *Carmanhola* em volta deste braseiro patriótico⁹⁴”. Mesma cena, em 4 de dezembro, quanto o Clube recebe uma carta de André Dumont que, sem levar absolutamente em conta as observações que lhe foram dirigidas, em 24 de outubro, pelo CSP, a respeito das consciências, relata, descansado, os sucessos que conhece seu zeloso Norte: as abdições de padres, escreve ele, “chovem em volta de mim”; “padres transformados em homens, é sem dúvida um milagre”; “por todo lado fecham-se as igrejas, queimam-se os confessionários e os santos⁹⁵”.

Robespierre obteve da Convenção, a 6 de dezembro, o decreto traduzindo a vontade de tolerância expressa por ele nos Jacobinos. Ele tinha se declarado, na véspera, convencido de que existia um plano, entre os “emissários do estrangeiro”, um plano que ele resume assim (dando a palavra aos conjurados): “Reunamos nossos esforços para atacar o culto católico (...) lá onde a filosofia esclarece menos o povo”. Ele evocou as “reclamações” legítimas de padres que, estoicamente, “abafaram, num primeiro momento, suas queixas, por amor à paz”, mas que, em certas comunas onde não reinava nenhum “despotismo” sacerdotal, lamentam que “as autoridades, pela força das armas, venham ordenar que se abandone os altares”. Robespierre condena estes métodos que põem em conflito com a República “homens que não são de modo algum inimigos da liberdade, mas estão presos”, em seu coração, a uma fé religiosa⁹⁶. A Assembleia apoiou-o e votou o decreto clamando pela inteira liberdade, a este respeito, dos cidadãos. Mas Barère interveio de imediato, a 6 de dezembro, a fim de que uma importante adjunção fosse feita ao texto proposto por Robespierre e adotado com excessiva rapidez; a formulação do que acrescenta, e sobretudo em suas últimas palavras, é de uma clara eloquência; “A Convenção não pretende (pelo

também, em 5 de abril, ele vai se levantar contra “os que abatem uma cruz para que ninguém se ocupe de suas dilapidações e de seus crimes”. O próprio Michelet, aliás, reconhece que “nos departamentos, mais de um representante em missão” tirava proveito em “desviar para este lado (o anticristianismo) o furor popular” (M., II, 1011).

presente decreto) desaprovar o que foi feito até esta data em virtude das portarias de representantes do povo (em missão na província) nem fornecer (leiamos bem), a quem quer que seja, o pretexto de retardar a evolução do espírito público”. Maximilien sabe fazer, pela unidade do CSP, concessões que não lhe agradam nada, e ele assinou, a 4 de dezembro, com Billaud, uma portaria, combatida na véspera por Danton, que põe uma igreja do Havre à disposição do clube jacobino da cidade; mas ele se recupera, dia 5, ao responder ao “manifesto” das Potências, composto e lançado por Pitt: “Eles nos acusam de irreligiosidade. Eles publicam que nós declaramos guerra à própria divindade”, quando é “sob os auspícios do Grande Ser que nós proclamamos os princípios imutáveis de toda sociedade”. A depuração está em curso, nos Jacobinos, neste mês de dezembro de 1793, e dia 12 Robespierre pediu a exclusão de quatro grupos: os acusados nobres, padres, banqueiros e estrangeiros. Mas ele reconsidera, a 16, e retira o que, em sua proposta, referia-se aos padres; porque não deve esquecer, diz ele, que “o que se chamava de baixo-clero” conta em seu seio homens que provaram seu devotamento à Revolução “por uma seqüência ininterrupta de sacrifícios⁹⁷”. A 22, ele fez suspender pelo CSP as apresentações de uma peça intitulada *O Túmulo da Impostura*, onde eclesiásticos eram expostos ao ridículo. Assim, comenta Michelet sufocado, Robespierre faz “este ato milagroso de restabelecer a censura em plena Revolução⁹⁸”. Tamanho estupor scandalizado nos desconcerta, porque, desde o dia seguinte ao 10 de Agosto, assim como era amordaçada a imprensa de oposição, o controle dos teatros tinha sido violentamente fortalecido, e inúmeras obras escritas para o palco tinha visto ser-lhes interdito o acesso ao mesmo.

Danton, que se pronunciara severamente — nós nos recordamos — contra fantasias anti-religiosas que ele julgava inconvenientes para a Convenção, chegou mesmo até a aconselhar, em 26 de novembro, a instituição de festas cívicas onde, dizia ele (antes de Robespierre, e numa linguagem inteiramente nova para ele), “o povo oferecerá o incenso ao Ser Supremo”. Seguia-se uma declaração perfeitamente clara: “Nós não quisemos aniquilar o reino da superstição para estabelecer o reino do ateísmo⁹⁹”. Atitude que deve valer-lhe — ele está persuadido disto — a gratidão de um Robespierre de quem ele conhece as piedosas manias. A 1º de dezembro, após ter condenado as medidas tomadas por certos representantes em

missão* que tinham imposto — teoricamente — aos ricos um câmbio forçado de seu numerário contra *assignats***, Danton lança uma frase que serve de estopim discreto a uma campanha de grande amplitude: “Todo homem que se faz ultra-revolucionário obterá resultados tão perigosos que poderiam fazer dele um contra-revolucionário¹⁰⁰”. Aparece aqui a palavra “ultra” que vai suscitar tempestades. No mesmo discurso, Danton volta a tratar destas modificações no Terror cuja urgência ele já assinalou. Ele se defende de desejar qualquer “adiamento” das medidas punitivas que exige a salvação da República, mas ele tem o sentimento de que “montes de intrigantes e conspiradores verdadeiros escaparam ao braço nacional (ler: guilhotina) que atingiu a outros com menos culpa do que eles”. Claro. Estes verdadeiros “conspiradores”, estes lamentáveis “ultra”, ninguém hesita sobre sua identidade. Danton, a 1º de dezembro, declara a guerra ao hébertismo. Robespierre falou de um perigo de direita e de um perigo de esquerda; mas ele jamais disse que o segundo era o mais perigoso, e é o que acaba de fazer Danton visando os “ultra”. A 3 de dezembro, na grande revisão em curso entre os jacobinos, é a vez de Danton. As tribunas estão cheias, e Danton provoca vaias, sobretudo quando, em sua apologia glorificante, ele arrisca-se a esta enormidade: “Minha pretensa fortuna reduz-se à pequena porção de bens que eu, diz ele, sempre tive”. Quanto a sua conduta, ela não é somente irrepreensível; é a honra da Revolução; o povo e eu escrevemos juntos páginas “que devem imortalizar os anais da liberdade”. Todos os olhares estão fixos sobre Robespierre. Ele toma a palavra. Ele reconhece que teve por várias vezes — ele jamais dissera nada até então — “opiniões contrárias às de Danton”; ele confessa mesmo tê-lo “vigiado” e (ele não o esconde) “com cólera”. Ele considerou Danton favorável a Dumouriez por um tempo longo demais e, e por um tempo excessivamente longo, paciente frente a “Brissot e seus cúmplices”. Mas besteira, estupidez, calúnia, os rumores espalhados em outubro e novembro sobre Danton em fuga com tesouros, Danton refugiado na Suíça e que teria concebido o projeto de não se sabe qual regência “sob Luís XVII”! Robespierre

* Entre eles, Fouché.

** Uma petição dos cordeliers ia, então, no mesmo sentido. Mas Danton não se preocupa em agradá-los. Ele informou aos “piques” — ou seja, aos eventuais manifestantes suburbanos munidos desta arma (lança, N.T.) simples que é para eles como que um emblema — que ele considera como encerrado o papel deles na Revolução.

não carece de rudeza: os maus propósitos, os insultos que acolheram Danton antes que ele falasse, que o interessado não se espante; Maximilien o diz francamente: "Se te parece estranho ter tido dificuldades para te fazer ouvir, lembra que o povo não esqueceu tuas fraquezas", que eu não dissimulei. As críticas que Danton merecia e que eu acabei de enunciar, "eu juro", diz Robespierre (uma palavra forte, da qual Robespierre faz questão, pois ele a escolheu), "eu juro que são todas as que tenho a lhe fazer". Nada mais: "Eu esperava muito dele, e ele justificou minha esperança; eu sempre o encontrei no caminho do patriotismo". O detalhe que se segue, onde se manifesta uma reserva, Robespierre o deixa impreciso. Do que se trata exatamente, então? Após uma homenagem quase solene ("eu juro"), que conteúdo dar a esta reticência? "É verdade que eu não compartilhava de modo algum (*sic*) sua maneira de servir o povo"; questão, sem dúvida, de "temperamento". Mas Robespierre acredita dever dar seu depoimento sobre um ponto do qual ele se diz testemunha mas que não implica nada quanto ao fundo das coisas: os "bens" de Danton e sua origem; Maximilien volta-se para aqueles que "inculpam" Danton "por sua fortuna" e faz esta declaração: "Eu devo dizer que não existe homem cujos hábitos domésticos (sua vida de família, a qual, eu penso, Danton o associou às vezes) (sejam) mais simples, mais puros, e por consequência mais republicanos; visto em seu lar, ele só merece elogios*". E Robespierre que conclui confirmando, sem problemas, Danton como membro fiel dos Jacobinos, Robespierre que diz "nós" ao falar de Danton-e-ele ("que eles se mostrem, exclama, os que são mais patriotas do que nós"!), não deixa no entanto de terminar sua alocução por uma fórmula cautelosa. Este imponente "satisfatório" que ele concede a Danton, ele o acompanha (diríamos que ele o corrige?) de algumas palavras que não passarão despercebidas: "Eu talvez me engane sobre Danton, mas (seguem-se os cumprimentos)**".

* Mas ele não o viu em Liège, quando ele posava "de vizir".

** No tomo X das *Obras* de Robespierre (1967, p. 221-225), o relato de sua intervenção de 3 de dezembro é tirado de várias fontes: *O Monitor*, a folha oficial dos jacobinos e o *Sablier*. Acrescentemos este extrato da *Correspondência Política* (realista) no qual faz-se pilhéria dos elogios concedidos por Robespierre a Danton sobre sua vida "doméstica"; Robespierre se teria restringido a este tema porque ele não poderia de modo algum "negar certos agravos evidentes demais, tais como os bens imensos que Danton roubou em Brabante e alhures e que ele colocou sob o nome de sua nova mulher".

Co-responsável, com seus companheiros do CSP, pelos destinos da República, Robespierre faz seu trabalho, dia a dia, da manhã à noite, e geralmente, além disso, com uma dedicação sem limites. Retomando e precisando o relatório que Saint-Just tinha apresentado a 10 de outubro, Maximilien faz reconhecer e organizar pela Convenção o “governo revolucionário” exigido pelas dificuldades dos tempos, a dupla guerra externa e civil. É preciso manter curtas as rédeas do Estado até que a volta da paz torne possível a aplicação da Constituição. A palavra “ditadura” é contornada, mas é bem, em 4 de dezembro, o absolutismo da Assembléia — tal qual, e nada de consulta eleitoral — que se torna legal, com um acréscimo de concentração do poder e a criação, em cada distrito, na província, de um “agente nacional” munido da autoridade suprema delegada pelo Estado, mas que deve, a cada quinzena, prestar contas de seus atos em Paris. Durante esta sessão importante da Convenção, em 4 de dezembro de 1793, Robespierre precisou acabar com uma manobra de Bourdon de l’Oise tendendo a fazer desaparecer os ministros. Por quê? Ao que tudo indica para aumentar ainda mais as responsabilidades do CSP e torná-lo assim mais vulnerável. Em 5 de dezembro ele respondeu com chacotas ao manifesto dos déspotas denunciando uma França ímpia: o quanto é edificante, disse ele, a piedade das rainhas, “a castidade de Messalina, a fidelidade conjugal de Catarina, a modéstia* de Antonieta!”, e o sarcasmo dá lugar ao desnudamento brutal: se os tiranos “invocam o céu” é, na verdade, “para usurpar a terra¹⁰¹”. Dia 9 ele varre a tentativa de Simond, um amigo de Chabot (o qual, preso, cumula de cartas chorosas Robespierre e Danton), que queria para os jacobinos o direito de fazer liberar todo membro do Clube detido — por erro, naturalmente. Brincadeira, diz Robespierre, pois que suspeitos “estão escondidos em nosso meio”; e ele insiste, tendo certamente nomes no espírito: “O Clube concentra vários destes miseráveis, vis agentes do estrangeiro”. E o exército, ai, o exército! “Os senhores então não sabem que a traição nele pulula” e que, “com exceção de alguns generais fiéis, só se salva o soldado¹⁰²”. O amálgama, de “meias-brigadas”, unindo os voluntários e a “linha”, decretado pela Convenção em fevereiro, começa a se efetuar no inverno de 1793-1794 e ele aumenta sensivelmente a coesão e o valor de nossas tropas. Em dezembro, três vitó-

* Robespierre, pode-se ver, é ainda bastante moderado com respeito a uma mulher vítima dos piores panfletos sobre seus costumes antes mesmo da Revolução.

rias: Toulon é retomada aos ingleses (e aos traidores da burguesia local) a 19; os vendeianos sofrem um desastre, a 12, no Mans, e duas derrotas os acabam, dia 16 em Ancenis, e a 22 em Savenay. A leste, em 26, Hoche alcança sobre Wurmser uma vitória que libera Landau.

Maximilien quer desembaraçar a República deste Cloots que ele considera culpado de um papel perpetuamente nefasto. A 12 de dezembro ele faz com que seja excluído dos Jacobinos (que há pouco ele presidia) declarando que é impossível “ver como patriota um barão alemão” e “como *sans-culotte*” um indivíduo que dispõe de “100.000 libras de renda”, pelo menos. Cloots é um banqueiro, ligado a este Vandenywer sabidamente “contra-revolucionário” e, se ele nos “garante que deixou de vê-lo, é ainda (de sua parte) uma espreiteza de prussiano”. Ele “abraçou”, de início, “o partido de Brissot e de Dumouriez” e, se ele produziu um panfleto intitulado “Nem Marat, nem Roland”, nele “dava, é verdade, uma bofetada em Roland”, mas ao mesmo tempo uma outra “muito mais forte na Montanha^{103*}”. Segundo Robespierre, Cloots, que deseja “o incêndio universal” e a França em conflito sangrento com a terra inteira**, é um destes especuladores que só deixam o “*assignat* alcançar a paridade” — o que é falar demais; subir em direção à paridade seria mais correto — “para se apossarem de nosso dinheiro”. A 25 de dezembro Cloots será expulso da própria Convenção na qualidade de “estrangeiro”, embora ele tivesse recebido dos girondinos, em 1792, a nacionalidade francesa. Neste mesmo 25, em nome do CSP, Robespierre desenvolve na Assembléia “os princípios do governo revolucionário”, tal como ele foi legalmente instituído, dia 4. Ele não contesta que estas disposições, exigidas pelas circunstâncias, possam surpreender à primeira vista; a hora virá, com a paz, de um governo tal como o previu a Constituição; um governo que “conservará” a República; o trabalho do “governo revolucionário” é o de “fundá-la¹⁰⁴”. Jamais Robespierre orador foi tão incisivo como neste 25 de

* Em sua sexta *Carta* (primeira série) a *Seus Comitentes*, lançada em 23 de novembro de 1792, Robespierre tinha falado de modo completamente diferente deste folheto: “À parte umas duas ou três idéias, talvez, que me pareceram carentes de justeza, esta produção, escrita com um estilo picante e original, é cheia de gosto e de filosofia” (cf. R.O., V, 87).

** Esta incriminação complementar, Robespierre a dirigirá a Cloots em 23 de dezembro (R.O., X, 267).

dezembro de 1793. Sucedem-se excelentes imagens sobre estes “barões democratas” que são, se não se deseja ser cego, os “irmãos”, muito simplesmente, do “Marquês de Coblentz” (às vezes os “bonés vermelhos” estão “mais próximos dos saltos vermelhos*” do que se poderia imaginar), e sobre estes excessos, estes olhares perigosos para além do objetivo, que são um pouco, com relação à energia republicana, o que a “hidropisia” é para o equilíbrio corporal, enquanto que “o moderantismo é para a moderação o que a impotência é para a castidade¹⁰⁵”. Em 23, Robespierre parecia considerar o moderantismo “abatido para sempre¹⁰⁶”. Ele lamenta, em 25, o excesso de otimismo ao qual ele se abandonou na antevéspera, e se nós somos suficientemente atentos à coloração de seu pensamento, aparece-nos como evidente que Robespierre, em 25 de dezembro, teme menos, para a República, um “fervor patriótico” excessivamente forte e mal-controlado que o “marasmo do moderantismo”; “um corpo vigoroso atormentado por uma abundância de seiva deixa mais recursos que um cadáver”. O que vai se seguir é uma alusão a Danton e a seu discurso de 1º de dezembro onde, pela primeira vez, foi pronunciada por ele a palavra “ultra”. Robespierre não faz agravo a Danton: foi o patriotismo, diz ele, que se exprimiu então por sua voz; mas prestemos atenção à observação que Robespierre, em 25 de dezembro, apresenta à Convenção sobre o mesmo tema: “Apenas o patriotismo pronunciou a palavra ultra-revolucionário”, de imediato dela se apossaram “os traidores de Lyon e de outros lugares, para fazer dela uma arma contra a Liberdade. Neste 5 nívose (que teria sido o dia de Natal no antigo calendário), Robespierre inclina-se evidentemente mais para o lado dos ditos “ultra” do que ele jamais o fez em favor dos “indulgentes”. Ele lembra que “antigos cúmplices de Dumouriez e de Custine, há muito tempo detidos, ainda não foram julgados”; depois ele anuncia que a seu pedido o CSP apresentará, “no mais breve prazo, um relatório sobre os meios de aperfeiçoar a organização do Tribunal Revolucionário¹⁰⁷”. Um pouco mais de nervos não faria mal ao Terror. Em três meses, de outubro a dezembro, se 394 inculpadados compareceram diante do TR, 218 foram absolvidos. É muito. No número dos troféus da guilhotina, 5 cabeças somente, em dezembro, cuja degola tinha feito algum barulho: dia 5, foram ao cadafalso Ker-

* “Talon Rouge”. Nome dado aos nobres elegantes do séc. XVII que usavam salto alto vermelho. (N.T.)

saint, o anti-regicida, girondino que só tinha escapado à limpeza de 2 de junho por uma demissão antecipada, e Rabaut Saint-Étienne, primeiro colaborador de Condorcet em sua biliosa *Crônica de Paris*; a 8, foi decapitada a outrora célebre Madame Du Barry que, aos cinquenta anos, ainda brilhava mas mais discretamente do que antes, na galantaria; não são de modo algum suas aventuras amorosas que a conduzem à guilhotina, mas as imprudências que cometeu, com respeito a Londres, em favor de vários emigrados. A 28 são mortos Dietrich, o antigo prefeito de Estrasburgo, que acolhera com muito boa vontade os austríacos, e Lebrun, que dirigiu as Relações Exteriores antes e após o 10 de Agosto, e cuja docilidade, não faz assim tanto tempo, Danton utilizava para certos contatos secretos.

Estes castigos, estes votos em geral unânimes da Convenção, os propósitos seguros (ainda que variáveis) de Robespierre, tudo isto não passa da superfície das coisas com a qual se contentam as simplificações históricas. A menor preocupação de informação mais completa revela um emaranhado de cálculos, de ódios e de avidez, uma confusão de febres, de conspirações que se esboçam, se dissolvem, ressurgem, nós que se formam sem cessar, nós de intrigas ou nós de víboras. É nesta atmosfera envenenada que Robespierre tem necessidade constante de sua firmeza lúcida, de todos os recursos de seu espírito para ir em frente, por um caminho forçosamente sinuoso, sempre em direção ao objetivo que se traçou. A 6 de dezembro, Philippeaux, deputado da Sarthe, e que já teve amargos desentendimentos com seu colega Choudieu, deputado da Maine-et-Loire (quando este último surgiu contra ele em Saumur, para tudo reorganizar a sua maneira, na luta contra os vendeianos), Philippeaux, mais uma vez encarregado de missão no Oeste, ataca desta vez a Rossignol e a Ronsin, responsáveis, segundo ele, por várias derrotas. Ele envia uma carta ao Comitê de Salvação Pública: Rossignol e Ronsin são uns hebertistas. Instruído, como todo mundo, pela aversão que se professa, em torno de Danton, por Hébert e tudo o que a ele se assemelha, ele espera assim encontrar neste grupo um precioso apoio. Ele se persuade ainda mais disto porque exatamente na véspera deste 6 de dezembro em que publicou seu libelo denunciador apareceu o primeiro número de um periódico redigido por Camille Desmoulins — com, sem nenhuma dúvida, Danton, na sombra, a seu lado —, um fascículo intitulado o *Vieux Cordelier*! O próprio título*, que faz referência ao clube mais verdadeiramente democrata da pri-

* O Velho Cordelier. (N.T.)

meira hora e republicano antes da hora, deve bastar para afastar toda suspeita de complacência face ao “moderantismo*”. Mas este *Vieux Cordelier* é provido de garras; para dizer o mínimo: ele lança veementes saraivadas de difamação e de cóleras. Pelo adjetivo *Vieux*, Desmoulins pretende dizer que nele sobrevive, permanece, afirma-se, o fogo puro da Revolução, que em outros tempos foi vista ao trabalho, enquanto que os cordeliers de hoje não têm mais nada do que fazia a honra e a glória dos antigos cordeliers. A tática de Camille é a de comprometer Robespierre afetando servir a “um homem cujos talentos parecem aumentar com os perigos da Revolução”, um cidadão que “faz com frequência esquecer”, por suas palavras brilhantes, os “grandes atores da tribuna” que foram “Barnave e Mirabeau”. Eu sei bem que desta forma Desmoulins parece querer apenas honrar Robespierre orador, mas a escolha destes dois nomes é singular, como se o *Vieux Cordelier* fizesse questão de saudar a memória de dois “patriotas” que tentaram impedir um terrível desvio do movimento de 1789 (Barnave foi guilhotinado e os restos de Mirabeau lançados fora do Pantheon). Camille submeteu a Robespierre o manuscrito de seus dois primeiros números, e Robespierre não viu neles nada a contestar. O que encoraja Camille é o apoio que Maximilien, em 3 de dezembro, decidiu oferecer a Danton. Camille faz-se de surdo ou de distraído; ele não ouviu nem as críticas retrospectivas que Robespierre fez a Danton, nem, menos ainda, o inquietante “eu talvez me engane” de Robespierre no final de sua intervenção. Desmoulins qualifica de “fulminante” o discurso de Maximilien, que, precisamente, não fulminou ninguém neste dia, mas ele cobre de flores Robespierre a fim de tê-lo como aliado contra Hébert e os seus; e, se ele cumprimenta e adula Robespierre, é Danton que ele exalta, Danton-Hércules, “nosso presidente perpétuo dos antigos cordeliers, nosso Horatius Cocles”. Ele tivera, então, mais medo do que pudéramos perceber, Hércules-Danton diante dos hebertistas e dos clamores hostis das tribunas, nos Jacobinos? Porque Camille declara que ele (Danton) estava “perto de ser sufocado”, que “parecia esmagado”. Por quem? Ah! Pelos “agentes do estran-

* A esperteza de Camille para dotar sua mercadoria de uma bandeira que lhe assenta tão mal conduzirá os cordeliers, em 1794, a lançar uma portaria proibindo Desmoulins de se abrigar sob o nome de seu grupo. Ao que Camille responderá aos gritos: “Insolência inaudita a dos netos se revoltando contra seu avô” (nº 5, do *Vieux Cordelier*, 5 Nivose).

geiro” cujas manobras, para felicidade da República, foram desmascaradas por Fabre d’Églantine. Camille temia mais do que tudo ver Robespierre sorrir aos “elogios perversos” que lhe dedicam Hébert e Chaumette, no único intento de “afastá-lo (inconcebível esperança) de seus velhos companheiros de armas”.

Philippeaux manobra de outro modo. Ele tenta implicar o CSP no furioso processo que ele conduz contra os Serviços da Guerra; e, como ele acredita demonstrar, unicamente por seus furores desprovidos de provas, os crimes, na Vendéia, deste Rossignol que ele detesta tanto quanto odeia Choudieu, ele implica o próprio Comitê que trairia seus deveres ao deixar ileso um tão grande culpado. Seis dias mais tarde, são Bourdon de l’Oise e Merlin de Thionville que juntos atacam certos membros (anônimos) do Comitê, pessoas, diz amavelmente Bourdon, “que seria bem melhor não ver mais”. A reeleição mensal do CSP estando iminente, Merlin sugere que daí para a frente, a cada mês, um terço dos membros ceda lugar a outros. A intenção não tem nada de obscura; é primeiramente Billaud-Varenne e Collot d’Herbois que Merlin desejaria afastar; não Robespierre, é claro; ele não ousaria, nem seus dois “irmãos” Saint-Just e Couthon; mas o objetivo de Philippeaux-Bourdon-Merlin é de enfraquecer o mais possível a parte esquerda do Comitê. Fracasso a 13 de dezembro: a Assembléia renova sua confiança ao Comitê na sua totalidade.

Enquanto isto, Desmoulins lançou, a 10 de dezembro, o número 2 de seu panfleto. A agressividade, desta vez, concentra-se sobre Cloots, e Camille está certo, ao fazê-lo, de agradar a Maximilien — o qual, efetivamente, tomará emprestado do *Vieux Cordelier* algumas de suas expressões em seu requisitório de 12, nos Jacobinos, contra este “primo germano” de Proly. Desmoulins punha aliás no mesmo saco (o saco de afogamento) o infeliz Chaumette, o qual não sabe mais muito bem por onde anda mas que é transformado por Camille em “pensionista da Prússia*”. Dia 11, Bentabolle, ex-maratista mas convertido à “indulgência” e que questões financeiras associaram a Chabot, atira-se contra Hébert nos Jacobinos e pergunta-lhe que razões ele tem para “ver Chabot como culpado antes mesmo que ele seja julgado”. A 12, Fabre faz excluir dos Jacobinos Coupé de l’Oise, padre abdicador, mas que teria tomado posição contra o casa-

* Não há ninguém igual a Desmoulins para suas acusações delirantes; ele já o demonstrou com respeito a Brissot, em maio.

mento dos eclesiásticos (na verdade, segundo Mathiez, porque Coupé desconfia de Danton). Fabre aparenta ainda impassibilidade nesta data, sem imaginar que no CSG Amar e alguns outros começam a farejar nele as mesmas trapaças de Frey, Delaunay e o próprio Chabot, com respeito à Companhia das Índias. Dia 14 é a vez de Camille nos Jacobinos, de seu comparecimento; ninguém escapa a ele. Robespierre fala em seu favor, e calorosamente. Ele lembra a alegria que sentiu, então, em Arras, quando soube que a “Ode sobre a Convocação dos Estados-Gerais”, que ele lia com arrebatamento, era obra “de um de seus antigos camaradas de escola” e admira-se que Camille tenha tido a audácia de publicar esta violenta sátira à Corte “num tempo em que alguns (futuros) grandes patriotas” estavam ainda “a tremer e a arrastar-se diante do tirano”. Em conclusão, a manutenção de Camille no seio dos Jacobinos era coisa feita. Robespierre aconselha-o somente a ser “mais circunspecto na escolha de seus amigos^{108*}”.

Palavras de 14 de dezembro. A 15, ou 16 no mais tardar, Desmoulins lança seu terceiro número do *Vieux Cordelier*. O texto tem do que fazer sensação. Camille nele se esconde, inicialmente, atrás de Tácito, mas muito rapidamente pára de fingir e, atacando diretamente na atualidade, escreve, sem rodeios: “Jamais poderão me persuadir (...) de que o que Tácito chamava despotismo e o pior dos governos (...) possa chamar-se hoje de liberdade e do melhor dos mundos possíveis”. Mas ele tem o cuidado de sublinhar que os realistas estariam enganados vendo nele um aliado, e quando ele denuncia a multiplicação de ditaduras locais (os representantes em missão, diz ele, “legislam”, os “departamentos, os distritos, as municipalidades legislam”) é o próprio pensamento de Robespierre que ele atinge. A invectiva não é dirigida contra Robespierre mas antes de tudo contra os abusos dos “ditadores” locais. Robespierre sabe muito bem que a unidade de ação não é perfeita, que existem numerosos “abusos” e que os encarregados da missão interpretam à sua maneira, na província, as mais claras instruções do CSP. E, neste sentido, Desmoulins não é nocivo; ao contrário. Entretanto, que ele preste atenção às segundas intenções, facilmente detectáveis, de seus mais fervorosos enaltecedores, todos retrógrados. E Camille

* É sem dúvida em Chabot que pensa aqui Maximilien; Desmoulins tinha aparecido muito em sua companhia.

comete uma falta política quase imperdoável ao lamentar abertamente que a Constituição continue adormecida.

Fabre — e Fabre, ninguém o ignora, é do grupo de Danton —, a 17 de dezembro, ajudado por Philippeaux, obteve da Assembléia um mandado de prisão contra Ronsin e Vincent. É ao hebertismo que se quer atingir através deles. Bourdon de l'Oise, a 18, lança um grito de vitória. Astuciosamente, em lugar de chamar Ronsin e Vincent de “ultra” — o que eles são —, Bourdon trata-os de “contra-revolucionários”, e anuncia, jubilante, que esta “facção” (a palavra reservada aos brissotinos-girondinos), instalada nos “Serviços da Guerra, será em breve esmagada”. Robespierre deixa acontecer. Que a cronologia fique presente em nossas mentes. Em nosso levantamento, um pouco mais acima, dos atos e palavras de Maximilien em dezembro de 1793, as datas, a cada vez, foram indicadas; nós assistimos, de sua parte, a uma série de gestos contraditórios aos quais ele foi obrigado para manter o controle no tumulto desencadeado pelos clãs rivais. Em 20 de dezembro, Robespierre propõe à Convenção “a criação de uma Comissão encarregada de examinar as razões da detenção e de liberar os patriotas aprisionados¹⁰⁹”. A 14 de dezembro, há 4.338 detidos nas prisões de Paris, e o CSG é positivamente assaltado, “sitiado”, diz Robespierre, por mulheres aos prantos ou cheias de indignação que suplicam, pedem, exigem em favor de cativos cuja inocência elas proclamam. Maximilien estima que pode haver, com efeito, injustiças a reparar. Na proposta que faz ele veria a vantagem de proteger o CSG contra os incômodos incessantes que atravancam seu trabalho, pois parece-lhe provável que tenham sido cometidos alguns erros, e que podem ser reparados, assim “nós não veremos mais as esposas virtuosas de cidadãos patriotas confundidas com as mulheres desprezíveis que a aristocracia larga em nosso meio¹¹⁰”. De acordo. A Convenção tranforma de imediato sua proposta em decreto. Neste 20 de dezembro, Camille estava pronto para lançar seu quarto fascículo, que aparecerá dia 26. Ele introduz de imediato em seu texto uma frase para seu “caro Robespierre”, seu “velho camarada de escola” que toma exatamente — é maravilhoso! que felicidade*! — o partido conciliador e pacificador

* Texto de Camille (trata-se de sua proposta de um “Comitê de Clemência”) em sua apóstrofe a Robespierre: “tu, de quem a posteridade relerá os discursos eloqüentes”, “tu acabas já de te aproximar muito desta idéia pela medida que fizeste decretar hoje na sessão do *décadi* 30 frimário (20 de dezembro). É verdade que se trata de algo como um Comitê de Justiça (...) Por que a clemência teria se tornando um crime sob a República”?

que preconiza o *Vieux Cordelier*: uma virada da Revolução, um espírito novo, uma vasta confraternização. “Abram as prisões”, exclama Desmoulins dirigindo-se ao CSP. Honra a Maximilien por sua iniciativa, primeiro passo pelo bom caminho! Uma adjunção de último minuto (acesso de razão ou de pudor) retificou — consideravelmente — o tiro de Camille e o alcance de seu intento. Ele descobre, um pouco tarde, o absurdo do que ele pede e toma suas distâncias face aos que ele nomeia “os senhores moderados”. Ele precisa que não imagine evidentemente fazer “abrir de par em par” as portas das “casas de suspeitos”; ele deseja simplesmente que seja aberto “um guichê” através do qual “os quatro ou cinco examinadores decretados pela Convenção” virão “interrogar os suspeitos, um por um, e devolver-lhes a liberdade se sua liberação não coloca absolutamente a República em perigo.” Ah bom! tomada ao pé da letra, a primeira sugestão de Camille equivalia a permitir, através da França, uma plena liberdade de ação a todos os contra-revolucionários partidários dos Príncipes ou agentes das potências estrangeiras. E Camille queria de bom grado reconhecer que “uma indulgência cega e geral (...) seria o maior perigo”. Mas ele não retirava de todo modo sua requisição de um “Comitê de Clemência” que, dizia ele, “concluiria a Revolução” — uma revolução que Robespierre, no fundo de si mesmo, tinha como apenas começada. Seguiam-se, neste quarto fascículo, as vociferações habituais de Camille contra “os patriotas desacreditados, os contra-revolucionários de bigodes e boné vermelho”, ou seja, os hebertistas ligados a Bouchotte e aos cordeliers e sobretudo contra Ronsin, a vítima de Fabre, encarcerado há três dias, em cujo rosto cospe Camille: um “ladrão”, um “mentiroso”, o responsável, ao que parece, na Vendéia, a 19 de setembro, por uma terrível derrota em que 45.000 soldados republicanos foram “abatidos por 3.000 bandidos”. Isto aliás é o que vai desenvolver Philippeaux — sempre ele! — nos Jacobinos, numa arenga espumante em que o CSP não é poupado.

Desta vez Robespierre reage com força, para evitar a barreira da direita. Quando Fabre, a 17, conseguiu fazer deter Vincent e Ronsin, ele esperava assim provocar uma fissura no CSP, porque são amigos de Billaud-Varenne e de Collot d’Herbois que ele lhes tirou. Billaud talvez censure Robespierre por não se ter absolutamente interposto, mas pode ser também que o próprio Billaud tenha julgado Vincent e Ronsin um pouco agitados, um pouco agressivos. Sua única resposta foi a de fazer riscar Chaumette do registro dos corde-

liers. Chaumette, o fraco, o tímido. Mas Collot, que aplicava então em Lyon, com Fouché, selvagens represálias*, assim que toma conhecimento da operação-Fabre, volta imediatamente para Paris, trazendo em sua bagagem uma réplica ao gosto do dia: a cabeça cortada de Chalier, o prefeito assassinado pelos notáveis. Collot é saudado em Paris, a 20 de dezembro, nestes termos, pelo *Père Duchesne*: “O gigante voltou”. Um desfile, de matiz “ultra”, acontece, sob sua direção, dia 21, da Bastilha às Tulherias. Nenhum incidente, mas esta demonstração de força é feita para dar o que pensar aos “indulgentes”. Reanimado pela presença de Collot, “intrépido defensor da *sans-culotterie*”, Hébert, dia 20 à noite, tenta inflamar os jacobinos contra os “traidores” tipo Camille, em cujo número ele não esquece de designar Fabre; e ele reclama sua expulsão. Os cordeliers retomam seu pedido de morte aos protestatários de junho, a quem Robespierre, a 3 de outubro, salvou a vida, e enviam, a 23, uma delegação à Assembléia para fazer saber energicamente, à Plaine e aos montanheses que fraquejassem, que a velha guarda “cordelier” autêntica (e nada semelhante a Desmoulins) continua lá, vigilante, pronta a agir, se preciso, a serviço da República: “Nós somos e nós permaneceremos os cordeliers que nada abaterá”.

Os informantes de Robespierre comunicam-lhe que sua cotação baixa, e gravemente, à esquerda. Ele devia esperá-lo, após sua benevolência, apenas pincelada de repreensões, com respeito ao *Vieux Cordelier*, que prossegue, em seus terceiro e quarto números, em fogo aberto contra o hebertismo. A 25, nós o vimos em seu grande discurso à Assembléia, Robespierre está convencido de que em qualquer caso os “ultra” valem mais do que seus adversários. O que explica a anulação que ele concede, no dia seguinte, a Billaud e Collot do decreto votado dia 20 a seu pedido; enterrada antecipadamente, e que não se fale mais nisso, a missão prevista para a triagem dos suspeitos cativos. “Ainda falta muito”, diz, a 26, um Maximilien menos assustado (aparentemente) do que sorrindo com desprezo, “ainda falta muito para que eu seja um moderado, um feuillant, como se divulga nos cafés¹¹¹”. Ele deseja que Biron, a quem a República errou ao fazer confiança apesar de suas origens (é o antigo Duque de Lauzun) seja imediatamente enviado à guilhotina e se espanta

* A 4 de dezembro, 60 prisioneiros fuzilados. No dia seguinte atira-se de canhão contra 209 outros, na esplanada dos Brotteaux. As execuções se sucederão dia a dia, às dezenas, durante mais de dez meses.

que a polícia ainda não tenha detido Proly, este “espertinho” que é visto “todos os dias passeando por Paris”. Culpa de quem? Do CSG, não? (Tudo isto implícito.) Robespierre não consegue compreender que sejam tolerados estes “clubes pretensamente populares, multiplicados ao infinito desde o 31 de maio”, os clubes “bastardos”, diz ele, e povoados de “contra-revolucionários” mal-disfarçados. Um basta ao “moderantismo”! É a palavra de ordem do CSP nos últimos dias de 1793, início de nivose ano II (o que seria o 1º de janeiro de 1794 será o 12 nivose do calendário novo). Unânime, é verdade, o Comitê, diante da opinião; mas os representantes terão podido observar que Robespierre, em 26, não apoiou Collot — Collot que entretanto apoiava Saint-André — quando ele defendeu que Ronsin fosse prontamente solto. A feliz notícia de Toulon reconquistada tinha chegado na hora, em 24, para reforçar o CSP após as admoestações descorteses de Bourdon e Philippeaux, aprovadas em voz baixa por todo um grupo, atrás deles, bastante dantonista. Quanto a Danton, ele não se arriscava absolutamente, presente e falador na tribuna para que não o esqueçam nunca, mas sempre sobre incidentes secundários. Ele só apareceu um pouco dia 23, mas para lançar, em bom francês, água na fogueira, e reclamar que parassem de se estraçalhar mutuamente: “Todas as nossas alterações matam um prussiano?” pergunta este homem razoável, preocupado antes de mais nada com nossos sucessos militares.

Robespierre bordeja, como um bom piloto*. Ele não fala mais em diminuir o número de detidos; ele esmaga — enfim! — Cloots que ele manda deter a 30 de dezembro e julga a situação bastante delicada para chamar para perto de si (pelo menos por alguns dias) Saint-Just que trabalha tão bem em Estrasburgo e que, fielmente, chega de imediato. De que fonte são extraídas as iras conjugadas que lançam contra Hébert um Bourdon de l’Oise e um Desmoulins em fúria? Quase ao mesmo tempo, Bourdon, num folheto, anuncia que vão ser rasgados “horríveis véus e que o senhor Hébert irá para a guilhotina”, e, em 5 de janeiro, Camille publica seu quinto número do *Vieux Cordelier* que proporciona a Michelet transportes de entusiasmo. “Sublime”, diz ele, sem reservas, este texto de uma “incrível audácia”, onde o “raio, que ri em clarões, vai, vem e reduz a pó

* Michelet é de outra opinião. Para ele, Maximilien, comprometido por Camille, “escapou para a esquerda, procurando sua segurança nas fileiras dos extremistas, seus inimigos”, e ele “se confundiu com eles” (M., II, 688).

explosões de sua terrível alegria¹¹²". Traduzamos mais calmamente: para Camille, Hébert é um tratante que trabalha em proveito dos aristocratas e dos coalizados, que se beneficia, graças a Bouchotte (o qual envia montes de exemplares do *Père Duchesne* ao exército), de subvenções gigantescas — até aqui num total de cerca de 120.000 libras — e que, além do mais, teria bem podido, "através de financiamento, mergulhar num dos mil projetos de evasão de Maria Antonieta". Hébert, naturalmente, na mesma noite, desdobra-se em clamores: "Justiça! Jacobinos, Justiça!" e Camille, em resposta, descarrega sobre ele uma carrada de "provas" no seu entender decisivas; peças contábeis, provenientes do Departamento da Guerra e que estabeleceriam que Bouchotte entregou 135.000 libras ao autor do *Père Duchesne**. Robespierre esforça-se para acalmar os ânimos e toma as coisas com humor: "Eu aposto", diz ele, gentilmente, que "as peças comprobatórias de Camille" na realidade "não provam nada"; ele lamenta, ele lamenta profundamente que "esteja na ordem do dia constantemente (nos Jacobinos) a substituição das causas particulares pela causa geral", e ele felicita Danton (sua moção é "muito bem-comportada") por querer, como ele, elevar o nível dos debates no Clube. Camille não esqueceu, em seu fascículo 5, de cobrir-se politicamente, prestando homenagem a Billaud-Varenne, "este patriota retilíneo", exclamando: "É do próprio Robespierre que ousam suspeitar de moderantismo!", e advertindo os reacionários: "Que a nau da República se aproxime demais do recife do moderantismo, ver-se-á então se eu sou um moderado!" Do mesmo modo Robespierre é, uma vez mais, paciente e generoso com ele. Camille é, a seus olhos, "uma criança tonta, que tinha felizes inclinações mas que perdeu-se devido às más companhias¹¹³". Segunda observação, severa, de Robespierre, a este respeito; pode ser que desta vez Maximilien pense menos em Chabot do que em Fabre; porque as suspeitas sobre a corrupção de Fabre na questão da Companhia das Índias tinham acabado de ser, na véspera, 4 de janeiro, dramaticamente confirmadas pelo exame dos documentos que tinham sido selados**, e Robespierre propõe, sem malícia, que sejam

* Camille acusa Hébert de ganhar muito com seu folheto — o que não é inexato —, e ele faz pose de servidor gratuito do bem: "Minha fortuna não aumentou de um centavo". Na verdade, segundo J.-P. Bertaud em seu excelente estudo, o *Vieux Cordelier* rendeu-lhe cerca de 10.000 libras; mas Camille entregará 7.000 a Frézon por sua ativa colaboração.

** Michelet intitulará "Provas da inocência de Fabre d'Églantine" o capítulo IV de seu livro XV, mas pode-se ler, nas "Notas e Comentários" de Gérard Walter à

simbolicamente “queimados” os últimos números do *Vieux Cordelier*: “explosões de riso”, nota o relatório da sessão; mas Camille recebe mal esta gozação: “Queimar não é responder!” E Robespierre, sempre amigável: “Então, eu me retrato; eu peço” que os números em questão “não sejam queimados, mas que se responda a eles”. Depois, como Desmoulins cantava glórias e se gabava de ter vendido 50.000 exemplares de seu número 5 e que Danton observa: “Tome cuidado para não provocar um ataque funesto à liberdade de imprensa” (propósito estapafúrdio quando se sabe o que é, então, o controle sobre os jornalistas), Robespierre muda de tom e observa que a difusão do *Vieux Cordelier* não tem nada de surpreendente: “Todos os aristocratas, todos os feuillants disputam-se estes escritos que o próprio Brissot não teria ousado admitir^{114*}”. Na verdade, na crise do momento — céu negro, vento que anuncia tempestade —, Camille deveria a Maximilien um reconhecimento singular, tanto ele encontra nele, a seu respeito, uma extrema magnanimidade, um verdadeiro regime de favor.

Robespierre não está perto entretanto de ter acabado com a cambada agitadora resolvida a liquidar, no cadafalso, com estes jovens quadros republicanos intransigentes que compõem não somente os Serviços da Guerra, mas através da França, um grande número de administrações e a maioria dos Comitês Revolucionários. Mathiez¹¹⁵ nos dá uma idéia justa e dolorosa dos entrelaçamentos em que estão metidos, um pouco por todo lado, “ultra” e “citra” — este nome acaba de aparecer — no início de janeiro de 1794: “denúncias, destituições, prisões, depurações”, se entrecruzam. Se os insultos, as veemências, as manobras antagônicas pudessem se atenuar em Paris, tudo iria melhor, rapidamente, na província. Mas não; Bourdon tenta paralisar Bouchotte fazendo interditar a todos os ministros a menor despesa sem uma autorização especial do CSP. A Plaine é profundamente sua cúmplice e ele obtém da Assembléia o decreto que deseja e que tornará impraticável a ação governamental. Encurralado na ilegalidade, o CSP faz como se o decreto não existis-

História de Michelet (II, 1120): “Quanto à inocência de Fabre, após o estudo aprofundado de seu caso, ao qual livrou-se Mathiez, a tese defendida com tanta força por Michelet torna-se insustentável”.

* A 26 de dezembro, Barère disse, em plena Convenção, que os aristocratas não se encontravam mais sem se perguntar: “Você leu o *Vieux Cordelier*?” (cf. Calvet, *op. cit.*, 161).

se. Danton vê Fabre em perigo. Não é o momento para ele de concentrar sobre sua pessoa as cóleras hebertistas; e eis que um outro de seus comparsas, Westermann, é destituído por Bouchotte, em razão de “traições” que lhe são imputadas*. Mais uma vez, em 7 de janeiro, Danton representou o amigo de todos; mas Lecointre, que é da seita “indulgente”, defende Westermann na Assembléia e faz-lhe conceder o privilégio, incrível para um suspeito, de permanecer livre até o relatório que o Comitê deverá apresentar sobre seu caso. Robespierre percebeu o fato, e, naquela noite mesmo, 8 de janeiro, solicita aos jacobinos que fiquem atentos às ações dos “brissotinos” ressurgentes. Sua posição não tem nada de ambígua; os dois sistemas, “ultra” de um lado, “citra” de outro, se equivalem para “destruir a República”. Além do mais, diz ele, as duas “facções” praticamente se entendem contra a autoridade governamental “como ladrões numa feira ou bandidos numa floresta”. Mesmo afetando a equidade, Maximilien dá a entender que ele desconfia dos “citra” mais ainda do que dos “ultra”, porque as precisões que ele traz vão contra o jogo dos primeiros: atacam “Bouchotte, seu secretário” (Vincent), “os Serviços da Guerra; sua verdadeira intenção é livrar um combate mortal à Convenção Nacional”. Entretanto foi a Convenção que atacou Vincent e protegeu Westermann; Robespierre, além disso, contesta somente o “lado direito”, o qual teria sido “corrompido” por “uma trintena de celerados”. Um pouco mais adiante em seu discurso, Maximilien ameniza a importância numérica destes malfeitores, e os trinta celerados de um instante atrás são conduzidos à situação de “apenas algumas serpentes a esmagar”. Camille não faz parte destes répteis. Seus folhetos são um cozido dos “princípios mais revolucionários” e das “máximas do mais pernicioso moderantismo”; um “inconseqüente”; “um homem que se deixa influenciar e que jamais contraiu o hábito de refletir¹¹⁶”. Em troca, e pela primeira vez, Fabre d’Églantine é — moralmente — esbofeteado, ou quase, por Maximilien. Enquanto o Incorrupível falava, Fabre levantou-se como se fosse deixar a sala. Robespierre então o interpela e o aconselha a ficar. Fabre demonstra intenção de querer subir à tribuna: “Eu não terminei”, diz secamente o orador. Fabre não terá direito à palavra esta noite. Robespierre faz transferir

* Entretanto, ele tinha encaminhado a Paris, após sua vitória de Savenay sobre os rebeldes vendeianos, um relatório sinistramente glorioso: “Eu não fiz um só prisioneiro (...) eu exterminei a todos”.

para mais tarde as “explicações” que deve a seus colegas “este homem que é eternamente visto com um binóculo na mão”. (Na Assembléia, regularmente, Fabre passava seu tempo a observar, de longe, as belas mulheres que ele podia perceber nas tribunas.)

A 10 de janeiro, Camille é excluído dos Jacobinos, mas imediatamente reintegrado a pedido de Robespierre cuja paciência, a seu respeito, parece, com o tempo, romper todos os limites concebíveis. A guilhotina funciona com uma tranqüila regularidade. A 11 de janeiro o “machado nacional abate-se sobre Lamourette, o bispo constitucional: nem o charme de seu patronímio nem a lembrança do beijo geral que ele tinha um dia, muito cristãmente, suscitado não foram suficientes para fazer o Tribunal Revolucionário esquecer a inclinação bastante forte que se tinha observado nele pelos girondinos. Na noite de 12 a 13, Fabre é aprisionado. Nenhuma dúvida; é Danton que é atingido. Observam-no. É-lhe difícil ficar calado. Ele fala e dá um grande exemplo de virtude cívica, porque mostra-se capaz de imolar seu melhor amigo se a salvação da República o exige. Entretanto, amparando-se na amabilidade concedida a Westermann, Danton reclama para Fabre o direito de aparecer na tribuna da Assembléia e apresentar sua defesa. Nenhum acusado foi jamais beneficiado de uma tal autorização. Em nome do CSP, Billaud rejeita este pedido e Danton se humilha: “Que o relatório seja feito e que a lâmina se abata sobre o culpado”. Sem nenhuma dúvida, os “citra” não têm a benevolência da equipe instalada nos postos de comando, porque a dita equipe é ainda aquela cujo partido triunfou, em 2 de junho. Vão ser encontrados nos papéis de Robespierre, após Thermidor, os elementos de um discurso ao qual ele renunciou e que parece realmente ter sido preparado por ele em meados do mês de janeiro de 1794, em que nos encontramos agora. Bourdon de l’Oise busca reacender a incriminação em que Louvet tinha se destacado primeiramente (desde outubro de 1792): Robespierre “ditador”. Maximilien não se emociona nem um pouco, e, a 10 de janeiro, o dia em que ele reintegrou Camille nos Jacobinos, ele divertiu-se com este “um duodécimo de influência” que é, no Comitê, sua parcela real, diz ele, e que uma lenda, numa inchação cômica, transforma em domínio. Mas Bourdon o exaspera e Robespierre propunha-se a enumerar as diversas tentativas do espertalhão para “destruir o governo sob pretexto de aperfeiçoá-lo” suprimindo o Conselho Executivo ou tornando-lhe sua tarefa impossível. Depois chega a vez

de Philippeaux, “um homem que jogou na Vendéia um papel vergonhoso¹¹⁷”. E Maximilien — mas enfim ele não pronunciou este discurso — reservava para Merlin de Thionville a alusão a uma infâmia não provada: Merlin, diz ele, “famoso pela capitulação da Mogúncia e mais do que suspeito de ter por ela recebido o preço^{118*}”. Fabre era ali esmagado, Fabre que “comprometia o sucesso de seus interesses políticos pelos escândalos de suas intrigas privadas”, Fabre “cúmplice” dos Chabot e dos Bazire que ele denunciou, Fabre que denegria em voz baixa a Proly com “o qual ele jantava”, Fabre que escolheu o “moderantismo¹¹⁹”. Danton ainda é respeitado, ao que parece, mas decepciona. Foi “através de Fabre” que Danton, “o patriota indolente e orgulhoso, amante ao mesmo tempo do repouso e da celebridade”, foi “acorrentado a uma covarde inação ou perdeu-se nos dédalos de uma política falsa e pusilânime¹²⁰”. E Maximilien unia na mesma desaprovação “Hébert e Desmoulins, Fabre e Proly, Cloots e Bourdon, Lacroix e Philippeaux¹²¹”.

A miséria — ou algo que se assemelha muito a ela — continua a maltratar os bairros pobres de Paris. O governo garante por todos os meios, limitações e larguezas (ocultas), o abastecimento da cidade, e a polícia persegue Jacques Roux agora que ele já não faz mais falar de si, sem dúvida porque compreendeu o que os problemas econômicos tinham de inextricável para o CSP. Inventou-se contra ele — uma ignomínia, eu presumo — uma acusação de roubo, mas pensa-se (e eu temo que Robespierre não esteja alheio ao fato) em enviá-lo ao TR, ou seja, ao cadafalso. Jacques Roux se suicidará na prisão, a 10 de fevereiro, após já ter tentado fazê-lo, em vão, em 16 de janeiro. A 23 de janeiro, a Convenção decreta que as roupas de cama e mesa, o vestuário e os utensílios domésticos tomados como garantia nos montepios sejam restituídos gratuitamente aos portadores da “cautela de penhor”. Robespierre caiu doente mais uma vez; são incessantes recaídas; mas desde o dia 25, sabe-se, nos Jacobinos, que ele vai melhor e que retomará nos próximos dias seu trabalho. Barras e Fréron que em Toulon, como Fouché e Collot d’Herbois em Lyon, chafurdaram no sangue**, e que se preparavam, em Marse-

* Calúnia? É possível. Mas uma evidência estava lá! Merlin de Thionville tinha conhecido um aumento súbito de seus recursos, ele levava uma vida de príncipe na sua propriedade de Mont-Valérien.

** Lucien Bonaparte, jacobino agitado, redigiu ele próprio o relatório dirigido à Sociedade-mãe, sobre as represálias dos vencedores em Toulon: “Nem a idade nem o sexo foram poupados; os que não tinham sido mortos pelo canhão (estilo Fouché-Collot em Lyon) foram expedidos pelo sabre e a baioneta”.

lha, a uma reincidência, chocaram-se com Augustin Robespierre, em missão no Midi e que pediu sua revocação. Estes dois imundos vão se apresentar imediatamente em Paris como vítimas da inveja. Mesma manobra para Tallien e Ysabeau, em Bordeaux, liberando banqueiros e negociantes em troca de polpudas somas: denunciados por agentes parisienses do Executivo, eles prendem os membros do Comitê de Controle e informam ao mesmo tempo ao CSP e ao CSG que, a partir de então, eles caçam os “ultra-revolucionários com a mesma coragem” que eles utilizaram contra os outros “inimigos da liberdade”. Quanto a Fouché, em Lyon, ele está pronto para mudar de alvo, e vai ser visto, em fevereiro, metralhando os antigos camaradas de Chalier. Robespierre, que retoma como pode sua atividade, faz uma intervenção, na noite de 28 de janeiro, nos Jacobinos; nela estão em questão Vincent e Ronsin, presos desde o mês de dezembro e que Collot d’Herbois faz questão de libertar. A esta forte pressão, e por mais importante que considerasse a unidade do CSP, Robespierre não tinha cedido; ele alia-se agora à opinião de Collot, e neste 28 declara que, em suma, não existe “nenhuma prova válida contra o patriotismo de Vincent e de Ronsin¹²²”. Danton, de repente, inquieta-se por aqueles (Camille?) que, querendo “fazer muito pela justiça”, escorregariam “talvez” — horror! — “no moderantismo e emprestariam armas aos nossos inimigos”. Ele está plenamente de acordo com Robespierre, o cordelier Danton: “Seria preferível exagerar a liberdade e a Revolução que dar a nossos inimigos a menor esperança”; ao mesmo tempo, e na ponta dos pés, ele volta à idéia de uma revisão dos aprisionamentos; mas é claro, mas certamente, mas antes de tudo, “sem prejudicar a ação do governo revolucionário^{123*}”. Tudo isto pareceria dever conduzir os “citra” a terem dificuldades, e, entretanto, as coisas vão se passar de outro modo. A lâmina da guilhotina cairá primeiramente sobre os “ultra”. Como? Por quê? Que nossa atenção quanto à ação de Maximilien se concentre, pois, mais do que nunca.

Continuam a existir “conspiradores” que veriam com alegria um arranjo pacífico, qualquer que fosse, com as Potências, porque seria assim relaxada a opressão do poder, tão duramente reforçada

* Desmoulins parece então um pouco entristecido por seu grande amigo. Pode-se percebê-lo nas palavras que Lucile dirigia a Fréron em 13 de janeiro: “Marius não é mais escutado. Ele perde a coragem. Ele torna-se fraco (cf. J.-P. Bertaud, *op. cit.*, 260).

desde dezembro. O pretexto da defesa nacional faltaria a estes “patriotas” que se esforçam em manter a França a sua mercê graças à estreita rede dos clubes jacobinos, rede lançada sobre o país. Murmurou-se mesmo em novembro que o CSP teria examinado certas propostas inglesas. Difícil de acreditar. E, por duas vezes, em 22 de janeiro e 1º de fevereiro, Barère, em nome do Comitê, afasta com altivez e desprezo toda idéia de paz antes de um triunfo militar absoluto. Se Robespierre insiste nos Jacobinos para que se ponha em estudo os crimes de Londres (“disparate acadêmico”¹²⁴, diz Michelet), trata-se menos, observa Mathiez¹²⁵, “de criar uma alternativa às lutas partidárias que de fazer compreender ao público que a paz com Pitt era impossível”. Encontra aqui seu lugar um documento cuja importância só foi sublinhada por Jaurès; é uma nota deste genovês saído dos meios bancários, Mallet du Pan, informante dos coalizados e dos pretendentes ao trono da França (“Provence” e “Artois”, os futuros Luís XVIII e Charles X), uma nota datada de “1º de fevereiro de 1794”, e endereçada, para transmissão, a Lord Elgin. Nela ficamos sabendo, em primeiro lugar, que a política do “máximo” não foi inoperante, e Mallet du Pan, contrariado, informa corajosamente seus empregadores sobre os resultados, a seus olhos inegáveis, das decisões econômicas obtidas da Convenção (ou arrancadas à representação nacional); certamente os revolucionários não têm meios de obrigar suas vítimas — ou seja, todos os franceses — a “aceitarem os *assignats* em paridade”, mas é preciso admitir que eles conseguiram paralisar a queda do papel moeda; de maio a outubro a desvalorização era, segundo a região, de 60 a 75 por cento; em 1º de fevereiro ela não é mais do que de 33 a 37% em Paris, e em vários departamentos de 27 e 30% somente (o que quer dizer que um *assignat* de 100 libras equivale pelo menos a mais de 60 libras em numerários em Paris, e a cerca de 70 libras em outros locais). Sobre a guerra, sombrias notícias igualmente: as tropas da boa causa parecem a Mallet du Pan tristemente medíocres: nada de plano de conjunto, um “descosturado”, jamais uma ofensiva séria, uma “eterna defesa”. Mas eis o pior: o deplorável e chocante contraste entre os soldados que se defrontam; entre os franceses uma “exaltação” e “que transmite inteira confiança”, escreve Mallet, arrasado; uma “impetuosidade” que revela um verdadeiro “fanatismo”; e nada de semelhante, ai, em face; a “forças apaixonadas” os soberanos só opõem “soldados materiais” (quer dizer, puros mercenários) “indiferentes ao objeto da querela”.

O que deixa prever a discussão de 28 de janeiro em que Robespierre pedia apenas um pouco de paciência pelo não-reconhecimento do CSG em favor de Vincent e de Ronsin*, acontece a 2 de fevereiro, penosamente aliás, porque todo um enxame de vespas zuniu para tentar impedir esta liberação. Distinguiram-se aí Lecointre, Legendre, Clausel e Philippeaux, é claro, e o inevitável Bourdon de l'Oise, aferrado, agarrado, inseto venenoso, a Ronsin particularmente. Danton votou em favor da liberação destes “veteranos revolucionários”, detestados entretanto por Desmoulins; mas “Marius” precisou bem que ele se reservava agir de modo semelhante quando se instrísse o processo de Fabre, de quem ele não via qual pudesse ser o crime. Dois dias depois, 4 de fevereiro, a Convenção se resigna a votar pela abolição da escravidão em nossas colônias. O lobby dos “fazendeiros” (La Fayette, Narbonne, Lameth e outros) não está mais lá, mas há grande comerciantes nas cidades costeiras do Atlântico — em Nantes sobretudo — que detestam esta medida na qual seus interesses serão prejudicados. Para Danton esta foi uma ocasião de frases e prudências. Ele se diz sempre generoso, mas de uma “generosidade que nós não estenderemos além dos limites da ponderação”. Aviso aos reformadores imprudentes. O que seu discurso tem de mais significativo, e certamente de mais meditado, é a idéia mestra que nele se afirma, a saber que, para Danton, o caminho da liberdade encontra-se aberto desde então, livre de toda barreira: “Nós esmagamos os homens perversos que queriam fazer retroagir a Revolução”. Que “perversos”? Mas La Fayette, mas Dumouriez, mas Brissot. Vira-se a página; agora, a cooperação fraterna dos republicanos autênticos. Robespierre vai tomar a palavra, em 5 de fevereiro, para um grande discurso que, em seu pensamento, é uma introdução ao que ele considera o mais importante, e que ele se propõe expor sem mistério logo que as circunstâncias lhe parecerem favorá-

* Pode ser que Robespierre tenha considerado oportunas suas palavras encorajadoras de 28 de janeiro, se é possível dar crédito a uma outra nota de Mallet du Pan segundo a qual, “em fins de janeiro”, Robespierre está preso numa “tempestade”; os “ultra” não lhe perdoam ter consentido, em dezembro, a prisão de Vincent e de Ronsin e dirigem contra ele “panfletos” onde se fala de sua “tirania”. A 3 de fevereiro, no Teatro da República, violentos aplausos saudaram, numa peça “romana” de Le Legouvé, uma cena onde os senadores exclamavam: “Morte ao tirano!”. E os manifestantes (“citra”? “ultra”?) teriam então, todos juntos, voltado seus olhares para Robespierre que, em seu camarote, assistia à representação.

veis. Reservemos o estudo deste aspecto de sua alocução de 5 de fevereiro para o capítulo em razão do qual toda a presente obra se constrói. Retenhamos somente, por ora, os atos e palavras de Robespierre homem político, homem de Estado.

Ele não tem a mesma confiança que Danton — pelo menos a fingida confiança de que este último faz alarde — na solidez da República e na honestidade, lealdade, de todos os que a invocam. Porque existem pessoas (e eu penso que Robespierre poderia indicar pelo nome mais de um) que “abraçaram a Revolução como um emprego e a República como uma presa”. Ele considera, em consequência, que o Terror deve continuar; é a única maneira de conter “os inimigos do povo”, e o Terror “não passa de uma justiça pronta, severa, inflexível”. Mas que não o desviem de seu caminho. Que ele não seja jamais dirigido contra o próprio povo; portanto “este abuso existiu”. Robespierre não quer, no momento, dizer mais nada sobre este ponto; mas ele se mostra perigosamente capaz de fornecer precisões maiores. O tema das “duas facções” que ele desenvolve depois de três meses parece-lhe mais do que nunca de atualidade: existem os que querem “a indulgência para os realistas”, os que “interpõem sua doçura parricida entre os celerados e o gládio vingador da justiça nacional”. Eles pedem a graça para estes culpados? Não; “graça para os fracos, graça para os infelizes, graça para a humanidade”. Mas outros vão “aos excessos inversos”, como este “hipócrita estrangeiro” — reconhece-se de imediato Cloots — que, conclamando a França a conquistar o mundo, não tinha outro objetivo (Robespierre sabe muito bem que é falso; mas se for o caso ele não despreza a hipérbole) que o de “chamar os tiranos à conquista da França”; e, ainda, como estes “falsos revolucionários” que prefeririam “usar cem bonés vermelhos” do que “fazer uma boa ação*”. Fica claro que, se lhe fosse dado escolher, Maximilien se inclinaria muito mais para o lado dos “ultra”. “A maior barreira, diz ele claramente, não é o fervor do zelo, mas, ao contrário (...), o medo de nossa própria coragem”; e ainda: “É mais espirituosa do que justa a denominação de ultra com a qual se** designou” os adversários dos “moderados”; mais exatamente ainda: “Os falsos revolucionários estão talvez com mais frequência aquém do que além da Revolução”. E é certamente

* Em quem pensa ele? Hébert, Momoro, sem dúvida, e outros, muito provavelmente, cujos rastros a História perdeu.

** Foi Danton, se não me engano, o criador da palavra “ultra”.

de Fabre que se trata quando Robespierre denuncia “todo o sistema de impostura e de intriga do qual o principal autor é um homem que os senhores expulsaram de seu seio¹²⁶”.

Dois dias mais tarde, em 7 de fevereiro, Robespierre vai bruscamente desagradar, e ao mais alto ponto, estes “ultra” que ele tratou com deferência, a quem ele quase se uniu, dia 5. E poderia ser que se pudesse datar deste 7 de fevereiro a inflexão política, em Maximilien inesperada, que não deixará de levar os hebertistas diretamente ao cadafalso. Nos Jacobinos, em 7 de fevereiro, Robespierre chicoteia um certo Brichet, manobrado, segundo ele, por Vincent e Ronsin (que não perdoam a Maximilien ter feito anular pelos jacobinos a exclusão de Camille). O dito Brichet, subitamente, e no tom mais imperativo, pede não somente a execução dos pró-girondinos, detidos há oito meses e a quem Robespierre salvou a vida, em outubro, mas também — ato de força detestável, uma loucura! — um 2 de junho revisto e aumentado que lançaria para fora da Convenção a totalidade do Marais. Proposta, diz Robespierre, “revolucionária ao décimo grau” e que ousa lançar um personagem que “não gostaria que se procurasse” a história de “sua vida passada nos *boudoirs* da Polignac¹²⁷”. Nesta mesma década de pluviose, nos meios robespierristas, várias grosserias com “patriotas” cuja energia militante envolve o nome, à esquerda, de uma espécie de aura. Javogues, representante em missão, numa carta aos Jacobinos, estigmatiza a “contra-revolução” que grassa no próprio seio do CSP, e que se encarna em Couthon; foi ele que fez enviar “o infame Gouly” no Ain para restituir sua influência aos partidários da superstição. Resultado: Javogues foi revocado. Em Nantes, o pequeno Julien (da Drôme), que Robespierre encarregou de uma investigação discreta, ficou horrorizado com o que viu; Carrier ali desonra a Montanha; para o bem do Estado, é preciso, custe o que custar, que seus atos tomem fim; e Carrier é revocado*. E por que — Robespierre tem algo a

* Revocado, mas é preciso ver-se com que tato, que circunspeção nos termos! (Collot e Billaud defendem Carrier e, por uma razão que desconheço, Carnot também.) O texto elaborado pelo CSP é a tal ponto aveludado e enfeitado que se teria vontade de dizê-lo cômico se não se tratasse na verdade de um indivíduo a quem este adjetivo cai mal: “Cidadão representante, tu desejaste ser chamado (realmente?). Teus redobrados trabalhos merecem que repouses alguns momentos e todos os teus colegas te reverão com prazer no seio da Convenção Nacional (...) A intenção do Comitê é dar-te uma outra missão e é necessário que voltes para conferenciar com ele. Saúde e fraternidade” (cf. H., *op. cit.*, III, 285).

ver com isto? —, por que os jacobinos recusam-se, em 11 e 14 de fevereiro, a admitir Vincent no Clube? Daí a agressão de Momoro, dia 12, contra este Poder onde se reúnem “os homens gastos, as pernas quebradas”, os que julgam os cordeliers temerários porque eles próprios são uns poltrões.

Mais uma vez Robespierre é imobilizado pela doença. Nenhuma outra intervenção de sua parte, depois do 7 de fevereiro, nem nos Jacobinos, nem na Assembléia. E Couthon também está ausente. A 19 de fevereiro, os delegados que o Clube encarregou de tomar informações relatam que, se Couthon vai melhor, “a indisposição de Robespierre agravou-se, sem entretanto algum perigo para sua vida”. *O Monitor* confirma, a 21, depois a 26 de fevereiro. Um único incidente digno de nota, na Convênção, em fins de fevereiro: Danton opõe-se a que a CSG envie ao TR vários membros do tribunal militar de Ardenes acusados de intrigas aristocráticas. Na ocasião Danton pronuncia palavras cujo sentido é bastante obscuro mas que terminam numa espécie de advertência ameaçadora: “Não é necessário que a nação seja destruída porque nós (nós quem? Os bem-comportados, os razoáveis, os ... “moderados”) fomos covardes, fracos ou mudos. Este é apenas o prefácio de minha opinião política. Eu a direi no momento certo.” Pouco provável que Danton — Danton-Hércules — esboçasse o gesto de brandir sua maça se tivesse Robespierre diante de si. No mesmo dia, 22 de fevereiro, Hébert, nos Cordeliers, atira-se contra os “adormecidos”. Robespierre é claramente visado, porque se trata dos “brissotinos”, ainda impunes e que Robespierre protegeu contra Brichet, e deste “alguém” que “nos pintou Camille como uma criança, Philippeaux como um louco, Fabre d’Églantine como um homem honesto” (foi Robespierre apesar de tudo que decidiu pela detenção de Fabre, em janeiro; mas, segundo Hébert, com um escandaloso atraso). Danton de um lado, Hébert de outro, e todos os dois — que se odeiam — de acordo contra o Comitê; prova desta conivência “objetiva” de que já falou Maximilien, a 8 de janeiro e a 5 de fevereiro, entre “ultra” e “citra”. Por mais doente que possa estar o Incorruptível*, estejamos certos de que ele observa de perto a evolução das coisas e que ele se terá entendido com Saint-Just — chamado expressamente do

* Para Michelet, cuja malevolência induz à leviandade, Robespierre não passa de um simulador. Ele não estava absolutamente doente: ele se “fazia de doente” (M., II, 752).

“front” por Robespierre, pela segunda vez* — sobre o conteúdo do discurso que este camarada insubstituível pronunciará, em 26 de fevereiro, na Convenção. Um discurso mais para rude: “Nada de delicadezas”; “É somente pelo gládio que a liberdade de um povo se fundamenta”. Mathiez não coloca em dúvida que Saint-Just designa Danton pelas palavras que se seguem: “É certo que existe alguém (*sic*) que, no seu coração, alimenta o intento de nos fazer regressar¹²⁸”. E quem são, no entender de Saint-Just, estes “grandes culpados que querem quebrar o cadafalso porque temem subir a ele”? Mandado de acusação, sem nomes próprios, destes “espertalhões enriquecidos pela liberdade” e que invadiram “muitos empregos”. Declaração de guerra ao moderantismo: “Parece-me ver uma imensa corrente em torno do povo francês, uma corrente da qual os tiranos seguram uma ponta e a facção dos indulgentes outra”; esta facção que ele chama, sem equívoco, “a conjuração do lado direito”.

Mas, de repente, neste 8 ventose, Saint-Just entra por uma via que ninguém ainda, na Convenção, teve a audácia de escolher. Ele se dá mesmo conta da surpresa que vai produzir, e confessa que ele próprio não esperava pelas concepções que se impuseram a ele: “A força das circunstâncias nos conduz talvez a resultados em que não tínhamos absolutamente pensado”, mas “os que fazem revoluções pela metade não fizeram mais do que se cavar um túmulo”. Do que fala ele? De uma enorme questão. Nada mais do que a repartição dos bens num estado justo; “a opulência está nas mãos de um número bastante grande de inimigos da Revolução; as necessidades colocam o povo que trabalha na dependência de seus inimigos”. Situação inaceitável numa República e que Saint-Just pretende acabar. E Saint-Just chega a ousar estas afirmações inauditas: “Aquele que se revelou um inimigo de seu país não pode mais ser nele proprietário”; “as propriedades dos patriotas são sagradas; mas os bens dos conspiradores são um direito dos infelizes. Os infelizes são os poderosos da terra (. . .) Eles têm o direito de falar como mestres aos governos que os abandonam.” O relatório de Saint-Just terminava com a proposta de alguns decretos à Convenção. O primeiro retomava, ultrapassando-a, a mesma idéia que tinha exprimido Robespierre em 20 de dezembro (para retirá-la em 26): “O Comitê de Segurança Geral investe-se do direito de pôr em liberdade os patriotas detidos”. Se-

* Saint-Just chegou a Paris em 13 de fevereiro.

gundo projeto: "Os bens das pessoas reconhecidas como inimigos da Revolução serão seqüestrados em proveito da República". E, cinco dias mais tarde, no 13 ventose (3 de março de 1794), Saint-Just apresentará o "modo de execução" dos decretos votados dia 8 (26 de fevereiro): "Todas as comunas da República levantarão uma lista dos patriotas indigentes que elas concentram (. . .) Quando o Comitê de Saúde Pública tiver recebido estas listas, ele fará um relatório sobre os meios de indenizar todos os miseráveis com os bens dos inimigos da Revolução¹²⁹".

Se se queria algo novo na aventura inaugurada em 1789, é efetivamente algo novo o que obtém Saint-Just (em princípio). Embargo da nação, através de toda a França, das residências e domínios que serão confiscados a seus possuidores e distribuídos às famílias mais deserdadas a fim de que não haja mais "nenhum miserável¹³⁰" no Estado. Um ar de louca utopia. Faltam, é verdade, ao "modo de execução" dos decretos algumas precisões que pareceriam indispensáveis quanto ao procedimento das autoridades: atribuição direta dos bens tomados e divididos (como?) ou venda de tudo e repartição em seguida das somas reunidas? Mas os compradores? Outra vez os espertalhões, praticantes da especulação? Destruir um antigo grupo de ricos para favorecer um outro? Os estudiosos estão divididos sobre o alcance real do que entrou na História sob o nome de "decretos de ventose; em todo caso é inegável que estes decretos foram votados pela Assembléia com tão pouco entusiasmo (e tão pouca convicção) que somente as preliminares da operação se cumpriram: a criação de "comissões populares" para o recenseamento dos patriotas indigentes; e ainda, dificilmente, o mais lentamente possível, arrastando-se os pés. Parece-me absurdo e indecente suspeitar Saint-Just de ter feito uma comédia. Saint-Just é alguém, como Robespierre, que "acredita no que diz" (Mirabeau). Esta iniciativa, à qual não se pode de modo algum imaginar que Robespierre não tenha dado seu acordo, Michelet vê nela, estranhamente, uma medida de "extermínio¹³¹", e persuade-se, ou quer nos fazer crer, que ela "não está muito longe da lei agrária"; ele não deixa de ter razão ao dizer que uma disposição legal a este ponto audaciosa "tirava a vanguarda" aos próprios hebertistas"; "de um salto, sem transição, os robespierristas tinham assim ultrapassado os cordeliers", botando "como que na mala" estes extremistas patenteados¹³². E Mathiez, por seu

lado: “O Terror toma (bruscamente) um caráter imprevisto e grandioso” que mudaria de ponta a ponta a situação dos “miseráveis”. O Comitê, por estes decretos, “punha-se resolutamente do lado dos ultra e mesmo os suplantava¹³³”.

Tratar de “adormecidos” e de “pernas-quebradas” os membros do CSP que propunham uma tal reviravolta social tornasse um exercício impraticável; mas as raivas conservadores e “liberais” podem sempre pretender que tudo não passa de um tapo-olho, promessas esplendorosas para depois de amanhã, a fim de manter tranqüilas as massas populares. Deve-se constatar que, nestas semanas de fevereiro e março de 1794, a febre subiu, de novo, nos bairros pobres. O policial Latour (que pratica talvez o exagero) garante ao Interior, em 22 de fevereiro, que os “mercados”, as ruas, transbordam de pessoas agitadas, “oferecendo a imagem do desespero”, como se “Paris estivesse já presa dos horrores da fome”; seu colega Siret, a 23, assinala que “o faubourg Saint-Antoine dispersou-se sobre a rota de Vincennes e saqueou tudo o que nela se trazia para Paris¹³⁴”. Os “moderados” tornaram sem efeito, desde dezembro, a lei sobre o monopólio. Quando do processo de um amigo seu, um mercador de vinhos, eles fizeram decretar, por um Marais sempre disponível para isto, que a única pena prevista por lei — a pena de morte — para os monopolistas não seria mais pronunciada pelo TR. E Robespierre, em 5 de fevereiro, observava com cólera que, no momento em que se procede, pelas necessidades do exército, a requisições alimentares, ressoam protestos de estranhos “patriotas” que acusam as autoridades de prepararem elas próprias “a fome”. Efeito nulo, sobre os cordeliers, os decretos de ventose. Saint-Just falou em 26 de fevereiro e, a 28, o cordelier Bot, em nome do “Comitê Revolucionário” da seção dita dos “mercados”, declara que uma visita às prisões, no estilo de setembro de 1792, seria a considerar. Manifestos reclamam a dissolução da Convenção e o surgimento de um “ditador” à antiga*. Nada de candidatura conhecida e as “sociedades populares” não adiantam nenhum nome. Aproveitando o fato de que Robespierre, pelo menos no momento, está fisicamente fora de jogo, hebertistas e cordeliers tornam-se mais audaciosos e dão a impressão de combinar uma revolta, uma tomada do Poder. Nada, entretanto, parece ter sido realmente preparado; mímicas,

* Marat tinha várias vezes — e outros, em torno de Pache — falado de “um grande juiz” soberano e que tomaria em mãos, eficazmente, as subsistências”.

gritos, bem mais do que a elaboração positiva de um sistema operacional. Nos cordeliers, as veemências se sucedem; após Ronsin (o ingrato!), em 2 de março, é Carrier, a 4, que vocifera: "A insurreição, uma santa insurreição, é isto que os senhores devem opor aos celerados!" Quais "celerados"? O decreto complementar de Saint-Just é exatamente da véspera, 3 de março. Depois Hébert se joga contra os Comitês, contra Paré (que abarganhara a seu proveito a pasta do Interior que Hébert tinha cobiçado), contra Amar, no CSG, que ainda se obstina em "livrar do gládio vingador" os deputados contra-revolucionários na prisão desde junho. Estimulado por Boulanger, o adjunto de Hanriot no comando da Guarda Nacional, e por Momoro, e por Vincent (outro esquecido), Hébert fulmina Chabot e Desmoullins, todos os dois "vendidos a Pitt e Cobourg". Ninguém chegou ao ponto de pronunciar, para maldizê-lo, o nome de Robespierre, mas é bem ele o anônimo que, "desatinado sem dúvida, de outro modo", diz Hébert, "eu não saberia como qualificá-lo", fez reintegrar nos Jacobinos o abominável Camille, "expulso, eliminado, pelos patriotas". E o *Père Duchesne* conclui, como Carrier: "A insurreição! Sim, a insurreição¹³⁵!" A 9 de março, Vincent reclama explicitamente que seja aniquilada "a facção perigosa" dos moderados, dos indulgentes; sem ser citado, Danton está certamente incluído nela, ao lado de Camille. Entretanto, o amotinamento, a revolta de fato, limita-se nos Cordeliers ao gesto de cobrir com um véu negro, em sinal de luto, o texto-égide da *Declaração dos Direitos do Homem*.

O CSP está bastante desfalcado, neste começo de março de 1794. Dois ausentes doentes, Robespierre e Couthon; dois ausentes em missão, Billaud-Varenne e Saint-André. Collot, que é bem-visto pelos ultra e que cobriu Carrier de elogios, não somente nos Jacobinos, em 21 de fevereiro, mas na Convenção, em 23, toma a iniciativa, a 7 de março, de conduzir uma delegação jacobina para junto de seus colegas cordeliers. Hébert acalma-se e não parece decidido a descer à rua. Momoro e Ronsin consentem em retirar o fumo acusador. Mas Vincent é insuportável. Considerando, sem dúvida, seus colegas covardes, ele se pronuncia contra Collot e seus "cromwelistas". Um real perigo para o Estado parece se esboçar do lado deste bando de contornos incertos. Felizmente a Comuna permanece fiel. Momoro não conseguiu, dia 5, levar Chaumette a participar de uma sedição e Hanriot censura Boulanger, seu subalterno. Certo, estas fidelidades são preciosas mas a agitação continua, inquietante, com

duas manifestações de seccionários, a 11 (a seção “Brutus” e “a do Finistério”), se fazem cominatórias para exigir sangue, ondas de sangue, uma hecatombe em que devem perecer de uma só vez todos os “moderados” ou reputados como tal. O que vai decidir o governo (um CSP parcialmente despovoado; mas, ao que tudo indica, foram consultados, em casa, Couthon e Robespierre; e um CSG quase completo) a recorrer, no combate aos “ultra”, à “navalha nacional” tão glorificada por Hébert. Segundo Mathiez¹³⁶, ele teria recebido “revelações de diversos lados”: nenhuma dúvida seria permitida; os hebertistas vão se lançar ao atentado insurrecional do qual, após tê-lo reclamado, eles pareceram se esquivar; Hanriot assassinado, a Convenção em chamas, o dinheiro do Tesouro lançado à multidão. Um espetáculo de tal modo espetacular que se fica tentado a ver nele a banal ficção do complô descoberto bem a tempo, e, por certo, morto “no ovo”. Robespierre afirmará a 15, na Convenção, que os hebertistas tinham “recolhido, em Paris, um exército de emigrados, um enxame de desertores (austriacos) e de estrangeiros, e hordas de celerados” visando a uma agressão contra a representação nacional. “O momento estava marcado para depor a liberdade (. . .) O Comitê de Salvação Pública tem entre as mãos as provas desta horrível conspiração¹³⁷”. Collot tornou-se também impiedosamente inimigo de Vincent e do que ele nomeia “os homens atrozes” de sua espécie, o que Billaud é para o grupo em face, o grupo de Danton. Fabre tinha denunciado, em outros tempos, uma grande “conspiração do exterior”. Perfeito. Esta será a fórmula adotada por Saint-Just no relatório que lhe é confiado sobre “as facções do exterior”. No plural, notemos bem. A 13 de março, são os “ultra” que vão ser designados para a guilhotina, mas a título de primeira fornada; porque o CSP, pela voz de Saint-Just, faz saber muito claramente que um segundo pelotão vai se seguir, equiparador.

Serão publicados, em 1828, os elementos encontrados de um projeto de discurso que o Incorruptível parece ter redigido “entre 28 de fevereiro e 10 de março¹³⁸”. O começo prometia: “Cidadãos representantes do povo, os senhores esperam de nós a revelação de uma grande conspiração. Nós vamos dá-la aos senhores.” O que se seguia não correspondia bem a esta exortação quase solene: evocação cruel de Jacques Roux “padre desprezível” (insulto inútil porque ele não está mais lá; ele próprio se apagou da cena pública e da vida); invectivas sobre Delaunay, “confidente e valete do covarde Caritat (é Condorcet), um dos responsáveis pelo execrável libelo no-

meado *A Crônica de Paris*"; sobre Julien (de Toulouse), que "mantinha a mais íntima e mesmo a mais terna correspondência com o abade d'Espagnac"; sobre Junius Frey, com uma alusão ao pretensso dote de 200.000 libras que sua irmã teria dado a Chabot. Decepcionantes, tais quais, estas páginas; sem dúvida elas não passam de um prelúdio, um pouco extenso, previsto por Robespierre, ao processo de acusação dos hebertistas. Depois Robespierre renunciou a ele, deixando a tarefa para Saint-Just. Aqui está, portanto, Saint-Just, na tribuna da Convenção, a 13 de março, em plena ação, e ele cumpre seu papel, majestoso como convém: "Eu lhes anuncio que há na República uma conjuração, dirigida do exterior, que prepara novos grilhões e a fome para o povo"; "o primeiro autor do complô é o governo inglês", resolvido a fazer tudo para "nos dar costumes vis, nos embotar pelos vícios" a fim de que uma "preguiça universal" nos coloque a sua mercê. E por esta razão "realizaram-se em Paris jantares a cem escudos por cabeça*" em que "os ricos devoraram o que o povo necessita". Saint-Just não esquece seu achado de 3 de março sobre a "felicidade, que é uma idéia nova na Europa"; mas que a baixeza não venha mascarar, perverter, a idéia que ele se faz da felicidade. A felicidade que ele deseja para todos não é absolutamente a de "Persépolis"; mas a felicidade "de Esparta" ou de "Atenas nos seus belos dias", "a felicidade da virtude, da volta à natureza, à moral", a felicidade de "fundar a República". Existem "tartufos em patriotismo", que são vistos "de calças" — como os *sans-culottes* —, que sustentam "propósitos revolucionários", mas que cortejam os banqueiros. Nem mesmo um único nome próprio neste requisitório contra os ávidos cujos "complôs estão unidos": a "facção dos indulgentes que querem salvar os criminosos" e a outra "que se mostra aos berros porque ela não pode fazer outra coisa sem se desmascarar". Nada de nome próprio; mas quem pode deixar de reconhecer Camille naquele que reclama "uma anistia para todos os celerados" e Hébert neste arrebatado, autor de "um panfleto que aufere 30.000 libras de renda"? E o que dirá Saint-Just, em 15 de abril, sobre Ronsin, dá a entender que é ele, Ronsin, que está na alça de mira, quando se ouve Saint-Just fustigar, a 13 de março, estes funcionários arrivistas: "No dia seguinte em que um homem assume um emprego lucrativo, ele põe um palácio em requisição; ele tem valetes e sua esposa lamenta-se" de não encontrar

* Na casa de jogo da Sainte-Amaranthe (cf. Saint-Just, *op. cit.*, 234).

“o arminho e as jóias a um preço justo”. Em conclusão, o decreto seguinte é proposto: “A Convenção Nacional estando investida pelo povo francês da autoridade nacional, quem quer que usurpe seu poder, quem quer que atente a sua segurança e a sua dignidade, direta ou indiretamente (terminologia permitindo alcançar longe), é inimigo do povo e será punido de morte”.

Na noite de 13 a 14 de março, são detidos e encarcerados Hébert, Momoro, Vincent, incontestáveis “ultra”. Mas os Comitês fazem apreender ao mesmo tempo o pequeno grupo de especialistas em maquinações tenebrosas: Desfieux, Péreire, Dubuisson e Proly; “o exterior” é representado pelo banqueiro holandês Kock, na casa de quem Hébert costumava jantar. E Cloots, imagina-se, não foi esquecido nesta penca de cabeças prometidas ao cesto de sêmola. Pache não tem nada a temer, assim como Hanriot. Robespierre, que reapareceu dia 13 à noite, nos Jacobinos, e que diz não estar bem-restabelecido, incapaz de falar por muito tempo, defendeu Boulanger, afirmando, a seu respeito, que seria “o maior perigo implicar”, por um erro imperdoável, autênticos “patriotas” na conspiração. Carrier também é poupado de todo incômodo; Collot d’Herbois o protege. Poder-se-ia temer que a execução dos hebertistas provocasse uma comoção nos subúrbios. Nada disso; e até pelo contrário, ela teve, em 24, grande êxito junto à multidão. Pode ser que Hébert tivesse perdido muita popularidade desde que foram postas às claras — todo mundo fala disso — as somas que ele angariava com o *Père Duchesne*. Numa atmosfera bastante ignóbil de feira e de quermesse, o público reunido, numeroso, Praça da Revolução, em volta do cadafalso para acompanhar — e aplaudir — o espetáculo sangrento de 24, assumia o tom, dirá Jaurès¹³⁹, do *Père Duchesne* para injuriar Hébert; ele “soprava o hálito de sua própria boca àquele que ia morrer”. Como Anarchis Cloots está no lote, ao lado dos perigosos sáurios que se conhece, Michelet cai mais uma vez neste estilo épico-lírico com o qual ele se embriaga facilmente: para ele a execução dos hebertistas foi um atroz “banquete em que a França embebedava o realismo com pedaços vivos de seu coração¹⁴⁰”.

A continuação era infalível. Após os “ultra”, os “citra”. Nada de inesperado, Saint-Just não deixou, a este respeito, a menor ambigüidade em seu relatório de 13 de março; “as duas facções devem perecer num mesmo golpe”. Em nome do Comitê de Segurança Geral, Amar, dia 16, apresenta seu relatório acusador sobre pessoas de

mãos sujas que se tem já sob os grilhões e entre as quais se encontram estes dois industriais que rivalizaram em denúncias antagônicas, Chabot e Fabre d'Églantine; com eles, Bazire e Delaunay, todos os quatro equivalentes em infâmia na questão da Companhia das Índias. A 17 e 18, duas prisões um tanto discordantes; primeiramente, a de Hérault, reclamada por Saint-Just, para quem o personagem não cessou de trabalhar, na sombra, por uma paz capenga conduzindo a Revolução a se perder nas areias*. Billaud abate-o fazendo dele — o que não parece ser inexato — “um amigo de Proly¹⁴¹”; quanto a Robespierre, nas notas que remeterá a 30 de março a Saint-Just, ele escreverá com todas as letras: Hérault era “um espião, no Comitê, das cortes estrangeiras¹⁴²”. A 18, é Chaumette que é detido. A Assembléia obedece então à instigação de Bourdon de l'Oise que aproveita da severidade governamental contra os “ultra” para desalojar Chaumette de seu posto no Hôtel de Ville onde seu novo título depois de algumas semanas era o de “agente nacional”. Robespierre não o defendeu, embora Chaumette tivesse prestado os maiores serviços ao CSP nas horas particularmente difíceis do início de setembro; mas Maximilien perdeu toda a estima por ele desde suas palinódias de novembro sobre a liberdade dos cultos.

Danton? Danton não se mexeu quando Amar, a 16, destinou Fabre d'Églantine ao TR; também não se mexeu quando Hérault foi detido no dia seguinte, Hérault que, a se acreditar em Michelet, compartilhava, com Camille, o “mais fundo” de seu “coração^{143**}”. Michelet o vê, em março de 1794, como “uma ruína e mesmo a mais lamentável” que seja¹⁴⁴. Um pouco mais longe em sua História, Michelet se exprime com uma bela segurança: “Era evidente demais, escreve ele, que Danton, amigo dos prazeres (e a partir de então do repouso), não tinha nenhuma ambição nem orgulho, nem mesmo vaidade, nenhuma veleidade de concorrência¹⁴⁵”. Louis Blanc, com grande freqüência separado de Michelet na interpretação dos acontecimentos e atitudes, acredita perceber, também, em Danton, uma espécie de “embotamento¹⁴⁶”. Tentemos registrar fielmente suas diligências. A 24

* A culpabilidade de Hérault permanece incerta. Quanto a ele, Michelet, arbitrariamente peremptório, afirma (como para Fabre) que Hérault era impecável: “Não existe melhor patriota (...) nem homem mais inocente” (M., II, 771).

** Eu não sei muito bem em que medida pode-se acreditar que Danton pudesse ter sólidas afeições viris.

de janeiro, ele aderiu completamente à política de Robespierre sobre o caminho a seguir entre “os dois perigos”, dando preferência, finalmente, se fosse preciso escolher, aos “ultra”. Dia 2 de fevereiro, ele não protestou contra a libertação de Vincent e de Ronsin, anunciando entretanto que pediria a libertação de Fabre quando chegasse o momento de seu processo. Depois, em 22 de fevereiro, ele informou, sem alarde, mas sem equívoco, que exporia, no momento certo, sua “opinião política”. Após a detenção de Chaumette, a 18 de março, completando a dos hebertistas (e assimilados), os “dantonistas” incontestes¹⁴⁷, que são Tallien, Legendre e Dufourny, ficam com tanto medo, diz Michelet, que eles se “lançam à bajulação” e aos “ultrajes dos vencidos¹⁴⁸”. Danton só reaparece na tribuna da Convenção a 19 de março e este será — ele não duvida nem um pouco, eu imagino — seu último discurso; três semanas mais tarde ele morrerá sob a guilhotina. Após as palavras tão claras quanto ameaçadoras pronunciadas, dia 13, por Saint-Just, Danton faz como se estas ameaças, esta condenação do “moderantismo” anunciador do pior, não o concernessem em nada. Neste 19 de março, se ele guarda um pouco mais de dignidade que os de seu clã que se precipitaram para gritar vitória contra os “ultra” ele, em suma, os imita. Em que se pode criticá-lo? Ele é perfeito: “Nossos Comitês são a vanguarda política (. . .) Jamais a República será tão grande (. . .) Era preciso vencer os que macaqueavam o patriotismo para matar a liberdade; nós (ele diz bem “nós”, associando sua causa à do governo) os vencemos.”

Dia 20, após um novo ataque de Bourdon que conseguiu fazer deter François Héron, membro do CSG e informante precioso de Robespierre particularmente, Couthon declara que ele vê lá uma manobra da “classe dos moderados” que, sem jamais ousar reconhecerê-lo, visam “matar o governo”; e Robespierre toma a palavra para fazer afirmações que apagam, no ato, o clima (fictício) de unanimidade que, na véspera ainda, Danton tinha se esforçado para criar na Convenção. “É verdade, declara um Robespierre seco e duro, que uma facção que desejou destroçar a pátria está pronta a expirar (o processo dos hebertistas, cujo resultado não deixa nenhuma dúvida, se abrirá no dia seguinte, 21 de março), mas a outra não foi de modo algum abatida”. A “outra”? Aquela que acaba de designar Couthon e que “quer considerar a queda da primeira uma espécie de triunfo”. (Alusão desprezível aos pequenos ganidos de alegria que fizeram escutar os “dantonistas”; talvez mesmo à aprovação so-

nora dada, na véspera, por Danton, à conduta do Comitê.) Um “triunfo” para os “citra”? Que eles não contem com isto! “Prensados entre dois crimes”, os Comitês correm o perigo de “serem sufocados”; mas tudo depende de nossa energia. Se a Assembléia sabe querê-lo, “a pátria está salva¹⁴⁹”. A 21, Tallien apresenta um relatório “sobre o estado da República” e desola “os *feuillants*” (*sic*) que acreditam próxima sua revanche porque os “ultra” estão sendo julgados. Robespierre opõe-se a que esta arenga tenha a honra de ser impressa e retifica os propósitos de Tallien que se perde quanto “aos *feuillants*” (de imediato Tallien faz emenda honrada e balbucia retratações); “sim, diz Maximilien, existe uma facção”, mas que não é a destas sombras: “O momento de desvendá-la virá, este momento não está longe¹⁵⁰”. E Robespierre intervém uma segunda vez, dia 21, mas nos Jacobinos: ele fala dos “*muscadins*” e dos “aristocratas” que formam o outro maxilar da tenaz da qual é preciso retirar a República. Que importa às Potências estrangeiras que “Hébert pague suas traições no cadafalso, se existem após ele outros celerados” para quem a República “não passa de um objeto de rapina; se esta “última facção não perece amanhã (...) a República será estraçalhada em tiras¹⁵¹”

Billaud-Varenne revelará, no 9 Thermidor: “A primeira vez que eu denunciei Danton ao Comitê, Robespierre se levantou como um furioso dizendo que ele via minhas intenções e que eu desejava arruinar os melhores patriotas¹⁵²”. Impossível saber em que data se situa este incidente. Lembremos que, por meados de janeiro, em seu projeto de discurso contra Fabre, Robespierre falava de Danton sem dureza e com uma espécie de afeição triste; e Lamartine parece ter razão ao apresentar Robespierre, no começo de 1794, “considerando Danton inocente o suficiente para não ter que eliminá-lo¹⁵³”. Maximilien tendo estado imobilizado pela doença durante várias semanas, em fevereiro-março de 1794, o conflito sobre Danton, entre Billaud-Varenne e ele só pode ter acontecido antes de 13 de março. Mantendo-se informado de tudo durante sua “indisposição”, ele certamente não tinha escutado sem levantar a orelha à advertência

* “*Muscadin*” (janota). Nome dado sob a Revolução aos realistas que se distinguem por sua apurada indumentária. (N.T.)

** Robespierre anunciava que nossas forças seriam batidas se a facção dos moderados não fosse aniquilada. Hamel, sempre favorável a Robespierre, julga “confuso” este discurso de seu grande homem (cf. H., III, 318).

lançada por Danton em 22 de fevereiro: que ele tem coisas a dizer, que ele as dirá, chegado o momento . . . Mas pode ser que o estalo no espírito de Robespierre sobre as segundas intenções de Danton e o perigo que ele constitui para a República se tenha produzido por Camille Desmoulins. Após a sessão de 10 de janeiro, nos Jacobinos, Camille tinha afetado uma inteira obediência; o CSP “desaprova” minha atitude? tinha ele escrito; “eu me submeto a sua decisão como Fénelon à da Igreja”; e mesmo em seu sexto fascículo, aparecido no final de janeiro de 1794, ele afirmou sua “profunda contrição”; no mesmo tom vagamente sarcástico, ele confessa que perdeu contra Hébert sua própria “batalha de Jemmapes”. Mas tudo isto não passa de uma encenação, e Camille preparou, para o sétimo número de seu *Vieux Cordelier*, um texto que não aparecerá*. Ao que parece Camille tinha redigido estas páginas no início de março; o certo é que alguns fragmentos circulam (as “melhores páginas” talvez, intencionalmente difundidas clandestinamente**) e que são agressivas: Camille afirma que se Fabre foi detido é “porque ele tinha peças contra Héron”, Héron o Intocável; que no dia (7 de janeiro) em que Robespierre “cortou-lhe a palavra” e de “modo tão brusco”, nos Jacobinos, ele tinha agido como um “déspota”; que o mesmo Maximilien, com suas considerações dogmáticas sobre os ingleses, substituíra por “falações” as questões sérias; que além disso, ao levantar a França contra a Inglaterra, isto é, ao “nacionalizar a guerra”, Robespierre seguia os traços de “Brissot”; que “seguir sempre em frente sem se preocupar em saber com quem se está” — e que seria o método usual de Robespierre — “isto chama-se ser um idiota”. E Camille arriscava-se a esta sentença: “Nós jamais fomos tão escravos como desde que nos tornamos republicanos”. Grave isto; e mesmo muito, e mesmo extremamente. Ainda por cima, o desejo de Camille parecia mesmo ser o de acabar, à la Hérault, com a guerra, e ao mesmo tempo com a Revolução. Ninguém ignora que na casa dos Desmoulins, Danton-Marius, Danton-Hércules tem papel de guia, de mestre, de profeta. Atrás da ação encoberta de Camille adivinha-se a inspiração do “tribuno”. Em seu requisitório de 31 de março, Saint-Just não esquecerá de dizer que Danton, que se aplica a elogiar os

* Ele só verá o dia, a título de curiosidade histórica, em junho de 1835.

** O impressor ordinário de Camille, Desenne, sofreu, dias 14 e 17 de março, perquirições que não deram em nada, mas que provam que deste lado o governo estava alerta. Desenne será aprisionado em 22 de março.

encantos “do campo, as delícias da solidão e da preguiça”, é perfeitamente capaz de surgir de improviso. Nós não ouviremos Danton em pessoa, a 3 de abril, em seu processo, afirmar “em seu nome, no nome de Desmoulins e de Phillippeaux” que eles foram todos presos, algemados, seus amigos e ele, somente para que lhes fosse interdita a obra de libertação que projetavam, uma estrondosa e irresistível denúncia contra a tirania dos Comitês¹⁵⁴”?

Billaud afirmará que “no dia em que Robespierre consentiu na morte de Danton, ele tinha aceitado jantar com ele (Danton) a quatro léguas de Paris e que eles voltaram no mesmo carro¹⁵⁵”. Mathiez acabará convencido de que Robespierre, antes de se resolver a fazer perecer Danton, encontrou-o “duas ou três vezes”, na casa de Laignelot, na casa de Humbert (ou Panis?)¹⁵⁶. Incerteza. Mas nós vamos encontrar coisas concretas. Dia 20 à noite, Danton retirou-se como ele o faz com frequência, em Sèvres. Ele só voltará a Paris dia 29. Na noite do dia seguinte, 30, os dois Comitês decidem sua imediata prisão, assim como a de Camille, a de Philippeaux e a de Lacroix. É possível que se¹⁵⁷ tenha advertido Danton do perigo que ele corria. Mas ele se acreditou intangível devido a sua importância (um homem de seu tamanho!) e em razão das precauções de que se cercou, a melhor sendo precisamente seu repouso em Sèvres, em família, visivelmente, e mesmo um pouco ostensivamente demais, por fora de todas as intrigas, não é? Alarmado, entretanto, ele quis, desde sua volta de Sèvres, encontrar-se com Robespierre. E quanto a isto estamos sobre terra firme; as notas remetidas por Maximilien a Saint-Just para atacar Danton assinalam uma visita que Danton lhe fez na casa dos Duplay¹⁵⁸ e que só teve por efeito inspirar-lhe repulsa chegando ao mal-estar. E esta visita aconteceu em 29 de março porque, dia 31, em seu relatório à Convenção, Saint-Just mencionará o que Danton se rebaixara a dizer sobre Camille Desmoulins, diante de Robespierre, “há dois dias¹⁵⁹”.

Grande emoção na Assembléia quando se sabe, em 31 de março, das quatro detenções que aconteceram no final da noite. Legendre exclama: “Eu considero Danton tão puro quanto eu” e pede de imediato que estes quatro membros da Convenção sejam ouvidos por ela. Robespierre responde que a Assembléia recusa o privilégio outrora reclamado por Danton em favor de Bazire, de Chabot e de Fabre. Por que não se passaria o mesmo hoje? E é esta também a opinião de Barère. Robespierre descreve Danton como “um pretenso ídolo, há muito apodrecido”. O que ele declara em seguida, eu te-

nho o sentimento que, sob uma aparência de desprezo, alguma coisa se insinua como um vago temor do gesto cumprido, um arrepio que lhe foi preciso dominar: “Quiseram-me fazer crer (ele não estava talvez longe de pensá-lo) que ao me aproximar de Danton o perigo podia chegar até mim. Apresentaram-no a mim como um homem a quem eu devia juntar-me, um escudo que podia me defender, um baluarte que, uma vez derrubado, deixar-me-ia exposto às flechadas de meus inimigos (. . .) Os amigos de Danton enviaram-me cartas, sufocaram-me com seus discursos.” Ele despreza tudo isso. E não teme fazer admirar sua coragem: a lembrança de uma antiga “ligação” não é mais nada para ele quando se trata da salvação da República; ele rompeu com Pétion, com Roland; “Danton quer tomar o lugar deles? A meus olhos ele não passa de um inimigo da pátria^{160*}”.

Eu acabei de ler, expressamente, a carta, tornada célebre, que Robespierre tinha enviado a Danton, a 19 de fevereiro de 1793, após a morte de sua primeira mulher. Que calor humano! Que amizade fraterna! Será possível que tudo não tenha passado de verbalismo, aparências mundanas, mentiras? O contraste é profundamente terrível, entre este bilhete privado, de homem a homem, e o amontoado de incriminações arrasadoras, sem perdão, contra este homem. A 3 de dezembro de 1793, Robespierre jurava (“eu juro¹⁶¹ . . .”) que ele jamais tivera mais do que duas críticas a fazer a Danton, duas somente; ter-se insuficientemente “irritado” contra Dumouriez, o monstro, e não ter “perseguido Brissot e seus cúmplices com bastante rapidez”. Como Robespierre, a 30 de março de 1794, confessasse que, cinco meses antes — e sem dúvida por razões de oportunismo político —, ele tinha traído a verdade, ele anula seu “mais que” de dezembro e empilha contra Danton as acusações. Antes dos casos Dumouriez e Brissot ele sabia — ou deveria ter sabido — de quem se tratava Danton. Talvez nós estejamos em presença de um Robespierre recentemente desiludido, desenganado, e que revê tudo o que sabe de Danton sob uma luz nova e abominável. Ah! muito tempo antes de abril de 1793 ele deveria ter deixado de se iludir com Danton dando-lhe confiança! E quantas munições surgem para Saint-Just a fim de que ele tenha com o que — diríamos nós hoje —

* Da parte de Robespierre, constatemo-lo, era então solicitar a estima e a admiração de seu auditório pelo mesmo procedimento, e quase nos mesmos termos, com que o tinha feito Danton, em janeiro, após a prisão de Fabre.

fazer Danton cair fulminado. Os amigos de Mirabeau “se vangloriavam vigorosamente de ter calado a boca de Danton” e nada era mais exato. Até que Mirabeau desaparecesse, Danton, embora bem iniciado, tinha ficado calado. Danton estava ao corrente da cupidez, das vilanias e concussões de Fabre (“eu o ouvi confessar as escroqueiras e os roubos de Fabre”), ele não ignorava nada da escandalosa questão dos calçados para o exército. Danton é diretamente responsável pela “salvação do rei da Prússia” e de suas tropas, até Valmy. Ele encobriu os girondinos, sustentando que “não havia absolutamente nenhuma facção”, e que tudo se reduzia a querelas de “vaidades”, “animosidades pessoais”. Tomado por sua detestação súbita e ilimitada, Robespierre passa da medida: Danton não teria “jamais defendido um só patriota, jamais atacado um só conspirador”. Um cinismo nele, uma baixeza de alma, uma vulgaridade revoltantes: “Quando eu lhe mostrava o sistema de calúnias de Roland” (seu famoso “Serviço de formação do espírito público”), Danton balançava os ombros: qual é a importância? “A opinião pública é uma puta”, a preocupação com “a posteridade uma besteira”; “a palavra virtude fazia-o rir”; não há “virtude mais sólida”, segundo ele, “que a que ele empregava todas as noites com sua mulher”. E Robespierre continua: “Como um homem a quem toda idéia de moral era estranha podia ser o defensor da liberdade?” Uma embrulhada, estas indicações assassinas sob a pluma de Robespierre. Ele volta às manobras de Danton de 1790-1791; ele “mostrava à Corte uma frente ameaçadora” e discursava nos cordeliers; mas ele ligava-se secretamente “com os Lameth” e “deixava-se seduzir por Mirabeau”, com quem ele tinha uma “dívida de porte”; porque foi ele, Mirabeau, “que fez remunerar Danton por seu cargo de advogado no Conselho*”; afirma-se mesmo que o preço foi-lhe pago duas vezes**. E seu papel com d’Orléans! “No tempo da Assembléia Eleitoral (setembro de 1792) eu me opunha com todas as minhas forças a que se nomeasse” Égalité deputado de Paris; Danton conseguiu impô-lo. E precedentemente, em julho de 1791, a tragédia do Campo-de-Marte! Danton “tinha dado grande apoio, nos Jacobinos, à moção de Laclos que foi o pretexto deste desastre”; e foi a ele “que nomearam redator da petição de Brissot”. Não é curioso,

* O que era normal.

** Nenhuma prova jamais foi encontrada confirmando essa afirmação — aliás enunciada por Robespierre com alguma prudência.

acrescenta Robespierre, que, quando da espécie de Terror que Bailly e La Fayette fizeram pesar sobre Paris, no dia seguinte à carnificina, Brissot tenha podido continuar “a passear calmamente em Paris?”; quanto a Danton, “a tranqüilidade que ele usufruía em Arcis era menos espantosa? Era mais difícil atingi-lo em Arcis que em Paris?” Outra coisa: “Quando Louvet me atacou”, em 29 de outubro de 1792, Danton guardou o silêncio; ele não disse uma só palavra, salvo para se isolar de mim*”. Ele viu com horror a revolução de 31 de maio” e ousou reclamar “a cabeça do General Hanriot”. Em agosto de 1793, Danton e Lacroix procuraram “dissolver a Convenção” e “pôr em vigor a Constituição”, o que teria sido uma calamidade para a França. Mais uma vez, volta ao passado: a 8 de março de 1793, Danton quis provocar “uma falsa insurreição, para dar a Dumouriez o pretexto que ele procurava a fim de marchar sobre Paris, não no papel desfavorável de rebelde, e de realista, mas com o ar de um vingador da Convenção”; “garantiram-me”, escreve Maximilien, que Danton “teria proposto a Pache de se insurgir”; ele dizia que, para a operação prevista, o dinheiro não faltaria, porque “ele tinha a mão na caixa da Bélgica”. Robespierre mostra-se ressentido por uma ignomínia de Danton da qual Saint-Just poderá se servir: “Na última visita que me fez, ele me falou de Desmoulins com desprezo”; ao invés de unir a causa de Camille a sua, ele ao contrário tomava suas distâncias com respeito a um grupo que ele tinha manipulado e falava dos “desvios” de Camille atribuindo-os a “um vício privado e vergonhoso”. E que Saint-Just conheça também este detalhe útil: Danton teria “primeiro na tribuna dos Jacobinos**, depois em minha casa” — afirma Maximilien — oferecido um espetáculo burlesco com os “esforços inúteis e ridículos que fez para chorar”.

Saint-Just encontrará o meio de fornecer aperfeiçoamento à profusão de material que Robespierre lhe forneceu: que o embaixador da República na Suíça enviou ao CSP “a consternação dos emigrados após a acusação de Fabre”; que Danton “vendeu-se” não somente a Mirabeau mas a d’Orléans e a Dumouriez; que a moção de Laclos que serviu de “pretexto” a Bailly para desfraldar “a bandeira vermelha”, a 18 de julho de 1791 — moção aprovada por Dan-

* O que é rigorosamente falso.

** Robespierre não pode ter inventado este incidente; ele se exporia a muitos desmentidos. Mas não há traços em lugar nenhum de uma última alocução e lacrimosa de Danton (29 de março à noite) nos Jacobinos. Limitou-se ele a propósitos de corredor, a tentativas (individuais) de lágrimas?

ton —, tinha sido “paga pelos inimigos do povo”; que, na noite de 9 a 10 de agosto, tinha sido preciso “arrancar” Danton da cama; que em 31 de maio-2 de junho, Danton “desdobrou sua hipocrisia”: ele bradou contra Hanriot, reclamou a guilhotina para ele e lançou-lhe ao mesmo tempo uma piscadela: “Não tenha medo! Continue o seu caminho!” Isto, ainda, sobre o que Robespierre não diz nada em suas notas: que existem cartas do embaixador da Espanha em Veneza onde ele fala de “conferências” que Danton teria tido, “no Templo, com a rainha”; e, “no mês de junho último”, quando se preparava a renovação do CSP, o mesmo embaixador confessava seu temor, sua angústia de ver os Comitês, sem dúvida, profundamente modificados; ora, “tu estavas aí, Lacroix! tu estavas aí, Danton!”; que Danton “jantava freqüentemente” com ingleses, com Guzman o Espanhol, “três vezes por semana com a infame Sainte-Amaranthe. . .

Saint-Just prevê as zombarias dos aristocratas sobre estas depurações sucessivas e lembra, para ironizá-las, a expressão de Vergniaud (retomada, ao que parece, por Hébert, em seu processo) de que repetem em coro “todos os que temem ver-se desmascarados: a Revolução é como Saturno; ela devora todos os seus filhos”. A Revolução sabe o que ela faz. Os que ela “devora” são “os amigos da tirania” e ela os exterminará “até o último”. “Sejamos então inflexíveis. É a indulgência que é feroz pois que ela ameaça a pátria¹⁶².” O processo de Danton, como se sabe, foi feito às pressas. Recusou-se a audiência das testemunhas que deviam defendê-lo; fez-se um arranjo para reduzi-lo ao silêncio, colocando “fora dos debates os acusados que se conduzissem sem respeito face ao Tribunal”; recorreu-se, para tudo resolver rapidamente, ao argumento (duvidoso) de uma revolta iminente nas prisões onde o número de detidos ultrapassa então os 7.000. Nós só conhecemos a defesa (apaixonada e retumbante) do próprio Danton através do resumo — menos sumário, entretanto, do que o pretende a lenda — publicado no *Boletim* do Tribunal. Das “palavras históricas” atribuídas a Danton, nenhuma tem a menor garantia de autenticidade. Mas pode-se reter sem imprudência este gesto audacioso, bem à maneira do personagem, que registra o dito *Boletim*: “Eu me vendi a Mirabeau? Que eles apareçam, os que conheceram este mercado! Por quanto ele me comprou? (. . .) Os homens de minha têtora são impagáveis.” Danton acreditava para todo o sempre enterrada, ou destruída, a prova de sua venalidade; será no entanto em plena luz do dia a carta de Mirabeau a Marck, de 10 de março de 1790, atestando que Danton recebeu

na véspera “30.000” da Corte. Mas pode-se conceder a Danton, que se defende com uma prodigiosa arrogância, aqui, pelo menos, uma aprovação risonha. Ele é “impagável”, com efeito, no sentido em que, se a Corte lhe fornece subsídios — como ela o faz —, ele embolsa, e não cumpre absolutamente o contrato; ele é pago para servir ao rei, mas ele o impede tumultuosamente de ir para Saint-Cloud. Como poderia alguém se indignar que, para cada um dos dois processos, nomes sórdidos tenham sido acrescentados ao dos acusados de primeiro plano? Eles aí se encontram na maneira mais legítima, porque as familiaridades entre Hébert e Kock*, entre Danton e Guzman e personagens desonestos como Lacroix, Chabot e Bazire eram de notoriedade pública**. Desmoulins foi digno de pena, em sua última viagem; ele chorava, gritava por socorro, exclamava: “Eu sou Camille Desmoulins!” Danton mostrou-se corajoso, guardando aliás até o final suas maneiras de comediante. Se ele recomenda ao carrasco de mostrar claramente ao povo sua cabeça cortada, diz ele, é porque “vale a pena”. Ele sempre fora bastante orgulhoso de sua face brutal.

Michelet, que, certo, não gosta nada de Robespierre, apresenta-o transtornado em fins de março, quando ele pensa em Camille, em Lucile, no pequeno Horácio. “Eu afirmo e juraria”, diz Michelet, “que ele teve o coração esfaqueado¹⁶³.” Que prova temos nós deste “esfaqueamento”? Eu não a conheço. O que não quer dizer que Robespierre fosse inacessível à emoção. Afinal de contas, Danton também o tinha recebido em sua casa; e Robespierre, que rendeu homenagem publicamente, em 3 de dezembro de 1793, a Danton em seu lar, certamente beijou estes pequenos que perderam sua mãe, no ano precedente, e cujo pai ele agora fazia matar. A vida interior de Maximilien nos resta, sobre este ponto, impenetrável. Talvez, após uma amarga determinação, ele se recuse a ser outra coisa

* No quinto número de seu *Vieux Cordelier*, Camille tinha abertamente indicado o “banqueiro Kock” entre os frequentadores habituais de Hébert, e, interpelando Hébert em voz alta, a 5 de janeiro de 1794, ele falava-lhe deste especulador “na casa de quem tu e tua Jacqueline passam no campo os belos dias de verão”.

** Os thermidorianos, que reabilitaram tantas vítimas do Terror, não se arriscaram, como se poderá notar, a estender até Danton esta reparação póstuma, tanto ele está sabidamente desonrado. Em 1851, Proudhon — mas Proudhon! (um texto dele a reter) — não deixará de declarar que a seus olhos Danton foi “a alma mais generosa” (*sic*) que conheceu a Revolução. E Michelet, encantado, publicará esta carta de Proudhon na reedição, em 1869, de sua grande obra (II, 1002).

no poder, do que um homem de Estado*. Gostaríamos também de saber o que ele pensa deste licenciamento, precipitado, do “exército revolucionário” (uma legião de soldados elevados, composta de suburbanos e execrada pelas “pessoas de bem” que formam a maioria da Convenção), obtido na Assembléia por Barère, logo após seu comandante-em-chefe, Ronsin, ter sido guilhotinado. Ronsin desaparece a 24, e a 27 o “exército revolucionário” é dissolvido. Por outro lado, o processo dos dantonistas ainda não tinha nem mesmo sido aberto quando se realiza esta supressão do Executivo, isto é, dos ministros (substituídos por comissões), a que se obstinava Bourdon de l’Oise e que Danton preconizava. Robespierre não estava de acordo. O CSP cede, agora, sob a viva pressão de Carnot, que se acha assim — enfim! — desembaraçado, na Guerra, deste Bouchotte que ele odiava. Michelet compreendeu muito bem a operação. Lindet está em conluio com Carnot. Abolindo o Executivo, a Assembléia — dizendo melhor a Plaine, o Marais — “imolava seu mortal obstáculo, o Ministério da Guerra¹⁶⁴”. Lindet é o amigo dos bem-comportados; ajudado por Cambacérès, ele obtém, em 1º de abril, que sejam dispensados os “comissários do monopólio” criados pela lei em julho de 1793, e reserva-se o “direito de preensão”, que ele exercerá daí em diante com o mínimo possível de inconvenientes para os grandes proprietários.

* Assim de Gaulle, a quem dificilmente impediu-se de fazer fuzilar Jouhaud (na falta de Salan, que lhe escapou) e que empurrará sem piedade Bastien-Thiry até o poste de execução.

3. De 6 de abril a 27 de julho de 1794

Atacadas, decapitadas, as duas “facções” que Robespierre denunciava há meses, no começo de abril de 1794; a salvação da República parece assim assegurada a partir de então, e a França, enfim, no bom caminho. O estado das coisas, na sua efetiva realidade, está longe de oferecer este aspecto sorridente. Se o pão não falta mais em Paris (mantido artificialmente ao preço de 3 soldos a libra), Payan, o “agente nacional” que substituiu Chaumette no Hôtel de Ville, assinala, a 13 de abril, que continuam a se formar “filas” diante das padarias, porque as remessas de farinha são irregulares. A carne é racionada e muito cara*. As enormes necessidades do exército — alguns 800.000 homens são mantidos sob as armas — implicam em tais despesas que o recurso às emissões de *assignats* é a única maneira de fazer-lhes frente. A circulação fiduciária ultrapassa os 5 bilhões, em abril; de onde uma perda para as cédulas constante e às custas dos pobres unicamente — que não possuem numerário. No Palais-Royal a opulência é cinicamente ostentada.

A multidão não manifestou nenhum tremor quando a cabeça de Danton caiu. Morna indiferença; uma passividade próxima da idiotia. O que podem bem pensar estes homens e mulheres de Paris a quem se retirou sucessivamente todos aqueles a quem se lhes havia feito aclamar, um após o outro? Foi-lhes dito — e provado pela divulgação de peças chamadas “do armário de ferro” — que Mirabeau, o antigo semideus, o profeta, o apóstolo dos direitos do povo, não passava de um pérfido e um vendido. E Desmoulins, o genial e sedutor Camille, passou para a fileira dos “celerados”; este precursor da República, este revolucionário convicto e tão corajoso, pois bem, não, desfaçam o engano, ele também um “traidor”. Como

* Os ricos, é claro, obtêm discretamente o quanto quiserem.

Hébert. Como Danton. E Varlet, Leclerc, Jacques Roux eram considerados, entre os *sans-culottes*, como bons companheiros, amigos seguros. Erro! O governo precisou persegui-los: contra-revolucionários disfarçados, agentes das potências estrangeiras. Desorientada, confundida, a "populaça*". Os antigos fervores caíram realmente. Cada vez mais, para a plebe parisiense, a grande questão, a única questão, são as milhares de artimanhas para se alimentar, vestir, custe o que custe, apesar da penúria dos gêneros ou seus preços excessivos. Os governantes glorifiquem o quanto puderem a República, para os desfavorecidos, para os que beiram permanentemente a pior miséria, os representantes do povo (estranhos representantes substitutos, e que se vê com uma excessiva freqüência desfilar em esplêndidos trajes) não passam de uns senhores bem-estabelecidos, abastados. Mesmo que Robespierre seja realmente um "Incorruptível", ele tem de todo modo sua "indenização" cotidiana que lhe assegure uma boa vida, e basta vê-lo empoado, frisado, enfeitado, vestido à antiga, para se sentir, nos subúrbios, com respeito a ele, que é de um outro mundo. Ele ainda é respeitado mas não se poderia mais absolutamente falar de entusiasmo por ele. Ele cuida mesmo pessoalmente para que seja aplicada a lei Le Chapelier sobre as coalizões operárias que permanecem proibidas, particularmente nas fábricas de armas nacionalizadas; em 12 de dezembro de 1793, foi ele, Robespierre, quem primeiro apôs sua assinatura sobre uma portaria especificando que "em nenhum caso" os operários destas usinas podem se agrupar para reclamações salariais; todo instigador seria passível de prisão imediata.

A guilhotina funciona com assiduidade, e o TR trabalha cada vez melhor. Em ventose (no antigo calendário, de 19 de fevereiro a 20 de março), o número de condenações à morte, pela primeira vez, ultrapassou a centena; e, em germinal (21 de março-19 de abril), o total passará de 114 a 155, graças a uma severidade acrescida dos julgamentos. Em ventose, a porcentagem das condenações à pena capital para os acusados era já de mais da metade, mas inferior a 60 por cento; em germinal a sentença é a morte em 70 por cento dos casos. Inegáveis provas vermelhas do cuidado que tomam os poderes públicos para proteger o povo contra seus inimigos, não é? Mas não se poderia afirmar que tenha agradado muito à multidão a execu-

* Sébastien Mercier, que na Convenção era da Plaine, tratava estas pessoas de "chefes da populaça" (*op. cit.*, III, 59).

ção, em 13 de abril, dos 19 “culpados” da pretensa “conspiração das prisões” urdida durante o processo dos dantonistas. Entre os 19 “criminosos” cujas cabeças caem sobre o cadafalso, 2 mulheres: a viúva de Desmoulins e a viúva de Hébert. Chaumette é também uma das vítimas, assim como o antigo bispo de Paris, Gobel, o secularizado de 7 de novembro. Pouco provável que o povo tenha estado fortemente ligado a Gobel, personagem duvidoso*; mas Chaumette era amado, pitoresco, não-isento de artimanhas, sem grande estofamento interior nem vocação de heroísmo, entretanto bravo coração, e que não merecia de modo algum o cadafalso. Michelet exagera, sem dúvida, mas existe verdade em sua observação: desaparecido Chaumette, “o povo não põe mais os pés no Hôtel de Ville¹”. Cada vez mais Robespierre aparece como o primeiro personagem da República, como o chefe — sem título particular, mas por sua ascendência — de um governo onde não existe mais Executivo, mas simples comissões que funcionam como departamentos ministeriais. O embaixador dos Estados Unidos, Gouverneur Morris, de quem o mínimo que se pode dizer é que ele tem poucas simpatias (verdadeiramente muito poucas) pela Revolução, escreve, a 10 de abril, a seu amigo G. Washington: “Considerando-se bem tudo” não é impossível que Robespierre (um homem, aliás, “que não ama o prazer”, que está “longe de ser rico”, que “não pode ser acusado de corrupção” e de quem “se diz que a ambição é a única paixão”) retome “agora por sua conta o sonho de Danton”; segundo Morris, Danton visava certamente ao “poder supremo²” (sob que forma?). Couthon, na noite mesmo do 5 de abril em que Danton foi executado, afirmou à Convenção que este intrigante planejava extrair do Templo “o pequeno Capeto” e proclamar, sob esta ilusória e ridícula égide, sua própria “tirania”. Morris, eu imagino, não prevê nada de semelhante do lado de Robespierre, mas atribui-lhe talvez o projeto de uma “ditadura” estilo romana, mais ou menos provisória, que ele obteria da Convenção, aterrorizada, petrificada. É o que pensará, de seu lado, Michelet, com a diferença de que ele não vê de modo algum Robespierre ávido de um poder total, mas “na terrível situação em que ele se tinha metido” (ceifando sucessivamente, em menos de quinze dias, todos os seus rivais junto à opinião), a ditadura “era seu único asilo, sua necessidade, sua fatalidade³”. Eu não o penso. Couthon acabou ape-

* Ele parece realmente ter efetuado, antes de sua agradável nomeação parisiense (obtida por que meios?), frutuosas trapaças em Porrentruy.

nas de jurar, dia 5 de abril, na Assembléia —, ele, Couthon, a sombra, dizem, de Robespierre —, que ele mataria com sua própria mão todo traidor à República que desejasse dominá-la. Seria, além disso, um erro, um forte erro de ótica, apresentar Maximilien como senhor absoluto e incontestável do poder. Billaud-Varenne e Collot d'Herbois não são governantes inexpressivos; eles têm peso e fazem senti-lo. Collot está ligado com Carrier, revocado em fevereiro, com Fouché, revocado durante o processo de Danton. E já, a 5 de fevereiro, Robespierre fez alusão a esta “cabala” que está em ação para indispor contra o CSP — ele quer dizer contra ele mesmo — os representantes em missão habitualmente convocados a Paris. Um outro membro do Comitê que não gosta, de modo nenhum, de Robespierre, e cuja importância cresceu, consideravelmente, com o desaparecimento do Ministério da Guerra, é Carnot. Seu papel na queda de Robespierre conta mais do que se imagina, do que não o diz a tradição, porque é um homem, como Sieyès, que trabalha em silêncio, na sombra. E Cambon! Na pessoa de Pierre-Joseph Cambon, Robespierre tem um inimigo radical, irreconciliável, cheio de fel. Não vamos imaginar, além do mais, que Maximilien só tem amigos no CSG. Este realista incomoda também os discursadores ao tomar posição contra uma idéia de Couthon — o fiel mas excessivamente confiante Couthon —, que desejaria que todo representante do povo fosse submetido à obrigação de apresentar, no prazo de um ano, “a relação de sua fortuna”. Medida ilusória, diz Maximilien: “Não é evidente que somente os trapaceiros poderiam escapar” a este controle? São eles que conhecem os meios de dissimular seu dinheiro: vejam Chabot. Neste gênero de negócios, nós jamais poderíamos “provar” nada, estejamos certos. Inútil tentar⁴.

Mas por que é preciso que seja, ainda e sempre, da “justiça”, isto é, da repressão, que se ocupe principalmente o Poder? O caminho não está, enfim, livre? Não se deveria, antes de tudo, pensar, por exemplo, na aplicação dos “decretos de ventose”, na distribuição das próximas colheitas, ou nos atos necessários para que tome corpo a lei de 25 de dezembro de 1793, que tornou obrigatória a escola primária? Não. A questão, dir-se-á, cuja urgência supera todas as outras, é a concentração, jamais bastante perfeita, da autoridade nas mãos do CSP. Porque a República não cessa de ser ameaçada, porque a intriga é um mal endêmico, porque ainda se está longe de ter arrancado as raízes de todos os complôs ao guilhotinar os agentes mais destacados. Saint-Just, que durante todo o mês de março não

deixou Paris e que partirá para o exército nos últimos dias de abril, Saint-Just e Robespierre — duas poderosas vontades, unidas ao ponto de se fazerem uma — trabalham para impedir o máximo possível toda dispersão da autoridade. Na província, se os “agentes nacionais” têm o direito de observação em todas as matérias, eles são estreitamente controlados e guiados pelo governo. A 19 de abril ele pôs fim, de uma só vez, à missão dos 21 representantes. As “sociedades populares” são, uma a uma, abafadas, esvaziadas, dissolvidas, por uma recusa sistemática de filiação que lhes opõe o Clube central dos jacobinos. Vejamos um pouco o conteúdo do relatório apresentado à Convenção por Saint-Just, em 15 de abril de 1794, e ao qual é muito provável que Robespierre não tenha poupado sua colaboração. O próprio enunciado do título revelava sua amplitude global; nele trata-se, a uma só vez, da polícia geral, da justiça, do comércio, da legislação e — ora essa! não se escapa então, mesmo após a dupla liquidação de 24 de março e de 5 de abril — de um tema obstinadamente de atualidade, de um assunto inesgotável, de um problema jamais encerrado: “os crimes das facções”. Para alguém que colocava o laconismo na primeira linha das virtudes necessárias em um homem de Estado, Saint-Just, a 15 de abril, cede à logorréia. Uma arenga que é preciso reconhecer bastante disparatada, e acrescida de imprecisões supérfluas lançadas sobre três mortos: sobre Hébert, fantasiado de repente (e da maneira mais inesperada) de “chefe da facção dos indulgentes sob uma fachada violenta”, Ronsin, que insultava o povo com “seu palácio sobre a avenida”, seus “quarenta cavalos”, seus jantares em Passy, e Danton, este “homem terrível que favorecia todos os malfeitores”. Saint-Just não está nada satisfeito com “um grande número de funcionários” que fazem muito mal seu trabalho, agindo com “fraqueza ou imprudência⁵”; e seria-se tentado a crer que ele pensa em Tallien, recentemente chamado de Bordeaux, quando evoca os singulares administradores que “transformavam em negócio a prisão e a libertação de pessoas”. Observação subsidiária e pertinente: “As autoridades são em geral injustas. É uma coisa horrível atormentar o povo”. Saint-Just rejeita com ironia “a acusação de ditadura” — ora veja! — que a “aristocracia” dirige contra o governo desde que ele se mostrou “indomável frente às facções criminosas”; cômico, realmente, este “tão grande interesse” pela “manutenção da liberdade” demonstrado pelos “inimigos da Revolução. Saint-Just não experimenta nenhum escrúpulo em solicitar, em recomendar a delação; todos os bons cidadãos são “adver-

tidos” de que é um dever para eles “descobrir os partidários da tirania, os estrangeiros conspiradores, os malfeitores, as tramas criminosas contra os direitos do povo”. O que, dia 15 de abril, reteve sobretudo, eu presumo, a atenção dos convencionais, foi a criação, anunciada por Saint-Just, de um “Serviço de Polícia Geral” encarregado, em princípio, de controlar a lealdade e o zelo dos funcionários; este “Serviço” pertencia ao CSP e sua jurisdição tinha uma extensão praticamente ilimitada. Esmagava-se então, de modo incontestável, embora não-confesso, as atribuições do CSG que aceitou mal esta espécie de ofensa. Saint-Just devia dirigir este novo organismo, cuja atividade iniciou-se a 23 de abril; mas como ele reassumiu, desde 27, seu posto na fronteira, foi Robespierre que o substituiu durante dois meses, até 29 de junho, e com uma admirável assiduidade. Eles são 12 no Serviço, e entre eles este nomeado Héron, um dos auxiliares mais devotados e mais eficazes do Incorruptível, e que, por esta razão, Bourdon de l’Oise já tentou, em vão, eliminar. Robespierre consagrava com frequência ao Serviço “dias inteiros” e “às vezes noites⁶”. Durante os poucos dias em que Saint-Just tinha nele exercido suas funções, ele tinha tido o bom-senso de submeter ao CSG, para consulta, várias questões — nada menos do que oito em cinco dias. Quando Robespierre toma seu lugar, ele dispensa esta colaboração cortês; daí, inevitavelmente uma sensação de insulto e rancores bastante explicáveis.

Billaud-Varenne não é do Comitê de Segurança Geral; ele é colega de Robespierre no Comitê de Salvação Pública; entretanto, em 20 de abril, num relatório que apresenta sobre a teoria governamental, ele deixou escorregar certas palavras que serão de imediato, mas em voz baixa, amplamente comentadas. A quem além de Maximilien quer Billaud que se pense quando ele evoca “o pérfido Péricles” que, “tendo conquistado uma autoridade absoluta, torna-se o mais sanguinário dos déspotas”? É transparente esta sentença, não? “Todo povo cioso de sua liberdade deve se manter em prevenção contra os próprios poderes dos homens que ocupam postos importantes.” Seria pouco verossímil que ao articular estas palavras, a 20 de abril, Billaud não se tenha de modo algum feito deliberadamente o eco da advertência raivosa proferida por um Carnot, em 1.º de abril: “Infeliz de uma República em que o mérito de um homem e seu poder tenham se tornado necessários”! Charlotte Robespierre afirmará que seu irmão tinha dirigido a Fouché, quando de sua volta de Lyon, as mais vivas críticas sobre os excessos de suas repre-

sálias. Asserção errada. Fouché foi chamado em razão da completa derrubada de sua política; ele tinha feito de início massacrar, com selvageria, os realistas prisioneiros; mas, de repente, passara a perseguir duramente e acossar os antigos companheiros de Chalier; a 16 de março, Fouché tinha mesmo julgado bom denunciar ao CSP o que ele chamava de “peso opressivo” do Comitê Revolucionário reconstituído em Lyon (“Lyon” transformada em “Comuna liberada”). De volta a Paris, em 6 de abril, Fouché é acolhido, dia 8, nos Jacobinos, por um Robespierre que não lhe esconde que, segundo ele, o relatório que acaba de fornecer sobre sua missão é “incompleto”; mas ele “presta homenagem”, entretanto, “ao patriotismo deste representante⁷”. Fria polidez, insuficientemente reparadora e que não muda nada a aversão de Fouché por Maximilien, uma aversão secreta e prudente, de início, mas da qual se poderá medir, em julho, o furioso amargor.

A 7 de maio de 1794 — 18 floreal —, Robespierre, após ter longamente refletido, longamente hesitado, decide-se a uma espécie de divulgação de si próprio, do que gosta, do que quer, daquilo que não deixou de ser o motivo de toda sua ação. Fiel a minha posição prévia de reunir, num capítulo essencial, tudo o que nos permite entrever a vida interior de Robespierre na sua mais profunda identidade, eu só reterei aqui, como eu o fiz por sua alocução de 5 de fevereiro, o que, neste discurso, refere-se aos problemas imediatos com os quais ele se confronta. Seu texto repousa sobre um axioma: “A arte de governar, diz ele, foi até nossos dias a arte de enganar e de corromper os homens”; ele mostra o apoio que sempre concederam ao despotismo a “liga dos ricos” e todas “as opressões subalternas”; ele se espanta tristemente desta prática há tanto tempo admitida na França, e sempre em honra do estrangeiro: estipendiados “cultivam gravemente o universo da saúde dos príncipes, suas diversões, suas viagens”; eles divulgam “a que horas” o soberano “jantou, em que momento ele voltou da caça (...) quais são os nomes dos escravos privilegiados que apareceram em sua presença ao nascer e ao pôr do sol”. Em seguida Robespierre louva “o bom senso do pirata que respondeu a Alexandre: Chamam-me bandido porque eu só tenho um navio, e a ti, porque tens uma frota, chamam-te conquistador”. E ele continuava: o “código da monarquia” comportava leis implícitas: “Tu não roubarás, a menos que sejas rei; tu não assassinarás nunca,

a menos que façam perecer vários milhares de homens”. Depois Robespierre volta-se para a história contemporânea, aos acontecimentos franceses destes últimos anos, destes últimos meses, destes últimos dias; “a Revolução parecia não passar de um combate ridículo para decidir com que larápios ficaria o poder de esraçalhar e vender a pátria”. Entre estes infames, para quem tudo não passava de um “tráfico”, havia “os que bradavam contra a agiotagem dividindo com os agiotas a fortuna pública” e os que “desenhavam para o povo o quadro da miséria que eles próprios procuravam criar”. Exemplos? Nomes próprios? Por que não? Ei-los então, “Brissot e os girondinos”, que desejavam que “os ricos” fossem armados contra os pobres; e eis Hébert, “que afagou o povo para oprimi-lo”; e eis Danton, “o mais perigoso dos inimigos da pátria se ele não tivesse sido o mais covarde, tramando todos os crimes; ligado a todos os complôs; prometendo aos celerados sua proteção, aos patriotas sua fidelidade; hábil para explicar suas traições sob pretexto do bem público”, arranjando-se sempre com uns e com outros “para aproveitar igualmente de sua queda ou de seu sucesso”. Robespierre sabe muito bem o risco que ele assume em 7 de maio, ao falar de religião. Desde a recusa sem equívoco que ele opôs, em 21 de novembro, à perseguição dos crentes, ele não ignora nada do que se murmura contra ele na cidade, e até ao seu lado, e ele retoma o que já se ouviu-o sustentar para sua defesa: a idiotia malevolente e a calúnia lançadas sobre seu pensamento e seu querer: “As facções vencidas levaram a audácia até a nos acusar de moderantismo e de aristocracia por ter evocado a idéia da divindade”. Pena que nenhum documento esclareça para nós a alusão bastante precisa de Maximilien a um incidente de que a Convenção foi, diz ele, o palco. Quem então “ousou dizer” (e que dia?) “neste recinto” que “desta forma” — por esta preocupação declarada que é a nossa de uma defesa e ilustração das verdades fundamentais — nós teríamos feito “recuar a razão humana de vários séculos^{8*}”. Vinha em conclusão o enunciado dos artigos em vista dos quais todo o discurso estava construído, e que se abriam sobre o “reconhecimento” proclamado do “Ser Supremo” e da “imortalidade da alma”; artigos imediatamente aceitos e votados pela Convenção, neste 18 floreal ano II.

A vitória estando a partir de então adquirida na Vendéia, o go-

* Vamos ver adiante (cf. 5ª parte) que em novembro de 1791 Palissot tinha formulado contra Robespierre, mas numa carta íntima, uma acusação deste gênero.

verno ali se inclina a uma política menos feroz. Rossignol, intocável no tempo em que os “indulgentes” obstinavam-se contra ele, é destruído a 27 de abril; e as “infernais colunas” de Turreau vão ser desmanteladas. Mas as cabeças continuam a rolar na Praça da Revolução, e, ao que parece, sem que estas execuções sejam indispensáveis à segurança do Estado. Vão subir ao cadafalso na segunda quinzena de abril o velho Malesherbes, que tinha nobre e corajosamente cumprido seu papel de advogado no processo de Luís XVI, d’Éprémessnil que, retirado na Normandia, lá mantinha-se calmamente, sem ser um perigo para ninguém, Thouret, que fazem passar por um dantonista, e Le Chapelier, denunciado, sem nenhuma prova, como um agente a soldo da Inglaterra. A 25 de abril, de uma só vez, 35 decapitações, com 7 mulheres incluídas no lote. Talvez na intenção de resistir abertamente a Robespierre, o CSG faz condenar à morte pelo TR a desafortunada e bem inocente Élisabeth, a irmã do rei, que Robespierre tinha obstinadamente protegido contra Hébert, e matam-na dia 10 de maio. Aos 8 e 14 de maio, 30 antigos responsáveis pela arrecadação dos impostos régios (entre eles Lavoisier) são guilhotinados; em três dias, de 16 a 18 de maio, 31 execuções; dia 20, 16, dia 21, em Brest, 26 administradores (destituídos) do Finistério caem sob a “lâmina nacional”. Dias 22 e 23 de maio, dois acontecimentos se produzem cuja punição reveste-se de um exagero por si só esclarecedor do clima febril, neurótico, malsão, que reina em Paris, nesta primavera de 1794. A 22, um antigo palaciano vivendo de trambiques e mais ou menos sustentado por uma aristocracia que divide suas gentilezas entre ele e o sinistro representante Turreau, Henri Ladmiral, resolvido a matar Robespierre, não consegue aproximar-se dele, volta-se para Collot d’Herbois, atira, mas fere em seu lugar um ferreiro que habitava o mesmo imóvel. No dia seguinte, 23, uma jovem, Cécile Renault, apresenta-se em casa dos Duplay, pedindo com insistência para ver o Incorruptível; sua atitude parece suspeita; agarram-na; ela levava duas faquinhas e declarou sem medo que odiava o “tirano”. Dia 25, aclamado nos Jacobinos, Robespierre não surpreende ninguém pela atitude que adota, evidente: longe de intimidá-lo, as ameaças a sua vida não tem outro efeito que tornar ainda mais ardente sua vontade de “desmascarar os traidores⁹”. Ah! como a vida pública ainda está longe, diz ele, de estar ao abrigo, como se poderia esperá-lo após as depurações sucessivas, das más pessoas que estragam tudo, este “amontoado” — ai, sim! toda uma horda — de “facciosos e intrigantes” que “protegem

os malfeitores, encorajam os contra-revolucionários, desprezam a virtude” e “caluniam todos os dias o governo por insinuações perversas”. Existe aí, diz Robespierre, toda uma “raça impura”, que torna a República “infeliz e precária”. Maximilien tem a sensação de estar cercado de espiões e inimigos, na sua maior parte sub-reptícios. Estará ele errado? Será sem perfídia que Barère, em seu relatório de 23 de maio sobre a situação, citou Pitt que teria recentemente sublinhado a “influência” primordial e crescente de Robespierre na França: “Quanto mais o governo francês for concentrado, mais ele terá força”, teria dito o inglês, e é o que se passa em Paris, em torno deste Incorruptível, simples membro, em princípio, do CSP, sem prerrogativa particular, mas de fato, graças a seu prestígio, personagem cada vez mais eminente, cada vez mais poderoso. E Barère, embora afetando defender Robespierre contra vis insinuações, aplica-se obliquamente a reforçá-las: “Isolou-se (em Londres) um membro do Comitê; fingiu-se concentrar o governo sobre a cabeça de um único homem”, como se a “Convenção não existisse mais”, como se “nossas tropas só se batassem por um único homem¹⁰”. Observar-se-á que, sob a data de 6 de maio, o Correio da Europa, publicação em língua francesa mas que sai do Foreign Office, falou dos “soldados de Robespierre” para designar as forças francesas. Assim são fornecidas novas armas aos adversários de Maximilien, cujo número não cessa de aumentar desde a escolha que ele fez em favor da “superstição”. O tema central, e sempre retomado, desta coletividade enraivecida, de contornos imprecisos, é o que lançaram os brissotinos-girondinos desde o início da Convenção*: Robespierre caminhando em direção ao poder supremo, objeto imediato de suas cobiças. A correspondência política comentando o “discurso arrebatado” que acaba de pronunciar Robespierre, em 25 de maio, não põe em dúvida que seu objetivo é “assentar seu domínio sobre o milhão de proprietários que ele decidiu levar à morte¹¹”. Assim incha e treme de impaciência o vasto grupo que busca o modo, a ocasião, de reduzir definitivamente o Incorruptível ao silêncio; à massa, vagamente assombrada, dos proprietários que não esqueceram os sombrios dias de abril de 1793, quando Robespierre tentou uma abomi-

* Lembremo-nos do ataque de Louvet, em outubro de 1792; e Marat, em janeiro de 1793, defendia Robespierre contra “os celerados que juraram sua perda e a da República” e que, para isto, “acusam-no de querer reinar” (cf. *O Amigo do Povo*, nº 203).

nável manobra para limitar o direito de propriedade, nem, ainda menos, os decretos de ventose, unem-se os que se encolerizam pelo “anti-filosofismo” de Maximilien*, e estes numerosos deputados, encarregados na província de agradáveis missões e a quem Robespierre revoca; a 22 de maio foi uma portaria de seu punho que ordenou a prisão “da cidadã Cabarrus”, a amante nada discreta de Tallien em Bordeaux, e que o ajudava em suas operações lucrativas.

Se ao menos se abrisse um caminho viável para resolver a obsessiva e dramática questão da repartição dos bens, ou seja, do contraste intolerável entre a opulência de alguns (aí compreendido o repugnante mundinho dos novos ricos em que não faltam funcionários nem bonés vermelhos) e a penúria, imutável, das seções plebéias. E mesmo quando o campesinato pôde — e levou tempo! — libertar-se das últimas servidões feudais, a sorte dos camponeses pobres, e a dos diaristas sobretudo, continuou cruel: “Tira proveito do regime unicamente o batalhão ampliado dos agentes da nova burocracia, e os fabricantes de guerra¹²”. A Convenção digna-se enfim ocupar-se do plano Saint-Just? Seis “comissões” deviam ser criadas para o recenseamento em toda a França dos detidos, de uma parte, dos indigentes, de outra. A 14 de maio, ou seja, mais de dois meses após o decreto de aplicação de 3 de março, existem somente duas dessas “comissões” previstas, Barère prometendo que antes de seis semanas a Convenção disporia de informações completas sobre a população indigente. Pura pilhéria**. Ao menos o CSP decreta, a 11 de maio, a abertura de um Livro da Benevolência Nacional onde serão repertoriados os “indigentes enfermos” de Paris; e, a partir de 24 de maio, serão prestados a estes infelizes socorros — mínimos — indo de 15 a 25 soldos por dia. Por pouco que seja, é um começo. Mas ainda restará inteiro o problema que um curioso indivíduo, cinqüenta anos mais tarde — sincero talvez, então, e aprisionado, mas que tornando-se onipotente esquecerá tudo destas ilusões —, chamará a “extinção do pauperismo”. Eu não estou certo de que Ro-

* Uma nota de Buonarrotti, revelada por Mathiez em seu estudo sobre “A Corrupção parlamentar sob o Terror”, é de uma verídica elegância: para derrubar — e matar — Robespierre, “aos corruptos juntaram-se os admiradores de Voltaire” (cf. Mathiez. *op. cit.*, 191).

** Barère só fazia retomar, então, após três anos, o tema de Rochefoucauld-Liancourt, o que basta para estabelecer que nada de concreto tinha-se cumprido neste campo.

Robespierre tenha sentido uma séria esperança com os projetos de Saint-Just, porque ele não parecia nada preocupado em vê-los tomar forma. Mas ele está incessantemente ansioso sobre o partido que os parasitas da Revolução, aventureiros cúpidos e pescadores de águas turvas, possam tirar das dificuldades alimentares, do transbordamento das prisões, do espírito de vingança contrarrevolucionário. A 25 de maio, confidencialmente, ele confessa seus temores a Saint-Just. “As concentrações pela manteiga são mais numerosas e mais agitadas do que nunca”; “uma insurreição nas prisões devia explodir ontem”; teme-se “uma sublevação aristocrática¹³”. Cambon, que se atribuiu em matéria de finanças uma competência e uma autoridade irresistíveis — ele a impôs quase que universalmente, exceto sobre Robespierre —, Cambon fez um corte, dia 12 de maio, nas dívidas vitalícias, indiferente à gritaria das vítimas. Ele teve o cuidado de não contrariar os grandes credores do Estado, todos “pessoas de bem” apesar de ricas; sem interesse, sem importância, a gentinha que choraminga; pessoas muito insignificantes no conjunto, prudentíssimas em política, que não pertencem a *sans-culotteria* e não tem, para defendê-las, nenhum clã que continue a ação destes agitados de ontem, no momento bastante discretos, que eram batizados de “raivosos”.

Lecointre, em seu folheto de 11 thermidor, escrito para resumir, explicar, justificar a operação da antevéspera, afirmará que, desde “o 5 prairial” (isto é, a 24 de maio), em consequência sem dúvida das revelações de Barère sobre a estatura “européia” de Robespierre, tinha-se constituído a espécie de associação espontânea e implícita de bons cidadãos decididos a libertar a França deste opressor; e ele cita, após o seu próprio, alguns nomes entre os quais se distinguem os de Courtois, Fréron, Barras e Tallien.

A 20 prairial — 8 de junho no antigo calendário — acontece a festa solene, anunciada por Robespierre a 7 de maio, em honra do “Ser Supremo”. Não se podia imaginar melhor combustível para aumentar a violência dos seus ódios e do seu fogo já flamejantes contra Robespierre. Michelet compreende isto muito bem. Ele compartilha o reflexo dos indignados que muito rapidamente desvendaram a maquinação de um inimigo mortal desta liberação humana de que Voltaire é o herói. O hipócrita “primeiro membro” do Comitê de Salvação Pública pode esconder seu jogo o quanto quiser, ele não enganará os espíritos lúcidos e atentos, cujo olhar vai direto ao fundo duplo facilmente detectável sob a cerimônia artificiosa. Lá onde

Robespierre diz: “Ser Supremo”, entendam: os padres. A festa sub-reptícia de 8 de junho, os verdadeiros amigos e servidores das Luzes compreenderam de imediato o seu sentido: “O catolicismo vinha atrás¹⁴”. Ele não passará. A ordem vai ser estabelecida e vai-se arruinar este Robespierre bedel secreto dos eclesiásticos, pérfido emissário de uma restauração da Igreja. Do grupo compacto, e em grande forma, que constituem, a 8 de junho, os convencionais (a Assembleia está completa), em plena homilia de Robespierre, espalham-se gritos, jorram interpelações. Bourdon de l’Oise e Merlin de Thionville, “trabalhados por uma raiva interior (...), falavam alto e forte; estas palavras lançadas nos ares, de Brutus ou de Tarquínio ou de rocha tarpeiana eram muito bem ouvidas pelo povo¹⁵”. Em seu folheto de thermidor, Lecointre se vangloriará de sua audácia (“ato teatral” segundo Michelet)¹⁶: no 20 prairial “eu gritei (a Robespierre) que eu o desprezava tanto quanto o abominava”; e Fouché afirmará em sua *Memórias*: enquanto Robespierre, no Campo-de-Marte, galgava a “tribuna aérea” de onde ele ia lançar sua pregação, “eu predisse em voz alta — vinte de meus colegas o ouviram — que sua queda estava próxima”. Michelet termina seu relato do 8 de junho por uma evocação patética: quando as autoridades se retiraram, no final da tarde, “via-se a Convenção como uma maldição viva seguir Robespierre ameaçando-o”; “o triunfador parecia perseguido” pelo cortejo “das Fúrias¹⁷”. Sejam moderados. Michelet, como de hábito, cultiva o excesso. Mas realmente aconteceram, a 20 prairial — o próprio Robespierre falará deles, à Convenção, em 26 de julho —, incidentes penosos; no dia da festa republicana e religiosa de 8 de junho, “insultos”, dirá ele, foram proferidos contra ele por “representantes do povo”. A festa do Ser Supremo resultava do decreto arrancado por Robespierre à Convenção em 18 de fevereiro. Este decreto, precisará o próprio Maximilien a 26 de julho, foi o “sinal” de um “furor¹⁸” (Michelet não está assim completamente enganado com suas “Fúrias”) imperdoável.

Na véspera da festa, tinha corrido o boato de uma cessação do Terror, de uma anistia. Se o TR ainda tinha, a 7 de junho, enviado à morte 20 “conspiradores”, a 8, a guilhotina tinha descansado; mas no dia seguinte mesmo, 20 outras cabeças caem no cadafalso. E foi dia 10 (22 prairial) — e portanto quarenta e oito horas após a jornada do 20 que tinha sido quase que inteiramente ensolarada, em Paris e nos corações —, foi a 22 prairial que se votou de repente, precipita-

damente, e por surpresa*, uma lei terrível e de um teor a um só tempo tão vago e tão extenso que roçava a inverossimilhança. Sem dúvida, a 7 de maio o CSP tinha confirmado o decreto de 16 de abril submetendo a um único Tribunal Revolucionário parisiense todos os tribunais de mesma natureza funcionando na província (dois destes últimos eram, entretanto, provisoriamente mantidos, o de Amiens e o de Noirmoutier) e uma corte especial de justiça acaba de ser criada em Orange, em razão dos múltiplos dramas e escândalos do Vaucluse, com um processo punitivo simplificado ao extremo, ao ponto de parecer caricatural. Ora, é precisamente este sistema ultra-sumário que adota a lei de 22 prairial: o interrogatório dos inculcados cede lugar a uma verificação de identidade; supressão das testemunhas e das defesas (eles favorecem os ricos, na medida em que facilitam o acesso a advogados célebres, o que proporciona momentos de boa oratória a serviço da contra-revolução), e as “provas morais” serão suficientes desde então, na falta de “prova material”, para esclarecer os juízes. O texto do decreto apresentado por Couthon continha esta declaração de uma perfeita nudez: “O prazo para punir os inimigos da pátria não deve ser mais do que o tempo de identificá-los”. Melhor: a definição do delito criminal é de uma tal imprecisão que ela permite inculpar mais ou menos não importa quem, mais ou menos sob não importa qual pretexto; pode, doravante, ser detido, apresentado ao TR e, em poucos instantes, condenado à guilhotina quem quer que tenha “procurado desviar a opinião, impedir a instrução do povo, depravar os costumes, corromper a consciência pública”. Timidamente, um deputado pede o restabelecimento das testemunhas. Robespierre deixa sua poltrona (ele presidia então a Assembléia) para opor-se a esta emenda e é num tom abrupto que ele declara: “Nós desdenharemos as insinuações pérfidas pelas quais se desejaria taxar de excesso de severidade as medidas que prescreve o interesse público¹⁹”. Estranha concepção de excesso jurídico. Não é tudo. O decreto — inaudito, reconhecamos — que Couthon acaba de obter de uma Convenção dócil, ou para dizer melhor, atordoada, é redigido de tal modo que ele parece dar realmente poder ao CSP de mandar prender a partir de então, se ele julga que deve, representantes do povo sem recorrer previamente

* Recordemos entretanto que, a 25 de dezembro, Robespierre tinha anunciado que a seu pedido o CSP estudava “os meios de aperfeiçoar a organização do TR” (R.O., X, 280); mas a questão tinha ficado em suspenso.

ao parecer da Assembléia. A 12 de junho, Bourdon de l'Oise apresenta a este respeito uma observação de alerta. Couthon finge rejeitá-la como absurda, mas Robespierre, uma segunda vez, abandona sua poltrona de presidente para se lançar no debate e ele o faz com uma visível exasperação. A seus olhos aflora lá uma cabala que busca “separar da Montanha” o Comitê de Salvação Pública, e, apesar de um recuo precipitado de Bourdon que, respondendo a Couthon, falou de “inquietudes” de sua parte, “talvez mal colocadas”, Maximilien escolhe um vocabulário de combate, um tom de ultraje e de maldição: “Só podem existir, diz ele, dois partidos na Convenção, os bons e os maus, os patriotas e os contra-revolucionários”. Ele chega mesmo a uma asserção cujo simplismo ele conhece e, na verdade, a inexatidão também, mas que ele descarrega nos descontentes para calar-lhes a boca: “A Convenção, a Montanha, os Comitês, tudo é a mesma coisa”. A própria honra da República interdita a “alguns intrigantes”, mais desprezíveis do que outros porque são mais “hipócritas”, de trabalhar por uma secessão; ele os vê chegar, estes novos facciosos; eles se “esforçam para ganhar uma parte da Montanha e fazerem-se os chefes” de um grupo de oposição. Bourdon protesta que jamais alimentou tal intento e exclama: “Acabam de dizer bastante claramente que eu sou um celerado...”, e Robespierre corta-lhe a palavra, mortalmente glacial: “Eu não nomeei Bourdon. Infeliz daquele que nomeia a si próprio”! Bourdon quer se defender: “Eu desafio Robespierre a provar...” Novamente Robespierre o interrompe para esmagá-lo ainda mais: “Se Bourdon quer se reconhecer no retrato que o dever me obrigou a traçar, não está em meu poder impedi-lo²⁰”. O que faz passar, em todos os bancos, um arrepio; palavras atrás das quais parece distintamente perfilar-se a guilhotina.

O pesquisador que segue com os olhos, dia a dia, Robespierre nestas horas de meados de junho de 1794 — antes do fim de julho ele terá sido morto — não pode se defender de uma impressão obsessiva: a de ter diante de si um homem cujos nervos estão extremamente tensos; como se Robespierre se sentisse cercado, bloqueado, ameaçado de sufocamento, de estrangulamento, por uma coalizão de ambiciosos, de corruptos, de maus cidadãos capazes de tudo para satisfazer sua avidez e que são a praga e a desgraça da República. Eu compreendo perfeitamente que Maximilien defenda sua posição de governante (de associado ao governo, mas, por força das circunstâncias, vedete, em razão de seu irrepreensível passado e de seu pres-

tígio pessoal). De fato, eu estou convencido, Robespierre se considera a própria imagem e o símbolo do devotamento cívico, da honestidade republicana; e aqueles que o odeiam, ele os considera, com muita boa-fé, um perigo público. Ele está decidido a fazer-lhes frente. Ele renunciará às prudências. Nós acabamos de vê-lo atacar Bourdon de l'Oise, em 12 de junho; mas na véspera, nos Jacobinos, e sem considerar sua presidência, Maximilien tratou Fouché de forma bastante descortês. Criticado por uma deputação de Nevers por seu papel naquela cidade, Fouché pôs todos os seus erros por conta de Chaumette. Ele foi guilhotinado em abril, Chaumette; ele não virá, portanto, contradizer seu acusador. Maximilien considera completamente desagradável o procedimento de Fouché. Ele começa por declarar "não compreender nada" de suas afirmações, depois refere-se à cronologia: fácil demais, diz ele, "lançar a lama sobre o túmulo de Chaumette"; "era preciso livrar-lhe combate antes de sua morte"; e Robespierre lembra o que se passou em Nevers; desde que ali foi anunciada a festa parisiense do Ser Supremo, "pretendeu-se (e este "se" concerne evidentemente Fouché) que a Convenção tinha sido enganada (...) por moderados e continuou-se a pregar o ateísmo^{21*}". Será Fouché que ele visa, neste mesmo 11 de junho, ou um outro que não o esquecerá mais, quando observa duramente: "Um tal vomita hoje imprecações contra Danton que há pouco tempo ainda era seu cúmplice²²"? A 12, é Tallien que é atingido, Tallien que, aliás, contestado (pelo momento) por Billaud-Varenne**, faz enorme barulho a respeito dos "espiões do Comitê (*sic*)" que o teriam maltratado e batido, na véspera, sobre a esplanada das Tulherias. Robespierre, que acabou de arrasar Bourdon, retoma a palavra para um desmentido categórico a Tallien: "O fato é falso", diz ele cortante; e acrescenta: "Mas um fato verdadeiro é que Tallien é um dos que falam sem cessar com temor e publicamente da guilhotina como de uma coisa que lhes diz respeito***²³". E ele volta a esta cam-

* Desde o mês de março, Robespierre tinha sido advertido das perseguições que Fouché dirigia em Lyon contra os "amigos de Chalier"; e a 19 de março, na tribuna da Convenção, ele tinha falado destes "patriotas de Lyon" reduzidos ao "desespero" (cf. M., II, 778).

** O qual é de uma rara violência; ele diz literalmente: "A impudência de Tallien é extrema. Ele mente para a Assembléia com uma incrível audácia."

*** Tallien vai se achatar, se abaixar, se arrasar. No dia seguinte, 13 de junho, ele enviará a Robespierre uma carta suplicante; ele faz apelo a sua equidade: "Eu tenho confiança em ti", diz ele, comovente, fraternal. Em que ele desmereceu? Ele ja-

panha levada contra ele, há meses, por conspiradores, junto de todos os representantes em missão que o Comitê convocou. Aplicam-se a persuadi-los de que foi ele, Robespierre, e unicamente ele, que os condenou; “intrigantes” estão ao trabalho, que “entornam a grandes goles em seu coração o veneno da calúnia²⁴”. Quem são estes intrigantes? Alguém pede: “Nomeie-os”! Mas Robespierre se esquivava: “Eu os nomearei quando for preciso”. Ele renovará esta esquivava, quarenta e cinco dias mais tarde; costuma-se ver aí um erro desastroso de sua parte. Tivesse ele agido de outro modo, pronunciado alguns nomes, de todo modo ele estaria perdido e sua carreira terminada.

Neste 12 de junho de 1794, é a última vez, antes do 8 thermidor, que Robespierre toma a palavra na tribuna da Convenção. A mim me parece que realmente um drama desenvolveu-se em sua vida interior a 8 de junho. A rebelião aberta, insolente, ameaçadora, de uma parte da Convenção foi para ele, após a ilusão que tivera por algumas horas, neste dia da festa sagrada, um choque terrível, o mais duro dos golpes. Transtornado, ele responde com a lei do 22 prairial, como se ele se lançasse sobre um projeto de uma razia exterminadora, com a terrível e secreta convicção de que sua causa, a causa do Bem, está perdida. A partir de meados de junho, Robespierre é um homem quebrado e que não espera mais nada. E eis diante de nós o enigma que assinalei desde meu primeiro capítulo, o quebra-cabeça de sua não-participação (proclamada por ele em 26 de julho, e confirmada por Barère, no mesmo dia) durante “seis semanas”, “quatro décadas”, nos trabalhos do Comitê de Salvação Pública, quando ao mesmo tempo irrefutáveis documentos estabelecem que ele é visto no Comitê todos os dias e que ali assina decretos. Minha hipótese é que ele fazia, efetivamente, e sem dúvida cotidianamente, visitas breves e negligentes ao CSP; com, no início de julho, uma primeira vez, depois, a 23, a tentativa (ou o simulacro) de uma colabo-

mais “mudou de princípio nem de conduta”, “amigo constante da justiça e da liberdade, eu não me desviei um só momento”. Perfeitamente informado por Julien (filho) sobre os métodos empregados em Bordeaux por Tallien e por Teresa-a-Marquesa para espoliar os notáveis, Maximilien deve ter saboreado na epístola de Tallien a seguinte frase: “Que venham a minha casa e me encontrarão com minha velha e respeitável mãe, no recanto que ocupávamos antes da Revolução. O luxo nela está banido, e à parte alguns livros (*sic*) o que eu possuo não aumentou de um soldo” (cf. B.R. XXXIII, 224, 225). Nós encontraremos Tallien numa outra fantasia, e numa atitude totalmente diferente, no 9 Thermidor.

ração retomada. Ele não quer escândalo. Ele afasta a idéia de uma ruptura proclamada, oficial, entre ele e o Comitê. A 1º de julho, ele dirá, nos Jacobinos: “Se me forçassem a renunciar (etc.)²⁵”. Ele não demissionará. O super-Terror no qual — talvez — ele tenha pensado um instante, seus inimigos se apossaram dele, para voltá-lo contra si. Mathiez se engana certamente quando fixa em 3 de julho a abstenção de Robespierre e seu afastamento pragmático com respeito ao Comitê. Se ele só tivesse estado ausente do 3 ao 27, isto é, durante vinte e quatro dias, nós estaríamos longe dos dados precisos (quarenta dias mais ou menos) avançados por ele próprio e por Barère quanto à duração de seu absenteísmo calculado. Mas eu acredito profundamente que não houve, da parte de Maximilien, com respeito ao CSP, uma abstenção rígida e total.

Esforcemo-nos para não omitir nada dos mínimos detalhes que subsistem concernendo estas últimas semanas de Robespierre e a conclusão de seu destino.

A 15 de junho uma bomba explode sob seus pés. Ela foi cavada e armada pelo CSG, em nome do qual Vadier apresenta um relatório em que se encontra uma vez mais revelada “a malícia incomensurável dos padres”. Um foco de infecção contra-revolucionária acaba de ser descoberto pela vigilância da polícia. Na rua da Contrescarpe, uma espécie de velha louca, Cathérine Théot, que se diz “a mãe de Deus,” anuncia a vinda próxima de um Messias inteiramente novo. Vadier, com ar de sonso, descrevia, compenetrado, os ritos burlescos da seita. Nesta “escola primária do fanatismo”, dizia o relatório, a liturgia prescreve aos catecúmenos “sete beijos” à profetiza, o último sobre o queixo; um queixo que os discípulos “chupam com uma espécie de volúpia”... Apesar de sua idade avançada, Cathérine Théot declara-se eleita pelo Céu para “gerar o verbo divino”, sem no entanto perder absolutamente sua “antiga virgindade”. Vadier terminava sua arenga num outro tom, lembrando que “qualquer meia medida, qualquer clemência” pelos padres inspiradores do “fanatismo” seria um “crime de lesa-humanidade”. A Assembléia faz-lhe uma consagração. Irresistivelmente cômica a enumeração dos “beijos” à profetiza em sua “radiosa magnificência”. “Morria-se de rir sobre os bancos” escreve Michelet*. O caso tinha sido bem

* Um pouco medíocre, quase mesmo um pouco vulgar, o comentário de Michelet (II, 898), indigno de seu talento. Ele tinha estado com outra inspiração no começo

montado. Uma propaganda cochichada tinha aclarado as mentes: Robespierre estava comprometido; o primeiro assessor de Cathérine Théot não era outro senão este monge, Dom Gerle, que tinha se destacado na Constituinte ao pedir, muito simplesmente, que o catolicismo fosse proclamado “religião de Estado”; e era a este indivíduo que Robespierre em pessoa, após o 10 de agosto, tinha feito entregar um certificado de civismo*. Além do mais, uma parente dos Duplay, a própria cunhada do anfitrião e grande amigo de Robespierre era uma devota da “mãe de Deus”. Enfim, e principalmente — a voz do informante baixava ainda mais para revelar confidencialmente o fato: o novo messias iminente no pensamento da louca, vocês já adivinharam, é o “Incorruptível”.

Maximilien, escutando Vadier, não teve dificuldades para discernir sua manobra. Trata-se de um pequeno complemento jovial à festa de cinco dias atrás, de uma adjunção corretiva, de um contraveneno, em suma, para fazer as mentes livres se divertirem a respeito do Ser Supremo. A operação é discretamente desenvolvida contra ele. Prova suplementar: a sua frente, os irreconciliáveis. Seu esforço sustentado sem cessar por uma República leal, desinteressada, corajosa, por uma vida pública cujo clima seria de honestidade e de boa vontade, sonho absurdo, deciddamente. Os sem alma, os corações fechados são os mais fortes. Mas Robespierre se condenaria como uma fraqueza, como uma deserção, baixar os braços, definitivamente (ou, como dirá sessenta anos mais tarde um Lamartine incompreendido, detestado, desencorajado, deixar “o mundo seguir seu curso de lama”). Ele se cala, dia 15. Ele não se opõe às perseguições que Vadier solicitou, e imediatamente obteve, contra os bufões da rua da Contrescarpa. A Assembléia — o fato é sintomático, e Robespierre não terá deixado de registrá-lo — apressou-se em testemunhar a Vadier uma calorosa aprovação; ela decidiu que seu relatório teria as honras da impressão e seria enviado “às 40.000 comunas, a todas as administrações, ao exército”, mesmo²⁶. Maximilien agirá. Não de imediato, mas agirá, o que será para ele comprometer-se ainda

de seu livro III ao evocar antecipadamente a intervenção de Vadier, a 15 de junho de 1794. Logo após a patifaria solene do dia 8, que alívio, que rajada de ar puro! Enfim “Voltaire ressuscitado! Bendito sejas tu, bom homem que voltas!” Sim, graças a Vadier, é “o brilho de Voltaire” que sai de sua tumba; “digamos melhor, a chama imortal do verdadeiro gênio da França” (I, 302).

* Dom Gerle tinha levado sua retratação — mas o CSG não toca no assunto — até a secularização em outubro de 1793.

um pouco mais. E após? No ponto em que estão as coisas, a seu respeito, que importância tem! A 17 de junho uma chuva de sangue cai sobre sua cabeça. 54 acusados: 54 condenações à morte. No mesmo dia, as 54 execuções. E por que assim uma tão copiosa refeição oferecida à guilhotina? Todos estes criminosos foram vestidos com a camisa vermelha dos parricidas*. Desta vez foram dois “pais do povo”, dois representantes que tiveram a vida ameaçada; de fato, um só, Robespierre, já que Ladmiral só tentou atirar em Collot d’Herbois por não ter encontrado meios de atirar no “ditador”; e a Renault, era na verdade unicamente a Robespierre que ela destinava seus golpes de faca (ou de canivete). Liquidava-se ao mesmo tempo a espelunca de Sainte-Amaranthe do Palais-Royal, a dona da casa, sua filha, seu genro — um Sartine, o próprio rebento do outrora chefe da polícia real**. No grupo (nele compreendido Cécile Renault, que tinha vinte anos), uma jovem de dezenove anos, a esposa de Sartine, e uma camareira de dezoito anos. É provável que Michelet não se engane ao sugerir que esta carnificina, enriquecida por uma bela participação feminina, comportava uma segunda intenção; povo francês — a quem se impõe o “reconhecimento” do Ser Supremo, Robespierre obrigou-te a isto —, olhe a obra de teu confessor: o sangue é sua beberagem. Que golada ele se oferece, neste 17 de junho! E as autoridades cuidaram para que a execução das 54 vítimas fosse grandiosa: batalhões da Guarda Nacional abriam alas à passagem de soldados armados em dez linhas de profundidade; uma encenação quase igual a de 21 de janeiro de 1793, para a morte do rei. Michelet utiliza sem receio as *Recordações* de Georges Duval para colorir o parágrafo que ele consagra ao efeito de honra obtido pelo massacre oficial de 17 de junho: “Mil mortes consagradas a Robespierre; corações explodindo de maldições; este grito sufocado pelo medo mas penetrando nas entranhas para estraçalhá-las: Ah! malditos sejam este homem e este dia²⁷!”

A 19 de junho, a seção dita “da Montanha” — sob incitação de quem? — abre um registro em que são convidados a se increverem

* Esta “camisa vermelha” não passava, na verdade, de um pedaço de pano vermelho com o qual se embandeirava as costas dos condenados.

** Um comentário oral, habilmente difundido, associava a este lugar de prazer o nome de um cliente habitual: Augustin Robespierre. O dito Augustin era muito malvisto pelos montanhese, porque passava por ter, em missão, contrariado, por todo lado, os maiores esforços “patrióticos” empregados por seus colegas contra a superstição.

todos os cidadãos que desejam que a Constituição seja posta em vigor, isto é, que seja abolido o “governo revolucionário”. É uma repetição da tentativa de Lacroix-Danton de 11 de agosto de 1793. Mas a seção — por que meios reconduzida à obediência? — vai se retratar, dia 29, apresentando mesmo desculpas à Convenção. A *Correspondência Política*, publicação ao serviço dos Príncipes, comentou o discurso de Robespierre, de 12 de junho, ao falar de sua “ditadura” não de um modo polêmico, mas como de uma realidade estabelecida, uma constatação de evidência. O Duque de York, por sua vez, designa Robespierre como o guia e o senhor da França e de seu exército. A 21 de junho, nos Jacobinos, Maximilien simula rir de uma tal besteira: “Que significa esta preferência que me dá o Duque de York? Eu acreditava ser um cidadão francês, e ele me faz rei da França e de Navarra²⁸!”. A liga cujo objetivo mesmo é o de abatê-lo não se conformaria em renunciar ao tema maior da ofensiva, ainda meio-subterrânea, que ela conduz contra ele esperando a hora do assalto: Robespierre déspota; Robespierre Cromwell. Inúmeros representantes são, um por um, advertidos em grande mistério: Robespierre prepara seu assassinato. “Tomem cuidado!”; existe “Um novo mandato de acusação levantado contra alguns” de nós; “você estaria incluído”. O frutuoso trabalho de atemorização — que funciona ao ponto em que muitos deputados, por prudência, “não dormem mais em casa²⁹” —, às vezes chegou-se a imaginá-lo situado nos poucos dias que precederam o ato de rendição. De modo algum. Foi a 27 de junho (isto é, exatamente um mês antes de 9 Thermidor) que Robespierre denunciou nos Jacobinos esta vasta operação da qual ele já tem conhecimento e que não poderia ter começado na véspera. Para a manobra de Vadier ele não encontrou de imediato a resposta; é no mesmo 27 de junho, ou seja, doze dias após a operação Vadier, que ele se explica a este respeito diante dos Jacobinos. Ele aparenta ter tomado a sério, completamente a sério, as revelações de Vadier, ele considera que existe, na casa da Madame Théot, e talvez às custas desta pobre alienada, uma conspiração política que não se imaginam os patifes, dignos sucessores de Hébert, que só vêem lá um pretexto para baixezas mercantis; um “enxame de folhetos”, que são várias “paródias indecentes” do relatório Vadier, atesta que o hebertismo persiste; “acreditava-se que ele estivesse morto” e infelizmente “ele continua”. Os que se aplicam, dir-se-ia, em “diminuir a importância” do que Vadier trouxe à luz assemelham-se, sem dú-

vida, ao “infame Gobel*” e a este Momoro que deseja “degolar os padres³⁰”. Quanto a ele, ele vai resolver pessoalmente a questão, e convocando Fouquier-Tinville, ele retira-lhe o dossiê do processo do qual Vadier tinha em 15 de junho obtido a abertura. E é a anulação. As peças permanecerão adormecidas. Ato de príncipe, golpe de força, da parte de Robespierre, reforço trazido por ele mesmo, pois — como se ele não desse a mínima —, às cóleras que denuncia seu absolutismo. É por esta ocasião que vai se ver nascer o costume, ao que parece, nas altas esferas, de um método tenaz e fecundo: relatando a pressão a que precisou ceder, Fouquier-Tinville, sem ousar nomear Robespierre, teria dito que “ele” exigia o dossiê. Sucesso imediato e grandioso deste “ele”, sem cessar repetido, particularmente a propósito das sentenças de morte que se multiplicam e são todas postas por conta, unicamente, daquele cujo nome seria perigoso pronunciar, mas que um “ele” transparente basta para designar.

Impossível saber — nós o indicamos desde o começo deste estudo — quando, exatamente, produziu-se a alteração que, no próprio Comitê, pôs em violento combate Robespierre com certos colegas (Billaud e Collot provavelmente**). Seria nesta ocasião, ou num outro dia, que Carnot teria tratado Robespierre e Saint-Just de “ridículos ditadores***”! Uma neblina existe aí, que tem poucas chances de ver-se algum dia dissipada. Em troca, uma data certa: o 1º de julho de 1794 permanecerá, certamente, inesquecível para os jacobinos. Robespierre renova, nessa noite, sua audácia de 11 de agosto de 1793, quando, cinco dias após ter entrado no CSP, ele confessa, com espanto, nele ter encontrado realmente “traidores”. Trata-se de uma lei não-escrita, mas inviolável, entre os governantes, a de guardar em segredo o que possa manchar, junto à opinião, sua unidade. Há onze meses, Robespierre tinha-se limitado, apesar de sua palavra terrível, a afirmativas vagas e sem dúvida, por ele mesmo, e de imediato, atenuadas, corrigidas, retiradas, de fato, pois que o in-

* Eu não consigo explicar por que Robespierre era de uma tal severidade, um tal desprezo com respeito a Gobel, nem como ele podia associá-lo ao hebertismo. Carrecemos de maiores conhecimentos a este respeito.

** No tomo X das *Obras* de Robespierre, Soboul e Bouloiseau, em 1967, situaram o incidente em 25 de junho (X, 511), mas arbitrariamente.

*** Vinot, em sua obra de 1985 sobre *Saint-Just*, confere a esta cena (p. 305) a data de 28 ou 29 de junho. Mas ele próprio notou que Saint-Just ainda estava no exército a 28...

cidente, recordemo-nos, não teve nenhuma consequência. A 1.º de julho de 1794, trata-se da pretensa “ditadura” com que o vestem em Londres e que, até o momento, ele levou na ironia. Mas, desta vez, Robespierre se engaja decididamente, e consciente do que faz, num caminho proibido. Estas “calúnias” inglesas contra mim, declara ele, saibam que elas foram “repetidas em Paris” e os “senhores tremiriam se eu lhes dissesse em que lugar”. Quem escuta compreende. É um atentado, perfeitamente consciente, de Robespierre, à autoridade governamental, e ainda mais grave porque ele o abastece de confidências sobre “a indecisão” em que se encontra quanto “a conduta a seguir”; porque seus colegas — seus estranhos colegas! — vão talvez forçá-lo a se retirar do Comitê. Outra surpresa para seus auditores, nos propósitos retumbantes de Maximilien, do alto desta tribuna dos Jacobinos onde as palavras fazem tanto rumor e vão tão longe quanto os discursos na Convenção. A 27 de junho ele tinha atacado um hebertismo execrável e sempre em atividade; e eis que de repente, a 1.º de julho, ele lança-se contra esta “facção dos indulgentes” transformados agora, por ele, em “antropófagos” (*sic*)³¹, uma palavra que surpreende aplicada a pessoas cujo único crime seria o de deplorar a ação de uma justiça excessivamente sangrenta. Robespierre enfurece-se, de repente, contra os que, ao que parece, “pintam com uma terrível coloração de crueldade os defensores da pátria³²”. E quem são então estes bons soldados, estes intrépidos, estes patriotas de primeira linha a quem Robespierre testemunha sua confiança, e a quem ele não admite que se critique? A resposta é dada de imediato: são os membros do Tribunal Revolucionário; e quem são então — neste ponto Maximilien abstém-se de toda precisão — os “indulgentes” reaparecidos que se acreditavam “bastante fortes para caluniar o TR e o decreto da Convenção concernendo a sua organização”, ou seja, a lei, a terrível lei de 22 prairial, à qual Robespierre não deseja que se faça nenhuma modificação? Escandalizado, revoltado, enojado diante das seqüelas do ultracismo ou do inverso, atacado por membros mesmo do — ou dos — Comitê(s), Robespierre ainda não se resignou à inércia: “Se a Providência quis por bem arrancar-me às mãos dos assassinos, foi para me permitir empregar utilmente os momentos que ainda me restam³³”; se acaso me obrigarem a deixar o CSP, mantendo “minha qualidade de representante do povo, eu farei uma guerra mortal aos tiranos e aos conspiradores”; e, acreditem-me, diz ele, superexalta-

do, existe trabalho a se fazer, porque “uma multidão de celerados conspiram nas trevas^{34*}”.

Robespierre não se manifesta mais na Convenção, mas ele se desgasta mais do que nunca nos Jacobinos. Ele ali toma a palavra a 9, 11, 14, 16, 19, 21 e 24 de julho. A 9, ele volta ao complô que denunciou em 27 de junho: a campanha sub-reptícia movida sem tréguas por seus adversários para levantar contra ele a representação nacional: “busca-se persuadir cada membro” que ele está na lista das detenções iminentes³⁵; estes operadores noturnos, acrescenta ele, são indivíduos que, temendo, a justo título, “por si próprios, querem compartilhar seus temores” com inocentes³⁶. Outra coisa merece nossa atenção neste discurso de 9 de julho, e eu não penso que ela tenha sido destacada como o deveria, tanto a indicação é significativa. Se Robespierre ocupa com tanta freqüência, e quase em permanência, a tribuna dos Jacobinos, é que ela, ai!, “ficou muda” desde algum tempo, como se “o profundo silêncio que nela reina fosse o efeito de um sono letárgico³⁷”. Documento fora de série. Assim o próprio Robespierre, e publicamente, atesta uma realidade que deve se inscrever no número dos fatos históricos nisto que se constitui na evolução do clima político na França, de 1789 a 1794. Por várias vezes nós já pudemos sublinhar observações contemporâneas sobre a frieza da opinião pública, sua apatia, sua falta de paixão, para dizer melhor, sua letargia, seu desinteresse, sua lassitude, talvez mesmo sua repugnância. A explosão que se prepara na Convenção, contra Robespierre, elabora-se num meio restrito de especialistas, de políticos experientes, enquanto que, por toda volta, reina uma atmosfera de passividade e de indiferença. Na Revolução durou muito pouco o tempo do entusiasmo e dos sonhos. Pode-se, eu creio, ver sob este prisma — fruto de um logro habilmente concebido e beneficiado de um esplêndido sucesso — a Federação de 14 de julho de 1790. Mas, um ano mais tarde, o estado de espírito geral não é mais o mesmo e a tragédia de 17 de julho de 1791 não foi feita para trazer a euforia. Sébastien Mercier — antigo convencional —, que publicará, no ano VII, seu *Nova Paris*, atribui ao conjunto da nação, quando do processo de Luís XVI, “uma espécie de

* Comentário da *Correspondência Política*; a 1º de julho de 1794, nos Jacobinos, Robespierre “esgota sua feroz eloquência sem receber um aplauso”; quando ele “ameaça deixar o Comitê, nem uma só voz” se levanta “para impedi-lo” (R.O., X, 516, em nota). Será verdade?

apatia³⁸”. Recordamo-nos que, em fevereiro de 1792, Robespierre afirmava estar o povo “cansado” da Revolução³⁹. É esta a palavra que se encontra na triste carta, que nós citamos, de Jean Bon-Saint-André a Barère, de 26 de março de 1793. Em 28 de setembro de 1793, Robespierre via, com uma dolorosa inquietação, “entorpecidos” os *sans-culottes*, que ele tinha conhecido cheios de ardor. Seria verdade que a partir, grosso-modo, do outono de 1792 e da Convenção, no movimento revolucionário, a notoriedade dos dirigentes nos ilude quanto ao número de seus partidários e que, com exceção da Vendéia, onde houve, é verdade, uma vasta revolta popular, na maior parte do território a Revolução só apaixonou uma pequena mas ruidosa minoria de franceses? Sob o “governo revolucionário”, praticamente estabelecido depois de outubro de 1793, a vida política se concentra nas sociedades jacobinas, onde, um pouco por toda parte, os funcionários substituem os antigos militantes. Se os próprios jacobinos se negam ao combate, se sua chama se apaga, a Revolução está morrendo. Em suas notas íntimas, sem data, que é chegado para nós o momento de reler, Saint-Just constata: “A Revolução está congelada. Todos os princípios estão enfraquecidos. Só restam bonés vermelhos portados pela intriga”; e isto: “O exercício do Terror amorteceu o crime, como os licores fortes amortece o palato^{41*}”.

O Terror, em julho de 1794, o grande Terror desencadeado pela lei do prairial, funciona com total resultado. A 20 de junho, 20 execuções; a 7 de julho, 60, a 9 e 10, 48 e 38; a 23 de julho o cutelo da guilhotina decepou 46 cabeças, 25 a 24, 25 igualmente a 25. Do 23 prairial (11 de junho) ao 8 thermidor (24 de julho), isto é, em quarenta e seis dias, o TR terá pronunciado 1.376 condenações à morte: de abril de 1793 a meados de junho de 1794, ou seja, um pouco mais de quatorze meses, ele tinha se contentado com 1.251 vítimas**. As prisões regorgitam de presos; havia em torno de 7.300 no prairial: em meados

* Se houve, por um momento, em 1792, um ardor nacional habilmente provocado por Danton na intenção que se sabe, quando do primeiro recrutamento (os 300.000 homens), “os últimos vestígios de patriotas ardentes” desapareceram (cf. A. Forrest, *op. cit.*, 197). O “recrutamento em massa” de agosto de 93 só se abateu, de fato, sobre os mais pobres dos jovens cidadãos, diaristas sobretudo. Entre estes desafortunados que um escrutínio bem-conduzido tinha designado, inúmeros foram os refratários, os desertores que absolutamente não se juntaram ao exército e se esconderam nas montanhas, nas florestas.

** Um outro cálculo, ligeiramente diferente, dá 1.356 execuções de 11 de junho de 1794 ao 9 Thermidor e 1.265 de abril de 1793 a 10 de junho de 1794.

de julho, seu número ultrapassa os 7.800. É um viveiro inesgotável no qual se alimentam, para uma tarefa acelerada, estes cidadãos cujo chapéu se orna de um penacho preto, os membros do Tribunal Revolucionário. Mudou-se de lugar a guilhotina, em 12 de junho. Ela não se ergue mais, orgulhosa, atemorizante, na Praça da Revolução, em pleno centro da capital. O espetáculo tinha se tornado fatigante. As execuções acontecem de agora em diante quase na periferia, na extremidade dos subúrbios, na praça denominada, desde 10 de agosto, de “o trono derrubado”. Lamartine não hesitou em ver no zelo sanguinário do TR uma manobra tenaz dos que, no Poder e em suas cercanias, encontraram assim um meio certo de desconsiderar Robespierre aos olhos do público, de fazê-lo universalmente odiado. Os bem-informados, os prudentes, repetem e repetem, a cada dia e por todo lado: este frenesi de execuções, “ele” o exige. Quem? Mas vocês sabem muito bem, o Grande Mestre, o semideus. De onde a frase, a sentença, como uma inscrição na pedra, da História dos Girondinos: graças ao TR, os inimigos de Robespierre, os que queriam sua queda e sua morte — Billaud, Tallien, Carnot, Cambon e cem outros, dos quais a quase unanimidade do Comitê de Segurança Geral (sim, todos ao que parece, exceto Lebas e David, o qual, aliás, Robespierre apenas “deposto”, como diz Jules, cuspirá sobre seu cadáver) —, “cobriram-no durante quarenta dias do sangue que eles versavam” para arruiná-lo. Lamartine tem sem dúvida razão; mas é importante saber que Robespierre não disse nada, antes de 26 de julho, sobre o terrível ardor homicida do Tribunal Revolucionário e que, em lugar de dirigir-lhe qualquer censura, ele toma, ao contrário, sua defesa, e vai até a alimentá-lo mesmo em 20 de julho.

Surge aí uma observação, inteiramente justificada, de Michelet. Buchez e Roux, que Michelet abomina*, intitulam um de seus capítulos (XXXIII, 341): “Robespierre declara que ele quer parar com a efusão de sangue”. *O Jornal da Montanha*, que é como que o órgão oficial dos Jacobinos, prestando contas da intervenção de Maximilien, a 11 de julho, afirma efetivamente: “Os princípios do orador são de deter a efusão de sangue versado pelo crime”; mas o *Jornal* não fica aí, o artigo prossegue: “Os autores do complô aspiram apenas (...) a imolar todos os patriotas”; e trata-se de Lyon e da política lá inaugurada por Fouché, após a partida de Collot d’Her-

* Roux, ao que parece, é “um jesuíta”, o que diz tudo (cf. M., II, 1016). Estes dois são “católico-robepierristas”, a pior raça que existe.

bois; uma política subitamente repressiva e mesmo carniceira, com respeito à esquerda. Em 11 de julho, a este respeito, Robespierre é de uma total clareza: “A perseguição foi estabelecida contra os próprios patriotas⁴²”. Eis aí, sem sombra de ambigüidade, o sentido do protesto de Robespierre, a 11 de julho. Nada que se refira, em suas palavras, à ação do TR e ao Terror em Paris. De onde o agressivo júbilo de Michelet para denunciar Buchez e seu “jesuíta”, os quais “aproveitam-se dos menores equívocos para fazer Robespierre dizer o contrário do que ele quer dizer⁴³”. A luz está feita assim, sobre este ponto: é falso afirmar que, em 11 de julho de 1794, Robespierre teria pedido que o TR cessasse sua “efusão de sangue humano” — quando, na verdade, acaba-se de oferecer à guilhotina, de 7a 9, o monstruoso festim de 146 cabeças em quatro dias.

Cercado, ele o sente muito bem, de múltiplos e ferozes ódios, Robespierre se obstina ainda — sem esperança — em proteger a República contra os indignos e os criminosos que a traem, a desfiguram e estão a caminho de matá-la. A 11 de julho, ele tinha feito “convidar” Fouché, pelos jacobinos, a vir se explicar diante deles, “desculpar-se”, porque uma “mensagem” contra ele foi enviada, pelos patriotas de Lyon, ao Clube. A 14 de julho, é feita a leitura de uma carta de Fouché que recusa todo debate lhe concernendo até que os “dois comitês tenham feito seu relatório” sobre sua conduta em Lyon. Robespierre então se enfurece e se lança sobre Fouché com uma tal veemência que ele se autoriza uma lamentável alusão ao mal — à enfermidade — que o “indivíduo Fouché” traz no rosto. “Denunciado, diz Maximilien, pelos patriotas de Nevers”, ele foi visto, de início, “refugiar-se na poltrona (isto é, na presidência) dos jacobinos”, onde ele verteu “reflexões insignificantes⁴⁴”; desmascarado a presente pelos patriotas de Lyon, ele “parece implorar (...) o socorro da Convenção”. Contra quem? Contra nós outros, os jacobinos fiéis. Ele foge. Ele não quer nos prestar contas de seus atos, como seria portanto seu dever diante das peças que o Clube recebeu, pondo em causa seu comportamento. “Eu o vejo como o chefe da conspiração que nós temos que desvendar.” Se ele não quer aparecer — comparecer — diante de nós, “teme ele que sua triste figura apresente visivelmente o crime, que seis mil olhos fixos sobre ele descubram sua alma inteira em seus olhos e que apesar de que a natureza os tenha escondido, neles sejam lidos seus pensamentos?⁴⁵” Este “impostor vil e desprezível”, Robespierre obtém no mesmo instante que ele seja excluído do Clube do qual ele era ontem o presidente.

Comentário da *Gazeta de Leida*: “Esta exclusão é vista como um presságio certo de que Fouché fará parte do número dos representantes que a opinião pública designa como devendo ser em breve enviados ao Tribunal Revolucionário⁴⁶”. No mundo restrito mas fervilhante, crepitante, dos profissionais da política, é evidente que uma crise alçada a um tal paroxismo só pode estar a ponto de alcançar seu desenlace, e que este desenlace não será nada fácil.

Durante estas poucas semanas de junho e de julho de 1794, desenrolaram-se acontecimentos militares consideráveis. Entre a Inglaterra e a Áustria, entre a Áustria e a Prússia, a confiança é limitada, elas se observam, se espiam, se invejam. Cobourg realmente recebeu a ordem, na primavera, de lançar uma grande ofensiva; seus mercenários, para se baterem, carecem de convicção, e as forças francesas, além disso, têm sobre ele uma enorme superioridade numérica. O amálgama é agora coisa feita; os soldados não têm mais oficiais suspeitos e fazem a guerra com “coragem” como observa, consternado, Mallet du Pan, seu inimigo. A Bélgica, perdida por Dumouriez, é progressivamente reconquistada; a 16 de junho, Pichegru apossa-se de Ypres e ali captura 6.000 homens e apodera-se de 80 canhões; Charleroi cai entre nossas mãos em 25 de junho, e, no dia seguinte, 26, após dez dias de combates violentos, é em Fleurus a vitória, uma grande vitória para a República. A 2 de julho, uma coluna toma Mons; uma outra, a 3, ocupa Ostende; e, a 8, eis de novo as tropas francesas em Bruxelas. A 24 de julho, Anvers a oeste, Liège a leste, são cidades conquistadas. Na Rhenânia, as dificuldades foram pesadas: hecatombes dos dois lados; finalmente, no começo de julho, as linhas prussianas são empurradas e deslocadas, a 13 de julho, com Pirmasens e Kaiserslautern. Não é somente no norte e no nordeste que os soldados azuis, atrás de sua bandeira tricolor, empurram o adversário. No fim de messidor — meados de julho —, não há mais tropas estrangeiras nos Alpes (onde sua penetração não passou de ínfima), nem no Roussillon, nem no país Basco. O território nacional está livre. A paz torna-se concebível, possível, desejável*, uma paz que não teria nada dos acordos bastardos e custosos pelos quais Danton não tinha deixado de trabalhar às escondidas para neles tirar suas vantagens, uma paz séria e digna, que permitirá — enfim! — consagrar à política social as somas colossais que

* Sobre Robespierre e a paz em junho-julho de 1794, cf. Gérard Walter, *Robespierre*, II, 130.

engole o exército. Robespierre e Saint-Just — Saint-Just é particularmente atento ao que ele nomeava, desde novembro de 1792, “a emissão desregrada do símbolo” (isto é, do papel-moeda) — não viram sem temor Cambon colocar, em 19 de junho, de uma só vez, em circulação, um bilhão e 200 milhões de *assignats* suplementares. O *assignat*, que tinha conhecido no inverno de 1793-1794 uma forte recuperação, cai atualmente. Em julho, 100 libras-papel só se trocam, em banco, contra 34 a 35 libras em numerário. A paz? Ah, certamente não! Sobretudo não! Cambon, que já detesta Robespierre por razões “filosóficas”, sabe, além do mais, que o Incorruptível admite muito mal o uso, oficialmente estabelecido, de pagar em numerário as pensões de Estado iguais ou superiores a 1.000 libras, e em *assignats* os créditos inferiores. É o método exatamente contrário que deveria ser aplicado se se deseja um regime duplo segundo a amplitude das pensões, não? E Cambon tem contra Robespierre um aliado de valor: Carnot, o glorioso Carnot, o estrategista-chefe de nossas “quatorze forças militares”. Seria muito bonito ver suspender-se a guerra quando ela começa verdadeiramente, e melhor que com Dumouriez, a “render” como o tinham, desde o início, sonhado os girondinos sob seus artifícios oratórios. Nós não teremos esquecido as considerações apresentadas na própria tribuna da Legislativa por Narbonne e Brissot, em dezembro de 1791, sobre uma guerra indispensável para conjurar o risco da bancarrota e do qual dependia — Narbonne o reconhece sem rodeios — “a sorte dos credores do Estado”. Carnot e Cambon tremem agora de alegria. A 17 de maio, Carnot faz-se explícito: “Nós não chegamos ao inimigo para oferecer-lhe nossos tesouros”; mas sim para surrupiar os seus. Abandonados, agora, fora de época, o vocabulário lírico do qual Michelet se fará, resplandecente, o eco*. Carnot não fala mais cruzada ou propaganda; sua linguagem é de um realismo tão perfeito que Bonaparte, para seu famoso apelo de abril de 1796 a seus soldados das forças da Itália, simplesmente será seu imitador. Nada de futilidades sobre a emancipação dos homens e o serviço da pátria; diante de vocês, ao alcance da mão, campos abundantes, cidades opulentas. Em frente! Que razias a fazer! Era literalmente o que

* Durante o *Colóquio Saint-Just* que aconteceu, a 25 de junho de 1967, na Sorbonne, Jacqueline Chaumié, em sua participação, tinha sublinhado o fato de que Cambon e Carnot tinham se mostrado constantemente “cheios de indulgência” pelos girondinos (cf. *Atas do Colóquio*, p. 31, em nota).

Carnot tinha aconselhado, a 10 de abril de 1794, aos representantes em missão Richard e Choudieu para suas arengas aos soldados. “Mostre-lhes, escrevia Carnot, as riquezas da Bélgica, dos Países Baixos, da Alemanha”, e todas as pilhagens a que terão direito se forem vencedores. Ainda um texto assinado por Carnot; instruções, desta vez, a Jourdan, sobre a conduta a observar nas regiões ocupadas: “Tudo o que se encontrar na Bélgica deve ser trazido para a França. É preciso despojar o país”; e os serviços de Carnot organizam, no país conquistado, “agências de evacuação” que, no Palatinado sobretudo, causam admiração.

O discurso de Robespierre diante da Convenção, a 26 de julho — na véspera de sua prisão —, conterà observações próprias para exasperar Carnot. Nem Robespierre nem Saint-Just gostavam da maneira como eram celebrados os sucessos militares. Robespierre julga deplorável que se fale de “nossas vitórias com uma leviandade acadêmica”, como se elas não tivessem custado caro, muito caro, aos verdadeiros combatentes, aos soldados; o que, no seu entender, deveria ser sempre vivamente lembrado. E Saint-Just tinha a intenção* de declarar, a 27: “Somente os que estão nas batalhas podem ganhá-las, e somente os poderosos delas tiram proveito”. Odiosa insolência demagógica. Robespierre vai perguntar, a 26, com um inteligente rigor: “O que foi feito para que nossos sucessos militares vertam-se em proveito de nossos princípios?” “Não é de modo algum por frases de retórica, nem mesmo por façanhas guerreiras (que insultante audácia! Que inconfessável antimilitarismo!) que nós subjuguemos a Europa, mas pela sabedoria de nossas leis (...) e a grandeza de nosso caráter⁴⁷”. Atitude intolerável e que permitirá a Carnot, no dia seguinte, quando do grande assalto final contra Robespierre, uma interpretação pessoal da qual não é inútil sublinhar a ignomínia; segundo ele, Robespierre não somente não desejava as vitórias de nossas forças, mas ele esperava, desejava, saboreava antecipadamente eventuais derrotas. Hamel diz certamente a verdade quando insiste sobre o papel eficaz que foi o de Carnot na queda de Robespierre: “Um dos homens, diz ele, que mais contribuíram para levar os membros do CSP a abandonarem Maximilien^{48**}”.

* Ele será impedido de falar: mas seu discurso, inteiramente redigido, chegou até nós.

** Em suas *Recordações*, publicadas em 1895, o Conde de Montgaillard é categórico; ele exagera, mas ele tem o mérito de chamar, sobre a ação de Carnot contra Ro-

A 16 de julho, Maximilien, quarenta e oito horas após sua filípica de 14 contra Fouché, intervém ainda nos Jacobinos. Um certo Pille, que trabalha sob as ordens de Carnot, e tinha sido provido de dois adjuntos, o dito Pille age de um modo estranho: “Ele faz tudo em segredo e não permite a seus adjuntos levarem nada ao conhecimento do CSP”; ora, ele é encarregado da “organização e dos movimentos da guerra”; o que implica em poderes bastante amplos. E Robespierre se inquieta: “É preciso impedir que se chegue a substituir os generais fiéis (...) por conspiradores que giram em torno de alguns de nós”; “a conduta do comissário Pille, conclui Robespierre, merece a mais séria atenção⁴⁹”. Constata-se também que estão afastadas de Paris as “companhias de canhoneiros” de que dispõe a Guarda Nacional e que são, no seu conjunto, particularmente devotadas a Hanriot e à Comuna. Fouché terá, a seu respeito, em suas *Memórias*, duas linhas interessantes. Ele se gaba de ter trabalhado para afastar da capital, para o bem de sua ação salvadora, o maior número possível destes indesejáveis: “Eu o consegui, diz ele, graças à firmeza de Carnot, que alegou a necessidade de reforçar a artilharia nas tropas⁵⁰”. Saint-Just pretendia exprimir seu espanto sobre este ponto, em seu relatório; ele não negava que “alguém (isto é, Carnot) tivesse o direito” de proceder a tais medidas, mas ele confessava absolutamente não compreender “a necessidade”, já que o inimigo, ao se retirar, deixava em nossas mãos, nas suas fortalezas, inúmeros canhões. Outra coisa: as felizes notícias da guerra forneceram a estes cidadãos — de quem se desejaria conhecer melhor a origem e as disposições — a idéia de “banquetes patrióticos” onde, num respeitável fervor nacional, pessoas abastadas convidam generosamente pessoas que o são menos para compartilhar a alegria de que os cumulam nossas vitórias. Barère, na Convenção, indicou, a 16, estas manifestações que o deixam perplexo e que lhe parecem explicar-se por uma tentativa de pressão, implícita e sorridente, em favor de uma “anistia prematura”. À noite, nos Jacobinos, Robespierre vai mais longe que Barère e não põe em dúvida que “têm uma relação certa com estes banquetes” as “calúnias” que circulam “contra o governo revolucionário e contra o TR³¹”. É a segunda vez que Robespierre, por estes tempos, toma a defesa deste Tribunal que, doze dias mais tarde, o teria certamente enviado à guilhotina se disso não tivesse

Robespierre, uma atenção com frequência, a este respeito, leviana. Montgaillard declara cruamente: “Carnot foi o verdadeiro autor da queda de Robespierre”.

sido dispensado pela Convenção que declarou Robespierre e seus “cúmplices” fora da lei. Maximilien tinha falado, a 1º de julho, de uma “multidão de celerados⁵²”. Ele pareceria menos alarmado, a 19; porque, nesse dia, trata-se, segundo ele, de “um punhado de conjurados⁵³”. Um “punhado” realmente? O termo parece contradizer uma portaria já do dia seguinte, 20 de julho de 1794, onde a pequena assinatura discreta, aplicada e sem rabiscos, do Incorrutível está incontestavelmente sob nossos olhos. Teria ele, excepcionalmente, a 20 de julho, tomado parte às deliberações do Comitê? Ou levaram em sua casa, isto é, na casa dos Duplay, o documento — nada insignificante — para o qual seus colegas pedem sua assinatura, que ele não recusa? O que subscreve Robespierre, a 20 de julho de 1794, é o envio ao TR — ou seja, quase que infalivelmente, à guilhotina — não de uma dezena de inculpadados, mas de cem, 138 exatamente.

Pelo fato de que Saint-Just não pôde pronunciar o discurso que tinha preparado e escrito de uma ponta a outra, para 27 de julho, a História passa um pouco rápida, em geral, sobre esta arenga entretanto rica em indicações que valem ser retidas. “O governo se alterava, diz Saint-Just, ao privar-se de seus membros”; Robespierre está “afastado do Comitê pelos mais penosos tratamentos”; Couthon “sem cessar ausente” e, do mesmo modo, Prieur de la Marne “depois de oito meses”; Saint-André “está em Port La Montagne”; “Lindet está mergulhado em seus serviços, Prieur de la Côte-d’Or nos seus”; “eu mesmo, estava nas tropas*”. Ele se dirige aos deputados: “Os senhores confiaram o governo a doze pessoas”; pois “ele encontrou-se”, de fato, “entre as mãos de duas ou três”; “sim, o governo foi verdadeiramente ocupado por dois ou três homens⁵⁴”. Quais? Não Billaud-Varenne, pois momentos depois Saint-Just vai descrevê-lo quase constantemente sombrio e mudo, só tomando a palavra para algumas observações ásperas “contra Paris, contra o TR, contra os homens cuja derrota ele parece desejar^{55**}”. Carnot

* Saint-Just tinha voltado para Paris em 30 de junho; ele não se mexerá mais durante os vinte e três dias que precederão sua morte.

** Tudo isto pediria indispensáveis esclarecimentos, dos quais Saint-Just se abstém; ele acrescenta que “depois de alguns dias” a este silêncio cortado de resmungos tinha se sucedido, em Billaud, “uma inquietação”. Com respeito a quê? Mesma ausência de explicação.

também não, pois que Saint-Just vai precisar: “O que havia de mais importante, e sobretudo na Guerra, era resolvido e executado em segredo⁵⁶”. Então? Tudo teria assim se resolvido, no CSP, entre Barère, Collot d’Herbois e um Billaud-Varenne pouco cooperante? Saint-Just acrescenta ainda este detalhe: “Billaud-Varenne e Collot d’Herbois (...) manifestaram desde algum tempo sua raiva contra os jacobinos; eles deixaram de freqüentá-los e de falar-lhes⁵⁷”, como se eles abandonassem, coléricos, “raivosos”, esta tribuna a Robespierre que não cessa de monopolizá-la. Entretanto Barère vai tentar restabelecer, no Comitê, uma atmosfera respirável. Aos 22 e 23 de julho, os dois Comitês estão reunidos em sessão plenária, e Saint-Just, que não tem nada de um enganador, e que não obteve seus “decretos de ventose” na intenção de lograr os pobres com um gesto fictício em seu favor, Saint-Just consegue finalmente fazer criar as 4 comissões inexistentes. Robespierre retomou seu lugar no Comitê, a 23, a título de experiência somente. Segundo Saint-Just, Billaud teria mostrado com respeito a Maximilien uma calorosa cordialidade: “Nós somos teus amigos; nós sempre caminhamos juntos⁵⁸”. Saint-Just experimenta um sobressalto de cólera, tanto sua convicção é total de que Billaud mente e se conduz como um hipócrita. Ele guardou a lembrança do dia em que Billaud teria tratado Robespierre de “Pisístrato”; Billaud, com Robespierre então “ausente”, o tinha ultrajado dando-lhe o nome deste tirano; “hoje”, Robespierre “presente”, Billaud se declara “seu amigo”. Mais que imprudente o crédito acordado por Michelet a Carnot* afirmando que Robespierre chorou — eu confesso vê-lo dificilmente nesta exibição — porque nossos generais, após a tomada de Nieuport, preservaram a vida a 4.000 ou 5.000 soldados ingleses capturados naquele dia. A Convenção não tinha solenemente proclamado, a 26 de maio, que nossas tropas não fariam mais um único prisioneiro “inglês ou hanoveriano”, mas matariam todos os vencidos? E Carnot sustenta que quando Robespierre constatava, a 23 de julho — por consequência o único dia em que ele tomou parte às deliberações do CSP — que frente à Inglaterra “amolece-se, relaxa-se”, “as lágrimas subiram-lhe”. Barère conta em suas *Memórias* uma cena emocionante que teria acontecido a 23 de julho: ter-se-ia visto Collot

* Cf. a *Revista Independente*, de 23 de junho de 1845.

d'Herbois "lançar-se quase aos pés de Robespierre e implorar-lhe para ter piedade da pátria^{59*}".

Dia 23 de julho à noite, Barère declara aos jacobinos que se os Comitês conheceram alguns ligeiros desentendimentos (exagerados aliás pelas más línguas), existe agora, entre eles, um perfeito acordo. Entretanto, a 24, Robespierre, que não reapareceu no CSP após sua tentativa da véspera, não oferece de modo algum aos Jacobinos a aparência de um homem tranqüilo. Ele volta de repente — sabe ele que Vadier prepara a este respeito uma nova agressão contra ele? Ela acontecerá, com efeito, dia 27, sobre o caso Catherine Théot, que ele tinha todo interesse em fazer esquecer, ele retoma o tema, atrás do qual ele tinha se abrigado, em junho: que tratava-se no caso realmente de uma "conspiração", que os maquinadores tiveram o cuidado de dar a seu projeto o ar de uma "farsa ridícula" e que eles se tinham eclipsado⁶⁰. Depois Maximilien fulmina um tipo duvidoso que, visivelmente, busca comprometê-lo; um certo Magenthies não tinha feito imprimir uma petição solicitando a "pena de morte" para quem quer que "blasfemasse exclamando: Sagrado nome de Deus⁶¹"! Robespierre pede a prisão imediata deste "insensato". Se Robespierre mostrou-se talvez** conciliador, a 23, algumas horas mais tarde, nós o vemos aqui, inflamado, impetuoso: "É chegado o momento, diz ele aos Jacobinos, de derrubar as últimas cabeças da hidra; os facciosos não devem mais esperar misericórdia⁶²". E, na mesma noite, Couthon falará, também, de detenções, de execuções, arriscando-se, pela primeira vez, a dar um número (mas não nomes próprios). Couthon dizia esperar que a Convenção esmagasse logo "as cinco ou seis pequenas figuras humanas (*sic*) cujas mãos estão cheias das riquezas da República e deixam escorrer o sangue dos ino-

* A quem Barère faria crer que Saint-Just teve a inocência — a estupidez — de propor aos dois Comitês reunidos uma "ditadura" (estilo romana) conferida a Robespierre? Imagina-se a acolhida que fariam a uma tal proposta Carnot, Amar e Vadier. Barère, aliás, confessa que suas lembranças são um pouco vagas; ele não sabe exatamente se esta reunião dos Comitês em presença de Robespierre aconteceu no "messidor" ou no "thermidor". Em troca, ele revê claramente Robespierre indo e vindo na sala, "inchando suas bochechas, respirando por jatos", enquanto Saint-Just falava em seu favor (cf. H., III, 384).

** No fundo nós não temos nenhuma informação séria sobre qual foi a atitude de Maximilien, a 23 de julho, nem sobre as palavras que ele pode ter pronunciado. Eu teria tendência a supor que ele falou muito pouco, escutando, olhando, mantendo uma extrema reserva.

centes que elas (*sic*) imolaram”. Quem visa ele? Fouché, certamente; mas que outros? Lendo com atenção e uma vez mais o discurso — não-pronunciado — de Saint-Just, percebe-se que, ao que ele indica, circunstâncias graves estiveram para acontecer “nos últimos tempos”. Ele evoca a “comoção” que acaba de sofrer “a opinião pública”; se se compreende, bem, é de um golpe de força que se trataria: “alguns homens (mas quem então) parecem* ter projetado neutralizar o governo revolucionário” e tomar o seu lugar. Planejava-se “prender ou expulsar o prefeito de Paris (Lescot-Fleuriot) e o estado-maior (Hanriot e seus colaboradores) para se apossar de tudo”; “ainda nesta noite”, escrevia Saint-Just, nas primeiras horas do 27 de julho, “dizia-se que estava sob o cutelo (“se”? os membros do CSP?), anunciava-se “uma revolta para hoje” (hoje 27 de julho) e “ao mesmo tempo” (mas esta manobra durava há semanas, Robespierre tendo-a assinalado desde 27 de junho nos Jacobinos) “criava-se em muitos representantes tais terrores que eles não dormiam mais em suas casas”. Saint-Just não tinha o propósito de ser tímido diante da Assembléia; ele se propunha a ir diretamente contra “Collot e Billaud” e, para ele, as intenções desses dois colegas eram a reedição do que tinham tentado “Valazé, Fabre d’Églantine e Desfieux” (ele não cita mais Danton; por quê?), “incitando agitações em Paris a fim de justificar a revolta de Dumouriez”. Mas que general teria então, desta vez, representado o papel de Dumouriez? Saint-Just compraz-se, aqui, no hermetismo**.

Tinha mesmo havido, a 24, um começo de tumulto. É a este esboço de movimento, cedo abandonado, sem dúvida porque ele só reunia poucos executantes, e sem grande convicção, além do mais, que Saint-Just se refere? “Comoção” parece uma palavra desproporcionada; ainda que panfletos tenham sido distribuídos pelas ruas, a 24 e 25, brandidos por vociferadores pagos, anunciando “a grande prisão de Robespierre” sem que a polícia intervenha, sem

*Saint-Just, de início, guarda uma certa prudência na afirmativa; mas ele renuncia a ela muito rapidamente.

** Tinha ele realmente prometido a Billaud e Collot de submeter-lhes seu relatório antes de apresentá-lo? Eles o acusarão disso. É bem possível que Saint-Just lhes tenha feito uma vaga promessa que não cumpriu. Ele certamente não tinha a intenção de preveni-los de que iria revelar à representação nacional a pressão que eles tinham tentado exercer sobre ele para que não falasse de modo algum, em seu relatório, do Ser Supremo e da imortalidade da alma, “idéias” julgadas por eles “inconvenientes”.

que os Comitês façam o menor gesto para desmentir esta falsa notícia. A 24, alguns grupos reclamaram “um novo 31 de maio” diante da Convenção. A prova disto é que Barère, a 25*, felicitou Robespierre por ter feito justiça severamente, a estes gritos sediciosos. A 25, Maximilien toma conhecimento de uma curiosa ação que acabaram de realizar dois membros do CSG, Amar e Voulland. Eles compareceram junto aos deputados girondinos — ou do movimento girondino — detidos há mais de um ano por terem protestado contra o 2 de junho e a quem Robespierre, em outubro, tinha protegido, arrancando por um triz à guilhotina. Não gostam de Robespierre no CSG e Amar age abertamente a seu respeito, como um inimigo. Que foram então fazer, ele e Voulland, junto a estes cativos a quem prodigaram amabilidades? Eles teriam exclamado: tratam estes representantes como de “direito comum”; “avilta-se” a Assembléia através de suas pessoas⁶⁴! A operação desenha seu conteúdo: os traidores da Montanha que preparam uma revolta da Convenção contra Robespierre buscam assegurar-se a cumplicidade, a colaboração do Marais. Maximilien conseguiu reunir, amontoar contra si todo um estoque de ódios diversos — contraditórios se for o caso (assim, no 9 Thermidor, alguém vai gritar-lhe: “O sangue de Danton te sufoca!”, enquanto que Billaud acusa-o furiosamente de se ter oposto com força, de início, à prisão de Danton); hebertistas e dantonistas só esperam a ocasião de satisfazer sua vingança. Thérèse Cabarrus lançou a Tallien, de sua prisão, uma espécie de ultimato: ou ele é o último dos covardes, ou ele vai, sem mais demora, libertá-la. Fouché mostra-se cheio de segurança; a 23, ele escreve a sua irmã este bilhete admirável: “Ainda alguns dias e os pérfidos, os celerosos, serão conhecidos; a integridade dos homens probos será triunfante”. Todos os trapaceiros-aproveitadores especialistas em exações e concussões querem que Robespierre desapareça; e eles têm o concurso, desinteressado mas veemente, de um grande número, de um bastante grande número de representantes incomodados ao mais alto grau com o pensamento religioso de Robespierre e que não lhe perdoam o seu pouco gosto pelos enciclopedistas e a perseguição que estes últimos fizeram a J.-J. Rousseau. Tudo isto reúne muita gente, e, nos últimos dias de julho de 1794, arde, na Convenção, uma enor-

* Barère, que está pronto a trair Robespierre e o esmagará já no dia seguinte, falou dele, em 25, nos termos mais elogiosos: “Um representante que goza de uma reputação merecida por cinco anos de trabalhos e por seus princípios imutáveis”.

me febre para que não tarde mais, no que diz respeito ao Incorrúptível, “a solução final”.

A Convenção tal qual não se assemelha nada à imagem que dela se fará Vitor Hugo: este Sinai atravessado por clarões e do qual um sobrevivente guardará tanta grandeza que o bispo Myriel vai lhe pedir sua “benção”. Nós já o observamos, sublinhamos: os convencionais, quase todos, são notáveis, pessoas abastadas, cuja obsessão é a de que seus bens fiquem ao abrigo da avidez popular. Desde 2 de junho, os homens da Plaine, que constituem, e com largueza, a maioria da Convenção, são como uma tropa de carneiros apertados uns contra os outros e que vivem no temor de ver Robespierre, o “todo-poderoso” Robespierre, lançar sobre eles, caso demonstrem alguma resistência, *seus* faubourgs. Eles o conhecem bastante mal para supor-lhe uma tal ação, e ele faz-lhes um pouco menos medo desde que, em outubro de 1793, protegeu seus amigos aprisionados. Entretanto, assim que percebem que membros de seu próprio partido, a Montanha, a odiosa e sempre ameaçadora Montanha, parecem determinados a se desembaraçarem dele, que felicidade! Terminada, para a Plaine, o que Lamartine nomeou com exatidão “a servidão do medo”. A Plaine (ou o Marais, ou o Ventre) está assim inteiramente disponível para deixar cumprir-se — e a ele se associar por seu voto — um ataque conclusivo contra o Incorrúptível. Segundo Buonarotti, que tinha sido um convidado habitual dos Duplay para as noites de quinta-feira (ele ali tocava, diz-se, e agradavelmente, piano), a História cometeria um grave esquecimento não dando a Sieyès o lugar eminente que lhe cabe na preparação do Marais para que ele favorizasse a queda do “tirano”. Nós mal temos, é verdade, visto Sieyès em nossas investigações. E não poderia ser de outra forma, pois Sieyès era um hóspede perpétuo das trevas. Um agente subterrâneo. Na interessante nota que Buonarotti deixou e que enumera os conjurados que, a seus olhos, teriam sido os mais ativos na preparação do 9 Thermidor, Sieyès encabeça a lista*. O que é preciso saber, é que este exército dos subúrbios que estaria entre as mãos de Robespierre, com a maça sempre pronta, e que garante sua autoridade, esta multidão de proletários, esta legião de “incondicionais”, se ela pode ter sido, num certo momento, um princípio de realidade,

* Cambon está no pelotão que encabeça (sexto lugar). Carnot, Billaud, Collot e Barère, formam, ao que parece, um bloco. Se Fouché, Fréron e Vadier, naturalmente, figuram na lista, curiosamente Carrier dela está ausente.

em julho de 1794 ela não passa de um mito. O nome de Robespierre perdeu seu prestígio junto aos pobres cuja sorte sensivelmente não melhorou desde 1789. Os que querem a morte de Robespierre sabem que ao se lançar sobre ele não se arriscam a ver os faubourg Antoine e Marceau se precipitarem, em armas, para defendê-lo. Como o escreverá Levasseur, quando os conjurados decidiram agir, eles podiam fazê-lo: "O povo tinha apresentado sua demissão".

Em 23 de julho um novo "máximo" é estabelecido; um máximo dos salários, desta vez; certos abatimentos vão até 30%. A medida foi tomada a pedido de Lindet e Carnot; mas como cada um sabe — o dogma está estabelecido — que tudo o que vem do CSP é obra pessoal de Robespierre, a responsabilidade desta decisão, bastante impopular pode-se imaginar (vai-se gritar pelas ruas: "Máximo fodido!"), cairá — e é o que se quer — unicamente sobre Robespierre.

Quando Maximilien, após quarenta e três dias de ausência, retoma a palavra, a 26 de julho, na Assembléia, ele está esgotado. Desencorajamento, desgosto, desespero. Mas abandonar tudo passivamente não seria bom, seria indigno. Mesmo se ela está perdida antecipadamente, fazer uma última tentativa, gritar a verdade, gritar pela salvação do país; tentar, mesmo sem acreditar mais nisso, evitar que a República seja engolida pela lama.

Este último discurso de Robespierre, se estudado um pouco mais de perto, aparece como uma seqüência incoerente de desenvolvimentos onde não faltam nem os reditos nem os recuos. Um discurso longo demais e que parece feito de pedaços compostos separadamente aos quais Robespierre, num último minuto reuniu sem se preocupar com encadeamentos lógicos ou transições. Maximilien, desde o começo, denuncia "as conspirações sempre renascentes"; e o que ele quer dizer quando exclama: "Fomos nós que mergulhamos nas masmorras os patriotas e levamos o Terror a todos os setores sociais*"? "Nós?" Nós os membros dos Comitês? Mas ele logo vai afirmar não ter mais nenhum peso nas decisões governamentais. Será uma nova alusão a Fouché, que ele descreveu aos jacobinos como o flagelo dos patriotas lyoneses? O Terror levado "a todos os setores

* A que ponto Robespierre diz a verdade aqui, uma verdade ignóbil, a pesquisa de Donald Greer, em 1935 (*A Incidência do Terror Durante a Revolução Francesa*), provará por dados terríveis; através da França, as vítimas do Terror terão contado 28 por cento de diaristas e 31 por cento de trabalhadores urbanos.

sociais”? Mas é exatamente esta, aí!, a sinistra tarefa de que se livra, sobretudo desde prairial — mas já antes, em muitos casos —, o TR, que envia ao cadafalso não somente aristocratas e indiscutíveis contra-revolucionários, mas pobres, gentinha, homens e mulheres do povo acusados de terem falado mal do governo. Nos Jacobinos, entretanto, Robespierre não se levantou contra estas leves escandalosas. Ele, ao contrário mesmo, levantou-se contra as “calúnias” que espalham contra o TR os “inimigos da liberdade”. Em 26 de julho, ao dizer “nós”, Robespierre quer que se entenda “eu”, e é exatamente o TR que ele acusa quando fala desta “guerra declarada aos cidadãos pacíficos”, dos crimes cometidos para “tornar a Revolução temida pelo próprio povo”. Depois, bruscamente, ele aborda o caso, que se faz banal depois de algumas semanas, das listas “odiosas”, mentirosas que celerados fazem circular e onde são “designadas como vítimas um certo número de membros da Convenção”. Ele se dirige em seguida aos deputados “de retorno de uma missão nos departamentos”: cada um dos senhores poderia contar, diz ele, “o que a conspiração fez” para “enganá-los”, “indispôs-los”, “arastá-los a uma coalizão” onde a responsabilidade de sua revocação acha-se “transferida para a cabeça de um único homem”, ele, Maximilien. Robespierre rasurou, em seu texto — e, sem dúvida, portanto, não pronunciou —, o que ele destinava a uma “horda de patifes” que, “sob o nome de funcionários”, “usurpam a confiança” do CSG, e ele acusava formalmente Amar e Jagot de serem os “patrões” destes “agentes impuros”. Bruscamente, em seguida, a alusão aos “projetos financeiros destruidores” que ameaçam “todas as fortunas módicas”, e uma palavra sobre a estranha visita — ele acaba de sabê-lo — de Amar e de Voulland à prisão onde os “73*” deputados detidos esperam seu destino, os representantes, declara Robespierre (que se orgulha, e solicita assim quase que abertamente a gratidão — o socorro — de seu partido, a Plaine) que “eu arranquei sozinho a uma decisão precipitada” quando (aplaudam minha coragem!) “a opinião” destes colegas “me teria decidido pelo cadafalso se ela tivesse triunfado”.

Tanto as afirmações políticas parecem ter perdido para ele toda substância, e tanto as mais eloqüentes profissões de fé lhe parecem desde então fictícias que ele chegou a desconsiderar as classificações e denominações. Montanheses ou gente da Plaine, deixa ele enten-

* Variante: “os 62”.

der, que me importa? Ele só distingue, ele só reconhece, na Assembleia, “dois partidos, o dos bons e os dos maus cidadãos”; “por todo lado em que se encontra um homem de bem, em qualquer lugar que seja, é preciso estender-lhe a mão e guardá-lo em seu coração”. Robespierre apresenta sua defesa com uma humildade decrescente que não tarda a tomar o aspecto de uma autoglorificação. De início, ele argumenta com a descrição: “os inimigos” da Revolução e da República “afetam dar a um indivíduo fraco exposto aos ultrajes de todas as facções uma importância gigantesca e ridícula”. Que derrição! Quem tomará a sério tamanha fábula? Mas, instantes depois, o tom muda e Robespierre se levanta, ergue a cabeça. Ele diz quem é, o que quer, o que o colocou e o mantém de pé: eu sou o que sou e que tomem seu partido os que me odeiam. Depois, renovando suas acusações tardias, inexplicavelmente tardias, contra a ação do Tribunal Revolucionário do qual ele só falou aos jacobinos, para justificá-la, agora — agora enfim! — ele desnuda “o sistema combinado de Hébert e de Fabre d’Églantine” que, “com uma audácia inaudita” (ele não teme se repetir quase que literalmente), “busca tornar odiosas por seus excessos as instituições revolucionárias”. Aos que se lamentam, responde-se: “É Robespierre que o quer; não podemos evitá-lo”; afirma-se que este “Tribunal de sangue foi criado somente por mim e que eu o controlo inteiramente”. Bravo! Mas esta horrível manobra contra ele, não foi hoje que ele penetrou em seu sentido. Como explicar então que, longe de se insurgir e de gritar sua revolta, ele levou a fraqueza — a espantosa complacência — até a subscrever, há seis dias, não mais, a condenação à morte de cem novas vítimas destinadas a lhe serem imputadas*.

Rendamo-nos bem conta do caráter espantoso — no sentido mais forte do termo —, insólito e prodigioso mesmo, do que se passa, a 26 de julho de 1794, na Convenção. Talvez seja diante desta enorme aventura que Robespierre recuou, recuou, dia após dia: é um membro do Comitê de Salvação Pública, e que membro, o que concentra sobre sua pessoa os olhares não somente da França política, mas de todas as cortes da Europa, o homem símbolo da Revolução, o ilustre Robespierre, o último dos grandes atores que desapareceram, um por um, Mirabeau, Barnave, Lameth, La Fayette, Brissot, Roland, Vergniaud, Marat, Hébert, Danton, é o Incorruptível,

* Este gesto cumprido por Robespierre a 20 de julho — oito dias exatamente antes de sua morte — permanece, para mim, um completo enigma.

o homem que publicamente invocou uma dupla regra da qual ele desejava ser o servidor, o homem do “Terror e da Virtude”, afrontando uma representação nacional quase que inteira feita sua inimiga e que mal consegue sufocar o sentimento de execração que ela lhe vota. O que ele pode dizer não tem mais importância. Os jogos estão feitos. Nada impedirá que se acabe, não mais tarde do que amanhã, e faça o que ele fizer, a carreira do pequeno homem pálido, dos olhos verdes piscantes, dos ombros sacudidos por tiques, que espuma, inesgotável, na tribuna, como se suas palavras ainda tivessem algum peso. Escutam-no pacientemente dissertar sobre um “ato de acusação” o qual ele afirma saber que estava preparado contra ele. Os autores deste plano? Primeiro, é claro, “o Duque de York, Pitt e todos os tiranos”. Quem mais? Maximilien repete sua mímica de 1.º de julho nos Jacobinos; que esta revelação é terrível demais; que os cúmplices franceses de tiranos estrangeiros, ele “não ousa nomeá-los, neste momento, neste lugar”; que ele “não pode se resolver a rasgar inteiramente o véu que cobre este profundo mistério de iniquidade”. Nos bancos, os olhos se abaixam, com vagos meiosorrisos, talvez rápidos olhares divertidos entre Sieyès e Barras, entre Tallien e Fréron. E ei-lo que recoloca a questão religiosa, que volta ao que lhe fizeram de abominável, quando da cerimônia em honra do Ser Supremo, e “em meio a alegria geral”, estes furiosos que o “insultaram”, e “estes homens eram representantes do povo”! E ele repete sua condenação do ateísmo. Uma punhalada em seguida contra Billaud (sem designá-lo no entanto) quando evoca amargamente e no plural os que, ontem, tentavam desonrá-lo chamando-o de “Catilina” (ou o equivalente) e que, diz ele, “hoje acariciam-no de novo e cuja linguagem é mais afetuosa do que nunca”. Ele salta de um assunto a outro. Ele profere uma grande verdade (que exaspera Carnot) ao dizer, claramente: “Que importa se nossas tropas rechamam a sua frente os seguidores armados dos reis se nós recuamos nos vícios destruidores da liberdade pública”. Depois, é sobre o “serviço de polícia geral” que ele se explica, com um excesso de eufemismo, aliás, e mesmo de inexatidões⁶⁵, mas também com esta justa observação: “A simples expressão polícia geral serviu de pretexto para pôr sobre minha cabeça a responsabilidade de todas as operações do CSP”. É então que ele avança, para se justificar, o argumento de sua ausência sistemática, uma posição a qual obrigou-o sua “impotência para fazer o bem como para deter o mal”. Ele não termina. Seus assuntos se entrecruzam: sobre o encarniçamento de alguns em

“lançar no ridículo tudo o que diz respeito “às idéias religiosas; sobre a inaplicabilidade do decreto referente aos soldados de Pitt; sobre a “máxima ímpia” que Fouché quis fazer gravar na entrada dos cemitérios. Tudo é feio demais, carente demais, desencorajador demais! “Que amigo da pátria pode querer sobreviver no momento em que não é mais permitido servi-la e defender a inocência oprimida?” A náusea tornou-se-lhe insuportável. Possa ele fazer ao menos com que a História não o confunda com aqueles que tudo sujaram, tudo puseram a perder. “Ao ver a multidão de vícios que a torrente da Revolução trouxe misturados com as virtudes cívicas, eu temo, às vezes, confesso, ser manchado aos olhos da posteridade pela vizinhança dos perversos.” Estas palavras poderiam ter-lhe servido de peroração. Mas não, ele não terminou. Ele tem coisas a dizer sobre a atualidade, sobre “a autoridade suspeita” com que “se cobre a administração militar” que procede por vias obscuras; ele se espanta com o cuidado que tem Carnot de “afastar os canhoneiros, de desarmar os cidadãos”; depois ele volta às finanças, de que ele já falou logo no começo de seu discurso: pratica-se uma verdadeira “contra-revolução” que tem “por objetivo (*sic*) fomentar a agiotagem”, “favorizar os ricos credores”, “arruinar e desesperar os pobres”. Querem nomes próprios? Ei-los: os “administradores supremos de nossas finanças” chamam-se “Cambon, Mallarmé, Ramel”, “companheiros”, ontem, “sucessores” hoje, de Chabot, de Fabre d’Églantine, de Julien de Toulouse. Ele percebe (para nossa surpresa) a mesma intenção contra-revolucionária nos que, com respeito às subsistências, “nos precipitaram contra nossa vontade (?) em medidas violentas” (taxações, requisições, etc.) cujo resultado foi o de “reduzir a República a uma terrível pobreza (verdadeiramente?) que a teria esfaimado” sem a sorte extraordinária que tivemos de uma colheita abundante e prematura. E Maximilien começou de novo. Defensiva, ofensiva. “Denunciar um representante infiel” seria, parece, “conspirar contra a representação nacional”? O Estado está às voltas com um “enxame de patifes”, uma “coalizão” celerada — Robespierre não se contém mais: o que ele vai dizer em plena Assembleia não tem igual —, que tem “cúmplices no Comitê de Segurança Geral”; os “inimigos da República opuseram este Comitê ao Comitê de Salvação Pública e constituíram assim dois governos”. Após a explosão desta bomba, uma segunda manobra diabólica. Robespierre afirma agora que neste monstruoso “complô” que ele revela de repente se incluem, fazem parte, colaboram “membros do próprio

Comitê de Salvação Pública". Conclusão: que a Convenção o sabia; existe a necessidade absoluta e imediata de depurar não somente o Comitê de Segurança Geral mas o próprio Comitê de Salvação Pública.

Se o destino de Robespierre já não estivesse selado antes que ele tivesse tomado a palavra, poderia-se dizer que as últimas palavras que ele acabou de pronunciar foram o golpe de misericórdia que ele se deu com a própria mão. Um desafio ou um "testamento*", este discurso de 26 de julho? Eu não sei no que acreditar. Quando o montanhês Charlier grita-lhe: "Quando se tem a coragem de dizer a verdade, deve-se ter a de nomear os homens que se acusa", e que "várias vozes" apóiam Charlier: "Sim! Sim! Nomeie-os⁶⁶!" Robespierre se cala, como o fez em 12 de junho, e "ai, escreve Mathiez, ele se perdeu⁶⁷". Mas não. Se Maximilien tivesse nomeado Collot, Billaud, Carnot, ele sabia que Sieyès, Fouché e seu bando teriam suscitado, em resposta, um furor quase geral da Assembléia. E já Cambon, fora de si, cuspidando fogo, urrou: um homem, um único homem, sozinho, "paralisa a Convenção Nacional. Este homem é Robespierre!" E Maximilien desmorona. Ele balbucia, retira o que disse; mais lastimosamente ainda, pretende não tê-lo dito. Após ter reconhecido que as questões de finanças ele as conhece mal ("eu jamais me meti com esta parte"), ele ousa sustentar que absolutamente não criticou "as intenções de Cambon", quando ele lhe tinha explicitamente atribuído "como objetivo" o "fomento da agiotagem" (e o resto). Recuperando seu equilíbrio após alguns segundos de desatino, ele corrige seu "recuo⁶⁹" ao declarar que em todo caso os fatos estão lá e que o "decreto de Cambon (sobre as pensões) desola os cidadãos pobres". Respira-se ao vê-lo voltar a ser ele mesmo: "Eu não me retratarei de nada (...) Eu abandonei meu escudo". Barère, que tem a traição no sangue e que fez, como que automaticamente, votar em favor da impressão do discurso de Robespierre, constatando que reações se esboçam, que o grande ato libertador é iminente, executa uma meia-volta completa e manifesta seu estupor que "se" tenha "ousado" acusar até nossos Comitês, "os dois Comitês, velhos servidores da liberdade". De um instante a outro ele deixa de ser favorável ao envio do texto aos impressores e opina para que se espe-

* À noite, nos Jacobinos, Robespierre teria dito: "Este é meu testamento de morte", mas a nota da página 587 em R.O., X, precisa que nenhum documento seguro atesta a realidade histórica destas palavras.

re, a este respeito, a opinião do governo. “Como, exclama Robespierre, você quer fazer julgar minhas palavras por aqueles mesmos que eu condenei?” Ah, sim! E a consideração que tinha dado ao discurso de Robespierre, a pedido de Barère, a Assembléia vai retirá-la, a pedido do mesmo Barère, revogá-la, anulando a decisão que acabara de tomar muito rapidamente e sem refletir.

À noite, os jacobinos, em seu Clube, insistiram afetuosamente junto ao Incorruptível para que ele encarecidamente repetisse, em sua intenção, seu discurso da Convenção. Robespierre tem no entanto maltratado bastante, estes últimos tempos, os fiéis do Clube; ele entregou um de seus presidentes à polícia — Cloots — para enviá-lo quase que diretamente de sua poltrona ao cadafalso. E ele obrigou-os a expulsar Fouché, que não deixa de ter, lá, numerosos amigos. Mas no 8 thermidor, à noite, eles simulam ainda, com respeito a Maximilien, um devotamento apaixonado. Eles o escutam piedosamente reler em voz alta suas páginas e concedem-lhe seus aplausos. Collot d’Herbois quer se arriscar a algumas observações críticas? Coberto de vaias, ele deve deixar a tribuna. Billaud tenta substituí-lo. Eles são ambos lançados para fora.

Inútil recordar em detalhes o que foi a jornada do 9 Thermidor, cem vezes relatada. Saint-Just que sobe, em torno do meio-dia, à tribuna da Convenção para dar leitura ao relatório de que o encarregara o CSP a 23. Tallien que se precipita, empurra-o, corta-lhe a palavra “para uma questão de ordem” e que anuncia: “Eu venho pedir aqui que a cortina enfim seja inteiramente arrancada⁷⁰”. Desenrolase então um cenário cuidadosamente preparado e no qual os atores dividiram-se os papéis. Billaud substitui Tallien: “É chegado o momento de dizer a verdade!” Que verdade? Que se Robespierre afastou-se todas estas últimas semanas do CSP foi unicamente “porque ele já não podia mais impor-lhe sua vontade*”. Mas Billaud-Varenne, quanto a ele, não está disposto a se aviltar: “Eu prefiro que meu cadáver sirva de trono a um ambicioso do que tornar-me, por meu silêncio, o cúmplice de suas perversidades”. Robespierre tenta em vão fazer-se escutar. Saint-Just vai permanecer de pé perto da mesa, os braços cruzados, mudo, dando assim, sem querer, uma lição de

* Então como se pode pretender, ao mesmo tempo, que Robespierre seja o responsável pelo frenesi da guilhotina? Ilógico; contraditório. Não faz mal! O importante é acabar com ele.

dignidade a Maximilien que se agita em todos os sentidos e arrebenta a voz a exigir de Collot d'Herbois, depois Thuriot, que se sucedem na presidência, que lhe dêem a palavra. Responde-lhe um silêncio de desprezo. Mas por que afinal repetir aqui o que já se leu por toda parte? Seria pena, entretanto, não destacar, nos propósitos históricos de Tallien, esta acusação, um tanto surpreendente, sobre os fanáticos de Maximilien, personagens "crapulosos e cheios de vícios". Depois, dois obscuros deputados da Montanha, Louchet e Loiseau, lançam juntos sobre Robespierre a rede do reciário: a Assembléia, num só movimento, decreta "a inculpação" de Maximilien. Duas precisões a não omitir: Robespierre vai decepcionar, consternar seus amigos do Hôtel de Ville que, para salvá-lo — e à República com ele — proibiram todos os diretores de prisão de obedecer à Assembléia e de encarcerar os 5 inculpados: Robespierre, Saint-Just, Couthon e, a seu pedido (mas como, então!), Augustin e Lebas. Robespierre está portanto livre; mas durante horas ele vai se recusar a juntar-se à Comuna insurgida em seu favor. Será preciso que o obriguem, que o arrastem quase à força, tarde da noite. Em seu penetrante mas excessivamente curto ensaio de 1984, *Robespierre, Últimos Tempos*, J.-P. Domecq sublinha um fato incontestável: "Robespierre não fez nada para que a insurreição tivesse êxito⁷¹". O senhor de Lévis-Mirepoix descreve Maximilien, no 9 Thermidor, à noite, "tomado por uma espécie de hebetude⁷²". Eu não creio nisso. Robespierre está, antes de mais nada, resolvido a impedir, na medida de suas forças, um estraçalhamento do Estado e uma dispersão, violenta, da representação nacional. Segunda colocação indispensável ao conhecimento da "verdade verdadeira" sobre o 9 Thermidor: o célebre documento com tanta freqüência reproduzido (e particularmente na grande obra de Furet e Richet, 1965, sobre a *Revolução*, p. 365), este folheto em que Robespierre traçou as duas primeiras letras de seu nome* (ele se detém em seguida, ele não acaba sua assinatura), era um apelo à seção dos "Piques", sua própria seção, em Paris: "O povo, por todo lado, mostra-se digno de seu caráter" (e em frente então! De pé, cidadãos! Concentração no Hôtel de Ville...); se Robespierre suspende sua pena, não é somente porque ele não quer um avanço popular contra a Convenção, é porque pedem-lhe que minta. Não é verdade que "o povo" se levanta "por todo lado" para resistir aos "malfeitores" que ele viu "triunfar" na Convenção. A Co-

* E não as três primeiras, como o disse Michelet, por engano (II, 980).

muna convocou a Guarda Nacional e ordenou que se toquem os sinos em todas as igrejas; mas, na Cité, a seção não concordou: ela proibiu que se desse o impulso ao bordão de Notre-Dame. Sobre as 48 seções de Paris, quantas responderam ao apelo da Comuna? Nenhum documento o indica; os dados variam segundo as tendências dos historiadores (ou pretensamente tais); Hamel, o mais “robepierrista” de todos, chega até a enumerar “27” adesões, o que é provavelmente excessivo*. E os jacobinos, os bons jacobinos que, na véspera à noite, entre si, garantiram um tão belo sucesso ao Incorruptível, fazem-se de mortos, ou quase; eles enviam, prudentemente, observadores ao Hôtel de Ville, mas, *in corpore***, eles evitam com cuidado comprometer-se. Os cerca de 2.000 ou 3.000 proletários de boa vontade que se reuniram na Praça de Grève, não receberam instruções da Comuna; nenhum discurso lhes é dirigido; nenhuma micha lhes é distribuída, nem mesmo copos de vinho. Desamparada, um pouco perdida, esta pobre gente, aos punhados, após meia-noite voltou para suas casas, seus abrigos. A Convenção percebe muito rapidamente que ela não tem nada a temer. Ela teve um reflexo de gênio (quem a inspirou?): colocou “fora da lei” quem desobedece às ordens; o que significa que se tem o direito, que é recomendado, prescrito, de atirar sobre estes indisciplinados, entre os quais, e em primeiro plano, é claro, os 5 inculcados que não se acham nas prisões para onde a lei os enviou. Quando o pequeno grupo de ação reunido no Hôtel de Ville em torno de Lescot-Fleuriot, de Payan e de Hanriot, deu a conhecer a decisão oficial no Conselho Geral — eu quero dizer ao pequeno número de membros do dito Conselho que tinham respondido à convocação —, de imediato instaurou-se entre eles o terror, o pânico, a debandada.

Barras, a quem a Convenção — Hanriot destituído — entregou novamente o comando de todas as forças armadas de Paris, vai poder, sem muita emoção nem pressa, simular a preparação de um ataque ao Hôtel de Ville. Mas, finalmente, não foi ele, e sim Léonard Bourdon que, à frente de um pelotão de gendarmes, quando não havia mais ninguém na Praça de Grève, penetrou heroicamente nos locais da Comuna e designou Robespierre a um estagiário bastante jovem chamado Merda, que tem o dedo no gatilho de seu revólver. Eu

* Cf., a este respeito, a tese de Soboul, *Os Sans-Culottes Parisienses do Ano II*, p. 996-1029, e, nos Arquivos Nacionais, série AF II 47, os folhetos 364 a 367.

** Assim no original. (N.T.)

confesso compreender muito mal a incerteza de Mathiez que não se pronuncia sobre a origem do tiro que vai quebrar então o maxilar de Robespierre. Crime ou suicídio^{*73}? Nenhuma hesitação é permitida; o relatório dos cirurgiões que, cerca de seis horas da manhã do 10 thermidor (28 de julho), são enviados para tratar sumariamente de Robespierre — que foi abandonado há muito tempo, sozinho, sobre uma mesa, na antecâmara do CSP (onde alguns ignóbeis insultaram-no a seu bel-prazer; ele os ouve mas é incapaz de articular o que quer que seja com seu maxilar quebrado) — este relatório não permite a menor dúvida; ele descreve a trajetória de uma bala “atirada de cima para baixo e que, através da face esquerda, atingiu e quebrou o maxilar inferior esquerdo”. Estranha técnica, é preciso convir, para se suicidar. É provável que, orientado por Léonard Bourdon, o pequeno gendarme Merda tenha visado a cabeça ou a testa de Robespierre, o qual, levantando sem dúvida o braço para se proteger, fez desviar o golpe mais para baixo de seu rosto. Não negligenciável este breve relatório dos dois médicos; eles “retiram” ao ferido “dois ou três dentes” e envolvem sua cabeça com uma toalha para manter o maxilar no lugar; este pano é mantido através de um nó sobre os cabelos do paciente. Aparato um pouco ridículo que dava, dirão, ao tirano, o divertido aspecto de uma “freira”. Mas a frase que se segue, deste documento, de certo modo oficial e desprovido de toda complacência, merece nossa atenção: “Com exceção de alguns movimentos convulsivos, observou-se constantemente nele (Robespierre) uma grande impassibilidade, mesmo nos instantes do curativo de seu ferimento que deve ter-lhe provocado dores muito agudas. Sua tez, habitualmente biliosa, tinha a lividez da morte⁷⁴.”

Para a execução de Maximilien e de seus cúmplices, a 10 thermidor, decide-se devolver à guilhotina toda a sua glória; ela é trazida então de seu humilhante exílio nos limites da cidade para ser erguida, novamente, na Praça da Revolução. Por todo o percurso previsto para o cortejo que conduzirá ao cadafalso, no primeiro dia, Robespierre e 21 de seus seguidores, as janelas tinham sido alugadas a preço de ouro. “Figuras desconhecidas que há muito tempo se escondiam tinham saído ao sol. Um mundo de ricos, de moças, se exibia

* Marc Bouloiseau, em seu *Robespierre* de 1955 (p. 130), adota o tom pacífico da certeza: “Então Robespierre fere-se gravemente com um tiro de revólver no maxilar”. Em seu *Saint-Just* de 1984, B. Vinot escreve, bastante inconsideradamente, que não é possível precisar se o tiro de revólver foi dado pelo próprio Robespierre ou pelo gendarme Merda” (p. 323).

nestes balcões”: uma grande exposição de mulheres “seminuas, sob pretexto de julho, inclinadas a meio-corpo sobre a rua, com os homens atrás”. (E Michelet não tem necessidade de insistir para que seja bem entendido.) “Elas gritavam: À morte! À guilhotina!” E “viu-se reaparecerem, naquele dia, acintosamente, as suntuosas toaletes⁶⁵”. Como o escreverá um Carnot radiante em sua circular do dia 10: “A opressão desapareceu. Todos os corações se abrem aos mais doces abandonos”. “Ninguém se reprimia mais”, nota Michelet, acrescentando esta forte prova: “De Sade saiu da prisão em 10 thermidor⁷⁶”. Conhece-se o título do apelo que dirige, no ano seguinte, este escravagista, a seus compatriotas, para pedir-lhes: “Mais um esforcinho*”; o que em geral se ignora, é que o “esforço” suplementar, reclamado por Sade, concernia a liberação dos machos: uma legislação razoável devia, no seu entender, proibir a toda mulher bem-feita de recusar-se a qualquer cidadão distinto que desejasse tê-la um momento a sua disposição**. É possível que Michelet se confunda ao contar que, na noite de 10, “bacantes” lançaram-se a “Saint-Pélagie onde estava a mãe Duplay” e que após terem “estrangulado a velha mulher” elas a “penduraram no trilho de suas cortinas” (um “trilho de cortina” realmente grosso para poder sustentar um corpo). A “mãe Duplay” não era uma “velha mulher”; ela acabara de fazer cinquenta anos; eu preferia que a nomeassem “Madame Duplay***”. Ela não precisara de ninguém para se enforcar sozinha, em seu quartinho, amarrando uma fita preta com que atava seus cabelos a uma das barras de sua lucarna.

Em três dias, os 10, 11 e 12 thermidor, 108 execuções. A grande limpeza; a liquidação completa dos “robepierristas”. É a odiosa “virtude” retirada da vida pública ao mesmo tempo que as beatices.

* Sade se proclamava “ateu até o fanatismo”; cf. sua carta de fins de novembro de 1793 em *Cartas Escolhidas*, 1963, p. 207.

** Lévis-Mirepoix reproduziu, em seu *Robespierre* de 1978, alguns parágrafos do jornal que tivera, em 1793, um burguês parisiense chamado Guittard. A 11 thermidor ele comentava, em três linhas, a execução de Robespierre, o qual “era a alma da conjuração com um outro celerado, Couthon, que o secundava. Diz-se que ele queria se fazer reconhecer rei em Lyon (...) e desposar a filha de Capeto.” Na linha seguinte, esta afirmação que se desejaria contestável: “Todas as seções de Paris estiveram em massa na Convenção para felicitá-la por ter descoberto o complô” (*op. cit.*, 322).

*** Saint-Paulien, em seu relato-planfeto de 1985, fala do mesmo modo e dá a sua frase uma coloração de “justiça é feita”, porque a vítima torna-se sob sua pena (p. 308) “a feroz esposa de Duplay”.

Lavisse, em seu pequeno manual da *História da França* para uso das escolas primárias (eu acabo de verificar o fato em sua edição de 1925), fazia grande questão, ao que parece, de que ficasse bem-definido na cabeça dos pequenos franceses que a desapareição de Robespierre marcou “o fim do Terror”; mas ele teve a lealdade de acrescentar duas palavras de explicação. O Terror parou, efetivamente; mas por quê? Porque, Robespierre e os seus desaparecidos, ele não tem mais razão de ser. Ele só existia para aniquilar Robespierre junto à opinião pública e fazê-lo odiado tanto dos pobres quanto dos ricos. Afastando, a partir de então, a máquina de decapitar, os responsáveis dão a prova, a prova evidente, irresistível, de que se a guilhotina cumpria seu hediondo trabalho, era pela simples e única vontade do “tirano”. Além disso, os arrivistas apareceram. Enriquecidos pela venda — a maior parte do tempo escandalosamente conduzida — dos bens nacionais, pela agiotagem, por suas múltiplas especulações e pelos abastecimentos militares sobretudo, os vencedores da Revolução (estilo Cambon, estilo Tallien, estilo Barras) sentem-se bastante fortes e bastante numerosos para que suas bases estejam a partir de então sólidas.

O 9 Thermidor é o triunfo das “pessoas de bem”. Desde já, ai!, apesar das advertências e dos esforços de Robespierre, no lugar da feudalidade aristocrática instalou-se uma aristocracia burguesa e financeira. Nos campos, uma nova geração de arrendatários capitalistas continua a explorar os operários agrícolas. A política financeira de Cambon conduziu a um inflação que só poderia ser — dificilmente — contida pelo “máximo” e o emprego do Terror econômico. Após Thermidor, o máximo será suprimido e, numa “atmosfera de decadência e de corrupção⁷⁷”, os dirigentes do jogo levam a França a uma livre e total “economia de mercado⁷⁸”. De onde a tragédia de prairial. O 9 Thermidor, entretanto, é considerado pelos grandes oportunistas como uma vitória imperfeita que virá felizmente completar, cinco anos mais tarde, o 18 Brumário.

5

**Robespierre
e o “Ser Supremo”**

“Deus poderoso, esta causa é a tua.”

Robespierre, 7 de junho de 1792.

Michelet considerava, nós o indicamos na primeira página deste livro, a questão religiosa como a “questão capital” da Revolução¹. Era a opinião, eu penso, de um bom número de amigos das reformas; em todo caso, e sem nenhuma dúvida, mas numa orientação inversa, a opinião de Robespierre.

Pode-se imaginar bastante bem, hoje, o que era a atmosfera intelectual na França nesta segunda metade do século XVIII em que cresceu Maximilien Robespierre, nascido a 6 de maio de 1758. A descrença faz enormes progressos, e Saint-Just (como Robespierre) insistirá sobre a irreligiosidade aberta, proclamada, ostentatória mesmo das altas classes. Em 15 de abril de 1794, na Convenção, Saint-Just não exagerará absolutamente ao lembrar que sob o Antigo Regime, antes de 1789, “a aristocracia” — isto é, os mundanos, mais discretos na Corte, mas, entre si, cínicos — “esmagavam a religião, objeto de suas gozações”. A grande burguesia sabe agora que o “espírito forte” é a primeira marca da distinção e que só se é moderno, e se está na moda, na medida da ironia com a qual se acolhe as frivolidades cristãs. Os administradores de Genebra, todos plenos da aparente consideração exigida nesta cidade pela “venerável classe” dos pastores, sentem-se orgulhosos da amizade (provisória) que lhes concede Voltaire; eles não ignoram nada da guerra que ele dirige — mais ou menos dissimulada — contra toda crença, e o banqueiro du Pan nota com alegria as “belas gargalhadas” que oferecem às “nossas senhoras” as charmosas pilhérias de la Pucelle. “O mundo se desemburra furiosamente”, constata um Voltaire radiante. O fato é que, segundo uma testemunha da época, se, em qualquer grande casa de Paris (o costume sendo sempre o de chamar o padre junto ao moribundo), o eclesiástico de serviço desejasse um crucifixo para suas gesticulações tradicionais, encontrar esse objeto era um proble-

ma; terminava-se quase sempre por encontrar o utensílio sob o forro, no esconso de um ou outro criado. As idéias da Enciclopédia progridem vigorosamente. Este “imenso vulcão²”, aplaudido por Michelet com paixão, tem por objetivo primeiro a destruição radical das credulidades religiosas. Jaurès não se enganou aí; com sua perfeita lucidez habitual, ele precisa que a Enciclopédia desenvolvia “uma filosofia (...) que é a negação mesmo do cristianismo”, e a intenção de Diderot, em particular, é “de acabar, inteiramente (...) com a religião cristã³”. Do lado da Igreja, nas altas esferas, o escândalo é permanente. A questão do “colar” não fez mais do que confirmar a opinião dos prevenidos sobre a fé, última preocupação do cardeal de Rohan. Talleyrand, a quem antes de mais nada interessa o dinheiro — e ele disso não faz mistério —, é chamado, regularmente, de “o bispo” no salão da Madame de Staël (do qual ele é um dos familiares)*; porque ele é bispo, de fato, Bispo de Autun. Tornar-se-á, na Constituinte, um dos tenores da boa causa, este abade Maury — a quem o papa fará um arcebispo, depois um cardeal —, que chama seus revólveres de “minhas bolas” e se vangloria de só mentir “no púlpito”. Nada de excepcional neste velho cardeal de Clermont-Tonnerre, arcebispo de “Toulouse, sobrevivente da Revolução — ele tinha emigrado a tempo —, o qual, Chateaubriand se divertirá a nos dizer, só acreditava em Deus “assim”. Em troca, os curas do campo, quase que no seu conjunto, são moralmente de uma outra raça.

Robespierre, na flor da idade, que pensava ele em matéria de religião? A 21 de novembro de 1793, nos Jacobinos, quando ele vai dar a conhecer sua oposição decidida à descristianização violenta, a fim de que tudo seja claro e que não o imaginem devotado “ao despotismo sacerdotal”, ele toma o cuidado de assinalar, para seus ouvintes, que pessoalmente ele se mostrou, “desde o colégio, um muito mau católico⁴”. O abade Proyard, que tinha sido “subdiretor” em Louis-le-Grand, no tempo em que Robespierre aí fazia seus estudos, sustentará que ele mesmo pôde assistir à triste evolução deste aluno, de início não carecendo de fervor (“tem-se na lembrança o tempo em que suas comunhões eram bastante frequentes”), depois cada vez mais sem energia e cumprindo “seus deveres” piedosos com uma passividade de “autômato”. O que foi decisivo

* Germaine gosta particularmente deste apelido, porque ela fez uma (breve) experiência, como amante, deste príncipe da Igreja.

na vida interior de Robespierre concerne J.-J. Rousseau e a admiração que vota o jovem Maximilien ao “filósofo”, que ele desejava ardentemente encontrar. E ele teve a felicidade de avistá-lo rapidamente, em Ermenonville, na primavera do mesmo ano (1778) em que aquele desapareceu. Robespierre iria fazer, então, ou acabara de fazer, seus vinte anos. Ele não esquecerá jamais o rosto do velho homem onde se lia “a marca dos negros desgostos” que ele devia à ingratidão, à “injustiça” dos homens. Maximilien faz o voto de permanecer “constantemente fiel” ao que lhe ensina o “cidadão de Genebra”. “Tu me ensinaste a me conhecer”, diz ele a seus manes*; e ele resume em duas curtas frases — que valem ser meditadas — o essencial do que ele deve a Rousseau. De uma parte, Jean-Jacques fez-lhe compreender “a dignidade da (nossa) natureza”, e, de outra parte, ele soube chamar sua atenção sobre “os grandes princípios da ordem social”. Para entrar verdadeiramente no pensamento religioso de Robespierre, convém ter presente no espírito esta “profissão de fé de um vigário saboiano” a qual ele adere sem alarde mas inteiramente. Conhece-se os contrastes. Toda uma primeira parte é feita de objeções despidas, aliás, de agressividade; mesmo quando ele diz não compreender bem que uma “revelação” feita por Deus à humanidade só tenha podido beneficiar uma parcela da comunidade terrestre e numa época em que as comunicações longínquas eram inexistentes; o que era condenar fatalmente à ignorância desta verdade revelada os nove décimos, ao menos, dos seres humanos; mesmo quando ele se interroga sobre os milagres que o perturbam e o incomodam; ou quando ele observa, a propósito da “autoridade” eclesiástica: “A Igreja decide que a Igreja tem o direito de decidir. Isto sim é uma autoridade bem estabelecida!”; mesmo quando ele deseja que “o cerimonial da religião” não seja de modo algum “confundido com a própria religião”. Ninguém poderia fazer de Rousseau um católico. Mas, por duas vezes**, e em voz alta, Jean-Jacques se declara cristão. O vigário saboiano está preocupado em “cumprir o (seu) destino na terra”, e ele descobre uma semelhança que o emociona entre os

* Foi a irmã de Maximilien, Charlotte, que revelou a “dedicatória (de Robespierre) aos manes de J.-J. Rousseau”. Texto difícil de datar, mas cujo conteúdo, pelo menos, estabelece que ele é de um época em que Robespierre considera ter “colocado sua pedra” no “pórtico” edificado sobre os “escombros do velho edifício”. É assim permitido pensar-se no fim da primeira Assembleia Nacional, outono de 1791. Mesmo assim, não passa de conjectura.

** Em sua resposta ao arcebispo de Paris e em suas *Cartas Escritas da Montanha*.

impulsos instintivos de sua alma e a "santidade" deste Evangelho que, diz ele, "fala a seu coração". O Evangelho parece-lhe ser "um livro santo", e os "livros dos filósofos, em toda sua pompa, como são pequenos perto daquele"! Entre Sócrates e Jesus, um abismo: "Que preconceito e que cegueira não é preciso ter para ousar comparar o filho de Sofrônisco ao filho de Maria!" Um movimento profundo e nobre leva-o a unir-se, com toda sua inteligência e toda sua boa vontade, ao "Ser dos Seres" ("Eu sou porque tu és"), o "único ser absoluto", o "Ser Imenso, o Ser Supremo". "Fonte de justiça e de verdade (...), em minha confiança em ti, o voto supremo de meu coração é que tua vontade seja feita." Combater todo "ato de violência e de injustiça", proteger os humildes e "tomar a defesa do oprimido" são os "primeiros deveres" do homem "e são estes os únicos verdadeiramente essenciais"; "o verdadeiro cristão é o homem justo". Jean-Jacques é severo com a "orgulhosa filosofia" que "conduz ao espírito forte como a devoção cega leva ao fanatismo". Ele mostra-se irreconciliável frente aos que, afetando serem "só eles esclarecidos", pretendem "nos submeter imperiosamente" o seu sistema negativo que retira "dos aflitos o último consolo de sua miséria, dos poderosos e os ricos o único freio de suas paixões". Em sua homenagem ao "Cidadão de Genebra", Robespierre agradece-lhe por suas "admiráveis" *Confissões*; foi lá que ele pôde ler a condenação que fez Jean-Jacques dos "incrédulos intolerantes que desejavam forçar o povo a não acreditar em nada". Não lhes falta mais nada, acrescentava ele, com muita clarividência, do que serem os "senhores", para tornarem-se, por sua vez, "perseguidores", a exemplo dos "fanáticos". Não negligenciemos também este parágrafo do *Contrato Social* (livro IV, cap. VIII) que Maximilien conhecia com certeza, e talvez mesmo de cor: "A existência da divindade poderosa, inteligente, benéfica, providente, e providente, a vida futura, a felicidade dos justos, o castigo dos maus, a santidade do contrato social e das leis, eis os dogmas positivos".

Nós não temos de modo algum, me parece, questões a nos colocar sobre as disposições filosóficas de Robespierre durante seus anos em Arras que o conduziram, aos trinta e um anos, aos Estados-Gerais. Ele é bem-visto pelas autoridades eclesiásticas, que lhe dão mesmo, em 1782, um lugar no "prebostado" da diocese. Será ele no entanto um católico praticante? A pequena burguesia intelectual a que ele pertence quando não é deliberadamente descrente, e mesmo com um gosto pela provocação, mantém-se afastada dos devotos. O caso

Deteuf, em que um religioso da abadia de Anchim (Dom Brognart), culpado de roubo, tinha vergonhosamente acusado um cordoeiro inocente para fazê-lo punir em seu lugar — um caso em que a abadia demorou muito, pelo bem, sem dúvida, da comunidade*, para demascarar o dito culpado —, valeu a Robespierre, que defendia o cordoeiro, pesados rancores eclesiásticos. Mas, ao mesmo tempo, Robespierre compunha um elogio de Gresset em que a fé religiosa deste poeta menor, morto em 1777, e do qual Amiens se orgulhava, era evocada com uma evidente simpatia. Estas convicções, escrevia Robespierre, que atraíram para Gresset “os sarcasmos de um grande número de intelectuais”, ele não teme felicitá-lo por elas, sabendo que se expõe assim ao “ridículo” da ingenuidade e do obscurantismo junto a uma “multidão de espíritos cultivados⁶”. E se ele não podia ser considerado, quando das eleições aos Estados-Gerais, como um dos partidários convictos da Igreja tal qual, imutável e intocável, ele no entanto assinala publicamente, em seu “apelo” de fevereiro de 1789 “à nação artesiana”, o respeito que tem e a importância que vê nos curas do campo, “classe” preciosa, dizia ele, “pelos laços que a uniam às necessidades e aos interesses do povo”. No último processo que defenderá em Arras, no início de 1789 — a questão Dupond —, Maximilien pronunciará palavras que o engajam mais do que percebem os que o escutam e onde se reflete distintamente o pensamento de Rousseau: “Já é tempo desta idéia de Deus, empregada tanto tempo pela adulação para garantir aos chefes dos impérios um poderio ilimitado e monstruoso, sirva enfim para evocar os direitos imprescritíveis dos homens; já é tempo de reconhecer que a mesma autoridade divina que ordena aos reis serem justos proíbe os povos de serem escravos⁷”.

Os curas do campo aos quais Robespierre, candidato aos Estados-Gerais, dá atenção e estima, o bispo de La Rochelle, Charles de Coucy, que se tinha prontamente refugiado na Espanha, os designará, em 1797, como os principais responsáveis pela Revolução que foi, dirá ele, “iniciada pelos maus padres⁸”. Nestes termos o prelado

* Talvez Robespierre se lembrasse do que tinha podido conhecer, junto aos monges, da vida no convento, quando ele falou na Convenção, em 5 de fevereiro de 1794, das disposições interiores que ele desejaria ver nos habitantes de seu Estado ideal, os quais não conheceriam “nem a austeridade nem a corrupção dos claustros” (R.O., X, 354).

não pretendia absolutamente maldizer nem os hipócritas estilo Meslier — a quem Cloots deseja fazer erguer uma estátua — nem os infelizes que o Terror levará, no final de 1793 e começo de 1794, a se secularizar às dezenas para salvar sua vida, mas precisamente estes vigários de paróquias rurais, que, em muitos casos, redigiram os cadernos de queixas dos camponeses. Em sua *Revolução Francesa* de 1929, a quem a direita francesa assegura um grande sucesso de livraria, Gaxotte não deixa de acertar suas contas com estes eclesiásticos “descontentes ou amargurados⁹” que fizeram tanto mal à boa causa, a causa da ordem e da resignação ancestral. Mathiez insistirá legitimamente nisto: “Foram padres”, observará ele, que, “na maior parte do tempo, dirigiram (na província) o movimento revolucionário e que o propagaram entre as massas¹⁰”. Mas é importante saber que os deputados do Terceiro Estado, que praticamente decidirão tudo na Assembléia depois de 20 de junho de 1789 e formarão, na Constituinte, uma maioria permanente e decisiva, são, no seu conjunto, “esclarecidos”, ou seja, pessoas para quem o cristianismo concerne a “superstição”. O grande Mirabeau que sabe se fazer temer pelo rei o suficiente para obter, chegado o momento, um preço elevado — um preço bastante elevado — por sua traição clandestina*, Mirabeau que se declarava “irreligioso com prazer**” — pelas mesmas razões que Sade —, tinha definido um programa considerado por ele como fundamental: “Os senhores não chegarão a nada se não descristianizarem a Revolução¹¹”; o que se deve traduzir, eu supponho, como se segue: a Revolução não teria sentido se ela não chegasse a descristianizar a França. Condorcet ainda não tem, em 1789, a audiência política que ele encontrará sob a Legislativa e na Convenção quando ele será, com Rabaut Saint-Étienne, co-diretor desta *Crônica de Paris* na qual Robespierre é tão mal-visto; mas brilhando

* Mirabeau obterá, de um lado, que a Corte pague as dívidas que ele contraiu (praticamente um milhão de libras) e, de outro lado, que lhe seja assegurada uma pensão mensal de 6.000 libras: com 6.000 libras por ano, vivia-se, então, folgadoamente.

** Em seu romance de 1788, reeditado em 1791, *O Libertino de Qualidade*, Mirabeau pôs em cena um religioso particularmente incômodo, o Padre Ambroise, que, entre “pessoas de bem”, diverte-se muito, ele próprio, com suas “macaquices” profissionais e conta como a Igreja, graças a sua hipocrisia, dominou por tanto tempo o mundo. Mirabeau fez questão de revelar “a monstruosidade daquela gente”, mas seu reino acabou; “a filosofia apareceu” com sua “luz viva e fatal que dissipou os vapores do fanatismo e quebrou os guizos da superstição” (ed. 1927, II, 55-62).

de sua glória “enciclopédica”, Michelet “associa-à majestade¹²” de Voltaire cuja memória ele conserva e que ele mostrou opondo-se com toda sua inteligência às ações de Rousseau em favor do cristianismo: o deplorável genebrês não visava nada menos do que “reerguer este monumento das trevas”.

O confisco pelo Estado dos bens da Igreja, feliz solução para os afortunados do problema causado pela situação das finanças reais, é um sinal bastante claro dos sentimentos sem benevolência que dominam na Assembléia com respeito ao clero. Robespierre não manifesta nenhuma oposição. A medida será tomada em 2 de novembro de 1789 e, no mesmo mês, numa carta “ao redator dos *Anúncios de Artois*”, Maximilien se afirmará “convencido desta verdade”, que “não é bom” para ninguém, e nem “para a religião”, que o clero seja proprietário dos bens imensos de cuja posse sabidamente dispõe¹³. Ele também não verá obstáculo à supressão dos votos monásticos decidida pela Constituinte a 17 de fevereiro de 1790. Depois a Assembléia estudará a Constituição civil do clero, que ela votará em 12 de julho de 1790 e que pareceu indispensável: a Igreja da França sendo despojada de seus tesouros, a vida material de seus ministros devia ser assegurada pela nação. Quando Dom Gerle, a 13 de abril, apresentou sua moção ousada em favor do culto católico que ele queria fosse “o único autorizado” no reino, Robespierre pediu a palavra, ao que tudo indica para combater esta pretensão; mas ele não pôde se exprimir, nós nos lembramos: segundo o *Jornal dos Debates*, “O Senhor de Robespierre estava a ponto de falar quando pediram para que se passasse aos votos¹⁴”. Ele não vê nenhum inconveniente no fato de que “oficiais eclesiásticos” — isto é, os bispos — sejam eleitos pelo conjunto dos cidadãos (cidadãos “ativos”, está entendido); ele não levanta objeção a que protestantes, ou judeus, ou descrentes ou mesmo ateus que não escondam sua condição, tomem parte, como “cidadãos ativos”, na nomeação dos bispos, enquanto outros católicos, por infelicidade sem dinheiro, e portanto “passivos”, serão excluídos desta escolha. Robespierre apóia-se, a este respeito, numa fórmula sumária com a qual nos espantamos — mas é um fato — que ele se satisfaça: os responsáveis do clero “sendo instituídos pela felicidade dos homens e o bem do povo, por consequência o povo deve nomeá-los” (31 de maio de 1790)¹⁵. O abade Jacquemart tendo sugerido que a escolha dos bispos seja entregue, conjuntamente, ao corpo administrativo dos departamentos e ao

conjunto dos padres das dioceses, Robespierre (a 9 de junho)* desaprova esta idéia que, segundo ele, resultaria “na reconstituição do clero em corpo político isolado e particular dentro do Estado”; ou seja, voltaria a ser uma “corporação privilegiada¹⁶”; ele não quer ouvir falar de arcebispos, título interno à Igreja e que “não representa mais do que a vã supremacia”; “só se deve admitir na França os bispos e os curas”; quanto aos cardeais, eles não podem ter existência legal; a “dignidade” de que eles se prevalecem lhes é “conferida por um padre estrangeiro (o papa)”, o que “lhe fornece por assim dizer súditos fora dos territórios submetidos ao seu domínio” (31 de maio de 1790)¹⁷. E, contra Cazalès (o orador, com Maury, mais brilhante do “lado direito”), que reclama 150.000 francos de vencimentos para o “arcebispo de Paris”, Robespierre sustenta, secamente, a 16 de junho, que na sua opinião “nenhum” bispo pode receber mais de 10.000 libras de proventos¹⁸; em troca, ele chama a atenção da Assembleia sobre a “quantidade de eclesiásticos que envelheceram nos trabalhos de um ministério ativo e só recolheram enfermidades e misérias” (22 de junho de 1790)¹⁹; e vai-se ouvi-lo protestar, a 16 de setembro, contra um projeto financeiro que ele considera mal-intencionado, que queria definir como “mendigos” certos religiosos que, apesar dos estatutos primitivos de sua ordem, não pertenciam mais a esta categoria quando a lei suprimiu sua congregação^{20**}. Não é inútil observar que, a 31 de maio de 1790, Robespierre pronunciou-se a favor da devolução aos padres “do direito que eles tiveram, nos primeiros séculos da Igreja, de viver sob os laços do casamento”, isto é, que fosse permitido a quem quisesse entrar no meio eclesiástico de optar entre o celibato e a fundação de um lar. Mas — e nós o vimos em nossa segunda parte — apenas Robespierre tinha indicado seu sentimento a este respeito “murmúrios” ressoam à direita, e tão fortes, que “impedem o orador” de continuar^{21***}. Entretanto, a 14 de setem-

* Neste 9 de junho o Abade Grégoire, que é, em política, um incontestável reformador (ele será um dos primeiros a optar pela República), sublinha na tribuna o absurdo da participação dos não-católicos na eleição dos bispos. Robespierre, que mais tarde, em perigo (7 de novembro de 1793 sobretudo), defenderá Grégoire, não leva em conta, em 1790, sua observação, entretanto tão razoável.

** *O Amigo do Rei* comentará assim sua intervenção: “Certamente Robespierre não pode ser suspeito de parcialidade em favor dos religiosos. Seria preciso uma injustiça muito revoltante para incitá-lo a reclamar”.

*** É verdade que Robespierre tinha avançado este argumento que tomou um tom de inconveniência: que um padre casado seria, em sua paróquia, mais tranquilizador “para os costumes”.

bro de 1790, Robespierre intervirá de um modo que não passará despercebido e que gerará, junto a algumas pessoas — estilo Condorcet — um mau humor suspeito que promete crescer. Bons espíritos, ligados como Mirabeau a tudo o que pode contrariar a influência dos padres, recomendavam à Assembléia proibir aos eclesiásticos o uso, fora dos “templos”, de qualquer atributo que fosse revelador de sua condição. Robespierre tinha rejeitado esta proposta. Ele julga ao mesmo tempo “injusto e inconseqüente” pretender “ver os padres como uma classe suspeita e, de certo modo, proscrita²²”.

O rei tinha dado sua sanção à Constituição Civil do clero, a 24 de agosto de 1790. O papa não se pronuncia, na intenção sobretudo de não envenenar as coisas entre o governo francês e seus interesses de príncipe temporal a respeito de Avignon, e do reatamento à França pedido por um forte movimento popular, naquele velho enclave pontifical. Mas era previsível que Roma não aceitasse ver-se ignorada para a designação dos bispos, e a 10 de março de 1791, Pio VI proíbe o clero francês de obedecer à nova* legislação. O clero se dividiu em dois grupos mais ou menos iguais**, um dócil ao papa, o outro à Constituinte. Mas a cisão era, no seu conjunto, menos religiosa que política; os padres que recusaram a Constituição Civil e o juramento de fidelidade que exigia o governo manifestaram assim, com muita freqüência, a hostilidade que eles alimentavam com respeito à própria Revolução. Ao que tudo indica o método adotado para estabelecer a Constituição Civil do clero resultava de um plano dos deputados majoritários na Assembléia Nacional: fazer com que eles possam, em nome da liberdade, tratar como inimigos o maior número possível de padres. A idéia seria tomar sua recusa ao juramento como a prova de uma inadmissível submissão a um soberano estrangeiro e, em conseqüência, de uma traição frente à na-

* É inegável que, para resolver uma questão tão séria como o novo estatuto do catolicismo na França, negligenciar todo exame prévio e encaminhado de comum acordo entre Paris e Roma tinha sido um comportamento incorreto e ofensivo. Nele se atestavam as disposições não somente anticatólicas mas profundamente anti-religiosas da Constituinte, na sua maioria. Roma não poderia admitir, sobretudo, as disposições que suprimiam, para os bispos, a investidura canônica (cf. a brilhante obra do americano Timothy Tackett, *A Revolução, a Igreja, a França e o Juramento de 1791*, cuja tradução foi publicada pelas edições do “Cerf”, em 1986).

**Segundo Tackett, os “juramentados” foram mais numerosos; cerca de 54 por cento dos curas, vigários e párocos em exercício.

ção. Robespierre, que se calou de início e que absolutamente não compartilhava, eu creio, da intenção secreta dos manobristas, chegará também a considerar os “não-juramentados”, os “refratários”, como “sediciosos”; saibamos que muitos dentre eles não se limitarão a seguir sua consciência ou a injunção do papa, mas atormentarão e perseguirão de mil maneiras os “juramentados”. Estes últimos, apesar de seu “patriotismo”, não são de modo algum apreciados pelos representantes saídos do mundo dos notáveis onde se julga desagradável a parcialidade de que dá mostras a maioria dos curas do campo em favor dos “cidadãos não-ativos”. Robespierre incomoda, certamente, inúmeros de seus colegas quando toma a palavra — o que é que ele tem com isto? —, a 17 de março de 1791, para apoiar a decisão de uma delegação de Issy-l'Évêque (perto de Autun) reclamando a liberação do abade Curion, cura e prefeito desta paróquia, aprisionado há sete meses por ter, de sua própria iniciativa, taxado os grãos em sua comuna. Onde se vai parar se particulares, e sobretudo eclesiásticos, ousam se permitir medidas atentatórias ao liberalismo econômico, dogma das “pessoas de bem”? Lastimável, e mais gravemente ainda, a posição que adota Robespierre, dois dias mais tarde, a 19 de março de 1791, quando, a propósito de problemas frumentais que acabam de se manifestar em Douai, ele se pronuncia contra um projeto de perseguições visando especialmente os eclesiásticos culpados, segundo se afirma, de terem incitado o povo à desordem. Perseguições contra os agitadores e seus dirigentes? Pode-se discutir; mas “não há razão”, diz ele, para se distinguir a este respeito os eclesiásticos e os outros cidadãos”, e ele faz apelo à “própria opinião dos membros mais zelosos da liberdade”, os quais, ele está persuadido, o “apoiariam se não se tratasse de questões eclesiásticas²³”. Alguns, que daí para a frente o manterão sob vigilância, não esquecerão esta observação inadequada; e ouvir-se-á mesmo, lançada pela esquerda, esta frase impaciente e acerba que Michelet destaca, com razão, tanto ele a julga premonitória: “Vá para o lado direito²⁴!” Foi nos últimos dias do mês de março de 1791 que Robespierre mandou imprimir, contra a exigência do marco de prata para a elegibilidade na próxima Assembléia legislativa, um texto do qual cada filial, na província, do Clube dos Jacobinos receberá um exemplar; nele se poderá ler um testemunho de reconhecimento endereçado pelo deputado de Arras à Providência, “a eterna Providência” que, graças às “circunstâncias quase miraculosas em que ela se decidiu reunir”, escolheu a nós, os franceses, e

“únicos desde a origem do mundo, para restabelecer sobre a terra o império da Justiça e da Liberdade²⁵”. Considerações pouco feitas para receber a aprovação dos que, nos próximos dias, vão honrar a memória de Mirabeau ao privar a “superstição” de uma nova igreja, edificada sobre a colina de Sainte-Genève e que, confiscada pelo Estado, tornar-se-á um templo laico onde serão colocados os corpos dos grandes homens. A 10 de maio, a Constituinte decidirá que “as cinzas” de Voltaire encontrarão, no Pantheon da França, os restos de Mirabeau*. Diversos contratempos não permitirão que a homenagem oficial a Voltaire se cumpra antes de 11 de julho de 1791.

A 9 de maio, esforçando-se para fazer admitir pela Assembléia o direito, para os “passivos”, de apresentar petições, que necessidade tem Robespierre de recorrer a um argumento ridículo e carola: “Deus também tolera as preces²⁶”? O que vai permitir ao *Amigo do Rei* (onde se é, por certo, conservador em política, mas sem cair na beatice) o comentário, aprovado pela clã em frente: Robespierre terminou sua arenga “por um acesso de devoção e uma espécie de prédica** patriótica²⁷”. A 10 de maio, Maximilien intervém em favor de uma comunidade religiosa, as “irmãs de Sainte-Claire”, de Auxonne, que, depois de oito meses, não receberam a menor parte da pensão que lhes tinha sido locada em 21 de setembro de 1790; e o *Jornal Geral da França* de 12 de maio assinala que Robespierre “levantou-se duramente contra esta condenável negligência²⁸”. Ações inesperadas, linguagem surpreendente: mas Robespierre, a 31 de maio de 1791, vai fornecer uma confirmação decisiva aos que já o observam e desconfiam de sua orientação na questão maior e, na verdade (vejam Michelet), “capital” da Revolução. A 31 de maio, ele se mostra — imperdoavelmente — desagradável com um dos bons servidores da liberação nacional. Os enciclopedistas tinham feito, em 1770, grandes elogios ao abade Raynal por sua *História dos Estabelecimentos Europeus nas Duas Índias*, história “filosófica” no sentido mais racionalista da palavra. Antigo jesuíta, depois vigário em Saint-Sulpice, Raynal tinha praticamente deixado a Igre-

* Marat levanta um protesto violento contra a “pantheonização” de Voltaire, o qual era, a seus olhos, “o trono da inveja, da avareza, da malignidade e da perfídia”.

** Os contra-revolucionários não são forçosamente crentes; longe disso, os voltaireanos abundam entre eles. Assim André Chénier, que está do “lado direito” — e com que vigor! —, não esconde seu ateísmo.

ja antes de seu trigésimo aniversário; mas tinha-se o cuidado, no círculo de Voltaire, de chamá-lo sempre, e pelo bem da Causa, de “abade Raynal”; ele próprio apoiava-se nisto, pelo gosto que experimentava no escândalo e na provocação. Ele tem agora setenta e oito anos e, no mês de março de 1791, enviou à Assembléia uma carta aberta, duramente crítica e maliciosa. Que Robespierre responda a ela, e sem delicadezas, na tribuna da Constituinte, a esquerda só pode felicitá-lo. Mas causa sobressaltos e arrepios, nos verdadeiros amigos da Razão, ouvi-lo atacar em Raynal o que formava, para eles, seu melhor título de glória. Maximilien aventura-se a lembrar, por julgá-las lamentáveis, “as diatribes violentas e às vezes indecentes” que publicou outrora este polemista “não somente contra o clero de que ele era membro, mas contra a própria religião³⁰”. Propósitos reveladores e dos quais toma nota o poderoso grupo que vai, dentro de pouco tempo, tornar-se dominante na Assembléia Legislativa. Três semanas, entretanto, não terão corrido, que Robespierre se recupera — por assim dizer — com uma palavra que emprega de repente para desarmar os que lhe gritaram em março: “Vá para a direita, é o seu lugar”, e os que lançaram contra ele, à 31 de maio, suas críticas “antifilosóficas” a Raynal. Um acontecimento trágico pede a união, a ação imediata dos adversários do despotismo. Não somente o rei fugiu, mas um grupo considerável na Assembléia, com La Fayette e Lameth à frente, sustenta que ele foi “raptado”; impostura grosseira após a declaração explícita deixada por Luís XVI em pessoa. Em 21 de junho à noite — quando ainda não se sabe nada sobre a barreira frente à qual o rei viu espatifar-se seu plano —, na tribuna dos Jacobinos, Robespierre pronuncia palavras feitas para que não haja mais, por ora, a sombra de um desentendimento entre as pessoas de esquerda; porque é preciso que formem um bloco, e com a máxima energia, os que desejam manter a todo custo as primeiras conquistas da Revolução. E Robespierre denuncia a junção, sabiamente utilizada pelo rei, entre sua fuga e as múltiplas diligências destes “padres traidores” que, “por mandados e bulas (*sic*)”, “alimentaram o fanatismo”. Mas é o fim desta fase que, subitamente, ia bastante longe na crítica religiosa e na apologia — ao que parece — daqueles de quem Robespierre se tinha dissociado ao lamentar os ataques feitos por Raynal “à própria religião”. Para a resistência ao despotismo, Robespierre tem necessidade de uma oposição sem fissuras e — como nós o veremos mais tarde, por razões de tática, dando garantias a um hebertismo que ele condena e do qual está resolvido a se desemba-

raçar —, a 21 de julho de 1791, na urgência da coesão defensiva a serviço da liberdade, ela adota um vocabulário do qual não fará mais uso, e evoca as perigosas simpatias que encontraram os padres refratários, inimigos-natos da Revolução, junto a “tudo o que a filosofia”, por mais ativa que ela tenha sido, “deixou de idiotas nos 80 departamentos^{31*}”; mas ele põe a perder esta declaração reconfortante por uma referência — é decididamente sua mania — à “Providência” que, diz ele nos Jacobinos ao terminar sua alocução, “digna-se velar melhor que seus chefes pelas garantias da liberdade³²”.

A Legislativa reúne-se a 1º de outubro de 1791. Robespierre não é mais deputado, mas ele será bastante escutado nos acobinos durante a existência — que não atingirá nem mesmo um ano completo — da nova Assembléia, eleita por dois anos. Durante a pequena viagem que ele faz a seu país natal, no outono de 1791, Maximilien não esconde a seu amigo Duplay, em 16 de outubro, a inquietação que ele experimenta ao constatar a extensão do “mal” que fazem na região os “padres refratários” e o que ele nomeia suas perversas “insinuações”. Ele relata também a Duplay, irritado, a cura milagrosa de um paraplégico obtida graças à intercessão de um eclesiástico, imagina-se, “não-juramentado” (Deus está com aqueles, exclusivamente); mas ficou decidido, observa ele, entre os agitadores, que se reservaria “para os campos”, mais do que para a opinião urbana, menos crédula, a glorificação desta maravilha³³. Robespierre escreve igualmente a Gorsas, o redator — em breve “brissotino” — do *Correio dos 83 Departamentos*, uma carta na qual ele se mostra favorável à “proteção” de “todos os cultos, exceto o que declara a guerra aos outros”. Você não imagina, diz ele a Gorsas, “o poder dos padres”; se os refratários, cujas manobras políticas são incessantes, não fossem permanentemente contidos, “eles sozinhos bastariam para trazer de volta o despotismo³⁴”. Gorsas publicou estas linhas em seu número de 7 de novembro, e Robespierre criticou-o por isto, de imediato e severamente. O que ele tinha escrito era “confiado unicamente à amizade” e foi tornado público “sem meu conhecimento e contra minha intenção³⁵”. Gorsas arma-lhe o golpe de

* Prestemos atenção, entretanto, a isto: que Robespierre tem J.-J. Rousseau como o verdadeiro “filósofo”, o filósofo de seu coração, e que, não-católico decidido a permanecer como tal, ele subscreve todas as críticas contidas na primeira parte do *Vigário Saboiano*.

imprimir em seu jornal, a 16 de novembro, este protesto de ordem privada, o que coloca Robespierre em uma posição delicada, e exatamente dois dias após uma espécie de proclamação grandiosa e retumbante feita na tribuna da Assembléia pelo deputado Isnard, um industrial do Midi, em breve tenor da “Gironda”, e que gosta de frases de impacto. Se as disposições dos girondinos, bastante reservadas, em matéria social são bem conhecidas, a História não insiste absolutamente sobre sua irreligiosidade militante. Somente Mathiez assinalou claramente que seu grupo “trabalha energeticamente para fazer cair a Igreja Constitucional^{36*}”. Em seu nome, Isnard, a 14 de novembro, pronunciou uma sentença de morte contra o “fanatismo, este monstro já ferido pela filosofia” e do qual é preciso “abreviar a perigosa e convulsiva agonia imolando-o sob o gládio da lei”. O esclarecimento dos espíritos já “rasgou o hábito” e “quebrou o talismã da superstição”, e Isnard, eloqüente porta-voz de seus amigos resolvidos a conduzir as coisas em direção ao fim que se estabeleceram, exclamava: “É preciso um desenlace à Revolução”, aquele mesmo que tinha especificado o gênio de Mirabeau: a Revolução deve varrer todas as imundícies religiosas.

Robespierre acabara de voltar para Paris, quanto toma, nos Jacobinos, a 29, uma iniciativa bem preparada para ferir um Isnard e todos os que compartilhavam sua nobre paixão. Palissot, respeitável sexagenário que se orgulhava de ser “missionário da Razão” e de quem um Diderot tinha sabido saborear o excelente espírito, dava leitura a um libelo de sua autoria: *Sobre Algumas Opiniões Religiosas*; e ele tratava da confissão, “abominável costume”, quando Robespierre o interrompe grosseiramente afirmando que no seu entender o Clube não poderia “ouvir sem perigo esta obra”. Por que isto? O tema que Robespierre põe então em destaque, nós o veremos retomá-lo várias vezes: o da indispensável paciência que, no interesse da paz pública, é preciso ter para a libertação dos espíritos. Ele se considera, na verdade, um adversário das superstições (no plural) e um adepto do “filosofismo” (como Rousseau, por seu lado, o entendia); mas ele jamais insistiria demais sobre os graves inconvenientes que existiriam em “atacar de frente os preconceitos religiosos” aos quais “o povo” mantém-se ligado; “é preciso, diz ele, que o

* O periódico mais importante, o mais amplamente difundido, em 1792 e até julho de 1793, *A Feuille Villageoise*, era “girondino” com uma perfeita disciplina. Ele acentuava, a cada mês, a virulência de suas críticas com respeito à “superstição”.

tempo amadureça” os espíritos ainda infantis e os coloque “insensivelmente acima dos (ditos) preconceitos”; insensivelmente, isto é, sem pressa, pouco a pouco; ou seja ainda: não empurrem ninguém, não se ponham em estado de guerra contra as ingenuidades religiosas. Suspeita, esta posição, que aconselha, em suma, a abstenção aos ativistas. De todo modo, uma atitude em oposição radical com a palavra de ordem de Isnard. Neste 29 de novembro, e sem muita deferência por um orador de mais idade, conhecido e merecedor, Robespierre pediu claramente ao Clube que ele calasse a boca de Palissot* e passasse à ordem do dia³⁷. Manuel, que é procurador da Comuna, resiste e exige um escrutínio. Vota-se e Robespierre obtém ganho de causa, o que Palissot, forçosamente, vai receber bastante mal, e na segunda-feira, 30 de novembro, ele escreve a um amigo: “Palavra de honra, os padres devem agradecer aos jacobinos. Eles nos fizeram retroagir de um século pelo menos diante deles e — quem acreditaria? — é um homem ardentemente zeloso da liberdade, é o Senhor Robespierre, que lhes garante este triunfo³⁸”. Palissot teria podido objetar a Robespierre que seu método, desprovido de violência e que não procedia pela persuasão, respondia muito precisamente ao anseio de Robespierre preconizando um “amadurecimento” gradual da opinião. Mas a verdade que, a despeito das precauções de Robespierre, far-se-á cada vez mais evidente é que, se Maximilien pretende realmente repelir, e com vigor, a ação contrarrevolucionária dos “refratários” (a 18 de dezembro, ele reclamará do poder que ele seja mais enérgico na repressão aos “padres sediciosos”), ele não experimenta nenhuma simpatia pela propaganda anticristã.

Um incidente significativo produz-se nos Jacobinos, a 26 de março de 1792. Guadet ataca Robespierre sobre seu pensamento religioso, e sem dúvida ele não age assim sem o acordo de seu grupo. Deste lado, Robespierre atrai muitas inimizades por sua oposição tenaz aos projetos militares acariciados pelos girondinos. Denunciar nele, além do mais, um cúmplice do “fanatismo” é um bom meio de abalar o prestígio deste incomum cuja independência é perturbadora. Maximilien, a 26 de março, felicitou-se pelo passamento de Leopoldo, este imperador irmão da rainha e que ele suspeitava — erra-

* Para Robespierre, Palissot era antes de tudo o detestável autor da peça *Os Filósofos*, criada em Paris, em maio de 1760, e na qual via-se J.-J. Rousseau caminhando de quatro patas.

damente — de querer dilacerar a França; e ele permitiu-se dizer que viu nesta brusca morte um favor da “Providência”, a qual — ele já disse isto, quase nos mesmos termos, em 21 de junho de 1791 — “vela sempre por nós bem mais que nossa própria sabedoria”. Tomemos mesmo cuidado, disse ainda Robespierre, para não “cansar a bondade celeste” que parece querer “nos salvar apesar de nós mesmos³⁹”. Então Guadet protesta, impolido: a “Providência”? a “bondade celeste”? Ele se espanta: “Eu jamais teria acreditado (estilo Palissot), diz ele, que um homem que trabalhou com tanta coragem durante três anos para tirar o povo da escravidão do despotismo, pudesse concorrer para recolocá-lo em seguida sob a escravidão da superstição”. Robespierre responde num impulso. Ele nega que “pronunciar o nome da divindade seja induzir os cidadãos à superstição”. Para ele, invocar Deus é lembrar utilmente ao homem sobre o que “se apóia sua fraqueza” para seguir o caminho justo. Tocou-se lá num tema que o atinge muito mais profundamente que possam imaginá-lo os que não o conhecem verdadeiramente; ele não se esquivará com poucas palavras; ele tem coisas a dizer sobre esta grande questão. Falar de Deus não é de modo algum “uma linguagem vã na minha boca”. Sente-se que ele vibra, e mesmo um pouco demais. Zunzum; tumulto. os acólitos de Guadet e os organizadores do incidente não têm nenhuma vontade de oferecer a Robespierre a ocasião de um triunfo. Ele resiste e não se deixa dominar: “Não abafarão minha voz⁴⁰”. Sim, diz Maximilien com simplicidade, sim, eu creio em Deus; “é um sentimento que me é necessário”; “sozinho com minha alma”, eu necessito experimentar a presença, solicitar o socorro, a ajuda interior do “eterno”. Sem seu calor e sua luz e esta esperança infinita de que ele é a garantia, eu sei, diz Robespierre sacudido de emoção, eu sei muito bem que eu não teria podido “suportar trabalhos que estão acima da força humana”. Não o viram mais de cem vezes na tribuna da Constituinte? E, desde o mês de novembro último, ele se despendeu nos Jacobinos com uma firmeza no combate que seus adversários puderam medir. Ele termina, saudado por aplausos e sarcasmos. Vozes gritam-lhe: “Carolice!”. Dando conta desta reunião, a *Crônica Nacional e Estrangeira* terminará assim sua matéria: a alocução de Robespierre em resposta a Guadet “provocou uma agitação tão grande que foi preciso dar por encerrada a sessão⁴²”.

Definitivamente identificado como um antagonista, o cidadão Robespierre, pelos discípulos de Mirabeau e de Voltaire. Comen-

tários circularam, no tom que convinha, quando, a 31 de janeiro de 1792, Robespierre aceitou ser, na Igreja, o padrinho da criança que acabava de nascer em casa de um certo Deschamps, lojista, um entusiasta do Incorrutível. Michelet observa com azedume que Robespierre, que não tem costume de agir precipitadamente, assumiu entretanto, neste dia, o compromisso exigido do padrinho pela Igreja quanto à fidelidade religiosa de seu afilhado, pela qual ele promete zelar⁴². A 27 de abril, presa dos furores “brissotinos” — e da raiva de André Chénier que, no *Jornal de Paris* de 29, vai arrasar este “falador conhecido por sua feroz demência” e que, “depois de algum tempo”, se compraz com “bons sermões sobre a Providência” —, Robespierre diverte-se com as referências de Brissot e, sob alusões transparentes visando Condorcet e a Enciclopédia, nota que, se “os acadêmicos e os geômetras que o Senhor Brissot nos propõe como modelos combateram e ridicularizaram os padres, eles não negligenciaram, ao mesmo tempo, “cortejar os grandes e adorar os reis dos quais eles tiraram um partido bastante bom” (Voltaire com Frederico e Diderot aos pés de Catarina). “Quem não sabe, acrescenta ele, com que obstinação eles perseguiram a virtude e o gênio na pessoa de Jean-Jacques, este verdadeiro filósofo⁴³?” No segundo fascículo de seu *Defensor*, posto à venda em 26 ou 25 de maio, Robespierre não experimenta nenhum escrúpulo em designar, sem mistério, “Diderot, d’Alembert e Voltaire” mesmo, como os “miseráveis” que mais atormentaram Rousseau, com esta apóstrofe insolente: “E você também, Condorcet, não era membro desta confederação filosófica⁴⁴?” Atacando assim diretamente a “Enciclopédia” — algo assim como o Livro Santo dos libertadores do espírito —, Robespierre se lança em sérias represálias. E Gorsas, ontem ainda, no final da Constituinte, seu amigo, declara agora que deixou de “ser enganado por ele”: “Eu o surpreendi falando ao povo da Providência. Desde então eu me disse: Eis Tartufo⁴⁵!” A 7 de junho, no quarto número de seu *Defensor*, onde ele reivindica para J.-J. Rousseau o lugar usurpado no Pantheon por Mirabeau, Maximilien publica, sobre o drama de 3 de março em Étampes (o assassinato do prefeito, Simonneau), páginas redigidas por um padre, um “venerável cura”, escreve Robespierre com todas as letras, “e do qual os senhores serão obrigados a respeitar a coragem e a virtude⁴⁶”. Não sendo mais representante do povo, ele não poderá mais se opor à supressão das congregações hospitaleiras (6 de abril), à interdição das procissões (16 de agosto) e à medida (18 de agosto) que ele tinha combatido na

Assembléia, um ano antes, recusando aos padres o direito de vestir seu costume eclesiástico fora do recinto dos edifícios culturais. Ele não poderá fazer nada também contra a decisão obtida da Legislativa, em 24 de agosto, por Cambon: deportação imediata de todos os padres refratários (a Assembléia vai lhes conceder pelo menos um prazo de quinze dias, o que permitirá a um bom número deles escapar para Cayena através da emigração). O *Père Duchesne* explode de alegria diante do decreto de Cambon: “Como estas espécies de papa-hóstias vão ficar enfurecidas!” exclama Hébert (“Vamos, acabou-se, o reino dos padres não voltará jamais*”) e ele celebrava o trabalho eficaz que tinha sabido levar contra os absurdos cristãos “este sujeito enérgico chamado Voltaire”. Julga-se o efeito lamentável que pôde produzir sobre os girondinos a reivindicação de Robespierre, em seu *Defensor* de 7 de junho de 1792, a propósito das escandalosas desigualdades sociais e do constante esforço necessário em vista de uma ordem econômica menos inadmissível; e ele dirigiu-se abertamente, publicamente, a este Deus em quem ele tem confiança e que só pode prestar-lhe socorro em seu esforço, pois ele lhe disse, “esta é a tua causa⁴⁷”.

Setembro de 1792. A República francesa existe agora. Não há mais rei; não há mais censo eleitoral. Robespierre é outra vez deputado. Sua primeira intervenção, no domínio religioso, é de 19 de outubro de 1792. Dartigoyte, neste dia, protesta contra a acumulação de que se beneficiam os bispos que porventura foram escolhidos em seus departamentos para representar o povo e que usufruem assim de uma dupla renda: os emolumentos de bispo e uma indenização “Parlamentar”. Robespierre aprova Dartigoyte. Mas Manuel, que passou da Comuna à Convenção, ultrapassa seu colega, um “brissotino” como ele. Ele se declara surpreso não com o fato de que os bispos sejam pagos, mas de que ainda existam bispos reconhecidos como tal pelo Estado. Manuel deseja que seja abolida a Constituição Civil do clero e que a Igreja não tenha mais existência legal; “favorizar o clero, diz Manuel, é cooperar contra a República”. Robespierre não está absolutamente de acordo e, sem no entanto subir à

* Michelet não poderia calar o reconhecimento que lhe inspira — apesar de alguns excessos, sem dúvida, contra as pessoas, e a rainha em particular — este Hébert que “teve lucidez” e que pôs “algumas vezes” em circulação “coisas excelentes para a difusão das Luzes” (M., II, 1018).

tribuna, separa-se de Manuel, cujas prevenções contra os eclesiásticos, precisa, “ele está longe de adotar⁴⁸”. Caritat, Marquês de Condorcet, e que pode — legitimamente — tomar para si o que dizia Robespierre dos depreciadores dos curas, mas servidores recompensados dos déspotas (Condorcet tinha sido, outrora, um dos “administradores do Tesouro Real”, com honorários de 20.000 libras), Caritat-Condorcet consagra a Robespierre, em 9 de novembro, nesta *Crônica de Paris* bastante “girondina” de que Rabaut Saint-Étienne é o primeiro colaborador (Rabaut é “pastor” mais ou menos como Raynal era “abade”) um retrato corrosivo; um “chefe de seita”, este Robespierre; um “pregador” que “sobe nos bancos e fala de Deus e da Providência”; daí o sucesso que ele encontra junto às “mulheres e aos fracos de espírito”. E a palavra final, em duas sílabas, resumia tudo, dizia tudo, sobre este personagem repugnante: Robespierre “é um padre e nunca será nada mais do que um padre”. Como que para fornecer aos “espíritos” que não são de modo algum “fracos” uma nova razão de detestá-lo, Maximilien, em 5 de dezembro, faz destruir pelos jacobinos o busto de Helvétius que ornava até então a sala de suas sessões. Robespierre não via interesse em honrar assim a memória de um antigo — o riquíssimo — coletor de impostos; mas o busto de Helvétius estava lá, antes de tudo, em razão de sua grande obra, precisamente intitulada *Do Espírito*, e que constituía a base principal do materialismo filosófico. Robespierre vê nele “um dos mais cruéis perseguidores de J.-J. Rousseau”. Sua conclusão era formal: a julgar pelos reflexos contra-revolucionários do abade Raynal, seu aliado, “se Helvétius tivesse existido em nosso tempo, não acreditem que ele teria abraçado a causa da verdade: ele teria aumentado o número dos conspiradores cultivados que hoje desolam a pátria⁴⁹”. Evidência incontestável dado que Diderot, seu turiferário, tinha, de seu próprio punho, na Enciclopédia (artigo “Representantes”), notificado que somente os proprietários deviam ter direito à palavra para a gestão das questões nacionais; sistema que eliminava os pobres e que Robespierre tinha incansavelmente combatido desde o primeiro ano da Revolução. Logo a guerra estará aberta entre Robespierre e os caçadores de “cristícolas*”).

Cambon agrada infinitamente a Michelet, o qual não esconde absolutamente o motivo principal da admiração, da gratidão que ele

* Esta palavra (“christicoles” no original — N.T.) parece ter sido realmente criada por Voltaire.

lhe tem: "Ele acreditava, não sem razão, que os padres, mesmo juramentados, eram sempre padres" e que o clero, jurador ou não-jurador, constituía, em seu conjunto, o "obstáculo capital⁵⁰" à Revolução concebida como devia sê-lo. A 29 de outubro de 1792, após a filípica de Louvet contra Robespierre, a Convenção tinha visto, com alguma surpresa, Cambon, "não se contendo mais e avançando até o meio da sala", interpelar Robespierre, punho fechado, louco de raiva: "Miserável! Eis aqui o mandato de morte do ditador⁵¹!" Para terminar com o culto, Cambon propôs, em novembro de 1792, que o Estado cessasse de sustentar os eclesiásticos. Prometeram-lhes, a 14 de abril de 1790, garantir sua subsistência como compensação do confisco, em novembro de 1789, de todos os bens da Igreja; Cambon revoga esta promessa: chega de dinheiro para os padres; eles serão o que eles quiserem, o que eles puderem. Robespierre vai se opor categoricamente à moção dos financista. Ele o faz com exaustão no oitavo número (primeira série) de suas *Cartas abertas*, a 7 de dezembro de 1792. O que propõe Cambon, diz ele, é primeiramente "faltar à fé pública" e, além disso, um "sinistro presságio para todos os credores do Estado". Meçamos também as conseqüências, inevitáveis, da sugestão Cambon, se jamais ela fosse admitida pela Convenção: "Os senhores verão os cidadãos mais ricos aproveitarem esta ocasião para reunir o que resta de partidários do realismo sob o estandarte do culto cuja situação eles assumirão". Robespierre conhece seu Cambon e o número, a audiência e a força dos voltaireanos na Assembléia. Ele controla sua linguagem como como nós já o vimos aplicar-se em 21 de junho de 1791; ele fala de "chama da filosofia", ele diz que estes preciosos clarões já "quase destruíram o império da superstição" e "expulsaram os irreduzíveis ou ridículos fantasmas" que em outros tempos quiseram "nos obrigar a adorar em nome do céu". É estritamente verdade que Robespierre não é, realmente, de obediência católica, mas é com sinceridade que ele recomenda a prudência na propaganda anticlerical, que, aliás, ele não tolera anti-religiosa. A perseguição preconizada por Cambon colocaria "novas armas" entre as mãos "da malevolência e do fanatismo". "Os senhores desejam criar uma nova geração de padres refratários?" E Robespierre apresenta a distinção que faz entre o próprio clero e o que ele nomeia "a idéia de religião". Nesta "idéia", para ele, é importante que não se toque. E, aliás, "nenhuma potência tem o direito de suprimir o culto estabelecido até que o próprio povo tenha destruído o erro". Respeito à liberdade de cons-

ciência. E se quisermos estar realmente atentos à construção de seu raciocínio, percebe-se que após as declarações destinadas a tranquilizar Condorcet e Cambon (“Eu não gosto, mais do que de nenhum outro, do poder dos padres; é mais uma cadeia dada à humanidade”), Robespierre defende e exalta os “dogmas imponentes” dos quais os padres são, apesar de tudo, as testemunhas; dogmas “gravados, diz ele, nos espíritos” e a tal ponto que “se a *Declaração dos Direitos do Homem* fosse destruída pela tirania, nós a reencontraríamos ainda” na essência mesmo da fé em Deus. Quem, além disso, ousaria não levar em conta o consolo que esta fé concede aos “desafortunados”, isto é, aos atingidos pela infelicidade e o luto? “Forçá-los a renunciar ao ministério dos padres é a mais funesta de todas as hipóteses.” Falando assim, Robespierre destrói, no ato, o efeito conciliador que buscava com o acordo parcial dado por ele aos “espíritos fortes”, e acrescenta a esta chamejamento contra si os furores congênitos destes “bons operários da vinha” saudados por um Voltaire parodista do Evangelho, ontem d’Alembert, Diderot, Grimm, d’Holbach e La Mettrie, hoje Isnard, Condorcet, Guadet e Rabaut. Ingenuidade de Robespierre acreditar que ele possa dizer impunemente: “meu Deus”. Estas duas palavras juntas bastam para ele ser considerado como um inimigo, um homem a abater, pelos sectários da Enciclopédia. Por mais que ele pretenda que este Deus caro a seu coração é “aquele que cria todos os homens para a igualdade e para a felicidade”, aquele que “protege o oprimido”, aquele cujo culto é antes de mais nada o da “justiça⁵²”; propósitos desta natureza situam-no, e para sempre, para um Vadier ou um Cambon, entre aqueles que a Revolução precisa eliminar, custe o que custar.

O *Patriota* de Brissot, a 14 de novembro de 1792, tinha aplaudido vigorosamente a proposta de Cambon que, se aceita (como o desejava a maioria de seus leitores), teria poupado ao Estado uma despesa não somente “exorbitante” mas — uma palavra nova — “infilosófica”; e, a 16, Chabot felicitava Cambon por sua feliz iniciativa. “É preciso ensinar o povo, declarava aos Jacobinos este ex-monge liberado, a dispensar os padres.” No dia seguinte, 17 de novembro, Brissot se manifesta mais uma vez em seu *Patriota* em favor do anticristianismo ao qual Jacob Dupont, outro despadrado, acaba de fornecer um belo reforço com sua apologia do ateísmo na tribuna da Convenção. O comentário de Brissot não é desprovido de interesse.

Brissot é particularmente reconhecido a Dupont por ter “minado” este “império dos padres que nossos anarquistas querem reafirmar”. Anarquistas? Ah, sim; o artifício está na moda entre os girondinos; trata-se dos “niveladores” estilo Robespierre, e nós temos aqui a prova de que na baixa classe de Paris a propaganda anti-religiosa encontra pouca acolhida; ela parece com efeito prosperar apenas no meio burguês. A folha de Prudhomme, *As Revoluções de Paris*, tem sua clientela somente entre as pessoas abastadas, e, com a proximidade do Natal, cospe-se enojado sobre a festa que se prepara, nesta ocasião, nas Igrejas, com estes “hinos em honra de um bastardo e de uma mulher adúltera”. A missa da meia-noite, para Prudhomme, é — em consequência — uma “coisa escandalosa, atentatória aos bons costumes”. Robespierre, em 20 de dezembro, faz afastar o “plano de educação” apresentado por Romme sobre os conselhos de Condorcet. Maximilien considerava o projeto cruelmente desprovido de “concepções morais e filosóficas” — entenda-se não conforme aos sonhos de Jean-Jacques —, e Brissot, irritado, estigmatizava a oposição “marático-religiosa” deste jacobino lamentável, ligado à população.

Abre-se o ano de 1793 e, a 2 de janeiro, Gensonné, um dos três “girondinos” autênticos (eu quero dizer deputados do departamento da Gironda como Vergniaud e Guadet), Gensonné que detesta em Robespierre, ao mesmo tempo, o homem da subversão social e o cúmplice inconfesso do “fanatismo”, isto é, do pensamento cristão, Gensonné adota, a seu turno, contra Maximilien, o pior insulto formulado por Gorsas sob a Legislativa: “A Liberdade também tem seus tartufos: é possível reconhecê-los por seu ódio às luzes e à filosofia”. Em fevereiro — aí pelo dia 5 —, no quinto fascículo das *Cartas* de Robespierre a seus comitentes (segunda série), vê-se o Incorrupível renovar suas observações de junho de 1791 e de dezembro de 1792 e falar com simpatia das regiões “em que os preconceitos supersticiosos e o império dos padres estão mais ou menos maduros”, ou seja, enfraquecidos a tal ponto que a vitória da Razão já é quase coisa feita; mas constata-se muito rapidamente que esta observação só existe, nos propósitos de Robespierre, para levar ao que se segue, bastante previsível. Robespierre quer (ele agarra-se a isto) que se deixe de “chamar a atenção pública sobre as idéias religiosas⁵³”; ele lamenta que se faça “crer aos estrangeiros que não adotam absolutamente certas máximas filosóficas em toda sua extensão (ele avança então, na ponta dos pés, para designar obscuramente o ateísmo per-

seguidor) que sua causa está ligada à da Liberdade”, e ele exprime seus sentimentos, suas apreensões, ao pensar que certas propostas exageradas, mesmo para o povo, (...) e no mínimo prematuras, feitas nesta tribuna” podem se voltar contra nós e oferecer “a nossos inimigos meios de nos prejudicar”. Maximilien esforçou-se de tal modo em não falar demais, tentando ao mesmo tempo fazer-se entender, que ele se autoriza uma vulgaridade, de um emprego (se não me engano) excepcional e único nele, mas que, sem dúvida, deve lhe parecer oportuno para cobrir um pouco sua diligência numa questão tão delicada: assim, a 3 de abril, ele recorre à palavra “carolas*” para designar os católicos⁵⁴. Pode-se estar seguro de que cada vez que Maximilien afeta um forte afastamento face aos católicos, é sempre, ao mesmo tempo, para protegê-los. Naquele dia (3 de abril de 1793), em oposição a Dumouriez e seus amigos girondinos, Robespierre pede pela formação de uma força composta exclusivamente de “*sans-culottes*” saídos dos “*faubourgs*”; mas ele precisa, de imediato, que não pensa de modo algum em “afiar nossos sabres para matar os carolas”; “trata-se de inimigos bastante desprezíveis, e os fanáticos não pediriam nada melhor do que esta perseguição para terem um pretexto para gritar⁵⁵”. Mas Condorcet não se deixa arrastar por estas habilidades de Robespierre para defender, de fato, os crentes, e, a 7 de março, em sua *Crônica de Paris*, ele, de novo, como em novembro de 1792, maltratou e ridicularizou este personagem cuja celebridade repousa sobre um equívoco, um pobre homem que serve de ilustração perfeita a esta verdade da qual não faltam exemplos: que “nenhuma instrução supre as imperfeições do espírito”. Sobre esta penosa realidade concernendo Robespierre, “o povo começa a abrir os olhos”, e o triste indivíduo, “na incapacidade de obter”, já se constatou, a confiança dos republicanos pessoas de bem, “busca merecer (trata-se de um termo ordinário entre os “brissotinos”) a proteção dos malfetores”. Condorcet, já compreendemos, quer dizer a gentinha, os proletários, os desprovidos cobiçosos que a Gironda olha com um incessante temor. O Barão Cloots, na tribuna da Convenção, proclama que a fé atesta uma “fraqueza” intelectual da qual ele tem a sorte de estar livre, e que “a alma é uma quimera tão ridícula quanto o fantasma chamado Deus”. O debate

* O termo (*Calotins*, no original — N.T.) a esta época não me parece de uso corrente. Ao que eu saiba, ele figura unicamente e apenas uma vez sob a pluma de S. Mercier em seu *Nova Paris* (I, 201).

vai se abrir na questão do preâmbulo com o qual convém ornar a nova Constituição. Robespierre propõe que se inclua uma mensagem ao “Ser Supremo”. Sugestão combatida por Gensonné como por Vergniaud, que — Maximilien, em floreal, evocará o incidente — “peroram com calor”, reclamando da representação nacional que seja “banido” do documento fundamental em que se afirmará a República toda alusão à “divindade⁵⁹”. Eles rejeitam como absurda e vazia, indigna da idade das Luzes, esta alusão retrógrada*, “e Prudhomme também é de sua opinião”: Robespierre tendo sido seguido pela Assembléia, *As Revoluções de Paris* concluem que, sob seu impulso, nossos legisladores deram então um passo de *écrevisse*^{57***}. Vadier, que nós encontraremos em plena ação contra Robespierre em messidor e thermidor, de 1794, explica aos convencionais, a 18 de maio de 1793: “Os senhores só terão tranquilidade quando não existirem mais padres sobre o território da República⁵⁸”. Nesse mesmo mês, em sua *História dos Brissotinos*, Camille Desmoulins, que não deve nada a ninguém quando se trata de assegurar a glória póstuma de Voltaire, quer que seja prontamente destruída “a crosta da superstição, esta sarna do espírito humano”.

A brusca e formidável ofensiva do anticristianismo abre-se no outono de 1793. Para um grupo firmemente unitário é chegada a hora de cumprir-se assim o que, para um Mirabeau, um Isnard e muitos outros, constituía o próprio sentido e a razão de ser do movimento de 1789. Escutemos, a este respeito, a comunicação feita ao CSP por Fouché e Collot d’Herbois (eles trabalham juntos, em Lyon) em data de 16 de novembro: “A Revolução, que é o triunfo das Luzes (etc.)”. Limpidez, como se vê, perfeita.

Robespierre jamais foi complacente com os padres “não-juramentados”. Ele sabia, nós o dissemos, que muitos dentre eles tinham encontrado na condenação romana da Constituição Civil do clero o pretexto que esperavam para se declararem contra-revolucionários. Às severidades governamentais com respeito a eles, Robes-

* Vergniaud, a 8 de maio, exprimiu-se como segue: “Os antigos legisladores, para fazer respeitar seu trabalho, faziam intervir algum deus entre eles e o povo”. Nós que rejeitamos todos os mitos “só podemos interpor a razão entre o povo e nós”.

** Prudhomme não deixava nenhuma ambigüidade sobre o vigor de sua irreligiosidade militante; ele desejava abertamente “a proscrição total da gente igrejaista”. *Écrevisse*, espécie de lagostim de rio, que anda para trás. (N.T.)

pierre não tinha posto obstáculo; em 20 de outubro de 1792, ele denunciava, nos Jacobinos, as “calúnias” que trabalham para “armar a superstição contra a liberdade⁵⁹”; a 1º de fevereiro de 1793, na mesma tribuna, ele diz que “faz a guerra” a um só tempo “aos tiranos e aos padres⁶⁰”. Em 10 de julho de 1793, ele não intervém — porque aprova — quando a Convenção decide deportar todo bispo “constitucional” que pretendesse opor-se ao casamento de um padre em sua diocese. Mas quanto ao projeto Romme-Fabre d’Églantine para um novo calendário, Robespierre não é favorável a ele. Ele anota, somente para si, numa caderneta, esta indicação que revela sua hostilidade: “Adiamento indefinido” do decreto em preparação*. Ele se verá submergido por todos os lados na questão e se sentirá derrotado antecipadamente à idéia de tentar uma oposição. Outra nota do caderno secreto: “Anular o decreto da municipalidade que proíbe a missa e as vésperas”. Que municipalidade? Sem dúvida a de Mennecy de que falamos e que Barère felicitou em 6 de novembro. Lá também Robespierre não ousa agir como gostaria de fazer. Ao menos ele próprio redigiu, em 27 de outubro, a resposta do CSP à carta, triunfante, do representante Dumont sobre o arrasamento da superstição a que ele procede no Norte. E Robespierre aplica sua argumentação usual: evitar toda medida oferecendo aos contra-revolucionários o “pretexto” de “acender a guerra civil”; não “apresentar-lhes a ocasião de dizer que se viola a liberdade dos cultos” e que “faz-se a guerra à própria religião”. Dumont é advertido de que ele não deve ater-se “ao título de padre, por si só⁶¹”. Diante das espetaculares secularizações de 7 de novembro, Maximilien, cerrando os dentes, guardou silêncio. O que obtiveram de Gobel — por que meios**? — Cloots e Léonard Bourdon, ele sabe que certos representantes em missão, como Dumont ou Javogues, obtêm, e em maior extensão, através do temor. Já a 7 de dezembro de 1792, em sua *Carta* aberta surgida naquele dia, ele tinha falado com repugnância destes “corruptos” que podem ser vistos aqui e acolá, num espírito vil de arrivismo, “renunciar por cupidez a um erro que eles olham como uma verdade⁶²”. Ele não gosta de Gobel; talvez ele

* Foi em 20 de setembro que Romme fez a leitura de seu projeto na Convenção; o qual, profundamente apoiado por Fabre, será adotado a 5 de outubro.

** A 12 de dezembro, nos Jacobinos, Robespierre falará da pressão eficaz exercida sobre Gobel por um Cloots “coberto pelas sombras da noite” (a noite de 6 a 7 de novembro de 1793; R.O., X, 249).

tenha sobre ele informações de que carecemos, mas é visível que ele lhe recuse toda estima, e vai designá-lo abertamente, a 12 de dezembro, como fazendo parte “dos padres que se lamentavam da redução de seus emolumentos” e que foram vistos “subitamente mudar de linguagem e de roupa⁶³”. Ele desconfia dos despadrados, dos “ambiciosos”, diz ele, iguais a si próprios “sob a nova pele com que se vestiram⁶⁴”; porque eles trocaram suas funções eclesiásticas pelas de “municipais, administradores, e mesmo presidentes de sociedades populares⁶⁵”. É isto o que se vai ouvir afirmar, no dia seguinte mesmo desta farândola grotesca levada no recinto da representação nacional pelos seccionários da “Unidade”. Para Robespierre, então, a taça transborda. Há coragem no gesto que ele cumpre, a 21 de novembro, nos jacobinos; porque a 9 deste mesmo mês de novembro eles conduziram Cloots à presidência. À audácia do ato, une-se, nos termos, uma prudência indispensável ao sucesso de seu esforço. Do mesmo modo que, em 27 de outubro, em sua resposta a Dumont para desaconselhar-lhe — e muito claramente — os métodos violentos do proselitismo “filosófico” ele tinha lhe recomendado cuidado com a “massa fraca e ignorante”, assim também, num texto particularmente brilhante e que data certamente do outono de 1793*, Robespierre se apresenta como um membro desta vanguarda intelectual que deve à prática da reflexão “o rompimento com todos os preconceitos”; mas que nossa paixão pela verdade, diz ele, não nos cegue sobre esta evidência que é preciso absolutamente levar em conta: “existem superstições de boa-fé”. Esta parcela da nação, “atrasada, exige encorajamentos para avançar por sua vez; aterrorizá-la, é desejar que ela retroaja. São como doentes que é preciso preparar para o restabelecimento, tranquilizando-os, e que se fariam fanáticos numa cura forçada.” E nestas linhas, raramente citadas, Robespierre avançava uma sentença que não tinha mais nada a ver com as precauções, um pouco insistentes, com que ele procurava abrir-se uma passagem junto aos extremistas para dar-lhes garantias a fim de acalmá-los**. Axioma, para ele, fundamental: “Con-

* Este texto foi publicado por G. Michon, em 1926, no tomo I da *Correspondência* de Robespierre. Não se conhece o, ou os, destinatário(s).

** Robespierre quer deixar bem claro que ele não adere de modo algum (assim como não o fazia Jean-Jacques Rousseau) ao credo romano. Mas quando ele diz, de propósito, “preconceitos”, ele sabe muito bem que ele joga com as palavras e que ele não dá a este termo o mesmo significado que um Dumont, um Vadier, um Moreau.

vençam-se desta verdade, as consciências não podem ser comandadas⁶⁶”.

Ele mostrou-se severo, no conjunto, a 21 de novembro, contra os padres — ainda que existam “exceções, mas eu me obstino em acreditar, diz ele, que elas são raras⁶⁷”. Quanto aos negadores militantes, ele não dissimula nada que os desaprova, e faz questão de assinalar que assim fazendo eles dão continuidade ao comportamento ostentatório das altas classes, sob o Antigo Regime. Sim, que se saiba, que se tome consciência, de que “o ateísmo é aristocrático”, enquanto que a crença em Deus é “profundamente popular⁶⁸”. “Sob pretexto de destruir a superstição”, alguns querem fazer “do próprio ateísmo” uma “espécie de religião” às avessas. Inaceitável. “A Convenção abomina um tal método*.” Rude e direito, Robespierre toma posição contra os que pretendem “perturbar a liberdade dos cultos em nome da liberdade e atacar o fanatismo por um fanatismo novo”. Ele lembra aos jacobinos que, nesta mesma tribuna de onde se dirige a eles, o “imprudente Guadet”, em outros tempos, condenou-o por ter glorificado a “Providência”. Ele não tem nenhuma vergonha e, se ele efetivamente separou-se do catolicismo, está “ainda mais ligado (*sic*) à idéia de um grande Ser que vela sobre a inocência oprimida⁶⁹”; e ele se refere — talvez com um meio sorriso ácido endereçado aos voltaireanos que o escutam — ao alexandrino tornado banal de Voltaire versificador: “Se Deus não existisse, seria preciso criá-lo”. Robespierre abandona aqui o método oblíquo do qual nós o vimos utilizar-se amplamente para proteger “os atrasados” da agressão dos perseguidores. Esta pobre gente acredita em Deus? Eles tem razão. Um tal “sentimento” está “gravado em todos os corações puros⁷⁰”. Longe de ser uma tola ilusão — ou, como dizia Cloots, da “debilidade mental” —, não passa de um “instinto sagrado⁷¹”. E “atenção para não feri-lo”, diz Maximilien, nas almas retas, nas almas simples. “Incompreensível” para a nossa inteligência limitada e que sempre o será com relação ao infinito, mas atingida por um conhecimento intuitivo, um conhecimento por contato que faz parte de nossa natureza e nos constitui em homens, o Ser Supremo concede a todos, e principalmente a quem quer construir um Estado justo, o insubstituível benefício de ser um “apoio para a

* Propósitos de um tal vigor — de uma tal extensão também — que parecem mesmo um pouco arriscados. Notemos que é nos Jacobinos que Robespierre se exprime assim e não na tribuna da Assembléia.

virtude". As "homenagens" ao seu "poderio" são "igualmente anátemas contra a injustiça⁷²". Daí a conclusão que citamos no segundo capítulo de nossa quarta parte sobre Robespierre convencional: "Proscrever o culto, a Convenção nunca fez esta ação temerária, e ela jamais o fará".

Michelet custa a acreditar. Assim, desdenhando o precioso decreto obtido a 15 de novembro por Cambon contra os padres de quem se confiscava, praticamente, os templos e os presbitérios*, Robespierre, de repente, impõe a liberdade de culto! Ora, considera Michelet, "a liberdade dos católicos" sob uma República, é a "liberdade do inimigo". O que fazia, o que exigia Robespierre, "o que era senão desatar a contra-revolução e atar a Revolução⁷³"? "A vida do catolicismo é a morte da República. A vida da República é a morte do catolicismo. A liberdade dos católicos, num governo republicano, é única e simplesmente a liberdade de conspiração⁷⁴***". Para Michelet, os ouvintes jacobinos de Robespierre em 21 de novembro deviam ter — deveriam ter — se sentido aturdidos, desorientados. "Eles acreditam que seu chefe era pela Montanha, e eles o viram com a direita⁷⁵." É verdade que eles poderiam ter se poupado esta surpresa. Bastar-lhes-ia tirar a consequência lógica da postura deliberadamente adotada por Robespierre: "empoadado" e "vestido com roupas do Antigo Regime", ele assemelhava-se a um *ci-devant*; "um tal ar não mentia". Ele traiu e desafiou a Razão. Com sua liberdade de culto, Robespierre reconduzia a França "ao perigo do equívoco, da falsidade, da des-Razão⁷⁶".

A 28 de novembro, Maximilien volta, nos Jacobinos, a tratar de um assunto em que a posição que tomou provocou — ele o diz francamente — amargos comentários. Longe de atenuar sua linguagem de 21, ele só a retoma para fortalecê-la. "Porque eu me opus à torrente de extravagâncias (*sic*) imaginadas por nossos inimigos para despertar o fanatismo (bom tema, e de boa guerra; a 21, Robespierre afirmou distintamente que as piores incitações à raiva anticatólica vinham de indivíduos "financiados pelas cortes estrangeiras" para perturbar a ordem pública e complicar a vida nacional), pretendeu-se poder concluir que eu apoiava os padres." É conhecer-me mal; e

* "Indiretamente", observará Michelet, em 1869, com nostalgia, o decreto "terminava com o antigo culto" (M., II, 1012).

** E Grégoire, o bispo republicano? Michelet resolve de imediato a questão: "o mais completo contra-senso" que se possa conceber (III, 665).

embora ele não tivesse medo de afirmar que “pode existir um padre honesto” — o que ele ainda pensa —, parece-lhe útil, para afastar as suspeitas, manifestar pelo menos um anticlericalismo sem falhas, e ele compreende “a justa indignação que a hipócrita perfídia dos padres (são certos abdicatários que ele visou a 21, mas ele não o especifica hoje) acendeu em todos os corações patriotas”. Preliminares cujo objetivo é introduzir uma exatidão à qual ele dá um valor extremo. Robespierre tenciona contradizer radicalmente os que desejariam fazer acreditar que “um povo religioso não pode ser republicano”. Ele não consente que se “insulte” por meio de “farsas ridículas” o que o povo “reverencia”. “Nós não suportaremos, anuncia ele (e é exatamente o homem de governo que fala), que se levante o estandarte da perseguição contra nenhum culto” e, tocando um tema perigoso, em um território cujas fronteiras são constantemente guardadas por sentinelas exigentes, ele lamenta esta “espécie de mania filosófica” e de “ambição de pedantes” da qual o pobre Manuel (guilhotinado há alguns dias) dava o exemplo derrisório. Robespierre nunca poderia dizer o suficiente o quanto ele condena “esta guerra estranha e súbita” que conspiradores declararam “ao culto em vigor e a todos os cultos”. Ele se recusa a “confundir o culto com a aristocracia e o patriotismo com a proscrição do culto”⁷⁷.

A 5 de dezembro, encarregado pelo CSP de redigir a resposta ao manifesto lançado por Pitt contra a França revolucionária, Robespierre não recua diante do ar de provocação que pode revestir, endereçada aos ateus que são numerosos entre os convencionais, a evocação dos termos que figuram no próximo texto fundamental da República: foi “sob os auspícios do Grande Ser” que nós estabelecemos explicitamente “os princípios imutáveis de toda sociedade”. Seu ataque aberto de 28 às “extravagâncias” anti-religiosas ele o reitera em 5 de dezembro, e com as mesmas palavras: às “loucuras da superstição” ele compara, para recusá-las igualmente, “as extravagâncias do filosofismo”⁷⁸ as quais, poder-se-ia dizer, só têm por objetivo “armar” contra a República “o homem que não é de modo algum um inimigo da liberdade, mas que está preso a um culto e que preza suas opiniões religiosas”. Ele mede com cuidado suas palavras, falando com uma tristeza calculada destas zonas “em que a filosofia (lenta a triunfar) esclarece menos o povo”⁷⁹, mas é no dia seguinte, 6 de dezembro, que Robespierre vai fazer a Assembléia lançar um decreto solene, conforme à *Declaração dos Direitos do Homem*: “A Convenção Nacional proíbe toda violência, ou ameaça,

contrária à liberdade dos cultos". A 12, como ele quer acabar com Cloots, ele insiste — com um certo exagero, um pouco incômodo — sobre sua completa adesão, da qual ninguém poderia duvidar, à libertação espiritual que convém cumprir-se; e ele vai até a declaração de que no seu entender "o movimento contra o culto" teria podido "tornar-se excelente (*sic*)⁸⁰" se ele tivesse sido bem-conduzido, e "amadurecido" somente "pelo tempo e a razão". Como se podia esperar, esta concessão teórica só existia, em Maximilien, para melhor denunciar os "grandes males" resultantes da atitude inversa, impaciente e brutal: apenas tinha ele dedicado esta cláusula formal aos que combate, ele se lança contra a abjuração de Gobel que ele trata, sem amenidades, de "mascarada filosófica"⁸¹.

Sempre nos Jacobinos, a 16 de dezembro Robespierre rejeita uma moção de Bourdon de l'Oise que reclama a exclusão imediata de todos os padres inscritos até então no Clube. E Maximilien apóia-se neste incidente para renovar as condenações que lança à "guerra ao culto" que provocou, diz ele, "males sem-número na classe do povo ainda pouco instruída, e cujos preconceitos e fraquezas não se respeitou o suficiente"⁸². Às irritações abafadas que, sem nenhuma dúvida, gera, numa parte de seu auditório, o vocabulário enfeitado de que Robespierre faz amplo uso e que lhe serve, automaticamente, de preâmbulo a qualquer nova condenação do "filosofismo" em ação, acrescenta-se o mal-estar que provocam os elogios que ele ousa outorgar — por quê? — a estes cidadãos exemplares, membros do "que se chamava (ainda ontem) o baixo-clero" e que provaram sua ligação com a Revolução "por uma série ininterrupta de sacrifícios"⁸³. O *Mercur Universal* não omite, no relatório desta sessão de 16 de dezembro, uma frase que não destacou o *Monitor* mas que terá certamente ocupado seu lugar na lista, atualizada, dos fatos e gestos que designam bastante claramente Robespierre como um inimigo deste "desenlace" em que a Revolução encontraria seu pleno sentido. Ele não fustigou, a 16, "os que se utilizam do manto da filosofia para atacar a liberdade com golpes invisíveis"⁸⁴? Vamos ouvi-lo declarar, em 25 de dezembro, na Convenção, que ele vê "muita relação" entre "os fanáticos cobertos de escapulários e os fanáticos que pregam o ateísmo", e, se ele afeta maldizer "as loucuras da superstição*" é, naturalmente, para censurar, no mesmo ato,

* Quando Robespierre fala de "superstição", ele entende escapulários e milagres, sem dúvida também macerações e rosários. Em face, a mesma palavra significa muito simplesmente: fé em Deus.

“os excessos falsamente filosóficos⁸⁵”. Em 22 de dezembro, Robespierre após sua assinatura num decreto que ao que tudo indica ele próprio propôs: “O CSP querendo desconcertar as manobras contra-revolucionárias praticadas para perturbar a tranqüilidade pública ao provocar querelas religiosas, e querendo fazer respeitar o decreto pronunciado no 16 frimário (6 de dezembro) proíbe ao Teatro da Ópera e a todos os outros de representar a peça intitulada: *O Túmulo da Impostura* (...) e todas as que poderiam tender ao mesmo fim⁸⁶”. O autor do *Túmulo da Impostura* era Léonard Bourdon; quando, no 10 thermidor, cerca de duas e meia da manhã, ele indicará seu alvo ao revólver do jovem gendarme Merda, Léonard Bourdon terá uma conta pessoal a acertar com Robespierre.

Um projeto de discurso, encontrado pelos thermidorianos nos papéis de Maximilien, e que parece datar realmente de meados de janeiro de 1794, contém estes severos ataques contra “uma filosofia venal e prostituída à tirania que, esquecendo os tronos para derrubar os altares (...), punha a moral em contradição com ela mesma, confundia a causa do culto com a dos déspotas, os católicos com os conspiradores (um pouco mais adiante: “o crime de conspirar contra o Estado se reduzia ao crime de ir à missa”) e queria forçar o povo a ver na Revolução não o triunfo da virtude, mas o do ateísmo⁸⁷”.

No ponto em que chegamos de nossas investigações, é preciso ir, no que concerne Robespierre, ao fundo das coisas: em que consistia realmente seu pensamento religioso, e que papel tiveram, em seu comportamento e numa ação que o conduzirá — ele o sabe — à morte, as certezas digamos “metafísicas” que constituem a substância de sua identidade?

Mathiez, que trabalhou tão bem e cuja contribuição foi imensa ao perfil da verdade para fazer progredir nosso conhecimento do que foi a Revolução Francesa, não deixa de cometer um erro ao afirmar, no tom mais seguro, que Robespierre e Hébert “propõem-se a um mesmo fim, à descristianização, mas lançam-se a ele por meios diferentes^{88*}”. O mesmo autor sustenta, por outro lado, que se Robespierre “condenava o ateísmo” era “menos por razões filosóficas

* Por jamais ter estudado a questão, Mathiez permitiu-se igualmente esta enormidade: “Entre as idéias religiosas de Voltaire e as de Rousseau, a diferença não está no fundo, mas na forma” (Mathiez, *A Revolução e a Igreja*, 14).

que por considerações patrióticas⁸⁹". Ele está evidentemente persuadido que o "Ser Supremo", para Robespierre, é alguma coisa (e nada mais) como uma abstração de utilidade pública. Gustave Laurent, que edita em 1961, nas *Obras* de Robespierre organizadas pela Sociedade dos Estudos Robespierristas o tomo V consagrado às *Cartas de Maximilien Robespierre a Seus Comitentes*, introduziu nesta obra, a propósito da quinta *Carta* da segunda série (aparecida em torno de 5 de fevereiro de 1793), uma nota que ele acreditou — com razão — necessária para que se cessasse (como era, e ainda é, em geral, o uso) de viver sobre idéias sumárias e falsas quanto às convicções de Robespierre em matéria de religião. A atitude de Maximilien a este respeito, Gustave Laurent fazia questão de assinalar, "não era somente política"⁹⁰.

Aulard se distinguia de Mathiez neste ponto como em muitos outros. A extrema aversão que Aulard tinha por Robespierre fundamenta-se por um lado (importante) sobre as complacências significativas que ele lhe atribuía com respeito à "superstição"; ele lhe atribuía uma vergonhosa convivência secreta com os "carolas". Aulard escreverá mesmo que Maximilien, em sua raiva terrível contra o "pensamento livre", tinha encontrado, para destruí-lo, esta solução de uma eficácia radical: "matar os livres pensadores" (de onde o cadafalso para Cloots, Chaumette e Gobel); e ele resumia em duas palavras a imagem que ele se fazia do tão famoso Incorrupível: "um místico assassino"⁹¹. Místico, Robespierre? É verdade que havia uma "mística" no sentido que Péguy dava a esta palavra, em sua célebre oposição, e um pouco simplista*, entre "mística" e "política". No caso de Robespierre, é preciso acolher este termo em toda a sua riqueza e profundidade. J.-P. Domecq revela, em uma linha de seu ensaio bastante curto de 1984, que seu olhar foi direto ao nó do problema: Robespierre, diz ele, queria "restabelecer o sagrado no coração do Estado"⁹². Michelet, tão mal-intencionado em relação a Robespierre, Michelet que multiplicou contra ele as agressões venenosas** e que consagrou, em 1869, a este inimigo privilegiado, toda uma série de páginas intituladas *O Tirano*, Michelet, de

* Simplista porque se, em um homem de Estado, a "mística" não se traduz concretamente em "política", ela não passa de ilusão, ausência ou inconsistência.

** "Triste bastardo" de J.-J. Rousseau, e nascido "padre", falando um jargão religioso em que desenvolvia banalidades morais muito próximas de um sermão, Robespierre foi, em suma, "o gênio mau da Revolução" (M.I. 865-866).

repente, e por uma vez esquecendo os insultos — e a acusação de “hipocrisia” que ele repetiu⁹³ —, quando chega, em seu relato, à Festa do “Ser Supremo”, muda um instante de tom, e reconhece que naquele dia “o apelo a Deus”, de Robespierre, “por mais amarga e falsa que fosse sua natureza”, era “espontâneo, sincero”; e Michelet acrescenta uma observação inesperada, que é importante citar de imediato e cuja análise não tardará: “A idéia estranha de Robespierre era de que a França tinha perdido Deus e que ele o ia devolver-lhe⁹⁴”.

Na Introdução a sua *História Socialista da Revolução Francesa*, Jaurès escreve estas poucas linhas que, por si só, já dizem muito sobre sua visão de mundo: “O homem, força pensante, aspira à vida plena do pensamento, à comunicação ardente do espírito (. . .) e do misterioso universo”. Podia-se sem imprudência esperar que ele compreendesse Robespierre em sua identidade interior com um outro discernimento — quaisquer que tenham sido suas simpatias por este homem — que Mathiez e Soboul, vítimas de seus preconceitos. Robespierre, escreverá Jaurès, “tinha o senso religioso e apaixonado da vida”: “A obra revolucionária (. . .) por mais total que pudesse ser seu triunfo, aparecia-lhe bem pequena e bem superficial, antecipadamente emurchecida” pela fraqueza humana, a corrupção, “os vícios”; “a ação cristã parecia-lhe às vezes ter penetrado nas almas a uma profundidade que a ação revolucionária absolutamente não atingiria⁹⁵”. Impaciente como estava para defender um Robespierre suspeito por Aulard de contaminações clericais, Mathiez lançava a seu colega o desafio de descobrir em toda a obra de Robespierre uma frase, uma palavra que pudesse levar a pensar que Robespierre acreditava em qualquer um dos dogmas do cristianismo⁹⁶. Aventurando-se assim, Mathiez, sem dúvida, tinha perdido a lembrança da resposta a Cambon publicada por Maximilien na oitava de suas *Cartas* (primeira série), a 7 de dezembro de 1792, com esta clara alusão aos “dogmas grandiosos”, à “doutrina sublime” ensinada outrora pelo “filho de Maria⁹⁷”. Jamais Robespierre adotará

* Os próprios estudiosos de Jaurès esqueceram demasiado esta declaração de seu próprio punho, de modo nenhum surpreendente para quem conhece o que ele chamava sem mistério de suas “segundas intenções”: “A humanidade, longe de dever caminhar, como a um ideal, para a separação do espiritual e do temporal, é sua fusão, ao contrário, que ela deve desejar” (cf. Jaurès, *A Constituinte*, 534); o que corresponde exatamente ao anseio de Robespierre.

a terminologia ocasional e defensiva do *Père Duchesne* ou de Camille Desmoulins concernendo “o *sans-culotte* Jesus”; ele não tinha inclinação para estas vulgaridades capciosas. Mas, uma segunda vez, na mesma *Carta* de dezembro de 1792, ele se refere ao “filho de Maria”, a seus “anátemas contra a impiedosa opulência”, aos “consolos” que ele oferece “à miséria e ao próprio desespero⁹⁸”. Mas como Mathiez pode omitir a tranqüila audácia com a qual, face a uma Constituinte em que (Michelet o observou muito bem) “os voltairianos” estavam em maioria, Robespierre, a 16 de junho de 1790, não teme chamar Jesus Cristo de “o Deus bondoso que mostrou-se aos homens sob a aparência da pobreza⁹⁹”?

Eu já o disse, mas não creio seja supérfluo repeti-lo e insistir nisso a fim de dissipar toda confusão, de afastar todo contra-senso: Robespierre não trabalha em proveito do catolicismo*. Quando ele fala dos “preconceitos” que combate, e de seu desejo de que o povo seja mais “instruído”, ele não busca somente poupar-se das incriminações. Digamos que ele força um pouco a voz, taticamente. Mas não há dúvida que, para ele — como para Pascal — “sustentar a piedade até a superstição é destruí-la¹⁰⁰” e que houve muito rapidamente, ai!, no cristianismo, uma invasão autoritária daqueles que Pascal (ainda ele) chama os “brutos” que foram “os judeus da nova fé¹⁰¹”. Nada é pior que uma fé petrificada na sua forma em detrimento do sentido que dela se retirou, e Robespierre acusa os padres (nós o ouviremos muito em breve dizê-lo com um arrebatamento que não terá nada de fingido) de terem desfigurado Deus, de tê-lo deixado irreconhecível e odioso. Ele pensa também — como Isaías, desta vez — que nossos “sacrifícios” e nossas “orações” não são o que Deus espera de nós, mas sim o esforço pela “justiça” e a defesa do “oprimi-

* Após uma conferência que fiz, há cerca de vinte anos, em Paris, na avenida da Ópera, diante de uma assembléia de franco-maçons, o organizador — um “dignatário” por quem eu tinha uma profunda estima em razão do papel que ele tinha representado na Resistência — confiou-me (um pouco como um segredo) que Robespierre tinha entrado em Arras, em 1788, numa loja maçônica. Ele falava disso não como de uma conjectura, mas como de um fato estabelecido; sua divulgação, como tudo o que diz respeito às questões de participação, era desaconselhada, mas enfim, “com tanto tempo”, como dizia meu interlocutor, ele acreditava poder se permitir esta indiscreção. Eu não fiquei surpreso nem incomodado. A franco-maçonaria de outro tempo tinha pouca relação com o que se viu, na França, no final do século XIX e começo do XX. O engajamento que assumia Robespierre não contradizia em nada — muito pelo contrário — sua boa vontade generosa.

do*'. Querem a todo preço atingir e salvar a essência mesmo do cristianismo através de uma religião doente, "como o fundidor respeita o ouro numa moeda alterada", esta paixão nobre que um Lamartine, cheio de ilusões, atribuía a Vergniaud¹⁰², não é aos girondinos que ela se aplicaria, na verdade, mas sim, e de maneira incontestável, ao Incorruptível. E Jaurès, por escrever na hora em que o "modernismo" aprimora o pensamento religioso, acredita poder atribuir como objetivo a Robespierre "uma espécie de adaptação modernista do cristianismo"¹⁰³.

Como ele se engana, o excelente Mathiez, ao declarar que, da "idéia de Deus". Robespierre só "retinha a utilidade social"¹⁰⁴. O "deísmo" de Robespierre não tem nada a ver com aquele que Pascal rejeitava duramente, dizendo que o considerava "quase tão afastado da religião cristã quanto o ateísmo"¹⁰⁵. É a Montaigne, parece, que Pascal se refere, talvez também a Descartes. Mas precisamente o Deus de Maximilien não se assemelha "ao dos filósofos e dos sábios". Nem longe nem impessoal e ainda menos — estilo Voltaire — precioso fantasma para uso dos imbecis. Se Robespierre diz, de preferência, para designar Deus, o "Ser Supremo", é sem dúvida — a sugestão, válida, é de Michelet¹⁰⁶ — porque "a palavra pertence a Rousseau", mas é, ao mesmo tempo, porque vê nela — talvez erradamente — um meio de reanimar uma linguagem embaciada, de dar vida a uma fé embotada e mecanizada, a uma incitação capital cujo apelo seus contemporâneos não escutam mais. O "Deus dos filósofos e dos sábios", se Pascal o recusa, é que ele não é "sensível ao coração". Ora, é precisamente a este conhecimento do coração que Robespierre dá um valor decisivo. Para ele a realidade divina está inscrita em nós mesmos, e é, na raça humana, um "instinto sagrado". Seu Deus é tão pouco nominal, teórico, abstrato, que ele se dirige a ele ("esta causa é a tua"), que ele lhe fala do fundo de sua "alma", que ele extrai sua força desta presença. Nós estamos aqui muito longe, infinitamente longe, dos que tomaram (ou ainda tomam) Maximilien por um frio retórico. Prestemos atenção às recordações de Élisabeth Lebas (nascida Duplay) que o conheceu de perto, durante três anos, e que não diz: "Aconteceu-lhe de..." mas que

* "De que me valem seus inumeráveis sacrifícios, disse Yavé (...) tenho horror de incenso (...) suas peregrinações, eu as detesto (...) elas me arrasam (...) Rompam com o mal (...) preocupem-se com a justiça, socorram o oprimido" (Cf. Isaías, I, II-17).

escreve positivamente: “Quantas vezes ele brigou comigo porque eu não parecia acreditar (acreditar em Deus) com o mesmo fervor que ele!”; “tu serias muito infeliz”, dizia ele, se tu te privasses desta verdade; “é o único consolo sobre a terra¹⁰⁷”. Poder-se-ia dar crédito ao testemunho de um alemão, divulgado em Berlim em 1794, e do qual toda difusão na França pode ter sido proibida assim que se iniciou? Este viajante, informado, que sabe que Robespierre vive na casa dos Duplay, e “come na mesa de seu anfitrião”, acrescenta um detalhe do qual Maximilien não teria desejado a divulgação. Texto (no presente): “É sempre ele (Robespierre) que faz a prece antes das refeições¹⁰⁸”. Se a indicação é verídica, ela explica melhor a “jesuiteira” ridicularizada por Danton.

No espírito de Robespierre, o ateísmo é um mal para o homem, um malefício da parte dos que se o reclamam e o divulgam. Uma vez mais, e muito provavelmente sem que tenha consciência disso*, Maximilien junta-se a Pascal, quando este último pergunta se é prestar serviço a nossos semelhantes reduzir “nossa alma” a uma “fumaça¹⁰⁹”, quando ele ensina: “Nada marca mais uma má disposição do coração que não desejar a verdade das promessas eternas¹¹⁰, e quando ele vê Deus suscitar a aversão daqueles “cujá cobiça ele perturba¹¹¹”. Para Robespierre, como para Pascal, quando se trata da existência de Deus, do sentido da vida, de nosso “destino”, pode-se dizer que aí trata-se de “nós mesmos e de nosso todo¹¹²”. E eu penso que não teria sido preciso pressionar muito Robespierre para que, interrogado cara a cara, e olhos nos olhos, sobre a escolha que ele seria obrigado eventualmente a fazer entre um ateu e um padre, ele teria reconhecido que, entre dois homens, dos quais ele não amava nem um nem outro, ele julgava sem hesitação o padre, com todas as suas sujeiras e seus erros, infinitamente menos prejudicial que o ateu. Assim o anticlerical irredutível que era Hugo sexagenário não o confiava menos a Stapfer, em 1867, que ele teria desejado poder voltar a Paris, por um único dia e um único momento, apenas o tempo de ir votar, *quai* de Conti, para barrar a Taine o caminho da Academia, mesmo que fosse apoiando contra ele Dupanloup, sim; o funesto bispo Dupanloup, menos desastroso no final

* Porque Pascal é pouco lido no século XVIII, salvo por Voltaire, clarividente e que mede o perigo que faz correr às Luzes este grande morto irredutível.

das contas para a humanidade que o outro, o laico, com seu materialismo determinista.

A fé de Robespierre acompanha-se de uma vontade. O que ele quer — e ele o dizia desde sua carta a Beaumetz em 1790 —, não é outra coisa que o que anunciava o apóstolo Pedro em sua segunda epístola (III, 18): “Uma nova terra onde a justiça reinará”. E se é perfeitamente verdade que Mao Tsé-Tung tinha sonhado para seu país com uma humanidade transfigurada (um texto seu chega até a falar de “novo nascimento”), Robespierre também quis um regime em que as instituições de nada valeriam se não ocorresse uma mudança fundamental nas disposições humanas. Quando J.-P. Domecq constata que, para Robespierre, “a ética comanda o político¹¹³”, ele pode fornecer vinte provas, quando mais não seja este aforismo: “Somente é útil o que é justo”, ou: “O que é imoral é impolítico”. A palavra “virtude*” que Maximilien ama e repete e que Danton traduziu por uma grosseira ironia, ele próprio a definiu claramente: o sentido cívico, “o amor à pátria, o devotamento magnânimo ao interesse geral”; “a alma da República é a virtude¹¹⁴”. Nós estamos aí no centro do que Robespierre, homem de ação, se designou como objetivo. Saint-Just sabe que ele adere ao mais profundo pensamento de Robespierre quando faz da República, em seu discurso de abril de 1794, antes de tudo uma transformação dos corações: “A passagem do mal ao bem, da corrupção à probidade”; “para que a República se solidifique, dirá ele (imaturo, não?, ingenuamente pueril este reformador de vinte e sete anos apenas saído da adolescência), é preciso sermos tão bons quanto o fomos maus antigamente”. E quando, no mesmo dia, ele declara que é “preciso consagrar-se à formação de uma consciência pública”, ele não ignora que exprime o próprio anseio de seu mestre e amigo: “A República está mais proclamada do que estabelecida. Nosso pacto social ainda resta a fazer¹¹⁵”. A 5 de fevereiro de 1794, Robespierre apresentou na Assembleia um relatório cujo título revela plenamente a intenção: “Sobre os princípios de moral política que devem guiar a Convenção

* Em 5 de fevereiro de 1794, na tribuna da Convenção, Robespierre diz que a “virtude” é “a força da alma” que nos faz “preferir o interesse público a todos os interesses particulares” (R.O., X, 153) e, a 7 de maio, ele declara: “O patriota não é nada mais do que o homem probo e magnânimo” (*id.*, 462). Foi de certo modo um abuso de linguagem que se permitiu Serge Bianchi para sua obra de 1983: *A Revolução Cultural do Ano II*. Estas duas palavras só teriam sentido se aplicadas à tentativa essencial de Robespierre.

Nacional na administração interna da República". Ele pensa que é agora ou nunca. É preciso aproveitar da onipotência de um poder de exceção, o "governo revolucionário", para orientar definitivamente a Revolução no sentido que ele sempre quis vê-la tomar. A situação interna não é má. O fervilhar das conspirações parece se atenuar. Robespierre está perfeitamente consciente do fato que ele tem diante de si, na Assembléia, uma quantidade de pessoas a quem incomoda — é o mínimo que se pode dizer — suas preocupações religiosas. Ele elaborou um projeto que daria à República, tal como ele a concebe, todo o seu significado e toda sua grandeza; mas talvez seja conveniente adiar ainda por algumas semanas a exposição ao público deste grande intento. Surgirão aliás, para obrigar Maximilien a se retrair, crises políticas bastante graves, lado "ultra" e lado "citra", que será necessário resolver primeiro pelos meios mais radicais. Em 5 de fevereiro de 1794, Robespierre se aplica a traçar uma imagem tentadora da sociedade com que ele sonha, a "nova terra" respirável, habitável, feliz, que poderia ser a França onde Deus — vai se ver isto em breve, o mais breve possível; no momento apenas tocar no assunto —, o verdadeiro Deus vivo seria reencontrado, reconhecido, amado e servido. Pungente, quando se sabe onde está arraigada — e sobretudo que malogro lhe está reservado — esta série de "nós queremos" proferidos por um Robespierre cheio de esperança: "Nós queremos uma ordem de coisas onde as paixões baixas e cruéis sejam aprisionadas, as paixões benéficas e generosas estimulada pelas leis (...) Nós queremos substituir a moral ao egoísmo, a probidade à honra, os princípios aos costumes, o dever às conveniências, o desprezo do vício ao desdém da infelicidade, a altivez à insolência, a grandeza de alma à vaidade (...) as pessoas boas à boa companhia"; nós queremos "cumprir os destinos da humanidade"¹¹⁶". Como seria belo se, graças a ele, através do país brilhassem as boas vontades! Se ele se sentisse transportado por um movimento de esperança, uma onda de fundo plebeu! Ele sempre quis se persuadir de que "o povo", se ele não é pervertido por corruptos, vai espontaneamente ao que é bom, ao que é justo. Ele reafirma o quanto lamenta "a guerra declarada à divindade", estúpida e culpada "digressão" no momento em que nossas fronteiras continuam ameaçadas. Um basta a estes insensatos que, "esquecendo os austríacos para fazer a guerra aos devotos", em lugar de "reconquistar nossas fortalezas" querem "atacar as igrejas e escalar o

céu^{117*}". Este parágrafo de seu relatório não é o que, estejamos certos, Robespierre preza mais. Questão pontual, episódica, controlada aliás, sob sua forma extrema — exceção feita aos incidentes locais — na província. A grande questão, para Maximilien, é o esforço para que apareça este mundo regenerado que ele estaria pronto, se ele não temesse os sarcasmos, a nomear, como ele o faz sem dúvida na intimidade dos Duplay: "o reino de Deus", esta República dos "corações puros" cujo surgimento nós já o ouvimos desejar nestes exatos termos¹¹⁸.

Em 6 de abril, Couthon — em acordo, sem nenhuma dúvida, com Robespierre, que mesmo talvez lhe tenha pedido para agir em seu lugar —, Couthon anuncia que festas decadárias acontecerão em honra do "Ser Supremo"¹¹⁹. Assim, corrigindo a abolição do domingo, Robespierre deseja que, a cada dez dias, a nação seja convidada a guardar o contato com um Deus Pai do Estado, origem e fim da criatura humana. Ele pede muito. Esta celebração religiosa regular não deixará de exasperar todos aqueles para quem a simples menção da "divindade" é uma confissão de superstição. Maximilien renuncia ao projeto. Couthon não renovará mais sua tentativa de 6 de abril. A preocupação em ser verídico deve aqui nos introduzir a ressaltar fortemente que Robespierre, por mais "crente" que seja, não tem nada de um inquisidor nem de um intolerante, perseguidor a seu modo. A 28 de setembro de 1793, nos Jacobinos, ele foi visto tomar a defesa de um ateu virulento, um patriota rudimentar apelidado "Pas-de-Bon-Dieu**" que, apresentado pelo estado-maior do "exército revolucionário", corria o risco de ser afastado em razão de suas veemências anti-religiosas; e Robespierre tinha levantado o obstáculo¹²⁰. Quando, em 13 de abril, Gobel e Chaumette vão juntos para o cadafalso, alguns dirão que esta dupla morte é uma exigência de Robespierre advertindo os ateus do que os espera daí para a frente. Ora, o próprio Michelet reconhece que se, entre os considerados do ato de acusação, figurava, para um ou outro, o crime de ter desejado "apagar toda idéia de divindade", Robespierre não tinha nada a ver com isso: "desajeitado louvor", diz Michelet (ou muito possivelmente perfídia), de Fouquier-Tinville e do presidente

* A ênfase substituindo a ironia, esta imagem emprestada (conscientemente ou não a Robespierre) conhecerá, já se sabe, com respeito à Comuna, um destino histórico.

** Nada-de-bom-Deus. (N.T.)

Dumas¹²¹. Então, não, nada de excesso. Nada de restabelecimento obliquo do que os maledicentes chamarão de uma missa como sucedâneo. Robespierre, neste ponto, prefere pesar discretamente sobre a Comuna — que lhe é, desde então, inteiramente devotada — para que ela feche os olhos sobre o não-respeito ao “décadi” por muitos lojistas que voltam discretamente ao repouso dominical. A 24 de junho, entretanto, este fechamento só foi admitido para a meia-jornada; mas, “na realidade”, escreverá Michelet, “os lojistas só fecharão aos domingos e os católicos terão ganho de causa¹²²”.

A 7 de maio de 1794 (18 floreal ano II), Robespierre se decide a dar o salto, a arriscar-se ao ato capital de sua vida, para o qual tendia — não tinha deixado de tender — todo seu trabalho a serviço de uma Revolução que só tem sentido para ele se resultar num desabrochar das “almas”. “Sobre as relações das idéias religiosas e morais com os princípios republicanos”, tal é o título acintosamente escolhido* por Robespierre para esta exposição em que ele vai, de fato, “expor-se” mais do que nunca, abandonando as alusões breves e os propósitos aveludados para dizer tudo o que pensa de uma escola “filosófica” cujos discípulos são numerosos a sua volta e que tomarão suas palavras como blasfêmias. Aulard se indigna por este atentado com o qual Mathiez, ao contrário, se rejubila: “Tocar em Voltaire, que sacrilégio! Reconheçamos que Robespierre cometeu este sacrilégio e felicitemo-lo por tê-lo cometido, por respeito à História¹²³”. Maximilien declara, ao começar, que ele vai “submeter a sua meditação (aos senhores, representantes do povo) verdades profundas determinantes para a felicidade dos homens”. Segue-se esta afirmação-constatação em que reaparece o pensamento de Jean-Jacques em seu primeiro “discurso”: “Os povos da Europa fizeram espantosos progressos no que nós chamamos de as artes e as ciências, e eles parecem ignorar as primeiras noções da moral pública”. Ora, diz Robespierre, “a finalidade de todas as instituições sociais é dirigir os homens para a justiça; o fundamento único da sociedade civil é a moral¹²⁴”. Aqueles de quem foi preciso libertar a nação por-

* Como teria sido fácil colocar o Robespierre de maio de 1794 em contradição absoluta com tal afirmação pronunciada por ele em fevereiro de 1793. No quinto número de sua *Carta* (segunda série) ele não tinha declarado energicamente: “Nós devemos nos abster de chamar a atenção pública sobre as idéias religiosas”? (R.O., V, 270) E que outra coisa faz ele agora? Mas em fevereiro de 1793 seu firme conselho de abstenção tinha como único objetivo afastar “certas propostas exageradas”, fazer calar certos propagandistas das “Luzes”...

que eles a levaram a sua destruição foram, sucessivamente, “Brisson e os girondinos, que queriam armar os ricos contra o povo”, a “facção de Hébert” cujo sistema era o de “afagar” a multidão para reduzi-la à opressão, e Danton, “o mais perigoso dos inimigos da pátria”, porque, sob as aparências que ele sabia se dar, era, de fato, o exemplar mais perfeito destes mercenários para quem “a Revolução é um tráfico, o povo um instrumento, a pátria uma presa¹²⁵”. São pessoas desta espécie que “buscaram extinguir todos os sentimentos generosos da nação com seu exemplo tanto quanto com seus preceitos”. Robespierre conduz com rigor sua demonstração. Ele chega aos descristianizadores, aos que “alegaram o ódio à superstição” para nos impor o “ateísmo”; e eis, sobre seus lábios, após o evidente eco de Jean-Jacques, a terminologia quase literária de Pascal; Maximilien pergunta que “vantagens” oferecem ao homem estes “apóstolos fogosos do nada”, que se esforçam para convencê-lo de que “sua alma não passa de um leve sopro que se apaga às portas do túmulo”, quando o homem tem necessidade, antes de tudo, destas certezas que “engrandecem seu ser¹²⁶”. E eis aqui a agressão já há muito pressentida por Gensonné e Condorcet, agora direta e brutal. Algumas “seitas”, declara Robespierre, lançaram-se ao ataque para destruir o que a humanidade possui, no fundo de si mesma, de mais precioso, de mais vital. “O mais poderoso” destes bandos nocivos “foi conhecido sob o nome de Enciclopedistas”. Maximilien tem múltiplas razões para atacá-lo e denunciá-lo: incontestáveis e sólidas razões políticas, primeiramente. Ele já o tinha indicado brevemente, há dezoito meses, a respeito de Helvétius; e o comportamento do abade Raynal era a melhor ilustração do pouco apoio que podia encontrar ou mesmo esperar uma revolução social do lado deste clã nefasto: a “seita” enciclopedista, diz Robespierre, “ficou sempre abaixo dos direitos do povo”; “seus corifeus declamavam às vezes contra o despotismo e eram financiados pelos déspotas; eles ora faziam livros contra a corte, ora dedicatórias ao rei, discursos para os cortesãos, madrigais para as cortesãs”. Eles foram vistos “combatendo a Revolução desde o momento em que temeram que ela levantasse o povo acima de todas as vaidades particulares”. Sua operação maléfica era infinitamente mais grave no plano moral: eles propagaram “com muito zelo o materialismo que prevalecia entre os grandes e entre os pretensiosos” — como este “acadêmico Condorcet, grande geômetra, diziam, no entender dos literatos, e grande literato, no dizer dos geômetras” e que apóiam os brissotinos-girondinos. A fra-

se seguinte é um enunciado bastante exato da lição dada a seus contemporâneos por este *Cândido* em que Voltaire, erigindo “o egoísmo em sistema, olha a sociedade humana como uma guerra de espertezas, o sucesso como a regra do justo e do injusto, a probidade como uma questão de gosto e de conveniência, o mundo como o patrimônio dos laráprios mais hábeis”. Normal, portanto, que Rousseau, e pela “nobreza (mesmo) de sua alma”, tenha merecido “o ódio e a perseguição” de todos estes “sofistas conspiradores que usurpam o nome de filósofos¹²⁷”.

Indispensável, em contrapartida, em seu discurso, e de imediato, uma severidade que ele não tem nenhuma necessidade de fingir contra os padres cujos interesses acusam-no (ele o disse publicamente, a 28 de novembro) de favorecer, quando ele é um adversário intratável deste “império” sobre os espíritos que se tinha outrora assegurado a Igreja graças à proteção — hipócrita — dos soberanos. Esquecendo mais do que devia, neste parágrafo, Grégoire e Dolivier e o grande número destes curas do campo cujo devotamento à causa do povo ele próprio saudou, ele só quer, por ora, lembrar-se do espetáculo repugnante e sacrílego dado por estes prelados tão indiferentes ao Evangelho quanto o foram ontem Bernie e Roham, hoje um Talleyrand. Nesses padres ajudados, sob a monarquia, por mil “padres de fundo de quintal” (ou de ruelas), Maximilien vê os principais responsáveis pelo declínio da fé na França, tanto eles traíram este Deus que tinham a missão de fazer conhecer. “Nada de mais semelhante ao ateísmo que as religiões que eles fizeram”; “à força de desfigurar o Ser Supremo, eles o aniquilaram (nos corações) tanto quanto ele o estava neles” e “tornaram-se para a moral o que os charlatões são para a medicina”. Eles “relegaram Deus ao céu” e só o “chamaram sobre a terra” para reclamar em proveito próprio riqueza, honra, poder. “Eles disseram aos reis: Vós sois as imagens de Deus”; “o cetro e o turíbulo conspiraram para desonrar o céu e usurpar a terra¹²⁸”. Não se deve permitir que o “filosofismo”, de um lado e de outro os padres indignos ceguem os olhos do povo quanto às coisas divinas: tal é a preocupação quase angustiada de Robespierre. A “felicidade” do homem — ele o disse desde suas primeiras palavras¹²⁹ — depende desta abertura de seu pensamento que lhe revelará, ao mesmo tempo, sua “dignidade” e seu destino*.

* “Dignidade”? Cf. sua homenagem a J.-J. Rousseau (em Fleischmann, *op. cit.*, 290). “Destino”? Cf. seu discurso de 5 de fevereiro (R.O., X, 352).

“Se a existência de Deus e a imortalidade da alma não passassem de ilusões, elas ainda assim seriam a mais bela de todas as concepções do espírito humano¹³⁰”. Mas nada, aí, de uma ilusão e de um sonho consolador. Este “conhecimento do coração” de que falou Pascal* ele sabe o que é, ele o vive. O incomparável valor humano, para Maximilien, da fé em Deus, é que ela se une essencialmente (sob pena de verbalismo ou de insinceridade) a uma exigência de “justiça”. O homem que acredita em Deus, se ele é leal, trabalha para fazer com “que seu reino se realize”. A primeira tarefa do crente é a destruição da iniquidade.

Maximilien vive na certeza de que um tal futuro só pode ter chance de se concretizar se os cidadãos se unirem numa adesão total ao “Ser Supremo” — “Grande Ser”, “Ser dos seres” — qualquer que seja o nome que nosso idioma, sempre insuficiente, dê a esta totalidade viva da qual nós próprios não teríamos idéia se não experimentássemos, no fundo de nós mesmos, o contato com ela. Daí o decreto que Robespierre vai submeter à representação nacional, neste 18 floreal ano II: “O povo francês reconhece a existência do Ser Supremo e a imortalidade da alma”. Tal é o artigo I. E eis o artigo II: o único culto que convém ao “Ser Supremo” e que responde a sua vontade, é “a prática dos deveres do homem”. Os “décadis”, em número de trinta e seis (três por mês, e doze meses), serão consagrados a festas de que o artigo VII dá a lista candidamente oferecida à derrição dos “espíritos cultivados” e na qual figuram, desordenadamente, as homenagens à “Verdade”, à “Justiça”, à “Coragem”, à “Bondade”, ao “Desinteresse”, ao “Amor” (sem esquecer ao lado da “Felicidade” a “Infelicidade”) e mesmo a “Fé conjugal” e também — Robespierre é cômico demais! — o “Pudor”. Artigo XV: “Será celebrada, a 20 prairial próximo, uma festa nacional em honra do Ser Supremo”. Data única, da qual Robespierre não parece prever a renovação, mas que não deixa de se constituir numa intronização temerária, à qual Jaurès não poderá subscrever, de uma metafísica de Estado.

A festa religiosa à qual Robespierre dá um tão grande valor pessoalmente prepara-se sob os cuidados de David. Ela não pode comportar improvisações, dado o que exige de trabalhos: estátuas gigantes e simbólicas das quais uma, inflamável e que representará o

* Robespierre o sabe? Nós já colocamos a questão. A resposta me parece ser: não. Entre Robespierre e Pascal o encontro se faz por si só, pelo alto.

Ateísmo, deverá, no próprio desenrolar da cerimônia, cair em cinzas para libertar, sob sua ruína, a Sabedoria. No Campo-de-Marte chegam aos milhares carradas de terra cujo conteúdo é amontoado e firmado para que se erga lá uma colina ampla e estável e mesmo com árvores plantadas, na qual se colocará não somente a Assembléia inteira (por mais mutilada que ela esteja pelas prisões e execuções, seus membros são ainda assim mais de 500) mas coros e toda uma figuração. Incidente, a 15 de maio, nos jacobinos: o representante Lequinio se teria conduzido, quando de sua missão na Charente, como um “descristianizador feroz”; este Lequinio não é, ainda por cima, o autor de uma obra intitulada *Os Preconceitos Destruídos* que prega o ateísmo? Mas o interessado já restabeleceu sua situação por um elogio extasiado do discurso pronunciado alguns dias antes por Robespierre. Na mesma sessão, após ter admitido que ele via “uma verdade” (*sic*) no conselho dado por Rousseau de “banir” da República “os que não acreditavam na divindade”, Robespierre tinha de imediato acrescentado que não pretendia absolutamente “pôr em prática” esta recomendação. Isto seria, no seu entender, “inspirar excesso de medo” a gente demais; ele diz mesmo, claramente: “uma grande multidão”. O que prova que ele de modo algum peca por otimismo quanto à dimensão do grupo que o observa e ao qual ele está prestes a desagradar profundamente¹³¹. Apressemos-nos em continuar, para tentar entrevê-la tal qual, a grande jornada de 20 prairial — ou seja, de 8 de junho de 1794 e festa de Pentecostes no antigo calendário. Eu não juraria que houve aí uma coincidência fortuita. Sem jamais reconhecê-lo — senão, talvez, aos Duplay —, Robespierre pode muito bem ter escolhido de propósito o 20 prairial (8 de junho) para estabelecer uma continuidade secreta entre a comemoração, para os cristãos, da descida do Espírito sobre os apóstolos, no sétimo domingo após a Páscoa e a homenagem a Deus que ele realiza em nome da França, o dia mais importante de sua existência.

Podia-se esperar algo de grotesco na teatralidade e na empolgação. O grotesco (ou o que se aproximou muito dele) não esteve ausente do espetáculo quando, no Jardim das Tulherias, aconteceu a cremação solene de um Ateísmo em papelão, cujos escombros só revelaram uma Sabedoria digna de pena, danificada e cor de carvão. O tropeço não comprometeu de modo algum a atmosfera deste dia que foi, em nossos anais, bastante espantoso, e mesmo emocionante, eu penso, para muitos outros além do pequeno Nodier, um garoto de quatorze anos, para quem estas horas do 8 de junho de 1794 se tor-

naram inesquecíveis. Houve realmente em Paris uma certa alegria difusa, uma embriaguez. Corriam boatos de “anistia”, boatos crescentes: que o Terror tinha acabado, que a guilhotina não reapareceria mais (de fato, nenhuma execução naquele dia). “A transparência do firmamento” — um tempo esplêndido, é verdade, um sol radioso — acrescida a uma euforia quase universal. “O povo vê nisto um milagre”, escreverá Nodier¹³². A Comuna sem dúvida não poupou conselhos, pressões, facilidades; sempre Nodier: “Nem uma só janela da cidade que não estivesse embandeirada; nem um único barquinho (no Sena) que não vogasse sob bandeirolas; as menores casinhas estavam decoradas com tecidos ou guirlandas¹³³”. Por todo lado — é ainda Nodier que conta — “as exclamações de um povo maravilhado a quem se acaba de devolver Deus*”. Era preciso ter visto isto para acreditar e para compreender que tudo era muito bonito¹³⁴. Eu revejo também a silhueta que Renan esboçou em suas *Lembranças da Infância e da Juventude*: este velho original Tréguier que era chamado “o senhor sistema”; ele não falava com ninguém; ele jamais ia à igreja, mas “Deus sendo para ele a razão das coisas, não suportava que o negassem”. Quando morreu, “o prefeito fez-lhe um funeral decente” e foi encontrado em sua casa, numa gaveta, “cuidadosamente embrulhado, um buquê de flores secas atadas por uma fita tricolor”; no papel, o defunto tinha escrito: “Buquê que eu levava na festa do Ser Supremo, 20 prairial ano II¹³⁵”. Aquele homem, que fazia pensar no convencional sem nome dos *Miseráveis*, tinha guardado consigo, como Nodier, a lembrança indelével desta “Festa-Deus”¹³⁶ desejada por Robespierre e tal como Paris jamais vira outra igual. Tentemos imaginar vagamente o que podia ser a cidade em que reinava de repente esta autêntica “satisfação” que evocara Robespierre no 8 thermidor¹³⁷, algo como uma felicidade um pouco extraordinária no esplendor da primavera, com seus tiros de canhão, que soavam, e o tumulto dos sinos em todas as igrejas.

Cada deputado estava munido de um buquê tricolor (uma rosa, uma margarida, uma centáurea). Robespierre que, desde o 4 e por alguns dias ainda, presidia a Assembléia, avançava na frente, em traje oficial completo, tendo três flores alfinetadas no peito e segurando na mão um enorme buquê que lhe tinham entregue (Éléonore, sem dúvida, ou sua mãe) na casa dos Duplay. Nodier o revê,

* Será daí que Michelet tirou sua frase que nós citamos sobre a “estranha idéia” de Robespierre (M., II, 813)?

caminhando, “mantendo altivo, com orgulho, seu rosto pálido”. Ele tem normalmente, diz-se, um rosto tenso, crispado. Neste 8 de junho, transfigurado, ele sorri, como se ele se sentisse transbordante, como se, dirá Nodier, um “entusiasmo” o atravessasse. Vilatte, que devia tudo a Maximilien e que, após o 9 Thermidor, cobriu-o de infâmias, Vilatte deixou pelo menos este testemunho sobre Robespierre no 8 de junho de 1794: “A alegria brilhava pela primeira vez sobre seu rosto¹³⁸”. Pode-se presumir que tinha sido submetido a Robespierre o texto do Hino ao Ser Supremo — cujo autor não foi, finalmente, o senhor J. Chénier; toda coloração católica foi dele proscrita; mas nele figuram “os filhos de Israel”, ou seja, através deles, o “Deus de Abraão, de Isaac e de Jacob”, ao mesmo tempo que Lutero e Calvino, discípulos do “Deus de Jesus Cristo”. Robespierre tomou por duas vezes a palavra. Como ele lançou às chamas uma estátua simbólica do ateísmo, ele se felicita — antecipação onde a esperança se queria certeza — por ter visto “entrar para o nada este monstro” que, segundo ele, “o espírito dos reis vomitou sobre a França”. Ele acusa paralelamente “os padres” — sem distinção — de um duplo crime: eles “atrelaram os homens, como vis animais”, ao “carro” dos déspotas, e deram sinistramente o exemplo de tudo o que é mau: “baixeza, orgulho, perfídia, devassidão e mentira”. Que o povo francês, de pé, e pronto para os importantes trabalhos que devolverão à humanidade sua natureza substancial, “eleve seu pensamento e seus votos” para Aquele que lhe deu a “missão de empreendê-los e a força para executá-los”. Robespierre acredita numa “missão” da qual o “Ser Supremo” encarregou a França. Ele se dirige a Deus para confirmar o artigo II do decreto votado a 18 floreal: “Nós não pretendemos endereçar-te preces injustas”, injustas porque elas seriam a solicitação de benefícios privilegiados; nossa prece é nossa aquiescência a ti, o comprometimento de nossa vontade a serviço da tua^{**}. Era a primeira vez que um governo falava de Deus ao povo com uma outra intenção que não a de enganá-lo para

* Michelet tem, sobre isto, uma opinião própria: este “sorriso” de Robespierre, a 8 de junho, na verdade é um sorriso que “faz mal”. Robespierre aparece-lhe neste dia como “um réptil que se retesa e levanta-se com um olhar indizível, horrivelmente amável” (M., II, 870).

** Ao texto de Isaías citado um pouco mais acima convém acrescentar em Miqueias (6,8): “O que Yavé reclama de ti? Nada além do cumprimento de sua justiça”; e em Amos (5, 23-24): “Quando vocês me oferecem holocaustos, eu não os aceito (...) mas que a justiça corra como uma torrente”.

melhor submetê-lo. “Homem”, diz Robespierre voltado para esta multidão que o escuta e de quem ele desejaria com força atingir a sensibilidade mais profunda e mais nobre, homem, pensa que se tu o quiseses “tu podes (mesmo aqui na terra) ligar tua vida passageira ao próprio Deus”. Tenha “confiança”, coração fiel. No mais fundo de ti, e no silêncio, e sem cessar, tu podes “te abandonar” a Deus, ao calor, à ternura de seu “seio paterno¹³⁹”.

Os insultos, as ameaças que foram proferidas contra ele, neste 8 de junho, no Campo-de-Marte, rapidamente superaram o brilho que de início o tinha invadido neste dia. Teve ele conhecimento do panfleto que Merlin de Thionville redige, colocando-o talvez em circulação somente com uma extrema prudência, enquanto Robespierre estiver vivo? Nele podia-se ler esta explicação bem simples da tão famosa festa de 8 de junho: Robespierre só “ressuscitou o Eterno” — “ressuscitou”, porque Deus está morto, absolutamente morto, para sempre — “porque o Eterno é invisível e ao fazer com que todos levantem os olhos para o céu ele os afasta da terra, onde queria que só se ouvisse sua voz¹⁴⁰”.

Sobre a forma e o ardor de seu pensamento religioso, nada mais a respigar, agora*, até o discurso que ele pronunciou na Convenção, na véspera mesmo de sua morte. A 26 de julho, embora sabendo — por Saint-Just — a que ponto Billaud-Varenne e Collot d’Herbois desejam que não se trate mais, nos debates da Assembléia, nem da alma nem de Deus, assuntos indesejáveis, temas estúpidos e ultrapassados, Robespierre, deliberadamente, volta a seu decreto de 8 floreal para se vangloriar e o define como sendo “por si só uma Revolução”, porque ele ataca ao mesmo tempo dois imortais inimigos da República: “O despotismo sacerdotal” e o “ateísmo¹⁴¹”. Ele diz — reconhecimento de que ele perdeu a partida, a grande partida que ele jogava — que, depois de sua tentativa de 8 de junho em favor do sentido da vida, e de nosso destino, “não se parou de ridicularizar tudo o que diz respeito a estas idéias¹⁴²”. Eles são os mais fortes — é um fato —, os corruptos misturados aos predicadores do nada. O que ele acredita, ele o gritará até que o amordacem; o que ele é, ele o será até que o matem. Tu estás presente, Fouché, e eu te interpelo — ao mesmo tempo que à alma de Chaumette que pensava como tu: “Não Fouché, não Chaumette”, não é verdade o que vocês inscre-

* Exceto esta obstinação em que ele se mantém de falar sempre e sempre da “Providência”, como o faz nos Jacobinos em 1º de julho (R.O., X, 514).

veram na entrada dos cemitérios sobre a morte: "Sono eterno". Erro! "A morte é o começo da imortalidade¹⁴³". Fouché e seu grupo saboreiam em silêncio sua vitória conquistada. Eles deixam discursar no vazio o inesquecível falador cuja sorte está selada. Tuas besteiras, Robespierre, tu não precisarás esperar muito para medir tu mesmo a inaniidade.

6

Incoerência?

Norman Hampson, que verdadeiramente trabalhou o melhor que pôde para se informar sobre Robespierre, confessa-se, no final, desconcertado: o homem que ele tentou compreender, ele não tem conclusão a seu respeito. Ele fracassou em seu esforço para alcançar, sobre Robespierre, uma “visão coerente¹”. E eu vejo perfeitamente onde está a falha, a evidente fratura na dita “coerência”. Ela se resume em duas palavras, um substantivo e um adjetivo, pelas quais — nós o dissemos — Aulard resumia o personagem de Robespierre: um “místico assassino”. Ah, sim, é inegável: Robespierre mandou matar muita gente; ele é responsável (não o único, mas o é) por inúmeras mortes. Este homenzinho, que teve apenas uma breve passagem na História da França, nela deixou um rastro de sangue indelével, uma cicatriz, uma marca, finalmente, em forma de pergunta. Eu não tenho a intenção de evitar esta questão. Eu direi o que eu penso, sem nenhuma escorregadela ilusória. Michelet vangloriou-se de ter, como ninguém, “anatomizado” Robespierre². Eu me abstei de representar o sabidão. Simplesmente, antes de abordar de frente uma questão que certamente não é simples, eu gostaria de lançar um pequeno número de reflexões úteis.

Uma fábula, no meu entender, uma interpretação tão malevolente quanto inexata, o que conta Michelet sobre as disposições, sobre o estado de espírito de Robespierre quando a Legislativa se reúne e que os girondinos se apressam a jogar nela o papel de dirigentes*.

* Eu temo também que nós não sejamos vítimas de um contra-senso a propósito da famosa frase atribuída a Mirabeau sobre este Robespierre capaz “de ir longe porque ele acredita em tudo o que diz”. Eu confesso reconhecer com dificuldade Mirabeau no diagnóstico que lhe emprestam, porque, se ele próprio foi “longe” no caminho do sucesso, certamente não foi seguindo este caminho de honesta lealdade.

Michelet, o “anatomista” esperto, descobriu que Robespierre teria suportado, na Constituinte, “situações atroz³”. Ele nela teria sido “objeto de escárnio dos dois lados da Assembléia⁴”. Daí sua transformação: humilhado, ulcerado, devorado pela raiva, de “galo” de província que era “torna-se gato⁵”, e mesmo gato-tigre. Sua verdadeira natureza se exterioriza; tudo nele é rivalidade, concorrência, inveja. Não concordo. Robespierre não é de modo algum desprezado, ou ignorado, o que, para ele, seria o pior, na constituinte, onde ele se desdobra, inconsolavelmente, e sempre no mesmo sentido, em favor dos que são esmagados, os “cidadãos não-cidadãos” porque eles são pobres, e contra um sistema em que “uma classe” da nação é munida de armas a fim de “conter a outra”. A prova do interesse que lhe dedicam, e da estima que ele colhe, nos é fornecida desde a primavera de 1790 por Camille Desmoulins que, no décimo-quinto número de suas *Revoluções da França e do Bravante*, louvou, nós o vimos, Robespierre, “este orador do povo”, “um dos mais firmes baluartes da sociedade nascente⁶”. Será necessário, além disso, lembrar a ovação feita pela multidão ao deputado de Arras, no dia em que a Constituinte se dispersa? Michelet quer que Robespierre, assim que apareceu no primeiro plano da vida pública, “a generosa, a brilhante, a estouvada Gironda”, tenha concedido com respeito a Vergniaud e seus amigos uma inveja furiosa. Eles disputavam-lhe sua popularidade; mais, eles “arrancavam-na de seus dentes”; “uma situação horrível para ele⁷”. Robespierre “odiava até a morte todo obstáculo” em seu caminho para a “tirania”. E quando, graças aos girondinos, a França — “momento maravilhoso” — “lançou-se na cruzada” (isto é, lançou-se numa guerra antecipadamente perdida e com a qual a Corte contava para acabar com a Revolução), Robespierre detesta este ímpeto de epopéia porque ele era devido a Brissot, Isnard, Gensonné e consortes; “tudo isto, pronuncia Michelet, foi-lhe odioso⁸”. Na mão do grande Jules não o pincel de um retratista, mas a broxa de um pintor de construções.

de. Ele não parou de enganar e de “dar a crer” até que ele tivesse se constituído, deste modo, um capital de crédito imponente o suficiente para conseguir um faustoso preço ao oferecê-lo, discretamente, à Corte. Eu veria Mirabeau, muito mais de acordo com seu personagem, divertindo-se com respeito ao jovem Robespierre e murmurando, cínico: um político desqualificado, este bobo, que cai em suas próprias estórias.

Por outro lado, eu acredito ter demonstrado que Robespierre jamais visou a uma onipotência, aliás, impraticável, e jamais será visto fazendo manobras secretas para se apossar do poder. Se ele se resignou, em julho de 1793, a entrar para o CSP após ter recusado esta honra, ele o fez por uma certa razão elevada que se pode imaginar^{9*}. É falso que ele seja, além do mais, o paranóico imaginado no estilo de hoje por seus inimigos que ainda estão por aí, e ainda tão veementes. Robespierre falou muito, poder-se-ia mesmo dizer sem cessar, de conspirações e traições; mas basta ter-se os olhos abertos sobre o que foi cotidianamente a vida política nos cinco anos durante os quais Robespierre desempenhou um papel significativo, para constatar que estas conspirações e traições se sucederam sem interrupção e que Maximilien enfrentou um rei mergulhado na traição, um Mirabeau impostor, um La Fayette, depois Dumouriez, os generais desleais, as manigâncias dos dantonistas e hebertistas, de Sieyès, de Carnot, de Vadier e de Cambon.

Ainda outra coisa: a História levou em conta tanto quanto deveria uma realidade patente? Para a maioria dos convencionais (a Plaine, o Marais, o Ventre), o que se passava depois do 10 de Agosto, este crédito concedido aos não-possuidores para a gestão das questões nacionais, constituía um parêntese escandaloso na vida do Estado, um parêntese que seria preciso encontrar os meios de fechar o mais rápido possível. É o que permitirá — enfim! — o 9 Thermidor. Que nós nos lembremos do que aconteceu em 1848 a Lamartine; porque ele apresentava um programa ao qual as “pessoas de bem” tinham horror, projetos insensatos, calamitosos, execráveis (o imposto sobre a renda, a nacionalização das estradas de ferro, etc.), o bando Falloux-Montalembert e todos os conspiradores da “rua de Poitiers”, quartel-general da direita, realizaram com sucesso contra ele uma magnífica operação; eles se organizaram para desesperar a classe operária e levá-la às barricadas. O governo viu-se obrigado a “restabelecer a ordem”; assim é Lamartine, é a República que terá feito atirar sobre o povo. Apenas esboçada a tragédia, Lamartine é derrubado. E Sainte-Beuve (que tinha tido tanto medo em fevereiro) maldirá o poeta criminoso: “Seus pés escorregaram no sangue. Lite-

* Eu acrescentaria uma boa observação — porém — de um Michelet às vezes equânime com respeito a Robespierre quando a cólera e o rancor não o cegam. Robespierre, diz ele com pertinência, era “um homem de autoridade mais que de governo, um homem de influência mais que de negócios” (M., II, 534).

ralmente em rios de sangue!” Tentou-se, e várias vezes, aplicar o mesmo golpe em Robespierre, em março depois em setembro de 1793, depois em torno de Hébert e de Momoro, na primavera de 1794, sem sucesso. Robespierre escapará da armadilha. Ele se orgulhará de ter conseguido conjurar toda revolta dos subúrbios, de governar sem jamais precisar recorrer à força contra uma insurreição plebéia*.

Ele louvará — sabendo do que fala — a “paciência” dos misérraveis; ele julgará mesmo “sublime” (em seu último discurso, 26 de julho de 1794¹⁰) esta aceitação do inevitável por uma multidão em farrapos cuja miséria cria a opulência dos poderosos. E eu sei muito bem que se estes infelizes não se revoltam contra suas condições de existência é porque perderam a esperança de sair dela. Robespierre não sabe como fazer para destruir as iniquidades. Ele não vê onde está a saída; estas “leis populares” que ele reivindica, ele não sabe como fazer para defini-las. Ao menos ele tem a sinistra convicção de que a política de Cambon, com suas emissões desatinadas de *assignats*, terminará em catástrofe. No 9 Thermidor existirão cerca de 8 bilhões de *assignats* em circulação. Robespierre liquidado, Cambon respira. A 14 de setembro, ele se expande, na tribuna. Ele evoca “estes negociantes tão desacreditados pelos anarquistas” e clama que é tempo de restituir “a esta parte importante da indústria nacional a dignidade e o vigor que ela tem o direito de esperar de um governo justo**”. E um certo Giraud vai exclamar, a 9 de dezembro: “Vocês

* Não é impossível que os julgamentos bastante severos feitos por Robespierre a Jacques Roux (cf. R.O., IX, 602 e X, 385) se devessem ao perigo que faziam correr à paz pública os propósitos bastante verídicos deste “raivoso” que podia, involuntariamente, suscitar em seu bairro dos Gravilliers uma terrível revolta. Michelet fala deste padre como de uma “besta selvagem” (M., II, 48). Esta fera, entretanto, ao perceber que será lançada à guilhotina pelo T.R., suplica aos jurados para não deixarem morrer de fome o órfão que ele tinha recolhido. Roux buscava constantemente encontrar socorro para os menos favorecidos de seus paroquianos, fazendo uso de manobras, impondo-se mesmo privações para ajudar tais ou tais famílias, num oceano de misérias, a não sossobrem. Nós devemos pensar que Robespierre confiou em Marat, que em seu *Publicista*, de 4 de julho de 1793, publicou as pretensas revelações de que falei? Eu não consigo acreditar nelas, sem supor Marat um baixo caluniador. (P.S.: Fico sabendo — tardiamente — que Jacques Roux tinha se despadrado no inverno de 1793-1794 e fazia então afirmações confirmando o que tinha declarado a Marat. Compreende-se, a partir disto, que Robespierre tenha perdido toda estima por ele.)

** Existe uma semelhança bastante forte entre Cambon e Necker. Necker com sua

não acham, de coração, que a liberdade para todos é o melhor dos regimes? (...) Evitem fazer a menor restrição a este axioma sagrado". É ao máximo que ele se refere, praticamente vilipendiado desde o verão, mas do qual convém apagar qualquer traço (salvo, sem dúvida, para os salários). O preço dos gêneros "sobe diariamente", nota Mallet du Pan, e "em proporções muito mais fortes que a queda dos *assignats*".¹¹ Em outubro de 1794 um *assignat* de 100 francos não valerá mais do que vinte francos em moeda de metal, e, no verão de 1795, o luís vai atingir de 800 a 1000 francos-papel. É o que Benjamin Constant, em 7 de agosto de 1795, assinala com alegria a sua tia Nassau. Benjamin nada em felicidade; sua amante Germaine de Staël o alimenta em peças de ouro, e ele se agita: "Jamais se viveu em tão bom mercado" ("se"?; Os ricos, os detentores de numerário); a querida tia deveria vir aproveitar, na França, de um tal paraíso: "uma partezinha de sua renda na Suíça seria o Peru aqui". Paralelamente, Mallet du Pan observava: "Ninguém seria mais digno de comiseração que o povo (de Paris) quanto aos meios de subsistência¹²"; "os comestíveis, dizia ele, estão — em *assignats*, é claro, única moeda dos proletários — a preços monstruosos¹³". Pessoas morriam na rua. Os suicídios se multiplicavam; alguns incidentes violentos, bastante previsíveis, tinham acontecido na primavera. Loève-Weimars, um conselheiro, em suas *Cartas Sobre o Estado da França* (elas serão publicadas em fevereiro de 1838 pela *Revisita dos Dois Mundos*) notou como segue o pequeno drama: "Uma população bêbada, fingindo estar faminta", invadiu a Convenção para reclamar por pão*. Mas a Assembléia, escreverá Mallet, "foi salva pelas pessoas de bem (*sic*)¹⁴". Os guardas nacionais dos bairros burgueses intervieram com bastante energia, e Pichegru, à frente de alguns batalhões de linha, restabeleceu a ordem em quarenta e oito horas; alguns celerados, ingênuos, tinham buscado refúgio na antiga basílica de Paris, como se as igrejas ainda pudessem ser, na idade das Luzes, lugares de asilo invioláveis. Pichegru tinha achado diver-

prática invariável do empréstimo para fornecer do que viver à monarquia, Cambon com suas emissões incessantes de papel-moeda. Um e outro não se tem nenhuma ilusão: tudo isto só pode acabar mal, muito mal para o Estado. Mas suas seguranças pessoais estão garantidas. Necker dispõe de uma enorme fortuna, ao abrigo de qualquer virada, e os Cambon fizeram, em cima dos bens nacionais, suntuosas operações.

* Os deputados tinham tido o cuidado de aumentar (do dobro) sua "indenização" diária.

tido este anacronismo, e foi no interior mesmo de Notre-Dame que os últimos sobreviventes da insurreição foram fuzilados. Boissy d'Anglas que, na noite do 8 ao 9 thermidor, tinha prometido a Fouché o apoio da Plaine para acabar com Robespierre, repôs, em 28 de junho de 1795, a sociedade sobre suas bases. Estava fechada a brecha do 10 de Agosto: "Um país governado pelos proprietários está na ordem" natural, disse ele numa torrente de aclamações. Curioso como a história oficial parece esquecer que foi exatamente a Convenção, e nenhuma outra Assembléia, que desembarçou a França das loucuras demagógicas. Um Fréron metamorfoseado — esquecidos seus massacres "patrióticos" em Toulon em 1793 — percorre as ruas da capital com suas equipes de jovens elegantes munidos de sólidos porretes; perseguia-se os que a delação (superabundante) designava como jacobinos mal-arrepentidos.

Então, o Robespierre "assassino"? Grande amante de efeitos cênicos, Michelet encontrou uma imagem impressionante. Robespierre toma suas refeições em casa dos Duplay. Duplay é um dos jurados, no TR. E assim, o que come e bebe Robespierre na casa dos Duplay é o "salário de um jurado, eu ia dizer o preço do sangue^{15*}". Deixemos ao escritor romântico seu gosto pelos grandes manjares e sejamos sérios. Todos os dicionários estão de acordo: o assassinato é um homicídio cometido com premeditação. O homicídio é o ato de matar voluntariamente um ser humano. O juiz que envia (ou enviava) um culpado à morte jamais foi considerado — pelo menos legalmente — como um homicida ou como um assassino; entretanto ele mata (manda matar, toma a responsabilidade de fazer matar) com premeditação. Não se poderia negar que Robespierre faz parte destas pessoas que, deliberadamente, enviaram seres humanos à morte. Esforcemos-nos por estudar seu caso com fidelidade.

Mauriac pensava em de Gaulle e em certos comportamentos seus quando se arriscou a esta opinião: "A política é talvez o único campo em que a renúncia à inocência torna-se mérito, torna-se virtude¹⁶". Diabos! Quantas facilidades oferecidas a

* Duplay, chefe de marcenaria e proprietário de imóveis, não tinha absolutamente necessidade de seu salário de jurado para assegurar a sua família uma existência folgada; ele se dispensava freqüentemente de ir ao Tribunal e se recusou, particularmente, a assistir o processo de Maria Antonieta assim como o de sua cunhada Elisabeth.

“renúncias” virtuosas que podem ir longe! Mathiez se contentava em admitir, tristemente, que o Terror praticado pelo “governo revolucionário” era uma medida austera, mas que tinha sido necessário tomar para garantir a existência da República e a integridade territorial da pátria. O próprio Joseph de Maistre não se inclina num sentido bastante próximo: absolvição de Robespierre, em nome da necessidade que verdadeiramente este último a concebia? O sangue correu, na Revolução, desde 1789, o sangue de Launay e de Flesselles, a 14 de julho; o sangue de Foulon e de Berthier em 22. A 6 de outubro cabeças cortadas, no alto das lanças, ornaram a multidão que traz — à força — para Paris a família real refugiada até então em seu asilo de Versalhes. Admite-se naturalmente mesmo entre “constitucionais”, antes do 10 de Agosto, que nas circunstâncias presentes algumas mortes violentas são inevitáveis. A frase de Barnave, um “moderado” no entanto, tornou-se célebre, a respeito das primeiras vítimas do movimento revolucionário: “Afinal, este sangue era assim tão puro?” E Camille Desmoulins reproduzirá, em janeiro de 1794, um propósito que ele ouviu de Mirabeau, em seu vocabulário de “libertino de qualidade”: “A liberdade é uma puta que gosta de ser amada sobre colchões de cadáveres¹⁷”. Saibamos, igualmente, que Robespierre não foi o primeiro a considerar como normal o recurso à guilhotina na luta política. Ele não tem nada de um pioneiro neste campo. Ele que tinha desejado a abolição da pena de morte só mudará de opinião, no que concerne a Luís XVI, no outono de 1792. Já fazia muito tempo, naquela data, que Isnard tinha se pronunciado pela pena capital; é a esta pena que deviam ser condenados, segundo ele, os inimigos da liberdade. Ele o tinha precisado a 25 de novembro de 1791: quando nós falamos de punições para os grandes culpados, dizia ele a fim de se fazer compreender com toda clareza, “nós queremos dizer: a morte”; já um mês antes, a 8 de outubro, o mesmo Isnard tinha declarado firmemente: “Algumas cabeças cortadas e os senhores verão fraquejar todos os nossos inimigos”. Brissot, nesta data-limite, ainda muito pouco republicano (tanto a monarquia lhe parece necessária a respeito da propriedade), Brissot, no mês de julho de 1792, reivindica “o gládio da lei*” contra os partidá-

* Os auditores não podiam ignorar a natureza deste “gládio”. Máquina de matar menos desumana que a força e mais segura que o machado do carrasco, a guilhotina tinha sido adotada, para a aplicação da pena capital, em março de 1791, pela Constituinte.

rios da República. Os girondinos utilizam sem timidez, em seu estilo polêmico, a evocação dos “cadafalsos” que é “tempo de erguer”, anunciava Kersaint a 24 de setembro de 1792. Em março de 1793, Vergniaud ameaçava abertamente a vida da rainha destronada; e Pétion, em 11 de abril de 1793, não tem mais nada do ar sorridente e doce que por muito tempo fora-lhe familiar: ele exclamava, com a fúria do temor que lhe inspiravam os “anarquistas” estilo Robespierre: “Eu só ficarei contente quando nós tivermos visto os homens que querem destruir a República deixarem sua cabeça sobre o cadafalso”. Além do mais, a cada um sua parte; a cada um o que lhe cabe; Robespierre não é o autor do Tribunal Revolucionário, criado a 8 de março de 1793 por iniciativa de Danton; e a idéia de “pôr o terror na ordem do dia” também não é dele; é uma sugestão proposta, a 5 de setembro de 1793, por J.-B. Royer, bispo constitucional de Ain e membro da Convenção.

Não deixa de ser verdade que Robespierre fiscalizou a atividade do TR. Nós o vimos, por várias vezes, repreender, incitar os juizes cuja severidade ele considera insuficiente. “Um excesso de fraqueza nos arruinará”, diz ele, a 11 de abril de 1793¹⁸. Nós devemos tomar ao pé da letra a reprimenda feita por ele, em 26 de julho de 1794, à equipe governamental que ele abandonou, de deixar sem aplicação, “de violar eternamente¹⁹” o “decreto contra os ingleses”? Trata-se do inacreditável decreto de 26 de maio de 1794, votado pela Assembleia, por instigação de Barère e proibindo às forças do norte, que têm frente a si as forças do Duque de York, de fazer qualquer prisioneiro. Os feridos que o inimigo, ao recuar, pudesse deixar no terreno, que ninguém se interesse por eles. Quanto aos soldados, “ingleses ou hanoverianos” que levantassem os braços para se render, que fossem exterminados. Eu ainda assim custo a acreditar que Robespierre tenha realmente desejado a carnificina dos 5.000 homens que caíram em nossas mãos quando Nieuport foi sitiada e conquistada. Eu sei somente que, em 21 de junho de 1794, nos Jacobinos²⁰, Robespierre cobriu de sarcasmos uma proclamação britânica considerando como uma aberração accidental, e sem significado, o decreto de Barère, de 26 de maio — “Nossas tropas, dizia com muita nobreza, palavra de honra, o Duque de York, não acreditarão na nação francesa, em seu desvario”. Quando, em outra época, a 30 de maio de 1791, Robespierre se exprimia na tribuna da Constituinte contra a pena de morte, ele tinha feito esta justa observação: “Um vencedor que mata seus cativos é chamado bárbaro²¹”. Ele não se lembrava

mais dela em 1794? Admitamos que, em junho e julho de 1794, Robespierre, que se controla mal, tenha cedido à atração dos frenesis verbais, quando tudo lhe parece bom para processar os Comitês. A realidade histórica permanece: Robespierre, a 5 de fevereiro de 1794 (17 pluviôse), com toda evidência, com toda clareza, apresentou o Terror como um instrumento regular e indispensável do governo revolucionário organizado sob seus cuidados. Eu tenho a certeza, tenho a convicção, de que Robespierre jamais sentiu o menor remorso, a menor culpa com respeito às execuções que ordenaram, durante meses, com seu pleno acordo — e às vezes sobre sua ordem expressa —, os Comitês de Salvação Pública e de Segurança Geral. Não mais do que Joana d'Arc, a pequena “santa” quando ela dizia cruamente e levada pelo mais belo ideal: “Dos Borguinhões eu só conheço um e gostaria que ele tivesse a cabeça cortada”. Os inimigos do rei são seus inimigos e ela deseja-lhes de bom coração mesmo quando não se trata de ingleses (eu penso em Perrinet Gressart) todas as hecatombes possíveis. Robespierre também tem inimigos que podem causar a perda da França e deste Estado melhor que ele se obstina em construir. Quanto à outra edificante figura de nosso patrimônio nacional, o “santo” rei Luís IX, ele devia, depois de muito tempo, dispor de informações bastante explícitas sobre as razias, violações e selvagerias diversas às custas dos infiéis, que cobria o estandarte sagrado das cruzadas. Foi entretanto com uma serena piedade que ele próprio tomou a iniciativa não somente de uma mas de duas expedições desta natureza, singulares, um pouco rudes, mas abençoadas.

Numa questão em que sobrevem uma grande consumação de carne humana, eu não vejo a que título não seria levado em conta e não poderia ser tomado em consideração o envio à morte, por estrategistas indiferentes, destes milhares e dezenas de milhares de jovens dos quais Bernanos dirá num texto veemente e por muito tempo mantido em segredo: “Os mortos de guerra são mortos à parte (...) abatidos brutalmente”, e a quem “tomou-se a vida como se retira a palavra a alguém²²”. Entre os mortos da guerra e os guilhotinados do Terror, a aproximação é mais do que inadmissível, ela é sacrílega, exclamam os indignados. Mas por quê? Estas “perdas” — como se diz em linguagem oficial — têm por motivo a salvação do país; exatamente o mesmo móbil a que obedecia Robespierre. O dito Robespierre terá a seu cargo um número derrisório de vítimas comparado à cifra dos mortos de que foi responsável, por exemplo, este general a quem a História de 14-18 critica somente (com prudência e respeito,

aliás) por ter, numa ofensiva fracassada e totalmente inoperante, perdido cerca de 30.000 homens*. E não falemos das montanhas de cadáveres que elevou através de toda a Europa o vagabundo corso, resolvido a fazer fortuna por todos os meios apropriados e que chegou ao triunfo de ter como matadores ao serviço de suas cobiças, muito simplesmente, cada ano, os convocados ao alistamento. Robespierre não fez matar ninguém para sua "glória" ou vantagens pessoais. Ele defende sua obra, levada pelo bem da coletividade, com execuções que seus próprios adversários, girondinos e outros, consideram como um dos atributos, um dos componentes, do ofício de governante. Nada de pilhérias polêmicas idiotas sobre Robespierre-Khomeiny ou Robespierre ancestral do terrorismo contemporâneo. Robespierre jamais imaginou impor a ninguém sua própria filosofia com pena de morte para os indóceis. Quanto aos terroristas de hoje, eles matam ao acaso e não importa quem para obrigar o Estado a deliberações que eles exigem. Nada de comum com o método montanhês para intimidar os defensores da contra-Revolução.

Dito isto, se me perguntam a quem, entre Robespierre e Gandhi, eu prefiro, eu respondo, evidentemente: Gandhi. Mas, ao mesmo tempo, duas frases de Graham Greene, em seus *Comediantes*, permaneceram gravadas em mim, desde que eu as conheci. Primeiramente esta, que ele empresta a um de seus personagens, um médico, o Doutor Magiot: "Eu preferia ter sangue nas mãos do que a água da bacia de Pôncio Pilatos"; e esta observação de um pequeno cura, teólogo de ocasião: "A violência é uma imperfeição da caridade. A indiferença é a perfeição do egoísmo".

"Só existe em todo o Estado, escrevia Saint-Just, um número muito pequeno de homens que se ocupam de outra coisa que não de seus interesses e de sua casa²³." Saint-Just pensava certamente em Robespierre como fazendo parte deste "muito pequeno" grupo de excepcionais, ligeiramente incômodos, e que estão em absoluto desacordo com o grande Voltaire. Este príncipe do bom senso não fazia mistério de seu credo pessoal, lei da razão e regra de vida; ele tinha escrito em versos sua máxima:

* Segundo o brilhante estudo de Donald Greer (1935), o Terror fez perecer cerca de 14.000 pessoas, sendo que mais de 11.000 na província.

*O prazer é o objeto, o dever e o fim
De todos os seres razoáveis.*

Daí naturalmente, entre Voltaire e Robespierre, uma incompatibilidade radical quanto a sua “visão do mundo” e ao bom emprego da existência. Eu teria tendência a julgar que, a 26 de julho de 1794 (8 thermidor ano II), em sua alocução final e quase póstuma a seus colegas convencionais, a voz de Maximilien tinha se alterado um pouco quando, repelindo uma emoção que teria provocado o escárnio de um Tallien ou de um Sieyès, ele tinha se aventurado a dizer: “Ela existe, eu lhes garanto (sic), esta paixão terna, imperiosa e irresistível, este zelo pelos oprimidos, este amor sagrado pela pátria (...), esta ambição de fundar sobre a terra a primeira República do mundo^{24*}”. O hipócrita em plena ação? Alguns, certamente, na Assembléia, estão persuadidos disso. Mas esta “saída” grandiloquente a qual Robespierre acaba de se entregar não passaria de uma comédia ridícula, se para um certo grupo atento ela não se ligasse estreitamente, neste indivíduo, a uma disposição radical, incontestável e irritante ao último grau: sua mania religiosa. Michelet revela a razão principal que o leva a detestar Maximilien, quando ele escreve, numa síntese reveladora: “o padre Robespierre²⁵”, e Aulard o tratará claramente de “carola monomaniaco²⁶”. É preciso ser reconhecido a Mathiez por ter trazido à luz esta verdade ainda hoje muito insuficientemente percebida; a ruptura que se produziu na Montanha, em torno de Robespierre, uma de suas “causas profundas foi mesmo a questão religiosa²⁷”. Outra observação sua e de uma igual justeza, mas acompanhada por um pálido sorriso: Michelet, Quinet, Aulard, “(quase) perdoariam o Terror a Robespierre, mas não lhe perdoam o Ser Supremo²⁸”. Nenhum esforço de imaginação é necessário para adivinhar o julgamento que podiam — ou podem — fazer sobre este aspecto lamentável de Robespierre tais pensadores diferentemente reconhecidos, de ontem e de hoje, republicanos, sem dúvida, mas mais próximos, em filosofia, de La Mettrie que de Jean-Jacques.

Um alguém, Robespierre, que, acreditando em Deus, não é dos que pensam que esta “crença” não implique em nada — mesmo que ela não esteja de acordo com a forma sociológica, tradicional e imi-

* O que prova que a seus olhos o regime americano não tinha nada de uma República verdadeira, porque ele estabelecia, de fato, a soberania dos abastados.

tadora, povoada de ritos afastados de seu significado. Um alguém, ao contrário, para quem esta fé, quando ela é, como a sua, sincera e ardente, comporta um compromisso de todo o ser. Robespierre crê em Deus “com toda sua alma, com toda a sua vida*”. O que escreverá um dia François Mauriac numa página de seu *Bloco de Notas*, Robespierre teria podido, por sua parte, tê-lo escrito nos mesmos termos; eu sou, dizia Mauriac, mergulhado como ele estava na política de seu país (e tomando partido, não sem coragem), um homem “envolvido em problemas de baixo por razões vindas do alto”. Um alguém, Robespierre, que fez em segredo, e talvez mesmo inconscientemente, um pacto com Deus, que deu sua palavra, pronunciou em seu coração, e sem ter necessidade de palavras, eu não sei que juramento imprescritível. Sua vontade adere inteiramente à solicitação de sua substância; é o que ele chama de “o instinto sagrado” que vive nele, indestrutível. Num mundo do qual ele suportou, cada vez mais, a opacidade, a aridez, um mundo cego e surdo, dédalo noturno, a um só tempo superocupado e vazio, onde a criatura, sem sabê-lo, sufoca de ignorância, de separação, de cativeiro, Maximilien Robespierre investiu-se de uma missão. Sua vocação — e ela é no fundo de seu coração como uma chama — é a de dar um sentido à História restituindo ao homem (como Jean-Jacques tentou fazê-lo por seus escritos, e quanto a ele será por seus atos) sua “dignidade”. Esta dignidade — a um só tempo salvação e única promessa de felicidade — reside na descoberta da relação que ele tem com a Fonte, ou seja, na acolhida feita a Deus. Um coração que se abre a Deus está ganho para o bem público. Ele se integra na coletividade para fazer com que ela se una numa respiração fraterna através do que cada criatura tem, ao mesmo tempo, de mais íntimo e de mais semelhante a outra. Lembrem-se, com respeito ao futuro Estado, dos pungentes “Nós queremos” de Maximilien em 5 de fevereiro de 1794; este Estado habitável onde reinaria a justiça, onde a generosidade se sobreporia à avariza, o dever às conveniências, em que as pessoas de valor substituiriam a boa sociedade, ele só tem chance de nascer aqui na terra se seus membros reencontrarem o sentimento do divino. O papel que se designou Robespierre, é, antes de tudo, de testemunho e de reconhecimento. Terá ele algum dia acreditado possível, concebível, realizável, esta transfiguração dos homens, que é, no fundo, seu objeti-

* É a Bernanos que eu empresto estas palavras, que estão numa carta escrita por ele, do *front*, a sua noiva, em 1916 (Bernanos, *Correspondência* I, 112).

vo? Um dia — em 3 de dezembro de 1792 —, ele olhou de frente, e designou com o dedo esta “contradição” invencível, que faz, disse ele, nossa infelicidade, entre a “depravação de nossos espíritos” e “a energia de caráter que supõe o governo livre ao qual nós ousamos aspirar”; “para formar nossas instituições políticas, seria necessário os costumes que elas (elas mesmas) devem nos dar²⁹”. Eco direto, ao que parece, no pensamento de Robespierre, do *Contrato Social* no qual Jean-Jacques viu perfeitamente o insolúvel nó do drama; para conseguir a construção de um Estado justo, “seria preciso que os homens fossem, antes das leis, o que eles devem se tornar através delas”. Robespierre quer uma República “na qual todas as almas se desenvolverão”, e ele necessita delas já para que se inaugure o movimento que permitirá à raça humana “cumprir seu destino”.

Mas enfim, mas entretanto, mas mesmo assim, existem seres vivos (e não somente ele) que já são, por seu desinteresse, seu civismo, sua total boa vontade, pessoas capazes de tornar concreta a República de seus sonhos. Os Duplay, primeiramente, toda esta admirável família, e Lebas, e muitos outros que ele conhece. Saint-Just? Está longe de um otimismo exemplar, Saint-Just, que diz em voz alta seu ceticismo: “O Terror pode nos desembaraçar da monarquia e da aristocracia. Mas quem nos livrará da corrupção³⁰?” Loucamente apaixonadamente, Maximilien tinha conservado sua esperança até o dia, o terrível dia... Nós assistimos a este drama. Ele quis ir rápido demais, ele cometeu um passo em falso, um erro, um erro condenável, ao querer fazer “reconhecer” pela nação axiomas que ela não o tinha absolutamente encarregado de proclamar. Por mais que Jaurès compartilhe o pensamento mais profundo de Robespierre, ele desaprova o decreto do 18 floreal que lhe parece — a justo título — como um abuso de poder, como a instauração, inadmissível, de uma religião de Estado. A 8 de junho, quando da inusitada “Festa-Deus” imaginada, realizada, por Maximilien, sobrevém a catástrofe. Tudo tinha começado tão bem, numa atmosfera radio-sa! Uma felicidade de não se acreditar. Então era verdade! Tinham-no compreendido! Iam segui-lo! Depois, de repente, estes gritos, lançados em sua direção, como uma lapidação. A implacável recusa. A violência do NÃO. A advertência que lhe é feita de uma barreira intransponível. A intimação que lhe fazem de não insistir mais, de recuar e de se calar. E ele recua com efeito; sobre estas festas decadárias cuja enumeração detalhada ele tinha proposto a 7 de maio, ele não ousará dizer mais uma só palavra. O 8 de junho de 1794 é a de-

monstração de seu fracasso. Que sinistra distância entre os traços iluminados de alegria que apresentava na manhã do dia 8 e o rosto desolado, ameaçador, que ele opõe quatro dias mais tarde, a Bourdon de l'Oise. Um desencorajamento sem nome o devora. Para que afinal suas responsabilidades oficiais? Ele só se mostrará no Comitê de Salvação Pública de passagem, por pura formalidade, até o 26 de julho quando desejará que tudo se termine.

Jaurès evoca esta “familiaridade obsessiva” que ele vê Robespierre manter com a idéia da morte³². Lembremo-nos do “benefício” que seria para ele o trespasse, dizia ele, em suas palavras ofegantes de 21 de junho de 1791³²; do “doce e glorioso destino” que cumulária seus votos se “o céu” o chamasse a “traçar com seu sangue” a estrada que “deve conduzir o país à felicidade e à liberdade³³”; das “honras do punhal” às quais ele se considera, como Marat, “predestinado³⁴”. De 25 de maio de 1791, isto: “eu, que não creio de modo algum na necessidade de viver³⁵”, e isto, a 27: eu jamais “fiz entrar em meus cálculos os benefícios de uma vida longa³⁶”. Ele está doente, nós o sabemos; é uma tuberculose, ao que parece, que o devora. Robespierre, deputado de Arras depois de Paris, é um homem que está prometido a uma existência breve. Mas ele está longe de encarar com horror este futuro próximo, porque suas crenças fazem parte de seu próprio ser. Ele é pudico, a este respeito. Ele só se abandonou uma vez em público (e porque ele tinha sido então provocado por Guadet; foi a 26 de março de 1792) menos a confidência sobre este tema que a uma breve alusão. Estas coisas não concernem ninguém. Talvez na casa dos Duplay — nesta intimidade onde todo mundo o ama, onde ele está confiante como em nenhum outro lugar — ele chegue a se exprimir livremente sobre uma fé que lhe é substancial. Ele lhes teria dito, na noite do terrível 8 de junho: “Vocês não me verão mais por muito tempo”. Compreendamos bem que a morte é desprovida, completamente desprovida de temor a seus olhos, e mesmo de incerteza. Ela é para ele espera e desejo, a aspiração da outra margem. Não é por acaso que, em 26 de julho de 1794 — seu destino se joga, ele o sabe, e ele o encara de frente* —, ele repetiu em plena Convenção a sua certeza de que a morte não é

* Neste 26 de julho de 1794, Maximilien não tem mais vontade de viver, de “sobreviver” de novo numa “realidade”, diz ele, onde a “conspiração triunfa eternamente sobre a Verdade, onde a Justiça é uma mentira”. (R.O., X, 566).

uma aniquilação, mas a entrada, pelo contrário, a entrada, enfim e para sempre, na luz e na verdadeira vida. Michelet imagina-o, em thermidor, “arrasado³⁷”. Sim, certo, em tudo o que se refere às suas esperanças temporais, e o que ele tinha considerado como sua missão. Após o 8 de junho e o fracasso, a destruição súbita e visivelmente irremediável de suas ilusões sobre o sucesso de seu esforço para guiar a coletividade em direção ao “único necessário”, Robespierre só vê a saciedade de sua alma, e a todo segundo, no além-túmulo. Mas o homem que, em sua mais real e ardente identidade, pensa o que pensa Maximilien da morte e de Deus, este homem experimenta em segredo, e quando ele o quer, uma profunda paz interior. Eu tive pessoalmente entre as mãos a prova satisfatória disto, como segue: há mais de meio século, no mês de agosto de 1932, eu trabalhava em Saint-Point na preparação de minha tese de doutorado (*Estudo Histórico e Crítico de “Jocelyn”*) nos arquivos lamartinianos. Eu era assistido, e orientado, pela secretária — benévola — do castelão. De repente esta senhora (enquanto eu transcrevia um texto inédito importante) me interrompe pedindo desculpas. Ela me interrompe porque pensa que eu estaria bastante interessado por um folheto que acaba de descobrir e que lhe parece fazer parte dos documentos fornecidos a Lamartine após a publicação de sua *História dos Girondinos*; era uma nota de polícia (ou a cópia, eu não sei mais) endereçada ao Comitê de Segurança Geral e concernendo Robespierre. Eu não tomei nota do texto e só posso indicar aqui o seu teor que se inscreveu em minha memória. A data precisa me escapa; mas ao menos eu posso afirmar que o mês era “thermidor”. O observador encarregado de acompanhar as ações e gestos de Robespierre e de sobre eles advertir a quem de direito, assinala que Maximilien, por dois dias seguidos — fazia um ótimo tempo —, dirigiu-se com seu cachorro “ao canto de um bosque” num gramado cuja inclinação descia em direção ao Sena, e que ele permaneceu lá, sentado, várias horas, imóvel, o cachorro Brout deitado perto dele. É tudo*. E me parece que não é pouca coisa. Assim, alguns dias antes do 9 Thermidor conclusivo, Robespierre dá a quem o observa a impressão da maior calma. Estranhas pessoas, estes “iluminados” (como dizem os sábios) que tomam a sério as ingenuidades evangélicas. Estes “corações puros” de que Robespierre falou com emoção, ele acredita

* Este documento — como muitos outros, ai! — desapareceu dos arquivos de Saint-Point.

deveras, segundo a lenda, que “eles verão Deus”. Quando Maximilien designa explicitamente “os ricos” como os inimigos (junto com os “corruptos”) da Revolução³⁸, quando ele chega ao ponto de afirmar que é “exatamente para não ser (ele mesmo) infeliz” que ele recusaria a riqueza, como não se lembrar da severidade do “filho de Maria” com respeito a estes “ricos” que, para entrar na casa do Pai, terão mais dificuldades do que um camelo teria para passar “no buraco de uma agulha”? E quando ele pensa — é muito freqüente — no destino cruel de Jean-Jacques do qual o seu próprio é uma espécie de repetição, ele dá crédito, eu o juraria, a esta outra promessa das Bem-Aventuranças: “Bem-Aventurados os que sofrem perseguição da Justiça, porque deles é o Reino dos Céus”. Desconcertante é a candura destes “místicos” estilo Robespierre; seus dias se desenrolam sobre dois planos, do qual um, subterrâneo, está ao abrigo das vicissitudes terrestres. Seria a alguma extravagância deste gênero que se vincula a perpetuação, em alguns privilegiados, do que se chama, segundo os gostos, puerilidade, infantilismo, espírito de infância, e do qual encontramos em Robespierre um traço insigne, e o mais inesperado: Hamel conta um detalhe do 7 thermidor, ou seja, do 25 de julho, ou seja, a véspera do discurso-torrente de um Robespierre que se poderia acreditar desesperado; que fazia ele neste fim de dia, a 25 de julho, o dito Robespierre, “bem no alto dos Campos Elíseos”, no “passeadouro de Chaillot”, com este jovem Duplay sobrinho (Duplay perna-de-pau)*? Risonho, “alegre” ao que parece, ele se divertia como um menino a pegar “besouros” em pleno vôo**³⁹.

Do relatório estabelecido pelos dois cirurgiões requisitados cerca de seis horas da manhã para fazer um curativo rápido em Robespierre e que tomaram nota de sua impassibilidade, eu desejaria extrair, para terminar, um detalhe mínimo mas que pode ter seu valor. Enquanto nós nos ocupávamos de seu ferimento, acrescentam estes dois clínicos, “ele levantava com freqüência os olhos para o teto⁴⁰”. Eu não estou certo de que este homem supliciado e que sabe

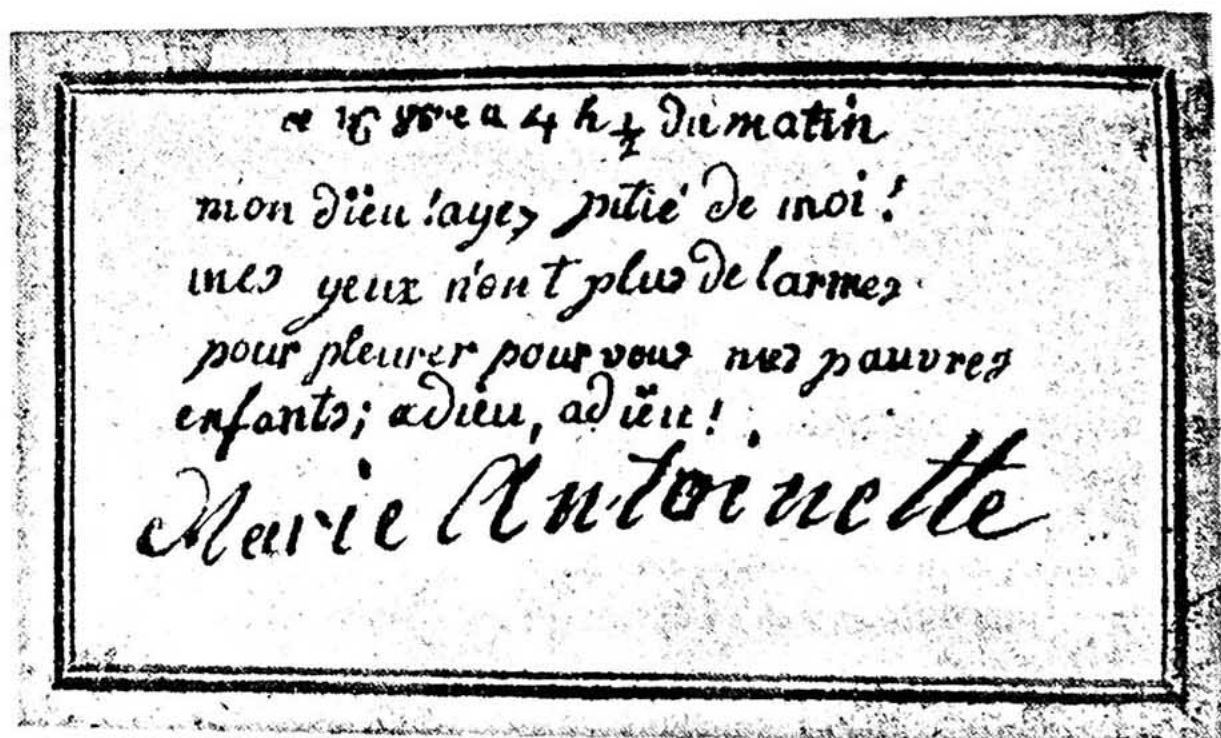
* Uma granada prussiana tinha lhe arrancado uma perna em Valmy.

** Por mais divergentes que sejam as afirmações que se seguem com a imagem corrente de um Robespierre taciturno e glacial, somos obrigados a prestar atenção às recordações de Charlotte, que nos mostra seu irmão “naturalmente alegre”, capaz de muitas risadas, dando gargalhadas quando é o caso, e explodindo “até as lágrimas” (cf. Fleischmann, *op. cit.* 200). Mas talvez ela se refira aí apenas ao Maximilien de Arras, de antes de 1789.

sua morte iminente se interessasse tanto pelas molduras de gesso, acima de sua cabeça.

Quem ousaria dizer Robespierre transparente, facilmente decifrável, isento de todo enigma? Ele quis — os fatos estão aí — reclamar, exigiu a morte da “viúva Capeto”. Mas como pode ser que Courtois, encarregado pela Convenção de inventariar os papéis deixados por Robespierre tenha neles encontrado um Ofício da Providência, livro de preces que Maria Antonieta tinha em sua prisão e no qual, na manhã de sua morte, antes do nascer do dia, ela tinha traçado algumas poucas palavras. Nenhuma razão legal explica como e por que Robespierre tinha entrado em posse desta relíquia. Sem dúvida deve-se acreditar que ele tinha por ela um interesse particular.

Não é pois inadmissível, nestas condições, imaginar Maximilien, “sozinho com sua alma”, e cheio de pensamentos que desconhecemos, meditando, no quarto ascético que ele ocupa em casa dos Duplay, sobre o autógrafo que se segue*:



... 4 1/2 da manhã

Meu Deus tenha piedade de mim! Meus olhos já não tem mais lágrimas para chorar por vocês meus pobres filhos. Adeus! adeus;

Maria Antonieta.

* Dado pela filha de Courtois à Biblioteca Municipal de Châlons-sur-Marne.

Posfácio

O que me aconteceu após a publicação de meu *Arrière-Pensée* de Jaurès me espera, novamente, eu temo — ou melhor, eu estou persuadido — com este livro: que insuportável mania esta, de Guillemain, de recuperação, de monopolização! Suas opções pessoais “em matéria de religião” (infantilidades que confinam ao burlesco numa era, afinal, “científica”), é preciso automaticamente que ele as atribua, por meio de contorsões e de prestidigitação, àqueles cujas idéias ele resolveu estudar. Eu já escutei alguns comentários antecipados sobre meu *Robespierre* onde saltam aos olhos a “doença” de que eu sofro: eu sou um ‘sectário’, um “obcecado”; eu tive mesmo direito a “convulsionário”...

E no entanto, eu só digo a verdade. Jaurès não declarou, na Câmara, em janeiro de 1910, que de seu ensaio de 1892 “sobre a natureza e Deus” ele não tinha “nem uma única sílaba” a modificar, e que o que ele outrora tinha escrito continua a formar “a substância mesma de seu pensamento?” (Urbain Gohier tinha-se lançado, com uma fúria exemplar, contra esta tese de doutorado em que a palavra “Deus se repete — segundo ele — “vinte vezes por página”). Max Gallo não é um atrasado, um retrógrado como eu, e entretanto ele teve a gentileza, em sua admirável obra sobre o *Grande Jaurès*, de considerar meu próprio estudo como “indispensável”. Robespierre? Lamartine, que era tudo menos um amador, um “poeta perdido na política”; um realista, pelo contrário, e, como tal, intolerável à “pessoas de bem”, Lamartine, em seu *Girondinos*, constatou e registrou este fato histórico, esta evidência que

se impõe a quem quer que se informe um pouco mais seriamente sobre Robespierre: “a missão” que se designava o In-corrup-tível era “a regeneração do sentimento religioso no povo”. Ele via aí “a conclusão da Revolução¹”. Pena que Robespierre não tenha deixado à posteridade o cuidado de reconhecer que ele foi, efetivamente, um “mártir da República²”.

Contra Pauwels e Chaunu (e as vociferações deste outro cujo nome me foge, o partidário de “Luís XX”), eu estou e permanecerei com Jaurès e Robespierre. Para mudar de registro e de estilo, eu tenho muita vontade — e por que não? — de reproduzir aqui os propósitos de um figurão desaparecido muito cedo, este Pierre Châtelain que era meu melhor amigo e que, sob o pseudônimo perfidamente antinômico de “Clément Lédoux”, garantiu, durante anos, no *Canard Enchaîné*, a crônica das “estranhas lucarnas”. Ele veio, um dia, a Bruxelas, escutar uma conferência que eu tinha intitulado *Realidade e Significação da Revolução Francesa*. Pierrot o anarquista não concordava e me descompôs nestes termos (eu reconstituí então, de imediato, e o mais literalmente possível, sua explosão): “Não me encha o saco com teu Robespierre. Guilhotina e guilhotina e mais guilhotina, é de vomitar. E sua famosa castidade! O que quer dizer isto? Um maluco, um falso monge. Ele teria feito muito melhor de trepar como todo mundo, ao invés de cortar cabeças. Dois bons pontos apesar de tudo. Dois grandes. Ele não andava atrás de grana, como Danton-o-sacana. E duo, o horror que lhe inspiravam os racionalistas a antolhos, estes míopes, estes idiotas”. Eu enrubeço com uma tal citação, mas eu não pude me impedir de entregá-la a vocês.

H.G.

(novembro de 1986)

P.S.: Somente hoje — maio de 1987 — encontro isto nos *Cadernos de Barrés*: “Robespierre é menos culpado (...) que Maria Antonieta e Polignac. Se um Danton e um Marat são uns bandidos (não concordo por Marat), Robespierre não é um e Versalhes está cheio de apaches”.

Última adjunção (setembro de 1987). Péguy dizia: “A mística republicana é quando alguém se faz matar pela República”. Ora, este foi precisamente o caso de Robespierre. Ele morreu por uma República tal como ele a concebia; mataram-no por causa de uma certa idéia que ele tinha da República: um Estado no qual — em seu sonho — “todas as almas se elevariam”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PREFÁCIO

1. R. O*, X, 387. — 2. *Id.*, 565. — 3. *Ibid.* — 4. *Id.*, 584. — 5. H., III, 417. — 6. *Id.*, 419. — 7. *Id.*, II, 258. — 8. M., I, 11. — 9. *Id.*, 217. — 10. *Ibid.* — 11. *Id.*, 11. — 12. *Id.*, II, 1008.

1. Maximilien

1. Cf. Lamartine, *op. cit.*, livro LXI, ch. 16. — 2. Cf. Max Gallo, *Robespierre*, 78. — 3. M., II, 482. — 4. *Id.*, 1081. 5. *Memórias de Além-túmulo*, 1ª parte, livro IX, Cap. 6 — 6. M., II 824 7. *Memórias de Além-Túmulo*, 1ª parte, livro V, cap. 13. — 8. Cf. Fleischmann, *op. cit.*, 200. — 9. Madame de Staël, *Considerações*, ed. 1818, II, 140. — 10. M., II, 706. — 11. *Id.*, 660. — 12. Mme de Staël, *op. cit.*, II, 133. — 13. Cf. L. Jacob, *Robespierre visto por seus contemporâneos*, 192, 41, 201. — 14. *Id.*, 193. — 15. Biblioteca Nacional manuscritos Ln 27, 17635. — 16. Nodier, *Notas, Lembranças, Episódios e Retratos*, 170. — 17. M., II, 61. — 18. Buzot, *Memórias*, 1866, 41. — 19. Cf. Victor Hugo, *Coisas Vistas*, col. "Folio", I, 297. — 20. Cf. Levis-Mirepoix, *op. cit.* 287. — 21. Cf. L. Jacob, *op. cit.*, 192. — 22. *Id.*, 107 — 23. S. Mercier, *op. cit.*, I, 26 e 123. — 24. Cf. L. Jacob, *op. cit.*, 80-81. — 25. Cf. Levis-Mirepoix, *op. cit.* 287. — 26. *O Pensamento*, janeiro-fevereiro, 1950, 225. — 27. M., I, 16. — 28. *Id.* 1178. — 29. *Id.*, 489. — 30. *Id.*, 909. — 31. *Id.*, 868. — 32. Lamartine, *op. cit.* livro LV, cap. 3. — 33. Cf. "O manuscrito da Senhora Lebas" publicado por Stéfane Pol em seu livro *O Convencional Lebas*, 104. — 34. R. O., IX, 472. — 35. M., I, 912. — 36. *Id.*, II, 244. — 37. Cf. Mathiez, *Sobre Robespierre*, 75. — 38. Robespierre, *Correspondência*, I, 1926, 236. — 39. M., I, 1178. — 40. Segundo Charlotte, *op. cit.*, 199 — 41. Cf. Max Gallo, *Robespierre*, 88. — 42. R. O., IX, 538. — 43. *Id.*, 553. — 44. Cf. Gérard Walter, *Robespierre*, II, 352. — 45. R. O., VIII 196. — 46. *Id.* IX, 488. — 47. Cf. Saint-Paulien, *op. cit.*, 63. — 48. Cf. L. Jacob *op. cit.*, 188. — 49. Discurso na Assembléia Constituinte, 22 de junho de 1790 em R.O., VI, 420. — 50. Cf. Fleischmann, *op. cit.*, 202. — 51. *Id.*, 229. 52. Cf. Buffenoir, *Os Retratos de Robespierre*, 182. — 54. *Id.*, 225. — 55. M., I, 959. — 56.

* Lista das abreviações, cf. p.

Id. (nota de G. Walter), 1473.— 58. Cf. *O Defensor*, nº 4, 7 de junho de 1792, em R.O., IV, 122.— 59. *Id.*, X, 254.— 60. *Id.*, 514.— 61. Cf. L. Jacob, *op. cit.*, 139.— 62. R. O., VIII, 179.— 63. M., I, 846.— 64. R.O., X, 352 e 452.— 65. M., I, 868.— 66. Cf. L. Jacob, *op. cit.*, 97-98.— 67. R. O., IX, 86.— 68. *Ibid.* — 69. A sétima carta da primeira série, R.O., V, 100. 70. *Id.*, VI, 118.— 71. *Id.*, IV, 29.— 72. *Id.*, 82.— 73. *Id.*, X, 48.— 74. *Id.*, 562.— 75. B. R., XXX, 248.— 76. R. O., VIII, 165.— 77. *Ibid.* — 78. M., II, 293.— 79. R.O., V, 140, 157, 159.— 80. *Id.*, 198.— 81. *Id.*, IV, 41.— 82. *Id.*, 175.— 83. *Id.*, 234.— 84. *Id.*, V, 208.— 85. *Id.*, 110;— 86. *Id.*, VII, 710.— 87. *Id.*, VIII, 172.— 88. *Id.*, X, 95-96.— 89. *Id.*, VII, 163.— 90. *Id.*, 470.— 91. *Id.*, IV, 22.— 92. *Id.*, VIII, 107.— 93. *Id.*, 341.— 94. Cf. *O Defensor*, nº 4, em R.O., IV, 114.— 95. R. O., VIII, 341.— 96. *Id.*, IV, 321.— 97. Cf. Mathiez, *Robespierre Terrorista*, 100.— 98. Aos jacobinos, 9 de março de 1791, cf. R.O., VII, 321.— 99. R.O., IX, 296.— 100. *Id.*, 571.— 101. R. O., 355.— 102. *Carta a seus comitentes*, 2.^a série, nº 1, em R. O., V, 191 193.— 103. *Id.*, 203.— 104. *Id.*, 66.— 105. B. R., XXXI, 295.— 106. O 1.^o de julho de 1794; cf. R.O., X, 517.— 107. Cf. *O Defensor*, nº 6, de junho de 1792, em R.O., IV, 186, discurso aos jacobinos; o 13 de julho de 1792, em *id.*, VIII, 398; e novamente, *O Defensor*, nº 10, fim de julho, em *id.* IV, 300; enfim, em sua *Carta* de 6 de abril de 1793, em *id.* V, 341.— 108. Cf. sua *Carta*, 1.^a série, nº 6, em R. O., V, 526.— 109. G. Walter, *Robespierre*, II, 109.

2. Robespierre nos Estados-Gerais e na Constituinte

1.P.7.— 2. E. Faure, *A Desgraça de Turgot*, p.9.— 3. Voltaire, *Obras Completas*, 1878, XII, 434.— 4. Gaxotte, *op. cit.*, p.79.— 5. Cf. Fleischmann, *op. cit.*, p. 290.— 6. Cf. *Correspondência*, I, 31.— 7. Lamartine, *op. cit.*, livro LIV, cap. 10.— 8. Robespierre, *Correspondência*, I, 43.— 9. R.O., VI, 42.— 10. *Id.*, 44.— 11. *Id.* 69.— 12. *Id.*, 75.— 13. *Id.*, 87.— 14. *Id.* 94.— 15. *Id.*, 95.— 16. *Id.*, 115.— 17. *Id.*, 123.— 18. *Id.*, 132.— 19. M., I, 185.— 20. R.O., VI, 229.— 21. *Id.*, 292.— 22. *Id.*, 306.— 23. *Id.*, 318.— 24. *Id.*, 319.— 25. *Id.*, 332 — 26. *Id.*, 336. — 27. *Id.*, 409.— 28. Cf. Michelet, *op. cit.*, livro III, cap. 12.— 29. S. Mercier, *op. cit.*, I, 80 e 82. — 30. M., I, 1400.— 31. R.O., VI., 452. — 32. *Id.*, 474.— 33. *Id.*, 495. — 34. *Id.* 507-508.— 35. S. Mercier, *op. cit.*, I, 32.— 36. R.O., VI, 530.— 37. *Id.*, 536. — 38. *Ibid.* — 39. M., I, 507.— 40. R.O., VI, 611.— 41. *Id.*, 552.— 42. *Id.* 564.— 43. *Id.*, 611.— 44. *Id.* 625. — 45. *Id.*, VII, 118.— 46. *Id.*, 162-170.— 47. *Id.*, 183.— 48. *Ibid.* — 49. *Id.*, V, 270.— 50. *Id.*, 272. — 51. *Id.* 313, 316, 339.— 52. *Id.*, 351.— 53. *Id.*, 378. 54. *Id.* 433.— 55. *Id.*, 451. — 56. *Id.* 470. — 57. *Id.*, 476. — 58. *Id.*, 487. — 59. *Mercur de France* de 18 de junho de 1791, cf. R.O., VII, 497. — 60. Nº 52; data incerta, em torno de meados de junho de 1792.— 61. M I., 626, — 62. *Id.*, 673. — 63. R.O., VII, 521. — 64. *Id.*, 523. — 65. *Ibid.* — 66. *Id.*, 526. — 67. *Id.* 519. — 68. *Id.*, 533. — 69. *Ibid.* — 70. *Id.*, 561. — 71. *Id.*, 569 — 72. Em seu *Robespierre terrorista*, 128. — 73. R.O., VII, 594. — 74. *Id.*, V, 109.— 75. M., I, 734. — 76. *Id.*, 74. — 77. R.O. VII, 598. — 78. *Id.*, 621. — 79. *Id.* 623. — 80. *Id.*, 697. — 81. R.O., VII, 697. — 82. *Id.* 696. — 83. *Id.* 710. — 84. *Id.*, 738. — 85. Cf. Jacqueline Chaumié *A Rede de Antraigues e a Contra-Revolução*, 1965, 360. — 86. R.O., VII, 746. — 87. *Madame de Staël*, *op. cit.*, II, 131.

3. Robespierre durante a Legislativa

1. Robespierre, *Correspondência*, 1926, 130. — 2. Cf. Gaxotte, *op. cit.*, 258. — 3. Mathiez, *A Revolução Francesa*, II, 67. — 4. Jaurès, *op. cit.*, 1924, VIII, 2901. — 5. Lamartine, *op. cit.*, Livro XXIX, cap. 7 e livro XIV, cap. 13. — 6. M., I, 777. — 7. *Ibid.* — 8. Robespierre, *Correspondência*, I, 131. — 9. R. O., VIII, 25. — 10. *Id.*, 36. — 11. *Id.*, 37. — 12. *Id.*, 40. — 13. M., I, 834. — 14. R. O., VIII, 47-62. — 15. *Id.*, 76-94 e 97-110. — 16. Jaurès, *op. cit.*, III, 173. — 17. R. O., VIII, 136-151. — 18. *Id.*, 159-188. — 19. *Id.*, 227. — 20. *Id.*, 171. — 21. M., I, 861-862. — 22. *Id.*, 872. — 23. R. O., VIII, 236. — 24. *Id.*, 242. — 25. *Id.*, 251-253. — 26. *Id.*, 267. — 27. *Id.*, 277. — 28. *Id.*, 230. — 29. *Id.*, 292. — 30. M., I, 1253. — 31. *Id.*, 873. — 32. *Id.*, 292. — 33. *Id.*, 295. — 34. *Id.*, 298. — 35. *Id.*, 306-317. — 36. *Id.*, 328. — 37. A palavra é de Furet-Richet em sua obra de 1965 (p. 212). — 38. R. O., VIII, 332. — 39. *Id.*, 348. — 40. *Id.*, 298. — 41. *Id.*, 342. — 42. *Id.*, 350. — 43. *Ibid.* — 44. Cf. L. Jacob, *op. cit.*, 97. — 45. R. O., IV, 381. — 46. *Id.*, 1 e 2. — 47. *Id.*, 6. — 48. *Id.*, 6-38. — 49. *Id.*, VIII, 340. — 50. *Id.*, IV, 83. — 51. *Id.*, 128-135. — 52. *Id.*, 114-147. — 53. *Id.*, VIII, 266. — 54. *Id.*, IV, 142. — 55. *Id.*, VIII, 369. — 56. *Id.*, 358. — 57. M., I, 907. — 58. R. O., IV, 196-218. — 59. *Id.*, 229. — 60. *Id.*, 234. — 61. *Id.*, VIII, 392. — 62. *Id.*, IV, 292. — 63. *Id.*, 306. — 64. *Id.*, 295. — 65. *Id.*, VIII, 410-420. — 66. Robespierre, *Correspondência*, I, 150. — 67. R. O., IV, 321. — 68. *Id.*, 328. — 69. *Id.*, 351. — 70. *Id.*, 356, 357, 358. — 71. Cf. "Notas e Comentários" de Gérard Walter em sua reedição do Michelet para a Plêiade, I, 1485. — 72. R. O., VIII, 430. — 73. M., 1011. — 74. *Ibid.* — 75. *Ibid.* — 76. *Id.*, 1012. — 77. *Id.*, 1011. — 78. *Id.*, 1015. — 79. *Id.*, 1027. — 80. *Id.*, 1021. — 81. *Id.*, II, 1027. — 82. *Id.*, 1492. — 83. M., II, 1320. — 84. M., I, 1109.

4. Robespierre na Convenção

1. De 21 de setembro de 1792 a 2 de junho de 1793

1. Mathiez, *A Revolução Francesa*, II, 51. — 2. M., I, 1263. — 3. Jaurès, *op. cit.*, III, 306. — 4. O 2 de janeiro de 1790; R.O., VIII, 85. — 5. R. O., IX, 59. — 6. Cf. *O Monitor*, XIV, 41. — 7. R. O., 17. — 8. *Ibid.* — 9. M., I, 1219 e 1513. — 10. R. O., IX. — 11. Lamartine, *op. cit.* livro XXXI, cap. 22. — 12. R. O., IX, 89. — 13. *Id.*, 98. — 14. *Id.*, V, 48. — 15. *Id.*, 59. — 16. Cf. Mathiez, *A Revolução francesa*, II, 136. — 17. Lamartine, *op. cit.*, livro XXXI, cap. 2. — 18. Cf. Mathiez, *Revolução [...]*, II, 136. — 19. R. O., V, 126. — 20. Cf. Saint-Just, *Obras* (1946), 127-133. — 21. R. O., V, 75. — 22. *Id.*, 116. — 23. *Id.*, II, 111-119. — 24. *Id.*, V, 122. — 25. M., II, 65-66. — 26. R. O., V, 121. — 27. *Id.*, IX, 155. — 28. Cf. *Carta de Robespierre*, nº 11 de 28 de dezembro de 1792; em R.O., V, 177. — 29. *Id.*, IX, 208. — 30. *Id.*, 135. — 31. *Id.*, 137. — 32. *Id.*, 154. — 33. *Id.*, 157. — 34. *Id.*, V, 128. — 35. *Carta de Robespierre*, nº 11 em R. O., V, 162. — 36. *Id.*, IX, 175. — 37. *Id.*, 158. — 38. *Id.*, 48. — 39. *Id.*, 64. — 40. Cf. Saint-Just, *op. cit.*, 127. — 41. R. O., IX, 124. — 42. M., II, 142. — 43. R. O., IX, 192. — 44. *Id.*, 195. — 45. *Id.*, 207. — 46. *Id.*, 202. — 47. R. O., V, 185. — 48. *Id.*, 201. — 49. *Id.*, 200. — 50.

Id., 94.— 51. *Id.*, V, 247.— 52. *Id.*, IX, 213.— 53. *Op cit.*, II, 372.— 54. R. O., V, 269.— 55. M., II, 29.— 56. R. O., IX, 247.— 57. Cf. Carta nº 2 da segunda série; em R.O., V, 222.— 58. *Id.*, 228.— 59. *Id.*, 314.— 60. *Id.*, IX, 275.— 61. *Id.*, V, 245.— 62. *Id.*, 305.— 63. *Id.*, 245.— 64. *Id.*, 305.— 65. *Id.*, 291.— 66. *Id.*, 284.— 67. Não se chegou mesmo a afirmar que os Jacobinos “querem matar o povo de fome”?; cf. R.O., V, 285.— 68. *Id.*, 275.— 69. Nº 219, publicada em fins de fevereiro ou começo de março.— 70. R. O., V, 322.— 71. *Id.*, 286.— 72. *Id.*, 244.— 73. *Id.*, 246.— 74. *Id.*, IX, 303.— 75. M., II, 236.— 76. R. O., IX, 296-298.— 77. *Id.*, 300.— 78. No número 227 do *Père Duchesne* aparecido em torno de 17 de março.— 79. M. II, 245.— 80. R. O., IX, 309.— 81. *Id.*, 310.— 82. *Id.*, 311.— 83. *Id.*, 322.— 84. *Ibid.*— 85. *Id.*, 323.— 86. M., II, 155.— 87. Esta expressão figura na *História da Revolução liegense*, aparecida em Liège em 1865, t. II, cap. 26, 371; nos *Anais históricos da Revolução Francesa*, Mathiez publicou, em 1925 (384, 390), um artigo instrutivo: “Danton, Lacroix e o saque da Bélgica”. — 88. R. O., IX, 337-338. — 89. *Id.*, V, 554, e IX, 336. — 90. *Id.*, 353.— 91. *Id.*, 355.— 92. Cf. Jaurès, *op. cit.*, III, 221.— 93. Cf. Robespierre, *Correspondência*, I, 163, 164.— 94. R. O., IX, 399.— 95. *Id.*, 466.— 96. *Id.*, 418.— 97. *Id.*, 420.— 98. *Id.*, 459.— 99. *Id.*, 460, em nota. — 100. *Id.*, 462, em nota. — 101. *Id.*, 463. — 102. No número 234 do *Père Duchesne* que é de fins de abril de 1793.— 103. É um hebdomadário; este número é datado de “4-11 maio de 1793”. — 104. R.O., IX, 488. — 105. *Id.*, 495. — 106. *Id.*, 497. — 107. *Id.*, 488 — 108. *Id.*, 511. — 109. Lamartine, *op. cit.* livro XI, cap. 19. 110. R.O., IX, 526. — 111. *Id.*, 538. — 112. *Id.*, 541. — 113. M., II, 328. — 114. Lamartine, *op. cit.*, livro XLII, cap. 14.

2. De 3 de junho de 1793 a 5 de abril de 1794

1. R.O., IX, 515.— 2. *Id.*, 550.— 3. *Id.* 552.— 4. *Id.* 553.— 5. Lamartine, *op. cit.* livro XLIX, cap. 15.— 6. Documento citado por Mathiez em sua *Revolução Francesa*, ed. 1985, III, 10. 7. R.O., IX, 558-560.— 8. Mathiez, *A Revolução francesa*, II, 242. 9. R. O., IX, 452.— 10. *Id.*, 571.— 11. R. O., 589.— 12. Jaurès, *op. cit.*, VIII, 155. 13. R. O., IX, 593-594. 14. Mathiez, *A vida cara [...]*, 217.— 15. *Id.*, 214.— 16. *Id.*, 235.— 17. M., II, 1256.— 18. Lamartine, *op. cit.* livro LIV, cap. 8 e livro LV, cap. 2.— 19. R. O., IX, 619.— 20. Robespierre, *Correspondência*, I, 172.— 21. *Id.*, 173-174.— 22. M., II, 495.— 23. R. O., IX, 623.— 24. *Id.*, V, 243.— 25. *Id.*, VIII, 461.— 26. *Id.*, X, 46.— 27. M., II, 528.— 28. R.O., IX, 634.— 29. *Id.*, X, 45.— 30. *Id.*, IX, 610.— 31. *Id.*, X, 52.— 32. *Id.*, 53.— 33. *Id.*, 56.— 34. M., II, 543.— 35. R.O., X, 65.— 36. *Id.*, 61.— 37. *Id.*, 67.— 38. M., II, 347.— 39. R. O., X, 72-73.— 40. *Id.*, 77.— 41. *Id.*, 83.— 42. Mathiez, *Sobre Danton*, 106.— 43. R. O., X, 92.— 44. *Id.*, 94.— 45. *Id.*, 98.— 46. R. O., 106.— 47. *Id.*, 114.— 48. *Id.*, 110-111.— 49. *Id.*, 100.— 50. *Id.*, 119.— 51. Cf. *Monitor*, XVII, 591.— 52. R. O., X, 129.— 53. *Id.*, 130.— 54. *Id.*, 148.— 55. Robespierre, *Correspondência*, I, 301.— 56. Saint-Just, *op. cit.*, 295.— 57. *Id.*, 163.— 58. R. O., X, 159.— 59. R. O., 134. 60. Daniel Guérin, *A luta de classes sob a Primeira República*, I, 26.— 61. Soboul, *Os Sans-culottes parisienses do ano II*, 290 (tese de doutorado).— 62. Soboul, *A Primeira República*, 36.— 63. M., II, 1011.— 64. *Id.*, 636.— 65. *Ibid.*— 66. *Id.*, 625.— 67. B. R., XXX, 195.— 68. M., II, 644.— 69. B.R., XXX, 165-194, e XXXII, 290. 70. Vovelle, *A Descri-*

tianização [...], 236 e 235.— 71. *Id.*, 236, 285, 300.— 72. III, 155.— 73. B. R., XXX, 270.— 74. *Id.*, 269. 75. J. Godechot, *O Pensamento Revolucionário*, 240.— 76. M., II, 1012.— 77. *Id.*, 659.— 78. R. O., X, 169.— 79. *Id.*, 174.— 80. *Id.*, 182.— 81. *Id.*, 196.— 82. *Id.*, 200.— 83. *Ibid.*— 84. M., II, 663.— 85. R. O., X, 208.— 86. *Id.*, 209.— 87. *Id.*, 211.— 88. F. Bluche, *Danton*, 403.— 89. Mathiez, *A Revolução francesa*, II, 135.— 90. M. II, 698-699.— 91. F. Bluche, *op. cit.*, 404.— 92. M., II, 684.— 93. B. R., XXX, 334.— 94. B.R., 313.— 95. *Ibid.*— 96. R. O., X, 234-236.— 97. *Id.*, 259.— 98. M., II, 671.— 99. F. Bluche, *op. cit.*, 404.— 100. *Id.*, 405.— 101. R. O., X, 229.— 102. *Id.*, 242 e 244.— 103. *Id.*, 248.— 104. *Id.*, 274.— 105. *Id.*, 275.— 106. *Id.*, 287.— 107. *Id.*, 280.— 108. *Id.*, 253-255.— 109. *Id.*, 263.— 110. *Id.*, 264.— 111. *Id.*, 289.— 112. M., II, 693.— 113. *Id.*, 307.— 114. *Id.*, 310.— 115. Mathiez, *A Revolução francesa*, III, 152-153.— 116. R. O., X, 316.— 117. *Id.*, 328.— 118. *Id.*, 331.— 119. *Id.*, 332.— 120. *Id.*, 340.— 121. *Id.*, 321.— 122. *Id.*, 347.— 123. Bluche, *op. cit.*, 431-432.— 124. M., II, 759.— 125. Mathiez, *Danton*, III, 168.— 126. *Id.*, 350-366.— 127. *Id.*, 371.— 128. Saint-Just, *op. cit.*, 194.— 129. *Id.*, 202-203.— 130. *Id.*, 201.— 131. M., II, 762.— 132. *Id.*, 767.— 133. Mathiez, *Danton*, III, 166-167.— 134. *Id.*, 171-172.— 135. B. R., XXXI, 326, 330.— 136. Mathiez, *Danton*, 175.— 137. R. O., X, 377.— 138. *Id.*, 397-404.— 139. Jaurès, *op. cit.*, VI, 348.— 140. M., II, 782.— 141. *O Monitor*, XIX, 728-729.— 142. Mathiez, *Robespierre terrorista*, 118.— 143. M., II, 772.— 144. *Id.*, 756.— 145. *Id.*, 774.— 146. L. Blanc, *História da Revolução*, 1858, X, 355.— 147. M., II, 772.— 148. *Ibid.*— 149. R. O., X, 394.— 150. *Id.*, 409.— 151. *Id.*, 411.— 152. B. R., XXXIV, 23. 153. Lamartine, *op. cit.*, livro LV, cap. 2.— 154. M., II, 799.— 155. *Id.*, 788.— 156. Mathiez, *Danton*, III, 180.— 157. Panis? Sem dúvida, e não deve ter sido o único.— 158. “Laignelot era testemunha”, escreverá Robespierre (cf. Mathiez, *Robespierre Terrorista*, 95).— 159. Saint-Just, *op. cit.*, 232.— 160. R. O., X, 413-415.— 161. *Id.*, X, 221.— 162. Saint-Just, *op.cit.*, 221-236.— 163. M., II, 761.— 164. M., II, 785.

3. De 6 de abril a 27 de julho de 1794

1. M., II, 823. — 2. Cf. J. — J. Fiechter, *Um Diplomata Americano Sob o Terror*, 1983, 314. — 3. M., II, 811. — 4. R.O., X, 425. — 5. E particularmente para o recrutamento militar. — 6. G. Walter, *Robespierre*, II, 116. — 7. R.O., X, 432. 8. *Id.*, 461. — 9. *Id.* 471. 10. B.R. XXXVI, 77. — 11. R.O., X, 478 em nota. — 12. Mathiez, *A Revolução Francesa*, III, 155. 13. Robespierre, *Correspondência*, I, 289. — 14. M., II, 811 e I, 302. — 15. *Id.*, II, 871. — 16. *Ibid.* — 17. *Ibid.* — 18. R.O., X, 560. — 19. *Id.*, 480. — 20. *Id.*, 493-494. — 21. *Id.*, 691. — 22. *Id.*, 489. — 23. *Id.*, 496 — 24. *Id.*, 494. — 25. *Id.*, 516. — 26. M., II, 898. — 27. *Id.*, 901. — 28. R.O., X, 501. — 29. *Id.*, 507. — 30. *Id.*, 509. — 31. *Id.*, 513.— 32. *Ibid.* — 33. *Id.*, 514. — 34. *Id.*, 516-517. — 35. *Id.*, 522. — 36. *Id.*, 523. — 37. *Id.*, 522. — 38. S. Mercier, *op.cit.* III, 9. — 39. R. O., VIII, 182. — 40. *Id.*, X, 130. — 41. Saint-Just, *op cit.*, 296. — 42. R. O., X, 526. 43. M., II, 917. — 44. R.O., X, 529. — 45. *Id.*, 528. — 46. *Id.*, 530. — 47. *Id.*, 568. — 48. H. III, 481. — 49. R.O., X., 531-533. — 50. L. Jacob, *op.cit.* 165. — 51. R.O., X, 534. — 52. *Id.*, 517. — 53. *Id.*, 536. — 54. Saint-Just, *op cit.*, 248-261. — 55. *Id.*, 251. — 56. *Id.*, 252. — 57. *Id.*, 259. — 58. *Id.*, 257. — 59. M., II, 935. — 60. R.O., X, 540. — 61. *Ibid.* — 62. *Id.* 539. — 63. R.O., X, 507.

64. Mathiez, *A Revolução Francesa*, II, 239. — 65. R.O., X, 547-576. — 66. Cf. meu capítulo I. — 67. R.O., X, 584 e 586. — 68. Mathiez, *A Revolução Francesa*, III, 241. — 69. R.O., X, 590. — 70. M., II, 944. — 71. R.O., X, 589. — 72. J.P. Domecq, *op. cit.*, 251. — 73. Lévis-Mirepoix, *op. cit.*, 351. — 74. Mathiez, *A Revolução Francesa*, III, 246. — 75. M., II, 985. — 76. *Id.*, 988. — 77. *Id.*, 989. — 78. A. Forrest, *op. cit.*, 104. — 79. *Id.*, 70.

5. Robespierre e o "Ser Supremo"

1. M., II, 660. — 2. *Id.*, I, 55. — 3. Jaurés, *op. cit.*, II, 182 e 299. — 4. R.O., X, 197. — 5. *A Vida e os Crimes de Robespierre*, 1795; sob o pseudônimo de Leblond de Neuveglise (cf. L. Jacob, *op. cit.*, 42-43). — 6. Mathiez, *Estudos Sobre Robespierre*, 1973, 46. — 7. Cf. N. Hampson, *op. cit.*, 58. — 8. Citado por Mathiez, *A Revolução e a Igreja*, 140. — 9. Gaxotte, *op. cit.*, 107. — 10. Mathiez, *Contribuições à História Religiosa da Revolução*, 14. — 11. M., II, 636. — 12. *Id.*, 820. — 13. Robespierre, *Correspondência*, II, 1941, 10-11. — 14. R.O., VI, 319. — 15. *Id.*, 398. — 16. *Ibid.* — 17. *Id.*, 386. — 18. *Id.*, 408. — 19. *Id.*, 419. — 20. *Id.*, 542. — 21. *Id.*, 387. — 22. *Id.*, 539. — 23. VII, 138. — 24. *Ibid.* — 25. *Id.*, 163. — 26. *Id.*, 313. — 27. *Id.*, 316. — 28. *Id.*, 346. — 29. M., II, 661. — 30. R.O., VII, 448. — 31. *Id.*, 519. — 32. *Id.*, 522. — 33. Robespierre, *Correspondência*, I, 123, 126. — 34. *Id.*, 127. — 35. *Id.*, 128. — 36. Mathiez, *Estudos Robespieristas*, 158. — 37. R.O., VIII, 26. — 38. G. Walter, *Robespierre*, II, 39. — 39. R.O., VIII, 230. — 40. *Id.*, 235. — 41. *Id.*, 238. — 42. M., II, 893-894. — 43. R.O., VIII, 309. — 44. *Id.*, IV, 68. — 45. H., II, 319. — 46. R.O., IV, 127. — 47. *Id.*, 129. — 48. Ele o indicará por escrito no sexto número das *Cartas a Seus Comitentes*, em R.O., V, 79. — 49. *Id.*, IX, 144. — 50. M., II, 85. — 51. *Id.*, 83. — 52. R.O., V, 116-121. — 53. *Id.*, 270. — 54. *Id.*, IX, 358. — 55. *Ibid.* — 56. *Id.*, X, 456. — 57. M., II, 427. — 58. B.R., XXXIII, 164. — 59. R.O., IX, 45. — 60. *Id.*, 261. — 61. H., III, 155. — 62. R.O., V, 118. — 63. *Id.*, X, 249. — 64. *Id.*, 195. — 65. Robespierre, *Correspondência*, I, 214. — 66. R.O., X, 195. — 67. *Id.*, 196. — 68. *Id.*, 197. — 69. *Ibid.* — 70. *Ibid.* — 71. *Ibid.* — 72. *Ibid.* — 73. M., II, 893. — 74. *Id.*, 651. — 75. *Id.*, 1012. — 76. *Id.*, 1020. — 77. R.O., 208-210. — 78. *Id.*, 230. — 79. *Id.*, 235-236. — 80. *Id.*, 249. — 81. *Ibid.* — 82. *Id.*, 259. — 83. *Ibid.* — 84. *Id.*, 258-261. — 85. *Id.*, 276 e 279. — 86. B.R., XXXI, 146. — 87. R.O., X, 333-334. — 88. Mathiez, *Estudos Robespieristas*, 171. — 89. *Id.*, 170. — 90. R.O., V, 270. — 91. Cf. *Atas do Colóquio Robespierre*, Viena, 3 de setembro de 1965, 169. — 92. J.P. Domecq, *op. cit.*, 200. — 93. M.I., 367 e II, 1019. — 94. *Id.*, II, 812-813. — 95. Jaurés, *op. cit.*, 1923, VI, 43-45. — 96. Mathiez, *A Revolução e a Igreja*, 70. — 97. R.O., V, 117. — 98. *Id.*, 120. — 99. *Id.*, 418. — 100. Pascal, *Pensamentos*, ed. Lafuma, 1960, 209. — 101. *Id.*, 269. — 102. Lamartine, *op. cit.*, livro XLVII, cap. 10. — 103. Jaurés, *op. cit.*, VIII, 391. — 104. Mathiez, *A Revolução e a Igreja*, 70. — 105. Pascal, *op. cit.*, 112. — 106. M., II, 428. — 107. Stéphane Pol, *op. cit.*, 150. — 108. Cf. L. Jacob, *op. cit.*, 147. — 109. Pascal, *op. cit.*, 105. — 110. *Ibid.* — 111. *Id.*, 259. — 112. *Id.*, 109. — 113. J.P. Domecq, *op. cit.*, 63. — 114. Primeira Carta de M. Robespierre a Seus Comitentes, em R.O., V, 17. — 115. *Id.*, 118. — 116. *Id.*, X, 352. — 117. *Id.*, 362-363. — 118. *Id.*, 197. — 119. B.R., XXXII, 384. — 120. R.O., X, 129. —

121. M.II, 827. — 122. *Id.* 861. — 123. Mathiez, *A Revolução e a Igreja*, 70-71. — 124. R.O., X, 442 e 444. — 125. *Id.*, 449. — 126. *Id.*, 450-452. — 127. *Id.*, 455-456. — 128. *Id.*, 457-458. — 129. *Id.*, 443. — 130. *Id.*, 452. — 131. *Id.*, 468-469. — 132. Cf. Ch. Nodier, *Notas, Lembranças, Episódios e Retratos*, 1831, 171. — 133. *Id.*, 173-174. — 134. *Id.*, 175. — 135. Renan, *op.cit.*, 106-111. — 136. Como diz Nodier, *op.cit.*, 173. — 137. R.O., X, 561. — 138. Cf. J.P. Domecq, *op.cit.*, 10. — 139. R.O., X, 481-483. — 140. L.Jacob, *op.cit.*, 189. — 141. R.O., X, 560. — 142. *Id.*, 566. — 143. *Id.*, 567.

INCOERÊNCIA?

1. N. Hampson, *op.cit.*, 9. — 2. M., II, 995. — 3. *Id.*, II, 1099. — 4. *Ibid.* — 5. *Ibid.* — 6. J.P. Bertaud, *op.cit.*, 100-101. — 7. M., II, 1007. — 8. *Ibid.* — 9. R.O., X, 65. — 10. *Id.*, 571. 11. Mallet du Pan, *Correspondência inédita com a Corte de Viena*, I, 253. 12. *Id.*, 244. — 13. *Id.*, 278. — 14. *Id.*, 1215. — 15. *Id.*, II, 1015. 16. *O Figaro literário*, 24 de fevereiro de 1956. 17. Calvet, *op.cit.*, 187. — 18. R.O., X, 61. — 19. *Id.*, 568. — 20. *Id.*, 499. — 21. R.O., VII, 433. — 22. Jean-Loup Bernanos, *Georges Bernanos à mercê dos passantes*, 1986, 173. — 23. Saint-Just, *op.cit.*, 291. — 24. R.O., X, 554. — 25. M., I, 290. — 26. Num artigo de 28 de setembro de 1885. — 27. Mathiez, *Contribuições*[...], 118. — 28. *Id.*, 230. — 29. R.O., IX, 123. — 30. Saint-Just, *op.cit.*, 288. — 31. Jaurès, *op.cit.*, VIII, 396. — 32. R.O., VII, 525. — 33. *Id.*, VIII, 315. — 34. *Id.*, IX, 623. — 35. *Id.*, X, 471. — 36. *Id.*, 475. — 37. M., II, 812. — 38. Cf. suas notas íntimas de junho de 1793. 39. H., III, 502. — 40. M., II, 985.

POSFÁCIO

1. Lamartine, *op.cit.*, livro LVIII, cap. 6. — 2. R.O., X, 556.

DO MESMO AUTOR
PUBLICAÇÕES DE INÉDITAS

Lamartine: *As Visões*, Paris, Belles Lettres, 1936; *Cartas dos anos sombrios*, 1852-1867, Friburgo, LUF, 1942; *Cartas Inéditas*, 1822-1851, Po Porrentruy, Portes de France, 1944.

Hugo: *Pedras*, Genebra, Milieu du Monde, 1951; *Lembranças pessoais*, 1848-1851, Paris, Gallimard, 1952; *Estrofes inéditas*, Neuchâtel, Ides et Calendes, 1952; *Cadernos íntimos*, 1870-1871, Paris, Gallimard, 1953; *Diário*, 1830-1848, Paris, Gallimard, 1954.

HISTÓRIA LITERÁRIA

O "Jocelyn" de Lamartine, Paris, Boivin, 1936.

Flaubert frente a vida e frente a Deus, Paris, Plon, 1939; 2.^a edição revista e corrigida, Bruxelas, La Renaissance du Livre, 1963.

Lamartine, o homem e a obra, Paris, Hatier, 1940; nova edição sob o título *Lamartine*, Paris, Ed. du Seuil, 1987.

Conhecendo Lamartine, Friburgo, LUF, 1942.

Este caso infernal (Rousseau-Hume), Paris, Plon, 1942.

O homem, duas sombras (Rousseau, Julie, Sophie), Genebra, Milieu du Monde, 1943.

Os casos de l'Ermitage, 1756-1757, Genebra, Anais J.-J. Rousseau, 1943.

A batalha de Deus (Lamennais, Lamartine, Ozanam, Hugo), Genebra, Milieu du Monde, 1944.

Os escritores franceses e a Polônia, Genebra, Milieu du Monde, 1945.

Lamartine e a Questão social, Paris, Plon 1946.

Vitor Hugo, Paris, Ed. du Seuil, col. "Écrivains de Toujours", 1951.

O humor de Vitor Hugo, Boudry, La Baconnière, 1951.

Hugo e a sexualidade, Paris, Gallimard, 1954.

Claudél e sua arte de escrever, Paris, Gallimard, 1955.

O senhor de Vigny, homem metódico e poeta, Paris, Gallimard, 1955.

Para dizer a verdade, Paris, Gallimard, 1956.

Benjamin Constant "muscadin", Paris, Gallimard, 1958.

Senhora de Staël e Napoleão, nova ed., Paris, Ed. du Seuil, 1987 (1ª edição sob o título *Senhora de Staël, Benjamin Constant e Napoleão*, Paris, Plon, 1959).

Zola, lenda e verdade, Paris, Julliard, 1960.

Esclarecimentos, Paris, Gallimard, 1961.

Apresentação dos "Rougon-Macquart", Paris, Gallimard, 1964.

O homem das "Memórias de além-túmulo", Paris, Gallimard, 1965.

O "Convertido" Paul Claudel, Paris, Gallimard, 1968.

Passo a passo, Paris, Gallimard, 1969.

A relação Musset-Sand, Paris, Gallimard, 1972.

Precisões, Paris, Gallimard, 1973.

Olhares sobre Bernanos, Paris, Gallimard, 1976.

Sullivan, ou a palavra libertadora, Paris, Gallimard, 1977.

Charles Péguy, Paris, Ed. du Seuil, 1981.

HISTÓRIA

História dos católicos franceses no século XIX, Genebra, Milieu du Monde, 1947.

Lamartine em 1848, Paris, PU, 1948.

O Golpe de 2 de dezembro, Paris, Gallimard, 1951.

As origens da Comuna. Esta curiosa guerra de 70, Paris, Gallimard, 1956; *A Heróica defesa de Paris*, Paris, Gallimard, 1959; *A Capitulação*, Paris, Gallimard, 1960.

O Enigma Esterhazy, Paris, Gallimard, 1962.

"L'Arrière-pensée" de Jaurès, Paris, Gallimard, 1966.

A primeira ressurreição da República, 24 de fevereiro de 1848, Paris, Gallimard, 1967.

Napoleão tal qual, Paris, Trévise, 1969.

Joana, dita Joana d'Arc, Paris, Gallimard, 1970.

O surgimento do Senhor Thiers e Reflexões sobre a Comuna, Paris, Gallimard, 1971.

Nacionalistas e Nacionais, Paris, Gallimard, 1974.

O gênero claro-escuro, Paris, Ed. du Seuil, 1984.

Afogada (Adèle, filha de Vitor Hugo), Paris, Ed. du Seuil, 1985.

ENSAIOS E RELATOS

Por nossa falta, Paris, Laffont, 1946.

Uma história do outro mundo, Neuchâtel, Ides et Calendes, 1942.

Fique conosco, Bourdry, La Baconnière, 1944.

Lembre-se, pequeno, Porrentruy, Portes de France, 1945.

Naquela noite, Neuchâtel, Le Griffon, 1949.

O Caso Jesus, Paris, Ed. du Seuil, 1982; reed. col. "Points", 1984.

Henri Guillemin

ROBESPIERRE

político e místico

Este livro de Henri Guillemin procura investigar o lado místico e religioso de Robespierre, num trabalho absolutamente inédito entre a enorme bibliografia dedicada ao grande chefe revolucionário. É um estudo minucioso onde paralelamente à biografia política de Robespierre, o autor vai investigando o seu pensamento religioso, algo que foi vivo e determinante em toda a sua atuação. Para isso Guillemin revela fatos e documentos até então desconhecidos.

L&PM
EDITORES

15 anos
abrindo novos caminhos